



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 115ª SESSÃO À 118ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 38
1º DE AGOSTO A 6 DE AGOSTO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – (vago)¹ *
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ARTIGO DE IMPRENSA	
Preocupação com a indicação de políticos sem competência técnica para empresas ou órgãos da administração pública. Senador Arthur Virgílio.	148	Registro do artigo intitulado “Violações fragilizam o Estado de Direito”, de autoria do Juiz de Direito Nelson Missias de Moraes, publicado no jornal Hoje em Dia, edição de 29 de julho de 2007. Senador Eduardo Azeredo.	214
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.....	151	Registro do artigo intitulado “Tolerância Zero”, de autoria do Senador José Sarney, e da matéria “Coluna social JB”. Senador Edison Lobão.	295
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	152	Comentários sobre o artigo escrito pelo Presidente Lula, publicado no jornal O Globo, intitulado “Uma parceria necessária”. Senador Eduardo Suplicy.....	308
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.....	153	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Papaléo Paes.....	155	Considerações sobre a crise ética e moral brasileira. Senador Alvaro Dias.....	190
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.	156	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.....	157	Registro de solenidade no Palácio do Planalto, para assinatura de convênios de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento, com a presença de doze governadores de estados. Senador Romero Jucá.	192
Comentários acerca da má gestão do Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Valter Pereira.	159	Considerações acerca da produção agrícola no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Eduardo Suplicy.	211
Considerações Acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Wellington Salgado.....	160	Registro da Quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada entre 27 e 31 de março de 2006, em Rio Quente, Goiás. Senador Romero Jucá.	216
Considerações Acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.	161	Elogios ao Presidente Lula pela destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento para a infra-estrutura da Amazônia. Senador Tião Viana.....	234

	Pág.		Pág.
Registro da realização do I Congresso de Municípios da Amazônia Ocidental, no mês de julho de 2007, em Manaus. Senador Arthur Virgílio.....	265	HOMENAGEM	
Preocupação com a situação precária por que passa a Ilha de Marajó, no Pará. Senador Mário Couto.	281	Registro de comemoração dos 50 anos de criação da faculdade de Direito da UFMT. Senadora Serys Slhessarenko.....	185
Registro de decisão da BR Distribuidora, de investir na ampliação da rede de distribuição de gás no Espírito Santo. Senador Gerson Camata.	338	Parabeniza a cidade do Rio de Janeiro pela organização dos Jogos Pan-americanos. Senador Marcelo Crivella.....	188
ECONOMIA		Justificativas de requerimento que solicita Voto de Pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A-320 da TAM, voo 3054. Senador Eduardo Suplicy.....	194
Exaltação pelo bom desempenho da economia brasileira. Senador Valdir Raupp.....	301	Homenagem ao Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Adelmir Santana....	213
Registro do crescimento econômico auferido pelo país no primeiro semestre de 2007. Senador Romero Jucá.	307	Registro da comemoração dos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro - Proantar. Senador Flávio Arns.....	266
ESPORTE		Manifestação de solidariedade aos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM. Senador Paulo Paim.	271
Exaltação à força e capacidade dos atletas brasileiros participantes dos Jogos Pan-Americanos. Senadora Fátima Cleide.....	339	Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.....	272
ESTADO DEMOCRÁTICO		Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Marco Maciel.....	273
Considerações a respeito da democracia no País. Senador Mão Santa.....	278	Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	274
GOVERNO FEDERAL		Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mário Couto.....	274
Considerações acerca da ingerência no Governo Lula. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Eduardo Azeredo.	145	Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Garibaldi Alves Filho.....	275
Considerações acerca da ingerência do atual Governo, tanto a de âmbito estadual como Federal, com destaque para a situação do transporte aéreo no Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Flexa Ribeiro.	145	Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Raimundo Colombo.....	275
Apelo ao Governo para que dialogue com a Oposição visando à aprovação da CPMF. Senador Arthur Virgílio.	148	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Críticas ao Governo Federal. Senador Mão Santa.....	239	Manifestação de tristeza pelas mortes do Senador Antônio Carlos Magalhães e dos deputados Júlio Redecker e Nélio Dias, ocorridas durante o recesso parlamentar. Senador Romeu Tuma.....	6
Destaque aos motivos que geram a falta recursos para a área da saúde e educação. Aparte ao Senador Mario Couto. Senador Mão Santa.....	282	Homenagem de Pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.....	161
Reflexões sobre a perda de credibilidade do Governo Lula. Senador Raimundo Colombo.	298	Homenagem de Pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.....	161
Cobranças de empenho do Governo Federal para a execução orçamentária. Senador Valdir Raupp.....	301		

	Pág.		Pág.
Homenagem de Pesar pelo falecimento do Doutor Ivo Silveira, ex-governador de Santa Catarina no período de 1966 a 1971. Senadora Ideli Salvatti.....	172	pele Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP ou pela Fundação Capes; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-americanos – FCPAN; trata de cargos de reitor e vice-reitor das Universidades Federais; revoga dispositivo da Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002; e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 361, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007.	30
Homenagem de Pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker, do Senador Antônio Carlos Magalhães e do Deputado Nélio Dias, grande líder do PP. Senador Marcelo Crivella.	172	Mensagem nº 115, de 2007 (nº 526/2007, na origem) que restitui autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de cento e dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e cinqüenta e três reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.510, de 20 de julho de 2007.	30
Homenagem de Pesar aos parlamentares Nélio Dias e Júlio Redecker. Senador Aloizio Mercadante.	172	Mensagem nº 116, de 2007 (nº 527/2007, na origem) que restitui autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais, sancionado e transformado na Lei nº 11.511, de 20 de julho de 2007.	30
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker e ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Paulo Paim.	271	Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem) que submete à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria. Os méritos do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.	30
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.	272	Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem) que submete à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar. Os méritos do Senhor Ánuar Nahes que me	
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Marco Maciel.	273		
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	274		
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Garibaldi Alves Filho.	275		
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Raimundo Colombo.	275		
Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Mário Couto.	281		
Homenagem de Pesar pelo falecimento do ex-governador Ivo da Silveira. Senador Raimundo Colombo.	298		
LEGISLATIVO			
Críticas ao excesso na edição de medidas provisórias, prejudicando as prerrogativas do Legislativo. Senador Marco Maciel.	268		
Destaque para a necessidade de reafirmação, por parte do Senado Federal, de seu poder constitucional. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa.....	270		
MENSAGEM			
Mensagem nº 114, de 2007 (nº 523/2007, na origem) que restitui autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2007, que institui o Auxílio de Avaliação Educacional – AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados			

	Pág.		Pág.
induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.	35	empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.....	97
Mensagem nº 119, de 2007 (nº 515/2007, na origem) que submete à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, SP, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.....	46	Mensagem nº 125, de 2007 (nº 572/07, na origem), que informa aos Senhores Senadores que Sua Excelência se ausentará do País no período de 5 a 10 de agosto próximo, em viagem oficial ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá....	265
Mensagem nº 120, de 2007 (nº 516/2007, na origem) que submete à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Fernando Eizo Ono, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.....	84	MINISTÉRIOS	
Mensagem nº 121, de 2007 (nº 517/2007, na origem) Senhores Membros do Senado Federal, Nos termos do art. 111–A, in fine, da Constituição, submeto à aprovação de Vossa Excelência o nome do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, MT, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.....	88	Apelo aos Ministros da Saúde e da Educação, por medicamentos e livros para a população de baixa renda. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	230
Mensagem nº 122, de 2007 (nº 512/2007, na origem) que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal.....	96	Comentários à posse do Ministro Nelson Jobim no Ministério da Defesa. Senador Marcelo Crivella.....	304
Mensagem nº 123, de 2007 (nº 550/2007, na origem), de 30 de julho último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Curitiba e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais na Cidade de Curitiba.....	96	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
Mensagem nº 124, de 2007 (nº 519/2007, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do art. 77 da Lei nº 11.439, de 2006, o relatório contendo os novos limites de		Referências à viagem do Presidente Lula ao Estado à Cuiabá/MT, para lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento naquele Estado. Senadora Serys Slhessarenko.	185
		Reivindicações para que o Estado do Pará também seja atendido pelo PAC. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Flexa Ribeiro.....	187
		Cobrança de seriedade na aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em obras de infra-estrutura. Senador Edison Lobão.	228
		Comentários acerca das promessas de obras, não realizadas, no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Mão Santa.....	229
		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
		Considerações sobre o acidente com o avião da TAM, ocorrido em 17 de julho de 2007. Senador Gerson Camata.	132
		Previsão do aumento nos preços das passagens aéreas. Senador Gerson Camata.....	132
		Preocupação com o momento delicado por que passa a aviação civil no Brasil e críticas aos dirigentes da Anac. Senador Papaléo Paes.	134
		Reflexão sobre o caos aéreo em todo o País. Senador César Borges.....	136
		Solidariedade ao pronunciamento do Senador César Borges, em relação ao caos aéreo no País. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro.....	137

	Pág.		Pág.
Críticas ao Governo Lula, responsabilizando-o pelo caos aéreo reinante no País. Senador Jarbas Vasconcelos.....	140	Apresentação de projeto de lei que altera a Lei 7.565/86 (Código Brasileiro da Aeronáutica). Senadora Serys Slhessarenko.....	185
Consideração pelo apagão aéreo, com destaque para o desinteresse do Governo em solucionar o problema. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Marco Maciel.....	141	Comentários acerca da falta de treinamento de pilotos na cabine de simulação para se evitar situações semelhantes àquelas vividas pelo piloto e co-piloto vitimados no acidente da TAM. Senador Marcelo Crivella.....	188
Comentário acerca da situação do transporte aéreo no Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Mão Santa.....	141	Reflexão sobre a energia e a infra-estrutura no Brasil. Senador Marcelo Crivella.....	188
Considerações acerca da crise no setor aéreo brasileiro. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Sérgio Guerra.....	143	Registro de protestos contra o péssimo estado de conservação da BR-174, rodovia que liga Boa Vista a Manaus. Senador Augusto Botelho. ...	193
Comentários sobre a falsa prosperidade vivida pelo País na atualidade, com destaque para a crise no setor aéreo. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Tasso Jereissati.....	144	Considerações sobre a construção do sistema viário no estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Romero Jucá.....	193
Comentários sobre a crise no setor aéreo. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador José Agripino.....	147	Preocupação com o número de mortes nas rodovias do Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho.....	193
Considerações sobre a crise aérea no País. Senador Arthur Virgílio.....	148	Incoerência no posicionamento do Presidente Lula com relação ao caos aéreo no País. Senador Papaléo Paes.....	302
Manifestação sobre a crise aérea que assola o País e críticas à investigação das causas do acidente ocorrido com o avião da TAM. Senador Aloizio Mercadante.....	172	Anúncio da vinda do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao Senado, para participar de audiência pública na subcomissão temporária que estuda o aperfeiçoamento dos marcos regulatório. Senador Garibaldi Alves Filho.....	306
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador José Maranhão.....	175	POLÍTICA EXTERNA	
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Marcelo Crivella.....	176	Considerações sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Eduardo Suplicy.....	211
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senadora Ideli Salvatti.....	177	Leitura de Nota do Partido Democratas, manifestando indignação com a atitude do Governo Lula de deportação de dois atletas cubanos. Senador Heráclito Fortes.....	276
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Antonio Carlos Valadares.....	178	Comentários sobre a atitude do ditador cubano ao retirar dos jogos do PAN toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mário Couto.....	276
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Azeredo.....	179	Crítica ao Governo Lula ao colaborar com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Raimundo Colombo.....	277
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Mão Santa.....	181	Críticas as atitudes ditatoriais do governo brasileiro e cubano ao longo de sua história. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.....	277
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Flexa Ribeiro.....	182	Críticas ao posicionamento do governo brasileiro com relação à deportação de atletas cubanos. Senador Arthur Virgílio.....	285
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.....	185	Crítica ao Governo Lula ao colaborar com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País	

	Pág.		Pág.
toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	289	PROJETO DE LEI	
Crítica ao Governo Lula ao colabora com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Arthur. Senador João Tenório.	290	Projeto de Lei nº 21, de 2007 (Congresso Nacional), proveniente da Mensagem nº 100, de 2007 (nº 537/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 38.330.853,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	98
Crítica ao Governo Lula ao colabora com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Papaléo Paes.	291	Projeto de Lei nº 22, de 2007 (Congresso Nacional), proveniente da Mensagem nº 101, de 2007 (nº 552/2007, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	247
Defesa de uma verdadeira integração na América do Sul e Latina. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	291	Projeto de Lei nº 23, de 2007 (Congresso Nacional), proveniente da Mensagem nº 102, de 2007 (nº 556/2007, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	254
Relato das condições em que se encontram nos Estados Unidos os imigrantes ilegais, com destaque para a necessidade de mais liberdade entre os povos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Marcelo Crivella.	295	Projeto de Lei nº 24, de 2007 (Congresso Nacional), proveniente da Mensagem nº 103, de 2007 (nº 557/2007, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	260
Considerações acerca da deportação dos pugilistas cubanos. Senador Eduardo Suplicy.	337	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
POLÍTICA SALARIAL		Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2007, (nº 4.480/2001, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.	22
Comentários às decisões da Ministra Ellen Gracie de suspender liminares que garantam aos servidores do Estado de São Paulo e Santa Catarina, o recebimento de proventos acima do teto salarial. Senadora Ideli Salvatti.	205	Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2007 (nº 4.719/2007, na Casa de origem) que altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.	23
POLÍTICA SOCIAL		Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007 (nº 7.291/2002, na Casa de origem) que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispendo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica.	24
Críticas ao Governo Federal pela ausência de investimento nas áreas socioeconômicas. Senador Mão Santa.	207		
Registro da assinatura de convênios pelo Presidente Lula, liberando recursos para aplicação em obras de habitação e saneamento. Senadora Ideli Salvatti.	237		
Críticas ao Governo Federal pela falta de investimentos na saúde e na habitação. Senador Mão Santa.	278		
Considerações sobre o Projeto de Lei 122, que trata da Lei da Homofobia. Senador Marcelo Crivella.	304		
Destaca o papel desempenhado pela Funcef, fundo de pensão da Caixa Econômica. Senador Romero Jucá.	339		
PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito do Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.	217		

Pág.	Pág.
<p>Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007 (nº 2.938/2004, na Casa de origem) que altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. 25</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem) que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências..... 28</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2007 (nº 4.760/2005, na Casa de Origem) que altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990. 28</p> <p>PROJETO DE LEI DO SENADO</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2007, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado. Senador Alvaro Dias.. 114</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos. Senadora Serys Slhessarenko. 114</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2007, que acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Senador Geraldo Mesquita Júnior..... 118</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, que dispõe sobre o uso da palavra “cancerígeno” em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco. Senadora Serys Slhessarenko..... 120</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2007, que dispõe sobre parcelamento de débitos para com o Simples Nacional e duplica o prazo de parcelamento de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil de pequenas e médias empresas não optantes do Simples Nacional. Senador Alvaro Dias. 125</p>	<p>Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007, que insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho. Senador Cristovam Buarque..... 312</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Senador Marcelo Crivella. 313</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, que acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (“Estatuto da Cidade”), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella. 322</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2007, que acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento. Senador Edison Lobão..... 334</p> <p>PROJETO DE RESOLUÇÃO</p> <p>Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador. 128</p> <p>REQUERIMENTO</p> <p>Requerimento nº 834, de 2007, que requer sejam prestadas as seguintes homenagens: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; observação de um minuto de silêncio em sua memória, após usarem da palavra todos os oradores; levantamento da sessão. Senador César Borges. 3</p> <p>Requerimento nº 835, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família ao Estado do Rio Grande do Sul e à Câmara dos Deputados. Senador Romeu Tuma. 5</p> <p>Requerimento nº 836, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputa-</p>

	Pág.		Pág.
do Nélio Dias: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família, ao Estado do Rio Grande do Norte e à Câmara dos Deputados. Senador Romeu Tuma.....	5	Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 6 e 7 de agosto de 2007, em Montevidéu, Uruguai. Senador Pedro Simon.....	109
Requerimento nº 837, de 2007, que requer seja apresentado Voto de Censura e repúdio ao Assessor Especial do Presidente da República, Marco Aurélio Garcia, pelos gestos obscenos manifestados em função das prováveis causas mecânicas com o acidente da aeronave da TAM, no aeroporto de Congonhas. Senador Jarbas Vasconcelos.	108	Requerimento nº 844, de 2007, que requer seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, a participação de Sua Excelência no período de 6 e 7 de agosto de 2007, por ocasião da IV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Senador Inácio Arruda.....	109
Requerimento nº 838, de 2007, que requer a necessária autorização para que Sua Excelência possa participar da IV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Informa ainda que Sua Excelência estará ausente do País no período de 5 a 8 de agosto de 2007, para participar do referido evento. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	109	Requerimento nº 845, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-governador do Estado de Santa Catarina Ivo Silveira: inserção em ata de voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina, Justificação. Senador Raimundo Colombo.....	109
Requerimento nº 839, de 2007, que requer seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de Sua Excelência, nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Informa ainda que Sua Excelência estará ausente do País no período de 5 a 8 de 2007. Senador Sergio Zambiasi.	109	Requerimento nº 846, de 2007, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem póstuma ao Deputado Federal Júlio Redecker, falecido em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas. Senador Tasso Jereissati.....	110
Requerimento nº 840 de 2007, que requer licença para que Sua Excelência se ausente dos trabalhos da Casa no período de 3 a 9 de agosto de 2007, para fins de participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai. E comunica ainda que Sua Excelência estará ausente do País no mesmo período. Senador Romeu Tuma.....	109	Requerimento nº 847, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Orlando Ferreira, vítima de acidente rodoviário em Nova Olinda do Norte, Amazonas. Requer ainda que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do radialista, especialmente à esposa, Senhora Leda Ferreira. Senador Arthur Virgílio.....	112
Requerimento nº 841, de 2007, que solicita autorização para que Sua Excelência possa se ausentar do País, com a finalidade de participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 5 a 8 de agosto de 2007. Senadora Marisa Serrano.	109	Requerimento nº 848, de 2007, que requer Voto de Pesar pela morte do Deputado Federal Julio Redecker, ocorrida em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas. Senador Arthur Virgílio.	112
Requerimento nº 842, de 2007, que requer licença para que Sua Excelência se ausente do País no período de 6 a 9 de agosto de 2007, quando estará participando da 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que será realizada em Quito, capital do Equador. Senadora Fátima Cleide.....	109	Requerimento nº 849, de 2007, que requer que seja justificada a ausência de Sua Excelência nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, quando estará em missão oficial, junto à IV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul em Montevidéu, Uruguai. Senador Eduardo Azeredo.	113
Requerimento nº 843, de 2007, que comunica a ausência de Sua Excelência do País entre os dias 4 e 8 de agosto, para participar, como integrante da representação brasileira, da Quarta Sessão do	109	Requerimento nº 850, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar à família do ex-Governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, pelo seu falecimento aos 89 anos, em Florianópolis – SC. Senadora Ideli Salvatti.	163
		Requerimento nº 851, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2007 que, “Autoriza a União criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gilvam Borges.	163
		Requerimento nº 852, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 que, “Re-	

Pág.	Pág.
<p>gumenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR); cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR) e dá outras providências". Requer ainda, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gilvam Borges.</p>	
163	<p>período de 5 a 7 de agosto de 2007. Senador Aloizio Mercadante.</p> <p>165</p>
<p>Requerimento nº 853, de 2007, que requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, de minha autoria, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular. Senador Sérgio Zambiasi.</p>	
164	<p>Requerimento nº 858, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A-320 da TAM que fazia o voo JJ 3054, ocorrido no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, no dia 17 de julho do corrente e apresentação de condolências a suas famílias, além de um minuto de silêncio. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>195</p>
<p>Requerimento nº 854, de 2007, que requer a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, que "altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; o art. 13 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, bem como o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias; a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos; entre outros" para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos. Senadora Ideli Salvatti.</p>	
164	<p>Requerimento nº 859, de 2007, que requer licença, na qualidade de membro da delegação parlamentar brasileira, para participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, Uruguai. Informa ainda que Sua Excelência irá se ausentar do País o período de 6 a 8 de agosto de 2007. Senador Efraim Morais.</p> <p>196</p>
<p>Requerimento nº 855, de 2007, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 212, de 2005, 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006 e Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, por versarem sobre matérias análogas ou conexas, referente a alterações na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento. Senador César Borges.</p>	
164	<p>Requerimento nº 860, de 2007, que requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Lígia Silva Santos, por sua participação nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>196</p>
<p>Requerimento nº 856, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Artista Plástico José Inácio, conhecido por J.Inácio, ocorrido no dia 1º de agosto em Aracaju, Sergipe: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado de Sergipe. Senador Almeida Lima.</p>	
165	<p>Requerimento nº 861, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Alexon dos Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze, na prova de lançamento de dardo nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>196</p>
<p>Requerimento nº 857, de 2007, que requer licença para que Sua Excelência se ausente dos trabalhos da Casa, no dia 7 de agosto de 2007, quando participará da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, que estará ausente do País no</p>	
164	<p>Requerimento nº 862, de 2007, que requer Voto de Pesar pela morte trágica, no acidente aéreo da TAM, em Congonhas, de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná, Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>196</p>
<p>Requerimento nº 858, de 2007, que requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, de minha autoria, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular. Senador Sérgio Zambiasi.</p>	
164	<p>Requerimento nº 863, de 2007, que requer Voto de Aplauso aos atletas brasileiros que conquistaram medalhas de Ouro, prata e bronze nos jogos Pan-Americanos Rio 2007. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>197</p>
<p>Requerimento nº 859, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A-320 da TAM que fazia o voo JJ 3054, ocorrido no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, no dia 17 de julho do corrente e apresentação de condolências a suas famílias, além de um minuto de silêncio. Senador Eduardo Suplicy.</p>	
164	<p>Requerimento nº 864, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao povo do Município de Coarí, Amazonas, pelo transcurso de seu 75º aniversário de emancipação política. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>203</p>
<p>Requerimento nº 860, de 2007, que requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Lígia Silva Santos, por sua participação nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007. Senador Arthur Virgílio.</p>	
164	<p>Requerimento nº 865, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Sandro Ricardo Rodrigues Viana, pela conquista da Medalha de Ouro, na prova de revezamento 4x100m nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>203</p>
<p>Requerimento nº 861, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Alexon dos Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze, na prova de lançamento de dardo nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007. Senador Arthur Virgílio.</p>	
164	<p>Requerimento nº 866, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da artista plástica amazonense Maria Bernadete Mafra de Andrade. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>204</p>
<p>Requerimento nº 862, de 2007, que requer Voto de Pesar pela morte trágica, no acidente aéreo da TAM, em Congonhas, de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná, Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.</p>	
164	<p>Requerimento nº 867, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte do</p>

	Pág.		Pág.
Senhor Wilson Carlos Kuhn, vítima de complicações pulmonares na cidade de Cascavel, dia 28 de julho de 2007. Senador Alvaro Dias.....	204	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento nº 868, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, agraciado com o título de Personalidade da Educação aferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento. Senador Arthur Virgílio.	335	Considerações sobre estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, revelando os custos da falta de políticas eficazes de contenção da criminalidade. Senador Gerson Camata.....	266
Requerimento nº 869, de 2007, que requer adiamento, para o dia 19 de setembro de 2007, da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 27 de agosto de 2007, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do oitavo aniversário de seu falecimento. Senador Augusto Botelho.....	335	SENADO FEDERAL	
Requerimento nº 870, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo na década de 60. Senador Arthur Virgílio.....	336	Preocupação com denúncias divulgadas pela revista Veja contra o Senador Renan Calheiros. Senador José Agripino.....	283
Requerimento nº 871, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici, falecido em 4 de agosto de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	336	Preocupação com a situação por que passa o Senado Federal, ante as novas denúncias veiculadas pela imprensa, contra o Senador Renan Calheiros. Senador Arthur Virgílio.....	285
		VIOLÊNCIA	
		Registro da realização, em Santa Catarina, do primeiro Fórum de Combate e Prevenção à Violência contra a Mulher, com olhar especial à criança e à família. Senadora Ideli Salvatti.....	2
		Registro de abusos de poder por parte de certas autoridades brasileiras. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	230

Ata da 115ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de Agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/8/2007 08:00:13 até 1/8/2007 20:30:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PMDB	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PMDB	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PFL	GO	DÊMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PMDB	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PMDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PMDB	DF	GIM ARGELLO	X	
PMDB	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PMDB	BA	JOÃO DURVAL	X	
PMDB	AM	JOÃO PEDRO	X	
PMDB	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PMDB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PMDB	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 49 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a, pois sei que teremos uma sessão muito rápida e com um objetivo muito claro, mas não poderia deixar de fazer o registro de que amanhã, em Santa Catarina, realizaremos o 1º Fórum de Combate e Prevenção à Violência contra a Mulher.

Como Santa Catarina foi o primeiro Estado no Brasil a constituir as Varas Especializadas para atender às exigências da Lei Maria da Penha, o nosso Poder Judiciário, em parceria com várias instituições

no Estado, está realizando esse evento, que será o primeiro fórum regional. A exemplo do que já fizemos, constituindo as Varas Especializadas no Judiciário catarinense para atender à violência específica contra a mulher e a criança, podemos formar também as equipes multidisciplinares e de educação preventiva contra a violência.


Então, eu apenas queria saudar esse evento que acontece amanhã em Santa Catarina, estimulando outros Estados a adotarem também providências de criar as Varas Especializadas e as equipes multidisciplinares de prevenção à violência contra a mulher e as crianças, que estão previstas na Lei Maria da Penha.

Sr. Presidente, peço mil escusas por pedir a palavra numa sessão tão especial como esta que V. Ex^a está abrindo neste momento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FÓRUM DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, COM OLHAR ESPECIAL À CRIANÇA E À FAMÍLIA




Data:
2 de agosto/07

Hora:
das 13h30min às 20h

Local:
Parque Universitário Norberto Frahm
Centro de Rio do Sul

Promoção:



Consolidando novos caminhos

Objetivo:

Sensibilizar os órgãos governamentais para a efetiva implantação de programa que atenda a região através da formação de Equipe Multidisciplinar e Educação Preventiva

Programação:

14h
Palestra: "Violência Familiar: Necessidade de Ajuda" com a psicóloga, **Denise Duque**

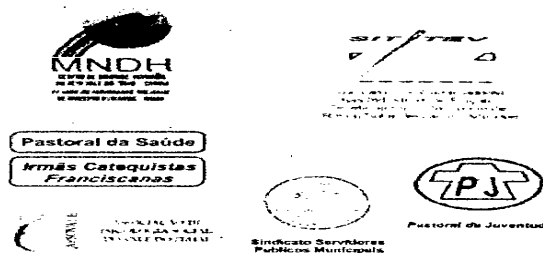
15h
"Lei Maria da Penha", com Ada Faraco de Luca (Deputada Estadual e presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher)

16h
Debates: "Lei Maria da Penha".
Debatedoras:
Prof^a Dr^a **Vera Lucia Teixeira** (Coordenadora Estadual da Mulher)
Cynthia Beatriz Bittencourt da Silva (Juíza de Direito)
Karla Fernanda Bastos Miguel (Delegada da Polícia)

17h30min
Intervalo para Café

18h15min
Palestra: "Atendimento Psicológico na Lesão Corporal no IML de Florianópolis", com a psicóloga, **Mariza Claire Mandelli Pecoits** (IML/Florianópolis).

Apoio:



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 834, DE 2007

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A História do Brasil tem nova data a ser reveenciada: a de 20 de julho de 2007, dia em que nos deixou o Senador Antonio Carlos Magalhães, após lutar bravamente contra problemas cardíacos e renais, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, interrompendo bruscamente os preparativos da festa que o povo baiano lhe faria para comemorar seus oitenta anos.

Nascido em 4 de setembro de 1927, na cidade de Salvador, Bahia, filho do professor Francisco Peixoto de Magalhães e de D. Helena Celestino Magalhães, Antonio Carlos Magalhães era casado com D. Arlete, com quem teve quatro filhos: Antonio Carlos, Teresa Helena; Luís Eduardo e Ana Lúcia.

Começou seus estudos no Rio de Janeiro, mudando-se, em seguida, para Salvador, onde concluiu o Primário e o Ginásio e diplomou-se em Medicina, pela Universidade Federal da Bahia, em 1952.

A vocação política começou a se revelar já na vida estudantil, quando presidiu o grêmio do Ginásio da Bahia e, mais tarde, o Diretório Central de Estudantes da Faculdade de Medicina, onde foi representante de série no Diretório Acadêmico durante os seis anos do curso.

Iniciou sua vida profissional como redator do jornal **Estado da Bahia**, órgão dos Diários Associados. Foi redator de debates da Assembléia Legislativa da Bahia e médico do serviço público, tendo exercido, também, o magistério superior, como assistente e professor adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

A longa trajetória política de Antonio Carlos Magalhães começou com o mandato de Deputado Estadual, em 1954, da Assembléia Legislativa da Bahia, pela União Democrática Nacional (UDN), tendo sido líder do Partido, membro e presidente de importantes Comissões.

Em 1958, elegeu-se Deputado Federal, tendo sido reeleito em 1962 e em 1966. Na Câmara de Deputados, integrou várias Comissões, como as de Orçamento e Economia, Fiscalização Financeira, Educação e Saúde, Transporte e Minas e Energia. Presidiu Comissão de Inquérito, Reuniões Interparlamentares para Estudos e Conferências nos Estados Unidos, Portugal, Espanha, Polônia, Iugoslávia e Itália.

Foi presidente da União Democrática Nacional – Seção da Bahia – e o primeiro presidente da Aliança Renovadora Nacional, Seção da Bahia.

Licenciou-se de seu último mandato de Deputado Federal em 13 de fevereiro de 1967, para assumir a

Prefeitura Municipal de Salvador. Afastou-se em 2 de abril de 1970, para candidatar-se ao Governo do Estado. Foi eleito em 3 de outubro do mesmo ano e exerceu o mandato até seu término, em 15 de março de 1975.

No mesmo ano, foi nomeado pelo Presidente da República para a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, e, no ano seguinte, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional, que exerceu até 1978.

Em 4 de junho de 1978, indicado como candidato ao Governo do Estado da Bahia, teve seu nome homologado pela Convenção Regional da Arena. Foi eleito Governador pelo Colégio Eleitoral em 10 de setembro do mesmo ano, exercendo o mandato integral, de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1983.

Após presidir a Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais, foi nomeado, em 1985, Ministro de Estado das Comunicações pelo Presidente José Sarney, ocupando o cargo até o final do seu mandato, em 15 de março de 1990.

Em 3 de outubro de 1990, foi eleito, no primeiro turno, Governador do Estado da Bahia.

Chegou ao Senado Federal em 1995. Presidiu o por dois mandatos, nos períodos de 1997/1999 e 2000/2001. Nesse ínterim, exerceu interinamente a Presidência da República de 15 a 22 de maio de 1998. Atualmente, exercia seu segundo mandato de Senador, presidia a douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e participava dos trabalhos da CPI do Apagão Aéreo e da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo integrado também a CPI dos Bingos.

Antonio Carlos Magalhães escreveu livros, foi membro da Academia de Letras da Bahia, pronunciou palestras e conferências por este Brasil afora e recebeu as mais altas condecorações oficiais do Brasil, França, Chile, Portugal, Espanha, Argentina, Finlândia, Itália, Alemanha, Líbano, Venezuela e Dinamarca, bem como dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Piauí e Distrito Federal.

Seu currículo iguala-se, portanto, em riqueza, coerência e relevância, aos de outros grandes homens da História política brasileira. Supera-os, contudo, por uma experiência terrível que poucos vivenciaram, posto que contrária à lei natural: a perda prematura da filha Ana Lúcia e do filho Luís Eduardo, este último em 1998, no auge de sua vida política, construída sob os auspícios e grande expectativa do pai. Somente aqueles que viveram o mesmo pesadelo podem avaliar exatamente a intensidade da dor sofrida por Antonio Carlos Magalhães. Mas todos nós somos testemunhas da coragem e do esforço sobre-humano que empreendeu para buscar, sabe Deus em que recônditas entranhas, as forças necessárias para seguir vivendo e cumprindo seu múnus público.

Diante do triste acontecimento, requeremos, de acordo com as tradições da Casa e nos termos dos arts. 218, 219, 220 e 221 do Regimento Interno, sejam prestadas as seguintes homenagens:

1. Inserção em ata de voto de profundo pesar.
2. Observação de um minuto de silêncio em sua memória, após usarem da palavra todos os oradores.
3. Levantamento da sessão.

4. Apresentação de condolências à família, à Assembléia Legislativa da Bahia, à Câmara dos Deputados, à Prefeitura de Salvador, ao Governo do Estado e ao Democratas; e

5. Transformação da sessão ordinária do dia 8 de agosto corrente em sessão de homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, em reverência à sua memória

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 2007

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Handwritten signatures and notes:
 - Top left: *Delcídia*
 - Top right: *Falmar...*
 - Middle: *Luiz Inácio Lula da Silva*, *Vicente D'Amorim*, *Agosto Mesquita*, *Abelardo*
 - Bottom: *Renato Casagrande*, *Demóstenes Torres*, *Marco Maciel*, *Geraldo Mesquita Júnior*, *Mão Santa*, *Renato Casagrande*

U:\SGM\TRQS\ACM\01.08.07.doc

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sr. Presidente, peço que aponha também a minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será feito isso imediatamente, Senador Demóstenes.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria também que fosse aposta a minha assinatura ao requerimento que acaba de ser lido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Renan, da mesma forma, eu gostaria também de apor a minha assinatura no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está sendo providenciado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, idem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está sendo providenciado, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mão Santa, Senador Sérgio Guerra.

Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Eu queria também assinar o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está sendo providenciado.
Senador Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de apor a minha assinatura ao documento antes da sua votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está sendo providenciado. Mandarei a V. Ex^{as}, daqui a pouquinho, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2007

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul e a Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 1^a de agosto de 2007.

Fênix Lucia

Renan Calheiros

Emyrton

Leão Borges

Papaléo Paes

Antônio Carlos

Antônio Carlos

Senador

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2001

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Nélio Dias.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família, ao Estado do Rio Grande do Norte e a Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 1^a de agosto de 2007.

Fênix Lucia

Renan Calheiros

Emyrton

Leão Borges

Papaléo Paes

Antônio Carlos

Antônio Carlos

Senador

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos dependem de votação, para cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sr^{as} e Srs. Senadores que assim o desejarem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a para dizer que todos nós gostaríamos de fazer manifestação de tristeza, nesta volta do recesso, por essas três mortes importantes para o Congresso e para o Brasil, mas o Senador César Borges foi claro no sentido de fazermos uma sessão especial. Todos aqui estão solidários de coração com o requerimento de V. Ex^a para o Senador Antonio Carlos Magalhães e os dois Deputados citados, mas ninguém fará uso da palavra para esperar a sessão solene, quando faremos uma homenagem mais bonita.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Portanto, na forma do Regimento, coloco em votação os requerimentos.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Em cumprimento à deliberação do Plenário, antes de encerrar a sessão, convido a todos para, de pé, observarmos um minuto de silêncio.

(Guarda-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de declarar encerrada a sessão, destaco, com muita satisfação, as honrosas presenças do Deputado Rodrigo Maia, Presidente Nacional do Democratas; do Deputado Paulo Bornhausen; do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, neto do Senador Antonio Carlos Magalhães, de expressiva liderança e filho do futuro Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; do Deputado Robson Tuma, do Deputado Luiz Carreira e do Deputado Roberto Freire, Presidente do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declararei encerrada a sessão, ao tempo em que convocarei sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a pauta já prevista.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, de 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre*

a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, de 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.9.2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.9.2007

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que

aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela

Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI* (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo),

que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de maio último, quando teve sua apreciação adiada para hoje.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº

35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº

1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa extraordinária, amanhã, dia 2-8-7 (quinta-feira), a seguinte:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, de 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre*

a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, de 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.9.2007

5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.9.2007

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que

aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412,
DE 2003 – COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela

Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para deter-*

minar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio*

Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 23 minutos.)

Ata da 116ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 2 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares,
Mão Santa e Augusto Botelho

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 1/8/2007 08:00:13 até 2/8/2007 19:30:09

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
PFL	GO	DÊMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X						

Compareceram: 56 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007** (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2007** (nº 2.274/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Itabira – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2007** (nº 2.437/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007** (nº 2.449/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tapejara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapejara, Estado do Paraná*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2007** (nº 2.299/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antônio da Alegria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2007** (nº 1.984/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Dr. João Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007** (nº 2.333/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2007** (nº 2.389/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Mundial S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2007** (nº 2.390/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACVC – Associação Comunitária de Vespasiano Corrêa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vespasiano Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2007** (nº 2.410/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jesus, Maria e José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viseu, Estado do Pará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2007** (nº 2.411/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canto do Buriti, Estado do Piauí*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2007** (nº 2.474/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de São Jorge D'Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2007** (nº 2.475/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo*;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2007** (nº 2.500/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Esmeralda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2007** (nº 1.923/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2007** (nº 1.682/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais; e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2007** (nº 2.422/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de julho de 2007, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 382, de 2007**, que *dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências.*

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
Valdir Raupp Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira	Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto
DEM	
José Agripino Kátia Abreu Jayme Campos	Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma
PSDB	
Arthur Virgílio Sérgio Guerra	Cícero Lucena Marisa Serrano
PT	
Ideli Salvatti Eduardo Suplicy	Fátima Cleide Flávio Arns
PTB	
Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Péres	Osmar Dias
PR*	
João Ribeiro	Expedito Júnior

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
Henrique Eduardo Alves Luiz Sérgio Mário Negromonte Luciano Castro Jovair Arantes Hugo Leal	
Bloco (PSDB/DEM/PPS)	
Fernando Coruja Antonio Carlos Pannunzio Leonardo Vilela Onyx Lorenzoni	Arnaldo Jardim Arnaldo Madeira Carlos Brandão Antonio Carlos Magalhães Neto
Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)	
Márcio França Miro Teixeira	Marcondes Gadelha Ademir Camilo
PHS*	
Felipe Bornier	

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 25-7-2007**
- Designação da Comissão: **2-8-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **3-8-2007**
- Emendas: até **6-8-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **1-8-2007** a **14-8-2007** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **14-8-2007**
- Prazo na CD: de **15-8-2007** a **28-8-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **28-8-2007**
- Prazo no SF: de **29-8-2007** a **11-9-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **11-9-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **12-9-2007** a **14-9-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **15-9-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **29-9-2007** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

- Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2007
(Nº 4.480/2001, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 18.

Parágrafo único. Reconhecendo o réu a procedência do pedido no prazo da resposta, ficará isento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.480, DE 2001
(Do Sr. Osmar Serraglio)

Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio am-

biente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 18.

Parágrafo único. Reconhecendo o réu a procedência do pedido, ficará isento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O **caput** do art. 18 da lei da ação civil pública dispõe que não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, por ocasião do ajuizamento da ação, nem condenação da autora em honorários de advogado, custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé.

Por outro lado, o réu, vencido na ação, deverá, a final, pagar essas verbas – as quais, muitas vezes, representam valores vultosos.

Trata-se de uma situação injusta, ainda mais quando o demandado, ao invés de contestar o feito, reconhece a procedência do pedido inicial.

A presente proposição, assim, procura tornar equânime o tratamento dispensado a autor e réu na ação civil pública, máxime nas hipóteses em que a autora é associação civil legitimada para tanto, e que não abre mão do recebimento das verbas de sucumbência a que teria direito, mesmo quando o réu não dispõe de posses suficientes para fazer face a essas despesas.

Contamos com o apoio da Casa para a conversão desta proposição em norma jurídica, ao tempo que registramos que nossa formulação foi sugerida pelo professor universitário de Umuarama, Paraná, Dr. Valdecir Pagani.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2001. – Deputado **Osmar Serraglio**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, tu-

rístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências.

Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais. *(Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2007
(Nº 4.719/2007, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro da 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a presunção de paternidade no caso de recusa do suposto pai em submeter-se ao exame de código genético – DNA.

Art. 2º A Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º – A. Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.

Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético – DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.”

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.719, DE 2001

Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, estabelecendo presunção de paternidade no caso de recusa de submissão ao exame de identificação genética, e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade

dos filhos havidos fora do casamento, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

“Art. 2º

§ 6º Para fins desta lei serão admitidas todas as provas lícitas, em especial o exame de identificação genética.

§ 7º Presumir-se-á verdadeira a paternidade no caso de recusa em submeter-se ao exame de identificação genética, desde que desprovida de provas suficientes que demonstrem, cabalmente, a falta de fundamento das alegações iniciais.”

Art. 2º Revoga-se a Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento dos filhos ilegítimos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esse assunto vem sendo motivo de grande debate acadêmico, bem como judicial, uma vez que recentes decisões impedem o exame de identificação genética no caso de recusa em submeter-se a ele. Realmente é inconstitucional a obrigatoriedade desse exame; de forma **menu militari**, mas, essas mesmas decisões judiciais também impedem a presunção de paternidade nos casos de recusa de submeter-se ao exame de DNA. Ora, nesse sentido as decisões, com a devida vênia, são equivocadas, pois os princípios constitucionais devem ser harmonizados.

Se, de um lado temos o indigitado réu, com os direitos e garantias individuais de preservação de sua intimidade e proteção processual, de outro temos normalmente uma criança ou adolescente, sem filiação completa, sendo motivo de discriminações de toda a sorte, especialmente no ambiente escolar. Ora, esse menor, seja criança ou adolescente, foi especialmente protegido pelo constituinte, em vários dispositivos, em especial os do art. 227.

Há, portanto, que se adequar, harmonizar, as proteções constitucionais, prevalecendo, nesse caso, a proteção especial que se deve dar aos menores. Ou seja, no caso de recusa à submissão ao exame, sem provas suficientes do descabimento dos argumentos iniciais, há que ser interpretada como clara tentativa de furta-se a reconhecer a paternidade. Esse réu deve sofrer a presunção, obviamente relativa, de veracidade da paternidade.

A medida, se aprovada, será de grande valia social, protegendo a criança ou adolescente, de forma a preservar o seu crescimento sadio, sem discriminações advindas da filiação incompleta. Nesse sentido

tem atuado o Ministério Público do Distrito Federal, de forma heróica antes os reveses judiciais, tentando modificar a jurisprudência.

Também pede-se a revogação da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento dos filhos ilegítimos, cuja retirada do ordenamento jurídico nada acarretará de prejuízo. Ao contrário, extirpar-se-á uma lei discriminatória, incompatível com o avanço dos direitos de proteção ao menor.

Assim, pelo seu grande alcance social, de valorização do adolescente e da criança, é que solicito aos colegas parlamentares o aperfeiçoamento e a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001. – Deputado **Alberto Fraga**, (PMDB – DF)

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

Art. 2º Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.

§ 1º O juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída.

§ 2º O juiz, quando entender necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça.

§ 3º No caso do suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação.

§ 4º Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

§ 5º A iniciativa conferida ao Ministério não impede a quem tenha legítimo interesse de intentar investigação, visando a obter o pretendido reconhecimento da paternidade.

LEI Nº 883, DE 21 DE OUTUBRO DE 1949

Dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2007

(Nº 7.291/2002, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 18-A, 18-B, 18-C e 18-D:

“Art. 18-A. A prestação de assistência prioritária à saúde de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos basear-se-á nas orientações descritas na Política Nacional de Saúde do Idoso, as quais compreendem os âmbitos ambulatorial, hospitalar e domiciliar.

Parágrafo único. O interessado na obtenção do benefício previsto no **caput** deste artigo deverá requerê-lo ao responsável pelo estabelecimento integrante da rede de serviços de saúde, comprovando, desde logo, com documento hábil, que possui idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”

“Art. 18-B. A prioridade estabelecida no art. 18-A desta Lei deverá ser efetiva, devendo o responsável pelo estabelecimento integrante da rede de serviços de saúde, mediante requerimento do interessado, demonstrar a preferência deferida em certidão circunstanciada.”

“Art. 18-C. Será afixado, em todos os estabelecimentos da rede de serviços de saúde, mensagem indicativa do benefício instituído por esta Lei.”

“Art. 18-D. As despesas decorrentes da execução do disposto nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.291, DE 2002**Obriga a rede de hospitais públicos e particulares, os Postos de Saúde e demais unidades médicas, a priorizar o atendimento de idosos, acima de 65 anos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam obrigados hospitais públicos e particulares, os Postos de Saúde e demais unidades médicas, a prestar atendimento prioritário aos pacientes maiores de 65 anos.

Art. 2º O não atendimento constitui crime de desobediência atribuível ao diretor, chefe ou encarregado da unidade médico-hospitalar recalcitrante.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Firma-se a presente proposição no intuito de garantir às pessoas idosas o atendimento prioritário na rede hospitalar em casos de enfermidade, dando forma concreta às garantias constitucionais previstas no art. 203, inciso I da Constituição Federal.

É incontestável o valor social da pessoa idosa em face dos serviços prestados ao longo de sua existência. Essa premissa é respaldada pelo espírito da Lei Federal nº 10.048, que garante o atendimento prioritário ao idoso em repartições públicas e privadas. Inconcebível que o idoso, ainda, não tenha direito a tratamento prioritário naquilo que ele tem de mais precioso e, geralmente, frágil, que é a sua saúde.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 2002. – **Pompeu de Mattos**, Deputado Federal/PDT.

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a ca-

pacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2007
(Nº 2.938/2004, na Casa de origem)**Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 16 e 17 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passam a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se o atual parágrafo único do art. 17 como § 1º:

“Art. 16. O empregador, o profissional responsável ou o prestador de serviço que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde ao meio ambiente estará sujeito à pena de reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Em caso de culpa, a pena será de 1 (um) a 3 (três) anos de reclusão, e multa.

§ 2º As multas a que se referem o **caput** e o § 1º deste artigo são aquelas de que tratam os arts. 49 a 52 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.”(NR)

“Art. 17.

II – multa de até R\$10.000,00 (dez mil reais), aplicável em dobro em caso de reincidência, sucessivamente, quando tratar-se de agricultor pessoa física, e de até R\$100.000,00 (cem mil reais) quando tratar-se de pessoa jurídica ou responsável técnico;

§ 1º

§ 2º O produto a que se referem os incisos III e IV do **caput** deste artigo compreende, entre outros, os alimentos contaminados.

§ 3º O estabelecimento a que se refere o inciso VII do caput deste artigo compreende, entre outros, o empreendimento rural em que se tenham infringido disposições desta lei.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.938, DE 2004

Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. O empregador, profissional responsável ou o prestador de serviço, que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa.” (NR)

“Art. 17.

II – multa de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), aplicável em dobro em caso de reincidência, sucessivamente;

§ 1º

§ 2º O produto a que se referem os incisos III e IV do **caput** compreende, entre outros, os alimentos contaminados.

§ 3º O estabelecimento a que se refere o inciso VII do **caput** compreende, entre outros, o empreendimento rural em que se tenham infringido disposições desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A entrada em vigor da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem,

o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências”, constituiu um marco importantíssimo na legislação agrícola e ambiental do Brasil.

Fruto do esforço criativo do Poder Legislativo brasileiro, com a participação efetiva de toda a sociedade, a lei dos agrotóxicos é moderna e consistente, nada ficando a dever à legislação vigente nos países mais avançados do mundo.

Decorridos mais de quatorze anos desde sua promulgação, entretanto, um aspecto dessa Lei perdeu completamente sua atualidade: o valor monetário das multas aplicáveis aos infratores. A defasagem decorre dos episódios de inflação elevada, planos de estabilização e outras conturbações econômicas ocorridas nesse período. O Maior Valor de Referência – MVR, parâmetro adotado nos artigos 16 e 17, foi extinto e substituído por um valor irrisório em moeda corrente.

O mercado de agrotóxicos e afins, no Brasil, movimenta uma cifra da ordem de 2,5 bilhões de dólares norte-americanos. Faz-se necessário atualizar-se com urgência a Lei, de modo a garantir que as sanções impostas aos infratores sejam de tal magnitude que desestimulem a prática do ilícito.

A Lei nº 7.802/89 é uma norma legal importantíssima e não se pode permitir que venha a tornar-se letra morta. É sua correta aplicação que coíbe um número ainda maior de casos (já calamitosos) de intoxicação de agricultores, poluição ambiental, contaminação de alimentos (com conseqüentes danos à saúde do consumidor), propaganda enganosa de pesticidas, etc.

Nossa proposta consiste em remover a menção ao valor da multa do art. 16 e substituir, no art. 17, o anacrônico número de MVR por um limite superior razoavelmente amplo (até um milhão de reais). A necessária gradação será, naturalmente, estabelecida pelo regulamento. Também incluímos os novos §§ 2º e 3º no art. 17, para esclarecer aspectos contidos nos incisos III, IV e VII do **caput**, a saber: a condenação e a inutilização de produto alcançam (se for o caso) os alimentos contaminados; e também se poderá interditar o empreendimento rural onde se tenham infringido as disposições legais.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei, com a brevidade possível.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2004. – Deputado **Dr. Rosinha**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Art. 49. A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 1º O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário. (Redação dada pela Lei nº 7.209 de 11-7-1984)

§ 2º O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Pagamento da multa

Art. 50. A multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença. A requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 1º A cobrança da multa pode efetuar-se mediante desconto no vencimento ou salário do condenado quando: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) aplicada isoladamente;

b) aplicada cumulativamente com pena restritiva de direitos;

c) concedida a suspensão condicional da pena.

§ 2º O desconto não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Conversão da Multa e revogação (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

(Revogado pela Lei nº 9.268, de 1º-4-1996)

Art. 51. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição. (Redação dada pela Lei nº 9.268, de 1º-4-1996)

Suspensão da execução da multa

Art. 52. É suspensa a execução da pena de multa, se sobrevém ao condenado doença mental. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Art. 16. O empregador, profissional responsável ou o prestador de serviço, que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além de multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR.

Art. 17. Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, independente das medidas cautelares de estabelecimento e apreensão do produto ou alimentos contaminados, a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 1000 (mil) vezes o Maior Valor de Referência - MVR, aplicável em dobro em caso de reincidência;

III – condenação de produto;

IV – inutilização de produto;

V – suspensão de autorização, registro ou licença;

VI – cancelamento de autorização, registro ou licença;

VII – interdição temporária ou definitiva de estabelecimento;

VIII – destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido;

IX – destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente.

Parágrafo único. A autoridade fiscalizadora fará a divulgação das sanções impostas aos infratores desta lei.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

(Nº 3.933/2004, na Casa de origem)

Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São considerados produtores rurais os produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada, inclusive pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à produção ou industrialização de pescados cultivados.

Art. 2º Esta Lei entra e vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.933, DE 2004**Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica classificada a pesca industrial como atividade vinculada ao setor rural, para fins creditícios, fiscais e/ou tributários, além de outros existentes ou que venham a existir, bem como daqueles em que o referido setor é beneficiado.

Parágrafo único. Beneficiam-se dessa classificação as pessoas jurídicas que se dedicam exclusivamente à captura e/ou industrialização de pescados, ainda que efetuem essa atividade com matérias primas de terceiros.

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As indústrias brasileiras de pesca têm contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento nacional, por meio da oferta de grande número de empregos diretos e indiretos, da preservação do meio ambiente e da implantação de novas tecnologias de produção, além de terem um impacto altamente positivo na redução do déficit da balança comercial.

O setor pesqueiro representa hoje 0,4% do PIB nacional e é responsável por 834 mil empregos diretos. Apesar de nosso enorme potencial, no entanto, a produção brasileira é inferior à de países como Peru, Chile, Argentina e México. Com a injeção de novos investimentos, calcula-se que o consumo de peixe pelo brasileiro pode saltar de 6,8kg por ano para 12kg por ano, até 2006, gerando, como conseqüência, 150 mil novos empregos diretos e mais de 350 mil indiretos.

Para que isso aconteça, é necessário estabelecer novas linhas de financiamento para o setor e corrigir as distorções hoje existentes, particularmente no que se refere ao tratamento inadequado dedicado às empresas de pesca.

Pescadores artesanais, colônias e associações de pesca, quando pleiteiam financiamento para suas atividades, têm acesso ao crédito rural, beneficiando-se de prazos razoáveis, taxas de juros compatíveis e garantias adequadas. Contudo, quando o pleito é formulado por pessoas jurídicas, mesmo de pequeno porte, o financiamento é automaticamente classificado como destinado ao setor industrial, com as mesmas condições de crédito aplicadas à uma grande indústria de transformação. Com isso, onera-se a atividade, impedindo o seu desenvolvimento, e reduz-se a produção e a oferta de pescado, com o conseqüente prejuízo para a geração de empregos.

O presente projeto de lei pretende corrigir essa distorção, com a finalidade de permitir a pesca industrial o acesso aos benefícios do crédito rural.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2004. – Deputado **Nilson Pinto**, PSDB/PA.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2007

(Nº 4.760/2005, na Casa de Origem)

Altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“Art. 3º

.....
 § 1º-A No caso de mutuários que tenham contribuído para o FCVS em mais de um financiamento em localidades diferentes ou em 2 (dois) financiamentos no mesmo município, cujos contratos foram formalizados até 5 de dezembro de 1990, fica assegurada pelo Fundo, a qualquer tempo, a cobertura dos saldos devedores dos financiamentos remanescentes.
”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.760, DE 2005**Altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

“Art. 3º

§ 1º-A. No caso de mutuários que tenham contribuído para o FCVS em dois financiamentos no mesmo município, e liquidado integralmente um dos contratos com recursos próprios, fica assegurada a cobertura do saldo devedor do financiamento remanescente.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, regulamenta a quitação de saldos devedores remanescentes pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, limitando-a a um saldo devedor por mutuário final do contrato.

O presente projeto visa esclarecer que a cobertura do fundo é garantida ao saldo devedor remanescente, no caso de mutuário que tenha contribuído para o FCVS em dois financiamentos no mesmo município e liquidado integralmente um deles, com recursos próprios.

Esse direito vem sendo negado aos mutuários que, em vez de comprovar a venda de um dos imóveis adquiridos no mesmo município, procederam à quitação integral e antecipadamente, com recursos próprios, de um dos financiamentos obtidos no âmbito do SFH, ficando, assim, em desvantagem em relação àqueles que simularam a venda exigida pelas regras então vigentes. Hoje, não há mais essa restrição, pois até o § 1º do art. 9º da Lei nº 4.380, de 1964, segundo o qual “as pessoas que já forem proprietários, promitentes compradoras ou cessionárias de imóvel residencial na mesma localidade ... (Vetado) ... não poderão adquirir imóveis objeto de aplicação pelo sistema financeiro da habitação”, foi revogado pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, mas mesmo assim persiste aquela equivocada interpretação.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2005. – Deputado **Luiz Carlos Hauly** (PSDB – PR).

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.100, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema

Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.

Art. 3º O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS quitará somente um saldo devedor remanescente por mutuário ao final do contrato, exceto aqueles relativos aos contratos firmados até 5 de dezembro de 1990, ao amparo da legislação do SFH, independentemente da data de ocorrência do evento caracterizador da obrigação do FCVS. (Redação dada pela Lei nº 10.150, de 21-12-2001)

§ 1º No caso de mutuários que tenham contribuído para o FCVS em mais de um financiamento, desde que não sejam referentes a imóveis na mesma localidade, fica assegurada a cobertura do fundo, a qualquer tempo, somente para quitações efetuadas na forma estabelecida no **caput** do art. 5º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.

§ 2º Ocorrendo a hipótese de um mutuário figurar como co-devedor em contrato celebrado anteriormente, não será considerado como tendo mais de um financiamento.

§ 3º Para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, fica a CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, autorizada a desenvolver, implantar e operar cadastro nacional de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, constituído a partir dos cadastros de operações imobiliárias e de seguro habitacional, ficando sob responsabilidade do FCVS os custos decorrentes do desenvolvimento, implantação, produção e manutenção do referido cadastro. (Redação dada pela Lei nº 10.150, de 21-12-2001)

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN editará os atos normativos necessários à administração e manutenção do cadastro a que se refere o § 3º deste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.150, de 21-12-2001)

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Mensagem nº 99, de 2007–CN (nº 522/2007, na origem), do Presidente da República, que en-

caminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 114, de 2007 (nº 523/2007, na origem), de 20 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2007, que institui o Auxílio de Avaliação Educacional – AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP ou pela Fundação Capes; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-americanos – FCPAN; trata de cargos de reitor e vice-reitor das Universidades Federais; revoga dispositivo da Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002; e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 361, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A **Mensagem nº 114, de 2007**, juntada ao processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2007**, proveniente da Medida Provisória nº 361, de 2007, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 115, de 2007 (nº 526/2007, na origem), de 20 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de cento e dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e três reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.510, de 20 de julho de 2007; e

– Nº 116, de 2007 (nº 527/2007, na origem), de 20 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor global de sessenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais, sancionado e transformado na Lei nº 11.511, de 20 de julho de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 117, DE 2007 (Nº 498/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Os méritos do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 183 MRE – DP/DSE/SGEX/AFEPA/G

Brasília, 10 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

2. Encaminhamento, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JULIO CEZAR ZELNER GONÇALVES

CPF: 042 275 811-68

I.D: 4216 MRE

05/09/1948	Filho de Antenor G. Gonçalves e Elza Zelner, nasce em 5 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ
02/01/1970	Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
12/03/1971	Terceiro Secretário em 12 de março
13/03/1971	Divisão do Tratado da Bacia do Prata, assistente
01/04/1973	Divisão da América Meridional I, assistente
06/06/1973	Divisão de Feiras e Turismo, assistente
06/05/1974	Departamento Geral de Administração, assistente e assessor
03/12/1975	Ordem do Mérito, Paraguai, Cavaleiro
01/05/1976	Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de maio
07/02/1977	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo e Primeiro Secretário
12/12/1979	Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
17/08/1981	Embaixada no México, Primeiro Secretário e Conselheiro
27/04/1983	Ordem da Águia Azteca, México, Cavaleiro
17/12/1984	Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
04/02/1985	Divisão de Privilégios e Imunidade, Chefe
14/08/1987	Ordem do Mérito Militar, Oficial
27/08/1987	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro

10/05/1988	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
13/08/1990	Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Chefe
27/02/1991	Ordem do Mérito, Equador
05/06/1991	Secretária de Administração Federal, Gabinete, Chefe
06/07/1992	Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe
21/12/1992	Ministro de Segunda Classe em 21 de dezembro
26/08/1994	Embaixada em Haia, Ministro-Conselheiro, Encarregado de Negócios na ausência do titular
12/04/1999	Vice-Presidência da República, assessor
28/06/2000	Ministro de Primeira Classe em 28 de junho
31/08/2000	Ordem do Mérito dos Guararapes, Estado de Pernambuco, Grande Oficial
26/04/2001	Ordem do Mérito, Distrito Federal, Grã-Cruz
10/05/2002	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
26/09/2002	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
02/01/2003	Secretaria de Estado das Relações Exteriores, à disposição da DP
18/01/2004	Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INFORMAÇÃO SOBRE A
REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

Junho de 2007

Avaliação do estado das relações bilaterais

Nos anos 90 a agenda bilateral não registrou visitas de alto nível. Na presente década, encontros mantidos entre os Chanceleres dos dois países à margem de foros multilaterais serviram como oportunidade para atualizar o diálogo político. Em 2003, o Chanceler Celso Amorim encontrou-se com a então Chanceler Benita Ferrero-Waldner à margem da Reunião Ministerial do Grupo do Rio-UE. Em 2004, os Chanceleres Amorim e Ferrero-Waldner encontraram-se à margem da III Cúpula UE-América Latina e Caribe, em Guadalajara. O Presidente Heinz Fischer realizou visita de Estado ao Brasil em setembro de 2005. Em 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com o Presidente Heinz Fischer à margem da IV Cúpula UE-ALC. O novo Primeiro-Ministro da Áustria, Alfred Gusenbauer, no cargo desde janeiro, manifestou interesse em visitar o Brasil este ano, em data a ser mutuamente acordada.

A agenda internacional dos dois países converge no tratamento de várias questões: meio ambiente, com ênfase na implementação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto; participação em Missões de Paz e Missões Humanitárias respaldadas em Resoluções do CSNU; combate ao terrorismo internacional e ao crime organizado; desarmamento, controle e não-proliferação de armas de destruição em massa; reforma das Nações Unidas.

No âmbito da cooperação bilateral, sobressai o interesse comum na realização de cooperação com terceiros países, em particular da África lusófona, com destaque para Cabo Verde, que vem tradicionalmente recebendo cooperação austríaca. Na área de meio ambiente, destaca-se a troca de informações na área de mudança do clima e a cooperação para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

O Brasil é o principal parceiro econômico-comercial da Áustria na América Latina, concentrando 40% de todo o comércio do país com países da região. Cerca de oitenta companhias austríacas, operam no Brasil, com destaque para a "Voerst Alpine", que tem forte parceria com a COSIPA, em Cubatão.

Também somos o maior captador de capitais austríacos na América Latina. O estoque de investimentos da Áustria no Brasil, que em 1996 era de US\$ 95 milhões, passou, em 2005, a US\$ 304,16 milhões. Investidores austríacos manifestaram interesse em participar de projetos de infra-estrutura brasileiros, especialmente em rodovias, por meio de Parcerias Público-Privadas.

O comércio bilateral —tradicionalmente deficitário para o Brasil— tem se caracterizado por exportações brasileiras de matérias-primas e itens semi-manufaturados e por uma pauta de importações variada. A corrente comercial bilateral foi de aproximadamente US\$ 610,7 milhões em 2006:

- Exportações: US\$ 143.870.482
- Importações: US\$ 466.820.197
- Saldo: (US\$ 322.949.715)

Pauta de exportações: minérios de ferro aglomerados e não-aglomerados e seus concentrados, pistões para motores de explosão, fumo não-manufaturado.

Pauta de importações: imunoglobulina, papéis e cartões para escrita, inseticidas, automóveis.

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: República da Áustria

Capital: Viena

Área: 83.870 km²

População: 8.199.783 habitantes (est. julho 2007)

Proclamação da República: 12 de novembro de 1918

Data Nacional: 26 de outubro de 1955 (comemora o Tratado de Estado que instituiu a neutralidade perpétua)

Constituição: A Constituição de 1920 foi revisada em 1929 e retomada em 1º de maio de 1945, após derrota alemã

Línguas: alemão (oficial), 88,6%; turco, 2,3%; servo, 2,2%; croata 1,6%

Sistema Político

A Áustria é uma República Federativa parlamentarista, formada por nove estados.

O Tratado de Estado de 1955 pôs fim à ocupação aliada e inaugurou a Segunda República, comprometida em manter a neutralidade perpétua. Desde então, assistiu-se à consolidação de uma democracia estável e à projeção de duas grandes agremiações políticas: o Partido Popular, conservador, e o Partido Social-Democrata, do atual Presidente Heinz Fischer e do atual Chanceler Federal (Primeiro-Ministro) Alfred Gusenbauer.

As eleições legislativas federais de outubro de 1999 marcaram profundamente a vida política austríaca. O Partido da Liberdade, que desde 1986 vinha assumindo características marcadamente populistas, conseguiu, com uma diferença de apenas 415 votos, superar o Partido Popular como a segunda principal força política do país. Teve início um governo de centro-direita. Em 2002, a vitória do Partido Popular nas eleições parlamentares desbancou o Partido Social-Democrata da Chefia de Governo depois de 38 anos.

taxa de crescimento real do PIB é superior à média da UE nos últimos anos, e registrou 3,3% em 2006.

A inflação, que acusou ligeira alta em 2004 (2,9%), vem-se mantendo igual ou inferior à média da UE. Em 2006, a estimativa foi de 1,6%. O desemprego, que preocupa as autoridades austríacas, segundo dados do Governo da Áustria, ficou em 7,1% em 2004; no entanto, em 2006 foi estimado em 4,9%.

A economia da Áustria é beneficiada por fortes relações comerciais, especialmente nos setores bancário e de seguros, com a Europa Central, Europa Oriental e Sudeste Europeu. Permanece ancorada em indústrias tradicionais, como eletro-eletrônica, química, maquinaria e aço, veículos, alimentos, metalurgia e petroleira.

Principais Indicadores Econômicos

PIB: US\$ 310,1 bilhões (est. 2006)

PIB per capita: US\$ 34.600 (est. 2006)

Inflação: 1,6% (est. 2006)

Taxa de desemprego: 4,9% (est. 2006)

Principais produtos: maquinaria, automóveis e autopeças, papel e papelão, produtos metalúrgicos, ferro e aço.

DE-I, em 20/06/2007

Aviso nº 665 – C. Civil

Em 11 de julho de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 118, DE 2007

(Nº 504/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Mi-

nistério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Os méritos do Senhor Ánuar Nahes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 179/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 10 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Ánuar Nahes que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ÁNUAR NAHES

CPF.: 59254041815

ID.: 8121- MRE

25/05/1952	Filho de Anuor Nahes e Elvira Nahes, nasce em 25 de maio, em Santa Adélia/SP
12/04/1976	Letras pela Universidade de São Paulo/SP
02/08/1978	Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale/SP
16/12/1982	CPCD - IRBr
17/12/1982	Terceiro Secretário em 17 de dezembro
04/04/1983	Linguagem Diplomática: uma Abordagem Irônico-Linguística, in Revista do Serviço Público, ano 39, n. 02, FUNCEP, Brasília
20/04/1983	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva - CPCD, Medalha de Bronze
21/04/1983	Prêmio Rio Branco - CPCD, Medalha de Prata
11/08/1983	Divisão da América Meridional-II, assistente

15/02/1984	Divisão das Nações Unidas, assistente
12/04/1984	Seminário Internacional das Nações Unidas sobre Intolerância Religiosa, Genebra, Chefe de delegação
03/04/1985	Coordenadoria Especial de Imprensa, assistente
01/05/1986	Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Terceiro e Segundo Secretário
18/12/1986	Segundo Secretário em 18 de dezembro
17/08/1989	CAD-IRBr
03/09/1989	Embaixada em Caracas, Segundo e Primeiro Secretário
21/04/1992	Ordem de Rio-Branco, Brasil, Cavaleiro
25/06/1992	Primeiro Secretário, por merecimento, em 25 de junho
05/12/1992	Embaixada em Damasco, Primeiro Secretário
24/10/1995	Divisão do Oriente Próximo, Chefe, substituto
17/10/1996	Missão na área de saúde à Autoridade Palestina (Gaza e Ramallah), Chefe de delegação
11/11/1997	Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
17/12/1997	Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
31/12/1997	Divisão do Oriente Próximo, Chefe
18/08/1998	Embaixada em Paris, Conselheiro
07/09/2001	Medalha do Mérito Santos Dumont, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Brasil
06/01/2002	Embaixada em Túnis, Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado
19/05/2003	CAE - IRBr, As Reparações da Guerra do Golfo e suas Implicações para o Brasil. A Comissão de Compensação das Nações Unidas
14/06/2003	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Assistente do Diretor-Geral
18/10/2004	Divisão do Pessoal, Chefe
16/06/2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho
26/08/2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
16/12/2005	Coordenador do Seguimento da Cúpula América do Sul - Países Árabes (CS-ASPA)
02/01/2007	Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul - Países Árabes (CG-ASPA)


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política II (SGAP-II)

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)

Divisão do Oriente Médio-II (DOM-II)

MENSAGEM AO CONGRESSO**ESTADO DO CATAR**

Junho 2007

CATAR - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado do Catar
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Monarquia Constitucional (Emirado)
ÁREA	11.437 km ²
POPULAÇÃO	907.229 (estimativa – julho de 2007)
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Árabes (40%), Paquistaneses (18%), Indianos (18%), Iranianos (10%), Outros (14%).
DATA NACIONAL	3 de setembro (dia da independência)
PIB (est. 2006)	US\$ 30,76 bilhões
PIB/capita (est. 2006)	US\$ 29.800
UNIDADE MONETÁRIA	Rial catariano (QAR)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Chefe de Estado: Emir Xequê Hamad bin Khalifa al Thani (desde junho de 1995) Príncipe Herdeiro: Xequê Tamin bin Hamad Khalifa al Thani, escolhido em setembro de 2003 Chefe de Governo (Primeiro-Ministro): Xequê Hamad Bin Jassen Jaber al Thani (desde abril de 2007).
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Xequê Hamad Bin Jassen Jaber al Thani – Ministro das Relações Exteriores. Senhor Ahmad bin Abdullah al Mahmoud – Ministro de Estado para Relações Exteriores.
MAIORES CIDADES	Doha, Ar Rayyan, Al Wakrah, Al Khor, Mesaieed, Dukhan, Al Shahhainiya, Khor al Adaid

POLÍTICA INTERNA

O território do Catar, inicialmente dominado pelo califa do Bareine, passa a integrar o Império Otomano em 1872. Torna-se parte do sistema britânico em 1916, por meio de um tratado de proteção, pelo qual a Grã-Bretanha reconhece o poder à dinastia al Thani, oriunda da Arábia Central, onde, desde os anos 1860, controla a maior cidade da região,

Al Bida. Com a retirada britânica da região do Golfo Pérsico, em 1971, o Catar se torna independente, após terem fracassado as tentativas para formação de uma nova unidade geopolítica, que incorporasse o país e o Bareine aos Emirados Árabes Unidos. A declaração de emancipação foi feita em Genebra e não em Doha. Representantes da família Al Thani mantiveram a titularidade do Governo.

O primeiro Chefe de Estado do Catar independente foi o Xequê Ahmed bin Ali al Thani, de reduzida expressão política. Em 1972, por meio de um “golpe de Estado branco”, foi forçado a deixar o cargo para o sobrinho, Xequê Khalifa bin Hamad al Thani. Xequê Khalifa governou por 23 anos, em período de grande transformação, marcado pelo início da riqueza advinda da exploração de petróleo. A peculiar gestão orçamentária, mesclando contas públicas e patrimônio pessoal, levaram a um novo “golpe de Estado branco”, em 1995, liderado por seu filho, Xequê Hamad bin Khalifa al Thani.

Para consolidar sua autoridade e neutralizar resistências internas e externas de defensores de seu pai, Emir Hamad tem marcado sua gestão com originalidade e independência. Acelerou o ambicioso programa de modernização da estrutura política, econômica e social do país, procurando utilizar, ao máximo, os recursos oriundos do petróleo e abrir caminho para futuras explorações das imensas reservas de gás natural (as terceiras maiores do mundo, após a Rússia e o Irã).

Para tanto, vem sendo estimulada a formação de diversas *joint-ventures*, sobretudo com novos parceiros, como a República da Coreia e Taiwan. O início das operações da primeira siderúrgica catariana foi coroado de sucesso e o país vem exportando considerável quantidade de barras de aço. Além da construção de imponentes obras de infra-estrutura, que vêm transformando o perfil urbano de Doha, o Governo catariano está atribuindo especial ênfase à questão da educação.

Em 1977, foi inaugurada a primeira Universidade do país. Em 2003, a Cidade Educacional abriu suas portas, constituindo-se no primeiro grande “centro universitário de excelência” do Oriente Médio, destinado a operar nos moldes dos tecnopólos americanos de *Syllicon Valley* - união da pesquisa de laboratórios acadêmicos a empreendimentos empresariais concretos.

Posteriormente, foi criado o Parque Científico e Tecnológico, no âmbito da Cidade Educacional. O Parque procurará estimular atividades de pesquisa pura e de comercialização imediata, com ênfase em processos de aplicação de tecnologia de ponta no incremento de programas de incentivo ao desenvolvimento. As companhias a serem formadas deverão buscar utilização prioritária de seus métodos, não somente no Catar, mas também em outros países do Oriente Médio. Para atrair empresários interessados, serão oferecidas, dentre outras vantagens, a titularidade integral das empresas criadas no

Parque, dispensando-se a exigência de participação majoritária de sócios locais; a isenção de direitos alfandegários de importação e exportação; e a total liberdade para a remessa de lucros ao exterior.

Adicionalmente, a Fundação Catariana para a Educação, Ciência e Desenvolvimento Comunitário, entidade pública que dispõe de substanciais recursos financeiros, assinou diversos contratos de cooperação com universidades norte-americanas, britânicas e australianas com o objetivo de implementar programas-piloto no campo da educação secundária e do treinamento na área de recursos humanos.

Concomitantemente, o Governo se tem empenhado em promover diversas iniciativas culturais de vulto, incluindo a apresentação de prestigiosas personalidades do mundo lírico e encenações de óperas compostas por artistas árabes sobre temas locais.

Assinale-se, ainda, que o Ministério da Educação é chefiado por uma mulher, Xeica Ahmed Al-Mahmoud, o que é apontado, continuamente, como indicativo da determinação do Governo de promover a integração feminina na vida política e social do país. Deve-se ressaltar, ademais, o papel da esposa do Emir, Xeica Mozah Nasser al Misnad, de formação cultural francófila e muito empenhada na realização de ambiciosos programas de caráter educacional e cultural (a Cidade Educacional teria sido planejada e organizada sob seu estrito controle e supervisão).

Buscando ampliar sua base de sustentação política, o Emir Hamad autorizou a criação da rede de televisão "al Jazeera" (a ilha), que, com seus noticiários internacionais mais livres, diretos e objetivos, acabou por se transformar, rapidamente, na maior e mais popular rede de TV em todo o mundo árabe, alcançando, igualmente, boa audiência junto às comunidades islâmicas da Europa e dos Estados Unidos. As reportagens feitas durante a derrubada do regime dos talibãs no Afeganistão, em 2001, e durante as operações militares norte-americanas no Iraque, em 2003 e 2004, confirmaram a presença da emissora na linha de frente do jornalismo de informação televisiva. Além das efetivas vantagens materiais trazidas ao balanço de pagamentos catariano, decorrentes de cobranças feitas a *sponsors* e da percepção de *royalties* pela redifusão de suas emissões, a Al Jazeera conferiu especial significado político ao regime de Doha, que passou a ser considerado como "mais entrosado com as regras da modernidade". Constitui, desde então, parâmetro seguido por alguns vizinhos, como os Emirados Árabes Unidos, que igualmente criaram suas estações, operando em formato mais direto e objetivo. Vale mencionar, entretanto, que o caráter liberal e mais aberto de Al Jazeera refere-se, exclusivamente, a temas internacionais ou a assuntos relativos a outros países, não havendo debates ou comentários críticos mais sérios sobre a situação interna catariana.

Adicionalmente, a convocação de eleições municipais, em 2003, com a admissão do voto feminino, visou a conferir legitimidade ao sistema político catariano. O fato incomodou alguns vizinhos mais conservadores e menos inclinados a inovações institucionais audaciosas.

De forma semelhante, para garantir maior estabilidade social e diluir eventuais manifestações de descontentamento, o sistema de assistência social instituído no Catar passou a ser um dos mais completos e abrangentes, oferecendo proteção quase integral aos naturais catarianos autóctones e também a certas camadas da população emigrada. Nesse sentido, as autoridades sanitárias catarianas assinaram acordos de cooperação com entidades médicas alemãs, sobretudo com as Clínicas Universitárias de Heidelberg e com o Hospital Universitário de Saarland, para o envio de pessoal médico e de enfermagem para treinamento intensivo em setores altamente especializados, como cardiologia, oncologia e tratamento de distrofias. Já está em curso um certo "turismo clínico" procedente de outros países árabes vizinhos, com destino a Doha, que começa a desfrutar de reconhecimento e de justificado renome regional.

Durante visita oficial à França, em setembro de 2004, o Ministro do Exterior, Xequé Hamad Bin Jassin Jaber al Thani, declarou, durante entrevista coletiva à imprensa, que seu Governo está empenhado em executar reformas políticas e sociais efetivas, procurando equacionar democracia e modernidade, respeito por liberdades básicas, livre fluxo de idéias e participação feminina na vida pública, "em conformidade com os ensinamentos do Islã e com costumes e tradições válidas".

Xequé Hamad tem demonstrado considerável habilidade política, conseguindo, com sucesso, neutralizar eventuais reações internas de descontentamento, não somente por meio da execução de vasto programa desenvolvimentista gerador de oportunidades, mas também por meio da distribuição de favores especiais - em particular sob a forma de participação em empreendimentos empresariais -, a personalidades que poderiam vir a representar uma forma consistente de oposição.

Em abril de 2003, referendo nacional aprovou, pela primeira vez, uma constituição escrita no Catar, que entrou em vigor em 9 de junho de 2005. O objetivo da carta magna era garantir uma sociedade plural, igualitária e baseada no direito. Previa, ainda, a criação da *Majlis Al-Shura*, Conselho Consultivo, a que foram atribuídos poderes legislativos. Dois terços dos 45 membros serão eleitos por sufrágio universal; os restantes serão indicados pelo Emir. A expectativa é de que as eleições sejam realizadas ainda em 2007, apesar de já haverem sido adiadas por duas vezes.

Em 2005, o Catar inaugurou, no Ministério do Interior, departamento responsável pela aplicação de dispositivos de convenções internacionais sobre direitos humanos e pela formulação da posição oficial do país acerca da matéria. Cidadãos catarianos poderão acionar o departamento com denúncias de violações, que serão objeto de investigação. Ademais, o novo departamento fará visitas a presídios e centros de detenção. Há entendimento, entretanto, de que a iniciativa seja reação ao relatório do Departamento de Estado norte-americano que, no início de 2005, apontou violações de direitos humanos no Catar. Estima-se, também, que o país esteja interessado em sediar o futuro centro das Nações Unidas para direitos humanos no sudeste asiático e países árabes.

No que concerne ao comércio, em setembro de 2005, o Príncipe Herdeiro, Xequê Tamin bin Hamad al Thani, promulgou decreto para iniciar estudos que, em breve, permitam a criação de zona franca nos moldes daquela de Jabel Ali, nos Emirados Árabes Unidos. Em 2006, o comércio exterior catariano atingiu US\$ 46,3 bilhões, sendo US\$ 28,6 bilhões em exportações e US\$ 17,7 bilhões em importações. O intercâmbio comercial total do Catar com o resto do mundo conheceu aumento de 28,8%, em relação a 2005, e de 86,7%, em relação a 2004.

Em abril de 2007, o Primeiro-Ministro, Xequê Abdullah bin Khalifa al Thani, renunciou ao cargo e foi designado Conselheiro Especial do Chefe de Estado, mantendo o mesmo nível hierárquico. O Emir nomeou, em seu lugar, o Vice-Primeiro-Ministro, Xequê Hamad bin Jassem Jabor al Thani, que acumula o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA EXTERNA

O perfil global da política exterior catariana vem obedecendo a grandes linhas estratégicas, que poderiam ser definidas como tendentes a assegurar um certo equilíbrio entre vizinhos e grandes potências, valendo-se para tanto de uma série de iniciativas que, no fundo, acabam representando a defesa de um interesse nacional específico.

Com a criação do país, em 1971, os responsáveis catarianos procuraram manter um programa de aliança e assistência com Londres, temendo não somente ameaças expansionistas por parte da Arábia Saudita, que via com desagrado a multiplicação de emirados independentes em sua proximidade imediata, mas também o descontentamento do Bareine, com o qual manteve pendência relativa à posse das Ilhas Hawar, concluída, em 2001, com sentença da Corte Internacional de Justiça favorável ao Catar.

Ainda na qualidade de Príncipe Herdeiro, no período de 1972 a 1995, Xequê Hamad procurou agir com maior desenvoltura diplomática, aproximando-se do Irã, à época do Xá, e mesmo mantendo contatos diretos com Israel. Com isso, objetivou atrair o interesse estratégico dos Estados Unidos para a posição do Catar no Golfo Pérsico, já que, até então, Washington considerava o país apenas um fornecedor de petróleo.

Até a revolução islâmica de 1979, os vínculos diplomáticos e comerciais entre Doha e Teerã eram intensos. Após a Revolução, houve período de retração no relacionamento bilateral. Muitos expoentes da época do Xá obtiveram acolhida no Catar, passando a desfrutar de posições de realce na vida econômica e comercial do país. Como em outras monarquias do Golfo, os responsáveis catarianos tiveram receio de que a pregação religiosa procedente de Teerã pudesse despertar inquietação nas minorias locais de confissão xiita.

Em 1980, a eclosão do conflito Irã-Iraque aumentou o temor de perturbação institucional, o que levou os Governos da área, sob inspiração dos dirigentes de Riade, a criarem o Conselho de Cooperação no Golfo (CCG), destinado inicialmente a constituir um mecanismo de cooperação funcional, agrupando Arábia Saudita, Catar, Bareine, Kuaite, Omã e Emirados Árabes Unidos.

No momento, verifica-se maior distensão diplomática entre Teerã e Doha. Os responsáveis catarianos vêm estimulando o intercâmbio comercial com os iranianos, tendo, inclusive, participado de diversas feiras internacionais em Teerã e acolhido numerosas delegações econômicas e mercantis iranianas. Durante breve visita à capital iraniana, no início de 2007, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Catar reiterou a visão de seu país de que a solução do impasse em torno do programa nuclear iraniano será obtida por meio de negociações, repudiando o uso da força. Lembre-se, a propósito, que o Catar ocupará assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2006-2007.

Com relação a Israel, o intercâmbio comercial foi estimulado após a Conferência de Madri e os Acordos de Oslo, na década de 1990. Em 1996, o então Primeiro-Ministro Shimon Peres visitou Doha, quando foi anunciada a abertura simultânea de escritórios comerciais e assinado acordo comercial entre as partes. A eclosão da segunda Intifada, em 2000, e a assunção de Ariel Sharon ao cargo de Primeiro-Ministro contribuíram para desacelerar a abertura a Israel. Em visita oficial a Paris, em setembro de 2004, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xequê Hamad bin Jassim Jaber al Thani, reiterou, durante entrevista coletiva, que as tratativas entre os dois países tiveram caráter exclusivamente comercial e enfatizou que a normalização dos vínculos com Israel dependeria da evolução das negociações de paz com os palestinos e do entendimento no âmbito da Liga dos Estados Árabes (LEA).

A relativa independência diplomática do Catar gerou certo descontentamento entre seus vizinhos, que acusaram os dirigentes de Doha de progressivo distanciamento das linhas políticas seguidas pelo mundo muçulmano, sobretudo no que se refere ao Estado judeu e à relativa liberdade de expressão da TV Al Jazeera.

Com vistas a neutralizar antagonismos, Doha tem adotado posturas mais flexíveis e com espírito de cooperação, seja no âmbito da Organização da Conferência Islâmica (OCI), seja no seio da LEA e do CCG. Neste último foro, o Catar aceitou, em 2003, proposta de unificação aduaneira, de futura união monetária (2010) e de coordenação de programas de defesa. Por outro lado, multiplicaram-se as contribuições financeiras catarianas à causa palestina, aos refugiados afegãos, e como auxílio nos casos de desastres naturais no mundo islâmico.

A partir de 2003, o Catar passou a acolher em seu território a maior parte das tropas norte-americanas estacionadas no Golfo, posição ocupada anteriormente pela Arábia Saudita que, por razões internas, preferiu adotar postura mais discreta de alinhamento com Washington. Os Estados Unidos vêm desempenhando, desde muito, o papel de agente garantidor da segurança dos países do Golfo e contam com acordo militar com Doha.

No que diz respeito à *Great Middle East Initiative* (Iniciativa para o Grande Oriente Médio), estabelecida pelo Governo do Presidente George W. Bush, em 2002, o projeto foi acolhido com simpatia pelas autoridades catarianas, ainda que a maioria dos países árabes tenha tido uma reação inicial negativa. O Emir Al Thani dirigiu, por diversas vezes, palavras elogiosas à iniciativa, advertindo sobre a necessidade de se separar a questão referente à Palestina da adoção de um efetivo programa de reformas no sistema político dos países árabes.

Vale mencionar, entretanto, que as relações entre Doha e Washington nem sempre têm sido isentas de tensões, especialmente com relação à cobertura jornalística feita pela rede de televisão Al Jazeera, que não deixou de apontar deslizos da atuação norte-americana no Iraque ou no Afeganistão.

Como que para contrabalançar suas composições com os Estados Unidos, Xequê Hamad adotou política de concessão de asilo a diversas personalidades do mundo islâmico consideradas "integristas" ou "pensadores perigosos". Assim, o ex-dirigente argelino da Frente Islâmica de Salvação, Mohamed Abassi Madani, passou a viver em Doha, ao ser libertado em Argel em 1997. Da mesma forma, o ex-Presidente checheno Salim Khan Yandarbiyev, viveu no Catar até seu assassinato por elementos russos, em fevereiro de 2004, o que provocou crise diplomática entre Doha e Moscou.

Por meio de múltiplas iniciativas em busca de equilíbrio e de atuação externa consoante com seus interesses nacionais específicos, os responsáveis catarianos vêm procurando estimular novas parcerias e ampliar seus contatos internacionais em diversos quadrantes. Em abril de 2004, formalizaram-se relações diplomáticas entre o Catar e o Vaticano, com a designação de um Núncio residente em Doha. As relações com países asiáticos estão em plena fase de desenvolvimento, especialmente no que se refere ao intercâmbio comercial e financeiro. A República Popular da China, a República da Coreia, Taiwan, Cingapura e Malásia constituem importantes interlocutores de Doha, sem esquecer que o Japão é o maior comprador das exportações catarianas e seu segundo fornecedor internacional. O intenso fluxo de trabalhadores oriundos das Filipinas, da Índia, do Paquistão e da Tailândia também contribuiu para o estabelecimento de vínculos especiais do Catar com aqueles países.

Assinale-se que a diplomacia catariana se tem empenhado na manutenção de um perfil internacional destacado. Além de sediar a reunião da Organização Mundial de Comércio, em 2001, Doha tem sido palco de diversas reuniões internacionais de prestígio. Como já mencionado, em janeiro de 2006, o país passou a ocupar, por dois anos, assento não permanente no CSNU. A eleição foi celebrada internamente como um reconhecimento do prestígio externo alcançado pelo país.

A recente movimentação de visitas de chefes de Estado e de Governo ao Catar no início de 2007 demonstra que as lideranças locais não pretendem limitar seu protagonismo aos dois anos do mandato catariano no CSNU. No primeiro semestre de 2007, visitaram o país o Vice-Primeiro-Ministro e o Chanceler da Itália, o Presidente da Síria e o Presidente da Federação Russa, além do Primeiro-Ministro do Líbano. Ademais, estiveram em Doha emissários dos Presidentes da Autoridade Nacional Palestina, do Iraque e do Egito. Parece cada vez mais transparente a disposição do Catar de utilizar plenamente a riqueza gerada pelo extraordinário desenvolvimento da indústria do gás e seus derivados, não somente para o fortalecimento da base econômica e da prosperidade do país, mas também para a consolidação de seu papel diplomático como um dos mais importantes interlocutores das potências ocidentais na região.

Diplomatas catarianos não escondem, em público e em conversas informais, a admiração e o respeito que sentem pela atuação externa brasileira, qualificada como firme e positiva. Cumpre registrar o apoio explícito prestado pela delegação catariana, na 59ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, à iniciativa diplomática do Presidente Lula "Ação contra a Fome e a Miséria", tendo o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ahmed bin Abdullah al Mahamoud, manifestado a firme intenção de seu Governo de respaldar o projeto brasileiro.

O Catar é membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OAPEP), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD) e da Organização Mundial de Comércio (OMC).

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1974, foram estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e o Catar. Em janeiro de 1994, o Chanceler catariano, Xeque Hamad bin Jassem Jaber al Thani, visitou o Brasil. Em julho de 2003, quando da visita do Embaixador Roberto Abdenur a Doha, para fazer a entrega de mensagem especial do Senhor Presidente da República que convidava o Emir a participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), as autoridades catarianas manifestaram empenho e interesse no estabelecimento de representações diplomáticas permanentes nas duas capitais.

Em visita oficial ao Catar, em fevereiro de 2005, o Ministro Celso Amorim, comunicou ao Emir Hamad bin Khalifa al Thani a decisão do Governo brasileiro de abrir representação em Doha. A disposição foi recebida com grande entusiasmo pelas autoridades catarianas. Em março de 2005, em carta ao Senhor Presidente da República, Sua Alteza informou da determinação de seu Governo de reabrir Embaixada do Catar em Brasília. Em 20 de abril de 2005, foi oficialmente inaugurada a Embaixada do Brasil em Doha.

Em maio de 2005, o Emir esteve presente à Cúpula ASPA, acompanhado de sua esposa, Xeica Mosha Nassar al Misnad, e de expressiva delegação, que contou com a presença dos dois Ministros das Relações Exteriores e de toda a cúpula da Chancelaria catariana.

Em junho de 2007, o Presidente da Petrobrás, Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, visitou o Catar e cumpriu agenda de negócios com a *Qatar Petroleum* (QP) e subsidiárias de energia e gás natural. A visita pode ser considerada a primeira de real impacto para o desenvolvimento das relações entre os dois países desde a abertura da Missão em Doha, em 2005. Dr. Gabrielli encontrou-se com o Sr. Nasser al Jaiddah, Presidente da *Qatar Petroleum International*, responsável pelas operações da QP no exterior. A visita criou perspectivas muito positivas de estabelecimento de uma sólida parceria entre as duas estatais, nela incluído o fornecimento regular de GNL catariano para suprir as necessidades energéticas brasileiras.

Recentemente, a empresa de aviação *Qatar Airways* negociou o estabelecimento de ligações aéreas diretas entre Doha e São Paulo, o que potenciará o intercâmbio econômico e cultural entre os dois países.

COMÉRCIO BRASIL-CATAR:

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil):

BRASIL ⇒ CATAR	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Exportações	32.299	27.134	30.688	41.527	116.149	87.140	60.905
Importações	0	0	7.286	13	3.263	7.894	0,3
Superávit do Brasil	32.299	27.134	23.402	41.514	112.886	79.246	60.905

Fonte: MDIC/SECEX

* Valores referentes ao período Jan/Mai.

Aviso nº 670 – C. Civil

Em 16 de julho de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 119, DE 2007

(Nº 515/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 111–A, **in fine**, da Constituição, submeto à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, SP, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.

Brasília, 19 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

“CURRICULUM VITAE”

PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS

I - QUALIFICAÇÃO

a) Dados Pessoais:

nascimento : 12 de março de 1951, São Paulo, Capital

filiação : Marcos Manus e Ruth Teixeira Manus

estado civil: casado com Maria Eugenia Olivier Moreira Manus -
advogada

filhos: Paulo José, Marina e Ruth

R.G 4.242.223, de 15-05/1967, SP - CPF 667687308-78

Endereço Alameda dos Tupiniquins, 750 apto 12 – Moema
São Paulo - SP CEP 04077-001
Telefone (11) 5051-0102

b) Formação Acadêmica:

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Paulista de
Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1969-1973).

Mestre em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1984).

Doutor em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995).

Livre docente em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000).

Curso de Especialização em Direito do Trabalho na Università Degli Studi di Roma, Roma - Itália (1974/1975).

Curso de Especialização em Direito Civil na Università Degli Studi di Roma, Roma - Itália (1974/1975).

2 - ATIVIDADE PROFISSIONAL:

a) Acadêmica:

Chefe do Departamento II (Direito Civil, Processual Civil, do Trabalho e Processual do Trabalho) da PUCSP. Eleito para o biênio 2001/2003 e reeleito para o biênio 2003/2005.

Professor Titular – Departamento da Faculdade de Direito da PUC/SP

Professor Associado – Departamento II – da Faculdade de Direito da PUCSP (2001-2004)

Professor Assistente Doutor - Departamento II - da Faculdade de Direito da PUCSP (1995/2001).

Professor Assistente Mestre - Departamento II - da Faculdade de Direito da PUCSP (1987/1995).

Professor auxiliar de ensino do Departamento II – da Faculdade de Direito da PUCSP (1978/1995)

Professor de Direito Processual do Trabalho do curso de Graduação e do curso de Pós-Graduação em Direito da PUCSP.

Professor regente dos cursos de Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito da PUCSP, desde 1980.

Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da Faculdade de Direito da PUCSP.

Professor convidado do programa de pós graduação da Universidade da Amazônia – UNAMA – Belém do Pará.

Professor convidado de Direito do Trabalho do Programa de mestrado da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

Coordenador dos cursos de direito do Centro de Aperfeiçoamento de estudos Jurídicos de Vitória, Espírito Santo.

Professor convidado do CPC Curso de Preparação para Concursos, SP-SP.

Colaborador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP.

Colaborador da Fundação Carlos Chagas.

Professor Convidado do Departamento de Estágio Profissional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1978).

Professor Convidado do Departamento de Estágio Profissional das Faculdades Metropolitanas Unidas (1980/1984).

Professor Convidado do Instituto Cultural do Trabalho (1978/1986).

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Humanas da Faculdade Santana, SP, (1984).

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Humanas da Fundação Dom Aguirre, Sorocaba, SP, (1984).

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Humanas da Faculdade Tibiriçá, SP, (1985).

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Humanas do Instituto Salesiano de Americana, SP, (1985/1986).

Professor Convidado do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do TRT - 8ª Região e Universidade Federal do Pará, Belém do Pará (1986).

Professor Convidado do Curso de Progressão Funcional e Ascensão para as carreiras de Técnico Judiciário e Oficial de Justiça (Nível Superior) e Auxiliar e Atendente Judiciário (Nível Médio), do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, (1986).

Professor Convidado do Ciclo de Palestras sobre Direito do Trabalho e Processual do Trabalho promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de São Paulo, (1987).

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Faculdade de Direito de Taubaté, (1991).

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade São Francisco - Campus São Paulo, (1991/1993).

Professor Convidado da Faculdade de Direito de Taubaté, (1991/1992).

Coordenador do Curso de Especialização em Direito do Trabalho das Faculdades Integradas do Triângulo - Uberlândia-MG, (1994/1996).

Professor convidado de Direito do Trabalho dos cursos de graduação e especialização da Faculdade de Direito de Bauru – Instituição Toledo de Ensino, (1995/1998).

Professor responsável pela área de Direito do Trabalho no exame anual de cursos do Ministério de Educação e Cultura – PROVÃO-MEC, junto à Fundação Carlos Chagas, 1996/2003.

Professor convidado do Curso de especialização em Direito do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (1999), Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

Professor orientador das dissertações de conclusão do Curso de especialização em Direito do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – alunos Flavio Laet, Fátima Saboya, Ivete Moura e Izabella (1999/2000), Campo Grande – Mato Grosso do Sul.

b) Não Acadêmica:

Juiz Vice Presidente Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desde setembro de 2006.

Juiz Vice-Presidente Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de setembro de 2004 a setembro de 2006.

Juiz Presidente da 5ª Turma do TRT da 2ª Região, desde setembro/2000

Juiz Convocado junto ao Tribunal Superior do Trabalho, (1997).

Juiz Corregedor Auxiliar do Tribunal Regional do Trabalho da IIª Região, biênio 1994/1996.

Juiz do Trabalho Presidente da 14ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, (1983/1993).

Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da IIª Região, integrante de lista permanente de substituição, pelo critério de merecimento (1987/1993).

Juiz do Trabalho Substituto de Primeira Instância (1980/1983).

Assessor de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, (1975/1980).

Oficial de Justiça Avaliador da 20ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, (1976/1980).

Subchefe de Gabinete do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, (1974).

Advogado inscrito na O.A.B.-SP, sob nº 32.393, (1974/1980).

Estagiário inscrito na O.A.B.-SP, sob nº 5.283, (1972/1974).

Estagiário da Procuradoria Regional do Trabalho da Segunda Região, (1972/1974).

c) Atividades Afins:

Membro da Comissão Nacional de Direito e Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego na gestão do Ministro Almir Pazzianotto Pinto e na atual gestão.

Colaborador da Revista de Direito do Trabalho da Editora Revista dos Tribunais, (1976/1988).

Professor Integrante da Comissão de Estágio Profissional da Faculdade de Direito da PUCSP e da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, (1980/1988).

Colaborador da Revista “Synthesis” do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, (1985/1990).

Coordenador dos Cursos da Associação dos Magistrados do Trabalho da Segunda Região, (1982/1990).

Membro Docente do Conselho Universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (1990/1991).

Membro das Comissões de Avaliação Final dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região e Universidade Federal do Pará, (1986/1987).

Colaborador do Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho - IBRART, (1985/1987).

Membro da Comissão Examinadora do III Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 15ª Região (prova prática - 1992/1993).

Membro da Comissão Examinadora do IV Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 15ª Região (prova prática - 1993).

Membro da Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Específicos do Concurso Público para as carreiras de Oficial de Justiça Avaliador, Auxiliar e Atendente Judiciários do TRT da 2ª Região, coordenado pela Fundação Carlos Chagas, novembro/94.

Membro da Banca Examinadora da Prova de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho para provimento de cargos no Tribunal Superior do Trabalho, coordenado pela Fundação Carlos Chagas, abril/94.

Presidente da Comissão Examinadora do XVI Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da Segunda Região, (conhecimentos específicos - 1994).

Coordenador do Curso de Extensão Cultural “Execução no Processo do Trabalho”- PUCSP, (1995).

Presidente da Comissão Examinadora do XVII Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da Segunda Região (conhecimentos específicos - 1995).

Coordenador do Curso de Extensão Cultural “Ações Especiais no Processo do Trabalho”, PUCSP, (1995).

Presidente da Comissão Examinadora do XVIII Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região, (conhecimentos específicos - 1995)

Membro Titular da Comissão Examinadora do XIX Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da Segunda Região (prova de sentença - 1996).

Membro Titular da Comissão Examinadora do XX Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da Segunda Região (prova de sentença - 1996).

Membro da Comissão Permanente de Direito do Trabalho do Ministério do Trabalho, (1985/1987).

Coordenador dos cursos de especialização em Direito do Trabalho da PUCSP, junto à COGEAE (desde 1999)

c. Participação em bancas de mestrado e doutorado

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Saul D. Tibaldi, “Duração do Trabalho - Aspectos de uma possível flexibilidade”, PUCSP, (1995).

Membro Titular da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Amador Paes de Almeida, “A tutela salarial na insolvência do empregador”, Mackenzie, SP, (1995).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de José Ribeiro de Campos, “A terceirização inserida no contexto de flexibilização no Direito do Trabalho no Brasil”, PUCSP, (1995).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Sólton de Almeida Cunha, “Participação nos Lucros”, Mackenzie, SP, (1995).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Elda Alencar de Souza, “Ergonomia: uma reflexão sobre as condições de trabalho”, PUCSP, (1995).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Maria Teresa de Souza, “Cargo de confiança bancário”, PUCSP, (1995).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Carla R. F. Leal, “Terceirização no Direito do Trabalho através das empresas de trabalho temporário”, PUCSP, (1996).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Luciana Cavalcanti M. de Carvalho, “O Instituto do Salário Utilidade no Direito do Trabalho Brasileiro”, PUCSP (02/97).

Membro Titular da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Francisco Pedro Jucá, “Pressupostos à Renovação do Direito do Trabalho”, PUCSP (05/97).

Membro Titular Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcus Vinicius Lobregat, “Dano Moral no Direito Individual do Trabalho”, PUCSP (05/97).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Fábio Anéas, “Equiparação Salarial no Grupo de Empresas”, PUCSP (06/97).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Francisco Carlos Tyrola, “Contrato Individual de Trabalho a Prazo Determinado no Direito Brasileiro”, PUCSP (10/97).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcelo Ladeira Mauad, “As Cooperativas de Trabalho e Sua Relação com o Direito Material do Trabalho”, PUCSP (10/97).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Ricardo Verta Ludovice, “Seguro Desemprego”, PUCSP (10/97).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Grasielle Augusta Ferreira Nascimento, “A Proteção ao Trabalho da Criança e do Adolescente no Brasil”, PUCSP (11/97).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Lúcia Toledo Silva, “A Prescrição Trabalhista Relativa ao FGTS”, PUCSP (11/97).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Maurinice Evaristo Wenceslau, “Prescrição das Obrigações Trabalhistas dos Rurícolas - Efeitos da Constituição de 1988”, PUCSP (12/97).

Membro Titular da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Bento Herculano Duarte Neto, “Peculiaridades da Função Jurisdicional Trabalhista: Poder Instrutório do Juiz e Princípio Protetorista aplicado ao Processo”, PUCSP (02/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Marco Antonio César Villatore, “O Trabalho Doméstico e o Direito Material e Processual do Trabalho”, PUCSP (03/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Sueli Valentin Mouro Miguel, “O Adolescente Aprendiz no Direito do Trabalho”, PUCSP (04/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Carla Teresa Martins Romar, “Alterações do Contrato de Trabalho – Função e Local”, PUCSP (06/98).

Membro Titular da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Enio Galarça Lima, “Garantia de Emprego: Uma Visão Crítica”, PUCSP (06/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Christiane Bernardes de Carvalho Mello, “Direito Internacional Privado e Relação Jurídica de Trabalho – Aspectos da Legislação Brasileira”, PUCSP (06/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de João José Sady, “Direito Sindical e Conflito de Poder”, PUCSP (06/98).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Noemia Celeste Galduróz Cossermelli, “Direito Comunitário do Trabalho”, PUCSP (08/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Ivan Dias da Motta, “A Liquidação de Sentença por Cálculo no Processo Trabalhista”, PUCSP (09/98).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Otávio Augusto Reis de Sousa, “A Antecipação da Tutela no Processo do Trabalho e as Pessoas Jurídicas de Direito Público”, PUCSP (10/98).

Membro Titular da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de João Norberto Vargas Valério, “A Decadência no Direito do Trabalho”, PUCSP (11/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Ana Paula Sebe Filippo, “A Arbitragem nas Relações Coletivas de Trabalho no Brasil”, PUCSP (12/98).

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Ricardo Antônio Marques Perdigão, “A Adjudicação no Processo do Trabalho”, PUCSP (04/99)

Presidente da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcia de Castro Balduino “Jornada de Trabalho e Horas In Itinere” PUCSP (05/99)

Membro titular da Banca Examinadora da tese de Doutorado de Izidro Moraes da Silva “Princípios Fundamentais de Direito do Trabalho no Mercosul” PUCSP (06/99)

Membro titular da Comissão de Seleção do Processo Seletivo para uma vaga de Assistente MS-2 RTP do Departamento de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (08/99)

Membro titular da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de José Roberto Lino Machado “A Participação do Trabalhador na Gestão da Empresa”, FADUSP, (09/99)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ademar Prisco da Cunha Neto “Justiça do Trabalho e Arbitragem: A Eficácia da Solução Heterônoma dos Conflitos Coletivos do Trabalho” PUCSP (09/99)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Sandro Nahmias Melo “Meio Ambiente do Trabalho, Direito Fundamntal” PUCSP (09/99)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de de Léa Elisa Silingowschi Calil “Filosofia do Direito do Trabalho da Mulher” PUCSP (09/99)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de João José Sady “Direito do Trabalho e meio Ambiente do Trabalho” PUCSP (09/99)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Edilson Soares de Lima “A Existência da Correição Parcial no Processo Trabalhista Brasileiro e Análise de Sua Constitucionalidade” PUCSP (10/99)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Sandra Lia Simón “A Proteção Constitucional da Intimidade e da Vida Privada do Empregado” PUCSP (11/99)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Maria José Giannella Cataldi “O Stress no Ambiente de Trabalho” PUCSP (11/99)

Presidente da Banca examinadora do Exame de Qualificação para Mestrado de Gabriel Lopes Coutinho Filho “Desconstitucionalização de

Normas Trabalhistas: Repercussão da Estrutura do Princípio Protetivo” Mackenzie (11/99)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Henrique Macedo Hinz “O Poder Normativo como Forma de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho”, PUCSP (11/99)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Adriana Maria Battistelli Varellis “A Prova Testemunhal no Processo do Trabalho”, PUCSP (11/99)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Gabriel Lopes Coutinho Filho “Desconstitucionalização de Normas Trabalhistas: Repercussão da Estrutura do Princípio Protetivo” Mackenzie (02/00)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Francisco Antonio de Oliveira “A Penhora no Processo do Trabalho”, PUCSP (03/00)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Karlla Patricia Souza “A Proteção Jurídica ao Trabalho da Criança e do Adolescente no Brasil” PUCSP (03/01)

Membro Titular da Banca examinadora do Concurso para Professor assistente mestre dos Professores Fabíola Marques e Adalberto Martins na Faculdade de Direito da PUCSP (04/01)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Suely Ester Gitelman “A Convenção Coletiva de Trabalho no Direito Brasileiro”, PUCSP (04/01)

Membro Titular da Banca examinadora do Concurso para Professor assistente mestre do Professor Ionas Deda Gonçalves na Faculdade de Direito da PUCSP (04/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Fabrício Santos Bordallo “Direitos Humanos e o Meio Ambiente do Trabalho”, na Universidade da Amazônia – UNAMA – Belém do Pará (04/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Eliana Maria de Souza Franco Teixeira “O Direito à Educação nas Constituições Brasileiras”, UNAMA – Belém do Pará (04/01)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ivan Dias da Motta “Do Arbitramento Judicial no Processo do Trabalho”, PUCSP (05/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Oswaldo de Sousa Santos Filho “Aposentadoria especial no Direito Brasileiro” PUCSP (05/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Pedro Carlos Sampaio Garcia “O Sindicato e o Processo: A Coletivização do Processo do Trabalho” PUCSP (05/01)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Patrícia Guimarães Notaroberto Barbosa “Sucessão Trabalhista – Aspectos Fundamentais no Direito e Efeito nas Privatizações

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Renato Mehanna Khamis “O Dano Moral do Portador do Virus HIV Dispensado Imotivado” UNIMES – Santos – SP (05/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Deborah Regina Rocco Castaño Blanco “Greve e as Medidas Judiciais que Limitam o seu Exercício” PUCSP (06/01)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Christiani Marques “O Contrato de Trabalho e a Discriminação Estética” PUCSP (06/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Laura Martins Maia de Andrade “O Meio Ambiente do Trabalho no Brasil e a Ação Civil Pública Perante a Justiça Trabalhista” PUCSP (06/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Jane Granzoto Torres da Silva “A Transação extrajudicial no Direito Individual do Trabalho” Universidade Mackenzie - SP (08/01)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Mauro Medeiros “A Interpretação da Convenção Coletiva de Trabalho” PUCSP (08/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Lucinéia Rosa dos Santos “Assédio Sexual e o Direito do Trabalho” PUCSP (09/01)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Ynes da Silva Félix “Solução dos Conflitos Coletivos do Trabalho: Negociação Coletiva no âmbito do Mercosul”, PUCSP (09/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Aluizio Ferreira de Almeida “A Arbitragem como Alternativa na Solução de Conflitos Advindos do Contrato de Trabalho e sua Terminação” PUCSP (10/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de José Arnaldo Soares Campos “O Princípio da Dignidade Humana como Fundamento das Garantias Materiais e Morais para Apuração da Responsabilidade Civil por Dano Ambiental” PUCSP (10/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de João Hilário Valentim “AIDS e Relações de Trabalho Subordinado: O Reflexivo Direito do Trabalho” PUCSP (10/01)

Membro Titular da Banca examinadora da Dissertação de mestrado de Miriam de Lourdes Gonçalves “As Sociedades Cooperativas e o Direito do Trabalho” PUCSP (10/01)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Pastora do Socorro Teixeira Leal “Efeitos da Nulidade do Contrato de Trabalho” PUCSP (11/01)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Erica Paula Barcha Correia “Aspectos da reforma da Aposentadoria no Setor Público” PUCSP (11/01)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Valton Doria Pessoa “A Transação Extrajudicial nas Relações Individuais do Trabalho” PUCSP (11/01)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Saul Duarte Tibaldi “Modernidade nas Relações de Trabalho Agrícolas no Brasil” PUCSP (11/01)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Vilma Dias Bernardes Gil “As Novas relações Trabalhistas e o Trabalho Cooperativo” PUCSP (01/02)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Francisco Antonio de Oliveira “A Revelia na Justiça do Trabalho”, PUCSP (04/01)

Membro titular da Banca examinadora da qualificação de Mestrado de Jouberto de Quadro Pessoa Cavalcante “Sujeição Passiva Tributária no Ilícito Trabalhista” Universidade Mackenzie – SP (04/02)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Sandro Nahmias Melo “O Direito ao Trabalho da Pessoa Portadora de Deficiência no Brasil e o Princípio Constitucional da Igualdade (Ação Afirmativa)” PUCSP (04/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Mauricio Nahas Borges “A Transação Trabalhista nas Comissões de Conciliação Prévia e os Limites da Eficácia Liberatória Geral” PUCSP (04/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ana Stella Carvalho Teixeira de Camargo “A Participação nos Lucros e Resultados das Empresas” PUCSP (04/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Umberto Grillo “Cooperativas de Trabalho: Pressupostos de sua Legitimidade em face das Normas de Proteção Trabalhistas” Universidade Federal de Santa Catarina (05/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Nilson de Oliveira Nascimento “Normas de Proteção ao Trabalho do Menor” PUCSP (05/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcos Roberto Pereira “Repensando as funções dos Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais Trabalhistas na Sociedade Pós-Industrial” PUCSP (05/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Miliana Sanchez Nakamura Magaldi “Transação extrajudicial Realizada Perante a Comissão de Conciliação Prévia: Elementos nos Planos de Existência, da Validade e da Sua Eficácia” PUCSP (05/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcia Cristina de Souza Alvim “O Princípio da Eficiência na Constituição Federal de 1988” PUCSP (05/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Luciana Maria Prince Franzini “Garantia de Emprego no Direito do Trabalho Brasileiro” PUCSP (06/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Patrícia de Mello Sanfelice “O Impacto da Informalidade do mercado de Trabalho no Financiamento da Seguridade Social” PUCSP (06/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ricardo Duarte de Melo “O Benefício da Pensão Por Morte no Regime da Previdência Social” PUCSP (06/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Claudia Campas Braga “Globalização: Estado Democrático de Direito e Flexibilização das Relações de Trabalho” PUCSP (06/02)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Gézio Duarte Medrado “A Garantia de Emprego na Economia Globalizada: Reflexos e Propostas” PUCSP (06/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Silvio Luis Birolli “A Prova Pericial no Direito Processual do Trabalho Brasileiro – e a não Imperatividade do art. 195 da CLT” PUCSP (06/02)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Maria Cristina Mattioli “Cláusula Social nos Acordos de Comércio Internacional: necessidade de inserção” PUCSP (06/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Luis Cláudio de Andrade Assis “O Idoso e a Seguridade Social” PUCSP (07/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Paulo Henrique Kretzschmar e Conti “A Penhora da Empresa, de Sua renda e Sua Constituição em Usufruto Judicial” PUCSP (08/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Elaine Tardelli Marçulli Espíndola “Legalidade e Constitucionalidade das Decisões Proferidas pela Justiça do Trabalho” UNIMES – Santos (08/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Mathias Alves Correa “A Discriminação da Empregada Doméstica Gestante perante a Constituição Federal de 1988” UNIMES – Santos (08/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Sonia Aparecida Ribeiro Soares Silva “O Poder Diretivo do Empregador sob a Ótica da Constituição Federal de 1988” UNIMES – Santos (08/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Juliana Ferreira Alves Martinez “A proteção Constitucional da Imagem do Trabalhador no Direito Brasileiro ” UNIMES – Santos (08/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Luiz Fernando dos Santos “A Preservação da Biodiversidade Através do Devido Processo Legal Inserido na Constituição federal brasileira como Forma de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho ” UNIMES – Santos (08/02)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Adriano Guedes Laimer “Proposta de Renovação do Papel dos Sindicatos” PUCSP (08/02)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Otávio Pinto e Silva “Subordinação, Autonomia e Parasubordinação nas Relações do Trabalho” USP (09/02)

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Grasielle Augusta Ferreira Nascimento “A Educação e o Trabalho do Adolescente” PUCSP (10/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Cláudio Armando Couce de Menezes “Teoria Geral do processo e a Execução Trabalhista ” PUCSP (10/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Thereza Christina Nahas “Legitimidade Ativa dos Sindicatos na Defesa de Direitos e Interesses Individuais Homogêneos no Processo do Trabalho (processo de Conhecimento) ” PUCSP (10/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Elisa Maria de Barros Pena “A Estabilidade Provisória da Empregada Gestante e o Abuso de Direito” PUCSP (10/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ruia Cesar Publico Borges Correa “O Direito do Trabalho e o Jogador Profissional de Futebol no Brasil ” PUCSP (10/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Maria Lucia Menezes Gadotti “A Flexibilização Diferenciada dos Contratos de Trabalho dos Altos Executivos” PUCSP (10/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ney Lobato Rodrigues “Gravidez e Ingestão de Fenilalanina Uma Abordagem Bioquímica e seus Reflexos na Proteção da Infância” Instituição Toledo de Ensino – Bauru (10/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Luís Eduardo Betoni “O Empresário Falido Face a Alguns de Seus Direitos Fundamentais Previstos na Constituição Federal de 1988” Instituição Toledo de Ensino – Bauru (10/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Alceu Luiz Carreira “Da Liberdade Sindical sob a Ótica da Central Única dos Trabalhadores” Instituição Toledo de Ensino – Bauru (10/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Carlos Eduardo Principe “A Sobrevida das Cláusulas Normativas aos Contratos Individuais de Trabalho” PUCSP (10/02)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Taufik Ricardo Sultani “A Situação do Idoso no Direito Previdenciário Vigente” PUCSP (10/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Anita Maria Meinberg Perecin Torres “A Saúde da Mulher e o Meio Ambiente do Trabalho” PUCSP (12/02)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de José Ribeiro de Campos “A Contratação de Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros – A Responsabilidade e a Participação na relação processual da Empresa Tomadora: Uma Análise do inciso IV do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho” PUCSP (12/02)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Vania Alves Ferreira Fontes “Prescrição Trabalhista no Curso do Contrato

de Trabalho Diante da Subordinação do Empregado ao Empregador” PUCSP (02/03)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Alexandre Augusto Gualazzi “A Decisão de Mérito na Jurisdição Individual de Trabalho e o Empregado Portador de Doença Infecto-contagiosa Estigmatizante Despedido Imotivadamente” PUCSP (02/03)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Tania Mara Guimarães Pena “Assédio Sexual na Relação de Emprego: da Insuficiência do Tipo Penal para a Proteção dos Empregados” PUCSP (02/03)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de André Cremonesi “Cooperativas de Trabalho: Alternativa Legal de Trabalho e Renda versus Fraude aos Direitos Trabalhistas” PUCSP (04/03)

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Rodrigo César Vieira Guimarães “Transação extrajudicial aplicada no Contrato Individual de Trabalho – Validade – Assistência do Sindicato Obreiro como Requisito de Validade” PUCSP (04/03)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Carla Teresa Martins Romar “Concertação Social” PUCSP (04/03)

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Paulo Cesar Baria de Castilho “Execução de Contribuição Previdenciária pela Justiça do Trabalho no Brasil” PUCSP (05/03)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Fabiane Regina Carvalho de Andrade Ibrahim “Petição Inicial no Direito do Trabalho: Inaplicabilidade do artigo 282 do Código de Processo Civil” UNIFIEO – Osasco (05/03)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Márcia Regina Pozelli Hernandez “Novas Perspectivas faz relações de Trabalho: O Teletrabalho” PUCSP (05/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Maria Cibele de Oliveira Ramos “Os Planos de Benefício das Entidades de Previdência Privada” PUCSP (05/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Nelson Bueno do Prado “A Revelia no Processo do Trabalho” PUCSP (05/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Milene Torres Godinho Secomandi “Saúde Preventiva: Direito Fundamental no Sistema Jurídico Brasileiro” PUCSP (06/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Matheus Guimarães Cury “A Necessária Discriminização do Porte de Entorpecente Para Uso Próprio no Intuito de Resgatar a Dignidade Humana do Dependente Químico” UNIMES (06/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Bernadete Bacellar do Carmo Mercier “Gerência da Cidade Pelo Município em Face do Direito Ambiental Brasileiro” UNIMES (06/03).

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Mestrado de Airton Pereira Pinto “Direitos Humanos Sociais dos Trabalhadores na Constituição Federal em Vigor: Cointribuição a sua Teoria Geral” PUCSP (06/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Maria Lucia Beltrani “Exceção de Pré-executividade na Justiça do Trabalho” PUCSP (06/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcelo Freire Gonçalves “A Participação do Empregado na Direção da Empresa” PUCSP (06/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Vera Lucia Carlos “Discriminação das Relações de Trabalho” PUCSP (06/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ricardo Bruel da Silveira “A Atuação do Ministério Público do Trabalho na Desconstituição de Cláusulas, Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho” PUCSP (06/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Yone Frediani “Licença-Maternidade à Mãe Adotante” PUCSP (08/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Jorge Eduardo de Sousa Maia “O Sistema Recursal Trabalhista e uma Proposta de Celeridade” PUCSP (08/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Eliane Romeiro Costa “O Risco Moral Previdenciário, o Regime de Previdência Complementar fechado e a Idade Para a Aposentadoria” PUCSP (08/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Cibele Carneiro da Cunha “A Negociação Coletiva de Trabalho e sua Natureza Jurídica” PUCSP (09/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Renata Nóbrega Figueiredo “Os Limites da Negociação Coletiva na Perspectiva de Flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho” PUCSP (10/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Iausy Anahy Farias Martins “A Negociação Coletiva como Instrumento de Garantia nas Relações de Trabalho” PUCSP (10/03).

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Carlos Henrique Bezerra Leite “Liquidação na Ação Civil Pública no Direito Processual do Trabalho Brasileiro” PUCSP (10/03).

Membro titular da Banca examinadora do Exame de Qualificação para Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguística de Maria da Glória Correa di Fanti - PUCSP (10/03)

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Thereza Christina Nahas “Desconsideração da Personalidade da Pessoa Jurídica – Limite da responsabilidade dos Sócios e/ou Administradores (Reflexos do Direito Civil e Empresarial nas Relações Trabalhistas)” PUCSP (10/03).

Membro titular da Banca examinadora da tese de Doutorado de Miguel Horvath Junior “O Salário-Maternidade no Direito Brasileiro” PUCSP (10/03).

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Noemia Celeste Galduroz Cossermelli “Responsabilidade Civil dos Sindicatos – A Boa-fé no Direito Coletivo” PUCSP (11/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Rosier Pereira Jorge “O Antropocentrismo e o Meio Ambiente do Trabalho” UNIMES (11/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Eduvilio Rodrigues Garcia “O Direito Penal como defesa do Meio Ambiente no Brasil” UNIMES (11/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Juan Carlos Matarazzo Sanchez “Princípio da Capacidade Contributiva, Pressuposto Jurídico e Fundamento da Tributação” UNIMES (11/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Arleide Costa de Oliveira Braga “A Descentralização da Seguridade Social com a Municipalização da Assistência Social” UNIMES (11/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Antonio de Oliveira Braga Filho “O Saque da Conta do Fundo de Garantia do tempo de Serviço nos Casos de Demissão Voluntária em relação à Dignidade da Pessoa Humana” UNIMES (11/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Marcio Alexandre da Silva Pinto “Teoria Geral do Direito da Cidadania” PUCSP (11/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Wagner Donegati “O Problema da Competência para o Julgamento das Ações Cujo Pleito é Cumulativo de Dano Material e dano Moral em Decorrência de Acidente do Trabalho” UNIMES (12/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Eduardo Mirabile “A Inafastabilidade do Poder Judiciário na Apreciação de Aros de Transação Feitos nas Comissões de Conciliação Prévia” UNIMES (12/03).

Presidente da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Débora Regina Arienti Oricchio “Direito Coletivo do Trabalho no Direito Brasileiro” UNIMES (12/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Romulo Martelli “A Nulidade da Cláusula Geral Inserida nos Compromissos de Venda e Compra de Imóveis que Permite a Hipoteca

para Garantia de Dívida do Incorporador, em face do Direito Constitucional de Propriedade” UNIMES (12/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Ricardo de Moraes Cabeção “O Alcance da Responsabilidade Civil dos Fornecedores nos Eventos Futebolísticos por Vícios ou Defeitos, em face da Aplicação do estatuto do Torcedor” UNIMES (12/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Silvia Vilela Mancilha “A Cumulação de Indenizações por Dano Moral e Estético Decorrente de Erro Médico em Cirurgia Plástica não Corretiva após o Advento da Lei 8078/90” UNIMES (12/03).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Haroldo Castello Branco “A Possibilidade de Controle Prévio do Conteúdo dos Contratos de Adesão de Cartão de Crédito, a fim de se Amenizar as Abusividades Neles Inseridas” UNIMES (12/03).

Membro titular da Banca examinadora da tese de Doutorado de Claudio Roberto Finati “O Código de Ética e Seus reflexos no Contrato de Trabalho” PUCSP (01/04).

Presidente da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Ricardo Verta Ludovice “Lealdade Processual Trabalhista” UNIMES (01/04).

Membro titular da Banca examinadora do Concurso Público para Professor de Prática Trabalhista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, SBC-SP (01/04).

Membro titular da Banca examinadora da Tese de Doutorado de Maria da Glória Correa di Fanti “Duscuro, Trabalho & Dialogismo: A Atividade Jurídica e o Conflito Trabalhador/Patrão” (02/04).

Membro titular da Banca examinadora da Dissertação de Mestrado de Rubens Miranda de Carvalho “Discriminação, Racismo e Ações Afirmativas no Brasil” UNIMES (02/04).

3 – CONFERÊNCIAS E PALESTRAS EM CONGRESSOS, CURSOS E SIMPÓSIOS

Congresso do Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, São Paulo, (1976).

Ciclo de Conferências realizadas pelo Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, São Paulo, (1980).

Congresso Internacional e Brasileiro de Direito do Trabalho e Previdência Social, organizado pela Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo - Secretário da Comissão II -, Foz do Iguaçu, (1984).

V Congresso Estadual de Advogados Trabalhistas promovido pela Associação de Advogados Trabalhistas de São Paulo, Guarujá, (1984).

III Encontro de Ex-alunos do Instituto Cultural do Trabalho – conferencista, São Paulo, (1985).

VI Congresso Estadual de Advogados Trabalhistas promovido pela Associação de Advogados Trabalhistas de São Paulo, Ribeirão Preto, (1985).

IV Encontro de Ex-alunos do Instituto Cultural do Trabalho – conferencista, São Paulo, (1986).

II Encontro de Juízes do Trabalho da Segunda Região - organizador, São Paulo, (1986).

VII Congresso Estadual de Advogados Trabalhistas de São Paulo promovido pela Associação de Advogados Trabalhistas e pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, Sorocaba, SP, (1986).

I Congresso Estadual de Advogados e Estagiários assalariados - expositor, São Paulo, (1987).

Simpósio “A Justiça do Trabalho e a Polícia Militar” do TRT da 2ª Região e Comando da Polícia Militar de São Paulo, S.P., (1987).

Segundo Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e Primeiro Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho - integrante da comissão 2 - Sindicato e Justiça do Trabalho, São Paulo, (1987).

Terceiro Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho - integrante da Comissão III - dissídios coletivos, São Paulo, (1988).

I Simpósio de Estudos à Constituição promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, (1989).

V Encontro de Magistrados do Trabalho da Segunda Região, São Paulo, (1989).

I Seminário de atualização sobre temas constitucionais da Faculdade de Direito da PUCSP, São Paulo, (1989).

Congresso Extraordinário da Federação Latino Americana de Magistrados - membro da comissão organizadora, São Paulo, (1989).

Seminário sobre o Servidor Público diante do Direito do Trabalho, Instituto Brasileiro de Direito Social, - debatedor, São Paulo, (1992).

II Seminário de Aperfeiçoamento para Juízes Classistas Temporários – palestrante, S.P., (1993).

Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho, Instituto dos Advogados de São Paulo e Academia Nacional de Direito do Trabalho - conferencista, S.Paulo, (1993).

Seminário “O Direito do Trabalho para Micro e Pequenas Empresas”, promovido pelo SEBRAE; Sind. Ind. Met. Eletr. Eletron. Baixada Santista; P. Storh Ass. Empres.; Sind. das Secrts. Est. S.P. Reg. Santos, Santos-SP, (1993).

Segundo Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, LTr - integrante da comissão I-encargos sociais, S.P., (1994).

III Seminário de Aperfeiçoamento para Juízes Classistas Temporários, - palestrante, S.P., (1994).

9º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho - LTr, - integrante da 5ª comissão-contrato coletivo de trabalho, S.P., (1994).

7º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, LTr, - integrante do painel documentação de audiência, S.P., (1995).

Curso “As Alterações do CPC no Direito do Trabalho” – palestrante, promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, SP, 1995

XIII Encontro Nacional, III Congresso Nacional e III Congresso Iberoamericano dos Agentes da Inspeção do Trabalho – debatedor -, promovido pelo Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho e Confederación Iberoamericana de Inspectores de Trabajo, SP, 1995

X Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, LTr, - integrante do painel Servidores Públicos e Direito Coletivo, S.P., (1995).

I Seminário Regional de Direito do Trabalho – palestrante. AMATRA 7ª Região, Fortaleza, Ceará, 1996.

8º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, LTr, - presidente da 7ª comissão/Tutela Antecipada, S.P., (1996).

II Curso de Direito do Trabalho - OAB-SP - Palestrante sobre o tema “Convenção 158 da OIT”, SP, 1996.

Curso de Direito Processual do Trabalho – palestrante, promovido pela ESAD/OAB-Seção de Goiás, Goiânia, GO, 1997.

Conferência “Terceirização, Desterceirização, Terceirização de Segunda Geração e Quarteirização – A Visão da Terceirização” promovida pela Mission, SP, 1997.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho-Iº módulo – palestra “Garantia de Emprego”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1997

XVI Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas – Palestra “Dano Moral. Despedida Arbitrária e Discriminatória”, Campos do Jordão, SP, 1997.

Conferência “Reclamações Trabalhistas”, promovida pela Mission, SP, 1997.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho-IIº módulo – palestra “Salário e Remuneração: aspectos legais e

práticos; força normativa da conceituação”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1997

Palestras “Flexibilização” para alunos da Faculdade de Direito da Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, SP, 1998

Curso de Direito Processual do Trabalho – conferencista – promovido pela OAB-Santos e Curso Mannrich Robortella, Santos, SP, 1998

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho- IIIº módulo – palestra “Recurso de Revista, Agravo de Instrumento, Embargos para a SDI e Agravo Regimental”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1998.

Iº Encontro de Radiodifusores – Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo – Palestrante sobre o tema “O Contrato por prazo determinado, a terceirização e as cooperativas vistas pela Justiça do Trabalho”, SP, 1998.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho-IIIº módulo – palestra “Execução: Parte Geral e Liquidação de Sentença”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1998

II Jornada de Direito do Trabalho – palestrante - promovido pela Faculdades Integradas de Osasco, Osasco, SP, 1998.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho-IVº módulo – palestra “Ações Especiais no Processo do Trabalho e o Meio Ambiente do Trabalho”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1998

Curso de Atualidades – Direitos Difusos e Coletivos – palestrante - , promovido pela Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e PUCSP, SP, 1998

Iº Congresso de Direito Processual Brasileiro, promovido pela OAB Seção de São Paulo – palestrante sobre o tema “Recursos no Tribunal Superior do Trabalho”, Araraquara, SP, 1998

Congresso “O Novo Direito do Trabalho”, promovido pela Jurídica-98 – palestrante sobre o tema Dano Moral e Litigância de má fé, SP, 1998.

I Seminário Regional de Direito do Trabalho, promovido pela “Associação dos Magistrados Trabalhistas da 11ª Região; palestra “Perspectivas para o Direito do Trabalho”, Manaus-Amazonas, 1998.

II Simpósio “Temas Relevantes nas Relações de Trabalho”, promovido pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo – debatedor -, Campinas, SP, 1998.

Palestra sobre Terceirização e Participação nos Lucros e Resultados das Empresas – Escritório de Advocacia Tozzini, Freire, Teixeira e Silva, SP, 1999.

Curso Especial de Processo do Trabalho (OAB Campinas e Curso Mannrich e Robortella) Palestra “Recursos no Processo do Trabalho – Lei nº 9.756/98” e “Liquidação de Sentença” Campinas – SP, 1999.

7º Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, LTr, - presidente da 2ª comissão/Discriminação no Emprego, S.P., (1999).

Palestra sobre Terceirização no Direito do Trabalho no Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo, São Paulo, 1999.

Curso de Mestrado na Universidade da Amazônia – Unama – aulas sobre Princípios e Estrutura da Justiça do Trabalho; Organização e Competência da Justiça do Trabalho, Belém do Pará, 1999.

Palestra sobre Terceirização e Flexibilização no Direito do Trabalho, na faculdade de Direito da Universidade de Guarulhos, Gaurulhos, SP, 1999.

Coordenador científico do Seminário sobre Direito do Trabalho e Previdenciário junto ao Instituto Internacional de Direito, SP, 1999.

Conferência sobre Ineficácia da Execução Trabalhista, no Seminário Científico sobre a Reforma da Justiça do Trabalho e do Processo Trabalhista, promovido pelo Centro de Estudos de Normas Internacionais do Trabalho – CENOIT, Departamento de Direito do Trabalho da FADUSP e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, SP, 1999.

Curso de Aperfeiçoamento à Prestação de Assistência Jurídica gratuita; palestra sobre sobre Recurso Ordinário e Recurso de Revista promovido pela Escola Superior de Advocacia da OAB-SP, 1999.

Debatedor no Seminário Renúncia e Transação no Direito do Trabalho, promovido pela Escola da Magistratura do TRT 2ª Região – SP, 1999.

Palestra sobre “Reforma do Poder Judiciário no Instituto dos Advogados de São Paulo, SP, 1999.

6º Ciclo Internacional de Conferências, promovido pela AMATRA 23ª Região; palestra “Nova Sistemática do Recurso de Revista e do Agravo de Instrumento no Processo do Trabalho”, Cuiabá, MT, 1999.

Curso sobre processo do trabalho, promovido pelo Curso Mannrich-Robortella e OAB-Seccional de São José do Rio Preto; palestras sobre Recursos e Execução no Processo do Trabalho; S. José do Rio Preto, SP, 1999.

I Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho – palestra “Execução de Sentença”, promovido pelo Banco de Eventos de Londrina – Paraná, 1999.

Curso sobre Processo do Trabalho promovido pela AMATRA 23ª Região; palestra “Recursos no Processo do Trabalho”, Campo Grande MS, 1999.

Palestra sobre “Audiência e Princípio de Provas no Processo do Trabalho” no curso sobre processo do trabalho, promovido pelo Curso Mannrich-Robortella e OAB-Seccional de Santos; Santos, SP, 1999.

Curso sobre recursos promovido pelo Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Jurídicos; palestra “Recurso Ordinário e Agravo de Instrumento no Processo do Trabalho”, Vitória – ES, 1999.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho-Iº módulo – palestra “Isonomia Salarial e Equiparação Salarial”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1999.

Palestra sobre “Solução dos Conflitos Coletivos do Trabalho – Dissídio Coletivo” no curso sobre processo do trabalho, promovido pelo Curso Mannrich-Robortella e OAB-Seccional de Santos; Santos, SP, 1999.

5º Congresso Internacional Unicastelo, promovido pela Universidade Camilo Castelo Branco; palestra “Formas Alternativas de Prestação de Serviços”, SP, 1999.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho Iº módulo – palestra “Salário, Remuneração e Adicionais” promovido pelo convênio PUCSP-COGEAE e Centro de Estudos Monteiro Lobato, São José dos Campos, SP, 1999.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho -IIº módulo – palestra “Conflitos Coletivos de Trabalho: formas de solução e impacto sobre os contratos de trabalho”, promoção COGEAE, SP, 1999.

II Seminário Regional de Direito do Trabalho, promovido pela Associação dos Magistrados Trabalhistas da 11ª Região; palestra “A necessidade de agilização do processo trabalhista”, Manaus-Amazonas, 1999.

1º Fórum “As Novas Perspectivas do Direito”, coordenado pelo Núcleo Mascaro; palestra “Repercussões das Modificações do Processo Civil no Direito Processual do Trabalho”, Cabreúva, SP, 1999

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho Iº módulo – palestra “Garantia de Emprego” promovido pelo convênio PUCSP-COGEAE e Centro de Estudos Monteiro Lobato, São José dos Campos, SP, 1999.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho- IIº módulo – palestra “Atuação Sindical: representação, elaboração da norma e atuação processual”, promovido pela PUCSP/COGEAE, SP, 1999.

Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho Iº módulo – palestra “Garantia de Emprego” promovido pelo convênio PUCSP-COGEAE e Centro de Estudos Monteiro Lobato, São José dos Campos, SP, 1999.

Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Palestra “Audiência e Instrução no Processo do Trabalho”, promovido por Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho da 2ª Região, SP, 2000.

Palestra “Falência e Concordata do Empregador e o Crédito Trabalhista” no Curso a Execução Trabalhista. Teoria Geral e Questões Polêmicas, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, SP, 05/01.

Palestra “Execução – Métodos de Efetivação e celeridade“ no Seminário promovido pela 57ª Seção da OAB-SP, Guarulhos, 06/01.

Palestra “Rito Sumaríssimo“ no Seminário de Direito do Trabalho, promovido pela Universidade Guarulhos, Guarulhos, 08/01.

Palestra “Liberdade de Contratar no Direito do Trabalho“ na XXII Semana Jurídica, promovido pelo Centro Universitário da grande Dourados – UNIGRAN, Dourados - MS, 08/01.

Palestra “O Cálculo das Horas Suplementares e seus efeitos na Remuneração“ no Curso Aspectos Atuais da Rotina de Duração do Trabalho na relação de Emprego, promoção AASP, SP, 08/01.

Palestra “Limites da Negociação Coletiva e Incorporação das Cláusulas Coletivas nos Contratos Individuais “ promovida pela departamento de Cultura e Eventos da OAB-SP, Seção de Pinheiros, 11/01.

Módulo Relações Coletivas de Trabalho, ministrado no Curso de especialização em Direito do Trabalho e Previdenciário, promovido pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas, Manaus, 04/02

Palestra “Negociação Coletiva”, no I Simpósio de Direito do Trabalho, promovido pela UNIMES, Santos, 03/02

Palestrante do 10º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela LTR Editora, SP, 04/01.

Conferencista do I Ciclo Internacional de Estudos Jurídicos de Sergipe, promovido pelo Veredictum e C. A. Tobias Barreto, Aracajú, 05/01.

Debatedor no Congresso Ibero-americano de Direito do Trabalho, promovido pela UNIFIEO, Osasco, 05/02

Participante do VIII Ciclo de estudos de Direito do Trabalho, promovido pela Escola Nacional da Magistratura e IASP, Fortaleza, 06/02

Participante do VIII Ciclo de estudos de Direito do Trabalho, promovido pela Escola Nacional da Magistratura e IASP, Fortaleza, 06/02

Palestra “Arbitragem no Direito Processual do Trabalho”, promovida pela escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região, SP, 07/02

Palestra “Os Embargos à execução frente ao contido no Artigo 879, § 2º da CLT”, promovida pela escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região, SP, 08/02

Módulo sobre Direito Coletivo do Trabalho ministrado no Curso Direito do Trabalho Empresarial, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, SP, 09/02.

Palestra na XXIII Jornada Iberoamericana - Cumbre del Derecho del Trabajo, promovida pela Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Lima, Perú, 09/02

Participante do VI Simpósio Temas Relevantes nas Relações do Trabalho, promovido pelo SETPESP e Fundacentro-MTE, Campinas, 11/02

Participante do IX Ciclo de estudos de Direito do Trabalho, promovido pela Escola Nacional da Magistratura e IASP, Ilhéus, 05/03

Palestra sobre o Novo Código Civil e o Direito do Trabalho, promovida pela escola da Magistratura do TRT da 2ª Região, 03/03

Palestra sobre o Novo Código Civil e o Direito do Trabalho (Capacidade e Direitos da Personalidade; A Despersonalização da Pessoa Jurídica), no Curso de Direito do Trabalho promovido pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – SBC-SP, 03//03

Palestra no 11º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela LTR Editora, SP, 03/03

Palestra sobre o Novo Código Civil e o Direito do Trabalho, promovida pelo IASP, SP, 04/03

Palestra sobre Negociação Coletiva e Contrato Individual do Trabalho, na Semana Jurídica promovida pela Universidade do grande ABC, Santo André-SP, 04/03.

Palestra sobre o Novo Código Civil e o Direito do Trabalho, promovida pela Escola da Magistratura do TRT da 15ª Região, Campinas, 05/03

Palestra sobre Princípios do Processo do Trabalho e rito ordinário e sumaríssimo, no curso de especialização em Direito Empresarial da ITE, Bauru, 05/03.

Palestras sobre Princípios e Singularidade do Direito Processual do Trabalho, em módulo do Curso de Pós-graduação lato sensu, da Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 08/03.

Organização do Seminário da Academia Paulista de Direito ! Desafios do Direito no Limiar do Século XXI, SP, 08/03.

Palestra sobre o Novo Código Civil e o Direito do Trabalho (Responsabilidade do Empregador Perante o Novo Código Civil), no Ciclo de Estudos promovido pela Escola da Magistratura do TRT/15ª Região; AATSP, OAB-SP e OAB-São José dos Campos, S. José dos Campos-SP, 08/03.

Palestra sobre Formas Alternativas de Solução de Conflitos no VI Congresso de Direito Processual Brasileiro, promovido pela OAB-SP, Subseção de Araraquara, Araraquara-SP, 08/03

Participação como expositor no Painel sobre Negociação Coletiva de Trabalho no II Congresso Internacional de Direito do Trabalho, realizado pela UNIFIEO, Osasco-SP, 08/03.

Participação como expositor no Painel sobre Negociação Coletiva de Trabalho no III Congresso Internacional de Direito do Trabalho e III Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho , realizado pelo TRT/8ª, Belém do Pará, 08/03.

Palestra sobre Solução de Conflitos do Trabalho na XVII Semana Jurídica, promovida pela UNIRP, São José do Rio Preto-SP, 10/03

Palestra sobre Flexibilização da Jornada de Trabalho na XVII Semana Jurídica, promovida pela UNIRP, São José do Rio Preto-SP, 10/03

Conferência de Encerramento do XI Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural, promovido pelo TRT/15ª Região, Araraquara-SP, 10/03

Coordenação e participação como palestrante (Execução de contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho) do Congresso Nacional de Direito Processual “Perspectivas do Processo no Direito Brasileiro”, promovido pelo C.A.E.J. e Faculdade Novo Milênio, Vitória-ES, 10/03.

Participação como palestrante no encerramento do VII Simpósio “Temas Relevantes nas Relações de Trabalho”, promovido pelo SETPESP, Campinas-SP, 11/03.

Palestra “A CLT e o Direito Processual Civil”, no XXII Congresso estadual dos Advogados Trabalhistas, promovido pela AATSP, Bragança Paulista-SP, 11/03.

4 – PUBLICAÇÕES

a) livros

- Direito do Trabalho na Nova Constituição, Atlas, SP, 1989 (esgotado).
- Duração do Trabalho, co-edição com Odonel Urbano Gonçalves, LTr, SP, 1996.
- Os Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador, IBRART - LTr, SP, 2ª ed., 1995.
- Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa - Aspectos do Direito Material e Processual do Trabalho, Malheiros Editores, SP, 1996.
- Recursos no Processo do Trabalho, co-autoria com Odonel Urbano Gonçalves, Ltr, SP, 1997.
- CLT Universitária, Ltr, SP, 8ª ed., 1998
- Negociação Coletiva e Contrato Individual de Trabalho, Atlas, SP, 2001.
- Direito do Trabalho, Atlas, SP, 11ª ed., 2007 (no prelo).
- CLT Comentada, Malheiros Editores, SP, 4ª ed., 2004.
- Execução de Sentença no Processo do Trabalho, Atlas, SP, (2006).
- Competência da Justiça do Trabalho e a E.C. 45/04, co-autoria, Atlas, SP, 2006

b) artigos

- Remuneração do Aviso Prévio, in Revista de Direito do Trabalho, nº 17, RT, SP, 1979.

- Autonomia do Processo do Trabalho, in Revista de Direito do Trabalho, nº 17, RT, SP, 1979.

- Isonomia Salarial, in Revista de Direito do Trabalho, nº 28, RT, SP, 1980.

- O Recurso Adesivo e o Processo do Trabalho, in Revista de Direito do Trabalho”, nº 30/31, RT, SP, 1981.

- A Força Maior e a Revelia - Aspectos do Direito Processual do Trabalho, in Revista de Direito do Trabalho, nº 43, RT, SP, 1983.

- A Redução Salarial e o Salário Condição, Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora da Faculdade de Direito da USP e publicada in Revista de Direito do Trabalho, nº 56, RT, SP, 1985.

- Legislação Trabalhista: Proteção e Incentivo ao Trabalho do Menor, in Em Aberto nº 28, Ministério da Educação, Brasília, 1985.

- Constituinte, Separata do Boletim do Instituto Cultural do Trabalho, SP, 1985.

- Legislação Trabalhista: Proteção e Incentivo ao Trabalho do Menor, in Transformação nº 5, ano II, Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, Brasília, 1986.

- A Prescrição no Direito do Trabalho, in Revista do TRT da 15ª Região, LTr, SP, 1992.

- Da Garantia de Emprego do Acidentado do Trabalho, in Revista de Previdência Social, nº 162, LTr, SP, 1994.

- Substituição Processual no Processo do Trabalho, in Revista do Programa de Pós-Graduação da PUCSP, SP, 1995.

- Justiça do Trabalho - Evolução Histórica, in Revista da Associação dos Juizes Classistas da 2ª Região, 1995.

- Justiça do Trabalho e Poder Normativo no Brasil, in Revista RELASUR, Revista de Relaciones Laborales em America Latina -Cono Sur - OIT, nº 8, Montevideo, Uruguai, 1995.

- Substituição Processual no Processo do Trabalho, “in” Processo do Trabalho - Estudos em homenagem ao Professor José Augusto Rodrigues Pinto, Ltr, S. P., 1997.

- Revisão da Sentença Normativa, “in” Curso de Direito Coletivo do Trabalho - Estudos em homenagem ao Ministro Orlando Teixeira da Costa, Ltr, S. P., 1997.

- Estabilidade e Garantia de Emprego, Estabilidade Provisória, “in” Manual Didático de Direito do Trabalho – Estudos em homenagem ao Professor Cássio de Mesquita Barros Jr., Ltr, S.P., 1997.

- O Salário e as Transformações do Direito do Trabalho, “in” a Transição do Direito do Trabalho no Brasil – Estudos em homenagem a Eduardo Gabriel Saad, Ltr, S.P., 1999.

- O Direito do Trabalho e os Dez Anos da Constituição Federal, “in” Constituição Federal de 1988 – dez anos 1988-1998, Editora Juarez de Oliveira, SP, 1999

- A Intuição no campo do Direito, “in” Revista da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região-AMATRA-SP, SP, outubro/99

- Vínculo de Emprego e Cooperativas de Trabalho, “in” Atualidades Jurídicas, coordenação Maria Helena Diniz, Editora Saraiva, SP, 1999.

- “As Varas do Trabalho”, in Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica, Millenium, SP, 2002.

- A Arbitragem e o Direito de Ação previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, in Constitucionalismo Social, estudos em homenagem ao Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Ltr, SP, 2003.

- Agravo Regimental no Processo do Trabalho, in Recursos Trabalhistas, estudos em homenagem ao Ministro Vantuil Abdala, Ltr, 2003.

- Execução de Contribuição Previdenciária na Justiça do Trabalho, in Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém-Pará, 2004.

5 - FILIAÇÃO A ENTIDADES E COMENDAS

Professor visitante de la Universidad Tecnologica del Peru, Lima-Perú (Resolución Rectoral nº 026-2002-PCO/UTP).

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, (1995).

Ordem do Mérito “Jus et Labor”, no grau de Comendador, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém do Pará, (2003).

Medalha do Mérito “Jus et Labor”, grau de Serviços Relevantes, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém do Pará, (1998).

Titular da Cadeira nº 75 da Academia Paulista de Direito.

Titular da Cadeira nº 60 da Academia Nacional de Direito do Trabalho

Titular da Academia Paulista de Magistrados

Asociación Ibero-americana de Derecho del Trabajo e de la Seguridad Social.

Associação dos Magistrados Brasileiros.

Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região.

Instituto Brasileiro de Direito Social.

Associação dos Professores da Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

Sócio colaborador do Instituto dos Advogados de São Paulo.

São Paulo, junho de 2007
 Pedro Paulo

Aviso nº 689 – C. Civil

Em 19 de julho de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, SP, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 120, DE 2007

(Nº 516/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 111–A, **in fine**, da Constituição, submeto à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Fernando Eizo Ono, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.

Brasília, 19 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRÍCULO

DADOS PESSOAIS

Nome: **FERNANDO EIZO ONO**

Filiação: Mãe - Tamaki Ono
Pai - Chujiro Ono

Data de nascimento: 10 de novembro de 1948

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Assaí/PR

Estado civil: Casado

Nome da esposa: Carmen Nobuko Minami Ono

Filhos: Fernando Ono
Eduardo Ono
Leonardo Ono


Endereço residencial: Rua Álvaro Alvin, nº 224, casa 19
Curitiba/PR, CEP 80740-260

Telefone: (41) 3274-5306
(41) 9911-9832

DADOS ESCOLARES

Formação colegial: Colégio Estadual Professor Vicente Rijo
Londrina/PR

Graduação universitária: Universidade Estadual de Londrina/PR
Bacharel em Direito - Turma de 1979



ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- . Servidor concursado do Município de Londrina no período de 11.10.71 a 11.12.80;
- . Aprovado em concurso público pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, nomeado em 12.12.80, para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto;
- . Atuação como Juiz Substituto em Florianópolis e Concórdia (SC), União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Maringá, Apucarana e Londrina (PR);
- . Promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina – PR, em 21.11.85;
- . Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Cornélio Procópio, a partir de 01.10.86;
- . Convocado, em 19.04.93, para atuar no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
- . Professor Auxiliar, do Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina- PR, de 16.03.87 a 19.08.91;
- . Promovido, por merecimento, em 30.07.93 para o cargo de Juiz do Tribunal do Trabalho da 9ª Região;
- . Presidente da E. 4ª Turma do E. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região no período de 12.12.97 a 10.12.99;
- . Convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição ao Ministro Orlando Teixeira Costa (no período de 19.05.97 a 01.07.97) e Gelson de Azevedo (no período de 19.05.97 a 02.11.99).

EXERCÍCIOS DE CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO DO TRT DA 9ª REGIÃO

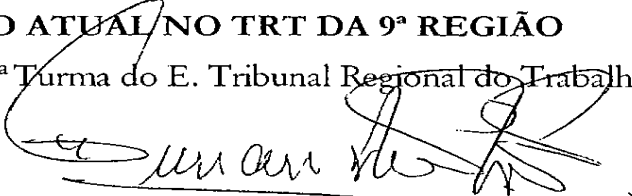
- . Eleito Corregedor – cumpriu mandato de dezembro/1999 a dezembro 2001;
- . Eleito Vice-presidente – cumpriu mandato de dezembro/2001 a dezembro/2003;
- . Eleito Presidente – posse em dezembro/2003; cumpriu mandato até dezembro/2005.

COLÉGIO DE PRESIDENTES E CORREGEDORES DOS TRT'S

- . Coordenador na gestão 2005

EXERCÍCIO ATUAL NO TRT DA 9ª REGIÃO

- . Integra a 1ª Turma do E. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região


 03.07.07
 FERNANDO EIZO ONO

Aviso nº 690 – C. Civil

Em 19 de julho de 2007

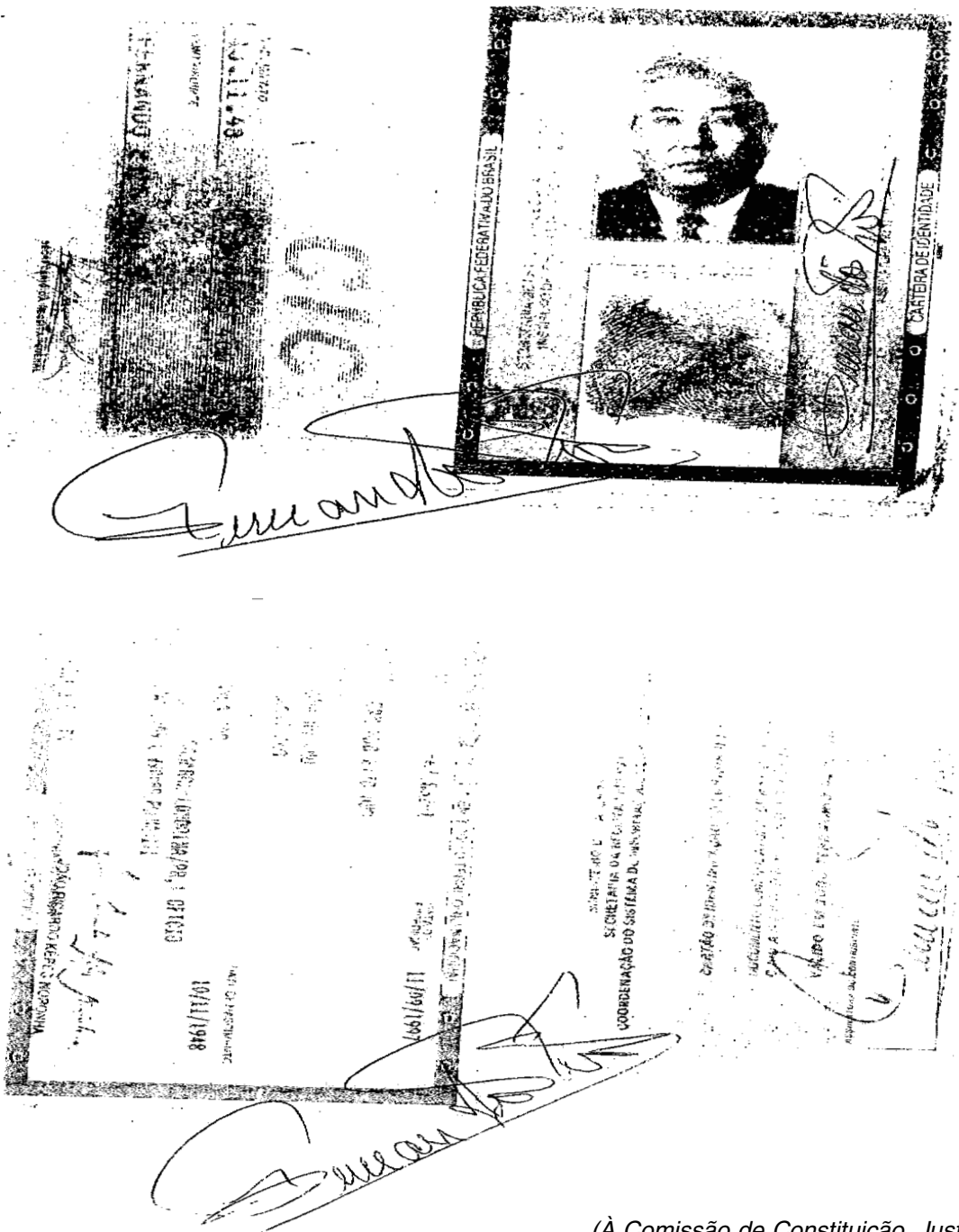
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do

Doutor Fernando Eizo Ono, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.



(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 121, DE 2007

(Nº 517/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 111–A, **in fine**, da Constituição, submeto à aprovação de Vossa Excelência o nome do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos,

Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, MT, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Brasília, 19 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

*CURRICULUM VITAE***1. DADOS PESSOAIS:**

- | | |
|--------------------|--|
| 1.1. Nome: | GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS |
| 1.2. Nascimento: | 28 de agosto de 1958 |
| 1.3. Naturalidade: | Juiz de Fora-MG |
| 1.4. Filiação: | Maurício de Campos Bastos e Cléa Caputo Bastos |
| 1.5. Estado Civil: | Casado |

2. ESCOLARIDADE

- | | |
|-------------------------------|---|
| 2.1. I Grau: | Colégio dos Jesuítas - Juiz de Fora – MG |
| 2.2. II Grau: | Centro de Ensino Médio Elefante Branco, Brasília-DF
Colégio Universitário - Universidade Federal de Viçosa-MG |
| 2.3. Cursos Superiores: | Bacharel em Ciências Econômicas - Centro de Ensino Unificado de Brasília-DF
Bacharel em Direito - Universidade de Brasília - DF |
| 2.4. Cursos de Pós-Graduação: | Especialização em Direito do Trabalho, Centro de Ensino Unificado de Brasília-DF
Especialização em Direito Material e Processual do Trabalho, Universidade de León - Espanha |

3. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- 3.1. Convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho – TST nos seguintes períodos:
- Segue em exercício no TST no 1º semestre de 2007, a partir de 1º de fevereiro, na Egrégia. 1ª Turma.
 - 1º de agosto a 19 de dezembro de 2006 (RA nº 1148/2006 do TST)
 - 1º de fevereiro a 30 de junho de 2006 (RA nº 1109/2005 do TST);
 - 1º de agosto a 19 de dezembro de 2005 (RA nº 1072/2005 do TST);
 - 1º de fevereiro a 30 de junho de 2005 (RA nº 1019/2004 do TST);
 - 2 de agosto a 17 de dezembro de 2004 (RA nº 999/2004, 30.06.2004);
 - 15 de janeiro a 30 de abril de 2004, na condição de Membro da Comissão Geral Organizadora do Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais, realizado no TST no período de 29 de março a 1º de abril de 2004. (ATO.GDGCJ. GP. Nº 517/2003; OF.SETP.GP Nº 107/04/ATO.GDGCJ.GP.Nº 144/2004);
 - 1º de agosto a 19 de dezembro de 2003 (RA nº 933/2003);
 - 3 de fevereiro a 30 de junho de 2003 (RA nº 909/2002);
 - 1º de agosto a 19 de dezembro de 2002, (RA nº 866/2002 (OF.SETP.Nº 288/2002, 28.06.2002);
 - 16 de maio a 30 de junho de 2002 (RA nº 856/2002 (OF.GDGCJ.GP nº 069/2002, 14.05.2002), em substituição ao Exmo. Sr. Ministro João Oreste Dalazen;
 - 14 de agosto a 31 de outubro de 2000 (ATO.GDGCJ.GP Nº 496/2000, 03.08.2000);
 - 1º de fevereiro a 30 de junho de 2000 (RA nº 670/99);
- 3.2. Eleito Juiz do Tribunal Administrativo pelo Diretório Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com sede em Washington, D.C., EUA, em 19 de junho de 2000, com exercício no período de janeiro/2000 a dezembro/2002.
- 3.3. Eleito Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para o biênio agosto/1997 a agosto/1999.

- 3.4. Designado para exercer a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, através da Resolução Administrativa nº 142/96 (art. 23, § 2º do Regimento Interno), período de 1º.03.97 a 15.08.97.
 - 3.5. Nomeado, através da Resolução Administrativa nº 27/96 - (343), do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Presidente da Comissão de Obras para a construção da sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Rondonópolis-MT.
 - 3.6. Nomeado, através da Resolução Administrativa nº 026/96 - (342), do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Presidente da Comissão de Obras para a construção do complexo trabalhista em Cuiabá-MT.
 - 3.7. Eleito Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para o período compreendido entre junho/96 e agosto/97.
 - 3.8. Eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, para o biênio agosto/1995 a agosto/1997.
 - 3.9. Nomeado, mediante promoção, pelo critério de merecimento, ao cargo de Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá-MT, 1992.
 - 3.10. Promovido, pelo critério de antigüidade, ao cargo de Juiz Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados-MS, 1991.
 - 3.11. Nomeado após aprovação em concurso público de títulos e provas para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto no Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, 1989.
 - 3.12. Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro José Neri da Silveira, na função de Assessor da Seção de Informática, Tribunal Superior Eleitoral, requisitado, 1985.
 - 3.13. Admitido, por concurso público interno, no cargo de Técnico Judiciário do quadro do Tribunal Federal de Recursos, 1985, classificando-se em 1º lugar.
 - 3.14. Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro Waldyr Arcoverde, da Pasta da Saúde, na função de Assessor de Ministro, requisitado, 1984/1985.
 - 3.15. Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro Cid Flaquer Scartezzini, na função de Secretário Executivo, 1981/1984.
 - 3.16. Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro Hermillo Galant, na função de Secretário Executivo, 1980/1981.
 - 3.17. Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, na função de Secretário Datilógrafo, 1977/1980.
 - 3.18. Admitido, por concurso público, no cargo de Auxiliar Judiciário do quadro do Tribunal Federal de Recursos, 1977.
4. ATIVIDADES CULTURAIS E DESPORTIVAS
- 4.1. Conferencista do “Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social” no 15º EMAT – Encontro Anual de Magistrados da 5ª Região em Salvador/BA, período de 25 a 27.08.05.
 - 4.2. Palestrante do 26º Encontro Jurídico Trabalhista de Advogados do Banco do Brasil, promovido pelo Banco do Brasil S.A (Diretoria Jurídica), nos dias 27 a 30 de junho de 2005, na cidade de Brasília – Auditório do Hotel Kubitscheck Plaza, com o tema “Competência da Justiça do Trabalho”.
 - 4.3. Palestrante da Conferência Estadual dos Advogados de Mato Grosso e 2º Encontro Estadual das Faculdades de Direito – Prerrogativas da Advocacia – Garantia de Justiça para todos – Lei 8906/94, no Hotel Fazenda Mato Grosso - Cuiabá, período de 08 a 10.06.05, com o tema “*Competência da Justiça do Trabalho em Função da EC nº 45*”.
 - 4.4. Coordenador da I Jornada Jurídica de Tangará da Serra, no período de 24 a 26 de junho de 2004, no Centro Cultural de Tangará da Serra.
 - 4.5. Palestrante do 44º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela LTr, nos dias 21, 22 e 23 de junho de 2004, na cidade de São Paulo,

- com o tema “Direito Tutelar - Redução da jornada e ampliação de empregos”.
- 4.6. Diretor Executivo da Associação dos Servidores da Justiça Federal, eleito para o biênio 81/83.
 - 4.7. Palestrante do III Simpósio Jurídico Regional do Sicredi/MT, no dia 26 de novembro de 2004, na cidade de Chapada dos Guimarães – Pousada Penhasco, com o tema “Relações Trabalhistas nas Cooperativas de Crédito”.
 - 4.8. Membro da Comissão Geral Organizadora do "FORUM INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SOCIAIS, com tema central sobre OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO", realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, em Brasília-DF, nos dias 29, 30 e 31 de março e 1º de abril de 2004.
 - 4.9. Palestrante nas Jornadas sobre "Areas Economicas, Regionales, Mundiales y Relaciones Laborales, celebradas pela Universidad de Leon, no dia 14 de abril de 2003, com a palestra titulada "Mercosur y Derecho del Trabajo Brasileño".
 - 4.10. Membro da Comissão Geral Organizadora do "FORUM INTERNACIONAL SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO", realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, em Brasília-DF, no período de 07 a 09.04.2003.
 - 4.11. Participou do 1º Forum Mundial de Juízes – Democratização e acesso à Justiça – realizado na cidade de Porto Alegre-RS, nos dias 31 de janeiro, 1º e 02 de fevereiro de 2002, no auditório do Hotel Embaixador.
 - 4.12. Debatedor no Seminário “A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro”, realizado pelo Centro de Estudos de Direito Internacional – CEDI – com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em Brasília – DF, 2002
 - 4.13. Coordenador do 8º Ciclo Internacional de Conferências – “O Ordenamento Jurídico, a Justiça e a Realidade Social”, realizado em Cuiabá-MT, no período de 15 a 19 de agosto de 2001, no Auditório Marechal Rondon – Hotel Eldorado.
 - 4.14. Palestrante do 15º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e Individual do Trabalho, promovido pela LTr, realizado em São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro de 2000, com o tema: “Irrenunciabilidade e Transacionabilidade”.
 - 4.15. Coordenador do 7º Ciclo Internacional de Conferências - “O Ordenamento Jurídico, a Justiça e a Realidade Social”, em Cuiabá, no período de 15 a 19 de agosto de 2000, no Auditório Marechal Rondon – Hotel Eldorado.
 - 4.16. Palestrante do 12º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela LTr, realizado no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, na 5ª Comissão, nos dias 25 e 26 de julho de 2000, sobre o tema: “A responsabilidade solidária e o processo trabalhista”.
 - 4.17. Palestrante do 8º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela LTr, realizado no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, na 4ª Comissão, nos dias 27 e 28 de março de 2000, sobre o tema: “Redução dos adicionais legais por acordo coletivo sindical”.
 - 4.18. Palestrante do 1º Workshop Jurídico - 500 anos do Brasil, 500 anos do nosso Direito, promovido pelo Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/MT, Dr. João Celestino Correa da Costa Neto, realizado no auditório da FECOMÉRCIO, em Cuiabá-MT, nos dias 29 e 30 de outubro de 1999.
 - 4.19. Coordenador do 6º Ciclo Internacional de Conferências - “Direito: Flexibilidade na formulação, rigor na aplicação e efetividade na Execução”, em Cuiabá, no período de 24 a 28 de agosto de 1999, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT.
 - 4.20. Palestrante do 11º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela LTr, realizado em São Paulo, nos dias 27 e 28 de julho de 1999, com o tema: “Execução de Recolhimentos Previdenciários pela Justiça do Trabalho - Competência da Justiça do Trabalho - Meio Ambiente”.

- 4.21. Coordenador do 5º Ciclo Internacional de Conferências - “Estado de Direito: Uma realidade possível”, realizado em Curitiba-PR, no período de 08 a 12 de junho de 1999, no Centro de Convenções do Hotel Bourbon.
- 4.22. Debatedor do Ciclo de Conferências Jurídicas, promovido pela Faculdades Unidas de Várzea Grande - UNIVAG, Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso e OAB-MT, no período de 30.11 a 03.12.98, no Hotel Eldorado, Cuiabá-MT, com o tema: “Processo de execução: em busca da efetividade da tutela jurisdicional”.
- 4.23. Debatedor do 13º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e de Direito Constitucional do Trabalho, promovido pela LTr, realizado em São Paulo, nos dias 23 e 24 de novembro de 1998, com o tema: “A Negociação Coletiva e a Compensação de Horas”.
- 4.24. Palestrante do “Encontro das Instituições de Mediação e Arbitragem”, promovido pelo Conselho Nacional de Arbitragem - COMINA, em Brasília, nos dias 22 e 23.11.98, na Associação Comercial do Distrito Federal, com o tema: “O Emprego dos métodos alternativos na área trabalhista”.
- 4.25. Coordenador do 3º Ciclo de Estudos Jurídicos de Mato Grosso, no período de 12 a 14.12.98, na cidade de Rondonópolis, Auditório do Sebrae.
- 4.26. Coordenador do 2º Ciclo de Estudos Jurídicos de Mato Grosso, em Cuiabá, no período de 26 a 28.08.98.
- 4.27. Coordenador do 4º Ciclo Internacional de Conferências - “Vira o Século, Evolui o Direito”, realizado em Cuiabá, no período de 25 a 29 de agosto de 1998, no Salão Aracuaã do Hotel Fazenda Mato Grosso/HOMAT.
- 4.28. Debatedor do II Encontro Regional da Justiça do Trabalho, no período de 19 a 21 de março de 1998, promovido pela AMATRA IV, AVATRA e ASSEJUST, na cidade de Novo Hamburgo-RS, com o tema “Juízo de Execução - Algumas experiências”.
- 4.29. Palestrante do Curso de Política e Estratégia, promovido pela ADESG-MT, realizado em Cuiabá, no dia 03 de novembro de 1997, com o tema: “Conflitos e relações de trabalho: O papel da Justiça do Trabalho”.
- 4.30. Painelista e debatedor do 9º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, promovido pela LTr, realizado em São Paulo, no período de 27 a 30 de julho de 1997, com o tema: “Duplo Grau de Jurisdição e o Processo Trabalhista. Simplificação do Sistema Recursal”.
- 4.31. Painelista do Congresso sobre Trabalho Rural, promovido pela Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, em Campo Grande-MS, entre os dias 29 e 31 de maio de 1997, com o tema: “Acidentes do Trabalho. Competência Material”.
- 4.32. Coordenador do 1º Ciclo de Estudos Jurídicos de Mato Grosso, na cidade de Rondonópolis, no período de 24 a 27 de abril de 1997.
- 4.33. Debatedor da Semana Internacional de Direito do Trabalho e Previdência Social, realizada de 08 a 11 de abril de 1997, da Universidade de São Francisco, na cidade de São Paulo, com o tema “As Relações entre o Direito do Trabalho, a Previdência e a Economia. Perspectivas Brasileiras”.
- 4.34. Painelista e debatedor do V Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, promovido pela LTr, realizado em São Paulo, nos dias 07 e 08 de abril de 1997.
- 4.35. Painelista e debatedor do I Congresso Brasileiro de Processo Civil e Trabalhista – O Processo Judiciário no Limiar do Século XXI, promovido pela Asociación Ibero-Americana de Derecho del Trabajo y Seguridad Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Instituto de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte, no Centro de Convenções de Natal, com os temas “Competência da Justiça do Trabalho – Análise Crítica e Procedimento para Reintegração de Estável”, no período de 19 a 21 de setembro de 1996, em Natal/RN.
- 4.36. Palestrante na Universidade de León/Espanha com tema: “Los Tribunales Regionales de Trabajo en el contexto de la Justicia Laboral Brasileña”, abril de 2003.
- 4.37. Palestrante no Seminário de Professores e Alunos da Universidade de León/Espanha com tema: “Los conflictos colectivos de trabajo en el Derecho

- Brasileño y Español”, fevereiro de 1997.
- 4.38. Palestrante no Seminário de Professores da Universidade de León/Espanha com tema: “Los derechos de los trabajadores en las Constituciones Brasileña y Española”, dezembro de 1996.
- 4.39. Palestrante na Universidade de León/Espanha com tema: “Las indemnizaciones por daño moral en las relaciones de trabajo”, novembro de 1996.
- 4.40. Palestrante na Universidade de León/Espanha com tema: “El despido de la trabajadora embarazada”, outubro de 1996.
- 4.41. Conferencista do Seminário: “Jornada sobre el Derecho del Trabajo en IberoAmérica”, promovido pela Universidade de Oviedo/Espanha, em 1º de fevereiro de 1996.
- 4.42. Conferencista do Seminário: “Jornada sobre el Derecho del Trabajo en IberoAmérica”, promovido pela Universidade de León/Espanha, em 31 de janeiro de 1996.
- 4.43. Coordenador do V Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, em Barra do Garças, realizado no período de 07 a 09 de novembro de 1996.
- 4.44. Coordenador do 2º Ciclo Internacional de Conferências - “O Poder Judiciário e o Direito”, realizado em Cuiabá, no período de 14 a 18 de agosto de 1996, no Hotel Eldorado.
- 4.45. Coordenador do IV Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, em Sinop, realizado nos dias 17 e 18 de maio de 1996.
- 4.46. Coordenador do 1º Ciclo Internacional de Conferências sobre o Mercosul e as Relações Laborais, em Cuiabá, no período de 16 a 19 de agosto de 1995, no Auditório da Fecomércio.
- 4.47. Coordenador do II Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, em Barra do Garças, no período 29 de junho a 1º de julho de 1995.
- 4.48. Coordenador do I Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, em Tangará da Serra, nos dias 7 e 8 de abril de 1995.
- 4.49. Nomeado, por ato da Presidência da AMATRA XXIII, Coordenador Geral de Eventos para o biênio abril/95 a abril/97.
- 4.50. Coordenador do I Curso de Direito Processual do Trabalho de Cuiabá, nos dias 15, 22 e 29 de outubro e 5 de novembro de 1994.
- 4.51. Coordenador do 3º Ciclo Internacional de Conferências - “O Direito em sua Magnitude”, realizado em Cuiabá, no período de 13 a 16 de agosto de 1996, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT.
- 4.52. Coordenador do IV Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho de Cuiabá, no período de 15 a 18 de junho de 1994.
- 4.53. Eleito Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região - AMATRA XXIII, para o biênio 93/95.
- 4.54. Coordenador do III Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho de Cuiabá, no período de 17 a 19 de junho de 1993.
- 4.55. Coordenador do II Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho de Cuiabá, realizado em 1992.
- 4.56. Coordenador do I Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho de Dourados, nos dias 29 e 30 de agosto de 1991.
- 4.57. Representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região - AMATRA X, junto ao Estado de Mato Grosso do Sul.
- 4.58. Presidente do Centro Acadêmico Sobral Pinto, da Universidade de Brasília, eleito para o biênio 85/87.
- 4.59. Diretor Executivo da Associação dos Servidores da Justiça Federal, eleito para o biênio 83/85.

5. COMENDAS, DIPLOMAS E MEDALHAS

- 5.1. Agraciado com a Comenda da “Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho”, no Grau “Grande Oficial”, por Resolução de 4 de julho de 2005, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em 02.12.2005.

- 5.2. Agraciado com o “Título de Cidadão Pessoense”, honraria outorgada através do Decreto Legislativo nº 54 de 09 de novembro de 2005 de autoria da Câmara Municipal de João Pessoa. João Pessoa - PB.
- 5.3. “Moção de Aplauso” da Câmara Municipal de Uberlândia, pela participação na coordenação do Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direitos Sociais pelo TST, nos termos do artigo 234, § 3º, da Resolução nº 031/02, em 02 de abril de 2004, de iniciativa da Vereadora Liza Prado.
- 5.4. Agraciado com a Comenda da “Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho”, no Grau “Grande Oficial”, criada pela Resolução Administrativa nº 32, de 30.06.2003, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em 03.11.2003.
- 5.5. Agraciado com a Comenda “Mérito Benjamin Colucci”, honraria outorgada pela 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Juiz de Fora-MG, em 09 de agosto de 2003.
- 5.6. Agraciado com o “Título de Cidadão Peixotense”, honraria outorgada pela Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, Decreto-legislativo 003/98, de autoria do Presidente Edelsio Souza Lélis, em 16 de dezembro de 2000.
- 5.7. Homenageado como Patrono e Parainfo de várias turmas do Curso de Direito das Universidades e Faculdades de Cuiabá-MT.
- 5.8. Agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, no Grau “Grã-Cruz”, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, em 30 de junho de 2000.
- 5.9. Agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco, no Grau “Grande Oficial”, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 02 de dezembro de 1999.
- 5.10. “Moção de Aplauso” da Câmara Municipal de Água Boa-MT, pelos relevantes serviços prestados àquele Município quando da implantação da Junta de Conciliação e Julgamento Itinerante/JCJi, em sessão de 04 de outubro de 1999, por iniciativa dos Vereadores Luiz Omar Pichetti e José Ari Zandoná.
- 5.11. Agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho, no Grau “Grande Oficial”, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 11 de agosto de 1999.
- 5.12. Agraciado com o “Título de Cidadão Rondonopolitano”, honraria outorgada através do Decreto Legislativo nº 1103 de 28 de maio de 1999, de autoria do Vereador Mohamad K. Zaher, em 04 de agosto de 1999, na Câmara Municipal de Rondonópolis-MT.
- 5.13. Agraciado com o “Título de Cidadão Matogrossense”, honraria outorgada através da Resolução nº 67/97, de autoria dos Deputados Humberto Bosaipo e José Riva (OFÍCIO Nº 31/99/Cerimonial, de 14 de junho de 1999), Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 1º de julho de 1999, no Caiçara Tennis Clube em Rondonópolis-MT.
- 5.14. Agraciado com Diploma de “Honor al Mérito” da Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, “Dr. Guillermo Cabanellas, Filial Perú, Lima 25 de agosto de 1998.
- 5.15. Agraciado com Diploma de “Miembro de Número” da Asociación Iberoamericana de Juristas del Derecho del Trabajo y la Seguridad Social Dr. Guillermo Cabanellas, San Juan, 27 de abril de 1998.
- 5.16. Agraciado com o Diploma em comemoração aos 55 anos da instalação da Justiça do Trabalho e 50 anos de sua integração no Poder Judiciário, Brasília 18 de setembro de 1996, Ministro Presidente Ernes Pedro Pedrassani.
- 5.17. Agraciado com o Diploma “Amigo da Brigada” pela colaboração prestada nas atividades realizadas pela 13ª Brigada de Infantaria Motorizada - Brigada Barão de Melgaço, Gen. Bda Luiz Henrique Moura Barreto, em 27 de julho de 1998.
- 5.18. Agraciado com o “Título de Cidadão Honorário Tangaraense”, honraria outorgada através do Decreto Legislativo nº 016/98 de 22.04.98 (OFÍCIO Nº \

- 093/CM/98, de 23 de abril de 1998), Câmara Municipal de Tangará da Serra, recebimento em 13 de maio de 1998, na sede do Legislativo Municipal; Presidente Francisco Dantas Garcia.
- 5.19. Agraciado com o “Título de Cidadão Colidense”, Decreto Legislativo nº 017/97 de 15 de agosto de 1997, Câmara Municipal de Colíder, recebimento em 24.09.97, Presidente Damião Pereira Pinto.
- 5.20. Agraciado com o “Título de Cidadão Altaflorestense”, Decreto Legislativo nº 116/96 de 11 de dezembro de 1996, Câmara Municipal de Alta Floresta, recebimento em 22.09.97, Presidente Carlos Beitem.
- 5.21. Agraciado com o “Título de Cidadania Barragarcense”, Resolução nº 007/97, de 27 de maio de 1997 e Ato nº 003/97, de 09 de julho de 1997, Câmara Municipal de Barra do Garças, recebimento em 03.08.97, Presidente Alacyr Vieira Cândido.
- 5.22. Agraciado com o “Título de Cidadão Cuiabano”, Decreto Legislativo de nº 019/97 de 03/04/1997, Câmara Municipal de Cuiabá, 1º Vice-Presidente, Vereador Moacir Pires.
- 5.23. Agraciado com o “Título de Cidadão Diamantinense”, Decreto Legislativo nº 078/97, em 06.02.97, Câmara Municipal de Diamantino, Presidente Valdanir Barbieri.
- 5.24. Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Associação Cuiabana de Cultura - Muxirum em 18.04.96.
- 5.25. Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Diretoria do Mestrado em Saúde Pública, Epidemiologia e Meio Ambiente da Universidade de León.
- 5.26. Comenda do Comércio do Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Sistema Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso em 16.05.1996.
- 5.27. Diploma de Honra ao Mérito, conferido pelo Sistema Federação do Comércio de Mato Grosso em 16.05.1996.
- 5.28. Medalha da Universidade de León, em dezembro de 1995.
- 5.29. Diploma de Colaborador Emérito do Exército, outorgada pelo Comando Militar do Oeste em 25.08.1995.
- 5.30. Comenda da Ordem do Mérito do Estado de Mato Grosso, no grau “Oficial”, outorgada pelo Estado de Mato Grosso em 21.12.1994.
- 5.31. Comenda da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau “Grã-Cruz”, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região em 19.03.1994.
- 5.32. Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho, no grau “Oficial”, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 11.08.92.
- 5.33. Medalha do Cinquentenário da Justiça do Trabalho, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 1º.05.91.
- 5.34. Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Universidade de Brasília.

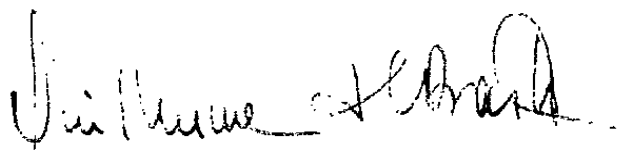
6. OBRA

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. "O Dano Moral no Direito do Trabalho". São Paulo: Editora LTr, julho, 2003.

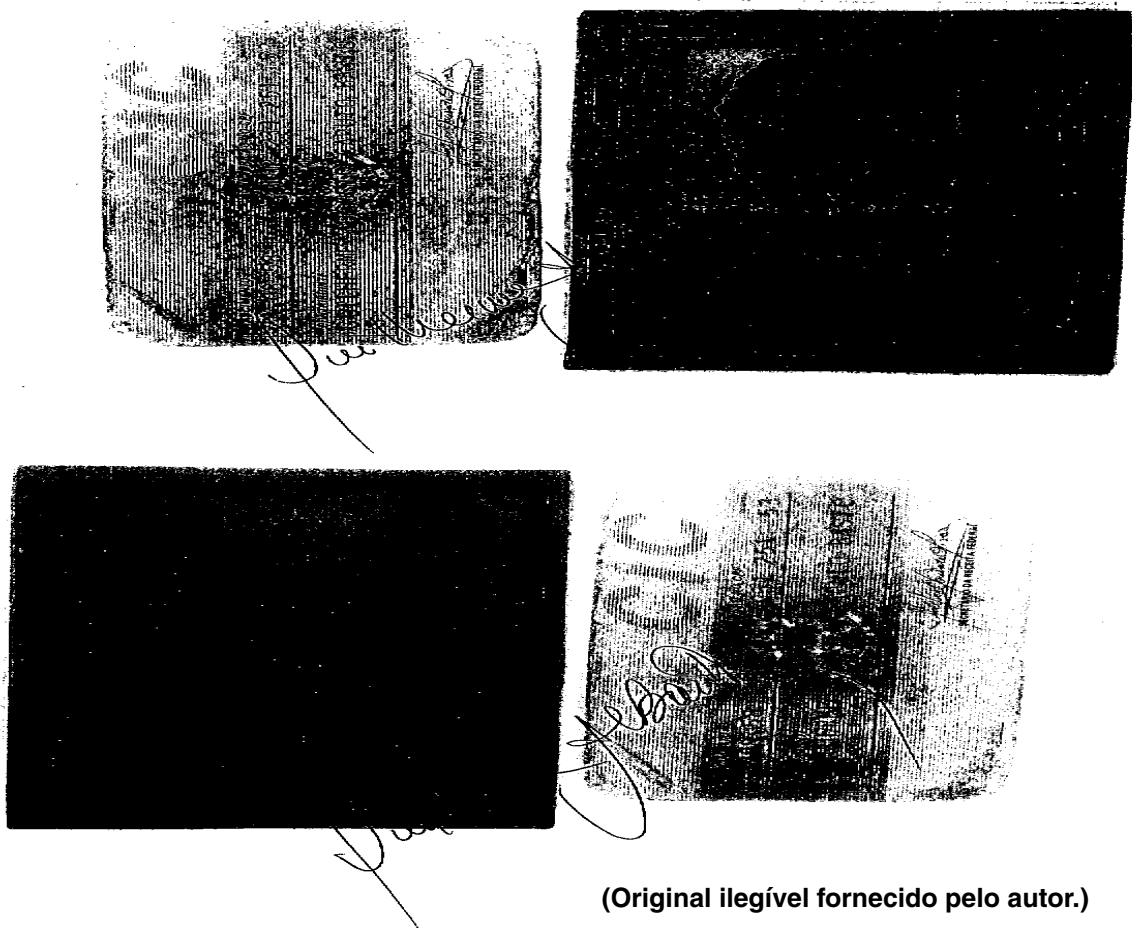
7. ARTIGOS

- A Admissão de Pessoal pela Administração Pública anteriormente à Constituição Federal de 1988;
- A Busca da Efetividade e Utilidade da Execução Trabalhista;
- A Constitucionalidade do Emprego da Arbitragem e da Mediação nas Relações do Trabalho no Ordenamento Jurídico;
- A Estabilidade da Gestante Doméstica;
- A Extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- A Negociação Coletiva e a Compensação de Horas;
- Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho;
- Arbitragem no Direito do Trabalho;

- As Relações entre o Direito do Trabalho, a Previdência e a Economia;
- Competência da Justiça do Trabalho - Análise Crítica;
- Conflitos e Relações de Trabalho: O Papel da Justiça do Trabalho;
- Convenções da OIT - Necessidade de Ostentarem Hierarquia Constitucional;
- Dano Moral: Tudo tem seu preço;
- Medidas Provisórias;
- Duplo Grau de Jurisdição e o Processo Trabalhista. Simplificação do Sistema Recursal;
- Os Efeitos da Aposentadoria Espontânea sobre o Contrato de Trabalho;
- Poder Normativo da Justiça do Trabalho;
- Precatórios – Hipóteses de Violação ao Direito de Precedência;
- Procedimento para Reintegração de Estável;
- Processo de Execução: Em busca da Efetividade da Tutela Jurisdicional;
- Renúncia e Transação no Direito do Trabalho;
- Trabalhador Avulso;
- Trabalhador Rural;
- Trabalho Escravo: Uma Chaga Humana.



Handwritten signature: José Henrique de Almeida



(Original ilegível fornecido pelo autor.)

Aviso nº 691 – C. Civil

Brasília, 19 de julho de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos, Juiz do Tribunal Superior do Trabalho da 23ª Região, MT, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, as seguintes **Mensagens**:

- nº **122, de 2007** (nº 512/2007, na origem), de 18 de julho último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal; e
- nº **123, de 2007** (nº 550/2007, na origem), de 30 de julho último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Curitiba e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da Améri-

ca, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais na Cidade de Curitiba.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 124, de 2007** (nº 519/2007, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do art. 77 da Lei nº 11.439, de 2006, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria vai à 1ª Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 82, de 2007** (nº 161/2007, na origem), de 17 de julho último, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando, nos termos da Lei nº 10.748, de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego nas modalidades de Subvenção Econômica e Responsabilidade Social.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 83, de 2007** (nº 290/2007, na origem), de 24 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Sr. Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Aviso nº 72, de 2007**, na origem, de 31 de julho último, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de abril a junho de 2007.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/38, de 2007** (nº 238/2007, na origem), da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, encaminhando, para conhecimento e análise, Proposta de Reforma Tributária elaborada por aquela entidade.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/39, de 2007** (nº 669/2007, na origem), do Ministério Público do Trabalho, encaminhando Relatório de Atuação Conjunta e Integrada do Ministério Público na Questão dos Controladores de Tráfego Aéreo, elaborado pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu manifestação sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2005 – Complementar**, da Câmara Municipal de Dracena/SP, através do Ofício nº 332, de 2 de julho de 2007.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu manifestações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, das seguintes entidades:

- **Ofício nº 140, de 2007**, da Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando indicação;
- **Ofício nº 196/2007**, do Presidente da Associação Paulista de Municípios; e
- **Ofício nº 16/2007**, da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe.

Os expedientes serão juntados ao Processo Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu manifestação sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003**, da Câmara Municipal de Mateus Leme – MG, através de carta datada de 13 de julho de 2007.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu manifestações sobre o **Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007** (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007), encaminhadas pelas seguintes entidades:

- Asibama Nacional – Servidores do Ibama;
- Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Itajaí; e

– ACRAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que se encontra incluída em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 100, DE 2007-CN
(nº 537/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 38.330.853,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 38.330.853,00 (trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 27.690.866,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e noventa mil, oitocentos e sessenta e seis reais), sendo:

a) R\$ 8.995.212,00 (oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Concessões e Permissões;

b) R\$ 18.218.885,00 (dezoito milhões, duzentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais) de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional; e

c) R\$ 476.769,00 (quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais) de Recursos Próprios Financeiros; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 10.639.987,00 (dez milhões, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2004-2007 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura
Fonte 29: Recursos de Concessões e Permissões

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	(C) = (B) - (A)
13310201 Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicação	6.325.656	25.061.851	18.736.195
13310202 Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	1.065.792	1.020.375	-45.417

13310203	Receita de Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência	1.602.468	1.997.461	394.993
13310204	Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicação	1.296	4.611	3.315
16000107	Receita de Utilização de Posições Orbitais	0	18.354	18.354
Total		8.995.212	28.102.652	19.107.440
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)				0
Créditos Extraordinários abertos (E)				0
Créditos Suplementares e Especiais (F)				8.995.212
Abertos				0
Em tramitação (1)				8.995.212
Outras modificações orçamentárias efetivadas* (G)				-8.995.212
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)				19.107.440

* Portaria SOF nº 10, de 16 de março de 2007, que modificou as fontes de recursos originalmente alocadas na Lei Orçamentária de 2007, disponibilizando-as, portanto, para uso na implementação do Fundo Setorial do Audiovisual, conforme determina a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 28 de junho de 2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura

Fonte 30: Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	
12200601 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Remessas	694.893	404.654	-290.239
12200602 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Títulos	30.387.482	26.835.823	-3.551.659
Total	31.082.375	27.240.477	-3.841.898
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			
Créditos Extraordinários abertos (E)			
Créditos Suplementares e Especiais (F)			
Abertos			
Em tramitação (1)			
Outras modificações orçamentárias efetivadas* (G)			
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			

* Portaria SOF nº 10, de 16 de março de 2007, que modificou as fontes de recursos originalmente alocadas na Lei Orçamentária de 2007, disponibilizando-as, portanto, para uso na implementação do Fundo Setorial do Audiovisual, conforme determina a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 28 de junho de 2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura

Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	476.769	1.098.700	621.931
Total	476.769	1.098.700	621.931
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			
Créditos Extraordinários abertos (E)			
Créditos Suplementares e Especiais (F)			

Abertos	0
Em tramitação (1)	476.769
Outras modificações orçamentárias efetivadas* (G)	-476.769
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)	621.931

* Portaria SOF nº 10, de 16 de março de 2007, que modificou as fontes de recursos originalmente alocadas na Lei Orçamentária de 2007, disponibilizando-as, portanto, para uso na implementação do Fundo Setorial do Audiovisual, conforme determina a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 28 de junho de 2007.

EM nº 00149/2007/MP

Brasília, 03 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito especial no valor global de R\$ 38.330.853,00 (trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e três reais), em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, e dá outras providências.

2. A solicitação visa à inclusão de ações e subtítulos no orçamento vigente, com vistas a adequar a programação dos referidos órgãos à sua real necessidade de execução, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ 1,00	
Órgão/Unidade	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	1.200.000	1.200.000
Ministério da Educação (Administração direta)	1.200.000	1.200.000
Ministério da Cultura	26.834.764	9.439.987
Agência Nacional do Cinema		8.887.987
Fundo Nacional de Cultura	26.834.764	552.000
Operações Oficiais de Crédito	10.296.089	0
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	10.296.089	0
Excesso de Arrecadação de:	0	27.690.866
Recursos de Concessões e Permissões	0	8.995.212
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	0	18.218.885
Recursos Próprios Financeiros	0	476.769
Total	38.330.853	38.330.853

3. Para o Ministério da Educação, o crédito proposto possibilitará quitar as cotas, referentes ao presente exercício, da Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, organismo internacional que presta assessoramento e assistência técnica àquele Ministério em projetos voltados para a universalização da educação básica, e da Contribuição à Rede de Informação Tecnológica da América Latina - RITLA, a fim de proporcionar o funcionamento da sede do Núcleo Central da Rede na cidade do Rio de Janeiro.
4. O crédito ao Ministério da Cultura e a Operações Oficiais de Crédito viabilizará o cumprimento da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que determina a criação de categoria de programação específica, denominada Fundo Setorial do Audiovisual, no qual poderão ser alocadas diversas fontes de recursos, entre as quais, receitas de Concessões e Permissões, da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, e de Recursos Próprios Financeiros, a serem utilizadas no financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.
5. Além disso, o crédito permitirá a fixação de pontos de cultura em localidades estrangeiras, com grande concentração de cidadãos brasileiros e elevada demanda por produtos culturais de origem brasileira. Para 2007, prevê-se a instalação de pontos de cultura em Miami, São Francisco, Nova York, Boston, Berlim, Munique, Londres e Milão. Os recursos possibilitarão a contratação de instrutores para oficinas de capacitação e aperfeiçoamento sobre cultura brasileira, a realização de eventos para as comunidades locais, o intercâmbio cultural entre pontos nacionais e internacionais, a edição de livros e periódicos, entre outros.
6. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de recursos provenientes de excessos de arrecadação de Recursos de Concessões e Permissões, de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e de Recursos Próprios Financeiros, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.
7. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:
 - a) R\$ 1.752.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação;
 - b) R\$ 11.532.764,00 (onze milhões, quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais) referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;
 - c) R\$ 16.158.102,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e dois reais) referem-se à suplementação de despesas financeiras não consideradas no cálculo do resultado primário de que trata o Anexo XI do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007;
 - d) R\$ 8.887.987,00 (oito milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais) referem-se a remanejamento entre despesas financeiras não consideradas no cálculo do referido resultado; e
 - e) o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.
8. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006, LDO-2007, demonstram-se nos quadros anexos a esta Exposição de Motivos os excessos de arrecadação das receitas utilizados no presente crédito.
9. Integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das novas ações, que passam a integrar o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007).

10. Cabe destacar, finalmente, que, no caso das ações Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA e Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura, o presente crédito não implica alterações do PPA 2004-2007, uma vez que se trata de inclusão de subtítulos de ações constantes do referido Plano.

11. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

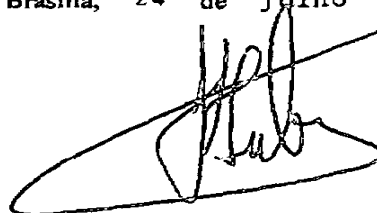
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 537

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 38.330.853,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 24 de julho de 2007.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Vide texto compilado
Mensagem de Veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 9º, 10 e 11. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 2º É vedada a execução de ação orçamentária constante do Plano, cuja alteração esteja sendo proposta, antes da aprovação do respectivo projeto de lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programa, conterà, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício de sua apresentação e nos três exercícios subseqüentes. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 4º A estimativa de que trata o inciso III do § 3º, no caso de proposta que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, será considerada na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterà exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 6º Considera-se alteração de programa: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - alteração do megaobjetivo ou do desafio associados ao programa; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - adequação de denominação ou do objetivo do programa e modificação do seu público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

IV - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

V - alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 7º As alterações no Plano deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações orçamentárias do Plano serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 9º As alterações de que trata o inciso IV do § 6º poderão ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 10. A inclusão de ação orçamentária, quando decorrente de fusão e desmembramento de atividades do mesmo programa, poderá ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, hipótese em que, a partir do exercício de 2006, deverão ser apresentados, em anexo à mensagem que encaminha o respectivo projeto de lei: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - o alinhamento da série histórica das alterações decorrentes da fusão ou do desmembramento das atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - os atributos dessas atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, a partir do exercício de 2006, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)~~

§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial, desde que esse apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.450, de 2007)

§ 12. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, no que se refere aos programas constantes do Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I - o órgão responsável; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II - os indicadores e os índices; e (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III - os órgãos responsáveis pela execução das ações orçamentárias. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Executam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Executam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007)

LEI Nº 11.437, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.

Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de

créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 2-8-2007

até 7-8 publicação e distribuição de avulsos;

até 15-8 prazo final para apresentação de emendas;

até 20-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 4-9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 837, DE 2007

Nos termos do art. 223 do Regimento Interno, requerido seja apresentado voto de censura e repúdio ao Assessor Especial do Presidente da República, Marco Aurélio Garcia, pelos gestos obscenos manifestados em função das prováveis causas mecânicas com o acidente da aeronave da TAM, no aeroporto de Congonhas.

Justificação

Vivemos nas últimas semanas a maior tragédia da aviação brasileira. Uma tragédia anunciada pela incompetência na gestão, irresponsabilidade na fiscalização e passividade do Governo Federal frente a um quadro caótico que enfrentamos no setor aéreo, desde o acidente entre o boeing da Gol e o **Legacy** da **Excelair** em setembro do ano passado.

Tragédia de grandes proporções, que atingiu inúmeras famílias, que vitimou homens e mulheres no auge de suas vidas, que matou crianças inocentes e jovens.

O acidente da TAM abalou toda a nação. Como-veu o desespero dos pais que perderam seus filhos e os filhos que perderam seus pais. Atingiu a todos nós,

uma dor que através das telas das TVs inundou nossos lares e calou fundo em nosso coração. Quem não se emocionou com as cenas do desespero de uma mãe que perdeu seus dois filhos adolescentes?

Uma pessoa não se abalou. Não pensou no drama das famílias. Não demonstrou compaixão pelas vítimas. Foi frio e mesquinho ao comemorar com um gesto obsceno a possibilidade do Governo ao qual serve ter menor responsabilidade no ocorrido.

O Senhor Marco Aurélio Garcia foi infeliz em seu ato. Na condição humana foi desprezível, na condição de homem público foi criminoso. Atingiu com o seu gesto não só as famílias, já abaladas, mas, toda à nação.

Em sua defesa alega que não repetiria o ato em público. Envergonho-me em imaginar que um brasileiro que acompanhou os fatos tão de perto possa admitir como normal a comemoração sobre o sofrimento alheio na intimidade.

O Doutor Marco Aurélio não merece perdão. Merece sim, a repulsa de todos nós. Se esse senhor tivesse um minuto de vergonha e bom senso, teria se demitido no ato. Mas, a sua mesquinhez, o seu apego ao poder o impedem, e como ele não tem chefe e sim um Presidente mais preocupado consigo mesmo e com seus amigos que com o país, continua teimosamente no Palácio.

Tendo em vista tudo isso, o mínimo que esta Casa pode fazer é aprovar esta proposta de voto de repúdio e censura ao Assessor Marco Aurélio Garcia, um desagravo ao ato que revoltou toda a Nação e não pode passar impune.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da IV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 6 e 7 de agosto próximo, na cidade de Montevideú, Uruguai.

Informo que estarei ausente do País no período de 5 a 8 do corrente mês para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB – AC)

REQUERIMENTO Nº 839, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 6 e 7 de agosto do corrente da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideú, no Uruguai. Estarei ausente do País para participar do referido evento no período de 5 a 8 do corrente mês.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Sergio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 840 de 2007

Senhor Presidente,

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 3 a 9 de agosto de 2007, para fins de participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideú, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Romeu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 841, DE 2007

Tendo sido designada pelo Senador Sérgio Zambiasi, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideú, Uruguai, no período de 5 a 8 de agosto próximo, solicito autorização do Senado para ausentar-me do País neste período, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senadora **Marisa Serrano**.

REQUERIMENTO Nº 842, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me do País no período de 6 a 9 de agosto de 2007, quando estarei participando da 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que será realizada em Quito, capital do Equador.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senadora **Fátima Cleide**.

REQUERIMENTO Nº 843, DE 2007

Com fundamento no art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País entre os dias 4 e 8 de agosto, para participar, como integrante da representação brasileira, da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 6 e 7 de agosto, em Montevideú, Uruguai.

Requeiro, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, seja devidamente autorizada a minha ausência dos trabalhos desta Casa, nesse período, pelo motivo acima exposto.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 844, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação no período de 6 e 7 de agosto de 2007, por ocasião da IV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideú, Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 5 a 9 de agosto.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Inácio arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2007

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Santa Catarina Ivo Silveira.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina Justificação

Trata-se de excepcional homem público, detentor de vários mandatos políticos, tais como Prefeito de Palhoça, Deputado Estadual e Governador do Estado de Santa Catarina.

Ivo Silveira nos deixa com um sentimento forte de perda e de saudade, mas também deixa plantado no solo catarinense um legado de honestidade, lealdade, idealismo e competência, qualidades fundamentais para qualquer homem público.

Pela sua importância na história política de Santa Catarina e pelo seu exemplo como homem público, apresento ao plenário do Senado da República este Voto de Pesar, esperando contar com o apoio de todos os senadores.

Ao aprovar este requerimento, a principal casa de leis do País estará prestando uma justa homenagem a um dos mais importantes políticos e humanistas de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Raimundo Colombo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2007

Requerem a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem póstuma ao Deputado Federal Júlio Redecker, falecido em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas.

Requeremos, de acordo com o art. 199, do Regimento Interno, e considerando a relevante trajetória política do Deputado Federal Júlio Cesar Redecker, então Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem póstuma a esse notável homem público, falecido no dia 17 de julho de 2007, juntamente com outras tantas vítimas do trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas, São Paulo/SP.

Justificação

A presença do político gaúcho Júlio Redecker, no cenário brasileiro, ultimamente como Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, justifica o tributo **in memoriam** que proponho ao Senado da República.

Advogado e Professor Universitário no Rio Grande do Sul, sua terra natal, Júlio Redecker ingressou na política por vocação. Desde cedo, ainda estudante, participou de movimentos estudantis, alçando-se, por votação, à presidência da Juventude Brasileira do PDS, no biênio 1984-1985. A partir de 1995, chegou à área federal, cumprindo os seguintes Mandatos Eletivos: Deputado Federal, 1995-1999, RS, PPR. Dt. Posse: 2-2-1995; Deputado Federal, 1999-2003, RS, PPB. Dt. Posse: 1º-2-1999; Deputado Federal, 2003-2007, RS, PPB. Dt. Posse: 1º-2-2003; Deputado Federal, 2007-2011, RS, PSDB. Dt. Posse: 1º-2-2007; ARENA, 1974-1980; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PSDB, 2003.

Atividades Partidárias: Foi Membro do Diretório Nacional do PDS, 1984-1985; do Diretório Regional do PDS, RS, 1985-1992; da Executiva Regional do PDS, RS, 1992; do Diretório Regional do PPR, RS, 1993; Vice-Presidente Nacional do PPB, 1998; Vice-Líder do PSDB, 2003; Segundo-Secretário, Executiva Nacional do PSDB, 2005-2006; Secretário-Geral, Executiva Estadual do PSDB/RS, 2003-2004; Vice-Líder do PSDB, 2/2006; Líder da Minoria, 6-2-2007.

Representante do Setor de Comércio Exterior e Coureiro-Calçadista; Representante do Setor de Comércio Exterior, Coureiro-Calçadista, bem como de todo Setor Produtivo Nacional.

Como político e parlamentar, sua atuação foi brilhante, lamentavelmente interrompida pelo acidente aéreo de Congonhas, como uma das muitas vítimas do vôo da TAM.

Como orador, sempre soube destacar os grandes problemas nacionais. Seu último grande discurso na amara, em meados de maio deste ano, confirmou sua índole de democrata vigilante e, por que não dizer, preocupado, como preocupados se encontram todos os verdadeiros democratas brasileiros, na atual fase de incertezas em que vive o Brasil.

Redecker, nesse pronunciamento, sem ser arrogante (que esta jamais foi sua índole), mas altivo, expressou com nitidez as preocupações da Pátria brasileira, cuja direção está entregue a mãos inexperientes, algumas corruptas. Ele chamou a atenção de seus pares para os perigos de uma política que ronda a Nação e nada condizente com os anseios do povo. Mais particularmente, procurou despertar nos governistas o significado dos representantes de oposição.

São dele essas palavras:

O mesmo voto direto, universal e secreto que elegeu os membros da Maioria na Casa elegeu a nós da Oposição. É o voto, expressão da vontade do eleitor, que delimita os espaços de atuação parlamentar na democracias: os majoritários governam; os minoritários fazem críticas e fiscalizam o governo.

A Constituição e as leis ditam as regras que possibilitam a convivência pacífica entre Maioria e Minoria e sua ação conjunta em benefício do País.

Somos Oposição, por delegação de parcela expressiva do povo brasileiro, com todos os requisitos que essa função nos impõe. Assim o declaramos sem receios nem jactância.

Da Maioria e do Governo que ela apóia esperamos nada mais, nada menos do que a justa compreensão do nosso papel oposicionista: acolhimento da crítica como alerta que permite corrigir rumos; aceitação da fiscalização como contrapeso indispensável ao bom exercício do poder. O sentido oposto desse procedimento é a arrogância, prima caolha do autoritarismo.

Como pode querer cercear a Oposição um governo cujo partido se formou e se consolidou na trincheira oposicionista?

Não é a Oposição que põe em risco o Governo nem é o seu exercício que vai provocar o apagão legislativo, como às vezes parece supor o Presidente Lula. Ao contrário, são as tentativas de cercear o legítimo exercício da Oposição que podem paralisar o Congresso.

Pior: essas tentativas revelam fraqueza por trás da força aparente. Revelam medo por trás da arrogância. Medo do desmonte da falsificação, no caso da crítica, no caso da fiscalização.

E, por fim, fala como legítimo representante do povo que o elegeu:

A maioria governista gostaria que atuássemos de forma mais construtiva, obviamente conforme o entendimento que fazem desse qualificativo.

Nossos eleitores cobram mais oposição não menos. Nossa opção é clara: atuamos como pedem os eleitores.

A Sessão Especial do Senado, que estamos requerendo é, pois, merecida. Julio Redecker foi um bravo democrata parlamentar.

No seu discurso de maio, como que numa premonição, referiu-se o parlamentar à crise do chamado apagão aéreo, que infelicita a vida de todos os brasileiros. Não imaginava, por certo, que viria a ser mais uma das vítimas do descaso das autoridades diante desse gravíssimo problema.

Naquele pronunciamento, como Líder da Minoria, Redecker, com serenidade e, sem dúvida, expressando o pensamento da Nação aviltada, atribuiu ao Governo atual a culpa pelo não menos trágico acidente com o avião da Gol, que cumpria a rota Manaus-Brasília. Disse, então, Redecker:

(...) No momento, o que veio a se tornar visível foi o aparelhamento da Infraero. E não se culpe a Oposição ou a imprensa pelo desvendamento de mais esse escândalo.

Esses fatos vieram a conhecimento público com a queda do avião da Gol, que levou à morte 154 pessoas. Uma tragédia que poderia ter sido evitada, pois foi anunciada em talas as propostas orçamentárias encaminhadas ao Governo desde 2004, com advertências sobre a necessidade de investimentos na segurança dos vôos.

Reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** no dia 15 de abril revela que a gênese da crise do setor aéreo foi o loteamento político da Infraero. Quem fez o alerta foi o Brigadeiro Edilberto Sirotheau, em carta de abril de 2005, com que se demitiu da chefia da Superintendência de Segurança Aeroportuária daquela estatal. Diz a matéria que o Brigadeiro denunciou a obsessiva prioridade destinada às obras que proporcionam visibilidade, em detrimento das necessidades operacionais."

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007

Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

Senador **TASSO JEREISSATI**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Orlando Ferreira, vítima de acidente rodoviário em Nova Olinda do Norte, Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Orlando Ferreira, ocorrido no dia 21 de julho de 2007, em Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do radialista, especialmente à esposa, Sr^a Leda Ferreira.

Justificação

O Voto de Pesar que requeiro ao Senado é homenagem póstuma ao radialista Orlando Ferreira, profissional muito conhecido no Amazonas. Ele morreu no sábado, dia 21 de julho, na estrada de acesso ao aeroporto de Nova Olinda. A moto em que trafegava chocou-se contra um caminhão e, gravemente ferido, veio a falecer no hospital da cidade.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2007**Requerem Voto de Pesar pela morte do Deputado Federal Julio Redecker, ocorrida em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas.**

Requeremos, nos termos do art. 218 a 220, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado Federal Júlio César Redecker, então Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, ocorrido no dia 17 de julho de 2007, juntamente com outras tantas vítimas do trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas, São Paulo/SP.

Requeremos, ademais, a apresentação de condolências aos familiares do Deputado Julio Redecker, dando-se ciência desse Ato ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chináglia, e à Governadora do Rio Grande do Sul, Dr^a Yeda Crusius.

Justificação

Político de forte presença no cenário brasileiro, o então Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, Júlio Cesar Redecker, foi um bravo e incansável defensor da democracia. Em meados de maio passado, em seu último grande discurso na Câmara, como Líder, ele revelou-se preocupado com os rumos inadequados com que é conduzida a mais alta administração do País, a partir do Palácio do Planalto. Numa serena análise acerca do que pode ser considerada ameaça ao Estado de Direito Democrático, ele confirmou sua índole de democrata vigilante e, por que não dizer, preocupado, como preocupados se encontram todos os verdadeiros democratas brasileiros, na atual fase de incertezas em que vive o Brasil.

Redecker, nesse pronunciamento, sem ser arrogante (que esta jamais foi sua personalidade), mas ativo, expressou com nitidez as preocupações da Pátria brasileira, cuja direção está entregue, como apontam exemplos atilais, a mãos consideradas inexperientes, algumas marcadas por corrupção, direta ou indiretamente, por omissão ou leniência.

Como que num pressentimento, ou premonição, Julio Redecker, nesse seu importante pronunciamento, agora pertencente à História, fez elevada e contundente análise do triste quadro a que a Nação brasileira se submete nos aeroportos. A análise girou em torno do acidente não menos trágico do avião da Gol que cumpria a rota Manaus-Brasília. Não imaginava, por certo, que viria a ser mais uma das vítimas do descaso das autoridades diante desse gravíssimo problema do caos nos nossos aeroportos, o chamado apagão aéreo, que decorre da má atuação dos responsáveis pelo controle das viagens aéreas no Brasil.

Naquele discurso, Redecker, sem dúvida expressando o pensamento da Nação aviltada, atribuiu ao Governo atual a culpa pelo acidente com o avião da Gol. Na visão do político gaúcho, a tragédia era anunciada, diante do aparelhamento político de cargos técnicos, como os da Infraero, da Anac e outros órgãos que, no mínimo, deveriam ser preenchidos por pessoas credenciadas e com larga experiência na área.

Se tivéssemos que optar por um epitáfio para o notável político gaúcho, bastaria reproduzir na lápide fria, assim inscrevendo-as nos Anais da Casa, para a perenidade dos registros históricos, como exemplos e advertência, as palavras que Redecker pronunciou em maio, na Câmara, na sua análise acerca do acidente aéreo anterior, o da Gol:

(...) o que veio a se tornar visível foi o aparelhamento da Infraero e não se culpe a

Oposição ou a imprensa pelo desvendamento de mais esse escândalo.

Esses fatos vieram a conhecimento público com a queda do avião da Gol, que levou à morte 154 pessoas. Uma tragédia que poderia ter sido evitada, pois foi anunciada em todas as propostas orçamentárias encaminhadas ao Governo desde 2004, com advertências sobre a necessidade de investimentos na segurança de vôos.

Reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** no dia 15 de abril revela que a gênese da crise do setor aéreo foi o loteamento político da Infraero. Quem fez o alerta foi o Brigadeiro Edilberto Sirotheau em carta de abril de 2005, com que se demitiu da chefia da Superintendência de Segurança Aeroportuária daquela estatal. Diz a matéria que o Brigadeiro denunciou a obsessiva prioridade destinada às obras que proporcionam visibilidade, em detrimento das necessidades operacionais.”

A Nação, por essas tantas falhas do Governo da União, perde com a morte de Julio Redecker. Seu último grande discurso na Câmara, em meados de maio deste ano, aponta claramente o triste quadro que é o da atual fase de incertezas em que vive o Brasil. Nessa oportunidade, externou suas apreensões diante do quadro que antevia e chamou a atenção de seus pares para os perigos de uma política que ronda a Nação, nada condizente com os anseios do povo. Mais particularmente, procurou despertar nos governistas o significado dos representantes de oposição.

São dele essas palavras:

O mesmo voto direto, universal e secreto que elegeu os meros da Maioria na Casa elegeu a nós da Oposição. É o voto, expressão da vontade do eleitor, que delimita os espaços de atuação parlamentar nas democracias: os majoritários governam, os minoritários fazem críticas e fiscalizam o governo.

A Constituição e as leis ditam as regras que possibilitam a convivência pacífica entre Maioria e Minoria e sua ação conjunta em benefício do País.

Somos Oposição, por delegação de parcela expressiva do povo brasileira com todos os requisitos que essa função nos impõe. Assim o declaramos sem meias nem jactância.

Da Maioria e do Goiano que ela apóia, esperamos nada mais, nada menos, do que a justa compreensão do nosso papel oposicio-

nista; acolhimento da crítica como alerta que permite corrigir rumos; aceitação da fiscalização como contrapeso indispensável ao bom exercício do poder. O sentido oposto desse procedimento é a arrogância, prima caolha do autoritarismo.

Como pode querer cerrar a Oposição um governo cujo partido se forram e se consolidou na trincheira oposicionista?

Não é a Oposição que põe em risco o Governo, nem é o seu exercício que vai provocar o apagão legislativo como às vezes parecer supor o Presidente Lula. A o contrário, são as tentativas de cercear o legítimo exercício da Oposição que podem paralisar o Congresso.

Pior: essas tentativas revelam fraqueza por trás da força aparente. Revelam medo por trás da arrogância. Medo do desmonte da falsificação, no caso da crítica, ou da revelação de irregularidades e delitos, no caso da fiscalização.

E, por fim, fala como legítimo representante do povo que o elegeu:

A maioria governista gostaria que atuássemos de forma mais construtiva, obviamente conforme o entendimento que fazem desse qualificativo.

Nossos eleitores cobram mas oposição, não menos. Nossa opção é clara: atuamos como pedem os eleitores.

Pelo seu valor, que fará falta a este Parlamento, justifica-se o Voto de Pesar que propomos ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 849, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 39 e o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja justificada a minha ausência nos dias 6 e 7 do corrente mês, quando estarei em missão oficial, junto à IV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul em Montevideu, Uruguai.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2007

Dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As conclusões do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de aeronave civil acidentada devem ser publicadas no **Diário Oficial** no prazo de quinze dias, a contar do encerramento da investigação oficial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No ano de 2000, apresentei projeto onde buscava resguardar o direito de toda a sociedade quando ocorresse acidente de avião, a fim de que fossem públicas todas as informações a respeito dos motivos que determinaram o próprio acidente. Entretanto, infelizmente, embora o projeto tenha sido aprovado por unanimidade no Senado Federal, a Câmara dos Deputados acabou por rejeitá-lo em 2004. Hoje, ficou clara a necessidade da aprovação do referido projeto a fim de resguardar os interesses, inclusive das famílias das vítimas. Destarte, espera-se que, dessa vez, a Câmara também se engaje no esforço de garantir esse direito essencial para a transparência do que ocorre no setor aéreo brasileiro.

Ressalte-se que os freqüentes acidentes e incidentes envolvendo o transporte aéreo regular de passageiros ocorridos ultimamente vêm gerando um clima de insegurança que requer do poder público a adoção de medidas que visem à tranquilidade dos usuários. Entre essas medidas, destacam-se as explicações sobre as causas dos acidentes e a agilidade na apresentação das providências a serem tomadas para evitar novas ocorrências.

Essa não é, entretanto, a forma com que as autoridades aeronáuticas vêm tratando tão grave questão. Informações contidas nos relatórios das famosas caixas-pretas dos aviões acidentados têm sido negadas à população, sob o argumento de que são sigilosas até a conclusão das investigações.

A quem beneficia o sigilo? Certamente não interessa aos cidadãos, que têm no direito à informação um dos principais pilares da democracia.

Por essa razão, reapresentamos a presente proposição legislativa visando à divulgação do conteúdo decodificado das caixas-pretas dos aviões acidentados em **Diário Oficial**. Acreditamos que essa medida propiciará maior transparência das investigações e terá repercussão positiva sobre a redução dos acidentes e a confiança dos usuários efetivos e potenciais.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2007

Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 226-A. A autoridade de aviação civil disporá sobre as Condições Gerais de Transporte, observado o disposto nesta lei, nas convenções internacionais ratificadas pelo País e no Código de Defesa do Consumidor.”

Art. 2º Os arts. 229, 230, 231, 234, 248, 256, 257, 260, 281 e 299 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 229. Se a viagem for cancelada ou se houver atraso da partida superior a 2 (duas) horas, independentemente do motivo e ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, o transportador pagará ao passageiro, de imediato e em dinheiro, multa correspondente ao valor integral da tarifa cheia.

Parágrafo único. A multa referida neste artigo só não é exigível caso o cancelamento ou o atraso se verifique em face das condições meteorológicas, nos aeroportos de origem ou de destino do vôo, que impossibilitem temporariamente pousos e decolagens. Também não é exigível a multa referida neste artigo, caso os aeroportos de origem ou de destino do vôo se encontrem fechados ou inoperantes. (NR)”

“Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 2 (duas) horas, independentemente do motivo e ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, o transportador

providenciará o embarque do passageiro, em vôo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro assim o preferir, o valor do bilhete de passagem, sem prejuízo da multa a que se refere o art. 229.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica caso o atraso se verifique em face das condições meteorológicas, nos aeroportos de origem ou de destino do vôo, que impossibilitem temporariamente pousos e decolagens. Também não se aplica o disposto neste artigo, caso os aeroportos de origem ou de destino do vôo se encontrem fechados ou inoperantes. (NR)”

“Art. 231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 2 (duas) horas, qualquer que seja o motivo e ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem do trecho faltante ou pela imediata devolução do preço referente ao trecho faltante.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica caso o atraso se verifique em face das condições meteorológicas, nos aeroportos de origem ou de destino do vôo, que impossibilitem temporariamente pousos e decolagens. Também não se aplica o disposto neste artigo, caso os aeroportos de origem ou de destino do vôo se encontrem fechados ou inoperantes.”

..... (NR)”

“Art. 234.

§ 6º A bagagem será entregue ao passageiro, inviolada e em bom estado de conservação, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após o desembarque.

§ 7º Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, o transportador pagará ao passageiro, de imediato e em dinheiro, multa em valor correspondente à metade do valor integral da tarifa cheia. (NR)”

“Art. 248. Os limites de indenização, previstos neste Capítulo, não se aplicam se for provado que o dano resultou de dolo ou culpa do transportador ou de seus prepostos

Parágrafo único. Cabe ao transportador o ônus de provar que o dano não resultou de sua culpa ou dolo. (NR)”

“Art. 256. O transportador responde pelo dano decorrente:

.....
II – de cancelamento ou atraso do transporte aéreo contratado;

III – de dano, avaria, violação, furto, extravio ou atraso na entrega da bagagem.

..... (NR)”

“Art. 257. A responsabilidade do transportador, em relação a cada passageiro e tripulante, no caso de morte ou lesão corporal grave e permanente, não é previamente limitada ou tarifada, devendo o juiz, diante das circunstâncias específicas, fixar o valor da indenização que não poderá ser inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em caso de morte, e R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) em caso de lesão grave e permanente.

Parágrafo único. Nos demais casos de lesão corporal de natureza não grave, o juiz fixará o valor da indenização, diante das circunstâncias específicas do caso, vedada a limitação ou tarifação prévia da indenização. (NR)”

“Art. 260. A responsabilidade do transportador por dano, conseqüente da destruição, perda ou avaria da bagagem despachada ou conservada em mãos do passageiro, ocorrida durante a execução do contrato de transporte aéreo, limita-se ao valor correspondente a R\$10.000 (dez mil reais), por ocasião do pagamento, em relação a cada passageiro. (NR) “

“Art. 281.

V – às multas devidas aos passageiros por descumprimento das Condições Gerais de Transporte (arts. 229 e 234).

..... (NR)”

“Art. 299. Será aplicada multa de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou de suspensão ou cassação de quaisquer certificados de matrícula, habilitação, concessão, autorização, permissão ou homologação expedidos segundo as regras deste Código, nos seguintes casos:

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado a alínea **b** do § 1º do art. 256 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Justificação

As condições de atendimento aos passageiros do transporte aéreo brasileiro vêm sofrendo acentuado grau de deterioração ao longo dos últimos anos. Atrasos e cancelamentos de vôo tornaram-se regra, intercalados por breves momentos de funcionamento regular dos serviços.

Os usuários têm sido submetidos a um tratamento desrespeitoso e humilhante, sujeitando-se, muitas vezes, a sucessivos adiamentos, por prazo indefinido, em sações de aeroportos superlotados e *sem* informações confiáveis.

Tal situação viola o Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual, "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos" (art. 22), havendo jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido. O recebimento de uma indenização com fundamento no direito de consumidor exige, no entanto, que se acione o Poder Judiciário, o que desestimula muitos usuários.

No âmbito do direito aeronáutico, por outro lado, as garantias oferecidas ao passageiro são muito restritas. Ele somente tem direito ao reembolso de sua passagem ou a ser embarcado em outra aeronave, quando houver atraso superior a quatro horas ou cancelamento do vôo. Os direitos dos passageiros consagrados no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), entretanto, podem ser exercidos com maior celeridade uma vez que seu cumprimento é objeto de fiscalização pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que pode multar administrativamente os transportadores que os infringirem.

A presente proposição tem por finalidade, portanto, ampliar os direitos dos passageiros consagrados no CBA, de tal modo a garantir-lhes uma justa compensação em caso de sua eventual violação. Com isso, pretende-se, também, induzir as empresas aéreas a adotarem as providências necessárias para a prevenção dos graves fatos que temos assistido.

Institui-se multa em benefício do passageiro, que lhe será devida sempre que houver atrasos, cancelamentos de vôos ou extravio de bagagens, e será paga imediatamente, sem prejuízo de eventual indenização.

Alteram-se, ainda, os limites existentes para a responsabilidade civil do transportador, bem como os valores das multas aplicáveis pela ANAC, de tal modo a torná-los consentâneos com o atual estágio de desenvolvimento nacional.

Tanto a multa quanto a indenização serão devidas independentemente da culpa ou dolo do transportador. A relação jurídica do passageiro é com a empresa aérea e cabe a ela responder pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais.

A fim de assegurar recursos para o eventual pagamento dessas multas e indenizações ao passageiro, determinou-se sua inclusão no seguro obrigatório já existente.

Contamos com o apoio de nossos pares para aprovar essa proposição, que em muito beneficiará o passageiro do transporte aéreo nacional.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007 – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Código Brasileiro de Aeronáutica. (Substitui o Código Brasileiro do Ar)

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Introdução

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º O Direito Aeronáutico é regulado pelos Tratados, Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil seja parte, por este Código e pela legislação complementar.

§ 1º

Art. 226. A falta, irregularidade ou perda do bilhete de passagem, nota de bagagem ou conhecimento de carga não prejudica a existência e eficácia do respectivo contrato.

CAPÍTULO II Do Contrato de Transporte de Passageiro

SEÇÃO I Do Bilhete de Passagem

Art. 227.

Art. 229. O passageiro tem direito ao reembolso do valor já pago do bilhete se o transportador vier a cancelar a viagem.

Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em vôo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou res-

tituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem.

Art. 231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço.

Parágrafo único. Todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil.

Art. 232.

SEÇÃO II

Da Nota de Bagagem

Art. 234. No contrato de transporte de bagagem, o transportador é obrigado a entregar ao passageiro a nota individual ou coletiva correspondente, em 2 (duas) vias, com a indicação do lugar e data de emissão, pontos de partida e destino, número do bilhete de passagem, quantidade, peso e valor declarado dos volumes.

§ 1º A execução do contrato inicia-se com a entrega ao passageiro da respectiva nota e termina com o recebimento da bagagem.

§ 2º Poderá o transportador verificar o conteúdo dos volumes sempre que haja valor declarado pelo passageiro.

§ 3º Além da bagagem registrada, é facultado ao passageiro conduzir objetos de uso pessoal, como bagagem de mão.

§ 4º O recebimento da bagagem, sem protesto, faz presumir o seu bom estado.

§ 5º Procede-se ao protesto, no caso de avaria ou atraso, na forma determinada na seção relativa ao contrato de carga.

Art. 235.

Art. 248. Os limites de indenização, previstos neste Capítulo, não se aplicam se for provado que o dano resultou de dolo ou culpa grave do transportador ou de seus prepostos.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, ocorre o dolo ou culpa grave quando o transportador ou seus prepostos quiseram o resultado ou assumiram o risco de produzi-lo.

§ 2º O demandante deverá provar, no caso de dolo ou culpa grave dos prepostos, que estes atuavam no exercício de suas funções.

§ 3º A sentença, no Juízo Criminal, com trânsito em julgado, que haja decidido sobre a existência do

ato doloso ou culposo e sua autoria, será prova suficiente.

Art. 249.

SEÇÃO III

Da Responsabilidade por Dano a Passageiro

Art. 256. O transportador responde pelo dano decorrente:

I – de morte ou lesão de passageiro, causada por acidente ocorrido durante a execução do contrato de transporte aéreo, a bordo de aeronave ou no curso das operações de embarque e desembarque;

II – de atraso do transporte aéreo contratado.

§ 1º O transportador não será responsável:

a) no caso do item I, se a morte ou lesão resultar, exclusivamente, do estado de saúde do passageiro, ou se o acidente decorrer de sua culpa exclusiva;

b) no caso do item II, se ocorrer motivo de força maior ou comprovada determinação da autoridade aeronáutica, que será responsabilizada.

§ 2º A responsabilidade do transportador estende-se:

a) a seus tripulantes, diretores e empregados que viajarem na aeronave acidentada, sem prejuízo de eventual indenização por acidente de trabalho;

b) aos passageiros gratuitos, que viajarem por cortesia.

Art. 257.

SEÇÃO IV

Da Responsabilidade por Danos à Bagagem

Art. 260. A responsabilidade do transportador por dano, conseqüente da destruição, perda ou avaria da bagagem despachada ou conservada em mãos do passageiro, ocorrida durante a execução do contrato de transporte aéreo, limita-se ao valor correspondente a 150 (cento e cinquenta) Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, por ocasião do pagamento, em relação a cada passageiro.

Art. 261.

CAPÍTULO VI

Da Garantia de Responsabilidade

Art. 281. Todo explorador é obrigado a contratar o seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação:

I – aos danos previstos neste Título, com os limites de responsabilidade civil nele estabelecidos (artigos 257, 260, 262, 269 e 277) ou contratados (§ 1º do artigo 257 e parágrafo único do artigo 262);

II – aos tripulantes e viajantes gratuitos equiparados, para este efeito, aos passageiros (artigo 256, § 2º);

III – ao pessoal técnico a bordo e às pessoas e bens na superfície, nos serviços aéreos privados (artigo 178, § 2º, e artigo 267, I);

IV – ao valor da aeronave.

Parágrafo único. O recebimento do seguro exime o transportador da responsabilidade (artigo 250).

Art. 282.

CAPÍTULO III Das Infrações

Art. 299. Será aplicada multa de (vetado) até 1.000 (mil) valores de referência, ou de suspensão ou cassação de quaisquer certificados de matrícula, habilitação, concessão, autorização, permissão ou homologação expedidos segundo as regras deste Código, nos seguintes casos:

I – procedimento ou prática, no exercício das funções, que revelem falta de idoneidade profissional para o exercício das prerrogativas dos certificados de habilitação técnica;

II – execução de serviços aéreos de forma a comprometer a ordem ou a segurança pública, ou com violação das normas de segurança dos transportes;

III – cessão ou transferência da concessão, autorização ou permissão, sem licença da autoridade aeronáutica;

IV – transferência, direta ou indireta, da direção ou da execução dos serviços aéreos concedidos ou autorizados;

V – fornecimento de dados, informações ou estatísticas inexatas ou adulteradas;

VI – recusa de exibição de livros, documentos contábeis, informações ou estatísticas aos agentes da fiscalização;

VII – prática reiterada de infrações graves;

VIII – atraso no pagamento de tarifas aeroportuárias além do prazo estabelecido pela autoridade aeronáutica;

IX – atraso no pagamento de preços específicos pela utilização de áreas aeroportuárias, fora do prazo estabelecido no respectivo instrumento.

Art. 300.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Art. 23.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007

Acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o seguinte parágrafo:

“Art. 54.

§ 6º As cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os usuários e consumidores de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Justificação

A aprovação pelo Congresso Nacional do Código de Defesa do Consumidor constitui, sem dúvida,

o maior avanço até hoje conseguido, nas relações de consumo em nosso país, conquista indiscutível na proteção dos direitos dos cidadãos e, conseqüentemente, na modernização da sociedade. Nos 17 anos de sua vigência, a serem completados em setembro deste ano, reprimiu abusos antes generalizados, evitou prejuízos antes indiscriminados aos consumidores, garantindo direitos que o poder público de inúmeros outros países, antes de nós, procuraram regular, tutelar e proteger, para equilibrar o relacionamento entre a indústria, o comércio e prestadores de serviços e os cidadãos.

Foi longa, árdua e cheia de chicanas, porém memorável, a luta travada na Justiça brasileira para que bancos e instituições financeiras, com o indiscutível poder e arbítrio de que ainda desfrutam no Brasil, sob a proteção de seus interesses abrigados no Banco Central que deveria fiscalizá-los, fossem submetidos ao Código de Defesa do Consumidor. A histórica decisão do Supremo Tribunal Federal, que ainda não começou a produzir os efeitos salutares que dela se espera, vai depender de sua aplicação prática e da necessidade de que, para tanto, se habilitem os órgãos de defesa do consumidor.

As relações entre a indústria, o comércio e prestadores de serviços de um lado, e os consumidores do outro, tal como está se verificando atualmente com as empresas de transporte aéreo, na pior crise da aviação comercial brasileira, foram historicamente desequilibradas, em desfavor dos últimos, sempre e quando calcadas em contratos não escritos, em especial os contratos de adesão das concessionárias de serviços públicos, suas associadas, filiadas e coligadas, a que os consumidores se obrigam, sem que de seu teor tomem conhecimento. A maioria dos cidadãos não tem, não pode ter e nem dispõe de meios para tanto, em especial de conhecimentos jurídicos que lhes permitam interpretar o alcance das cláusulas abusivas da maioria desses contratos. A própria linguagem do Direito, recheada de expressões latinas, reminiscência de sua origem romana entre as civilizações suas herdeiras, tal como o jargão do dialeto judiciário, constituem barreira intransponível, para a quase totalidade dos brasileiros. Como, mesmo a pequena proporção dos privilegiados que freqüentaram as Universidades, podem contrapor os seus direitos aos poderosos escritórios de advocacia e consultores especializados na elaboração de contratos sibilinos, verdadeiras arapucas para embair a boa fé dos milhões de consumidores de um dos cinco maiores mercados de consumo do mundo?

Armadilhas, ardis e embustes de toda natureza têm sido criados para extorquir os cidadãos, sob os mais variados pretextos. É comum especialmente entre as concessionárias de serviços telefônicos e de televisão

a cabo, o uso do escabroso e indecente princípio da “fidelização” de que todos se tornam vítimas, sem que saibam de sua existência, quando se tornam usuários de tais serviços. Trata-se de “multa” quando o consumidor, baseado na presunção da liberdade do mercado de que deve desfrutar, tenta cancelar um serviço, mudar de fornecedor ou fazer cessar um abuso. Em outras palavras, paga-se por uma ficção abusiva que burla o princípio da liberdade de escolha do consumidor. Tudo isso se passa sob os olhares complacentes das Agências reguladoras, numa simbiose incompreensível de condescendência, tolerância, complacência e leniência que termina se transformando em criminosa cumplicidade entre fiscais e fiscalizados.

O art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, que trata da Política Nacional das Relações de Consumo, estabelece como princípios, além de outros, o respeito à dignidade do consumidor (**caput**); o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I); a harmonização dos interesses dos consumidores e fornecedores, fundados na boa-fé e equilíbrio nas relações entre eles (inciso III); a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo (inciso VI); e a racionalização e melhoria dos serviços públicos (inciso VII). É de salientar, portanto, que este projeto está em consonância com esses princípios que embalam a Política Nacional das Relações de Consumo.

Um dos remédios para coibir os abusos de que todos terminam sendo vítimas, é submeter à prévia aprovação do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, órgão central do sistema nacional de defesa do consumidor, para que possam ter validade jurídica, as cláusulas dos contratos que regem as relações de todas as concessionárias de serviços públicos, suas filiadas, associadas e coligadas, outorgados pela União.

O uso indiscriminado dos **call centers**, que se generalizou no Brasil, como forma de manter incógnitas, ocultas e inatingíveis aos consumidores essas concessionárias de serviços públicos, transformou-se em uma das mais mortíferas armas usadas pelos prestadores de serviços concedidos pela União contra os consumidores e usuários de seus serviços que, não têm outro remédio senão o de vê-las submetidas ao poder da lei, como neste projeto se propõe.

Como vêm denunciado há anos os Procons de todo o país, bancos, operadoras de telefonia, e de cartões de crédito, ocupam o primeiro lugar na reclamação dos consumidores. Segundo o Regulamento aprovado pela Anatel, em 27 de julho do ano em curso, as operadoras de telefonia celular terão que abrir mais de mil lojas para receber reclamações dos usuários,

nos próximos dois anos, o que é um prazo excessivo, para que os usuários continuem submetidos às iníquas condições a que hoje estão sujeitos.

Por isso, causam estupor as declarações prestadas por um Conselheiro da Agência reguladora das telecomunicações à edição do jornal **Folha de S. Paulo** do dia de 28 de julho último, a propósito desse Regulamento que incorporou normas já previstas no Código de Defesa do Consumidor mas que não eram cumpridas, como a obrigação de devolver em dobro e com juros, os valores cobrados indevidamente. Vale a transcrição: *“Essas mudanças do ponto de vista legal, obrigam as empresas a cumprir as determinações. Muitas já existiam, mas com o regulamento as empresas ficam em uma situação mais frágil, perante a Agência e a Justiça, disse o conselheiro da Anatel”*. Uma instituição do governo que necessita de um regulamento para fazer cumprir uma lei cuja observância está entre suas atribuições, é, realmente, um atentado ao estado de Direito. Para completar, a demonstração da impotência do órgão regulador outra afirmação inconcebível: *“Não é com regras que se melhora o serviço, sem fiscalização não adianta. A Anatel está fazendo o possível para aumentar a fiscalização dos call centers mas não tem recursos”*. Cabe a pergunta: E onde estão ou para onde vão os recursos do Fistel? Ou o Estado protege seus cidadãos consumidores de serviços por ele concedidos, ou os abusos vão continuar impunes, como até hoje.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – **Gerardo Mesquita Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

SEÇÃO III

Dos Contratos de Adesão

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a esco-

lha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

§ 5º (Vetado)

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007

Dispõe sobre o uso da palavra “cancerígeno” em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os produtos que utilizam o tabaco como matéria-prima devem receber a denominação de “cancerígeno” em substituição às palavras e expressões “cigarro”, “cigarrilha”, “charuto”, “fumo em rolo”, “fumo em corda”, “fumo picado”, “fumo desfiado”, “fumo migado”, “fumo em pó”, “rapé”, “tabaco em folha” ou outras utilizadas para denominar os derivados do tabaco.

Parágrafo único. São admitidas as seguintes expressões para especificar o tipo de produto:

I – “cancerígeno tipo bastão”, para cigarro;

II – “cancerígeno tipo bastão fino”, para cigarrilha;

III – “cancerígeno tipo bastão grosso”, para charuto;

IV – “cancerígeno em rolo”, para fumo de rolo;

V – “cancerígeno em corda”, para fumo em corda;

VI – “cancerígeno picado”, para fumo picado;

VII – “cancerígeno desfiado”, para fumo desfiado;

VIII – “cancerígeno migado”, para fumo migado;

IX – “cancerígeno em pó”, para fumo em pó ou rapé;

X – “cancerígeno em folha”, para tabaco em folha.

XI – “cancerígeno ...”, “extrato de cancerígeno”, “cancerígeno tipo ...”, para outros produtos derivados do tabaco.

Art. 2º A palavra “cancerígeno” deve substituir as palavras e expressões a que se refere o art. 1º nos documentos de comercialização, exceto os de exportação; nas normas infralegais federais, estaduais e municipais; e nos materiais didáticos direcionados ao ensino básico.

Parágrafo único. Os documentos de comercialização de derivados de tabaco importados deverão conter a denominação “cancerígeno” em substituição às palavras e expressões a que se refere o art. 1º

Art. 3º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001 e pelas Leis nºs 10.167, de 27 de dezembro de 2000, e 10.702, de 14 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 3º Nos avisos sobre a proibição do uso dos produtos de que trata o **caput** é admitida a utilização da denominação dos derivados do tabaco em língua estrangeira, respeitada a obrigatoriedade de redação concomitante em idioma vernáculo com a utilização da denominação “cancerígeno”. (NR)”

“Art. 3º

§ 6º Nas embalagens e nos maços dos produtos de que trata o art. 2º, exceto quando destinados a exportação, e no material de propaganda referido neste artigo, a palavra “cancerígeno” deve ser utilizada em substituição às palavras e expressões “cigarro”, “cigarrilha”, “charuto”, “fumo em rolo”, “fumo em corda”, “fumo picado”, “fumo desfiado”, “fumo migado”, “fumo em pó”, “rapé”, “tabaco em folha” ou outras utilizadas para denominá-los.

§ 7º Na advertência a que se refere o § 2º, a palavra “cancerígeno” deve ser utilizada em substituição às palavras e expressões “cigarro”, “cigarrilha”, “charuto”, “fumo em rolo”, “fumo em corda”, “fumo picado”, “fumo desfiado”, “fumo migado”, “fumo em pó”, “rapé”, “tabaco em folha” ou outras utilizadas para denominá-los.

§ 8º Nas embalagens e nos maços dos produtos de que trata o art. 2º e no material de propaganda referido neste artigo são admitidas as seguintes expressões para especificar o tipo de produto:

I – “cancerígeno tipo bastão”, para cigarro;

II – “cancerígeno tipo bastão fino”, para cigarrilha;

III – “cancerígeno tipo bastão grosso”, para charuto;

IV – “cancerígeno em rolo”, para fumo de rolo;

V – “cancerígeno em corda”, para fumo em corda;

VI – “cancerígeno picado”, para fumo picado;

VII – “cancerígeno desfiado”, para fumo desfiado;

VIII – “cancerígeno migado”, para fumo migado;

IX – “cancerígeno em pó”, para fumo em pó ou rapé;

X – “cancerígeno em folha”, para tabaco em folha.

XI – “cancerígeno ...”, “extrato de cancerígeno”, “cancerígeno tipo ...”, para outros produtos derivados do tabaco. (NR)”

“Art. 3º-C

§ 2º

V – “em gestantes, o cancerígeno derivado do tabaco provoca partos prematuros, o nascimento de crianças com peso abaixo do normal e facilidade de contrair asma”;

§ 4º Nas mensagens de advertência de que trata este artigo, a palavra “cancerígeno” deve ser utilizada em substituição às palavras e expressões “cigarro”, “cigarrilha”, “charuto”, “fumo em rolo”, “fumo em corda”, “fumo picado”, “fumo desfiado”, “fumo migado”, “fumo em pó”, “rapé”, “tabaco em folha” ou outras utilizadas para denominá-los, admitida a utilização das expressões definidas no § 8º do art. 3º (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data da sua publicação.

Justificação

O Brasil é signatário da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, discutida e aprovada pela 56ª Assembleia Mundial de Saúde, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2003. O tratado foi assinado por 168 países e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, após ser ratificado por mais de quarenta países. A aprovação da Convenção-Quadro pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005, é um compromisso de que o Brasil adotará as medidas por ela recomendadas, voltadas tanto para a redução do

consumo quanto para a diminuição da oferta de derivados do tabaco.

Entre as medidas relativas à redução do consumo, destacam-se a impressão, nas embalagens, de advertências e imagens que alertem sobre os efeitos nocivos do tabaco, além de informações sobre os componentes e as emissões, para o ar atmosférico, de substâncias resultantes do uso do produto; o uso de instrumentos de comunicação para promover a conscientização do público sobre os riscos à saúde decorrentes do consumo e da exposição à fumaça do tabaco, bem como sobre os benefícios que advêm do abandono do consumo.

A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estabelece medidas de controle da propaganda e da publicidade de derivados do tabaco e, nesse aspecto, é considerada uma das mais modernas do mundo. Essa lei antecipou em quase dez anos as medidas propostas pela Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco.

Entre as principais medidas adotadas pela Lei nº 9.294, de 1996, estão a proibição da propaganda de cigarros em meios de comunicação de massa, a proibição de patrocínio de eventos esportivos pela indústria fumageira e a exigência de divulgação de imagens com alertas sobre os males dos cigarros nas embalagens desses produtos.

A despeito da restrição do uso e da propaganda determinada por essa lei, o número de fumantes ainda é muito expressivo no País. É imprescindível que o Congresso Nacional aprove normas que fortaleçam a atuação das autoridades sanitárias no sentido de restringir ainda mais o uso de derivados do tabaco.

Na publicação intitulada *A situação do câncer no Brasil*, de 2006, o Instituto Nacional de Câncer (INCA), cita os seguintes dados relativos aos danos à saúde atribuíveis ao consumo do tabaco:

- 45% das mortes por doença coronariana, como o infarto do miocárdio;
- 85% das mortes por doença obstrutiva crônica, que inclui o enfisema pulmonar;
- 5% das mortes por doença cerebrovascular, conhecida como derrame cerebral;
- 30% das mortes por câncer;
- 90% dos casos de câncer de pulmão ocorrem em fumantes.

Além do câncer de pulmão, o consumo de derivados do tabaco está relacionado com o de nariz (risco duas vezes maior); o de língua, de boca, de glândulas salivares e de faringe (risco 6 a 27 vezes maior); o de laringe (risco 10 a 18 vezes maior); e o de estômago, rins, bexiga, pênis, pele, útero, pâncreas, cólon, reto e ânus.

O artigo intitulado *Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?*, disponível na página eletrônica do INCA, traz a informação de que, no Brasil, são estimadas mais de duzentas mil mortes por ano decorrentes do tabagismo.

Foram identificadas cerca de 4.700 substâncias que compõem o cigarro. As mais importantes são a nicotina, por causar dependência química, e o alcatrão que, na verdade, é formado por vários compostos químicos, dos quais mais de quarenta são comprovadamente cancerígenos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o tabagismo é a principal causa de morte evitável em todo o mundo. Em torno de cinco milhões de pessoas morrem no mundo a cada ano devido às enfermidades relacionadas ao tabaco. A OMS calcula que, se a tendência de consumo não for revertida, a partir de 2030 serão cerca de dez milhões de mortes por ano, setenta por cento delas nos países em desenvolvimento.

O Banco Mundial estima que todos os problemas causados por doenças relacionadas ao tabaco causam uma perda de duzentos bilhões de dólares por ano e que metade deste total concentra-se nos países em desenvolvimento.

As doenças relacionadas com o tabaco causam enorme sofrimento para os fumantes e suas famílias. As perdas econômicas também são significativas. Há aumento dos gastos com o tratamento das doenças e prejuízos devido à morte de cidadãos e cidadãs em idade produtiva. Sem dúvida, os custos sociais e econômicos do tabagismo são altos.

Na sua Recomendação nº 5, de 8 de maio de 2003, o Conselho Nacional de Saúde cita os seguintes dados, referentes a custos de tratamentos das principais doenças relacionadas com o uso do tabaco:

- os cânceres das vias respiratórias e da cavidade oral foram responsáveis, em 2002, por 36.804 internações e gastos diretos do Sistema Único de Saúde (SUS) no valor de quase 27 milhões de reais;
- as doenças do aparelho circulatório, que incluem doença isquêmica do coração e derrame cerebral, foram responsáveis por 1,2 milhão de internações do SUS, com gasto direto de mais de um bilhão de reais.

A proposição que ora submetemos à apreciação desta Casa Legislativa tem o objetivo de determinar que os produtos fabricados com o tabaco passem a ser chamados de cancerígeno, em vez de cigarro, cigarilha, charuto, fumo em rolo, em corda, picado, migaço, desfiado, em pó ou rapé. O adjetivo substantivado “cancerígeno” deverá ser usado nas embalagens; nas

peças de propaganda ou de divulgação do produto; nos documentos de comercialização, exceto os de exportação; nas normas infralegais federais, nacionais, estaduais e municipais; nos materiais didáticos; e nos avisos e advertências sobre os riscos e a proibição do uso dos derivados do tabaco.

A medida tem o objetivo de conscientizar a população, especialmente os jovens e as jovens que ainda não se tornaram vítimas do tabagismo, quanto aos riscos desse vício para a saúde. As advertências e as fotografias de portadores de doenças causadas pelos derivados do tabaco, impressas nas embalagens desses produtos por determinação da Lei nº 9.294, de 1996, mostram-se insuficientes para inibir o consumo, principalmente dos cigarros. Muitas vezes, essas advertências e fotografias são alvo de comentários irresponsáveis, o que mostra que não são plenamente eficazes no alcance do objetivo pretendido.

Mesmo que a população continue chamando o produto pelo seu nome atual, o simples fato de o cigarro ser comercializado com o nome de “cancerígeno” já é um fator a mais a inibir o seu uso.

Estamos convictas de que a proposição incitará o debate, não só no âmbito do Poder Legislativo, mas em toda a sociedade, sobre os malefícios dos produtos do tabaco. A nossa convicção leva-nos à certeza de que os Parlamentares de ambas as Casas Legislativas darão o apoio necessário à aprovação de mais esse projeto de lei que se destina a proteger e defender a saúde da população brasileira.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde,

as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no **caput** nas aeronaves e demais veículos de transporte coletivo.

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior só poderá ser efetuada através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda.

§ 1º A propaganda comercial dos produtos referidos neste artigo deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

I – não sugerir o consumo exagerado ou irresponsável, nem a indução ao bem-estar ou saúde, ou fazer associação a celebrações cívicas ou religiosas;

II – não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III – não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de pessoas fumantes;

IV – não associar o uso do produto à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais;

V – não empregar imperativos que induzam diretamente ao consumo;

VI – não incluir a participação de crianças ou adolescentes.

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do fumo, através das seguintes frases, usadas seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde Adverte”:

I – fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;

II – fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;

III – fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;

IV – quem fuma adoece mais de úlcera do estômago;

V – evite fumar na presença de crianças;

VI – fumar provoca diversos males à sua saúde.

§ 3º A embalagem, exceto se destinada à exportação, e o material de propaganda referido neste artigo conterão a advertência mencionada no parágrafo anterior.

§ 4º Nas embalagens, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão seqüencial-

mente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em uma das laterais dos maços, carteiras ou pacotes que sejam habitualmente comercializados diretamente ao consumidor.

§ 5º A advertência a que se refere o § 2º deste artigo, escrita de forma legível e ostensiva, será seqüencialmente usada de modo simultâneo ou rotativo, nesta última hipótese variando, no máximo, a cada cinco meses.

Art. 3º-A.

Art. 3º-C. A aplicação do disposto no § 1º do art. 3º-A, bem como a transmissão ou retransmissão, por televisão, em território brasileiro, de eventos culturais ou esportivos com imagens geradas no estrangeiro patrocinados por empresas ligadas a produtos fumíferos, exige a veiculação gratuita pelas emissoras de televisão, durante a transmissão do evento, de mensagem de advertência sobre os malefícios do fumo.

§ 1º Na abertura e no encerramento da transmissão do evento, será veiculada mensagem de advertência, cujo conteúdo será definido pelo Ministério da Saúde, com duração não inferior a trinta segundos em cada inserção.

§ 2º A cada intervalo de quinze minutos será veiculada, sobreposta à respectiva transmissão, mensagem de advertência escrita e falada sobre os malefícios do fumo com duração não inferior a quinze segundos em cada inserção, por intermédio das seguintes frases e de outras a serem definidas na regulamentação, usadas seqüencialmente, todas precedidas da afirmação "O Ministério da Saúde adverte":

I – "fumar causa mau hálito, perda de dentes e câncer de boca";

II – "fumar causa câncer de pulmão";

III – "fumar causa infarto do coração";

IV – "fumar na gravidez prejudica o bebê";

V – "em gestantes, o cigarro provoca partos prematuros, o nascimento de crianças com peso abaixo do normal e facilidade de contrair asma";

VI – "crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando";

VII – "a nicotina é droga e causa dependência";

e

VIII – "fumar causa impotência sexual".

§ 3º Considera-se, para os efeitos desse artigo, integrantes do evento os treinos livres ou oficiais, os ensaios, as representações e os compactos.

Art. 4º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.190-34,
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Altera dispositivos das Leis nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os dispositivos a seguir indicados da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passam a vigorar com as seguintes alterações:

.....
LEI Nº 10.167, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000

Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
LEI Nº 10.702, DE 14 DE JULHO DE 2003

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.012, DE 2005 (*)

Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos termos da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2007**Dispõe sobre parcelamento de débitos para com o Simples Nacional e duplica o prazo de parcelamento de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil de pequenas e médias empresas não optantes do Simples Nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado o seguinte § 1º ao art. 10 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passando o atual parágrafo único a ser § 2º:

“Art. 10.

§ 1º O parcelamento mencionado no **caput** deste artigo poderá ser concedido em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais a microempresa e empresa de pequeno porte não optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 38.

§ 15. O parcelamento mencionado no **caput** deste artigo poderá ser concedido em até 120 (cento e vinte) meses a microempresas e empresas de pequeno porte não optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (NR)”

Art. 3º O art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 79.

§ 5º Será concedido parcelamento dos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos após o ingresso no Simples Nacional para a microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com as mesmas regras previstas neste artigo, desde que o devedor não tenha obtido parcelamento de débitos de quaisquer dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional nos últimos três anos.

§ 6º No caso do § 5º deste artigo, o parcelamento será requerido ao Comitê Gestor. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte têm grande importância social, sendo responsáveis pela geração de centenas de milhares ou mesmo de milhões de empregos no nosso País.

Atento a essa realidade, o legislador aprovou o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), de modo estimular e premiar o tão necessário empreendedorismo no seio da sociedade brasileira.

Atualmente, as regras gerais de parcelamento de débitos devidos ao Poder Público federal encontram-se na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 e na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Por essas regras, o número máximo de meses que pode ser concedido para o pagamento parcelado de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil é de 60 (sessenta), qualquer que seja o tamanho da empresa.

Além disso, de acordo com o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, os impostos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas inscritas no Sistema Integrado de

Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) não podem ser objeto de parcelamento.

Essa vedação foi temporariamente suspensa pelo art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que permitiu o parcelamento dos débitos vencidos até 30 de julho de 2004. Ademais, o art. 79 do novo Estatuto, ao contrário do Estatuto em vigor até 1º de julho de 2007 (Lei nº 9.317, de 1996), deixou de vedar o parcelamento para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional).

O novo Estatuto contemplou a possibilidade de parcelamento em condições mais favorecidas dos débitos relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006, para a micro e pequena empresa que desejar ingressar no regime diferenciado previsto nessa norma.

Contudo, essa norma não estabeleceu um regime especial de parcelamento permanente de débitos tributários devidos pela micro e pequena empresa, seja para as optantes do Simples Nacional, seja para as que não optaram.

Diante disso, verificamos que:

– não há qualquer restrição para o parcelamento de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por parte de microempresas e empresas de pequeno porte não optantes do Simples Nacional, mas não há possibilidade legal de concessão de parcelamento em número de meses superior ao previsto para uma empresa de médio ou grande porte;

– as micro e pequena empresas optantes pelo Simples Nacional não dispõem de norma de parcelamento permanente para os débitos do novo regime.

Para colmatar essas lacunas, submetemos à consideração de nossos Pares a presente proposição, que tem a forma de projeto de lei complementar em razão de a alínea d do inciso III do art. 146 da Constituição Federal exigir quórum qualificado para a lei que estabeleça normas gerais sobre o tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte. Trata-se de dispositivo incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, norma posterior à Lei nº 9.317, de 1996, que é lei ordinária, tendo surgido em época em que não havia exigência de lei complementar para tal matéria.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 6º O pagamento unificado de impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte inscritas no Simples será feito de forma centralizada até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

§ 2º Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento. (Vide Medida Provisória nº 75 de 24-10-2002) (Vide Lei nº 10.925, de 2004)

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Publicação consolidada da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, determinada pelo art. 12 da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

TÍTULO I

Conceituação e Princípios Constitucionais

Art. 38. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.176-79, de 23 de agosto de 2001.

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) passa a ser regulado por esta Lei.

Art. 10. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional poderão ser parcelados em até sessenta parcelas mensais, a exclusivo critério da autoridade fazendária, na forma e condições previstas nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Fazenda poderá delegar, com ou sem o estabelecimento de alçadas de valor, a competência para autorizar o parcelamento.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 12 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 79. Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos aos tributos e contribuições previstos no Simples Nacional, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 100,00 (cem reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional, para com a Seguridade Social, para com a Fazenda dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

§ 2º Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º O parcelamento será requerido à respectiva Fazenda para com a qual o sujeito passivo esteja em débito.

§ 4º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

LEI Nº 10.925, DE 23 DE JULHO DE 2004

Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, apurados pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, relativos aos impostos e contribuições devidos pela pessoa jurídica optante nos termos da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 com vencimento até 30 de junho de 2004, poderão, excepcionalmente, ser objeto de parcelamento em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas. (Vigência)

§ 1º O parcelamento de que trata o **caput** deste artigo:

I – deverá ser requerido até 30 de setembro de 2004, não se aplicando, até a referida data, o disposto

no § 2º do art. 6º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – reger-se-á pelo disposto nos arts. 10 a 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

III – compreenderá inclusive os tributos e contribuições administrados por outros órgãos federais ou da competência de outra entidade federada que estejam incluídos no débito apurado pela sistemática do SIMPLES.

§ 2º O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações, sendo que o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a: (Revogado pela Lei nº 11.033, cd 2004)

I – R\$100,00 (cem reais), se enquadrada na condição de microempresa; e

II – R\$200,00 (duzentos reais), se enquadrada na condição de empresa de pequeno porte;

§ 3º O saldo remanescente de débito, decorrente de parcelamento na Secretaria da Receita Federal, concedido na forma deste artigo e posteriormente rescindido, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, não poderá ser objeto de concessão de parcelamento no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mesmo se requerido até a data a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo.

PREÂMBULO

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da

contribuição a que se refere o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

I – será opcional para o contribuinte; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

II – poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

III – o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

IV – a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 146-A. Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2007

Altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 15-A. Senador que estiver sendo processado judicialmente por improbidade administrativa, crime contra a administração pública ou qualquer outra infração correlata

não poderá ser membro titular ou suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

§ 1º O membro titular ou suplente do Conselho que for processado nos termos previstos no caput deverá encaminhar à Mesa renúncia ao seu lugar no prazo de setenta e duas horas a contar da sua citação.

§ 2º Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem que a renúncia seja encaminhada, qualquer Senador é parte legítima para requerer o afastamento do processado.

.....
 “Art. 21-A. Recebida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar denúncia por quebra de decoro contra Senador que for membro da Mesa Diretora, o Plenário da Casa poderá decidir que o denunciado ficará afastado do exercício de suas funções na Mesa, a qualquer tempo do processo e a requerimento de Senador.

Parágrafo único. O afastamento previsto no **caput** perdurará até o final do processo.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A iniciativa em tela pretende suprir lacuna hoje existente na legislação sobre os trabalhos desta Casa. Ocorre que não há previsão, nem no Código de Ética e Decoro Parlamentar, nem no Regimento Interno, sobre medida a ser adotada quando Senador que ocupar lugar na Mesa Diretora for denunciado por quebra de decoro parlamentar.

Em face de tal omissão legislativa, propomos que, uma vez recebida pelo Conselho de Ética e Decoro parlamentar denúncia por quebra de decoro contra Senador que for membro da Mesa Diretora, o Plenário da Casa poderá decidir sobre se o denunciado ficará afastado do exercício de suas funções na Mesa, a qualquer tempo do processo e a requerimento de um ou mais Senadores, perdurando o afastamento até o final dele. Portanto, confere ao Plenário da Casa a responsabilidade de decidir, em cada caso concreto, se membro da Mesa denunciado por quebra de decoro parlamentar, deve permanecer, ou não, no exercício das atribuições do cargo.

Por outro lado, também propomos que o Senador que estiver sendo processado judicialmente por improbidade administrativa, crime contra a administração pública ou qualquer outra infração correlata, não poderá ser membro titular ou suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Se o processo sobrevier quando o Senador já estiver ocupando lugar no Conselho, deverá encaminhar à Mesa renúncia ao seu lugar no prazo de setenta e duas horas a contar da sua citação. Transcorrido esse prazo sem que a renúncia seja

encaminhada, qualquer Senador é parte legítima para requerer o afastamento do processado.

Essa segunda medida tem o objetivo de evitar especulações que necessariamente são feitas a respeito de Senador que estiver na situação que prevemos e que seja membro do Conselho e for julgar colega acusado de quebra do decoro por improbidade administrativa, por exemplo. Contudo, tomamos o cuidado de estabelecer que o impedimento não poderá ser declarado apenas com a instauração de inquérito, ou a partir do oferecimento de denúncia pelo Ministério Público e, muito menos, apenas em razão de matérias jornalísticas ou denúncias de adversários políticos, mas só com a instauração do devido processo judicial, com o recebimento da denúncia pela autoridade judiciária competente e a efetiva citação do acusado.

Com tais providências cremos que estabeleceremos regras claras e precisas sobre como esta Casa deve agir nos casos de que tratamos, superando, assim, a situação de ausência normativa hoje existente. A omissão quanto a essa matéria não é adequada, pois provoca mal-entendidos, especulações e desgastes desnecessários.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio dos ilustres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, – Senador **João Durval**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

..... CAPÍTULO VI Do Processo Disciplinar

“Art. 15. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I – o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II – constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Senador, que terá o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III – esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV – apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá às

diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V – em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VI – concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido no Expediente, será publicado no **Diário do Senado Federal** e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.”

.....
 “Art. 21. Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.”

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 343/2007 – GSMC

Brasília, 2 de agosto de 2007

Assunto: Justificativa de Falta.

Senhor Presidente,

1. Com meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente instrumento para comunicar a Vossa Excelência que estive presente na Casa durante todo o dia de ontem, 1º de agosto, mas – por um lapso – deixei de registrar o meu comparecimento no painel do Plenário.

2. Sendo o que há para o momento, despeço-me.

Cordialmente, **Marcelo Crivella**, Senador da República, Líder do PRB.

Of. nº 132/ASPAER/951

Brasília, 18 de julho de 2007

Assunto: Acidente Aéreo.

Senhor Presidente,

Incumbiu-me o Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica de dirigir-me a Vossa Excelência para informar sobre as providências adotadas pelo Comando da Aeronáutica, no que se refere ao acidente aeronáutico, ocorrido em 17 de julho, na cidade de São Paulo-SP, com um avião da empresa TAM, o Airbus A-320, voo 3054, que voava de Porto Alegre para o Aeroporto de Congonhas/SP.

O acidente ocorreu às 18h45min, e, às 19 horas, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República determinou o deslocamento do Comandante da Aeronáutica de São José dos Campos-SP, onde se encontrava em visita oficial ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), para São Paulo-SP, com o propósito de acompanhar, de perto, os desdobramentos do trágico acidente, de forma a permitir que as ações pertinentes fossem implementadas, de imediato, com vistas às investigações do acidente aeronáutico em apreço.

Neste contexto, é importante ressaltar que as medidas iniciais foram prontamente efetivadas, por intermédio da equipe do Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SERIPA IV, sediado em São Paulo-SP. Posteriormente, às 20 horas, decolou de Brasília-DF a equipe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes da Aeronáutica – CENIPA, integrada por cinco técnicos e destinada a realizar a coleta de dados no local do acidente, em coordenação com as equipes de resgate, tendo em vista o trabalho prioritário de remoção dos corpos. Hoje, pela manhã, deslocou-se para São Paulo-SP o Brigadeiro-Ar Jorge Kersul Filho, Chefe do CENIPA.

Assim sendo, conforme a legislação vigente, foi constituída a pertinente Comissão de Investigação, responsável pelo processo investigatório para fins de prevenção, de acordo com o Anexo 13 da Convenção de Chicago, de 1944, da qual o Brasil é signatário, que será presidida pelo Tenente-Coronel-Aviador Fernando Silva Alves de Camargo.

Os equipamentos de gravação dos dados do voo, conhecidos como “caixas pretas”, um contendo informações técnicas registradas sobre os parâmetros do voo e outro com a gravação das vozes na cabine, já foram recolhidos e serão encaminhados, imediatamente, aos Estados Unidos da América, para leitura e análise na “National Transportation Safety Board – NTSB”.

Respeitosamente, – Maj Brig Ar **Aprígio Eduardo de Moura Azevedo**, Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
Os ofícios que acabam de ser lido vão à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 39/GM/MDIC

Brasília, 5 de junho de 2007

Assunto: Informações, encaminha.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, dirijo-me a Vossa Excelência para, em atenção ao Ofício SF nº 1.635/2000, de 11 de setembro de 2006, dessa procedência, encaminhar informações preliminares acerca de providências implementadas neste Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, referentes a medidas decorrentes das conclusões e recomendações efetivadas pela CPMI dos Correios.

Sobre o assunto, o Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX, órgão fracionário da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, após inúmeros contatos e reuniões nessa Instituição, na Câmara dos Deputados e no Tribunal de Contas da União, retirou – em 16 de maio do corrente – do Arquivo do Senado Federal, as cópias relativas ao processo de que trata a CPMI supramencionada, possibilitando o início do exame do material por técnicos deste Ministério.

Diante desse fato, estou encaminhando, anexado ao presente, cópia do despacho, por meio do qual autorizei a prorrogação do prazo para adoção de medidas acerca do assunto, pelo DECEX/SECEX, que tão logo implementadas serão encaminhadas para conhecimento do órgão competente nesse Senado Federal.

Atenciosamente, – **Ivan Ramalho**, Ministro de Estado, Interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.048-GP/TCU

Brasília, 9 de julho de 2007

Senhor Presidente

Em cumprimento ao item 9.3.2 do Acórdão TCU nº 208/2007, proferido na Sessão Plenária de 28-2-2007, que determinou o acompanhamento e o andamento dos processos e procedimentos adotados por este Tribunal decorrentes do Relatório Final nº 3, de 2006-SF, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que versa sobre o contrato firmado entre a Gtech

do Brasil Ltda. e a Caixa Econômica Federal, informo a Vossa Excelência que a fase atual dos processos é a seguinte:

a) TC-018.125/1996-4: julgado pela 2ª Câmara do TCU, resultando no Acórdão nº 692/2003 (Ata nº 15/2003), que determinou a conversão do processo em tomada de contas especial e citação dos responsáveis, tendo a análise de mérito sido enviada pela Unidade Técnica competente ao Gabinete do Ministro-Relator, Ubiratan Aguiar, em 30-6-2006, para apreciação e julgamento;

b) TC-004.507/2002-3: julgado pelo Plenário deste Tribunal, que proferiu o Acórdão nº 38/2003 (Ata nº 2/2003), com determinações à Caixa Econômica Federal, e encontram-se os autos arquivados;

c) TC-018.630/2004-5: foi autuado para acompanhamento das providências adotadas pela Caixa Econômica Federal em cumprimento ao mencionado Acórdão nº 38/2003TCU-Plenário, encontrando-se os autos suspensos em razão de diligência promovida junto àquela Entidade;

d) TC-012.678/2002-5: julgado pelo Plenário, que prolatou o Acórdão nº 313/2004 (Ata nº 8/2004), com determinações à Caixa Econômica Federal, e encontram-se os autos arquivados, e

e) TC-002.365/2004-5: julgado pelo Plenário desta Casa, resultando no Acórdão nº 1088-TCU (Ata nº 23/2007), que determinou a conversão do processo em tomada de contas especial, a citação e audiência dos responsáveis e outras providências, encontrando-se, atualmente, na 2ª Secretaria de Controle Externo deste Tribunal, aguardando as respostas dos envolvidos, com vistas à análise de mérito.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
O aviso que acaba de ser lido foi anexado ao processado do Requerimento nº 245, de 2004-SF (CPI dos Bingos), e via à publicação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 95/2007–SEN

Brasília, 1º de agosto de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico que reassumi o mandato de Senador, representando o Estado do Paraná, a partir do dia 25 de julho próximo passado.

Atenciosamente, Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aproveito o ensejo, Sr. Secretário, para agradecer as manifestações recebidas durante esse período da minha ausência, que foi justificada por duas cirurgias nos dois joelhos. Senador Gerson Camata, são seqüelas dos bons tempos da prática do futebol. Mas estamos de volta.

Agradeço também a meu suplente, Senador Wilson Matos, que aqui esteve durante esse período, ocupando o nosso lugar e, certamente, com uma atuação digna de respeito. Muito obrigado ao Senador Wilson Matos.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

Em seguida, percorreremos a lista de inscrições. O Senador Papaléo Paes está inscrito, bem como o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Senador Gerson Camata dispõe de cinco minutos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, os pilotos, os técnicos, os comandantes de aeronaves costumam dizer que acidente aéreo é a conjugação de vários fatores adversos. Vão-se somando os fatores adversos, que terminam com os acidentes e, às vezes, como aconteceu em São Paulo, com tragédias.

Um amigo, piloto, que é aposentado e foi comandante durante 32 anos, estava me contando como se somam esses fatores adversos. Disse-me ele que um certo dia decolou aqui de Brasília com destino a Belém. Tudo estava tranqüilo durante um vôo noturno, quando, de repente, uma das turbinas apresentou sinais eletrônicos de fogo. Ele então pediu ao primeiro

oficial que fosse até a cabine de passageiros e conferisse se a turbina efetivamente estava apresentando fogo conforme os sinais eletrônicos indicavam. E era fogo. Ele teve que apagar a turbina.

Apagada a turbina – primeiro fator adverso –, ele, que estava indo para Belém do Pará saindo de Brasília, teria que fazer um pouso de emergência. Escolheu Jacareacanga que, quando chamada, estava sem energia elétrica, não permitindo pousos noturnos.

Então, como dizia ele, havia dois fatores adversos: ele estava sem a turbina e Jacareacanga estava sem energia elétrica.

Prosseguindo, chamou, então, Belém, que estava com o aeroporto fechado – terceiro fator adverso. Então, ele estava com uma só turbina, tentando pousar primeiramente em um aeroporto de uma cidade sem energia e, depois, tentando pousar no aeroporto de Belém, que estava fechado.

Conversando com o seu co-piloto e consultando outros comandantes pelo rádio, ele chegou à conclusão de que iria para Belém, porque havia muita água lá e, se não conseguisse pousar no aeroporto, ele faria uma aquaplanagem com o avião, o que seria menos perigoso do que, à noite, jogá-lo em terra.

Sorte dele, pois, dez minutos antes da chegada em Belém, o aeroporto abriu e ele pôde pousar. E só foi comunicar aos passageiros de que havia pousado com uma única turbina depois do pouso realizado.

Mostra bem a narrativa desse comandante como a conjugação de fatores adversos pode levar a acidentes.

No caso de São Paulo, vimos, por exemplo, o desleixo da TAM. A TAM, primeiro, exigindo pousar com aeronaves muito pesadas em um aeroporto de pista limitada; segundo, com o reverso do avião inoperante; terceiro, um avião acima do peso para pousar em uma pista curta como aquela.

Então, a companhia TAM contribuiu com três fatores adversos citados aqui, se é que não há outros.

A Airbus, da Europa, também contribuiu com fatores adversos. Ela permite que, durante dez dias, uma aeronave possa voar com o reverso “pinado”. Ora, em dez dias, uma aeronave pode fazer um pouso só, dez, quinze, quarenta pousos. É um limite meio estranho. Podia ser de cinco a dez pousos. Mas, em dez dias, funcionar com um reverso inoperante, é um critério meio estranho. Foi a contribuição que a Airbus deu para esse acidente.

Por sua vez, a TAM forçou também o pouso com a utilização excessiva do Aeroporto de Congonhas.

A Infraero colaborou também para a soma de fatores adversos ao permitir o pouso em pista que acabara de ser asfaltada, que está sempre mais lisa

que uma pista já usada. Nós, que dirigimos carro, sabemos disso, pois sentimos que fica uma oleosidade sobre o asfalto da pista quando chove e que aquela oleosidade se soma à umidade, gerando aquela camada d'água. E até nós, quando vamos dirigir num asfalto novo, percebemos que ele desliza, derrapa com mais facilidade. Pois bem, essa foi a contribuição dada pela Infraero, que abriu a pista antes da hora, principalmente em dias de chuva.

Por sua vez, a tripulação também deu a sua colaboração aos fatores adversos, segundo nós percebemos. Por duas vezes, o sistema automático avisou a posição em que a alavanca do manete de potência deveria estar e, por duas vezes, o manete de potência – a não ser que estivesse travado – não veio para a posição desejada.

Há um outro fator observado por esse comandante, meu amigo. Segundo ele, no avião tem que haver, desde o início, por exemplo, o instrutor e o aprendiz; o comandante e o co-piloto; o comandante e o primeiro oficial. Esse avião tinha dois comandantes.

Diz ele que é muito normal isso acontecer. Pode haver ordens contraditórias quando há dois comandantes. Os dois querem comandar. Mas, um tem que comandar e o outro, auxiliar o comando daquele que está comandando. A presença de dois comandantes, em vez de um comandante e um primeiro oficial – diz esse piloto – pode gerar ordens duplas nos aviões.

Outro dia, em um levantamento sobre o caos aéreo brasileiro, vimos que ele não vai ter fim, mesmo com mudança de aeroportos, pois o sistema aéreo brasileiro sente a falta de 72 aviões. Todas as companhias estão operando com menos 72 aviões do que o necessário. Por exemplo, aquele avião de Porto Alegre vinha para Curitiba, depois, para Florianópolis e, finalmente, para São Paulo. Se fechar o aeroporto em Porto Alegre, os passageiros que estão em Curitiba e em São Paulo não terão um avião para prosseguir viagem. A companhia não tem um avião substituto, um avião sobressalente para chegar a Curitiba – o de Porto Alegre está fechado, mas, de Curitiba para frente, está aberto – e fazer a rota do avião que ficou preso em Porto Alegre. Não tem.

Vê-se nos jornais, freqüentemente, nos feriados, que as empresas de ônibus colocaram mais 40 ônibus extras, mais 80 ônibus extras para atender determinadas rotas. As companhias aéreas não podem colocar aviões extras porque elas não têm. O que elas fazem? Vendem mais passagens, só que não têm aviões para fazer o transporte dos passageiros. Então, há o *overbooking*, outro motivo da crise. Se não se colocar no sistema brasileiro mais 72 aviões, não vamos ter a

oportunidade de resolver o problema da crise vista nos aeroportos brasileiros.

Estou apresentando um projeto, porque nós, do Senado, também contribuimos um pouco.

(Interrupção do som.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me dê um minuto a mais.

Pois bem, o Senado deu a contribuição: nós aprovamos rapidamente, em uma sessão, os nomes dos dirigentes na Anac. Lembro-me de que não houve uma análise mais profunda do currículo daquelas pessoas.

Agora estou apresentando um projeto estabelecendo que, no caso de indicação de qualquer autoridade, a votação não pode ocorrer no dia da sabatina. Deverá haver intervalo de 48 horas entre a sabatina e a votação dos nomes, para que se discuta mais o currículo das pessoas que estão sendo indicadas para os cargos. O projeto estabelece também a realização de uma auditoria externa, técnica, anual na agência, tendo o Senado o poder de destituir um ou dois diretores, dependendo dos problemas que a agência esteja enfrentando. É uma maneira de submeter esses diretores vitalícios à crítica política, à crítica da opinião pública e exigir deles um desempenho à altura das atribuições do cargo.

Vi nos jornais de hoje que o Senador Alvaro Dias, há dez anos, apresentou um projeto, que foi sepultado na Câmara, determinando que o conteúdo das caixas-pretas não sejam sigilo para a população. Todos nós temos o direito de conhecê-lo.

Cumprimento o Senador também pela autoria de outro projeto, no qual estabelece que o conteúdo de toda caixa-preta, 15 dias após o encerramento do inquérito, tem de ser divulgado para conhecimento da população, a fim de que ela tenha uma opinião crítica do nível de segurança dos aviões que usamos.

Há um outro perigo que o Brasil corre.

Por exemplo, a União Européia, há poucos dias, proibiu aviões da TAAG, a transportadora de Angola, de sobrevoarem o território europeu por causa de problemas de manutenção das aeronaves, problemas que nós também estamos enfrentando aqui e que devem ser imediatamente solucionados. Então a companhia angolana está alugando aviões de companhias que têm permissão para sobrevoar o território europeu para voar para a Europa. Essa companhia área de Angola vai só até Portugal, porque sai do aeroporto de Lisboa em cima do mar e vai embora para a África. Ela não pode sobrevoar nenhum milímetro do território europeu.

As companhias brasileiras precisam tomar cuidado porque, fora do Brasil, principalmente na Europa,

há muitas críticas ao processo de manutenção das aeronaves brasileiras. E, de acordo com o levantamento feito, as aeronaves eram usadas 7 horas por dia, depois – peço mais um minuto, Sr. Presidente, para que eu possa concluir – passaram a ser usadas 14 horas por dia – 14 horas no ar, direto – e algumas eram usadas 16 horas por dia. Além disso, a manutenção está sendo feita nos pátios, quer dizer, o avião não está sendo levado para o hangar. A manutenção, repito, é feita no pátio mesmo e não há tempo para verificar tudo porque não há avião sobressalente para substituir o avião que tem de voar logo, pois o passageiro está reclamando, criando problemas. As turbinas e os reversos estão sendo travados nos pátios, e o avião voa dez dias ou mais, antes de fazer o conserto. Então é necessário refletir sobre todos esses problemas, tanto no Senado como nas CPIs instaladas na Câmara, a fim de fazer com que os órgãos responsáveis fiscalizem as companhias e não se transformem em sucursais das companhias que adaptam a legislação, adaptam os aeroportos, adaptam os sistemas de manutenção aos interesses dessas.

Agora, vou advertir. Sr. Presidente, sabe como vai ser resolvida a crise? Vão aumentar os preços das passagens. Nós todos vamos pagar. Aumenta-se o preço das passagens, as companhias ganham mais, com menos passageiros mas continuam ganhando muito, e o povo brasileiro vai pagar por essa anarquia que se estabeleceu, com o consentimento do Governo, no sistema aéreo brasileiro. Agora todos estão se voltando para o sistema de transporte terrestre. Nós temos, continuamente, de advertir o Governo desses problemas que o Brasil enfrenta e que estão se agravando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Gerson Camata.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar, em momento oportuno, pela Liderança da Minoria. Estou encaminhando à Mesa a autorização da Líder da Minoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito. Intercalando com os oradores, V. Ex^a falará depois do Senador Papaléo Paes.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atravessamos um momento delicadíssimo no setor da aviação civil. Toda solidariedade que pudermos expressar será ainda insuficiente para apaziguar a dor definitiva dos que perderam parentes e amigos nos dois recentes acidentes aéreos mais graves da história brasileira, ocorridos em setembro do ano passado e no dia 17 de julho.

A última tragédia, ocorrida no aeroporto de Congonhas, obriga-nos, de maneira dolorosa, a repensar toda a estrutura da aviação neste País. Além disso, coloca em tela de juízo o papel da Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, e de seus dirigentes na gestão do setor aéreo e na condução de uma crise sem precedentes.

A Anac é a agência reguladora de implementação mais recente, criada em 2005, com a concomitante extinção do Departamento de Aviação Civil, o antigo DAC. Nesse contexto, poderíamos perguntar: qual o sentido de criarmos uma agência reguladora no setor aéreo? Essa pergunta pode trazer outro questionamento, de ordem mais genérica: qual a justificativa e o sentido de criação das agências reguladoras?

Podemos afirmar que as agências reguladoras surgiram, no Brasil, com o objetivo de mudar os parâmetros da administração pública brasileira. Do modelo de Estado interventor e produtor de bens e serviços, completamente esgotado na década de 1980, deveríamos evoluir para um modelo de Estado regulador, capaz de atrair capital mediante regras claras e de expandir o subaproveitado mercado interno.

De acordo com esse novo paradigma, as agências reguladoras constituiriam a peça chave desse processo, em virtude da qualificação técnica de seus quadros e, também, da grande autonomia administrativa na regulamentação, no controle e na fiscalização dos serviços públicos prestados pelas concessionárias a elas subordinadas.

Foram esses, pois, os pressupostos a nortear a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, em 1996; da Agência Nacional de Petróleo, a ANP; da Agência Nacional das Telecomunicações, Anatel, em 1997, e de tantas outras, até chegarmos à criação da Anac, em 2005.

Ocorre que, para o modelo funcionar, é imprescindível que a competência técnica seja o principal norteador no preenchimento das vagas nessas agências, inclusive nos cargos dirigentes, pois é justamente esse um dos aspectos questionados por vários segmentos da sociedade no que diz respeito à diretoria da Anac.

Desde o começo da crise aérea, com o choque em pleno ar do avião da Gol, em setembro do ano

passado, temos a impressão de que os órgãos governamentais que lidam com a aviação não conseguem se entender e coordenar medidas para solucionar os gargalos que existem no setor. Chegamos ao cúmulo de testemunhar declarações de diretores da Anac negando a existência do óbvio, ou seja, de uma gravíssima crise aérea no Brasil.

A recente tragédia com o *airbus* da empresa TAM evidencia o desamparo e a inabilidade do Governo na condução de soluções para a aviação. Levanta, também, fortes suspeitas de que a politização da Anac constitui fator preponderante para que o caos tenha se instaurado no setor aéreo nacional.

O pacote de medidas anunciadas pelo Presidente Lula para o setor da aviação veio a público após a reunião do Conselho de Aviação Civil – Conac –, instância mais abrangente, cujo fortalecimento é sintoma da apatia e da debilidade da Anac. Fica evidenciado para a população brasileira, e da maneira mais dolorosa possível, que a Anac não vem cumprindo a contento o mandato a ela conferido pela Lei nº 11.182, de 2005, que a criou.

O art. 2º dessa Lei estabelece, de maneira clara, que é da competência da Anac regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. No que diz respeito à regulação técnica, compete à Anac homologar e certificar produtos e processos aeronáuticos, além de fiscalizar a segurança dos vôos.

Independentemente das conclusões definitivas acerca do acidente com o *airbus* da TAM, lembremos o fato de que a redução do número de vôos em Congonhas para um patamar aceitável só ocorreu depois da tragédia de julho passado. Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso denota, no mínimo, leniência da Anac no que tange às margens de segurança necessárias para a operação de aeroportos como o de Congonhas.

Diante do atual quadro da aviação civil, a completa autonomia decisória inerente às agências reguladoras, característica fundamental para a busca dos objetivos de modo isento e transparente, passa a ser um estorvo, se a direção da Anac não se mostra à altura dos desafios a serem solucionados.

Da mesma maneira, a atribuição de mandatos fixos para a direção das agências reguladoras, dado necessário para o desempenho das funções estabelecidas em lei de maneira independente de injunções políticas, passa a ser um problema, se o conhecimento técnico de seus dirigentes não se faz presente nas circunstâncias em que mais precisamos dele.

Sr. Presidente, somos, então, forçados a testemunhar pressões tanto do Palácio do Planalto quanto do novo Ministro da Defesa para que o Presidente da

Anac, juntamente com seus diretores, renunciem aos mandatos a eles concedidos, uma vez que não podem ser destituídos por ato do Ministro ou do Presidente da República.

Tal espetáculo é, no mínimo, constrangedor.

O novo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, já questionou o modelo de gestão trazido pelas agências reguladoras, alegando que não pode ser universalizado.

Nesse sentido, é razoável indagar se as razões para a ineficiência da Anac dizem respeito ao fato de ela ser uma agência reguladora ou se o problema, na verdade, consiste na temerária politização de cargos estratégicos para o País, em funções de comando e de formulação de políticas públicas nas agências.

Esse é um debate que temos que enfrentar com urgência, tanto na sociedade brasileira quanto no Senado Federal.

Sr. Presidente, já faço parte desta Casa há quatro anos e meio e quero chamar a atenção para um fato. O Senado Federal se apresenta na condição de avalizador de autoridades para os cargos que a nossa Constituição indica, e é preciso que esse momento da nossa avaliação, como falou ainda há pouco o Senador Gerson Camata, seja um momento muito sério. Ocorre que – falo pela experiência que tenho por estar presente em vários momentos de escolha de autoridades –, quando o Senado avaliza, autoriza a escolha do Presidente, nós ouvimos uma explanação do indicado e fazemos uma votação puramente política. Não nos preocupamos com a avaliação técnica daquele cidadão que está sendo indicado. O que ocorre é sempre uma manobra política: “olha, é indicação do Presidente, vamos aprovar; não tem por que não aprovar”. A Oposição não pode questionar nada porque vão pensar que queremos cargos no Governo e, por isso, estamos votando contra.

Enfim, isso causa às agências situações até constrangedoras, por elas apresentarem como seus dirigentes, como componentes da sua organização, pessoas que não estão preparadas tecnicamente para exercer aquela função, principalmente em se tratando de agências cuja intenção, quando foram criadas, foi exatamente torná-las um corpo de técnicos capazes de, realmente, orientar os setores para os quais são destinadas ou determinadas, de maneira técnica, sem qualquer tipo de junção política.

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – E o que vemos hoje é o contrário de tudo isso. O que vemos hoje é o Governo querendo ocupar esses espaços nas agências para contemplar alguns dos seus alia-

dos, dos seus filiados partidários, deturpando toda a finalidade da agência.

Fica esse registro, para que possamos fazer, com mais determinação – e digo até, com mais responsabilidades –, a avaliação das pessoas indicadas para assumirem cargos importantes que o Governo ocupa e tem o direito de indicar, porque seremos considerados os principais responsáveis pela aprovação ou não desses indicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a, Senador Papaléo. Muito obrigado mesmo.

Eu tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador César Borges, como Líder da Minoria. Em seguida, darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o assunto dominante nesta sessão – já verifiquei pelos nobres Senadores que me antecederam na tribuna – é este lamentável momento que vivemos no País, da perda de centenas de vidas, por conta de um apagão aéreo que enfrentamos.

Nós temos a lamentar que centenas de vozes de brasileiros calaram-se no dia 17 de julho de 2007. Em uma fração de segundos, quase duzentas pessoas perderam a vida em mais um acidente aéreo em território brasileiro.

O vôo 3054 da TAM atravessou a avenida, entrou no depósito de cargas e explodiu. Entre os mortos, há que lamentar o valoroso Deputado Júlio Redecker, do PSDB, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, que inclusive lutou pela instalação da CPI do Apagão Aéreo e que teve a premonição de que haveria um desastre que estava iminente por falta de providências. Como gosta de bravatear o Presidente Lula, Srs. Senadores, “nunca antes neste País”, eu digo nunca antes neste País tantas pessoas perderam a vida vítimas de desastre aéreo em tão pouco tempo. Nos últimos meses morreram mais pessoas que nos 25 anos anteriores.

E de quem é a culpa?

Tenta-se atribuí-la aos pilotos. Mas os pilotos, com certeza, estão entre aqueles que, se houver alguma participação nesse episódio, é mínima ou nenhuma. Estão mortos e não podem se defender. Fabricantes do avião? Equipamentos? Companhia aérea? A pista

de Congonhas? Aí, sim. Entretanto, independentemente das causas desse acidente, o fato é que o sistema aéreo brasileiro está em colapso, como quase toda a infra-estrutura de transportes no País. Hoje, um especialista, Gustavo Cunha Melo, diz no jornal *O Globo* que, antes do pouso, o cenário estava pronto para a tragédia. Por quê? Porque, antes do pouso, já estava comprovada uma série de falhas latentes, precedentes a qualquer outra, como a do piloto ou a do computador. Antes da decolagem lá em Porto Alegre, de onde a aeronave partiu, já haviam sido assumidos riscos: um dos reversos estava com defeito, a aeronave pesava mais que 55 toneladas e posaria numa pista curta e sem áreas de escape. Isso sem considerar a chuva e a pista escorregadia. Então, na verdade, havia um cenário pronto para o desastre, e esse cenário existia por descuido de um sistema aéreo nacional falho. Aeroportos sobrecarregados, pistas inadequadas, sistemas de controle aéreo defasados, controladores despreparados e em número insuficiente, essa é a realidade do sistema aéreo brasileiro. Desde o início do ano passado, muitos foram os sinais de esgotamento da infra-estrutura aérea.

Vou fazer um histórico: em março de 2006, um avião da companhia BRA derrapa ao pousar na pista principal de Congonhas num dia de chuva e quase cai na Avenida Washington Luís. Uma semana depois se anuncia a reforma do local.

Em setembro de 2006, dia 29: aquele lamentável acidente entre o jato Legacy e o Boeing da Gol, que detona a crise do apagão aéreo. Morreram 154 pessoas no maior desastre aéreo da história brasileira até aquele momento. Porque agora, lamentavelmente, o desastre da TAM passa a ser o novo recorde.

Em outubro de 2006, no dia 06, um avião da Gol derrapa durante o pouso na pista principal de Congonhas. Mais uma vez se anuncia que as reformas estão para ter início.

Novembro de 2007, no dia 1º e no dia 2, Feriado de Finados, é registrado caos em todos os aeroportos do País. No dia 15, Feriado da Proclamação da República, novos transtornos nos aeroportos.

Dezembro de 2006, no dia 05, o País registra a maior pane no sistema de controle aéreo da história: uma falha em equipamento impede que os aviões se comuniquem com o Cindacta I.

E aí aparecem as manchetes. O Presidente Lula, no dia 9, declara: “A crise acabou, a situação parece ter-se normalizado”. O então Ministro Waldir Pires diz: “É preciso fé e um pouco de reza”. No dia 12, o Tribunal de Contas da União divulga relatório que indica falhas de gestão e falta de recursos no sistema de controle aéreo. No dia 21, o Grupo de Trabalho Interministerial

indica a reformulação da carreira de controlador e a desmilitarização do setor. No dia 22, volta o Presidente Lula com suas declarações: “Quero que o Brasil passe um Natal em que as pessoas viajem com tranqüilidade”. O que acontece? No dia 25, dia de Natal, um Natal caótico; um em cada três vôos partem com atraso.

Em janeiro de 2007, no dia 12, o Cindacta II, de Curitiba, registra uma pane no sistema de comunicação. O problema ocorreu em equipamento considerado obsoleto, equipamento velho, que já deveria estar em desuso.

Em fevereiro de 2007, a Casa Civil discute mudanças no sistema aéreo, inclusive a falada desmilitarização.

No dia 7, ainda de fevereiro de 2007, o Ministério Público pede o fechamento de Congonhas até que a pista seja reformada – reforma já tão prometida. Juiz nega o pedido, mas proíbe a aterrissagem de modelos Fokker 100 e Boeing 737-700 e 800. A Anac e a Infraero recorrem da medida e são atendidas.

No dia 15 de fevereiro, controladores ameaçam, mas não entram em greve ainda. Quarenta por cento dos vôos partem com atraso no período carnavalesco de 2007.

Março de 2007, pane no Cindacta I paralisa todos os vôos do País por cerca de 20 minutos. Aí o Ministro Walfrido Mares Guia diz que a culpa é da Lei de Murphy, aquela que diz que tudo que pode dar errado dará. Lamentável a declaração do Ministro Walfrido Mares Guia.

No dia 27, o Presidente Lula reage e diz firmemente: “prazo, dia e hora para a gente anunciar ao Brasil que não vamos ter problemas nos aeroportos brasileiros”. Tudo indica que o Presidente Lula não tinha um calendário que marcasse o dia, muito menos hora e minuto, porque nada ocorreu.

No dia 30 de março, controladores de Manaus, Brasília e Salvador fazem greve de fome. Um homem morre de infarto depois de esperar horas pelo vôo atrasado em Curitiba.

No dia 31 de março, o Governo faz acordo com controladores de vôo, mas, em nota, a Aeronáutica diz que eles deveriam ser presos.

No dia 1º de abril de 2007, o Governo prepara lei para desmilitarizar o setor, mas, na prática, a Força Aérea perde o comando do controle do tráfego aéreo, segundo um militar da Aeronáutica. E os atrasos continuam.

No dia 13 de junho de 2007, a Ministra do Turismo, Marta Suplicy, deu a famosa declaração: “Relaxa e goza. Depois a gente esquece os transtornos”. Essa é a atitude que a Ministra do Turismo acredita que deveria ser tomada para se resolver a crise aérea no País.

No dia 21, diz Carlos Trifílio, sargento líder dos controladores: “Entra qualquer um. Tenho controlador gago, surdo”.

Também no dia 21 do mês de junho, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega diz, em voz de autoridade que conhece os assuntos, que a crise aérea é sinal da prosperidade do País. Lamentável. No dia 22 os controladores são presos, os atrasos continuam, relatório da CPI aponta falha humana no acidente da Gol. Em julho de 2007, no dia 16, um dia antes do acidente da TAM, um avião da Pantanal derrapa ao pousar na pista principal. Nesse mesmo dia 16 a Infraero recebeu uma dezena de comunicados de pilotos sobre a falta de operacionalidade na pista reaberta, porque ela estava escorregadia, sem condições de uso.

Tudo isso mostrava uma crise, um acidente anunciado. E vem o fatídico dia 17 de julho do presente ano. O Airbus 320 da TAM choca-se contra galpão em Congonhas e torna-se o maior acidente aéreo da história do Brasil. As vidas de 199 brasileiros são ceifadas de forma irresponsável.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador César Borges, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador, V. Ex^a faz aqui um pronunciamento que – como bem disse ao iniciá-lo – é motivo de pronunciamento de todos os Senadores que o antecederam, o caos aéreo por que passa o País. V. Ex^a fez referências cronológicas, como se pudéssemos dizer que foi um acidente anunciado. Fez também referências ao Presidente Lula, que há sete ou oito meses disse que queria dia, hora e mês para a solução da crise. E ele se esqueceu de pedir o ano. Creio que a falha daquela solicitação do Presidente – V. Ex^a diz que não havia calendário no relógio dele – foi em relação ao ano, pois se esqueceu de dizer que era para 2007 a solução do problema. Lamentavelmente, tivemos a perda de 199 vidas exatamente por falta de investimento e de gestão pública no tráfego aéreo nacional. Temos aqui em nossa tribuna de honra, Senador César Borges, a Dona Eulália Carvalho, que é viúva de um dos passageiros do vôo da Gol, de 10 meses atrás. Essa senhora é uma das que não desiste de sua luta e está permanentemente no Senado e no Congresso Nacional, participando das audiências, participando da CPI e querendo uma solução. Há pouco, ela falava comigo e lamentava, como todos nós brasileiros, esse novo acidente, que poderia ter sido evitado se tivesse sido impedido o pouso naquela pista, que não estava adequada para pousos normais, quanto mais para pousos de aviões com problemas técnicos, como era o caso daquele

avião. Então, como disse V. Ex^a, o número de mortos aproxima-se de 370, ultrapassando o dos últimos 25 anos. Aí sim, como V. Ex^a diz, o Presidente Lula pode até dizer, lamentavelmente, que nunca dantes na história deste País, em dez meses, em tão pouco tempo, em um governo, brasileiros perderam a vida de forma desnecessária, por falta de gestão, por falta de ação do Governo no sentido de resolver não só a questão física dos aeroportos, transformando-os em *shopping centers* e deixando a segurança em segundo plano, como nada relevante. Mais ainda, Senador César Borges, o Conac – que agora se reúne a cada dois dias –, em 2003, na última reunião da gestão do então Ministro da Defesa José Viegas Filho, colocou a necessidade de investimentos na segurança. Lamentavelmente, ao longo de todos esses anos, os recursos foram sempre contingenciados. Parabéns pelo pronunciamento. O pesar é de toda a Nação brasileira pelas vítimas do acidente da TAM, especialmente pelo nosso querido companheiro Deputado Júlio Redecker, do PSDB, Líder da Minoria na Câmara, um brilhante político que teve a sua vida ceifada quando muito poderia produzir em favor e em benefício da Nação brasileira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Aproveito a presença da Sr^a Eulália para manifestar a minha solidariedade e também da maioria absoluta desta Casa por todos aqueles que têm a lamentar a perda de um ente querido. É uma perda irreparável. Não há como preenchê-la. E sabemos que isso seria evitável.

Todos estamos submetidos a esse medo permanente de viajar hoje com esse sistema aéreo brasileiro. Nossos filhos, nossa esposa, nossos pais podem a qualquer momento perder a vida, deixando-nos com essa dor, esse vazio impreenchível, que não pode ser reparado por indenização em hipótese alguma.

É lamentável, Senador Flexa Ribeiro, pois quantas vezes convocamos aqui o Ministro da Defesa, o Comandante da Aeronáutica, o presidente da Infraero, o presidente da Anac. Presidentes de companhias aéreas já estiveram em diversas comissões nesta Casa. Foram instaladas CPI contra a vontade do Governo. E assistimos a evasivas, a tergiversações, ao governo procurando bodes expiatórios, como fez no acidente da Gol, dizendo que a culpa era dos americanos. Era mais fácil culpar os americanos do que olhar para dentro, para as deficiências do sistema. É a isso que assistimos: o Governo fugindo das suas responsabilidades continuamente. Somente agora, depois do segundo acidente, é que se muda o Ministro Waldir Pires, que sabíamos ser inepto para a função. Ele nunca assumiu as suas responsabilidades para resolver essa grave

questão, que tantas vidas tem tirado. E ficamos a lamentar a perda de tantos brasileiros que tinham um futuro, uma vida que Deus deu. Infelizmente, a ganância, a irresponsabilidade, a inépcia fez com que eles hoje não estejam mais entre nós e que as esperanças de uma vivência entre nós esteja ceifada.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me mais trinta segundos, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – A imprensa tem noticiado o incremento do transporte rodoviário em aproximadamente 30%, o que tem aumentado os acidentes nas rodovias. Temos um apagão aéreo, mas temos também um apagão rodoviário. O Governo não investe na melhoria das rodovias. Está provado que nada foi feito naquela operação tapa-buracos, no ano passado. Quatrocentos milhões foram desperdiçados em 2006. Senador César Borges, eu tentei falar há pouco com o nosso companheiro Senador Mário Couto, em Belém, e tive a informação de que ele está vindo de ônibus para Brasília com a família, porque não se sente seguro. Ele já tinha preocupações de voar com esse caos total. Agora, com o acidente, ele não teve coragem de colocar a família em um avião. Veja a que ponto chega a preocupação da sociedade brasileira com a sua segurança.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, Senador Flexa Ribeiro. Eu cito para V. Ex^a, aproveitando o seu aparte, o que está na primeira página do jornal *O Globo*, hoje: “Fuga do apagão aéreo leva a morte nas estradas. Por causa do caos aéreo, o trânsito nas estradas cresceu 25%, em julho. Com isso, aumentou em 17,46% o número de acidentes. Seiscentos e oitenta e seis pessoas morreram”. Isso é matéria do jornal *O Globo*. O País registrou 686 mortes nas estradas em julho, por falta de investimento em infraestrutura. Uma revista como a *Exame* estampa: “Não estamos prontos para crescer. O Governo não investe em infraestrutura”. E cita: “Falta de investimento, incapacidade gerencial e viés anti-setor privado explicam a deficiência da infraestrutura”. Diz mais, sobre o colapso da infraestrutura: “Desde o final da década de 80, os investimentos da União no setor de transporte mantêm-se em patamares ínfimos e, em consequência, diversas áreas da infraestrutura apresentam sobrecarga e causam perdas aos usuários”. E a matéria segue comentando setor por setor.

Isso já vem de longo tempo, mas é neste Governo... O Presidente Lula está no seu segundo mandato e se porta como se estivesse iniciando algo, como se não fosse responsável por cinco anos de falta de investimento nos setores de infraestrutura para dar con-

dições ao País de crescer e, essencialmente, poupar vidas humanas de brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o pior é que, após o desastre da TAM, vem o Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, famoso pelas suas ações deletérias em relação à política externa brasileira, e comemora com gestos obscenos, dá risada, ao saber da possível falha mecânica da aeronave, porque aí ele vê uma isenção do Governo e acha que fica melhor a imagem do Presidente Lula e do seu Governo.

Lamentavelmente, ao longo dos últimos meses, aqui tivemos todas as autoridades, muitas já vieram e hoje estão aí – como o Comandante da Aeronáutica e o Presidente da Anac –, mas não dirão nada de novo; vão fazer promessas e anúncios, como é prática no Governo Lula, e, por meio de anúncios e promessas, substituir as realizações. De anúncio e promessa estamos cheios! Basta de anúncio e promessas! Queremos providências efetivas, providências que possam trazer tranqüilidade à população brasileira, porque até agora muito pouco foi feito e, das soluções prometidas, nada está trazendo tranqüilidade ao usuário brasileiro do transporte aéreo, assim como ao usuário da infraestrutura brasileira.

Recentemente, o jornalista Arnaldo Jabor escreveu em artigo seu: “Estamos sendo infectados por uma doença histórica chamada Síndrome da Incompetência Generalizada ou, se quiser, Falência Múltipla dos Órgãos Públicos”. E a culpa pelo caos aéreo, lamentavelmente, Sr. Presidente, também é desta Casa. Aqui já foi dito pelo Senador Gerson Camata – e vou repetir – que, ao longo dos últimos anos, aprovamos indicações políticas do Governo para as agências reguladoras, incluindo a Anac, cujo Presidente chegou a dizer que não havia crise aérea. Aprovamos de afogadilho. O Governo indica nomes politicamente comprometidos para fazer distribuição de cargos, loteamento entre os partidos da base aliada, e nós aceitamos esse jogo lamentavelmente. Eu faço mea-culpa, Sr. Presidente, porque tem sido essa a prática nesta Casa. A imprensa a denunciou, e denunciou com razão, porque aqui chega a Líder do Governo, chegam os Líderes dos partidos da base, solicitam celeridade na aprovação dos nomes, e vamos nós, no meio de tantas comissões, aprovar autoridades para agências reguladoras, no meio de um turbilhão de projetos e atividades, sem a devida acurácia, sem o devido cuidado para aprovar essas autoridades. E logo em seguida o Governo encaminha ao Plenário. O pior de tudo é que nós aceitamos essa prática, inclusive a Oposição. Eu faço essa mea-culpa, para que possamos parar, dar um basta a essa aprovação, que não é aquela correta, a da audiência

pública, em que se faça uma sabatina efetiva e só se aprovem aqueles que tenham méritos pelo seu currículo, pela sua especialização, como exige a lei. Que se modifique essa prática nesta Casa. É preciso dar um basta nessa situação. Nós precisamos, Sr. Presidente – porque fazemos parte de uma das instituições mais importantes da República, o Senado Federal – dar o que a população brasileira deseja: segurança, para que cada um que viaje de avião tenha a certeza de que vai voltar vivo para casa, como acontecia em um passado tão distante.

Não é preciso que o brasileiro atenda ao Presidente Lula, que, ao entrar no avião, entrega a sua sorte a Deus, porque nós todos estamos na mão de Deus. Todos! Viajando de avião ou de carro, estamos na mão de Deus. Ele controla o nosso destino. Mas é claro que, ao entrar em um transporte como a aviação, nós queremos saber que ali há uma companhia aérea séria, que dá a manutenção devida; há um aeroporto que está bem cuidado; e que não se estão olhando os lucros das empresas, mas, sim, a segurança do cidadão brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu encerro deixando uma pergunta final: até quando esse pesadelo vai durar para o povo brasileiro?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador César Borges.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, enquanto o Senador Jarbas assoma à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, pela ordem, com a aquiescência do Senador Jarbas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um apelo a V. Ex^a para que solicite aos Senadores que estejam nos gabinetes que venham ao plenário. V. Ex^a apresentou uma proposta de pauta de Ordem do Dia importante para o País, importante para o Senado. Nós estamos saindo de um recesso de algumas semanas, e nada, absolutamente nada, justificaria a ausência de Senadores do plenário neste momento.

Sei que V. Ex^a tem o mesmo empenho que nós próprios para que haja as votações hoje e acredito que os Senadores virão ao plenário para o encaminhamento da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, a pedido do Senador Tião Viana e

de outros Líderes partidários, faço um apelo aos Srs. Senadores que estão em outras dependências do Senado para que venham ao plenário, pois deveremos ter hoje votações importantes, para limparmos a nossa pauta e decidirmos sobre matérias que já estão na Casa há algum tempo, de modo que é importante a presença de todos aqui.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vergonha, descalabro, inércia, irresponsabilidade, incompetência, negligência, ineficiência, falta de autoridade, indignidade, má gestão, falta de compostura, desumanidade. O que mais podemos dizer sobre o desempenho do Governo Federal nessa absurda crise aérea que, daqui a pouco, completará um ano? Uma crise que junta alienação política com desgoverno. São alienados porque minimizam o problema e sempre culpam os outros pelos próprios tropeços. Estão desgovernados porque batem cabeça, sem liderança, enquanto brasileiros morrem em acidentes aéreos e sofrem de forma desumana nos aeroportos.

É uma crise que une a falência da gestão pública com a voracidade dos interesses privados das companhias aéreas. Nunca antes, na história deste País, um Presidente de República demorou tanto a vir a público para prestar solidariedade diante de uma tragédia como a ocorrida no Aeroporto de Congonhas. Nunca antes, na história deste País, um Governo foi tão trapalhão durante uma crise. Nunca, na história deste País, um Governo ousou transformar uma agência reguladora em cabide de empregos para aloprados de plantão. O mais sério é que desta vez os apadrinhados lidam com vidas humanas. Trata-se da inimputável corriola do Presidente, como bem batizou a jornalista Dora Kramer. E o resultado está aí.

Nesse episódio, concordo plenamente com o Senador Pedro Simon: a culpa é do Governo. A tragédia de Congonhas teve as impressões digitais da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Impressões confusas de vários órgãos que não se entendem. O apagão não é apenas aéreo, ele é governamental. A pane do sistema aeronáutico brasileiro decorre do gigantismo que o Governo implementou a sua estrutura, com 37 Ministérios e Secretarias Especiais.

No caso do setor aéreo, inexistente planejamento, inexistente articulação entre o comando da Aeronáutica, a Agência Nacional de Aviação Civil e a Infraero. São várias cabeças e nenhuma delas age objetivamente para enfrentar o problema.

O Governo Lula está na contramão de qualquer regra moderna da administração, seja ela pública ou privada. O Presidente impôs um conceito novo de gestão: dividir para não governar. O que importa mesmo para os acólitos do Planalto é continuar viajando pelo País, vendo o Presidente falar além do necessário, dizer as sandices de sempre. Apesar de tudo, aplaudido entusiasticamente por claquês organizadas, uma verdadeira ilha da fantasia, que já atendeu pela alcunha de Fome Zero, passou pelo nome de Bolsa-Família e hoje tem a sigla mágica do PAC.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem imaginaria que veríamos aviões em vôos internacionais tendo de retornar aos seus Países de origem por causa do caos que se instalou no Brasil? Quem imaginaria que a Aeronáutica fosse condecorar com a Medalha do Mérito Santos Dumont os dirigentes aloprados da Agência Nacional de Aviação Civil, em plena semana do acidente de Congonhas? De pioneiros da aviação, passamos para a vanguarda da desorganização e do cinismo.

A verdade é que as asneiras e as tolices governamentais se acumulam. O volume de despautérios das autoridades federais daria para escrever um livro. Senão vejamos o que eles disseram, a começar pelo Presidente da República. Em 06 de dezembro do ano passado, por exemplo, Lula afirmou: “Quero prazo, dia e hora para anunciar o fim da crise dos aeroportos”. Três meses depois, voltou a fantasiar, dizendo que acabou a crise, que estamos vivendo um rescaldo. Que rescaldo, Presidente Lula?

O então Ministro das Relações Institucionais Tarso Genro disse, também em dezembro de 2006: “O importante é não ter pressa neurótica, temperamental para enfrentar a crise; é preservar o limite científico e técnico de segurança dos passageiros”.

Já o condecorado Presidente da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), Milton Zuanazzi, afirmou, também em março passado, que não existe crise, mas problemas de infra-estrutura, tanto nos aeroportos quanto no controle do espaço aéreo. O Sr. Milton também assegurou que as companhias aéreas estavam investindo e crescendo.

Mas o troféu da asneira do ano fica mesmo para ser dividido entre os Ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Marta Suplicy, do Turismo. O primeiro, com a soberba que é típica do Governo Lula, avaliou que a crise é um pouco do preço do sucesso, é a prosperidade do País. A Ministra Marta, por sua vez, sugeriu que os passageiros que sofrem nos aeroportos do País deveriam “relaxar e gozar”.

Quando achávamos que nada pior poderia ser dito, brilhou o assessor da Presidência, Marco Aurélio

Garcia. Mesmo sem falar uma palavra, foi destaque em rede nacional, comemorando com um gesto obscuro a possibilidade de o acidente de Congonhas ser fruto de uma falha na aeronave.

Para fechar com chave de ouro esse campeonato da desfaçatez, o próprio Presidente da República afirmou: “Toda vez que fecham a porta do avião, entrego minha sorte a Deus”. Respeito o medo que o Presidente tem de voar. Respeito também sua religiosidade. Mas esse improviso soa como agressão para os milhares de brasileiros que não têm um aerolula para poder viajar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jarbas Vasconcelos, peço um aparte.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Ouço, pela ordem, o Senador Marco Maciel e, posteriormente, V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Senador Marco Maciel, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, desejo felicitar V. Ex^a pela oportunidade do discurso que profere. Passaram-se praticamente onze meses desde o fatídico acidente ocorrido com o avião da Gol, no ano passado até os dias de hoje, e não vimos, por parte do Governo, nenhuma providência concreta para enfrentar o que V. Ex^a situou – e a sociedade já assimilou essa expressão – de “apagão aéreo”. A cada dia, observamos que se agrava e se exibe uma enorme precariedade dos equipamentos e instalações em nossos aeroportos que possam melhorar esse quadro em curto prazo. De mais a mais, também muito nos preocupa ver que não se trata problema isolado, estamos diante de outros apagões. O apagão aéreo está configurado, e, infelizmente, não vemos medidas concretas, mas já existe o anunciado apagão elétrico, este bem mais grave do que aconteceu no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, naquela época, não houve apagão e sim racionamento, aliás muito bem administrado pelo então Ministro de Minas e Energia, o ex-Senador José Jorge. Desta feita, está-se configurando um verdadeiro apagão, posto que não há providências que levem o País a melhorar a oferta de energia essencial para o desenvolvimento. Encerrando o meu aparte, quero felicitar V. Ex^a pelas observações que faz, lembrando que realmente estamos diante de um quadro muito difícil, porque sentimos uma atonia do governo em gerir as crises e encontrar solução para os problemas que V. Ex^a aponta. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Acolho, com muita honra, o oportuno aparte de V. Ex^a, Senador Marco Maciel. Concordo inteiramente com as suas colocações. Infelizmente, o Presidente da

República, que deveria presidir o País, de forma leviana tem acusado a Oposição, a mídia, a classe média de golpistas, quando, na realidade, essa prática sempre foi utilizada por ele, por seu partido, em momentos anteriores, sobretudo no Governo de Fernando Henrique Cardoso com o “Fora FHC”.

V. Ex^a chama a atenção para os apagões, não apenas para o apagão aéreo de que tratamos hoje nesta tribuna, mas também o apagão elétrico, o apagão rodoviário. Qualquer pessoa que viaje neste País, no Sul, no Norte, no Nordeste, constatará a nossa alegação. E o apagão portuário. Esta semana **O Estado de S.Paulo** publicou matéria em que revela a situação dos portos no País e mostra a precariedade inclusive do maior deles, o Porto de Santos. E, por fim, a questão do apagão educacional deste País: falta mão-de-obra qualificada para um País que precisa competir cada vez mais num mundo totalmente globalizado.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a está longe de imaginar o que V. Ex^a representa de esperança para este País. Outro dia, fiz um discurso e um jornalista ali me chamou e disse-me que eu estava forte. Eu disse: Eu? Se quiser me candidatar a Prefeito de Teresina é ridículo, porque não tenho diretório municipal nem estadual. Então, achei aquilo estranho. Ele disse: “É, mas você tem o apreço dos Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos”. Um jornalista disse isso. Mas quero dizer a V. Ex^a que estou muito mais encantado do que o jornalista. V. Ex^a nos encanta não é de agora, não. Nós crescemos assim, distantes. Governador de Pernambuco... Conhecemo-nos de luta e de história. V. Ex^a nos encantou e nos inspirou a ter coragem de lutar muito jovem, quando era difícil, na ditadura. V. Ex^a saiu candidato a Senador. A revolução, a ditadura precisou pegar três para combater V. Ex^a, que quase não caía. V. Ex^a perdeu, na campanha, o ente mais importante, seu pai, fonte de inspiração da sua bravura. Vi uma fotografia sua que me levou a Abraham Lincoln, no discurso do Cemitério Gettysburg, na batalha fundamental para a democracia e a unidade, para depois libertar os escravos, ele, diante dos mortos. Quando vi a fotografia de V. Ex^a – está gravado na minha mente, que é boa – no enterro do seu pai, no bom combate pela democracia, revi Abraham Lincoln, quando fez aquele discurso no qual disse que não tinha nada a dizer, porque aqueles sim tinham santificado aquele modelo democrático, pois tinham sido mortos em prol da permanência da democracia. Aqueles já tinham feito tudo; tinham santificado aquele local. E vi no seu semblante o mesmo compromisso santificado, o compromisso do seu pai, que tombou também lutando pela democracia, mas

a democracia baseada em Abraham Lincoln, que era chamado “Abraham, o honesto”. V. Ex^a pode ser chamado, no Nordeste, “Jarbas, o honesto”. E ele terminou dizendo: “A democracia é o Governo do povo, pelo povo e para o povo”. Daí a campanha contra este Senado. O Brasil ganhou o Pan-Americano. Mas, se nós contarmos as medalhas que Lula deu – a medalha da mentira, a medalha da irresponsabilidade, a medalha do sucateamento dos hospitais, da violência, do desemprego e da mentira, que levou a desgraça para o meu Piauí, a corrupção e a roubalheira... Fui atraído pela política e digo: Petrônio Portella é dignidade! O seu irmão, Lucídio Portela; Chagas Rodrigues; Dirceu Arcoverde tombou ali, santo, está no céu; Wall Ferraz... E o que vejo hoje no meu Estado é a continuação da organização criminosa que vem lá de São Paulo, pois até matar eles matam. E a mentira está aqui. No jornal **O Dia**, o tradicional do Piauí: “Cera de Carnaúba salva exportações piauienses”. Atentai para a mentira, Presidente Renan! O Goebbels, de lá. Meu avô, Jarbas, era industrial, tinha dois navios. Ele exportava cera de carnaúba. Havia os ingleses e os franceses. A carnaúba decaiu. Não há ninguém lá que tenha nem mais lancha. V. Ex^a falou do apagão, e a mentira diz que existem aeroportos internacionais. Eu era menino e tinha avião, e eu ia ao Rio de avião. Hoje, não existe nem mais teto-teco. Outro dia, eu tive de chegar em um teco-teco, e mandei buscar gasolina em Teresina, pois não tem nem gasolina. O aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, a pesquisadora Niède Guidon diz que é uma farsa, que roubaram 40 milhões. E, no meu governo, eu levei Fernando Henrique Cardoso lá, que usou aviões, com a segurança digna de um Presidente. Foi lá que se iniciou a comemoração dos 500 anos. Está tudo acabado. Mas, há a mentira, a indignidade! Por isso que querem fechar este Senado, porque aí está Jarbas, símbolo da vergonha, da dignidade e da coragem. E aqui está a mentira, que é a cara do Presidente da República. Atentai bem: “Cera de carnaúba salva exportações piauienses”. É mentira! O meu avô tinha dois navios, e lá não existe nem mais canoa para transportar carnaúba. Mas, atentai bem. O Jornal **O Dia** – o mais histórico – diz o seguinte... Olhem a vergonha, o engodo, a mentira deste Governo... Não há esse negócio de “Cansei”. Eu não cansei, não! Nós vamos lutar, seguir o exemplo de Rui Barbosa, lá da sua terra, que lutou pelos escravos; o exemplo de V. Ex^a, o exemplo de Joaquim Nabuco, que esteve solitário como nós, mas a ele devemos a liberdade dos escravos. Atentai bem ao que diz o jornal, pois um quadro vale mais que mil palavras. Ô Papaléo, anota aí. Ô Governo da mentira, da vergonha, da indignidade! Eu disse e repito: só uma

vez se vota no PT. Três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Eu já votei uma e estou absolvido e arrependido. E digo-lhe, como médico, arrependimento não mata, não; do contrário, eu já tinha morrido. Mas diz o jornal aqui: “castanha de caju (-27%)”. Ô Luiz Inácio, não é possível, você veio do Senai e sabe o que é mais e o que é menos. Negativo! Menos 27%! Ô Luiz Inácio, menos é negativo, decrescente. Senador, está no jornal: “castanha de caju (-27%), [outra riqueza], o mel [de abelha] (-71%)”. Luiz Inácio, menos é para baixo. Este seu Governo está crescendo para baixo, como rabo de cavalo. Está aqui no jornal: “sucos e frutas (-62%)”, no Piauí. No meu governo, Jarbas, eu que fui buscar a carcinicultura. Foi na cidade de Manta, ao lado de Guayaquil, onde houve uma peste, uma epidemia, que provocou anemia no camarão. E eu trouxe os técnicos; ele igualou US\$20 milhões, baixou para menos de US\$3 milhões. Então, carcinicultura e lagostas (-56%). Ô Presidente Renan, a lagosta que esses pilantras estão... E nós lutamos com o Tasso Jereissati para liberar... Camarões e lagostas (-56%); pedras (-4%). Bela, Piracuruca... O que cresceu mesmo foi a sem-vergonhice e a roubalheira no Piauí, no Brasil e no Governo do PT.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa, combativo Senador que freqüentemente ocupa esta tribuna para analisar os malfeitos do Governo.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, o campeonato da desfaçatez é uma disputa acirrada dentro do Governo. Será que esta tragédia anunciada não foi prevista após quase um ano de reuniões de emergência convocadas pelo Presidente da República? Um ano de promessas vazias, um ano de tolices ditas por Ministros e outras autoridades que parecem debochar do problema. Um ano com centenas de mortes, com famílias desfeitas, vidas destroçadas pela arrogância de um Governo que se autodenomina o melhor da história do País.

Presidente Lula, as vaias que o senhor recebeu na abertura do Pan são um sinal claro de que essa unanimidade em torno do seu Governo é falsa, ela é passageira, é episódica.

Ao privilegiar a popularidade em detrimento da credibilidade, o Governo caiu numa armadilha.

No final de 2005, quando o Presidente ainda sofria o desgaste do escândalo do mensalão, as pesquisas desfavoráveis eram minimizadas, eram desconsideradas. Para os governistas, esses levantamentos eram apenas um instrumento de manipulação da Direita e da mídia conservadora e reacionária do País, que queriam aplicar um golpe contra o ex-operário que se elegeu Presidente da República.

Hoje, para o Governo, as pesquisas momentaneamente favoráveis são um reflexo da competência administrativa dos bons resultados da economia e da política social.

Ouçó V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos, sua oposição a certas situações que têm prevalecido no Brasil tem sido oportuna e tem repercutido na sociedade de maneira geral. Já falei sobre o raro senso de oportunidade que preside a sua atitude política. V. Ex^a está sempre presente nos momentos verdadeiramente importantes. Agora, estamos em um momento bastante importante, e a sua palavra não falta, com a organização e a competência de sempre, na abordagem desse problema que tomou conta do País.

O que ocorre hoje não é apenas – apenas não, porque já é muita coisa – uma crise no setor aéreo; é uma crise de governabilidade administrativa. Não faz sentido repetidos discursos do Presidente Lula atribuírem à Oposição, no geral, e ao Parlamento, em particular, as razões que prejudicam a governabilidade. Ao contrário, se erramos aqui – e erramos –, tem sido por certa permissividade, por certo ambiente de amizade, que é necessário, mas, muitas vezes, é imprudente. Esse tal ambiente a que me refiro permitiu que aprovássemos aqui, sem maior e mais ampla reflexão, indicações para agências reguladoras absolutamente inadequadas. Ainda me recordo das ponderações feitas pelo Senador Tasso Jereissati sobre as indicações para a Anac, pessoas que não tinham competência técnica, que não tinham adequação curricular, que não tinham experiência adequada, e que, depois demonstraram, não tinham capacidade de exercer aquelas funções. O que temos é a soma da Anac com a Infraero, com os crescentes desmandos da Petrobras, com a falência do Departamento Nacional de Transportes, o Dnit. E falamos num País que diz que dar prioridade às estradas. Não haverá capítulo mais importante no chamado PAC do que a reconstrução, ou a construção, ou a restauração de estradas brasileiras, ou de terceiras vias, ou duplicações. Porém, o Dnit está absolutamente acéfalo há meses. No ano da prioridade, como atribuir esse fato ao Congresso? Como atribuir absoluta incompetência dos indicados para a Anac ao Congresso? Como atribuir absoluta incompetência dos indicados para a Infraero ao Congresso Nacional? Como atribuir que presidentes de agências entendam tanto de assuntos que presidem como, no conjunto, entendemos aqui de astronomia? Não é possível! Hoje, mais uma indicação de pessoa que até conheço e que tem competência, para Furnas. Engenheiro de formação, aliás, arquiteto de formação, homem público, absolutamente correto,

Luiz Paulo Conde vai presidir Furnas. A sua experiência com administração pública no geral pode ser digna de nota, mas, com o setor elétrico, é nula! Não tem, não sabe, nunca ouviu falar! E é assim que este Governo vai promovendo o Governo. Então o que assistimos na prática? Ouvimos o Presidente da República dizer os maiores descabros. Ele não tem mais limites, não se preocupa com a censura dos formadores de opinião pública, porque aposta numa identidade cuja consistência é seguramente a falta da verdade, a demagogia, o populismo, a promessa feita para não ser cumprida e a acusação indevida. Essa “luta” (entre aspas) do povo com as elites é uma das maiores fraudes da história recente brasileira; não há luta nenhuma. Haverá ainda dificuldades no quadro fundiário brasileiro. No campo, trabalhadores continuam a precisar de terra, mas nesse campo da reforma agrária – que poderia ser um campo deste Governo – a incompetência extrema. Está aqui o Deputado Raul Jungmann que, se fosse Senador, poderia usar da palavra agora. Há incompetência total, absoluta. Há incapacidade política para administrar o problema. Não administra o problema das terras, não administra o problema dos aeroportos, não administra o problema das estradas. Que País é esse que vai bem se, ao mesmo tempo, a educação vai mal? A saúde virou um caos completo. No meu Estado, Pernambuco, há greves sucessivas. De acordo com sua responsabilidade pública, V. Ex^a, Senador Jarbas Vasconcelos, foi capaz de identificar como fato que devia ser evitado em vez de tomar o caminho oposto. Esse é o maior oportunista de oposições imediatistas que não tem responsabilidade pública. Estamos em um cenário de decomposição, desagregação: de um lado, a mentira prevalece, há propaganda absurda, total e irrestrita. No passado, eu indaguei aqui por que a Infraero gastou milhões e milhões de reais em propaganda. Qual o fundamento, se ela não tem competição? Se ninguém pode decolar de uma estrada ou partir de um porto para tomar um avião? A Infraero não tem competição, mas tem propaganda. Milhões e milhões de reais gastos em propaganda. Foi construída uma pista no interior de Minas Gerais, me dizia um Deputado desse Estado, que custou R\$67 milhões e que não tem acesso. Dá para defender isso? Qual o petista que tem responsabilidade com o passado do seu Partido vai defender isso? Dizer o quê? Essa história de jogar tudo para traz, dizer que foi o Governo Fernando Henrique é uma desculpa da pior qualidade usada por todos os precários administradores do Brasil quando não estão fazendo nada. Não assumem a responsabilidade, não governam, não têm liderança real. Somos prisioneiros hoje de uma armadilha populista que não tem nada a ver com a Esquerda, nada a ver

com o povo. No sertão do Nordeste, no passado, trocavam água por apoio político; hoje trocam comida. É isso que estão fazendo. É isso que eles chamam de mudança, de apoio ao povo? Apoio coisa nenhuma; isso é uma fraude. Então, a sua palavra, como sempre, neste momento é muito importante para o Congresso, para o Senado de maneira especial e para a democracia que estamos defendendo.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Sérgio Guerra, o aparte de V. Ex^a, além de oportuno, serve para mostrar ao País a opinião de outro Senador Pernambucano, que tem entendimento iguala ao nosso sobre a situação atual em que vive o Brasil.

V. Ex^a, com a profundidade de sempre, com a sensibilidade, a visão, o cuidado, a sua dimensão, descreve a situação real em que vive o Brasil de forma muito clara para todos.

Para mim, é enriquecedor o aparte de V. Ex^a.

Retomo o meu discurso, Sr. Presidente.

O que mudou o Senhor Presidente da República? Basta a crise aparecer para que ressuscite o golpismo, o ataque da imprensa, das elites. Não dá mais para culpar a administração anterior, não dá mais para falar de herança maldita a que se referiu há pouco o Senador Sérgio Guerra. O Governo precisa perceber que as vítimas não estão no Palácio do Planalto, nem na Esplanada dos Ministérios. As vítimas estão nos aeroportos brasileiros.

Quantos mártires da incompetência serão necessários para o Governo Lula cumprir a sua obrigação? Com que credibilidade o Presidente afirma que levará ao conhecimento de todos a verdade sobre a tragédia do Aeroporto de Congonhas? Logo ele, que nunca sabe de nada? Talvez, o Presidente se refira à verdade relativa de um Governo que joga seus erros, seus desacertos, para debaixo do tapete da popularidade alta. A vitória do Presidente Lula nas eleições do ano passado é um fato incontestável, faz parte de um exercício saudável de uma democracia como a brasileira. Mas vitórias eleitorais não são salvo-conduto para a incompetência e a omissão.

Ao exigir que o Governo assuma a sua responsabilidade, a Oposição cumpre o seu papel de cobrar solução efetiva para um problema que se arrasta há meses, sem nenhum sinal concreto de que vai acabar. O Congresso Nacional, o Senado, em especial, precisa exercer o seu papel com independência. O Executivo não vai nos usar para esconder as suas falhas, os seus desvios.

Ouçõ V. Ex^a, com satisfação, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Jarbas, mais uma vez, V. Ex^a surge com sua voz forte, firme, dura, mas absolutamente precisa no momento em que o País vive uma crise seriíssima. Não é uma crise, como V. Ex^a bem disse, apenas localizada; é uma crise generalizada. V. Ex^a a chamou, se não me engano, de “apagão do Governo”, “apagão da administração do Governo”, que ocorreu em função de uma política de apadrinhamentos políticos, nomeação por critérios absolutamente incompatíveis com a competência, com a necessidade dos cargos, que está destruindo as instituições de regulação e as instituições públicas no País. É preciso que apareça uma voz como a de V. Ex^a neste momento, que não é uma voz que veio apenas criticar, mas uma voz de revolta com o que está acontecendo no País. Isso tudo está mascarado num clima de prosperidade que acontece no mundo inteiro, mas que não reflete diariamente na vida das pessoas. Ao contrário, o País hoje está ruim. Por onde andamos, sentimos que o País está de baixo astral, as coisas não estão bem, não existem mais valores no País depois do apagão, depois do mensalão. O Presidente da República, sem dúvida nenhuma, construiu a sua popularidade com um programa que o Senador Sérgio Guerra chamou de “trocar o velho programa dos coronéis, que trocavam água pelo voto”. Agora, troca-se dinheiro pelo voto, comida pelo voto. Foi apenas uma substituição. V. Ex^a conhece bem a história do nosso Nordeste. Em cima dessa popularidade, convenceu a imprensa e a população brasileira de que aquilo que se fez no mensalão era normal, que todo mundo faz, e assim saiu da crise. Em nenhum momento se negou que se estava comprando voto de Deputados, que os Deputados trocavam seu voto por sinecuras do Governo. Em nenhum momento foi negado, Senador Jarbas; foi dito apenas que “eu faço, mas todo mundo faz”. E, agora, estamos chegando ao caos apenas porque morreram centenas de pessoas em um desastre que chocou o País. Esse caos – esse apagão, que é o aéreo, o apagão nas estradas brasileiras, o apagão no sistema de educação brasileiro, o apagão no sistema de saúde brasileira – continua. V. Ex^a levantou muito bem a falta de sensibilidade – até o desprezo – que se tem pela opinião pública com a série de pronunciamentos feitos pelas mais altas autoridades do Governo, em total desprezo, e até menosprezo, pela opinião pública, que culminou com esse gesto absolutamente, não digo infeliz, é mais do que infeliz, é revoltante, é repugnante, do assessor do Presidente da República. Em uma hora em que todas as famílias brasileiras choravam, e quem não tinha alguém ligado diretamente estava chorando, em solidariedade ao espetáculo de tristeza que se via neste País, um dos mais próximos

assessores do Presidente da República se regozijava com gestos obscenos. Aquilo foi um retrato do desprezo que essas pessoas no Governo estão tendo pela opinião pública brasileira. E continua. Agora mesmo, vemos nos jornais nomeação para Furnas. A Caixa Econômica, que nunca foi politizada, agora está tendo nomeações políticas. Com o Banco do Brasil acontece a mesma coisa. Não vai acontecer agora uma tragédia, como aconteceu no apagão aéreo, mas vai haver uma conseqüência duríssima para as finanças brasileiras, principalmente para os mais pobres, no futuro. Por isso, Senador Jarbas, eu queria me congratular pela oportunidade e pela firmeza do vosso pronunciamento. É preciso que nós aqui comecemos a mostrar isso, a nos indignarmos com maior freqüência, porque o Brasil vai muito mal, as coisas estão muito mal. Este País está sem amor-próprio, está sem apreciar valor importante. Nós, do Senado e da Câmara, nós, do Judiciário, todos estamos sem nenhuma credibilidade na opinião pública porque a opinião pública também não acredita mais em nada, a não ser em vantagens imediatas. Não dá, não se constrói uma grande Nação assim; pelo contrário, se destrói. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Senador Tasso Jereissati, é importantíssima a intervenção de V. Ex^a, primeiro pelo seu destaque aqui nesta Casa. Se forem escolher os Senadores mais atuantes, com maior nível de credibilidade V. Ex^a, com toda a certeza, estará incluído entre os principais do Senado Federal, pela sua correção, pela sua coragem, mas, sobretudo, pela facilidade que V. Ex^a tem de colocar as coisas no devido lugar. O aparte de V. Ex^a enriquece a nossa declaração.

É preciso que o País se sensibilize, que o País desperte. O País não pode continuar sendo confundido pelo Governo Lula, um Governo que ataca, a toda hora e a todo instante, a Oposição, a classe média, os setores produtivos do País. Só ele e o seu Partido é que têm ao seu lado a ética e a verdade, quando isso não é a verdade. É preciso que se enfrente. Estamos iniciando um semestre agora, e é importante que a Oposição, não só de forma sistemática, mas de forma organizada, possa expressar esse sentimento que, se não é a maioria hoje, será a maioria amanhã.

Não existem palavras, Sr. Presidente, nem muito menos estatísticas frias que possam expressar, com profundidade, o que significa perder um parente ou um amigo num acidente como o que aconteceu com os aviões da Gol e da TAM; tampouco enfrentar a humilhação de passar mais de dez horas em um aeroporto sem ter onde se sentar, sem receber informações, completamente abandonado pelas companhias aéreas

e pelo Governo, que deveria cumprir o seu papel de agente regulador e fiscalizador.

Ouçó V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Jarbas Vasconcelos, o seu pronunciamento, juntamente com os apartes que já ouvimos, nos leva, também, a um receio muito grande e que é a “chavização” do Governo Lula. E o Presidente Lula começa a dar sinais de que deseja seguir o Presidente Chávez nessa questão, ao dizer que apenas ele consegue conciliar as multidões, atacando de maneira indevida a Oposição, que está no seu papel legítimo de mostrar as mazelas que existem. Não há dúvida de que a gerência do Governo é ruim. Repito: não há dúvida em relação a isso. Não é possível que o Governo não perceba que a gerência é ruim. Ela está demonstrada nessas questões. O PAC não começou efetivamente. É apenas uma propaganda. As obras estão todas carentes de decisões a serem tomadas, apesar de recursos existirem. Disse bem o Presidente Tasso Jereissati quando falou dos gestos: uma hora é o palavreado da Ministra, que não teve compostura; outra, o assessor de assuntos internacionais do Presidente que faz gestos obscenos, num deboche à população como um todo. Senador Jarbas Vasconcelos, é o momento, sim, de nós todos fazermos um alerta para que o Presidente corrija os rumos de seu Governo, para que ele procure ter um gerenciamento técnico nas áreas que assim o exigem e para que não tripudie da população que discorda de seu Governo.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, tanto com relação ao tema que abordo como em relação aos conceitos emitidos sobre a figura grotesca do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de perigosa e perniciososa interferência em toda a América Latina. Ouço o nobre representante do Pará, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a, sem sombra de dúvida, tem o respeito e a admiração de todos os seus Pares. Todas as vezes que V. Ex^a ascende à tribuna, todos nós ficamos atentos, porque sabemos que seu pronunciamento é a favor da Nação e da sociedade brasileira. V. Ex^a é membro de um Partido que é da Base do Governo, mas nem por isso deixa de colocar acima da questão partidária os interesses da Nação. E tem se mostrado aqui, permanentemente, um defensor do Brasil e dos brasileiros. Quero parabenizá-lo não só pelo pronunciamento de hoje, mas também pela sua trajetória política – também como Governador –, por sua luta pela redemocratização do País e por tudo aquilo que V. Ex^a representa na política brasileira. Es-

tamos retornando de um recesso e, dramaticamente, fomos atingidos por mais um brutal acidente aéreo, já comentado por vários de nossos Pares na tribuna. E o acidente que ocorreu é o efeito. Estamos sempre nos referindo ao efeito, mas temos que ver a causa, temos que buscar a causa, para que não aconteçam os efeitos. E a causa é a mesma. Tanto no problema aéreo, quanto na infra-estrutura logística de estradas e de portos, como no investimento, a questão é de gestão. Neste Governo – e não só o Governo do Presidente Lula, mas também os Governos Estaduais administrados pelo Partido dos Trabalhadores em qualquer Estado da Federação – não encontramos um que tenha tido uma gestão exitosa. Todos eles se utilizam das mesmas ações que o Governo Federal se utiliza, transformando assistencialismo em populismo, transformando o Bolsa-Família. Como disseram aqui os Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, trocou-se a entrega de água no Nordeste pelo dinheiro para comprar votos. Isso é abuso legalizado do poder econômico. Na Justiça Eleitoral, correm vários casos de abuso de poder econômico nas eleições. Mas mais abuso de poder econômico do que está demonstrado no Bolsa-Família como base eleitoral do Partido dos Trabalhadores não existe! E o programa é ampliado, transformou-se num programa assistencialista, que não respeita a dignidade do ser humano, que não dá acesso ao ser humano a um emprego que lhe proporcione dignidade e capacidade de sustentar sua família. V. Ex^a, com muita propriedade, neste seu mais uma vez brilhante pronunciamento, alerta a Nação brasileira para isso. E nós, Senador Jarbas Vasconcelos, temos responsabilidade. Ainda há pouco, o Vice-Presidente da República, nosso amigo José Alencar, foi infeliz numa declaração em que ataca as agências reguladoras dizendo que, como os administradores das agências não tinham sido eleitos pelo voto popular, não poderiam ter poder acima daqueles que tinham sido eleitos. Só que as agências reguladoras têm de ser independentes. Elas não fazem parte da máquina do Governo. Elas existem exatamente para regular aqueles atendimentos à sociedade, para proteger o usuário dos serviços públicos. O erro está em o Governo fazer indicações políticas para levar às agências reguladoras pessoas que não estavam preparadas para as funções, e o Senado Federal aprovou esses nomes. Temos de nos penitenciar por isso e temos de ser severos nas próximas indicações que virão para cá, verificando se as pessoas que estão sendo indicadas são capacitadas para as funções que vão exercer, para que não se reproduza o que há na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) hoje, em que nenhum deles de lá – exceto por um, pelo que se sabe da imprensa – tem passado ligado

à aviação, à gestão aérea do País. E vamos, Senador Jarbas Vasconcelos, com certeza absoluta, continuar lamentando futuros problemas que encontraremos, se não agirmos aqui, no Senado Federal, combatendo. O Presidente Lula tem dito que não teve nenhum abalo com a vaia que recebeu nos jogos Pan-Americanos, o que não é verdade. Ele tanto ficou abalado que deixou de fazer a abertura, coisa que todos os Chefes de Estado, todos os Presidentes de República, nos jogos Pan-Americanos, fazem. Em função da vaia, ele recuou da abertura. E ele diz agora que Deus deu ao homem duas orelhas, uma para ouvir os aplausos, outra para ouvir as vaias. Lamento, mas eu acho que o ouvido do Presidente Lula para ouvir vaias está com problema auditivo, e é importante que ele faça essa correção. Segundo o Senador Tasso Jereissati, está cheio de cera. Então é preciso que ele faça essa correção auditiva, para que possa ouvir as vaias, porque vaia é um fato democrático, é uma manifestação da população. Não são somente os aplausos que precisam ser ouvidos; é preciso ouvir vaia também porque a população não está mais aceitando a situação deste Governo. “Cansei” é algo que tem sido prolapado nacionalmente. Parabéns por mais um pronunciamento brilhante de alerta à sociedade brasileira ao nosso nobre e competente Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Felicitações a V. Ex^a pelo oportuno aparte, que leva ao conhecimento da Nação outros problemas que não foram abordados no meu discurso.

Sr. Presidente, por oportuno, estou terminando de registrar a benevolência que V. Ex^a teve para com este orador.

Essa indigna falta de respeito vai além da relação de consumo entre o setor aéreo e os passageiros. É uma verdadeira anarquia sobre a condescendência passiva do Governo Lula.

Não podemos ignorar ou jogar para debaixo do tapete a completa e alarmante inoperância do Governo Federal. Um caos que não recebeu a atenção devida do Presidente da República. Cabe ao Congresso Nacional ir às últimas conseqüências por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito e de outras instâncias existentes.

Que tudo o que já ocorreu sirva de alerta e que o Governo Federal, definitivamente, deixe de lado as frases de efeito e os discursos deslumbrados para trabalhar com a realidade. Neste momento de perda e revolta, a passividade é um sentimento que não vai prevalecer.

A verdade é que o Governo criou um monstro e não sabe o que fazer com ele. Num País com as dimensões continentais do Brasil, não dá para prescindir

do transporte aéreo, ainda mais quando as nossas estradas estão um caos, as ferrovias, enferrujadas, e os portos, subdimensionados. Não há PAC que dê jeito.

A chegada de Nelson Jobim à Pasta da Defesa é uma boa notícia, diante de tantas trapalhadas governamentais. Trata-se de uma pessoa séria e competente, que demonstrou a sua capacidade de trabalho nos diversos postos que ocupou, seja como Deputado Federal, Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Por seu passado, acredito que poderá corrigir muitas das omissões e dos erros cometidos pelo Governo.

Expresso aqui meus votos de que ele acerte, pois o que está em jogo não é uma questão de Oposição contra Governo, Governo contra Oposição. O mais importante é que o Brasil volte a ser um País seguro para se voar, que sejam respeitados os direitos dos passageiros e que o Governo Federal exerça o seu papel de gestor e fiscalizador do setor aéreo.

Ouçó o último aparteante, o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jarbas Vasconcelos, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento sempre oportuno que faz na reabertura dos nossos trabalhos, após o recesso do mês de julho. V. Ex^a termina por onde começo, desejando bom êxito ao Ministro Nelson Jobim, um brasileiro de primeira qualidade, que, convocado num momento de crise, resolve colocar a sua biografia à disposição da tentativa de solução de uma crise eminentemente técnica, que pode e deve ser resolvida na medida em que atributos técnicos e pragmáticos sejam recolhidos. Não se vai resolver essa crise com anúncios, nem com visitas, nem com abertura de esperanças, mas sim com ação – que, se vier, já virá tarde. Foi preciso que ocorresse uma lamentável tragédia. Senador Jarbas Vasconcelos, o meu Partido, há mais de dois meses, realizou em São Paulo um seminário para tratar da questão da crise aérea. Tive a oportunidade, na tribuna de onde V. Ex^a fala, de apresentar proposta resultante do seminário, que remetia a solução fundamentalmente para a questão das concessões e privatizações. O Governo nunca falou sobre o resultado do seminário que foi feito, sem nenhuma intenção de provocar o Governo nem de estabelecer disputa entre Governo e Oposição. Foi uma contribuição patriótica de um Partido político que gastou parte do seu fundo partidário para realizar um trabalho técnico e oferecer a solução a uma questão que se arrasta há muito tempo, os conflitos nos aeroportos, a partir de um acidente que ocorreu há oito meses, do avião da Gol com o jato Legacy, que levantou a atenção do Brasil para o descontrole aéreo. Muito bem. Ocorreu lamentavelmente a tragédia

de Congonhas. Lamentavelmente. Eu não quero aqui discutir, Senador Jarbas, sobre se o acidente ocorreu porque a pista estava escorregadia, se houve falha do piloto, se o equipamento do *airbus* apresentou algum tipo de defeito; eu não quero nem ao menos dizer que, se o avião tivesse pousado em Guarulhos, não teriam morrido as 200 pessoas. Se tivesse pousado em Guarulhos e não em Congonhas, não teria morrido ninguém, como não morreu nem em Taiwan nem em Seul em acidentes semelhantes.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Embora fosse uma tragédia anunciada.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Mas eu não quero nem ao menos dizer isso. O que eu quero é chamar a atenção para dois pontos. Primeiro ponto: o Governo só está anunciando o que está anunciando depois do fato ocorrido, a tragédia, que estava anunciada há bastante tempo. Por essa razão, Senador Jarbas Vasconcelos, eu vou procurar ser o mais ameno possível numa constatação dura: quando ocorreu uma tragédia semelhante, Bill Clinton, que era Presidente da República, foi visitar as famílias dos mortos. Foi recebido com algumas contestações, com queixas, mas ele foi, porque ele não se julgava culpado por aquela tragédia. Ele foi como estadista e como Presidente da República. O Presidente Lula não foi hora nenhuma levar solidariedade a ninguém. Por quê? O sentimento de culpa dele estava presente na sua consciência, porque a tragédia estava anunciada. A percepção popular é que o acidente de Congonhas com o avião da TAM aconteceu por incúria do Governo – essa é a percepção popular. Nem V. Ex^a, nem eu, nem ninguém da Oposição fez qualquer tipo de ilação, vinculou a tragédia ao Governo, hora nenhuma. Ninguém. A percepção popular que o fez, levando o Presidente Lula a se inibir na visita que deveria ter feito e que não fez. Agora ele passou a fazer minutos de silêncio nos Estados a que está indo assinar os convênios do PAC, atrasado. E agora vem agredir a Oposição. Quando a OAB de São Paulo e movimentos organizados lançam o movimento que me parece chamar-se “cansei”, ele atribui a ação a iniciativa da Oposição e, truculentamente, diz que quem tem capacidade de mobilizar e levar gente para a rua para bradar “cansei” ou “não cansei” é o Governo, e não a Oposição. Como se estivesse estimulando o confronto de brasileiro contra brasileiro. O Presidente Lula precisa entender que está na mão dele e que é responsabilidade dele a solução de um problema chamado crise aérea. Não se trata de colocar confronto de brasileiro contra brasileiro. Os brasileiros estão cansados, sim, da incúria administrativa, do que V. Ex^a chama de “apagão administrativo”. Isso é verdade. E é preciso que aqueles que têm responsabilidade,

como nós, pelo País levantemos soluções e façamos as acusações devidas. Quero cumprimentar, com ênfase, o pronunciamento de V. Ex^a, que é feito no momento certo e com os argumentos corretos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Obrigado, Senador José Agripino. Esperamos que, com este pronunciamento, com o sentimento manifestado aqui por vários Senadores, de vários Partidos, possamos todos alertar o Governo Federal sobre o caos que se implantou no setor aéreo e que possa implantar-se, a qualquer momento, em outros setores vitais do País, para que o Governo passe a agir e falar menos.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu darei a palavra a V. Ex^a, como Líder do PSDB. Em seguida, darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a dispõe da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está ainda chocado com esse evento, por todos os títulos lamentável e desastroso, que foi a queda, o sinistro com o avião da TAM, vitimando duzentas pessoas. Dez meses antes, um outro acidente, com causas ainda não muito claramente definidas, envolvendo o avião da GOL que saía de Manaus e se chocou com o *Legacy*, dirigido por dois pilotos norte-americanos.

Eu esperei, Sr. Presidente – e pretendo fazer um discurso extremamente sóbrio –, gestos de grandeza de todos os setores que pudessem ter responsabilidade direta ou indireta com a questão. O Brasil não poderia conviver mais com aquela obscenidade leve, no sentido francês *léger*, da Ministra Marta Suplicy, com o seu “relaxa e faz não sei o quê mais”. O Brasil não queria conviver com o “top-top” do Conselheiro Marco Aurélio Garcia, Conselheiro de Política Externa, revelando, num ato falho, a sua preocupação em livrar o Governo da responsabilidade que o Governo objetivamente tem sobre a crise do setor aéreo. Afinal de contas, parecia muito mais importante ao professor Marco Aurélio Garcia...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. *Fazendo soar a campainha.*) – Há um orador na tribuna. Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parecia muito mais importante ao professor Marco Aurélio Garcia deixar provado que não haveria responsabilidade objetiva do Governo do que, propriamente, encontrar a solução que impedisse os novos sinistros.

Então, Sr. Presidente, fiquei esperando gesto de grandeza, e devo dizer que, se a mim me agradou, Senador Tasso Jereissati, a nomeação do Ministro Nelson Jobim e a sua disposição de apontar caminhos, de encontrar a solução, de dialogar com diversas forças do País, eu, que amanheci hoje temendo por recuos do Ministro Jobim à pressão das empresas e por uma característica, Senador Tião Viana, que eu devo dizer, e com muita seriedade, que tem sido marcante neste Governo: quando há crise, o Governo se alvoroça, anuncia mil e quinhentos programas, depois, a crise parece que arrefece e o Governo parece que refluí da sua capacidade reativa. Hoje, eu já vejo que há pressão sobre o Ministro para que ele flexibilize os primeiros anúncios. Eu que tenho a convicção de que não é para se construir terceiro aeroporto coisa alguma em São Paulo, é para se melhorarem as condições de recepção de aviões e de decolagens de aviões em Guarulhos, é para se aparelhar Viracopos e é para se transformar Congonhas num aeroporto que meramente ligue São Paulo a cidades no máximo duas horas distantes da capital; um aeroporto que teria que ter o chamado *arrestor*; um aeroporto que teria que ter aquela parte final afundando para deter, num caso de pane, a velocidade dos aviões; aeroporto, Sr. Presidente, que não poderia submeter empresas, passageiros, pilotos ao dever de não errar. Uma pista com 1.920 metros não permite o mínimo de falha humana, e a falha humana faz parte da vida humana. Então, se a falha tivesse ocorrido em Guarulhos ou tivesse ocorrido no Galeão, provavelmente não teria acontecido nada daquilo, na hipótese de falha humana.

Na hipótese de falha mecânica, os danos teriam sido, sem dúvida alguma, menores, na pior das hipóteses. Na melhor das hipóteses, não teria havido dano algum do ponto de vista de vida humana. Congonhas, que tem capacidade para operar 12 milhões de passageiros por ano, estava operando 18 milhões de passageiros por ano; transformou-se no principal aeroporto do País, um aeroporto *hub*, que distribuía as suas linhas e centralizava as ações das viagens em torno de si próprio.

O fato é que o Governo pouco operou em dez meses. Anuncia um Ministro com autoridade, com diálogo com a Oposição e com a Nação, com respeitabilidade, afinal de contas foi Presidente da Suprema Corte brasileira. No entanto, não dá para deixarmos de fazer algumas marcações.

Faço um contraste, por exemplo, entre a atuação do Governador de São Paulo, José Serra, e do Prefeito Gilberto Kassab e a atuação do Presidente Lula. Devo dizer ao Presidente Lula, de maneira muito sincera – não estou aqui a ironizar, não estou aqui a brincar, não

estou aqui a fazer pilhéria, não estou aqui a fazer nada jocoso, não estou aqui a fazer nada destrutivo, nada deletério –, que o aconselharam muito mal. Aconselharam mal ao Presidente Lula ao dizerem que era bom para a sua imagem, do ponto de vista mercadológico, do ponto de vista de *marketing*, ele desaparecer três dias, como quem diz assim: “Vamos dizer, mais uma vez, que não tem nada a ver com o meu Governo, nada a ver com a minha pessoa esse episódio infausto”. O certo seria ele ter acompanhado o Governador Serra e o Prefeito Kassab lá no local do sinistro.

Percebemos algo parecido com aquele episódio das torres, quando o Presidente George Bush, de maneira atônita, foge do primeiro embate, e o Prefeito Giuliani, que se tornou uma figura mais do que respeitável, mais do que referencial, em Nova Iorque, vai para os escombros para dar assistência às vítimas, para cumprir o seu dever de homem público. Ou seja, naquele momento aconselharam mal o Presidente da República, não fizeram bem ao Presidente, e ele se deixou aconselhar mal. O certo era ter ido para o impacto, o certo era não temer o desgaste, o certo era ter dito: É do meu Governo, sim, e, se vou ter desgaste, vou ter desgaste.

Chamo a atenção de V. Ex^{as}, Senador Valter Pereira, Senador Papaléo Paes, para um estado de espírito que é muito meu. Acabou a eleição de 2006. Eu viajo de Manaus para Brasília sem saber o resultado exato, mas sabendo do resultado acachapante a favor de Lula. Afinal de contas, eu acompanhava pesquisas, eu estava informado, eu tinha informações do comando da campanha do candidato Geraldo Alckmin e sabia que o resultado seria acachapante a favor de Lula. E eu achei que era meu dever estar com Alckmin naquele momento e fui para o seu lado. Participei da coletiva com ele. Fiquei ao seu lado na coletiva. Depois, falei com a imprensa, que imaginava que eu ia dizer um monte de improperios a respeito do Presidente Lula. E eu achava que não. Eu surpreendi, porque eu dizia: Acabou de ganhar a eleição, com 58 milhões de votos; acabou de ganhar a eleição de maneira forte, expressiva, com 58 milhões de votos, e eu devo então reconhecer isso ou eu não sou o democrata que pretendo ser. Então, eu disse: Presidente Lula, estabeleça quais são as reformas estruturais que vão sustentar o crescimento deste País por longo prazo. Estabeleça essas reformas, e contará V. Ex^a com o apoio do meu Partido. E tenho certeza de que contará com o apoio inteiro da Oposição brasileira, que não quer o “quanto pior melhor”. Saia da inércia e justifique esses 58 milhões de votos! E falei aquilo do fundo do meu coração, assim como estou fazendo este desabafo do fundo do meu coração.

Não era para ter uma aparição protocolar. “Está na hora de falar, Sr. Presidente!” “Não está na hora de falar!” Chega de dar ouvido a marqueteiros! O Presidente tem duas escolhas à frente dele. Duas escolhas apenas, não tem uma terceira. A primeira delas é fazer tudo o que o Brasil precisa, mandar para cá o leque de reformas estruturais e fazer tudo o que o Brasil precisa, tendo ou não tendo desgaste, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a tempo para concluir, Sr. Presidente.

Tendo ou não tendo desgaste, e seja qual for o tamanho do desgaste. A outra opção é ficar olhando as pesquisas; é ficar vendo o que vai colocá-lo melhor nas pesquisas; é ficar vendo o que o desgasta menos. E, com isso, vai apequenando e diminuindo o seu papel perante a História.

Ficou muito claro agora: Serra foi para a primeira linha do confronto; Kassab foi para a primeira linha do confronto; aconselharam o Presidente Lula a sumir por três ou quatro dias, e ele aparece apenas quando imaginou que já não tinha mais jeito, a não ser o de aparecer.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de concluir, concedendo aparte ao Senador Papaléo, mas, antes de tudo, quero dizer algo que, para mim, merece a reflexão do Senado. De novo, estão tratando de maneira leviana, Senador Tião Viana, a questão das agências.

Estão aproveitando o fato de que a Anac não funciona bem para, mais uma vez, investirem contra as agências reguladoras, que são essenciais para o desdobramento do processo brasileiro.

A Anac não funciona bem porque o Sr. Zuanazzi é apenas um militante político. Ele não é preparado para tomar conta da regulação do sistema aéreo, até porque ele é especialista em turismo. Ele não entende a não ser de viajar em avião para fazer turismo ou para discutir proposta de turismo em qualquer lugar do País ou do mundo. Ele não é preparado como técnico em transporte aéreo. Ele não teoriza e nem faz prática nesse ramo.

Temos um ex-Deputado, Leur Lomanto, que sempre se deu muito bem comigo. Nada contra ele, mas não sei se ele sabe mais do que eu de regulação aérea. É a nomeação política, é a retaliação, é a divisão das agências. As agências, cada uma delas, servindo a um partido. As agências, cada uma delas, servindo a uma politicagem. São as agências perdendo peso e perdendo a sua idéia original que é a de serem partidárias, suprapartidárias, representando o Estado, não

sendo instrumento de partido algum, estando acima dos ministérios e estando além do governo.

Estão dizendo agora que as agências devem ser repensadas. Ontem, ouvi o Deputado Chinaglia dizer mais ou menos isto: “as agências não têm de ser pensadas. Elas têm de ser prestigiadas”. Tínhamos de obter, sim, Sr. Presidente, a renúncia dessa diretoria imprestável da Anac, essa diretoria que, quando estourou a primeira crise, fumava charuto em uma festa como se fosse a Ilha Fiscal, a Ilha Fiscal no Rio de Janeiro, só que essa nova Ilha Fiscal era na Bahia, era em Salvador.

Tínhamos de ter profissionais efetivamente preparados para cuidar disso. Então, que não aproveitem para fazer confusão, dizendo que as agências não servem. Não serviu esta diretoria da Anac, porque as agências servem.

Há um outro fato, Senador Tasso Jereissati, extremamente grave: acabam de nomear uma figura que prezo pessoalmente, ou vão nomear hoje, para Furnas, o Sr. Luiz Paulo Conde, ex-Prefeito do Rio de Janeiro, bom prefeito. O Sr. Conde, que é um belo arquiteto e urbanista, não entende nada de política de recursos hídricos. E mais, o Governo nomeia o Sr. Conde sob o signo de uma chantagem anunciada, vou dar nome aos bois, pelo Deputado Eduardo Cunha. Ele diz assim: não se aprova a CPMF se não se nomear para Furnas. E se se nomeia alguém que não está preparado para lidar com recursos hídricos, teremos problemas na hora de nós próprios lidarmos com um recurso que é um dos bens mais fundamentais, como *commodity*, na virada do século XXI, que é a água.

Então, está o Governo se dobrando à chantagem política: não passa; só passa a CPMF se se der ao seu Eduardo Cunha o que ele quer, e o que ele quer é uma sinecura em Furnas. Isso não é aceitável!

O Governo deve procurar a Oposição e negociar conosco a CPMF. Negociar conosco, olhar nos nossos olhos e saber que o nosso voto não custa um tostão; o nosso voto não custa cargo público nenhum; o nosso voto não custa, a não ser nos convencerem de que a tese é boa para o País.

Então, qual é a posição do PSDB, que, aliás, difere da dos Democratas nesse episódio? A posição do PSDB é: aprova a CPMF, 20% para os governadores do apurado, 10% para os prefeitos e, ao mesmo tempo, começa-se a cumprir aquilo que foi decidido pelo Senado, no bojo da reforma tributária que foi para a Câmara, que é se começar a reduzir as alíquotas da CPMF, para, em cinco anos, nós termos uma alíquota meramente simbólica. É o que nós queremos.

Nós não queremos Furnas; nós não queremos fornos; nós não queremos farnos; nós não queremos

fornos; nós não queremos firmos; nós não queremos infernos. Nós não queremos nada.

Nós queremos apenas que este Governo dialogue conosco e pare de ceder a esse tipo de chantagem. Porque governo que cede a chantagem termina descobrindo o pior dos infernos, na sua trajetória, até o final do seu mandato. E cada dia, daqui para frente, será não um dia mais de governo, será um dia a menos de poder para o Presidente Lula. Dialogue com a Oposição. Veja o que nós queremos. Nós queremos o que é melhor para o País. Dialogue. Veja por que o PFL antigo, atual DEM, quer, de maneira radical, a meu ver, extirpar da vida pública a CPMF de uma vez só. Veja por que nós, do PSDB, queremos fazer algo paulatinamente. Mas, em vez de perder tempo com o Sr. Eduardo Cunha, em vez de ceder a esse tipo de chantagem, dialogue com quem não quer chantagear coisa alguma, com quem tem uma posição. Eu entendo que está na hora de se começar a baixar a alíquota da CPMF. Não dá para não baixar.

Agora, não posso aceitar que, depois do desastre aéreo, queiram agora fazer o apagão hídrico, dando a quem não merece, dando a quem não é competente, por chantagem política, cargos que podem redundar em escândalos, em corrupção. E vão redundar, depois, em mais uma dessas CPLs, que eu já estou cansado delas, porque não vejo nenhuma delas dar em quase coisa alguma.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de conceder os apartes, antes de encerrar. E dizer que estou me dirigindo ao Presidente Lula: Presidente, há muita coisa errada em seu Governo.

Ceder a chantagens é a pior coisa do mundo. O que é a distribuição de cargos no segundo escalão? Lotear cargos? As agências foram loteadas. Não culpe as agências, culpe o seu Governo, culpe a diretoria do seu Governo, que transformou as agências em balcão de negócios para supostamente aprovar matérias. Só vejo Vossa Excelência colhendo derrotas na Câmara, pois não aprova o que quer na Câmara. Então, por que tanto loteamento se não consegue ter uma maioria sólida na Câmara?

Aqui, no Senado, não tem maioria de jeito nenhum. Aqui, no Senado, tem de negociar ponto a ponto com a Oposição. E aqui, no Senado, para negociar ponto a ponto com a Oposição, é preciso vir altivamente conosco sabendo que aqui ninguém tem interesse em alienar opinião nenhuma. Aqui ninguém tem interesse em alienar o que quer que seja. Aqui, queremos ser convencidos do interesse nacional. E, convencidos, votamos, como sempre haverá de ser o nosso desígnio, o nosso destino: votamos de graça, votamos pelo País, votamos até protegendo o Governo dessas figuras

que ficam com as ameaças e querendo trocar cargos por isso ou por aquilo outro. Cada vez que o Governo fizer um acordo conosco, estará livre de alguém que queira chantageá-lo.

O Presidente Lula tem três anos e meio para fazer o seu Governo, Governo que ainda não começou.

Faço este apelo ao Presidente de coração: Presidente Lula, prestigie o seu Ministro Jobim, vá até o final, não ceda mais a quem quer que seja. Imponha a autoridade do Ministro da Defesa aos chefes militares. Resolva a questão da desmilitarização do controle aéreo; resolva a questão técnica e os investimentos necessários para se dar segurança aos passageiros, que estão humilhados em um País onde há o caos nas rodovias, há o caos nos portos, há o caos nos aeroportos, onde tem havido a politização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, onde tem havido o aparelhamento do Estado brasileiro como jamais se viu em época nenhuma desta República. Está na hora da mudança. E volto a dizer: Senhor Presidente, Vossa Excelência não tem três hipóteses, tem duas: uma, o diálogo altivo com a Nação; a outra, ficar cuidando dessas pesquisas que não vão lhe garantir lugar especial na História brasileira.

Ouçó o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, quero apenas lembrar a V. Ex^a e aos membros do Governo, da base aliada do Governo, que eu era Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo quando foi criada a Anac, uma agência importantíssima na modernização do sistema aéreo do País. Logo em seguida, vieram os nomes a serem indicados pelo Governo para a Anac, quando aqui, nesta Casa, levamos ao conhecimento de todos os membros do Governo a nossa preocupação com os nomes que estavam sendo indicados para a Anac. Lembro-me, Senador Sérgio Guerra – e também deve se lembrar muito bem o Senador Arthur Virgílio –, de que eu dizia o seguinte: ou o Governo não tem noção da importância e da responsabilidade de um diretor da Anac ou perdeu o juízo, porque essa é uma agência que vai, por exemplo, certificar os aviões que poderão voar no Brasil. Todo avião no Brasil será certificado pela Anac para poder voar, mas as pessoas que estavam sendo indicados naquele momento não tinham nada a ver com o sistema aéreo, não entendiam absolutamente nada de aviação e não eram sequer acostumados a lidar com a área, com o setor. E eu fiz de tudo aqui, Senador Virgílio, para impedir essa aprovação. Houve um mal-entendido inclusive, pois eu considerava uma enorme responsabilidade colocar na diretoria da Anac pessoas completamente despreparadas para o cargo. Hoje, quando essas coisas estão acontecendo, eu re-

pito aqui o que tem sido dito já por vários Senadores: o Governo é, sim, o culpado por tudo isso que está acontecendo e será na frente o culpado pelo apagão na Caixa Econômica, pois, para lá, estão sendo indicados nomes políticos; será também culpado pelos escândalos no Banco do Brasil, que está se deteriorando com indicações políticas; será o culpado com o que acontecer com o sistema Furnas, por colocar nos quadros daquela instituição pessoas indicadas politicamente, como já é o culpado, e duplamente, infelizmente, pelo enorme antro de corrupção que se tornou a Petrobras, fato que, como eu disse, foi colocado em segundo plano, Senador Virgílio, por causa dessa tragédia enorme que se abateu sobre o País. Dias antes, estava vindo à tona toda uma rede de corrupção que, hoje, está novamente nos jornais, Senador Sérgio Guerra. Hoje, há um novo escândalo que trata de corrupção por falta de licitação. V. Ex^a se lembra daqueles milhões da Petrobras, que foram em uma medida provisória e que até hoje não foram explicados? Foram sustados aqui. Foram gastos. Não foram aqui aprovados, mas nunca foram explicados como foram usados. Também o Governo é, sim, o responsável por esse outro escândalo. E o pior, é responsável pela destruição da máquina pública e pela descrença moral das instituições neste País. Portanto, a sua indignação, a sua oração indignada deve ser o tom que vai marcar, como nosso Líder, a nossa posição neste segundo semestre. Não dá mais para aceitar a desfaçatez e a insensibilidade, o menosprezo característico do Governo diante de escândalos de corrupção. Eu pensava – nós todos pensávamos – que esse menosprezo à opinião pública era só diante dos escândalos de corrupção. Mas, agora, é também diante da vida humana, da perda de centenas de brasileiros e da dor de milhares de famílias brasileiras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. De fato, recorro os alertas feitos por V. Ex^a. Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa, concederei ao Senador José Agripino, que já havia pedido. Antes, porém, respondo ao Senador Tasso Jereissati que me lembro bem dos alertas que fez, que impõem ao Senado que faça uma autocrítica. Estou propondo uma alteração legal em relação a isso.

O que reivindica o Governo, que quer desmoralizar as agências? Que em caso de caos nas agências demita, para nomear outro, mandando o projeto ao Senado. Concordo que deve haver uma forma de tirar do mandato aquele que não honrou a agência, mas é o Senado quem deve fazê-lo. A proposta que apresentarei à Casa nos próximos dias dá ao Senado o direito de tirar do mandato aquele diretor ou presidente de agência que não honrou o cargo que lhe foi

conferido pelo Senado por indicação do Presidente da República. Nada de transformar as agências em algo subalterno ao Poder Federal.

Ouçó o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu desejo fazer uma breve inserção no pronunciamento de V. Ex^a. V. Ex^a é do meu tempo, é do tempo do DAC, do tempo em que, lá em São Gabriel da Cachoeira, do seu Amazonas, como em Mossoró, no meu Rio Grande do Norte, havia um controle aéreo e havia um balcãozinho no aeroporto, no aeródromo, do DAC. Naquele tempo, a malha aérea, os controles eram rígidos, feitos por militares da Aeronáutica. Era tudo nos trinques. Não tinha arrumação e muito menos desarrumação. Muito bem, evolui-se do DAC para o setor moderno da Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, retirando-se o controle, que foi durante muito tempo discutido, do setor militar para uma agência civil, em função da modernidade, da necessidade, inclusive, de atrair investimentos e de modernizar o setor. Muito bem! A transição envolvia e envolve responsabilidade na escolha, na indicação. Aqueles que podem estar nos ouvindo, não nós que votamos, mas aqueles que estão nos ouvindo lá nas paragens do Chuí, ou em qualquer outro lugar, podem dizer: “E esses Senadores que votaram os indicados da Anac, por que é que agora estão reclamando?” Eles precisam ter uma explicação e eles precisam saber, Senador Arthur Virgílio, o tempo em que ficamos aqui remoendo a votação desses dirigentes da Anac por duvidar da qualificação deles. Foram meses de procrastinação, em que discutimos a qualificação. Até que chegou ao final de um ano e nos veio o argumento desafiador: “se vocês não votarem” – e o Governo não substituiu os nomes por nomes qualificados tecnicamente como nós queríamos... Aí vem o argumento: “Se vocês não votarem, vai ficar o caos e o vácuo completo do setor de controle aéreo e a responsabilidade será do Senado”. Votamos com a espada de Dâmocles sobre a cabeça, confiando na responsabilidade do Governo. O DAC era bem conduzido porque era conduzido tecnicamente por militares preparados. Houve a evolução para a Anac, que é moderna e tem que ser mantida. Não se vai agora querer curar a febre quebrando o termômetro. Não. As agências vão ter que continuar sim, mas corretamente, preenchidas por pessoas tecnicamente qualificadas. E que fique o Brasil sabendo que votamos a indicação dos dirigentes da Anac com a espada de Dâmocles, depois de reagirmos durante muito tempo, meses e meses, às indicações sobre as quais tínhamos dúvidas. Não que recriminásemos. Tínhamos dúvidas. Eu pessoalmente tinha. Toda a Casa tinha e votou para evitar aquilo que diziam ser o pior. A Anac tem a res-

ponsabilidade, por exemplo, da montagem da malha aérea, que é uma das causas do acúmulo de vôos em Congonhas e que terminou levando aquele vôo da TAM a pousar em Congonhas e não em Guarulhos ou Viracopos. Se tivesse pousado nesses aeroportos, não tinha morrido ninguém, mesmo com problemas técnicos, se tivesse sido o caso, mesmo com problemas humanos, se tivesse sido o caso. A malha aérea é montada pela Anac. E em boa hora V. Ex^a coloca o projeto do *recall*. Aqueles que podem nomear têm o direito de desnomear se for identificado, como o está, que não há qualificação técnica e profissional para o exercício de uma função que nos impuseram. Nós do Senado reagimos, sim. Procrastinamos o máximo possível. Fomos derrotados por um argumento que nos foi imposto: “Se vocês não aprovarem a Diretoria da Anac, o setor vai ficar anárquico, e a responsabilidade será do Senado Federal”. Nós fizemos a nossa parte, o Governo é que não fez a dele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, a malha aérea montada pela Anac foi montada a serviço das empresas. Isso é um fato. Ela privilegiou o tempo inteiro, em sua ação – essa diretoria espúria que aí está –, as empresas.

Por outro lado, volto a um ponto que julgo essencial. Percebo o Governo pensando pequeno. Ontem os Deputados do PT se regozijavam.

Li, nos jornais de hoje, até porque fiz desse último um verdadeiro recesso, retomei contato ontem com jornais, com celular, com tudo; pois bem, eu li que os Deputados do PT na CPI da Câmara estavam em regozijo porque supostamente a falha mecânica eximiria o Governo de culpa. A coisa é tão pequena, é tão diminuta, é tão anã, é tão nanica, é tão de nanismo, é tão pequena, repito, é tão mínima, é tão mesquinha, é tão medíocre, é tão irrelevante, é tão incapaz, é tão inconseqüente, é tão menor do que o Brasil, é tão abaixo do que o Brasil exige de seus homens públicos que parecia que se se encontrasse um álibi para o Governo – e a palavra é esta, álibi – a Pátria estaria salva. Seriam então devolvidas as vidas dos onze amazonenses que morreram num vôo que saiu do Rio Grande do Sul. Eu li quantos do Rio Grande do Norte e não sei identificar quantos do Rio de Janeiro. Sei que a maioria era do Rio Grande do Sul, a começar pelo meu querido amigo Deputado Júlio Redecker. Mas parece que tinha que se achar um álibi. Daí o “top-top” do professor Marco Aurélio Garcia, que já vem fazendo mal às decisões do Presidente da República há muito tempo.

Professor Marco Aurélio Garcia, eu sou diplomata de carreira, afastado, mas ainda assim curioso. Há muito tempo que leio e gosto de ler as matérias que mais me aprazem. O professor Marco Aurélio Garcia é

um dileitante. A rigor da prática de política externa, ele entende tanto quanto eu entendo de mecânica quântica, e eu não entendo nada de mecânica quântica. Ele não entende nada de política externa. Mas eu não sabia que ele era capaz da falta de decoro, eu não sabia que ele era capaz da falta de respeito. Eu pensei que ele fosse uma pessoa extremamente educada, Senador Jereissati, fina, uma pessoa que tivesse espírito público. Eu dizia que ele não entende nada de política externa. Isso é verdade. Tragam-no aqui para um debate na Comissão de Relações Exteriores que eu provo que ele não entende nada de política externa.

Muito bem: eu digo que ele não é obrigado a entender de política externa para ser educado; então ele, numa dança macabra, com aquele outro mequetrefe dele, o mequetrefe fazendo outro gesto – prestamos atenção no “top-top” de um, mas não prestamos atenção talvez no gesto do mequetrefe que estava junto. Estavam os dois numa dança macabra tentando, meramente, livrar a face de um Governo que só poderia livrar a sua face se tivesse tomado as providências antes. E só pode se regenerar perante a história se tomar as providências agora! E sem essa coisa de relaxa e faz não sei o quê! Sem mais desrespeito, sem mais prometer data, hora e dia para acabar. Sem executar efetivamente um programa conseqüente e coerente que faça doer as empresas e que mexa com os interesses até das pessoas comodistas que acham que é bom manter aquele fluxo tão alto em Congonhas porque está perto da casa delas no Jardins. São pessoas que querem, mas não querem que tirem o aeroporto de lá ou que se diminua o fluxo do aeroporto de lá. Fico impressionado como conseguiram reduzir um problema tão grande a algo tão pequeno.

Ouçõ o Senador Sérgio Guerra. Em seguida, os Senadores Papaléo Paes, Mão Santa, Flexa Ribeiro e Valter Pereira para encerrar.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur, mais uma vez seu discurso é convincente para os que querem ouvir. E são muitos os que querem ouvir. Esta crise que está aí vai se repetir outras vezes. Ela tem origem no fato de que o Presidente Lula, eleito pela grande maioria do povo, em vez de fazer uma reforma política e estabelecer uma agenda construtiva para o País, fez um mensalão. O mensalão nada mais foi do que a instalação de uma política de desmontagem dos partidos e de formação de uma maioria em troca de benefícios. No sentido mais prático, foi dividindo o Governo, de maneira completamente precária, com aliados que lhe dão votos na Câmara e eventualmente no Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu pergunto: dão votos?

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – A minha impressão é de que dão votos em votações nas quais, muitas vezes, o Governo nem insiste.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quando não é irrelevante, dão. Quando é relevante, o Governo pede. É essa a prática.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Quando é relevante, continua o mecanismo de pressão e contrapressão. Está aí visível, nesse caso do Luiz Paulo Conde, que é uma pessoa de qualidade – quero atestar isso. Eu o conheço e é uma pessoa de qualidade, mas não para presidir Furnas, como disse com absoluta clareza o Líder Arthur Virgílio. Minha impressão é de que chegamos a um limite para isso tudo. A sociedade não pode mais dizer que está indignada, porque é óbvio que está indignada. Querer reduzir a indignação da sociedade a uma passeata dos que protestaram legitimamente nas ruas de São Paulo é querer tapar os olhos com uma venda e não perceber, evidentemente, um cenário brasileiro de profunda e total desestruturação. O grau de apoio das instituições, de uma maneira especial do Congresso, nunca foi tão baixo. O que se salva disso? Entre aspas: o discurso olímpico do Presidente da República, que, orientado por marqueteiros sem o menor compromisso político, afirma qualquer coisa para manter aquela popularidade que sustenta o PT e a aliança que ele preside. Acho que chegamos a um limite mesmo! Este segundo semestre deve ter, para nós, a seguinte significação: nenhuma vacilação. Tratamento absolutamente coerente. A população espera coerência de nós. Não importa que em eventual votação tenhamos minoria. Não importa que pretextos possam ser lançados contra nós, ameaças imprudentes, equivocadas, de que vamos parar isso, vamos impedir aquilo lá na frente, estamos causando imenso dano ao povo brasileiro. Nada disso. Vamos quebrar de vez essa história de amizade por amizade, esse clima que gera certa permissividade e vamos ter uma atitude dura mesmo, segura. Não precisa ser agressiva não, basta ser segura, coerente. O que a população exige de nós é coerência. O Governo não vai melhorar. Há esta crise que está aí, já foi dito aqui antes que haverá outras crises com a mesma natureza. O Governo se organizou de maneira equivocada. Em vez de aperfeiçoar as instituições, de fortalecer as empresas, de nomear pessoas que tenham qualificação, adequação, o Governo aceitou indicações para montar uma maioria que nem sequer ele usa porque governa por medidas provisórias. Governar, não. Governar não é o que este Governo faz. Não governa nas estradas, não governa na educação, não governa na saúde, não governa no meio ambiente, porque essa história de remeter para quem trabalha na proteção do meio ambiente as cau-

sas que impedem o desenvolvimento é um equívoco, uma injustiça, uma simplificação. O Governo não tem liderança, nem autoridade para presidir com equilíbrio a ação da área de meio ambiente, de engenharia ou de desenvolvimento. Não tem equilíbrio nem competência para fazer a preservação do meio ambiente brasileiro, o que é absolutamente prioritário. Em vez de construir instituições sólidas, trata de desagregá-las, trata de reduzi-las, de eliminar o direito delas de se manifestarem. Eu não tenho nada a ver com corporativismo. Nós não temos nada a ver com isso. Não gostamos disso, mas não gostamos dessa fraude que se instalou no País para manter o quê? Um equilíbrio que não tem conteúdo. O equilíbrio que o Presidente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O equilíbrio que o Presidente Lula conquistou é baseado em uma falsa aliança política que não tem coerência nenhuma – é absolutamente incoerente – e em promessas que não tem elementos técnicos para cumpri-lo. Se o Presidente quiser levar o PAC adiante não pode. Essa história de que a Ministra Dilma Rousseff é competente... Venha cá, mas eu não estou confirmando isso não. Lá no Ministério das Minas e Energia foi uma confusão. A confusão está instalada e vai faltar energia. E agora, no Governo, está pior do que antes. Não tem nada, não tem solução; é só conversa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Leilão de energia nenhum dá certo.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Só conversa, só promessa. E quando as promessas não são cumpridas, quando a migração começa a se manifestar, vem o Presidente para falar de elite e povo. Na verdade disso é uma grande fraude. Não é muito diferente do Hugo Chávez. Não há grande diferença não. Por quê? Porque as grandes instituições democráticas aqui são mais sólidas, mas a atitude do Presidente daqui e do Presidente de lá são as mesmas, só que os métodos são diferentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Sérgio Guerra, me dá V. Ex^a espaço para tocar na questão democrática.

O Presidente Lula ficou ofendido com uma vaia.

O Senador Tasso Jereissati disse-o muito bem, a grande diferença é que ele organizava as vaias e até participava delas quando se tratava de apupar o Presidente Fernando Henrique.

Aliás, ele construiu isso, disse muito bem o nosso inesquecível Deputado Júlio Redecker, cujos discursos eu estava lendo. O Deputado Júlio Redecker disse que não entende essa falta de tolerância com as oposições

por parte de um presidente de um partido que construiu a sua sólida participação na vida brasileira, Senador Flexa Ribeiro, precisamente fazendo uma oposição até intolerante, o que não é o nosso caso.

Veja bem, Senador Sérgio Guerra: o Presidente Lula ficou ofendido com a vaia. Eu queria de novo me dirigir ao Presidente, dizendo que não fique ofendido com vaia. Vaia é normal. O Presidente não é um gênio. Fui a um *show* do Tom Zé, de música popular brasileira, e o recomendo a todos...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Só uma palavra, Senador. Eu estava em Pernambuco no lançamento da pedra fundamental de uma refinaria – também estavam lá o Presidente Chávez e o Presidente Lula –, e o Governador Jarbas, que tinha 88% de apoio da população pernambucana, foi vaiado por 42 minutos, na frente do Presidente da República, pelo PT. Só havia o PT lá, não havia outro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos, então, ao passado: a campanha das diretas, Senadora Lúcia Vânia. Nós tínhamos o PT como o irmão mais novo. O irmão mais novo pode quebrar as coisas em casa, e quando vamos puxar a orelha dele, a tia mais velha, solteirona, não nos deixa dar o castigo que ele merece. Assim nós nos criamos. Quando digo nós, eu me refiro aos que têm um pé na Esquerda brasileira.

Senador Sérgio Guerra, nós vimos o PT nascer fazendo o seguinte: na campanha das diretas, por exemplo, quando chamava o sindicalista e líder popular Luiz Inácio Lula da Silva para falar, todos nós o apoiávamos e o aplaudíamos. Se chamava Franco Montoro para falar, o PT vaiava. Se chamava Ulysses Guimarães, o PT vaiava. Se chamava Fernando Henrique Cardoso ou Mário covas, o PT vaiava; ou seja, tinha o direito de vaiar, mas nós não tínhamos o direito de devolver na mesma moeda nem passava em nossas cabeças fazer isso; queríamos unidade. A vaia não foi orquestrada; foi uma vaia espontânea da população, certamente como reação a esse caos da infra-estrutura brasileira. Não podemos evitar a vaia. Ele tem de aceitá-la com o mesmo respeito com que ele aceitaria o aplauso, e ele tem de aprender aceitar o aplauso sem vaidade. Tem de aprender aceitar o aplauso sem jactância, aceitar o aplauso como ser humano que, porventura, foi visto naquele momento como uma pessoa boa para o seu povo. Não tem de aceitar o aplauso como se ele fosse uma divindade, porque não é uma divindade. Tem de aceitar o aplauso e a vaia com respeito. Fora disso, ele está inadequado à democracia brasileira. E não há força humana capaz de destronar a democracia que ele, inclusive, ajudou a construir, não como seu principal líder, como ele próprio gosta de dizer, mas como um dos líderes importantes que foram às ruas

para enfrentar o poder militar que massacrava a sociedade civil brasileira.

O Presidente Lula está ofendido com a vaia. Eu pergunto: meu Deus do céu, que direito tem ele de cercear a manifestação popular?

Mais ainda, Senador Sérgio Guerra, dizem os dirigentes do Partido dele: “Isso é coisa do DEM e do PSDB”. Olha, eu posso até assegurar que, infelizmente, do PSDB não é, porque o meu Partido não é um Partido de massa. Ele é um Partido que tem muito voto. Já elegeu duas vezes o Presidente da República, dirige 51% do PIB brasileiro por meio dos Estados, mas o nosso Partido não põe duzentas pessoas na rua. É um Partido que (aqui para nós) deveria ser menos, é um Partido de pessoas que não são capazes de mobilização.

Agora, eu pergunto: e se nós quiséssemos ir para a rua vaiar o Presidente? Qual o problema de vaiar o Presidente da República na rua? Qual o problema? Quem vai impedir o PSDB – se ele quiser ir à rua fazer isso, mudando até o seu estilo – de vaiar o Presidente? Qual é o problema? Ele, o Lula, foi preso; eu, Arthur, fui preso, para nós termos uma democracia em que qualquer um pudesse vaiar. Ele vaiou o Fernando Henrique, eu posso vaiá-lo se eu quiser, eu posso vaiá-lo se eu quiser. Eu não o vaio até por defeito do meu Partido, que não tem militância aguerrida para ir à rua como o Partido dele tinha, ou tem – não sei se ainda tem, mas tinha nos bons tempos da Oposição. Qual o problema se os Democratas vão à rua para vaiar o Presidente? Ele passou a vida inteira fazendo isso. Qual é o problema? A democracia é o quê? A democracia é o áulico? É o bajulador? A democracia é quem incensa? A democracia é quem mente para o Presidente? A democracia é quem diz que está tudo bem, quando o povo do Maracanãzinho achava que não estava bem?

Ouçó o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a não só honra o PSDB, como ainda mais esta Casa. V. Ex^a nos dá oportunidade de fazermos algumas reflexões importantes para o País, como disse o Senador Sérgio Guerra. E quem ouvir o seu pronunciamento tem muito a tirar de positivo para o País. Falando do problema da aviação no Brasil, V. Ex^a referiu-se à Anac e ao comportamento dessa agência que deveria ser dirigida por eminentes técnicos. Hoje, há uma politicagem na Anac, que traz uma desconfiguração de tudo aquilo que gerou as agências, a fim de que tivessem um corpo técnico à altura de poder orientar as áreas a elas subordinadas. Percebemos que o Senhor Presidente da República, diante dessa crise da aviação, sempre procura se esconder atrás de

algum móvel ou de algumas pessoas; ele se esconde da crise. O Presidente Lula cometeu um gravíssimo erro, quando sequer teve a dignidade de comparecer para prestar homenagem póstuma às vítimas e manifestar solidariedade às famílias dos acidentados. Em contrapartida, aquelas duas autoridades, o Governador do Estado de São Paulo e o Prefeito do Município de São Paulo, fizeram questão de comparecer para prestar solidariedade e, muito mais ainda, mostrar sua responsabilidade de homem público. O que vemos neste País, Senador Arthur Virgílio, é algo muito grave: estamos vendo uma crise de autoridade. O Presidente da República caberia muito bem, com esse comportamento que tem, num regime parlamentarista, que seria o regime ideal para o Senhor Lula. Ele poderia passear à vontade, dizer que não sabia de nada, fazer os seus discursinhos fajutos para atingir um determinado contingente da população, enfim. O que as famílias estavam precisando era ver a sua frente a figura do Presidente. O Presidente da República significa, para uma família, um chefe de família. Temos que ter um bom exemplo à nossa frente para podermos nos orientar bem. E o Presidente não dá esse bom exemplo. O exemplo que o Presidente dá é o da omissão, e o exemplo da omissão não faz nenhuma sociedade evoluir. É isso que estamos vendo no nosso País. Nós estamos vendo, em diversos setores, a desorganização. Nós precisamos ter uma análise política do quadro brasileiro, que tem de caracterizar o regime no qual vivemos agora. Será que é um regime democrático, na sua essência, onde o Presidente da República compartilha de um processo que quer fazer a desmoralização do Judiciário, que quer promover a desmoralização do Legislativo, que é um dos esteios da democracia? Onde estamos? E caracteriza muito mais quando começa a mandar para cá uma enxurrada de medidas provisórias. E a função do Legislativo? Onde está o Legislativo nisso tudo? Nós estamos nesta Casa, que é a Casa que produz leis, que analisa leis, que julga leis, que aprova, ou não, leis, à mercê do Executivo, trabalhando somente sobre medidas provisórias. Então, esse superpoder por meio das medidas provisórias tem de ser reavaliado nesta tal de democracia em que vivemos. O que é que gera essa falta de autoridade do Presidente da República? Gera aqueles gestos obscenos dos seus principais assessores, mostrando ao povo que estão defendendo única e exclusivamente o lado político deles. Não interessa quantos morreram ou quantos vão morrer em acidentes aéreos. O que interessa para o Governo é saber se foi o piloto, se foi a companhia, se foi o avião, se foi defeito técnico, pois não tem nada com isso. O que é isso? Que falta de respeito! Que falta de consideração com este povo brasileiro, que precisa ter um Presidente da

República que demonstre sua imagem de Presidente! Sinceramente, sem querer diminuir ninguém, quando você via um João Figueiredo, via um Presidente da República; um Itamar Franco, um Presidente da República; um Fernando Collor, que foi cassado, um Presidente da República; Fernando Henrique, um Presidente da República. Hoje, você olha para a imagem do Lula e diz assim: não, é um operário que está no poder. Aí o pobrezinho diz: ah! isso é um paizão! Mas ninguém vê a imagem de alguém que quer o bem da sociedade, que tem responsabilidade com a sociedade. E isso está sendo demonstrado com os mensalões, com as corrupções, com o número de amigos do Presidente, pois não há um que conviva no primeiro escalão dele que não tenha sido punido por falcatruas e erros cometidos neste Governo. Então, Senador Arthur Virgílio, temos de avaliar essas indicações técnicas para essas agências. Temos de fazer nossa *mea-culpa*, pois somos os culpados, sim. Nós, muitas vezes, ao aprovarmos nomes que o Senhor Presidente nos manda, fazemos composições políticas por sabermos, antecipadamente, que o Governo já tem em tal comissão número suficiente para aprovar. Mas deveremos mostrar a nossa responsabilidade, não acompanhando o Governo e votando “sim”, mas votando contra para marcar o nosso posicionamento e chamar a atenção de que ali não estamos servindo de bonecos para ouvir discurso de quem é indicado e, posteriormente, votar a favor. Eu não faço isso. Voto com a responsabilidade que o povo me deu. Sr. Senador Arthur Virgílio, nosso Líder do PSDB, o Presidente da República está com essa história de ficar legislando, substituindo, usurpando o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, e hoje aqui, no plenário, o Governo quer que engulamos goela abaixo duas medidas provisórias, entre elas a do Ibama, que cria o Instituto Chico Mendes. Aí, encontro um companheiro que diz: não podemos votar isso, somos do Norte e temos uma responsabilidade muito grande. É, mas se não votarmos, não vai ser votado o Supersimples. Ninguém pode ficar nesse troca-troca. O Supersimples que espere. Quanto à medida provisória do Ibama, se o Governo tivesse responsabilidade absoluta com a democracia, ouviria os funcionários, os técnicos do Ibama, e estaríamos votando hoje, compondo uma lei que realmente viesse a contemplar todas as necessidades de que precisamos para um controle do meio ambiente e, fundamentalmente, acabar com essa indecência de fazer artimanhas para o Governo criar cargos e mais cargos para sustentar caixinhas de campanha nos diversos Estados. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, e parabéns a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu é que agradeço a V. Ex^a pelo lúcido aparte.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro e, depois, aos Senadores Mão Santa, Valter Pereira e Wellington Salgado de Oliveira, para encerrar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a como nosso Líder, e com muita honra, voltou retemperado do recesso e faz hoje um pronunciamento da melhor qualidade, que mostra ao Brasil a incompetência do Governo Lula na questão da gestão federal. Disse ainda há pouco que estávamos aqui discutindo o efeito, temos de discutir a causa. As agências reguladoras sempre foram vistas por este Governo, desde o primeiro mandato, como um entrave, e houve tentativas de menosprezá-las, de diminuí-las em suas ações necessárias à defesa dos interesses dos usuários, dos serviços que cada uma tem que regular, com a retenção, o engessamento dos recursos financeiros, com o famoso contingenciamento. O que levou, inclusive, o Presidente da Anatel, na época, indicado ainda no Governo Fernando Henrique, a pedir demissão por não aceitar a forma como estava sendo inibida a ação da Anatel, que tinha recursos suficientes, e tem ainda, da ordem de R\$2 bilhões, e que só são liberados recursos no volume de R\$250 milhões a R\$300 milhões. Isso acontece em todas elas. Pior na Anac, que foi criada no Governo Lula, onde ele faz as indicações, como sempre o faz em todas as funções, usando os seus companheiros políticos. Eu acho que isso é normal. Eles ganharam a eleição e nós temos de reconhecer a sua vitória. Mas, antes de ser o seu companheiro político indicado, tem que levar junto a competência para a função a qual ele está sendo indicado e não apenas usar as funções públicas para colocar o PT na gestão, sem competência. E aí, Senador Arthur Virgílio, eu lamento. Nós estamos aqui desde as dez horas da manhã, Senadora Kátia Abreu, fazendo diversos pronunciamentos, mostrando a deficiência da gestão do Governo do Presidente Lula, e a Base do Governo não se coloca em defesa do Governo, não se manifesta, como o Presidente deveria ter feito, sobre o lamentável e dramático acidente; não reconhece que não fez os investimentos necessários, nem pede desculpas à Nação brasileira, às famílias enlutadas. Não! Apenas se omite. Somente três dias depois faz uma nota de solidariedade, que foi atacada por membros das famílias de pessoas vitimadas, como se ele não tivesse sentimento de constrangimento, de emoção, de comoção de que a Nação brasileira toda foi tomada. Nosso Líder tem toda a razão. Eu estava aqui olhando os Senadores Romero Jucá, Líder do Governo, o Senador Mercadante, o Senador Suplicy... O Senador Suplicy, que era o último dos moicanos e que não deixava de defender o Governo, está aqui há cinco horas ouvindo se falar do Governo e não diz

nada, não o defende. Agora, para surpresa minha, o meu amigo, Senador Wellington Salgado de Oliveira, levanta o seu microfone pedindo um aparte a V. Ex^a. Segundo ele disse há pouco, vai manifestar uma posição contrária à do Senador Tasso Jereissati, tirando a cera do ouvido do Presidente Lula, que, como o Senador Tasso disse, está com problema de audição. Senador Arthur Virgílio, estou atento para ouvir o aparte do Senador Wellington Salgado, que, com certeza, indicará um médico para atender ao Presidente Lula e fazer essa retirada da cera. Parabéns! Vamos assumir nossas responsabilidades – como disse o Senador Papaléo Paes – na votação das pessoas que vão ser indicadas aqui. Que elas possam, sim, ser indicadas pelo PT, que possam ser indicadas pelo Partido da Base do Governo, mas elas têm que ter competência para exercer os cargos para os quais estão sendo indicadas. E nós, com a responsabilidade que temos, não podemos abrir mão dessa prerrogativa do Senado. Como V. Ex^a bem disse, se alguém tiver que ser demitido, terá que ser demitido pelo Senado, porque as agências reguladoras têm que ser independentes na gestão da regulação dos serviços públicos. Parabéns, Senador Arthur Virgílio!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelo consistente aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a Mesa realmente foi tolerante...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ... e tem sido tolerante...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Reconheço isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – ... com relação não só a seu pronunciamento mas, também, a de outros Senadores que falaram antes de V. Ex^a. Sendo assim, eu gostaria de pedir a V. Ex^a e aos apartes que fossem breves, porque há outros oradores inscritos que desejam falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, eu ouvirei os Senadores Mão Santa, Valter Pereira, Wellington Salgado e Eduardo Suplicy de uma vez; eles seriam breves, e eu responderia brevemente a cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e reconheço a tolerância da Mesa para

com este seu modesto colega representante do Amazonas.

Senador Mão Santa, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, na democracia, existe o conceito de liberdade e igualdade; então, a tolerância tem de ser a mesma para todos. Vim aqui para este lugar de Antonio Carlos. V. Ex^a está ocupando essa tribuna tão bem ocupada, às vezes, por Rui Barbosa, por Joaquim Nabuco, por Afonso Arinos, representando as Oposições. Senador Arthur Virgílio, em homenagem a Antonio Carlos Magalhães, eu ia buscar o maior dos artistas, que é o baiano Ricardo Chaves, afilhado de Antonio Carlos Magalhães. E Antonio Carlos, ali presidindo, está ligado com o mundo pelo telefone. Antonio Carlos Valadares, o afilhado de ACM, Ricardo Chaves – para mim o maior artista baiano –, eu ia aos *shows* dele e o ouvia no final cantando assim: “Acabou, acabouou...”. Kátia, eu quero dizer que acabou esse negócio de acordão aqui. Nós demos uma demonstração aqui liderados pelo Papaléo. Eu estava preparado para falar diante do Presidente Renan, mas S. Ex^a deve estar ouvindo na televisão e eu não vou mudar. Todo mundo me conhece e vai ser. Eu ia dizer: Presidente Renan, V. Ex^a tem demonstrado firmeza, não resta dúvida, e me lembra de Napoleão Bonaparte lá na Ilha de Santa Helena, quando ele, já morrendo, disse: “Eu não fui bom, eu não fui mau, eu não fui corrupto, eu não fui tirano... Mas eu fui firme”. Admito que o nosso Presidente está sendo firme, mas a firmeza dele tem que ser demonstrada, quando ele ganhou o meu voto, por fidelidade, porque eu sou fiel – pode perguntar a Adalgisa, eu sou fiel. Então é o seguinte: atentai bem, pelo PMDB, porque ele era... Eu quase o traí ali no José Agripino... Mas eu fui fiel e votei, mas não esqueci o discurso de V. Ex^a, Presidente Renan: “Vou diminuir e acabar com as medidas provisórias”. Ô Renan, comece agora, aqui é que eu quero ver a sua firmeza. Essa aí é uma imoralidade. De urgência sei eu. O Lulinha não sabe nada do que é urgência. Eu sou médico, há 40 anos cirurgião de urgência. E urgência é apendicite, é hérnia estrangulada, é bala, é uma facada, ô Tasso, é uma prenhez ectópica. Isso de Ibama, floresta é uma ignorância e uma ignorância audaciosa. Ô Antonio Carlos Valadares, ele vai completar agora 18 anos. Agora que atingiu a maturidade. Dezoito, Dezoito. E eu sou professor de biologia. Waldomiro Potech. Ecologia. Então, dezoito! E aumentam os gastos! Todos nós... Eu fui prefeitinho, governei o Estado do Piauí... Está aí o Tasso que simboliza... E o Presidente já está chegando a 24 mil nomeações a critério próprio! Bush só nomeou 4.500; o substituto de

Tony Blair, só 150 pessoas; o Sarkozy, ô Tasso, 350; na Alemanha, 600. Aqui vai para 24 mil. Primeiro, isso não é urgência! Isso tem de ser medida provisória? Ô Renan, de um lado está Romero te atentando para votar isso ligeiro; do outro, eu estou atentando: tu transformas isso em lei... Em lei! Está aí Rui Barbosa: “Só tem um caminho e uma salvação: é a lei e a justiça”. E isso é eletivo – é como nós chamamos em cirurgia –, vamos ver se há razões para fazer. Mas que aumenta, aumenta! E cadê esse PT? Cadê? Está aqui! Olhem as caras! Focalize a televisão um por um. Não vai ter mais não! Acabooooou, acabooooou! Em homenagem a Antonio Carlos, o maior cantor: Ricardo Chaves. Acabou esse negócio de “acordão”! Eu não tenho acordo com ninguém! Eu estou no PMDB com vergonha. Tem gente que não tem nada e não tem nem vergonha de estar querendo mandar no PMDB! Em 1972, na minha cidade, com Elias Ximenes do Prado, antes de Ulysses, 1972, nós ganhávamos uma prefeitura. Então, é muita história. Acabooooou, acabooooou! Cadê a Líder do PT aí para cantar? Ela que é cantora. Vá aprender com Ricardo Chaves, porque o samba agora é esse! Acabou esse negócio de “acordão”! Não tem ninguém aqui para votar. Como vamos votar, enterrar e fazer parir essa imoralidade do Instituto Chico Mendes? Se fosse ao menos Chico Mão Santa, ainda ia. Por quê? Não vai pelo seguinte: Sr. Mercadante, com todo respeito e admiração – V. Ex^a merece, pois, para mim, é o melhor nome do seu Partido –, atentai bem! Sou mais vivido do que V. Ex^a; sofri mais do que V. Ex^a. Tenho 64 anos de idade. Olhe para cá! Um médico-cirurgião de 40 anos de serviços. Eu sei o que é urgência numa santa casa. Se eu não fosse Senador pela bondade do povo do Piauí e morresse – sei lá, há tanta morte, às vezes, nem sabem quantos morreram –, sabe quanto a viuvinha Adalgisa iria ganhar? Pouco mais de R\$2 mil. Kátia! Cirurgião concursado, com 40 anos de profissão, que lutou em santa casa. Enquanto isso, pilantras aloprados – ô Renan, seja firme; ô momento de dignidade; ô Alagoas! –, pilantras aloprados entram ganhando R\$10.448,00. Senador Aloizio Mercadante, digo isso com todo o respeito a V. Ex^a e muito mais a seu pai, General do glorioso Exército – sou da reserva não-remunerada, fiz o CPOR.

Meus generais, meus almirantes, meus brigadeiros deste País, quem de vocês ganha R\$10.448,00? São os aloprados que estão aí na folha de pagamento desse instituto. Vamos tomar o nome de Chico, que lembra São Francisco: Onde estiver o erro, que eu leve a verdade. Isso é o erro, isso é imoralidade, isso é indignidade. Vamos fazer uma lei, vamos estudar, vamos ouvi-los. A natureza está aí, não é urgente não, a natureza é lenta. Essa é uma reforma da natu-

reza. Vai atingir dezoito anos, Tasso. Criaram o Ibama. Agora que está atingindo a maioria vão capar, vão dividir, Arthur. E não estou liderando nada. Sou lá do meu Piauí. A Amazônia, a natureza, quis Deus ser aqui. Foi o Papaléo, que acredito, que leio. E estava ali presidindo muitas vezes e já vi o Papaléo fazer uns três discursos sobre esse negócio. Acredito em você e estou com você. Vamos transformar isso em lei, e não passa não. Se passar, eles têm que mostrar aqui, os PTs, aqui. Conte, não tem quarenta e um aqui, como é que pode passar? Não vamos viver enganando não. Isso é uma farsa. Estou aqui porque acreditei que o bem vence o mal. Virtude, decência, dignidade. E esse negócio de chantagem, colocar em jornal, peço uma CPI é na minha vida toda, sessenta e quatro anos de idade. Ô Tasso! E dou é agora permissão para buscarem minha vida, do primeiro cheque que dei, era do Banco da Lavoura. Quem tem medo de chantagem? Vida é aberta. Ô Antonio Carlos Valadares, eu não sei, mas são R\$10.448,00. Centenas de aloprados vão ser nomeados, ganhando R\$10.448,00, sem uma discussão, num acordo. Isso não é acordo não. Isso é bandalheira. Isso é safadeza. Isso é submissão. Isso é sem-vergonhice. Isso é como o Ciro disse, o Ciro, que é do PT. Eu trouxe o jornal. Pode gravar e me levar. Mas foi o Ciro. Eu vou junto com ele. Ele é Deputado. Ele disse que este é um Governo da esculhambação. Lá no Ceará – eu trouxe o jornal –, todos os hospitais estão sucateados. Por isso foi a vaia. Fazer acordo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ô Antonio Carlos, em homenagem ao outro Antonio Carlos, que foi para o céu, atentai bem, isso é como o livro de Deus dá. Só está em cima de Rui, nosso patrono, Cristo. É a porta larga da vadiagem, da corrupção, da malandragem. Estamos aqui na porta estreita. Então, eu queria dizer o seguinte. Este Senado, eu vi o Presidente Sarney dizer, nunca faltou ao País. Não faltou mesmo. São 183 anos. Eu vi, Tasso, a autoridade Renan, é moral. Quis Deus eu estar ao lado de Petrônio Portella. Fui atraído para a política por Petrônio, por Chagas Rodrigues, por Lucídio, por Wall Ferraz, que tinha decência e dignidade, foram esses homens que me atraíram para a política. E não foi... Mas eu estava, por acaso, ao lado de Petrônio Portella quando veio a ordem para fechar este Congresso Nacional. Senador Papaléo Paes, aprendi que a autoridade é moral. Senador Tasso Jereissati, ele só disse uma frase para a imprensa toda: “É o dia em que tenho mais vergonha na minha vida, é o dia em que estou mais triste”...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – “É o dia mais triste da minha vida”, Senadora Kátia. Essa palavra, com autoridade moral, saiu daqui, e os militares mandaram reabrir este Congresso. Mas reabriu não foi para ser submisso. Ô Renan, e os vetos? Ô Renan, mostre firmeza! O da Sudene, em homenagem a Antonio Carlos Valadares, que, com Tasso Jereissati, com todos nós... O Presidente criou no papel para fazer discurso demagógico e enganar o povo. Tirou a vida, o oxigênio da Sudene, aquilo por que trabalhamos tanto tempo! Antonio Carlos Magalhães. Então, Renan, para poder dizer, como Napoleão, “Eu fui firme”, coloque, amanhã, ou terça-feira, esses Romeros para buscarem voto para derrubarmos o veto. Esta Casa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... é para fazer isso. E esse Luiz Inácio não é mais macho do que eu, não. E eu vou dizer o seguinte, Tasso, essa história de macho tem a ver com V. Ex^a. Eu conheço esses pilantras. Vem um dinheiro para recuperar umas estradas. Aí eu vi – eu tinha sido prefeito, e o Luiz Inácio não foi – que era exorbitante, eram 260 para recuperar, esse tapa-buraco safado que existiu aí. Eu olhei assim e fui telefonar para V. Ex^a, que me mandou. Aí sabe o que ele disse, Tasso? A roubalheira vem longe. O seu técnico disse: “Olha, para fazer no morro é 90 mil”. Para consertar era 260 – esses bichos que já existem aí, esses malandros – e para remendar era cinquenta, sessenta. Aí vieram: Não, nós vamos fazer por tanto. O dinheiro vem de Brasília. Mas se eu for Governador, para não ter moral de fazer o que é direito... E o Tasso fala assim. Ele não é mais macho do que eu. E aí estão as estradas feitas. Então eu quero dizer, Renan, para V. Ex^a poder dizer como Napoleão Bonaparte: Eu fui firme. Na terça-feira, coloque esse seu Romero para buscar voto para derrubarmos o veto com que foi enterrada a Sudene. Em homenagem a Antonio Carlos e em homenagem ao Nordeste, porque o Lula nasceu lá, mas se esqueceu que nasceu lá. Essas são as nossas palavras. E a sua responsabilidade, Arthur, é grande. E lembro de Afonso Arinos, quando, num mar de corrupção dos Gregórios, disse: Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o sangue? V. Ex^a disse: Será mentira que esse Governo é o campeão da corrupção em 506 anos?

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Peço aparte a V. Ex^a, ou ao Senador Mão Santa?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O horário de liderança tem um certo limite regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na verdade, dessa vez parece até que eu concedo. Senador Aloizio Mercadante, estando eu com a palavra, concordo que V. Ex^a fale pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço.

Eu queria ponderar ao Senador Arthur Virgílio se ele poderia concluir, porque tivemos a manhã inteira dois a dois na tribuna praticamente. Estou inscrito já há bastante tempo e gostaria de usar a palavra para expressar o meu posicionamento nesta manhã. Temos uma certa tolerância regimental, mas hoje ela extrapolou todas as possibilidades. Solicito, portanto, que haja um verdadeiro debate no plenário do Senado, para que possamos ter a interlocução. Enfim, solicito que se respeitem um pouco as lideranças e as inscrições dos demais senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu pediria aos apartes que faltam que utilizassem dois minutos. Vamos então atender à ponderação do Senador Aloizio Mercadante, porque ele tem todo o direito, uma vez que está inscrito para falar. E há outros oradores, inclusive o que está na Presidência no momento, que será o próximo orador. Mas nem por isso deixei de permitir aquilo que já estava sendo permitido pelo Presidente Renan, uma certa tolerância ao Líder Arthur Virgílio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

(Assentimento da Presidência)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Eu não sabia que estavam abertas as inscrições, porque fomos convocados para uma sessão extraordinária, para votar, e não há nem número. Então, vou me inscrever também, porque falei com o espírito de Antonio Carlos Magalhães num aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O livro está aberto para V. Ex^a e para aqueles que queiram se utilizar desse expediente.

Eu darei, então, dois minutos a cada um dos apartes, atendendo à ponderação regimental do Senador Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o próximo é o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, não fora o fascínio do discurso de V. Ex^a, com certeza não teria tanto aparte e tanta intervenção, como ocorreu. Eu gostaria de dizer que concordo com algumas colocações que V. Ex^a fez nas críticas tecidas

ao Governo, a despeito de participar da base de apoio ao Governo. No entanto, é necessário colocar algumas coisas nos seus devidos lugares. V. Ex^a propõe uma espécie de *recall* para o Senado Federal e essa idéia é louvável. Há a proposta de V. Ex^a e outras propostas em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – acredito que uma delas seja até do próprio Senador Aloizio Mercadante. Agora, é preciso observar o seguinte: é um resgate da história. Quando começou esse processo de globalização, que ganhou grande velocidade, no Brasil, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, alguns dogmas surgiram. Um deles é o de que as agências reguladoras teriam que desfrutar necessariamente de independência. Eu sustentei, na ocasião, uma posição diferente: eu acho que as agências devem proteger-se de autonomia, autonomia gerencial, mas nunca de independência. E o que aconteceu? Aconteceu que o mandato dos conselheiros dessas agências passou a ser tratado como verdadeiro dogma: nele não se pode mexer. E a prática mostrou que é necessário, sim, mexer. E não é só no caso da Anac. O episódio da Anac deve servir de balizamento. Entendo que deve haver mandato, sim, mas deve haver o direito ao *recall*. O Senado, como representante do Estado, representante da federação, tem, sim, que revestir-se do direito de interromper uma má gestão. No caso, o que está ocorrendo hoje com a Anac é uma má gestão; e, se há a má gestão, é preciso interrompê-la, sim. Desta sorte, quero dizer que recebo com bastante interesse, com bastante aplauso, a proposta de V. Ex^a. Tem razão, vamos rever aquilo que na teoria era louvável, mas que na prática revelou-se insuficiente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado Senador Valter Pereira.

Ouçõ o aparte do Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, primeiramente, é bom tê-lo de volta. Sinto-o também descansado, chegando com a sua energia firme, colocando suas posições. Eu tenho uma posição pessoal: acredito muito nos homens e um pouco nos partidos, digamos assim, embora me orgulhe muito do meu Partido, o PMDB. Como para repetir um adjetivo do Senador José Agripino, digo que V. Ex^a é um Senador de grande quilate. Tenho certeza de que representa muito bem o Estado do Amazonas. Mas a questão que quero colocar, simplesmente eu disse para o Senador Sérgio Guerra, foi uma crítica feita de que a Ministra Dilma Rousseff não faz um grande trabalho, eu discordo plenamente. Acho que a Ministra...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Foi-me retirado um minuto. O que quero dizer é que considero a Ministra Dilma Rousseff uma grande Ministra, fazendo um grande trabalho. Agora, a questão que quero colocar para V. Ex^a, que já ocupou, no Governo Fernando Henrique, o cargo da Ministra Dilma Rousseff e, pelo que eu soube, também foi um grande Ministro, é sobre essa questão das agências, criadas no Governo de Fernando Henrique, tendo sido nomeado agora... O exemplo é só da Anac. Realmente não há controle sobre a mudança nessas agências. Isso não quer dizer que se vá praticar, a todo momento, uma mudança, coloca-se e tira-se, nada disso. Mas, quando não dá certo, para o bem do País, tem que ser mudado. Se o membro da agência não se sente capaz de dizer “não estou sendo bom para o Brasil, vou renunciar”, para que nós possamos nomear outro... Essa é uma situação normal de um grande brasileiro: sentir que não está dando certo naquele cargo, que está sendo ruim para o País, e aí ele pede...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – ...pede a demissão do cargo. Mas, na situação atual, não estão pedindo, entende Senador Arthur Virgílio? Então, eu queria saber de V. Ex^a, que participou de toda a criação das agências, qual seria o caminho para que o próprio Senado Federal, se tiver de votar a destituição de alguém, possa fazê-lo. Como poderíamos encontrar um caminho para que haja uma proteção, até por uma questão nacional. Não é que nós aqui, ou eu mesmo, queiramos mudar a filosofia das agências. Não! Acho que as agências foram muito importantes para o País. Agora, tem de haver um controle do Congresso, do Senado, sobre aqueles a quem ele nomeou. O Senado recebe a indicação e nomeia, em votação na comissão e aqui no plenário. Então, se nós erramos, ou se alguém errou ao indicar, nós temos de ter algum mecanismo de proteção, para que possamos mudar. Quanto à questão da cera que o Senador Flexa Ribeiro citou, sobre a cera no ouvido do Presidente, eu nunca vou falar sobre isso. Eu acho que o Presidente Lula sabe ouvir muito bem e sabe tomar as decisões muito bem. Inclusive, ele está hoje muito bem, com uma boa aceitação do seu Governo. É claro que passamos por momentos difíceis. Há decisões que têm de ser tomadas com tranquilidade, e ele está tomando as decisões certas. Agora, eu queria que o Senador Arthur Virgílio, um grande Senador que ajudou a criar as agências, tentasse encontrar uma solução para que pudéssemos ter controle sobre as pessoas a quem nós nomeamos. Se não deu certo, é como o fusível: não deu certo, troca-se por outro novo. Agora,

tínhamos que ter um controle sobre isso. Eu queria ouvir de V. Ex^a, que é um especialista no assunto, se há possibilidade de haver essa situação ou não?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, estou inscrito também para falar e vou procurar respeitar o Regimento, mas gostaria de dizer, especialmente, o que quero expressar e estou apresentando um requerimento de pesar pelas vítimas da tragédia do acidente ocorrido com o avião da TAM.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB também, Senador. Podemos até assinar juntos. Será um prazer para nós. O PSDB inteiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, vamos assiná-lo juntos. Quero também expressar a V. Ex^a, Líder do PSDB, o meu sentimento de pesar, especialmente pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker, e dar aqui o meu testemunho. Como Senador, tive diversas oportunidades de interagir com o Deputado Júlio Redecker. Por exemplo: ele foi relator de um projeto de lei aprovado pelo Senado, que tramitou na Comissão de Relações Exteriores, sobre diretrizes para a atuação do Governo do Brasil em negociações bilaterais ou multilaterais com outros países, e procedeu de uma maneira exemplar. Promoveu, na Comissão de Relações Exteriores, um debate, convidando diversas entidades, fez um parecer favorável e foi muito construtivo. Quando nós tivemos, na legislatura passada, o debate sobre a CPI relativa à reforma agrária, foi com ele também que cheguei a um entendimento. V. Ex^a se lembra de que havia uma redação de CPI mais sobre os movimentos sociais, quase que os criminalizando, sem dar muita atenção à violência que por vezes ocorria do lado de eventuais proprietários de terra. Nós avaliamos que ambos os lados deveriam ser objeto da maneira como se redigiria a ementa da CPI, e foi com ele exatamente que chegamos a um entendimento, inclusive, com a participação de V. Ex^a, como Líder do PSDB. Eu, muitas vezes, pude acompanhar a assertividade com que o Deputado Júlio Redecker agia nas Comissões das quais os Senadores e eu próprio participávamos nas diversas CPIs que aqui tivemos. Quero dizer como o Deputado Júlio Redecker honrou, dignificou o mandato do povo do Rio Grande do Sul, que o elegeu para o Congresso Nacional. Não estenderei mais minha palavra, porque não quero abusar, mas sobre o Deputado Júlio Redecker, na oportunidade em que V. Ex^a usa da palavra, achei por bem registrá-la.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Suplicy. De coração, agradeço a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para lembrar que, no caso de Furnas, estamos rompendo uma tradição regional. Furnas, fundada por Juscelino, tem sua base e sua origem em Minas Gerais e sempre foi presidida por um mineiro. Agora, sem demérito algum para Luiz Paulo Conde, quero lembrar que, apesar de haver quatro Ministros mineiros e de o Vice-Presidente da República ser mineiro, Minas Gerais perde a presidência de Furnas. Aproveito também este momento para manifestar, como lembrou o Senador Suplicy, a saudade que já estamos sentindo de Júlio Redecker, um Parlamentar inteligente, leal, competente, corajoso. Prestamos, ontem, uma homenagem a ele, mas nunca será demais lembrarmos a sua presença. Vamos realizar uma nova reunião do Mercosul no início da semana. Ele também participou, com muita dedicação, dessas discussões. Portanto, temos de ter não só a lembrança, mas, na sua lembrança, a força para enfrentar a incompetência do Governo Lula. O Governo Lula continua sendo extremamente incompetente no gerenciamento dos problemas brasileiros, pois não consegue, além da propaganda, gerir com a devida atenção os diversos setores. Além das 199 mortes no acidente com o avião da TAM, houve 600 mortes nas estradas brasileiras no mês de julho. Essas mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse estradas em melhores condições.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente Alvaro Dias, peço tempo para concluir e responder aos apartes.

Sr. Presidente, o Senador Mão Santa faz uma referência ao Senador Antonio Carlos Magalhães que a todos nos toca. Teremos uma sessão, na quarta-feira próxima, para aqui dizermos o que pensávamos dessa figura controvertida, corajosa, polêmica, importante para o Senado, importante para o País, importante para a Bahia – ele modernizou a Bahia –, figura de relacionamento, às vezes, tumultuado, até comigo, porém, admirável, inclusive pela forma que escolheu para morrer. Poderia ter ficado em casa, retardando esse evento. Preferiu morrer praticamente na tribuna. Saía da UTI e vinha cumprir aqui o seu dever de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o seu dever de homem público, externando suas opiniões.

Aproveito para dizer, Senador Suplicy, e respondo a V. Ex^a também, junto ao que colocou aqui o Senador Mão Santa, que o PSDB e mais alguns Senadores pedem uma sessão de homenagem do Senado para o Deputado Júlio Redecker, por tudo o que representava, por todo o futuro que tinha, por toda a sua grandeza humana. Devo dizer que o aparte de V. Ex^a veio como

um bálsamo, porque revela a grandeza humana de V. Ex^a e, pode estar certo, a mim e aos demais tucanos toca profundamente.

Respondo ao Senador Valter e ao Senador Wellington Salgado, misturando as coisas. Em primeiro lugar, devo dizer a V. Ex^a, Senador Wellington, que considero que a Ministra Dilma foi um passo à frente em relação ao que havia antes na Casa Civil. Ela deu mais segurança administrativa ao Presidente Lula, passou a fazer aquela coisa que não havia antes. Era politicagem, politicagem, politicagem, e ela dá expediente. Ela cuida dos projetos, enfim! Por sua visão ideológica, ela não deu certo nos leilões de energia; e, por outro lado, vejo que ela tem um déficit. Em algum momento, o Presidente disse: “Essa coisa do apagão agora é com a Dilma”, se formos aos jornais, veremos isso. E, de lá para cá, pouco foi produzido. Mas a reconheço como uma pessoa de trabalho, com quem tenho um relacionamento pessoal normal, e a considero uma pessoa pública de valor.

Respondo a V. Ex^a, Senador Valter, em relação às agências.

As agências não foram criadas pelo Presidente Fernando Henrique. Elas são um desdobramento desse mundo globalizado que aí está, desse mundo que exige a desestatização de diversas empresas que antes eram estatais. Foi para cobrir um vácuo de regulação que antes era feito, malfeito, aliás, pelas estatais gigantes que o Brasil tinha.

Aperfeiçoamento. Portugal está em sua décima, ou décima segunda, ou oitava, sei lá, rodada de aperfeiçoamento. Funciona agência reguladora em Portugal, funciona na Espanha, funciona na Inglaterra, funciona nos Estados Unidos. Não foi uma invenção nossa, não foi uma invenção tucana.

Agora, há uma armadilha na qual não podemos cair. A armadilha é: o Governo indica alguém ruim e depois estigmatiza a agência. E não podemos estigmatizar as agências, seria aquela história de trocar o sofá, no caso da infidelidade, que é o caso da piada clássica. O Senado tem de ser mais vigilante, e o Governo, por sua vez, tem de ser mais lúcido na hora de indicar as pessoas.

Prestigiar as agências. O Governo, o tempo inteiro, não reconheceu que, para ele e para o crescimento econômico também, seria muito melhor se tivesse prestigiado as agências, o que não fez. O tempo inteiro procurou boicotar as agências, colocá-las como departamentos dos seus ministérios, quando as agências devem representar o Estado, e não o Governo. E deve, portanto, funcionar como funciona o FED, nos

Estados Unidos. É a mesma coisa que preconizo para o Banco Central.

Vejo que diz o Senador Valter: “autonomia ou independência”. Sou a favor mesmo de independência. Enfim, interromper a má gestão, sim. O caso do Sr. Zuanazzi é muito claro para mim: interromper a má gestão. Agora, não é devolver a quem indicou o mau gestor o poder de interromper a má gestão.

O Senado que o aprovou é que deve ter o poder de dizer: “olha, esse aí não serve mais; então, rua”. E não o Governo. Senão, estamos desmentindo o espírito de independência e de autonomia que deve reger as agências.

E, finalmente, até porque tenho todo o interesse de ouvir o discurso, que sei que será um discurso denso, como faz parte do seu perfil parlamentar, Senador Aloísio Mercadante, digo que o Senador Eduardo Azeredo, acima até da tradição, vejo que o que me constrange é saber que uma pessoa boa, que tenho como uma pessoa correta, que é Luiz Paulo Conde, é nomeado porque o Deputado Eduardo Cunha diz que, caso contrário, não aprova a CPMF. Abre-se, aí, uma porteira de fisiologia e ainda pergunto para quê. Para quê, se não há reforma a ser votada? Para que essa base parlamentar tão formidável, se, na hora da reforma política, o Governo não contou com ela? Para que essa base parlamentar tão formidável na Câmara se essa base numericamente formidável não se une para dar as respostas de que o Governo precisa e o Governo não tem nenhuma proposta de emenda constitucional tramitando na casa? Nenhuma. Eu me questiono a respeito disso. Então, é um precedente aberto terrível.

Eu diria, mais, quero dizer também do fundo do coração, Senador Mercadante, eu gostaria de dizer que o Governo, se manda uma proposta de orçamento correta, conta com a bancada do PSDB inteira, na Câmara e no Senado, para defender a proposta do Governo contra chantagistas que queiram atrapalhar a votação do orçamento na última hora.

Se há alguém dizendo que não passa a CPMF, dizendo porque quer o cargo de Furnas sei lá para fazer o quê, vamos dizer que aprovaremos a CPMF desde que com as mudanças que julgamos cabíveis: 20% para os Estados, 10% para os Municípios e redução progressiva para, em cinco anos, termos 0,08% de alíquota, para ser um imposto meramente fiscalizador, conforme o espírito daquilo que foi aprovado na Reforma Tributária que mandamos para a Câmara dos Deputados. Ou seja, estamos dispostos a ser um antídoto contra a chantagem. Toda a vez que o Governo fizer um acerto conosco, ele estará dizendo não aos chantagistas. Toda vez que fizer

um acerto conosco, estará fazendo um acerto ideológico, em cima da algo que julgamos bom para o País e o Governo julga bom para o País. Aí ele pode “dar uma banana” para Deputados ou Senadores e a quem quer que seja que esteja cobrando vantagens pessoais ou cobrando fisiologia. Sabemos que as vantagens pessoais e a fisiologia geralmente dão no desvão lamentável da corrupção e da degenerescência moral.

Portanto, fico sem entender. Lamento muito tudo isso. Lamento a forma como está sendo loteada Furnas. Lamento a forma como está sendo tratada a questão dos recursos hídricos e lamento a forma como o Governo está tratando a questão infra-estrutural: aeroporto não funciona, rodovia não funcional, porto não funciona, PPP nenhuma vem ao ar, PPI investiram quase nada do que aqui permitimos que fosse possível de ser investido, politização da Petrobras no episódio Evo Morales, já vimos episódios de escândalos no Banco do Brasil, aparelhamento da Caixa Econômica Federal, vimos o processo de reformas ser detido, estamos vendo o desprestígio das agências reguladoras, vimos os reflexos até no Congresso de gestos ilícitos que partiram do Executivo para o Congresso. Ou seja, que o Governo se conscientize de que está na hora de mudar, de assumir o governo para valer e não passar para a história como aquele que deixou como grande legado – e, aí, sim, uma herança maldita – ter piorado todas as instituições brasileiras, ter conspurcado e piorado o funcionamento de todas as instituições brasileiras. Que isso seja um alerta.

Tudo que eu não quero é que se repita o episódio da TAM. Tudo o que eu não quero é que se repita o episódio das estradas que matam pessoas. Tudo que eu gostaria mesmo é de ver o Governo assumindo a liderança para valer, o Presidente ouvindo mais a Oposição sincera que está dizendo a ele que é para mudar o rumo, do que o áulico, bajulador, que diz a ele que é para ouvir o marqueteiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência agradece a compreensão dos Srs. Senadores em relação ao tempo utilizado pelo Senador Arthur Virgílio. Aqueles que me antecederam na Presidência entenderam que em determinadas oportunidades o discurso é tão importante que se sobrepõe às exigências regimentais. Claro que Senadores estão inscritos, desejosos de se pronunciarem, inclusive eu, mas nós temos que compreender o momento que estamos vivendo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família do ex-Governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, pelo seu falecimento ocorrido na madrugada de hoje, aos 89 anos, em Florianópolis – SC.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2007 que, “Autoriza a União criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Gilvam Borges**.

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 que, “Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho

Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR) e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Gilvam Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 853, DE 2007

Requeiro nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, de minha autoria, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2007

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, 12, do Regimento Interno, requeiro a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, que “altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros” para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2007

Requeiro, nos termos da alínea **c**, inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 212, de 2005, 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006 e Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, por versarem sobre matérias análogas ou conexas, referente a alterações na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento.

Justificação

O Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de minha autoria, pretende acrescentar § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria.

Propõe o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, de iniciativa do Senador José Jorge, alterar a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada.

Pretende o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2006, de iniciativa do Senador Juvêncio da Fonseca, modificar a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências.

Com o propósito de acrescentar inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal, tramita o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi.

Já o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2006, apresentado pelo Senador Valdir Raupp, pretende acrescentar o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.

Pretende o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2006, apresentado pelo Senador Sérgio Zambiasi, alterar a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

O Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, apresentado pelo Deputado Nelson Pelegrino, pretende modificar a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, sobre o direito de agente público portar arma de fogo.

Em suma, essas proposições tramitam, umas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e outras pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e para melhor apreciação dos temas contidos nesses projetos e celeridade de seus trâmites, impõe-se que esta Casa Legislativa delibere pela tramitação em conjunto das proposições acima referidas, por regularem a mesma matéria (art. 258, RISF).

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – **César Borges.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2007

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Artista Plástico José Inácio, conhecido por J. Inácio, ocorrido ontem, dia 1º de agosto em Aracaju, Sergipe.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Almeida Lima.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 857, DE 2007

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 7 de agosto do corrente, quando participarei da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideú, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 5 a 7 de agosto do corrente ano.

Senado Federal, 2 de agosto de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência também informa aos Srs. Senadores que está suspensa a Ordem do Dia da sessão de hoje, já que não houve consenso entre as lideranças para a aprovação das matérias constantes da pauta.

As matérias constantes na pauta do dia de hoje ficam, portanto, transferidas para a sessão da próxima terça-feira.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de*

abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País*.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica*.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007*.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)* [financiamento parcial do Proágua].

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI* (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como

conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que es-*

pecifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº

1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo*

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isonção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas eu estou encaminhado à Mesa um voto de pesar à família do ex-Governador de Santa Catarina, Dr. Ivo Silveira, que faleceu esta madrugada, à 1h30min da manhã, de falência múltipla dos órgãos. Ele estava com 89 anos.

O Dr. Ivo Silveira foi Governador do nosso Estado no período de 1966 a 1971; foi duas vezes Prefeito do Município de Palhoça, cidade onde nasceu, e quatro vezes Deputado Estadual.

Em nome da família catarinense, estamos apresentando o nosso voto de pesar. É uma liderança do nosso Estado que exerceu vários postos, vários cargos públicos, e, por isso, estamos encaminhando o voto de pesar, em nome do Senado da República, a ser transmitido à família e a todos os amigos do ex-Governador Ivo Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminha o pleito de V. Ex^a na forma regimental.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

eu gostaria apenas que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança do PRB.

Como é a primeira vez que uso o microfone após o recesso, eu gostaria de expressar meus sentimentos pela morte do Deputado Júlio Redecker, do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Deputado Nélio Dias, grande líder do PP, com quem aprendi a conviver na Base do Governo.

Não poderia deixar de expressar também o profundo sentimento de perda que sinto pelas vítimas do acidente da TAM.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito e usará da palavra, na forma regimental, intercalando os oradores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder, por cessão da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a primeira vez, depois do recesso, que subo à tribuna. Mas não poderia iniciar este meu pronunciamento sem primeiramente dar os pêsames às famílias enlutadas, solidarizando-me com as perdas irreparáveis que tivemos, na Câmara dos Deputados, de dois Parlamentares – Nélio Dias, Líder do PP, e Júlio Redecker, Líder da Minoria. Aqui, no Senado Federal, de forma muito especial, a falta que seguramente fará ao debate democrático – e terei oportunidade de falar mais detalhadamente sobre a biografia, sobre a convivência, sobre os debates, sobre os conflitos – o Senador Antonio Carlos Magalhães, cuja ausência será muito sentida tendo em vista o lugar que S. Ex^a sempre ocupou no debate do Plenário do Senado Federal.

O Brasil vive um daqueles momentos em que a Nação, por inteiro, fica consternada em função de uma tragédia que toca profundamente a todos. Refiro-me, evidentemente, ao terrível acidente do avião da TAM, que vitimou cerca de 199 pessoas.

Nessas horas, é natural que fiquemos imaginando, horrorizados, os momentos de pavor que antecederam o desfecho trágico. Também é inevitável que tenhamos empatia pelos familiares das vítimas, cuja dor pujante foi transmitida de forma crua e direta pelas televisões.

Estamos todos abatidos por essa dor que também é um pouco nossa. Sentimo-nos inseguros e frágeis pela proximidade da morte e, ao mesmo tempo, ultrajados em nossa dignidade por um acidente que, evidentemente, poderia ter sido evitado.

Não sou diferente dos demais cidadãos brasileiros, estou de luto. Sinto, neste momento, um pesar imenso e gostaria, em primeiro lugar, de manifestar minha mais profunda solidariedade aos familiares e amigos das vítimas da tragédia.

Esse é o primeiro dever e o impulso natural de qualquer cidadão: manifestar empatia e solidariedade. Contudo, na condição de homem público, tenho outro dever bem mais difícil e delicado: contribuir, através de um debate racional e ponderado, para reduzir a probabilidade de ocorrência de novos acidentes e resolver a chamada crise aérea.

Esse dever não é só mais difícil pela complexidade da tarefa que se impõe, mas acima de tudo porque exige a superação do clima emocional e o expurgo da tentação de fazer uso fácil da comoção popular em proveito político. Com efeito, são nessas conjunturas difíceis que o homem público tem que mostrar equilíbrio e serenidade, evitar a busca açodada de culpados e contribuir para que a verdade dos fatos venha à tona e as medidas adequadas sejam tomadas. Entretanto, equilíbrio e serenidade estão se tornando cada vez mais raros no País. Com toda certeza, essas virtudes faltaram em parte da mídia que, ao invés de aventar várias hipóteses para o acidente, insistiram, sem evidências e como se certeza fosse, na tese de que a falta das ranhuras na pista principal de Congonhas, associada às chuvas anormais para o período de inverno, foi a grande causa da tragédia. Com isso, tiveram êxito em canalizar a justificada comoção popular contra o Governo, mas não contribuíram para elucidar de forma imparcial os fatos.

Setores da Oposição, ao sentirem o clima emocional propício, deflagraram um intenso processo de repúdio ao Governo, mas açodamento e parcialidade não combinam com as investigações isentas, e muito menos com a resolução de complexos problemas da aviação civil brasileira.

Acidentes aeronáuticos costumam acontecer em função de uma cadeia complexa de eventos improváveis, de modo que conclusões fáceis e precipitadas quase sempre se revelam equivocadas. A esse respeito, deve-se recordar o acidente da TWA, ocorrido perto de Nova Iorque, em 1996. À época, o clima político sugeria fortemente que a explosão do avião em pleno ar tinha sido provocada por um atentado terrorista. A mídia norte-americana embarcou quase que totalmente nessa tese. Inúmeras reportagens, aparentemente isentas, e entrevistas com especialistas,

aparentemente neutros, foram feitas para demonstrar a correção dessa hipótese. A pressão foi tanta que o FBI – órgão que não tem nada a ver com a investigação aeronáutica – foi convocado para atuar no caso. Na onda de histeria que se seguiu, surgiu até a versão paranóica de que o avião teria sido atingido por um míssil da marinha norte-americana que realizara exercício de treinamento nas proximidades da tragédia. Serenados os ânimos, e após quatro anos de exaustiva investigação que implicava...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pediria a V. Ex^a que eu tivesse metade do tempo dado ao outro Líder e me deixasse falar com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Metade é muito!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Seguramente.

A pressão foi tanta – vou repetir – que até o FBI, órgão que não tem nada a ver com a investigação aeronáutica, foi convocado para atuar no caso. Na onda de histeria que se seguiu, surgiu até a versão paranóica de que o avião teria sido atingido por um míssil da marinha norte-americana que realizava exercício de treinamento nas proximidades da tragédia.

Serenados os ânimos, e após quatro anos de exaustivas investigações que implicaram o resgate, do fundo do mar, das peças da aeronave e sua paciente remontagem em terra, a NTSB, órgão especializado em análise de acidentes aeronáuticos ao qual o Brasil recorreu nesse momento, concluiu, em seu Relatório Final que o acidente fora provocado por um defeito no tanque central de combustível do Boeing 747 que, somado a circunstâncias muito específicas, fez explodir a aeronave. Assim, a história e a razão recomendam muita cautela nesses casos.

Embora a investigação sobre o acidente da TAM ainda esteja longe de ser concluída, a hipótese sobre a falta de ranhuras na pista perdeu muita força ante as informações extraídas de uma primeira leitura das caixas-pretas, que revelou que a aeronave voava sem o reverso de uma de suas turbinas e que pode ter ocorrido falha mecânica, associada a erro do comandante no manuseio das manetes no momento do pouso, tal como já aconteceu com o mesmo modelo de avião Airbus 320 em outros dois acidentes ocorridos em circunstâncias muito semelhantes, em Taipei e nas Filipinas.

Evidentemente, será necessário esperar pela conclusão das investigações para que tenhamos certeza plena do que aconteceu efetivamente. Até lá, quaisquer informações, por mais consistentes que possam parecer, têm de ser tratadas como hipóteses, coisa que

parte da nossa imprensa e da Oposição irresponsavelmente não fizeram naquele momento inicial e delicado de grande comoção popular.

É necessário que se compreenda que esse assunto não pode ser politizado, pois é absolutamente essencial encontrar as verdadeiras causas do acidente com a finalidade de prevenir novas ocorrências.

As vítimas do acidente da TAM merecem, acima de tudo, uma investigação objetiva e séria, e não a exploração política de uma tragédia dessas proporções. Só uma investigação isenta e responsável é que revelará a verdade e assegurará as condições para que novos acidentes semelhantes jamais voltem a ocorrer.

Esse é o interesse maior da população e do País. E não serão campanhas políticas oportunistas de enfadados que irão reverter esse objetivo de isenção, de seriedade e de profundidade na investigação, para que possamos aprender, lamentavelmente, com essa tragédia tão grave que tivemos.

Também não se pode politizar o tamanho da pista de Congonhas – esse aeroporto foi planejado em 1936 –, nem o processo iniciado em meados dos anos 90, que transformou Congonhas numa grande referência da estrutura aeroportuária nacional.

A proposta de construir uma área de escape em Congonhas é muito bem-vinda, mas não será uma tarefa simples nem para a prefeitura, pelas desapropriações, nem pelos custos dos investimentos que seriam necessários para que essa mudança de patamar do aeroporto – eu, particularmente, teria imenso interesse –, possa ser feita num curto espaço de tempo.

Na realidade, a chamada crise aérea vem sendo gestada há muito tempo por ação e omissão de vários governos federais, estaduais e municipais.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos, inaugurado em 1985, previa, em sua concepção, que o Governo do Estado de São Paulo construiria um trem expresso para ligar o Aeroporto de Cumbica ao Aeroporto de Congonhas, de modo a reduzir, consideravelmente, o tempo de acessá-lo, maior do que muitas viagens de avião, o que torna irracional a sua utilização em deslocamentos domésticos de curta e média duração.

Temos uma média de congestionamento em São Paulo da ordem de 100 quilômetros por dia. Portanto, o deslocamento de Congonhas até Cumbica demora em torno de uma hora a uma hora e meia. Uma ponte aérea Rio-São Paulo, 45 minutos; a viagem de São Paulo a Brasília, uma hora e 45 minutos. Isso, com o tempo de espera no aeroporto, mostra que, se não houver uma estrutura de transporte, que é o trem de alto desempenho, associado ao metrô de superfície, entre Cumbica e Congonhas, não poderemos utilizar

o aeroporto de Cumbica para vôos domésticos de curta duração.

Por diversos motivos, esse investimento não foi feito até hoje, o que levou à sobre-utilização de Congonhas pela pressão das companhias aéreas e dos próprios passageiros, à qual diversos governos cederam, provavelmente sensibilizados com a verdadeira via-crúcis que significava o deslocamento até Guarulhos, especialmente em dias de chuva ou em horários de **rush**. Assim, em 1990, Congonhas já era o aeroporto mais movimentado do País. Cabe perguntar onde estavam os enfadados quando isso aconteceu.

O cerne do apagão aéreo está na crônica falta de investimentos em volume suficiente no controle aéreo, na infra-estrutura aeroportuária e mesmo na infra-estrutura de transportes urbanos dos cidadãos brasileiros. Nos últimos anos, a insuficiência desses investimentos foi potencializada pelo recente crescimento exponencial da aviação civil no Brasil.

De acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil, a procura pelo transporte aéreo cresceu 12,2% em 2006. Para o ano de 2007, estima-se um crescimento de 17,5%. Nos últimos três anos, o trânsito de passageiros pelas salas de embarque e desembarque aumentou 43,5%, mais da metade dos vôos.

Temos hoje, no País, 102 milhões de passageiros embarcando e desembarcando, com crescimento de 43% na demanda desse setor.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permite só um pequeno aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Já vou conceder apertes, só mais uma menção que está associada a este raciocínio.

A bem da verdade, é necessário dizer que a crise aérea só não se manifestou antes porque, de 1999 a 2003, com a crise econômica e a desvalorização do real – que afetou profundamente empresas aéreas, as quais pagavam *leasing* de aeronaves e manutenção em dólar, e com tarifa em real –, a aviação civil brasileira viveu um período muito difícil de retração da demanda e aumento de custos. Com efeito, em 1999, houve uma queda de 23% na utilização dos assentos disponíveis, com uma desvalorização na receita e o aumento do custo do *leasing*, da manutenção e do combustível, seguidos por um período de estagnação ou baixo crescimento que se prolongou até 2003.

Cabe ressaltar que esse período foi decisivo para a falência de empresas como Vasp e Transbrasil; esse processo atingiu finalmente a própria Varig, o que desfigurou toda a malha aérea brasileira e cujas conseqüências se fazem sentir até hoje.

Embora seja claro que a crise é complexa e ultrapassa vários Governos, há, nessas horas difíceis,

enorme resistência em se admitirem erros e responsabilidades – e isso vale para o Governo que defendo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Termina aqui para conceder os apertes.

Albert Einstein, num famoso discurso feito na Sorbonne, Senadora Ideli Salvatti, disse o seguinte: “Se minha teoria da relatividade se mostrar verdadeira, a Alemanha dirá que sou alemão, e a França afirmará que sou um cidadão do mundo. Mas, se ela se mostrar equivocada, a França dirá que sou alemão, e a Alemanha dirá que sou um judeu”.

Acho que essa menção do Einstein expressa muito bem o momento que nós vivemos e a reflexão que temos que fazer.

Antes de concluir o meu pronunciamento, eu queria respeitar a ordem das inscrições e conceder um aparte, em primeiro lugar, ao nosso piloto, Senador e Governador José Maranhão.

Com a palavra, por favor.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Eu queria apenas concordar com os conceitos que V. Ex^a emitiu aqui a respeito dessa crise da aviação, particularmente sobre o acidente de Congonhas. Não há dúvida nenhuma que tanto a imprensa nacional quanto os políticos que a estimularam foram apressados. E hoje a revelação incorreta, não no conteúdo, mas na forma, porque esses dados não podem ser revelados pelo Tratado Internacional de que o Brasil é signatário...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Desde 1944, o Tratado de Chicago veda a divulgação de dados de caixa-preta como uma condição fundamental para a segurança dos vôos. Nós estamos violando um tratado internacional e uma legislação brasileira que também impede que isso seja feito, exatamente por falta, eu diria, de isenção, de equilíbrio, de serenidade nesse momento de apuração de um fato tão relevante.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Novamente, eu diria a V. Ex^a, que, além de ilegal, ao arrepio de um acordo internacional, também é uma revelação sensacionalista, até porque a leitura de uma caixa-preta não se resume à publicação objetiva dos dados de comportamento da tripulação e de parâmetros do vôo; ela vai muito além e requer outras e mais profundas investigações para se constatar até que ponto os dados correspondem às causas reais do acidente naquele momento em que ocorreu. Gostei muito da análise que V. Ex^a fez sobre o aeroporto de Congonhas, feita com isenção, com objetividade. Não há como negar que se aquele acidente tivesse ocorrido em um aeroporto como o Galeão, que tem quatro mil metros, possivelmente ele não teria a gravidade que teve no aeroporto de Congonhas. Mas

atribuir apenas à pista a causa do acidente, acho que é um exagero, porque essa pista recebe centenas de pousos e decolagens todos os dias, e esse acidente foi o único que ocorreu nos últimos anos em Congonhas, e com essa proporção. Não há dúvida nenhuma de que houve um erro de pilotagem, houve um erro humano. A pista pode ter contribuído, mas a contribuição é muito pequena. Contribuiu assim: se ela fosse maior, isso não aconteceria. Mas a pergunta objetiva e técnica que se faz é esta: essa pista corresponde aos parâmetros de operação de um Airbus A320? Corresponde. Os manuais de operação da aeronave aceitam aquele tamanho de pista como adequado para pousos e decolagens da aeronave, inclusive com a carga que transportava naquela hora. Então, não há como se atribuir unicamente à pista a causa do acidente. Absolutamente. É preciso buscar outras causas. O fator humano contribuiu? Pode ter contribuído, não há dúvida nenhuma. O fator aparelho, aeronave, contribuiu? Parece, hoje, que não há a menor dúvida. Inclusive, essa aeronave já estava com um dos inversores “pinado”, que na gíria aeronáutica significa inoperante. O simples uso de um inversor em um dos motores e a não correspondência no outro motor gera uma potência assimétrica. A frenagem fica difícil em qualquer momento, mesmo quando a pista está absolutamente enxuta. Então, acho que houve uma falha muito grande da companhia. Essa aeronave, pelo menos naquela pista, não deveria ter sido liberada para operação. Que operasse, mesmo com esse defeito, em uma pista como a do Galeão ou do Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, ou nas de outros aeroportos de São Paulo, tudo bem; mas não deveria operar em uma pista que já tinha restrições técnicas para o seu uso com mau tempo, ocorrência constante em São Paulo, por causa da serra. Então, V. Ex^a fez uma análise, Senador, permita que lhe diga, como ninguém fez ainda: desapaixonada, serena, segura e que realmente contribui para a elucidação deste problema. Nós não estaremos prestando nenhuma homenagem às famílias enlutadas, aos mortos que pereceram ali, se mistificarmos esse processo, se politizarmos esse processo. A apuração é algo que todo brasileiro de boa vontade e de bom senso reclama. Já estou vendo na imprensa as famílias reclamando: tanta zoada e pouco resultado até agora. Portanto, eu parabeno V. Ex^a, porque tratou com competência e, sobretudo, com rigor técnico um assunto com que, inegavelmente, o País inteiro está preocupado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a e pode ter certeza que ela tem um significado muito especial porque todos sabemos que V. Ex^a é um piloto experientado que continua pilotando aeronaves e que, portanto,

tem um conhecimento técnico que é fundamental para reflexão nesse momento.

Acho que nós vamos contribuir muito mais para o futuro da aviação civil se nós aprofundarmos o diagnóstico de todos esses desafios com sobriedade, com amparo nas exigências técnicas com isenção e principalmente com respeito às vítimas. Não falo apenas dos 199 passageiros que faleceram tragicamente nesse acidente. Mas as vítimas que poderão voltar a ocorrer se nós não soubermos tirar todas as lições que são indispensáveis como ensina toda a história da aeronáutica.

O Senador Marcelo Crivella que também além de Bispo, e nessa condição tem a tarefa tão delicada de consolar as pessoas e as famílias em uma dor irreparável que é a perda do ente querido, também é um major e que tem certa vivência em logística e sabe portanto da exigência que é este debate que estamos fazendo.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PBR – RJ) – Senador Aloizio Mercadante, eu ouvi com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a e sei das responsabilidades de suas palavras por representar o Estado de São Paulo onde foi o epicentro, eu diria, da dor brasileira nesse acidente. Quando V. Ex^a diz que o acidente poderia ter sido evitado, V. Ex^a faz uma análise grave, mas muito responsável e corajosa. Poderia, mas de tal maneira era improvável que em nenhum dos treinamentos desses pilotos, durante tantas horas nas cabines de avião que são projetadas para imitar as condições de voo, em nenhum momento, foi feito um exercício para que o piloto descesse pela pista 35 – e tantas horas foram gastas no simulador – em um dia de pista escorregadia, no *downhill*, porque aquela pista, pela posição do vento, obrigava o pouso na direção de um *grade* negativo com o reversor direito em pane, e o esquerdo funcionando, e com o manete, depois do pouso, passando alguns momentos sem ser colocada na posição do neutro. Era tão improvável isso acontecer. A própria companhia, fabricante do Airbus, já havia tido dois acidentes, exatamente em situações similares. E hoje já anuncia que vai colocar um alarme na cabine, para que o piloto que não trouxe esse manete para a posição do neutro seja avisado por um alarme. De tal maneira que eu fico a pensar, meu Deus, se dentre todos os culpados que encontramos, estamos sendo justos. É bem verdade que, quando sentimos uma dor, buscamos um consolo. Isso é da natureza do homem. Isso começa no paraíso. Quando Adão é cobrado pelo erro cometido, culpa sua mulher, Eva; e, quando ela é cobrada, culpa a serpente. A estratégia de colocar a culpa no outro é, sem dúvida nenhuma, a estratégia mais primitiva da humanidade, mas não resolve bulhufas. Acho que o pronunciamento que V. Ex^a faz aqui, hoje, é sobretudo em respeito às

famílias enlutadas e à dor de cada brasileiro. Eu faço votos para que o Ministro Jobim, que representou neste País a Presidência do Supremo, a autoridade máxima de um Poder, possa analisar, com isenção, mas com pulso, as questões de gestão que temos; mas também, Senador, sem encontrar culpados, sem fazer demissões premeditadas, sem acabar com órgãos precipitadamente. Isso não ajuda em nada, não constrói. Pelo contrário, isso pode causar mais prejuízos no futuro, porque são ações açodadas que, na maioria das vezes, causam os acidentes. Senador Mercadante, todos nós sentimos muito por essas vítimas. Quero solidarizar-me com a profunda dor que suas palavras representam. Naquela frase que V. Ex^a disse, logo no começo do seu pronunciamento, sentimo-nos, de certa forma, frágeis, de certa forma, impotentes, diante daquilo que gostaríamos tanto de um dia ter podido evitar nas sabatinas dos diretores da Anac, nas decisões de governo, nas reformas que fizemos, e, eu diria mais, para concluir – e me perdoe por estar passando os dois minutos que me cabem a esse aparte regimentalmente. O aeroporto onde fizemos as reformas mais bonitas, onde oferecemos o maior conforto aos passageiros, o aeroporto mais importante, onde procuramos dar as melhores condições aos nossos navegadores, aos funcionários das companhias e aos passageiros, exatamente ali fomos atingidos na tragédia mais dolorosa do nosso Governo, por um acidente que V. Ex^a bem diz podia ter sido evitado, e, pior, fomos todos incompetentes para evitá-lo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço também, Senador Crivella, a forma abalizada e respeitosa com que V. Ex^a trata esse tema tão complexo.

Toda reflexão que eu faço vem exatamente buscar, permitir primeiro a apuração isenta e rigorosa, porque o mais importante é que essa experiência, por mais improvável que seja, não se repita.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Evidentemente, Senador Antonio Carlos Valadares. Só permitirei à Senadora Ideli e depois a V. Ex^a, que, inclusive, cedeu-me o tempo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, também estou na ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero ser bastante objetivo. Eu tenho mais alguns argumentos a apresentar neste momento, eu tenho certeza de que essa discussão ajuda não só o Senado Federal – também quero tratar disso –, que tem responsabilidades para buscar aprimorar o marco regulatório, as políticas em relação à aviação civil, mas eu

diria construir um sentimento no País e um ambiente que estimule realmente que a racionalidade, o equilíbrio e o bom senso permitam que a justiça se faça com plenitude e, ao mesmo tempo, o País aprenda e supere essas dificuldades.

Senadora Ideli.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Aloizio, em primeiro lugar, o tom que V. Ex^a traz a esta tribuna é o tom adequado à tragédia que foi o acidente, à gravidade e, principalmente, é um tom que permite que se faça com o sentimento necessário que todos nós precisamos ter para com essa situação, para com o acidente, mas, principalmente, o tom necessário para que nós possamos trabalhar esta questão, encontrar a superação das deficiências para que, como V. Ex^a mesmo diz, nunca mais tenhamos a repetição de acidentes tão trágicos, tão doloridos, tão emocionalmente dolorosos para todos nós. O tom da histeria, o tom do sensacionalismo, é algo que precisamos eliminar do debate dessa questão. Em muitos momentos, ao ver a cobertura, ao ver os pronunciamentos, de repente o que apareceu de especialistas em questão de tráfego aéreo, em questões técnicas de equipamento, de pouso, de pista, foi algo absolutamente absurdo. Assistíamos às manifestações, todas elas levando para essa questão do emocional, muitas levando para o sensacionalismo e, em alguns momentos, para o sensacionalismo barato. Ontem, quando não foi possível, na CPI do Apagão Aéreo, por conta de não haver equipamento adequado, ouvir a gravação com as vozes dos pilotos, a sensação que eu tive foi a seguinte: “Ah, que pena que nós não vamos poder...” Essa atitude de fazer de uma situação tão trágica um sensacionalismo para comoção é algo que realmente me assustou em muitos momentos. Acho que o tom que V. Ex^a traz à tribuna é exatamente o tom da responsabilidade com que precisamos tratar o assunto, o tom da racionalidade com que temos a obrigação, apesar de todo o sentimento, de tratar o problema. Eu queria contribuir com alguns elementos. Quando V. Ex^a ressaltou o aumento dos passageiros...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– São 43% em três anos.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – 43% etc

e tal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– São 102 milhões de embarques e desembarques.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Há um dado, Senador Aloizio Mercadante, que é muito importante colocar também. Com a quebra das empresas, principalmente da Varig, a frota da aviação civil brasileira, que era de quase quatrocentas aeronaves, está reduzida a 230. As aeronaves estão com taxa de ocupação que beira 80%. O avião do acidente estava

com taxa de ocupação de 100%. As equipes estão trabalhando com muita hora extra, ou seja, o equipamento, as aeronaves, as equipes estão com sobrecarga, porque, ao mesmo tempo em que tivemos diminuição da frota, tivemos aumento da demanda. Uma das coisas que vem pouco a público, Senador Aloizio Mercadante, é a lucratividade abusiva das empresas. A Tam teve, no último período, mais de 170% de lucro. Inclusive, recentemente, em plena crise, reajustou as passagens em 8,5%, quando a inflação não chegou a 0,5%. Então, aquela coisa do lucro acima de todo e qualquer outro objetivo está colocado nessa questão, o que precisa ser abordado também nos debates que estamos fazendo. Eu queria ainda dizer, Senador Aloizio, que várias pessoas aqui trataram das agências reguladoras. O Senador Arthur Virgílio disse que em vários países, como Portugal, as agências reguladoras estão passando pela décima segunda ou pela décima oitava revisão. As agências reguladoras aqui no Brasil vão precisar passar por muitas revisões, vão ter que ser modificadas profundamente. Elas não podem querer estabelecer a política e fazer a fiscalização: ou é uma coisa ou é outra. Quem estabelece política é quem é eleito pelo povo, é o governo. E, se é o governo quem indica, também tem o direito de desistir da indicação. Temos de abrir esse precedente! Outra coisa absurda é fato de os diretores da Anac terem um mandato maior do que o do Presidente da República: 5 anos. Vamos ter de rever esse tipo de coisa! E, sobre a nossa responsabilidade sempre coletiva de superação das deficiências e do aprimoramento, gostaria de colocar – e não sei se isso já foi lembrado por alguém aqui – que, quando avaliamos algum indicado pelo Presidente da República para agência reguladora, isso é distribuído aqui. Não é só o governo que relata. No caso, por exemplo, do Zuanazzi, quem relatou foi um Senador, que, inclusive, não está mais aqui, é Vice-Governador do meu Estado, o Senador Leonel Pavan. Portanto, a nossa responsabilidade é coletiva, na forma como as agências reguladoras funcionam, pela sua legislação e, inclusive, por sua própria composição, que é compartilhada aqui por nós. Mas gostaria de parabenizar V. Ex^a pelo tom, por essa sobriedade com que o assunto precisa ser tratado, em cima de números e de dados, para que, ao descobrir e detectar os problemas efetivos, possamos trabalhar para superá-los.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço, Senadora Ideli Salvatti!

Senador Eduardo Azeredo, gostaria de conceder agora o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, que me cedeu o horário e ele, assim como eu, tinha um compromisso, mas acabamos nos alongando muito nos debates nesta manhã.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a para o aparte. Mais uma vez, agradeço publicamente a gentileza da sua atitude.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Aloizio Mercadante, com esse meu aparte encerrarei, nesta sessão, a minha participação mesmo, porque V. Ex^a se houve com muita propriedade em seu discurso, tratando a questão em nível elevado, com muito equilíbrio, muita ponderação e apontando soluções para a crise aérea que não começou agora, mas há muito tempo. E sabemos que Congonhas foi liberado para o tráfego aéreo intenso a partir de 1995, quando até conexões internacionais foram permitidas. E, pelo que sei, em 1995, o atual Presidente da República, o atual Governo, a estrutura governamental atual não tinha qualquer influência nas decisões que foram tomadas para abrir esse aeroporto a conexões internacionais, uma vez que Congonhas fazia apenas uma ponte aérea entre Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. De outro lado, o assunto, como se referiu V. Ex^a, não pode ser tratado de forma emocional, precipitada, com açodamento, de vez que a investigação está sendo feita pelos órgãos competentes para que se chegue a uma conclusão por que ocorreu esse desastre que vitimou pelo menos 199 pessoas, que estavam no avião da TAM naquela noite fatídica. Sobre essa comoção muitas vezes explorada por algumas pessoas inadvertidas, a intelectual Marilena Chauí, de São Paulo... Ela é de São Paulo, não é Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ela é de São Paulo, Professora Titular de Filosofia da USP.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Professora de Filosofia da USP. Ela, em uma entrevista a Paulo Henrique Amorim, disse: “Era o fim da tarde, estava em um hotel fazenda com meus netos e resolvemos ver jogos do PAN de 2007. Liguei a televisão e caí em um canal que exibia um incêndio de imensas proporções, enquanto o locutor dizia: ‘O Governo matou duzentas pessoas’”. Aí ela disse: “Fiquei estarrecida. E minha primeira reação foi típica de sul-americana dos anos sessenta: Meu Deus, é como La Moneda e Allende. Lula deve estar cercado no Palácio do Planalto, há um golpe de Estado e já houve duzentas mortes. O que vamos fazer?”. Foi o que ela pensou. E ela continua: “Mas, enquanto o meu pensamento tomava essa direção, a imagem na tela mudou. Apareceu um locutor que bradava: ‘Mais um crime do apagão aéreo. O avião da TAM não tinha condições para pousar em Congonhas, porque a pista não está pronta, porque não há espaço para a manobra. Mais um crime do Governo’. Só então compreendi – disse ela – que se tratava de um acidente aéreo e que o lo-

cutor responsabilizava o Governo pelo acontecimento”. Ora, um assunto tão sério, tão delicado, tão trágico não pode ser tratado de uma forma assim. Acusar o Governo assim, de forma intempestiva, num acidente aéreo que ainda estava ali acontecendo, quando não havia qualquer investigação que se debruçasse sobre ele e já havia uma antecipação de que o culpado era o Governo. Politizar a questão, V. Ex^a tem razão, é perigoso, de vez que isso pode redundar no prejuízo da investigação e, conseqüentemente, pode acarretar novos acidentes com vítimas inocentes. Então, vamos deixar que os órgãos superiores da Aeronáutica, que os órgãos competentes possam fazer a sua investigação isenta e que nós possamos, numa manhã, dizer o que realmente aconteceu. Até, Senador Aloizio Mercadante, o chefe do Centro de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos afirmou – saiu no **Jornal do Brasil**, de hoje: “É uma análise maliciosamente ingênua atribuir a culpa ao piloto diante de problemas tão severos” Porque, quando não é o governo, é o piloto. Os pilotos já faleceram. Então, é tão fácil dizer que eles foram culpados. Colocar a culpa em pilotos que não têm mais como se defender, enquanto as empresas, que visam lucro, que passam por cima de todas as regras – e não há quem as fiscalize realmente, com energia – ficam isentas de qualquer crítica. O Dr. João Barros diz: “Não acredito que um piloto com experiência tenha se esquecido de mudar a posição dos manetes. A hipótese mais provável é de falha no sistema manete. A hipótese mais provável é de falha no sistema eletrônico do avião. Os pilotos cumpriram o procedimento padrão de pouso e estão claramente lidando com um comportamento inesperado da aeronave. Se mostram surpresos com a falha nos *spoilers* e tentam frear. É um indício de falha mecânica, sem dúvida”. Quem está dizendo isso é um especialista e, logicamente, a sua opinião não é conclusiva. Nobre Senador Aloizio Mercadante, desafogar o tráfego aéreo em Congonhas é uma necessidade imperiosa – e isso já foi feito, em parte, com a interveniência do Ministro da Defesa recém-nomeado, o Dr. Jobim, que, com muita eficiência, tirou de circulação mais de 100 vôos daquela área. A concentração de construções, de edifícios naquele entorno também foi uma irregularidade que, infelizmente, nem os políticos nem a própria mídia condenaram a tempo. E foi na administração da hoje Deputada Federal Erundina que muitos projetos da construção de edifícios foram barrados. A hoje Deputada Erundina era Prefeita àquela época, inclusive do Partido de V. Ex^a, e hoje é do PSB. A partir de 1993, infelizmente, essa fiscalização não aconteceu de forma acentuada para evitar que novos edifícios fossem construídos, e os aviões, para pousarem, muitas vezes, têm de fazer

curvas incessantes para se direcionarem à pista de Congonhas, e nós pensando até que a asa do avião vai topar em algum daqueles edifícios recentemente construídos, depois de 1993. Por último, o Galeão é uma alternativa, é uma solução que inclusive está sendo proposta pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, com o apoio do Governador Sérgio Cabral, no sentido de desafogar o tráfego aéreo no Estado de São Paulo. Os custos das obras de infra-estrutura que podem ser realizadas no Galeão não passam de R\$150 milhões – para a construção de um aeroporto em São Paulo precisaríamos de no mínimo R\$5 bilhões. Com o aproveitamento dessa estrutura, poderíamos utilizar o Galeão no transporte aéreo para as conexões nacionais e internacionais, em comum acordo com o Estado de São Paulo e também com o Estado de Minas Gerais. Por isso, finalizando, Senador Mercadante, mais uma vez, felicito V. Ex^a pelo equilíbrio de suas palavras. É nessa direção que os políticos bem-intencionados devem agir: aguardar as investigações e tomar esse acidente com um exemplo, muito embora trágico, para que novos acidentes não venham a acontecer no Brasil, para que a Anac venha a funcionar a contento, que estejamos protegendo o usuário e que as empresas não visem apenas ao lucro, mas, acima de tudo, à segurança dos consumidores do Brasil e do exterior.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço a V. Ex^a a intervenção e o aprofundamento do debate.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR.)

– Senador Mercadante, apenas peço permissão a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço também a iniciativa, Sr. Presidente.

Quero conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que estava inscrito com anterioridade.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Mercadante, a prudência é uma característica do meu Estado de Minas Gerais. Estamos de pleno acordo em que o momento exige prudência e serenidade. Não tenho dúvidas de que o Presidente Lula acertou ao escolher o Ministro Jobim; ele tem a autoridade e a experiência necessária. Mas é inegável que os investimentos estão aquém do que é necessário não só nos aeroportos, mas também nas estradas. Quando digo disso – já disse isso várias vezes da tribuna, inclusive no Governo do meu Partido, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso – é porque o investimento em estradas ficou aquém do que deveria ser. Então, estamos querendo que haja investimentos agora. Conforme disse a Senadora Ideli Salvatti, o seu tom está correto, porque queremos realmente uma discussão nesse nível. Agora, o tom não está correto quando o

Presidente Lula, ao dar posse a Jobim, fez brincadeiras naquele momento; o tom não está correto quando a Ministra Martha Suplicy teve aquele gesto de infelicidade, que seja; e o tom não está correto, foi falta de respeito e de sobriedade, quando o assessor Marco Aurélio também desrespeitou o povo brasileiro. Que isto fique bem claro: estamos criticando esse tom jocoso e desrespeitoso de alguns membros do Governo. Entretanto, a discussão deve ser serena; devemos buscar a desconcentração de vãos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Não há dúvida, estamos de pleno acordo que seja uma discussão serena, que não haja exploração, que não haja essa questão inadmissível de vazamento da caixa-preta. Mas V. Ex^a há de concordar comigo que o seu tom está correto, mas o do Presidente Lula, na posse de Jobim, o da Ministra Martha Suplicy e o do assessor Marco Aurélio foram incorretos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Eduardo Azeredo, quero aproveitar a oportunidade para também falar sobre esse aspecto. A vida pública não é fácil. Estamos sempre numa espécie de jaula de vidro onde todos nos observam mesmo quando imaginamos que não estamos sendo observados. Eu assisti a uma cena – eu até comentei isso na Comissão e fiz uma crítica pública – em que o Governador do Estado de São Paulo, José Serra, pega um fuzil, aponta para o os fotógrafos e tira uma fotografia. Seguramente, durante aquele gesto, naquele dia, alguém morreu à bala no Estado de São Paulo e em outros Estados da Federação. Acho que era incorreto associar aquela atitude, que não creio ser da natureza do Governador, aos desdobramentos da violência no Estado.

Eu conheço Marco Aurélio Garcia há muitos e muitos anos. Ele viveu boa parte de sua vida no exílio, primeiro no Chile, depois na França, onde fez os seus estudos.

E é uma pessoa de grande elegância, muito cordata. Eu jamais o vi fazer um ato qualquer de desrespeito a quem quer que seja. Até mesmo pela vocação de tratar de problema de política externa, de diplomacia, que eu acho uma vocação muito profunda, de historiador, de professor universitário. É evidente que ele jamais faria um gesto como aquele em público, e ele disse isso. Não podemos associar um gesto como aquele a um momento de dor que nós atravessamos. Ele também sentiu a dor, o sofrimento, a angústia, a solidariedade. E acho que ele pediu desculpas publicamente e disse que jamais faria aquilo e que não tinha a intenção de agredir ou de desrespeitar quem quer que fosse. Então, imagino que deveríamos realmente aprofundar a discussão naquilo

em que ela é relevante e substantiva. Não que situações como essas não possam ser discutidas; eu acho que podem. Mas o Senado deveria, neste momento, concentrar-se muito naquilo que é sua competência. Nós precisamos aprimorar o papel das agências reguladoras. Penso que nós não podemos tomar iniciativas açodadas em relação às agências de regulação. Elas precisam ter estabilidade. Elas têm um papel relevante em políticas de Estado. Elas não podem ser um instrumento de governo. Elas têm um outro papel, o de atrair investimento, o de permitir estabilidade das regras. Então, como é que nós vamos construir esse equilíbrio, as exigências de fiscalização e de acompanhamento, o perfil de competência das funções? Essa é uma tarefa para a qual o Senado pode contribuir decisivamente. Nós criamos inclusive uma Subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Delcídio Amaral, para tratar exclusivamente desse tema. Dessa forma, o Senado se antecipa a um tema, assim como estamos fazendo em relação à reforma tributária. É uma discussão de um projeto de lei que já tramita na Câmara. Tivemos uma iniciativa também do Senador Tasso Jereissati que aprimora regras constitucionais, mas na linha da estabilidade. Precisamos repensar com profundidade o assunto para não tomarmos, por causa desse episódio, uma atitude que possa prejudicar a regulação, ao invés de contribuir para ela.

Chamo a atenção de V. Ex^a para uma questão. Hoje vi uma matéria em um jornal, até fiz um comentário a esse respeito, que dizia que, em função da crise aérea, estamos aumentando os acidentes nas estradas. Os economistas que estudam econometria diriam que essa é uma correlação espúria. É muito precipitado fazer uma afirmação como essa. E por quê? Porque as vendas de automóveis cresceram, nos últimos doze meses, 12%. Vamos para 2,9 milhões de veículos vendidos este ano. Só isso já explica parte do aumento que ali está manifestado. Mas precisamos ver se há regularidade nesse aumento.

Lembro principalmente que o consumo doméstico cresceu, em seis meses, 13%. Quero chamar a atenção – V. Ex^a trata do problema das estradas, que me parece muito importante – para o fato de que o Brasil tem 173 mil quilômetros de estrada, 60 mil quilômetros de responsabilidade do Governo Federal. Não vejo saída para a questão da infra-estrutura de transportes se nós não avançarmos na concessão de estradas e se não trabalharmos a parceria entre União, Estados e Municípios para verdadeiramente atacarmos esse problema, porque estamos colocando quase 3 milhões de veículos a mais, somente este ano, em uma estrutura viária que já está saturada em muitos pontos, principalmente nos grandes centros urbanos.

Por que estamos com carência de infra-estrutura? Porque este País ficou praticamente 25 anos crescendo de forma medíocre, vegetativa. Nos últimos três anos, cresceu 4,1% e, este ano, todas as projeções de analistas migram para 5%, com uma demanda doméstica crescendo 13%. Esse crescimento recente vai estrangular não apenas a estrutura aeroportuária, mas também a de transporte terrestre e a estrutura portuária. Há um estrangulamento, é evidente. Exportávamos US\$60 bilhões, há quatro anos, e hoje estamos exportando US\$160 bilhões. Praticamente triplicamos o volume de exportação, e as importações crescem 26% ao ano (dado relativo a este ano). Então, há um volume de comércio exterior que explodiu nesse período, sem que tivéssemos nos antecipado a esse crescimento, que ninguém acreditava, nem os mais otimistas economistas do País.

O País, hoje, tem US\$150 bilhões em caixa, a massa salarial cresceu 8,3%, e há um problema de logística e infra-estrutura.

Eu diria que o desafio maior ainda é a energia. O consumo de energia cresceu 8%, nos últimos doze meses. Repito: 8%. Muito acima de qualquer previsão em relação à oferta de energia futura. Fiz um pronunciamento especificamente sobre isso, que é o tema que mais me preocupa em relação à sustentabilidade do crescimento.

Tenho conversado muito com o meu filho Pedro, que fez economia na USP e tem estudado, com profundidade, esse tema energético, ajudando-me na reflexão sobre esse tema. Nós não temos uma saída rápida para a questão energética se não utilizarmos as biomassas. Vamos moer 500 milhões de toneladas de cana este ano, recorde de safra na nossa história, assim como vamos ter recorde de safra agrícola – em torno de 132 milhões de toneladas de grãos –, e o potencial das 350 usinas de etanol e de açúcar é correspondente a uma Itaipu. Só que apenas 10% das usinas vendem energia no mercado.

Temos que aprimorar o marco regulatório e temos que financiar e desonerar para que os empresários invistam nas caldeiras, aumentando a capacidade de pressão da caldeira e fornecendo energia como resposta rápida.

Madeira e Belo Monte são para depois do momento mais difícil, que será em 2010 e 2011. Então, creio que essa é a discussão que o Senado Federal precisa aprofundar.

O Programa de Aceleração do Crescimento vem exatamente na perspectiva de acelerar o investimento em logística, em energia, e de tentar correr contra o tempo perdido, porque o País voltou a crescer sustentadamente.

A Anac, que é uma agência muito nova, não pode manter os passageiros desprotegidos, não pode ter multas com valores tão pequenos – e, muitas vezes, as empresas recorrem a liminares para não serem executadas – e tem que ter apoio neste momento para que o marco regulatório, a fiscalização, as rotas e a ocupação dos aeroportos sejam muito mais rígidos.

Não tenho dúvida de que um desdobramento dessa crise que já está em curso é o aumento de custo, como o seguro das aeronaves. O seguro vai cobrir esse acidente integralmente, mas os seguros vão aumentar de preço no Brasil. E não apenas os seguros vão aumentar de preço; a mudança das rotas que está sendo feita vai encarecer o transporte aéreo, e o aumento de passagem vai diminuir a demanda e ajustar, em parte, o problema da oferta, da infra-estrutura e da logística das aeronaves.

Quero lembrar que não há aeronaves disponíveis para serem compradas neste momento. A Embraer trabalha três turnos, de segunda a segunda, e não consegue mais responder às encomendas, às demandas que estão sendo apresentadas. Estive com muitos no Parlamento do Mercosul, no Uruguai. O Governo do Uruguai quer comprar aeronaves da Embraer e não tem condições de ter acesso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou apenas concluir.

Esse é mais um problema de estrangulamento que temos tido em todo esse processo.

Vejo que, se nos aprofundarmos não apenas na questão do marco regulatório, mas também numa legislação que defenda o consumidor, que traga regras mais rígidas para proteger o passageiro, vamos, como Senado, contribuir muito para o nosso papel institucional na superação dessa crise e no aprimoramento da qualidade do serviço da aviação civil no Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, depois, aos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy. E pretendo concluir, porque acho que já excedi o tempo, apesar de ter falado bem menos do que os Líderes anteriores que subiram a esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Faço um apelo aos apartes para serem sucintos, já que realmente a Presidência não tem autoridade agora de impedir que o Senador Aloizio Mercadante use da palavra pelo tempo que desejar, uma vez que esse foi o procedimento anterior.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E ele desejou só a metade do outro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas sei que os colegas, Senadores Mão Santa e Flexa

Ribeiro, são pessoas de sensibilidade política apurada e estão verificando aqui a ansiedade da Senadora Serys Slhessarenko e de outros Senadores para discursar. O Senador Eduardo Suplicy, da mesma forma, terá essa sensibilidade. A Presidência agradece.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI. *Fora do microfone.*) – Primeiramente, quero agradecer a Deus a volta de V. Ex^a a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Um momento, Senador. (Pausa.)

Senador Mão Santa, V. Ex^a já pode fazer seu aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, há pouco eu disse que o admirava e que V. Ex^a é um grande Líder. Não sei sobre esse negócio de carisma, de Deus, de santo, mas V. Ex^a enfrenta. O Líder é isso. E isso respeito e admiro. Quero dar meu perfil: V. Ex^a pensa como economista, eu penso como cirurgião. Jamais V. Ex^a vai me ver falar aqui: “Não sei quem matou”. São acidentes. Fico constrangido quando ouço: o doutor cirurgião matou um”. Não matou. Foi um acidente, um choque anafilático... É a mesma coisa. Essas coisas ocorrem. Agora, esse debate qualificado é extraordinário. V. Ex^a trouxe o assunto dos dois aeroportos, Guarulhos e Congonhas, e quero relatar uma experiência recente. Eu fiz uma viagem internacional, pousei em Congonhas, depois do acidente, e fui para Guarulhos. O táxi – estou aqui com o preço – é quase o preço da passagem da ponte aérea Rio–São Paulo. Então, é algo a se pensar. Eu queria dar a minha colaboração. Estou aqui porque tenho o que dar. Eu só entendo o Senado nesse sentido. O nosso Luiz Inácio tem que ouvir. O Senado é o pai da pátria. Se não for... Eu tenho 64 anos. O que me revoltou naquele episódio foi justamente isso, falarem “não sei o que”... Waldir Pires é um homem extraordinário, um homem público. É muito comum, Mercadante, homenagear-se o sol que nasce, os que saíram. Mas ele é um homem que tem uma vida. Ele foi chefe da Previdência e eu era Médico da Previdência. Por isso que tremi de indignação, porque, depois de tanta luta, ele foi um dos melhores administradores da Previdência Social. Eu falo como os médicos. Mas, com quarenta anos de médico cirurgião, se eu morresse e não fosse Senador, Adalgisinha ia ficar com dois mil e pouco. E eu vi naquela medida provisória gente entrando na porta larga com dez mil e tanto. Então, tem muita gente para esse Ministério. O Waldir Pires foi bom, cumpriu uma missão, um homem honrado, um homem honesto, um homem direito. É muito o sol que está nascendo. E ali é muito forte, porque tem os militares – chamei até V. Ex^a. Fiquei a imaginar. E merece, pelo que você é, pelo comportamento, a honradez, a virtude, o seu pai. Tenho certeza porque eu convivo

no meio e tive um episódio desse. Tinha gente no Piauí que ganhava 27 mil dólares. Os coronéis da polícia do Piauí ganhavam mais que os generais. Por isso que eu governei com uma liminar dada por este homem extraordinário: Sepúlveda Pertence. Um secretário meu era general e ele ganhava seis vezes menos que os oficiais. Então eu pergunto se não são essas inversões de valores que estão estragando o Ministério da Defesa, que tem a Aeronáutica. Quanto deve ganhar um brigadeiro, um general, um almirante? Enquanto pessoas estão entrando sem nenhuma qualificação, ganhando mais de dez mil reais. Mas o que eu quero é dar a minha contribuição a V. Ex^a. Eu e o Azeredo, que está aqui de testemunha, nós trabalhamos no Senado. Por isso também que me revoltei. Nós estamos aqui e negócio de acordo, que acordo? O País está vendo, não tem ninguém aqui! Como é que vamos votar uma medida provisória, que devia ser lei, que traz despesa, que aumenta o funcionalismo? V. Ex^a, no fundo, está comigo. Mas eu queria trazer experiência. O Azeredo está aqui e nós tivemos um debate qualificado de Aeronáutica. Atentai bem! Havia 400 aeroportos que funcionavam neste País, e estão reduzidos para pouco mais de 100. Por quê? Porque havia umas linhas mamárias, aviões pequenos, que eram subsidiados. Eles ganhavam das grandes 20%. Passagem, é lógico. Se você contrata um ônibus, é maior do que um táxi. A passagem é mais cara. Mas só no meu Piauí, pousava e tinha linha mamária. Guadalupe, Floriano, Pires e Parnaíba, minha cidade, que teve. Fala só na mídia, na mentira. Vôo internacional. Não tem mais nem vôo na linha mamária. Não tem nem gasolina. Então, o Azeredo, no mesmo debate, disse que em Minas são mais de dez aeroportos de linhas mamárias, como chama a aeronáutica dos Estados Unidos. Então, queria dar essa contribuição para V. Ex^a, que representa o melhor do PT. E está aí a Serys. Não vamos colocar mulher. O PT. V. Ex^a é o melhor candidato do PT a Presidente da República. O Fernando Henrique Cardoso também perdeu; e foi para prefeito. E ele era assim. E de repente... Não, eu não estou... Estou só... Se isso acontecer, Deus é que sabe, V. Ex^a se lembre de que fui honesto com V. Ex^a, com o País e o povo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– V. Ex^a sempre foi polêmico e presente na vida deste Senado.

Quero me associar às palavras de V. Ex^a em relação a Waldir Pires. É um brasileiro que deu uma imensa contribuição ao País, com os vários cargos públicos que desempenhou na Controladoria-Geral da República, no Ministério da Previdência. Mas, exatamente por essa vivência, trajetória e compromisso com o País, ele sabe que a função pública é assim. Há momentos

em que as circunstâncias políticas exigem mudanças e precisamos estar preparados para elas.

Eu considero que Nelson Jobim foi um Parlamentar muito destacado. Fui Deputado com ele, que teve uma função absolutamente relevante naquele período, sobretudo na Constituinte.

Também como Ministro, em particular como Presidente do Supremo, penso que não teríamos a reforma do Judiciário sem ele. Eu trabalhei com ele intensamente naquele período, e o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público foram possíveis pelo empenho, pela dedicação, eu diria, pelo compromisso do Presidente Nelson Jobim. Inclusive, com relação à súmula vinculante, contra a qual havia uma grande resistência no Poder Judiciário, eu acho que ele teve um papel absolutamente destacado. Espero e tenho convicção de que ele desempenhará com tanta competência quanto o fez nas funções anteriores o papel de Ministro da Defesa, neste momento.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Aloizio Mercadante, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, principalmente pelo tom que V. Ex^a usa. E quero aqui fazer um registro: todos nós, seus Pares, reconhecemos a sua competência, o seu prestígio político, a sua representatividade dentro do seu partido e a forma como V. Ex^a voltou para esta legislatura, no meu entendimento, a meu juízo, diferente da que tinha há dois anos, quando convivi com V. Ex^a aqui, e quero parabenizá-lo por isso. V. Ex^a tem sido, realmente, um Parlamentar que busca o consenso, a negociação, principalmente em benefício do Brasil. Eu quero só dizer ao nosso nobre Presidente Alvaro Dias que vou abrir mão da minha inscrição. Sou o décimo terceiro inscrito, mas não vou ter possibilidade de falar devido ao adiantado da hora. O pronunciamento que eu iria fazer é de grande importância e o farei na terça-feira. Farei inscrição para isso. O plenário esvaziado não merece que possamos fazer isso, porque gostaria de ter a participação dos meus Pares. Volto ao nobre Senador Aloizio Mercadante. A Oposição não está culpando ou colocando a responsabilidade, até porque o Presidente não era o Comandante do avião. O que nós estamos dizendo, e aí V. Ex^a há de concordar, é que o Governo é muito lento na tomada das suas decisões; a gestão do Governo é ineficiente nas ações necessárias, dentro de tudo que V. Ex^a colocou, que são verdadeiros os índices de crescimento. Seria necessário que houvesse por parte do Governo também os investimentos. O que nós vimos ao longo desses quatro anos e meio e continuamos a ver agora, lamentavelmente, é a ausência total do investimento nessas áreas onde há o apagão aéreo, onde ocorrerá o apagão energético, sobre o qual farei

um comentário em seguida. Passaram-se dez meses, Senador Aloizio Mercadante, dez meses, desde aquele fatídico acidente com o avião da Gol, tempo em que a Nação brasileira cobrava do Governo tomadas de ações no sentido de resolver o problema. E o que nós vimos? V. Ex^a tem toda razão, temos de rever a questão das agências reguladoras. Elas são importantes, precisam ser valorizadas. Este Governo fez todas as ações no sentido de diminuir a importância, esvaziar as agências reguladoras. E V. Ex^a concorda com o fato de que elas precisam ser independentes, ter estabilidade. Precisam ter um mandato, mas têm de ter eficácia também. Não é possível dar mandato a uma diretoria de agência reguladora, se essa diretoria não cumpre com a sua obrigação. E quem tem, no meu entendimento, obrigação de fazer essa fiscalização é o Senado Federal, que é quem aprova esses nomes. Então, façamos essas correções por intermédio da Subcomissão do Senador Delcídio Amaral. Vamos buscar esse aperfeiçoamento. O que não podemos fazer é eliminar esse instrumento que é a favor da regulação dos serviços...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Tenho um informe importante sobre isso: na segunda-feira próxima, estaremos realizando, às 19 horas, na sala da Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública da Subcomissão do Marco Regulatório, para tratar somente da aviação civil.

Estarão presentes o Major-Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, que é Diretor-Geral do Departamento do Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa; o Sr. Milton Sérgio Zuanazzi, que é Presidente da ANAC; José Carlos Pereira, Presidente da Infraero; José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato das Empresas Aeronáuticas, e João Quirino Júnior, Presidente Regional da Associação Brasileira das Agências de Viagens – Abav.

Será exatamente no sentido de aprofundarmos a discussão no Senado Federal. E quero saudar o Senador Delcídio por essa iniciativa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É mais uma audiência pública. Nós realizamos tantas, ao longo desses dez meses, com a participação de todos esses que estão convidados para essa próxima audiência. Mas o que eu acho estranho é que a Anac autorizou a utilização... Tive uma informação, pela mídia, de que o tempo de voo das aeronaves, por dia, era de sete horas. Em função do aumento da demanda de passageiros, as aeronaves estão voando quatorze horas por dia. Ou seja, estão voando mais, em detrimento da segurança, da revisão dessas aeronaves. E isso autorizado pela Anac. Por que nesses dez meses, desde o acidente com o avião da Gol, o Governo brasileiro não tomou a atitude que está tomando agora? Todos nós concordamos

com o fato de que o Presidente Lula acertou com a nomeação do Ministro Jobim. Lamento apenas, pela história política do Ministro Waldir Pires, que ele tenha saído da forma que saiu, sendo inclusive chamada sua atenção em público, na mudança de comando. Não precisava disso. Bastava ter tido ação imediata logo no início. Não sei se é irresponsabilidade, incompetência da Anac de permitir aumento de pousos em Congonhas. Não queremos dizer que a falta de investimentos foi a causa do acidente. Foi uma das causas. A pista estava escorregadia. Dois dias antes, durante o pouso, o avião da Pantanal aquaplanou e saiu da pista. Foi tudo isso, lamentavelmente, uma soma de fatalidades levou à perda de mais de 199 vidas humanas. Quero apenas, para encerrar, fazer dois comentários ao pronunciamento sempre brilhante de V. Ex^a. Com relação ao Sr. Marco Aurélio, é lamentável, porque ele tem mostrado ser desastroso em vários episódios. Foi agora na questão do acidente, como o foi na questão da intervenção do Governo boliviano nas instalações da Petrobrás. Quer dizer, ele tem dado demonstração de que realmente não tem uma visão muito voltada ao interesse do Brasil, interesse da nossa sociedade. E, com relação à energia, V. Ex^a coloca aqui a preocupação de todos os brasileiros. Nós vamos ter, sim, um apagão de energia. V. Ex^a agora expôs que cresce o consumo a 8%. Agora, estou vendo na mídia uma declaração. Eu vou ler, para que se perceba que é preciso haver pelo menos comunicação dentro do Governo com a sua base política, a seguinte declaração do Ministro de Minas e Energia: “O Ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, garantiu ontem, durante reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não faltará energia nem a curto nem a longo prazo. Hubner apresentou estudos feitos pela ONS para abastecimento de energia. A reunião com o Presidente Lula foi pedida pelo próprio Ministro em função das notícias de que há risco de apagão energético em 2011. Estudo divulgado pelo Instituto Acende Brasil mostra que a possibilidade de faltar energia neste ano, em 2007, chega a 32%”. Então, V. Ex^a diz aqui à Nação por meio da TV e da Rádio Senado, que há realmente risco de haver um apagão de energia. Vem o Ministro de Minas e Energia e diz exatamente o contrário do que está sendo mostrado por todas as entidades que se preocupam com essa questão, revelando que existe o risco, que o risco é real e que precisamos tomar atitudes. Não sei se o Ministro quer encobrir para que não haja uma ação imediata do Governo. Qual é a informação correta: a do Ministro, a sua ou a do Instituto Acende Brasil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Flexa Ribeiro, como sempre, V. Ex^a é um aguerrido representante da Oposição, muito respeitoso

so, com quem tenho aprendido a conviver e a construir muitas soluções nesta Casa.

V. Ex^a citou vários assuntos, e eu queria, de forma muito breve, mencioná-los.

Em relação à questão energética, o Governo, o ONS e o setor privado trabalham com um cenário de possibilidade de racionamento. Segundo cálculos do Governo, em virtude dos leilões de oferta de energia, dos investimentos que estão sendo feitos, de uma estimativa de demanda, do índice pluviométrico – ocorreram chuvas muito intensas em 2000 e 2007, sendo os reservatórios a grande poupança da água, pois nossa matriz energética ainda é fundamentalmente hidrelétrica – a possibilidade de racionamento para os próximos anos não supera 5% (a não ser em 2011, na Região Sudeste), havendo a possibilidade de se chegar a 5,9%, o que está de acordo com as exigências internacionais...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Para concluir, Sr. Presidente. Essa previsão está de acordo com as projeções internacionais de um risco tolerável de racionamento.

Agora, para 2011 – não para agora –, o Instituto Acende Brasil projeta o risco de 16% a 32%.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – *(Inaudível)*.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Não, eu sei. Mas a notícia não procede. Eu lhe darei o estudo do Instituto Acende Brasil.

A projeção do Instituto Acende Brasil é de que o risco de racionamento vai de 16,5% a 32%.

O cenário de 32% é de estresse total no fornecimento de energia.

Meu filho Pedro, que está aqui hoje, me explicou detalhadamente, porque fez um trabalho bem profundo sobre esse assunto. O estresse é sobretudo no Plangás, que é o grande pilar da oferta de energia futura para mover as termelétricas. São 9 trechos de gasodutos, 3 navios que vão transportar GNL, mais duas plataformas de regasificação. E com isso, mais a exploração do potencial do Espírito Santo, nós aumentaríamos a nossa oferta de gás, teríamos condição de acionar as termelétricas, as PCHs, as eólicas, todas as outras, e mesmo e inclusive biomassa complementar essa oferta energética.

A minha visão é a de que o País está crescendo além das melhores estimativas e tem condições manter esse crescimento, se o cenário internacional continuar como está. Se nós, neste segundo semestre, tratarmos da reforma tributária – temos excelente momento para avançar nisso –; se fizermos a reforma política; se a Casa contribuir; se o ambiente do País for também o de procurar preservar o País, os interesses nacionais, e se o debate político for de uma oposição crítica fisca-

lizatória mais construtiva, acho que podemos acelerar o crescimento nos próximos anos.

E, seguramente, para manter esse crescimento acelerado, nós precisamos aumentar a oferta de energia. Eu quero trabalhar com um cenário mais pessimista do que o cenário – mais otimista – do Governo, ainda que eu torça para o cenário do Governo ser o cenário verdadeiro, e, para isso, nós precisaríamos dar uma resposta melhor na questão energética.

Voltarei à tribuna e quero esse debate com V. Ex^a, porque tenho sugestões bastante concretas, especialmente a de aumentar a oferta de biomassas.

Mas em relação à gestão da crise. Nós tínhamos um ponto de estrangulamento visível, em tantos que se sucederam ao longo desse crescimento da demanda aérea, de 43%, em 3 anos. Só este ano, 17% de aumento no volume de embarque e desembarque – estamos tratando de 102 milhões de embarques e desembarques no País.

Tínhamos um ponto de estrangulamento, que eram os controladores de vôo, o ponto mais sensível da crise. São basicamente sargentos, que já tinham o adicional de salário. Há quatro categorias militares: os submarinistas, os pilotos de caça, os pára-quedistas e os controladores de vôo, que já tinham um adicional de salário e que não queriam abandonar a carreira militar, apesar de os profissionais civis terem uma remuneração muito melhor. E a solução encontrada foi abrir a possibilidade de progredirem na carreira, inclusive até chegarem ao grau de coronel.

Com essa perspectiva de virarem tenentes, majores, capitães, resolvemos a demanda fundamental: pacificamos esses segmentos. Vários novos controladores estão sendo treinados e formados e, felizmente, esse ponto de estrangulamento está sendo superado.

Em relação às pistas, aqui mesmo em Brasília foi construída uma pista nova. Em relação à pista de Congonhas, que era o desafio maior, porque é o aeroporto de maior volume de cargas – desde meados dos anos 90 já é o aeroporto de maior volume de transporte de embarque, desembarque, decolagens e pousos –, foi feito investimento em modernização em um período de relativa seca, com pouca possibilidade de chuva. Todos os indicadores até o momento demonstram que não houve aquaplanagem – 40 aeronaves já tinham pousado no período da chuva – e que o problema fundamental relativo ao trágico acidente é de origem mecânica e/ou associado ao problema no manete na gestão da equipe de pilotagem, que levou ao acidente trágico com a aeronave da Airbus.

Gostaria de encerrar, não sem antes de ouvir, evidentemente, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Aloizio Mercadante, gostaria de cumprimentá-lo pela maneira séria e equilibrada com que expressa o seu sentimento de pesar pelos que faleceram nesse trágico acidente.

E também por estar, com muita seriedade, indicando os caminhos de averiguação das causas do acidente, procurando formular sugestões para as autoridades, sobretudo, ao agora Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Que o Ministro Jobim possa acertar da melhor maneira possível, considerando também a seriedade com que o Ministro Waldir Pires conduziu o Ministério da Defesa. Gostaria de expressar aqui um sentimento sobre um fato que me impressionou hoje no aeroporto de Congonhas. Até perguntei às pessoas que me atenderam no balcão o que tinha acontecido, pois havia tão poucas pessoas em relação ao que normalmente estávamos encontrando. Estive no exterior do dia 12 até hoje de manhã e, ao chegar, para embarcar para Brasília, às seis horas da manhã, verifiquei que o número de pessoas em cada um dos balcões das diversas companhias era muito menor do que há três semanas. Isso me causou preocupação porque observei que, certamente, as aeronaves das diversas companhias de aviação não estavam lá como antes estavam. Acredito que as empresas de aviação aérea civil vão ter um resultado, nesse período, até que as coisas se normalizem, menor do que o que estariam planejando. Isso também deve ser uma preocupação nossa e também das autoridades governamentais.

Faço esse registro em complemento às observações que V. Ex^a fez.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/ PT – SP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Termino, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores. O acidente da TAM produziu, de acordo com os últimos cálculos oficiais, exatas 199 vítimas. Mas houve uma vítima não computada, talvez a mais importante. Essa vítima de número 200 foi a verdade, assassinada de antemão, antes de mesmo de nascer e ser revelada, por uma espécie de aborto midiático promovido por irresponsáveis e enfadados. Pelas outras vítimas, não podemos, lamentavelmente, fazer mais nada. Mas temos o dever de lutar por essa vítima e fazê-la renascer, pois só a apuração completa e imparcial do acidente poderá evitar novas tragédias e novas vítimas.

Por isso, termino esse pronunciamento fazendo votos para que o inquérito sobre o acidente da TAM seja rigoroso, de forma que possamos tomar todas as medidas necessárias destinadas a corrigir o que tiver que ser corrigido. Não é nada para os que já se foram, mas é imprescindível para os que ficaram.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Por ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, o Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de falar, mas não vou falar porque o tempo urge, sobre o projeto de lei que protocolamos hoje, que altera a Lei nº 7.565, de 1986, Código Brasileiro da Aeronáutica.

Os discursos aqui hoje foram inúmeros, longos, importantes, os apartes também. A fala do Senador Aloizio Mercadante fez um retrato muito fiel da situação, de forma muito tranqüila. Tenho tomado atitudes bem concretas no meu gabinete, chamando especialistas da área para discutir esse problema. E têm emergido proposições no sentido da legislação já existente.

Então, estamos propondo reformulação de parte do Código Brasileiro de Aeronáutica, a Lei nº 7.565, de 1986. Estão aqui sendo protocoladas, na Mesa do nosso Senado, as alterações que estamos propondo e que vamos discutir **a posteriori**.

Gostaria de abordar dois assuntos, Sr. Presidente, um deles é sobre a nossa estada em Mato Grosso, na terça-feira passada, dia 31 de julho, quando participei de um dos momentos raros do cotidiano político nacional. Refiro-me à visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Cuiabá, que motivou a reunião e o conagraçamento das principais personalidades políticas do Estado, independentemente da coloração partidária, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a vai entender, logo à frente, por que estou dizendo isso.

A visita do Presidente Lula marcou o anúncio do pacote de R\$574,5 milhões em recursos do PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento – para Mato Grosso. Além de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, o Município de Sinop também será contemplado com obras de saneamento e urbanização.

Lula foi acompanhado da nossa Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, mulher determinada, competente, comprometida, e do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, também com tais qualidades. O nosso Presidente se sentiu em casa e à vontade em Cuiabá, relatando, com entusiasmo, o significado dos investimentos anunciados que trarão fortes benefícios notadamente para as camadas mais pobres da população.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Presidente Lula, em Mato Grosso, lembrou os seus 20 anos de idade quando, no ABC paulista, Senador Eduardo

Suplicy, lutava contra as enchentes, exatamente por falta de esgoto e saneamento. “Foram momentos duríssimos, mas que servem hoje para que eu incentive e participe da mudança na qualidade de vida da população mais carente e mais pobre do nosso País”, disse o Presidente.

Vimos, em Cuiabá, o Presidente Lula, oriundo das camadas mais pobres da nossa cidadania, demonstrando o compromisso que tem o seu Governo de alterar a situação de subalternidade em que vive a grande maioria de nosso povo. É um Presidente que veio do meio dos pobres e governa para os pobres. É um Presidente que traduz as prioridades de seu Governo, as prioridades construídas pelos trabalhadores do Brasil. É um Presidente que, como operário das grandes montadoras paulistas, viveu nos bairros da periferia de São Paulo, teve sua moradia diversas vezes invadida pelas águas da chuva.

Sofreu devido à falta de saneamento e agora providencia investimentos urgentes nesse setor para que o povo pobre do Brasil, seja em Mato Grosso, seja em qualquer lugar deste País, não tenha que passar pelos mesmos constrangimentos pelos quais ele passou.

Serão aplicados em Mato Grosso recursos substanciais do PAC, sendo R\$238 milhões para Cuiabá, R\$156 milhões para Várzea Grande e R\$127 milhões para Rondonópolis. As cidades se enquadram na primeira etapa do PAC, voltada a Municípios com população superior a 150 mil habitantes. O Governo Federal aproveitou para anunciar a seleção prévia de projetos de Sinop, Município importante em Mato Grosso como tantos outros e para onde designou uma fatia correspondente a R\$52 milhões. Os projetos contemplarão com saneamento básico e urbanização uma população de 1,1 milhão de pessoas no nosso Estado.

A importância da presença do Presidente Lula em Cuiabá a história já registrou, tanto que o Prefeito Wilson Santos, do PSDB, declarou que “nenhum Presidente da República jamais levou tanto recurso para Cuiabá, como o Governo do Presidente Lula”, afirmando que o Presidente Lula “cuida dos pobres”; e, sendo mais enfático ainda, o Prefeito diz: “Em nome do PSDB, quero dizer que o senhor é o Presidente que mais trouxe dinheiro na história de 300 anos de Cuiabá”. Sim, o Prefeito tucano teve esta humildade, de fazer esse reconhecimento, demonstrando seu espírito público e, por isso, Sr. Presidente, merece as nossas homenagens o Prefeito Wilson Santos, de Cuiabá.

Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis terão disponíveis os recursos do PAC até o final de agosto, os quais permanecerão livres de contingenciamento.

As obras de saneamento prometem promover um novo desenho na estrutura urbana e no quadro social

dos três maiores Municípios do meu Estado de Mato Grosso. Em Cuiabá, o projeto prevê o tratamento de 65% de todo o esgoto gerado na cidade, ante a média que tinha de 19%. Impacto maior é esperado em Rondonópolis, onde a rede de tratamento processará 97% do esgoto e 100% da água consumida pela população. Em Várzea Grande, a projeção é a de que as obras ampliem o atendimento para 90% da rede.

O lançamento do PAC em Mato Grosso foi exaltado pelos Prefeitos. Na avaliação do Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, o foco em recursos para saneamento figura como uma iniciativa inédita no País. O Prefeito destaca que, na história política do País, tal medida esteve sempre à margem das ações de qualquer Governo.

O Prefeito considera que essa é uma quebra de tabu, em menção à pecha de que tais obras não “rendem votos” por estarem embaixo da terra e não às vistas da população.

Para o Prefeito de Várzea Grande, Murilo Domingos (PR), os recursos e o apoio dado pelo Governo Federal representam o esforço máximo possível para contemplar a cidade no pacote. “Várzea Grande está satisfeítíssima”, destacou o Prefeito. Adilton Sachetti (PR), Prefeito do nosso querido Município de Rondonópolis, também acredita que as obras simbolizam a realização de um sonho da população e um marco na transformação social do Estado. Para ele, Lula demonstrou “ousadia para quebrar paradigmas”.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que digo que vivi um momento único na manhã de terça-feira em Cuiabá. Um momento que há de marcar a história de nossa Capital. E mais uma vez confirma o compromisso do Presidente Lula, o compromisso do nosso Governo em priorizar o atendimento às camadas pobres de nossa população para que possamos, um dia, viver num País sem pobreza e sem miséria. Essa é a nossa luta, essa é a luta do Presidente Lula, esse é o seu compromisso no seu cotidiano de luta e de trabalho como Presidente da República de nosso País.

Eu queria – preciso ainda de alguns minutos – registrar um fato que para mim é extremamente importante: na terça-feira próxima, dia 7 de agosto, o magnífico Reitor da nossa Universidade Federal de Mato Grosso, nosso amigo e companheiro, o Professor Paulo Speller fará o lançamento oficial das festividades que marcarão as comemorações dos 50 anos de atividades ininterruptas da Faculdade de Direito de Cuiabá, instituição que serviu de alicerce para a criação da nossa Universidade Federal de Mato Grosso e que foi o primeiro estabelecimento de ensino superior do Estado de Mato Grosso.

Não poderia deixar de destacar aqui uma data tão importante para a história de nossa Universidade de Mato Grosso. Uma comissão organizadora dos festejos foi formada, tendo como figuras de destaque os professores Carlos Teodoro Irigaray, Luis Alberto Esteves Scaloppe e a Juíza do Trabalho, Carla Reita. Uma ampla programação já está definida para o mês de agosto com palestras do universo jurídico brasileiro, lá estando, fazendo realmente as suas palestras em comemoração aos 50 anos da nossa querida Faculdade de Direito.

Essa é uma data histórica que será intensamente comemorada intramuros do Campus da UFMT, mas que certamente envolve toda a cidadania mato-grossense. Das salas e das inúmeras turmas que se formaram na Faculdade de Direito saiu grande parte dos gabaritados profissionais que hoje comandam o Poder Judiciário de Mato Grosso, bem como o Ministério Público de nosso Estado, além de inúmeras autoridades públicas do Legislativo e do Executivo mato-grossense e muitos outros profissionais, que, militando no serviço público e na Advocacia, tanto contribuem para a afirmação do Direito como um valor fundamental em nossa comunidade.

Eu mesma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo muito de minha formação, de meus conhecimentos, àquilo que aprendi freqüentando as salas da Faculdade de Direito da UFMT, convivendo ali com queridos colegas, aprendendo lições imorredouras de mestres tão queridos, capacitando-me da melhor forma possível para os enfrentamentos dos muitos desafios que têm marcado minhas atividades profissionais e minhas atividades públicas. A Faculdade de Direito da UFMT ocupa um lugar muito especial no coração e na mente de minha família, a família dos Slhessarenko, sabendo-se que o Professor Leonardo Slhessarenko, pessoa admirável com quem convivi por longos anos, um dos mais atuantes mestres da nossa querida UFMT, também é egresso da Faculdade de Direito e foi lá, nessa tão querida instituição, que se formou o meu filho, Alexandre Slhessarenko, hoje um profissional de atuação tão destacada na advocacia brasileira.

Quando falo da Faculdade de Direito da UFMT falo, portanto, de uma instituição com a qual eu e muitas outras pessoas, em Mato Grosso, construímos uma relação afetiva muito intensa.

Dá gosto pensar nela, Sr. Presidente. É sempre com muita alegria que me refiro a ela, ainda mais agora, que ela festeja seus 50 anos de atividades tão marcantes.

Desta tribuna, quero firmar meu pleito de reconhecimento e festejar o fato de que, como parte das atividades comemorativas dos 50 anos da Faculdade de Direito, além de evento temático comemorativo, haverá a realização do 1º Congresso Internacional

de Direito Agroambiental. Haverá também a inauguração do novo prédio, com as novas instalações da Faculdade de Direito. Podemos, então, comemorar o jubileu juntamente com o fato de que nossa querida Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso cresce e ganha uma estrutura cada vez mais adequada à importância do ensino e da qualificação que ela propicia aos mato-grossenses, notadamente à nossa juventude.

Parabéns a todos os professores, alunos, ex-alunos e à comunidade de Cuiabá e de Mato Grosso por esse acontecimento tão glorioso, que é a comemoração dos 50 anos da Faculdade de Direito de Mato Grosso.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora Serys?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Flexa Ribeiro, eu estava encerrando o meu discurso, mas, com a autorização do Presidente, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Serys Slhessarenko, permaneci no plenário para ouvir atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. Quero falar da forma como se comporta a Oposição, uma Oposição construtiva, no Senado Federal. Ouvem o seu pronunciamento os Senadores Alvaro Dias, do PSDB; Mão Santa, do PMDB independente; eu próprio, que sou do PSDB; e o último dos moicanos do PT, o Senador Eduardo Suplicy – lamentavelmente S. Ex^a acaba de se retirar sem ouvir o pronunciamento de V. Ex^a. É lamentável, também, o Senador Eduardo Suplicy não ter ouvido o pronunciamento de V. Ex^a. Mas quero dizer a V. Ex^a que o meu amigo, dileto amigo, Prefeito Wilson Santos, de Cuiabá, dá uma demonstração de que o PSDB é um Partido que está comprometido com a gestão para a qual ele foi levado pela população, está comprometido com o desenvolvimento, no caso, de Cuiabá e do Brasil. Porque não fazemos oposição por oposição, fazemos uma oposição construtiva. E o Prefeito Wilson Santos parabeniza o Presidente por levar os recursos que vão beneficiar toda a população de Cuiabá, aqueles que votaram no Presidente e os que não votaram no Presidente, mas que também não podem ser penalizados. Quero só, ao parabenizar V. Ex^a, por ter notícias tão auspiciosas, lamentar, porque o Presidente Lula hoje deveria estar em Belém, fazendo o lançamento do PAC, dos recursos. Eu, antes do recesso, fiz uma referência, aqui, que, na análise do investimento do PAC, no primeiro quadrimestre, ficou evidenciado que o Pará e a cidade de Belém, que não tinham recebido nenhum recurso, para não dizer que nenhum, dos 3 bilhões e tantos aplicados, apenas 2 milhões e poucos. E à Governadora Ana Júlia, na campanha, o próprio Presidente Lula, candidato à reeleição, dizia que, se ela fosse eleita,

o Pará seria imediatamente atendido. E já se passaram sete meses e não chegou nenhum recurso ao Estado do Pará. O PAC está empacado. Ele iria hoje lá para fazer o lançamento. Não entendi por que não foi, pois a tradição do paraense é sempre a de receber bem as pessoas que lá chegam.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Espero que possa, no futuro breve, também chegar aqui e dizer que o Pará foi atendido, que a Governadora Ana Júlia foi atendida, porque nós do PSDB do Pará queremos que o nosso Estado continue tendo o avanço que teve nos últimos 12 anos, nos últimos governos do PSDB, que transformaram o Pará em um dos 5 melhores Estados da Federação brasileira. Parabéns para Mato Grosso! Parabéns para Cuiabá!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador. Gostaria de dizer que prestei homenagem aqui ao Prefeito Wilson Santos, de Cuiabá, do PSDB, pela postura que teve diante do Presidente da República. Como V. Ex^a disse, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva deu a maior demonstração, como tem dado para todo o País, o tempo todo, de que não discrimina, realmente, os Governos de Oposição. Está lá a testemunha. O Prefeito da nossa Cuiabá recebeu o maior investimento da história de Mato Grosso, dito por ele próprio. Portanto, quem não discrimina também e principalmente é o Presidente Lula, porque realmente Sua Excelência governa para os mais pobres, para os mais necessitados. Quem precisa de água, quem precisa de saneamento básico, quem precisa de urbanização é a população brasileira que sempre foi discriminada e deixada de lado por todos os Governos através dos tempos.

A maior demonstração de não-discriminação e de que realmente governa para os mais necessitados foi a do Presidente Lula. O Prefeito Wilson Santos mereceu e continuará merecendo as nossas homenagens enquanto tiver posturas como a que teve. O Presidente Lula foi magnificamente recebido em Mato Grosso, com os maiores aplausos, pela população.

Realmente, está aí a demonstração de um Presidente popular, de um Presidente que administra para a maioria da população, não esquecendo o todo dos brasileiros. Todos têm de ser governados pelo seu Presidente, mas ele governa, de forma muito determinada, principalmente os mais carentes.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a me permite um aparte? Só espero que ele não discrimine o Governo do PT da Governadora Ana Júlia, do Pará. Só isso que espero.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Que ele se lembre que o Pará é governado pelo PT e não discrimine o Pará. E quero dizer que ele próprio disse que governa para os mais ricos. Disse na televisão que os mais ricos são os beneficiados pelo Governo dele, que os mais pobres é que deveriam estar vaiando porque ele ainda não os atendeu como merecem – dito pelo próprio Presidente –, o que V. Ex^a está contradizendo agora no plenário.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, Senador, o Presidente governa para todos os brasileiros e todas as brasileiras, mas especialmente as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), os recursos determinados e consistentes são para a maioria do povo brasileiro. Saneamento básico, urbanização, água tratada, quem precisa são aqueles mais carentes do Brasil, que nunca tiveram. Nenhum governante se preocupou com eles, especialmente quanto a saneamento básico, porque dizem que fica escondido debaixo da terra e que Governo nenhum quer fazer porque não aparece na hora das campanhas para mostrar para a população para ganhar voto. E o Presidente Lula está fazendo isso, sem discriminação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra, pelo PRB, ao Senador Marcelo Crivella. A seguir, usará da palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes neste plenário, eu deveria subir a esta tribuna para comemorar os dias maravilhosos que o Rio de Janeiro viveu durante os Jogos Pan-Americanos.

No entanto, Sr. Presidente, num fatídico dia, ao ligar a televisão, já não brilhava mais a pira dos Jogos Pan-Americanos acesa no Maracanã, infelizmente, em razão do incêndio do avião, do Vôo 3054 da Tam, tragicamente acidentado naquela noite. A partir dali, Sr. Presidente, os Jogos Pan-Americanos passaram a ter um papel, eu diria, coadjuvante no quadro brasileiro. A dor era imensa. Dor porque assistimos, após as primeiras imagens, ao drama de cada família, ao desespero daqueles que insistiam nas ligações pelo celular, tentando de alguma forma saber se o seu familiar ainda se encontrava vivo. É bem verdade, Sr. Presidente, que setores da oposição, setores da mídia, em busca de aplacar a dor dessa tragédia, de alguma forma,

precipitadamente, buscaram encontrar culpados. Até hoje não podemos, com precisão e com justiça, dizer exatamente as causas desse acidente e a quem cabe a maior parcela de sua responsabilidade.

No entanto, Sr. Presidente, permita-me dizer que é preferível olhar para frente a partir de agora.

A profecia é melhor que a lembrança.

Faço deste meu pequeno pronunciamento um conselho. Ao mesmo tempo em que desejo os mais profundos votos de sucesso ao Ministro Jobim, nessa empreitada que assumiu com muito espírito público, gostaria de fazer a ele uma sugestão: que, de imediato, recomendasse às companhias, a todas as operadoras de *boeings*, principalmente aqueles *boeings* com mais de setenta passageiros, que recomendasse a seus pilotos um treinamento na cabine de simulação, no simulador, para enfrentar intempéries e situações semelhantes ou piores que aquelas que o piloto e o co-piloto vitimados no acidente tiveram de enfrentar.

A verdade é que há uma frase em inglês, **growing pains**, que caberia bem para este momento brasileiro. **Growing pains** é a definição que os ingleses cunharam para a dor de um adolescente que começa a crescer e que, sem razões aparentes, apresenta depressão, angústia, sofrimento, chora – comum –, e passaram a dizer que isso seriam as dores do crescimento. O Brasil tem essas dores.

Aqui apresentei um projeto para minorar esse sofrimento, porque não vejo nenhuma razão de sobrecarregarmos nossas estradas, nossos portos e aeroportos exportando com Lei Kandir *commodities*. Qual a razão de destruímos nossas estradas e portos com caminhões pesados e tráfego intenso, quando temos 150 bilhões de superávit e recebemos 1 centavo de dólar de valor agregado por tonelada de minério de ferro? Qual a razão de se exportar petróleo? A Indonésia exportou petróleo a US\$3 o barril e hoje importa a US\$80.

Não há nenhum sentido em o Brasil exportar salvaguardas como essa, principalmente depois dos estudos feitos no Ministério de Minas e Energia, que mostram que o Brasil, se continuar crescendo no ritmo que se espera, poderá enfrentar, em 2010 ou 2011, um apagão.

Aliás, falando em apagão, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Congresso Americano – e deveríamos fazer o mesmo aqui – aprovou um plano de energia, enviado pelo Presidente Bush, muito interessante. Os americanos precisam de energia para mover sua máquina de guerra e sua economia extraordinária. Esse plano inclui seis pontos. Primeiro, os americanos vão perfurar no Ártico, vão explorar petróleo no Ártico. Segundo, resolveram voltar a queimar carvão em grandes quantidades – eles têm reservas para trezentos

anos –, mas com emissão zero, aplicando bilhões em investimentos para filtros. Eles passaram, também, a investir pesado para tornar o hidrogênio líquido economicamente viável como combustível de automóveis.

Os americanos desenvolvem, agora, um amplo e ambicioso projeto para explorar energia da biomassa. Não têm cana-de-açúcar, mas têm o milho e vão se utilizar dele.

Em quinto lugar, os americanos resolveram adotar, em escala nacional, um programa que faça com que a indústria comece a otimizar seus equipamentos – uma espécie de Procel – para conservação de energia.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco PRB/RJ) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a generosidade. Eu não vou precisar desse tempo todo para concluir.

Quero dizer a V. Ex^a que o último dos seis pontos aprovados no Congresso americano como política de energia é financiar o Procel – eu estou chamando de Procel porque parece muito com o Procel brasileiro, que já adotamos aqui há algum tempo – na China e na Índia com recurso do Tesouro americano.

Nós precisamos ter pontos claros como esse na nossa política energética. Não é possível o País resistir ao veto ambiental de mais de 25 usinas hidrelétricas, que só saíram – duas delas importantes – com intervenção pessoal do Presidente da República, mas que só vão beneficiar nosso País daqui a seis anos. Nós não podemos mais retardar o nosso programa de uso de energia nuclear.

Quero, daqui desta tribuna, dizer que o Presidente Lula prometeu retomar a construção de Angra III, cujos investimentos vão gerar mais de dez mil empregos diretos – são US\$3 bilhões –, mas que tem a principal função de tornar economicamente viável, dar economia de escala a nossa empresa de beneficiamento de urânio. Uns dizem que somos a terceira reserva, outros, a sexta reserva do mundo. Temos uma excelente centrífuga, mas que não produzia nada, porque não temos escala, não temos encomenda para viabilizá-la economicamente. Teremos com Angra III. Como é que um país como o nosso pode abrir mão de salvaguardas como a energia nuclear, diante de situações como essa que vemos em que aumenta o crescimento e a nossa infra-estrutura começa a apresentar deficiências e tragédias se tornam quase que inevitáveis.

De tal maneira, Sr. Presidente, que, ao mesmo tempo que parabeno o Estado do Rio de Janeiro, e sobretudo a “Cidade do Maravilhosa”, Capital do nosso Estado, pelos melhores jogos americanos de sua História – XV Jogos Pan-americanos – deixo aqui Sr. Presidente, a minha reflexão e a expressão da minha

dor. É claro que, a respeito dos nossos Parlamentares, vamos ter mais tempo em uma sessão solene planejada para a próxima quarta-feira, mas também há algumas reflexões com respeito à energia, à infra-estrutura. A principal delas, Sr. Presidente, se me permite relembrar, é para que o nosso Ministro da Defesa recomende às operadoras que levem seus pilotos, todos eles, aos simuladores, porque esse piloto, que, infelizmente, conforme degravação da caixa preta, se expressou com tanta dor e terminou dizendo “ai, meu Deus”, segundo publicou a Revista Veja e todos os jornais do nosso País, não se apercebeu de que o manete da turbina direita estava na posição acelerada quando devia estar na posição neutra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas palavras.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero solicitar que, quando possível – acho que o Senador Alvaro Dias deverá usar da tribuna agora – ou logo após o Senador Alvaro Dias, eu possa usar a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Terá V. Ex^a direito de usar da palavra como Líder imediatamente após o que já tinha sido anunciado, o Senador Alvaro Dias.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é chamado a usar da tribuna. E as saudades são imensas, do tamanho do tempo que eu quero que V. Ex^a ocupe esta tribuna, pela tarde toda, para matar as saudades do Estado do Paraná e de toda a nossa Pátria. V. Ex^a significou para nós o seguinte. Todo mundo entende. Pedro Simon, em 1962, Pelé estava contundido. Pensamos “Vamos perder a Copa.” Aí, entrou Amarildo, que cumpriu a sua missão e fez os gols. V. Ex^a mandou o seu suplente, Wilson Matos. Uma beleza de figura, que em pouco tempo se igualou aos grandes que defenderam a educação, como Pedro Calmon, João Calmon, Darcy Ribeiro e o nosso Cristovam Buarque. Então, S. Ex^a foi como o Amarildo. Mas, o povo do Paraná e do Brasil são encantados com Pelé. E o Pelé desta Casa é V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela generosidade. Estamos de volta, realmente depois de quatro meses de licença, por razões já conhecidas da Casa. E este é o momento para agradecer, sim, a presença aqui do Suplente Wilson Matos, que exerceu durante esse período um mandato profícuo, com sugestões impor-

tantes, especialmente no setor educacional, deixando doze projetos que certamente serão aprovados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

A Wilson Matos, o meu agradecimento. E meu agradecimento também a todas as pessoas que enviaram mensagens durante esse período, manifestando preocupação com a nossa ausência e desejando um breve retorno. Ausência em momento dramático para o Senado Federal. De longe, percebi a turbulência que se abateu sobre esta Casa do Poder Legislativo. É evidente que, chegando agora, o que posso dizer é que todos nós devemos colocar, acima de eventuais interesses individuais, o interesse maior da instituição. Entre a preservação do interesse pessoal de qualquer Parlamentar e a preservação da instituição, devemos optar pela preservação da instituição. Essa é a nossa conduta. Sempre foi e será em todas as oportunidades, porque, Senador Mão Santa, “o verdadeiro instrumento do progresso dos povos encontra-se no fator moral”. A frase do genovês Giuseppe Mazzini, apóstolo da unidade e da independência italiana, não é menção gratuita na abertura do meu pronunciamento de retorno à Casa.

O cenário de indignação geral que tomou conta do País, em face da crise que se abateu sobre as instituições democráticas, passando pela estrutura do Governo e revelando a incapacidade do Estado para atender às expectativas mínimas da população, somado ao descrédito da classe política e do próprio Parlamento, deságua no perigoso estuário da perda de credibilidade e do enfraquecimento das instituições democráticas e do Estado democrático de direito.

Não vejo outra alternativa diante do quadro delineado. É imperioso, urge deflagrar um movimento em prol da reconstrução da base ética, solapada de forma sistemática nos últimos tempos.

Não há um único segmento da sociedade organizada que tenha se calado diante da crise ética que vive o Brasil. A própria Igreja, em nota intitulada *Democracia e Ética*, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, manifestou sua perplexidade diante das rotineiras denúncias de corrupção em várias instâncias do poder público no Brasil.

Há uma onda que se propaga em velocidade vertiginosa – infeliz daquele que, investido de mandato popular, não se der conta disto: a sensação de que, no final das contas, tudo acaba em impunidade.

Como também disse Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo: “As denúncias caem no vazio e tudo fica como está, as questões são resolvidas na base do arranjo político e os bens públicos desviados e acumulados ilícitamente não são restituídos a quem de direito”.

A atividade política não pode estar baseada na idolatria do interesse pessoal e oportunista. O povo, como

nos lembrou Dom Scherer, perde a confiança na ação política e nos poderes legitimamente constituídos. Quem de nós pode ignorar ou dissimular esse cenário?

A atual situação transcende a ótica partidária de uma visão com viés oposicionista. O momento é realmente grave! Com lucidez, o Arcebispo de São Paulo afirma que os “princípios éticos a partir da postura de homens públicos, instituições, são relativizados, e tudo é filtrado pela ótica pessoal”.

A memória de “muitos” é providencialmente curta e rarefeita, mas, como dizia o patrono desta Casa, Rui Barbosa, “a memória é um hóspede incômodo, de que os homens políticos neste País se dão pressa em descartar-se”.

A seqüência de escândalos a que o Brasil assistiu desde o surgimento da primeira denúncia sobre a existência do mensalão, em maio de 2005, foi avassaladora, corroe os alicerces éticos da Pátria. O resultado do inquérito sobre o esquema do famigerado mensalão conduzido pelo Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, endossando as acusações da CPI dos Correios, é a síntese da derrocada ética e moral. Disse o Procurador: “A existência de uma sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude”.

A promiscuidade, Srs. Senadores, permeando as relações entre as esferas públicas e privadas, chegou às raias do paroxismo.

Esse ambiente de deterioração ética e moral propiciou, indiscutivelmente, fortes abalos em várias dimensões da governança.

A propósito, é sintomático o que revelou o último relatório anual de governança elaborado pelo Banco Mundial: o nível de corrupção no Brasil é o pior em dez anos. De acordo com o levantamento, o País está em nível inferior ao que se encontrava quando a entidade começou a fazer esse estudo, em 1996.

O mencionado estudo do Banco Mundial analisou inúmeros aspectos de governança: controle de corrupção; capacidade de ser ouvido e prestação de contas; eficiência administrativa; qualidade regulatória; Estado de direito, entre outros.

O controle de corrupção é definido pelo Banco Mundial como “a medida da extensão com que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto pequenas quanto grandes formas de corrupção, assim como o ‘seqüestro’ do Estado por elites e interesses privados”. Sem dúvida, não poderíamos ter sido bem avaliados dessa perspectiva.

O resultado desse estudo deve nos refrescar a memória: fomos espectadores do trágico espetáculo que sepultou a ética e transformou a relação público e privado em estuário da promiscuidade.

O volume de recursos que se esvai nos veios da corrupção: um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com base em dados do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da ONG Transparência Internacional revelou que o custo médio anual da corrupção para o Brasil, em valores correntes de 2005, é de R\$26,2 bilhões, valor equivalente a 1,35% do Produto Interno Bruto do nosso País. A quantia supera o orçamento de sete ministérios para este ano.

Aliás, segundo estudo do Banco Mundial, uma melhora “substantiva” no controle da corrupção pode levar um país a triplicar a renda média da população. Não é por outra razão que a transparência internacional calcula que, se tivéssemos no Brasil o mesmo índice de corrupção da Dinamarca, a renda *per capita* do brasileiro seria 70% maior do que é hoje.

O apagão logístico – notadamente o aéreo, sem falar de todas as vertentes do eclipse ético e moral – merece um registro: “o loteamento político da Infraero foi o ponto de partida do caos aéreo no Brasil”. Merece registro a reportagem da competente jornalista Christiane Samarco, do *Estadão*, edição do último dia 18 de julho, sobre o assunto. O papel claudicante da Anac conjugado à inépcia gerencial do Governo redundou na barbárie que traumatizou e enlutou a Nação brasileira.

Os diagnósticos repetem-se e só agudizam o cenário que vem provocando indignação crescente da população. No início deste ano, pesquisa divulgada pela Fundação Heritage em parceria com o *The Wall Street Journal* mostrava que a corrupção e a ineficiência de vários setores são os maiores problemas da economia brasileira.

A tragédia aérea é o sintoma visível da desorganização do Governo Federal.

Mais de trezentos dias se passaram para que o Governo despertasse para a necessidade de um controle aéreo eficiente e moderno, com aeroportos de infra-estrutura adequada e com empresas aéreas devidamente fiscalizadas.

O Governo foi instado a reagir após o maior desastre da aviação nacional e diante de um clima de verdadeira comoção no País.

A morte de 154 pessoas na colisão de um *Boeing* com o jato **Legacy**, há dez meses, e os reiterados episódios de descontrole e falhas no controle aéreo foram assimilados pela inépcia governamental.

O caos aéreo, sintoma da desorganização gerencial, ainda produziu um “espetáculo de sandices”, cujo

elenco era composto por figuras do primeiro escalão do Governo tentando amenizar o acirramento da crise.

O País ainda assistiu a outras cenas deploráveis: funcionários da Infraero – estatal responsável pela administração dos aeroportos – rindo despidoradamente no próprio local da tragédia, em Congonhas. No próprio Palácio do Planalto houve demonstração explícita de escárnio com a catástrofe.

A incompetência mesclada com a negligência, com um forte conteúdo de cinismo e até de deboche, produziu a tragédia aérea. O caos nos aeroportos é sintoma do caos governamental do nosso País. Este aparece mais do que outros por ser mais visível. Mas há desordem administrativa em vários setores do Governo Federal, que certamente significam o acúmulo de um passivo impagável para o nosso País.

O futuro que nos dirá quais as conseqüências desse desapareço pela seriedade e pela incompetência administrativa, pelo desinteresse, pelo descaso, pela irresponsabilidade de autoridades que podem possuir projetos e poder, mas, lamentavelmente, demonstram não possuir projeto de nação.

A reconstrução da base ética é o único caminho de recolocar o Brasil na senda da ordem e do progresso. Como dizia o estadista Winston Churchill: “Pois isto não é o fim. Não é nem sequer o começo do fim. Mas talvez seja o fim do começo”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Brasil todo está encantado com V. Ex^a. Queria informar a esta Casa, Senador Pedro Simon, que, se houver medalha de ouro para diplomas, ele vai disputar com o ex-Senador e ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. O nosso Senador Alvaro Dias acaba de se diplomar, nos Estados Unidos, na Califórnia, em Gestão Pública. Então, ele está disputando o pódio de diploma com Fernando Henrique Cardoso.

Com a palavra o extraordinário Líder do Governo, Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, nordestino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Presidente Mão Santa. Quero dizer que tenho dupla cidadania, nordestina e amazônica, por ser Senador e cidadão de Roraima também.

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer um registro extremamente importante de um evento que ocorrerá, amanhã, no Palácio do Planalto, com o Presidente Lula e com doze Governadores de Estado. Amanhã, serão assinados os contratos, os convênios para a área de infra-estrutura do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para doze Estados do

Brasil. Entre os Estados que serão contemplados, estará o Estado de Roraima.

Nós tivemos esta semana uma reunião com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, com Dilma Rousseff, com a estrutura da Caixa Econômica Federal e do BNDES e ficou definido o perfil de investimentos em infra-estrutura, saneamento, água e habitação para o Estado de Roraima dentro do PAC.

O Governo do Estado – o Governador Otomar Pinto estava presente a essa reunião – será aquinhado, beneficiado com R\$210 milhões. Na distribuição, R\$60 milhões são para o sistema de abastecimento de água na cidade de Boa Vista. A idéia é atender a 100% da cidade com o investimento desses novos recursos. Para saneamento básico, Senador Augusto Botelho, que é algo também extremamente importante para a nossa cidade, a nossa capital, a Caer, o Governo do Estado terão à disposição R\$120 milhões para ampliar a área atendida com saneamento básico na nossa capital. E para a urbanização do Bairro São Bento, antiga invasão do Bairro Brigadeiro, o Governo do Estado receberá cerca de R\$30 milhões para urbanização, colocação de infra-estrutura, asfalto, energia, iluminação, abastecimento de água e drenagem. Então, esses recursos – 210 milhões – serão direcionados ao Governo do Estado.

Faço este registro para dizer que o Governo do Presidente Lula, do qual tenho a honra de ser Líder, está fazendo essa destinação de recursos substancial ao Governo de Roraima, cujo Governador não é do partido do Presidente, é adversário político, mas, nem por isso, estamos deixando de atender o nosso Estado e, principalmente, a população de Roraima.

A Prefeitura de Boa Vista, através do Prefeito Iradilson, também deverá ser contemplada com 40 milhões de reais para urbanização de áreas, para asfalto, drenagem, enfim, para a melhoria dos bairros menos estruturados da nossa capital.

Portanto, no PAC, para infra-estrutura urbana, saneamento e abastecimento de água, teremos, somando os 210 milhões do Estado com os 40 milhões da Prefeitura de Boa Vista, um investimento, nos próximos dois anos, de cerca de 250 milhões de reais, o que é um valor bastante expressivo. É o esforço que o Governo Federal faz para que Roraima possa ter investimentos, possa gerar mais empregos, enfim, possa ajudar a construir uma melhor condição de vida para a população.

Quero parabenizar o Presidente Lula, o Governo Federal, o Governador Otomar e a equipe do Governo do Estado, que terá condição de aplicar esses recursos, e o Prefeito Iradilson, que também vai ter a condição de aplicar esses recursos.

Quero também registrar que, além do PAC para a infra-estrutura das cidades capitais e dos Estados, o Governo Federal já está discutindo um programa de infra-estrutura para pequenos Municípios exatamente para que, por meio da Funasa, se possa levar água e sistema de esgoto às cidades com menos de 50 mil habitantes.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, além de informar que, amanhã, às 10 horas da manhã, ocorrerá essa solenidade no Palácio do Planalto com todos os Governadores dos Estados beneficiados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convido para usar da palavra o Senador Augusto Botelho, do PT de Roraima, esse Estado de extraordinários Senadores: Senador Augusto Botelho, médico; Mozaildo, médico; e Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui registrar um fato que foi noticiado em matéria assinada pelo repórter Carvílio Pires, no jornal **Folha de Boa Vista**.

A partir de hoje, 2 de agosto, os motoristas que usam a BR-174, que liga Boa Vista a Manaus, decidiram dificultar a passagem dos carros e caminhões nessa rodovia como forma de protestar contra o estado precário em que se encontra a estrada. Estão participando desse protesto tanto os motoristas de frota, caminhoneiros, quanto os motoristas de carros particulares.

Os atoleiros e os buracos nessa pista são incontáveis. As denúncias das terríveis condições da BR-174 já estão sendo feitas há meses. Os donos de veículos, com muita razão, estão fartos dos prejuízos causados pelos buracos e cansados de ficarem várias horas dirigindo para percorrer apenas pequenas distâncias.

Segundo a reportagem, as sucessivas tentativas de conserto da BR-174 já ganharam até apelido popular de “obra sorrisal” – que derrete com o primeiro pingo de chuva.

Os protestos dos motoristas contra o abandono da BR-174 estão acontecendo hoje na ponte sobre o rio Urubu, no quilômetro 99, um quilômetro antes de Presidente Figueiredo, no sentido Manaus–Boa Vista.

A manifestação foi comunicada aos dirigentes do Departamento Nacional de Infra-estrutura Terrestre (Dnit), à Polícia Rodoviária Federal e aos usuários da rodovia.

Faço um apelo, Sr. Presidente Alvaro Dias, ao Dnit para que obrigue as empresas responsáveis pelas obras da BR-174 a retomarem os trabalhos, pois

a maior parte da vida econômica do meu Estado depende disso. Os trabalhos são suspensos em virtude das chuvas, mas já faz quase um mês que não chove nesse trecho, que está para cá do Equador, entre Manaus e Boa Vista, e as obras não começaram. Por isso, eles começaram esse movimento.

Vou aproveitar para falar também – já que passamos o dia todo falando de acidente aéreo, da morte de 199 pessoas, e tal, enfim, do acidente aéreo, um fato grave, que lamentamos muito, e nos solidarizamos com as famílias das vítimas – sobre um fato que é nossa responsabilidade também: 686 pessoas morreram em acidentes de trânsito, só durante o mês de julho, no Brasil; e 6.933 ficaram feridas em acidentes de trânsito, nas rodovias e nas cidades, no mês de julho. São quase três vezes mais vítimas do que no acidente da TAM, e não falamos nisso. Quer dizer, muitas pessoas ficaram sem pai, sem mãe, sem nada, e merecem também a nossa solidariedade.

Julgo, portanto, que é também nossa responsabilidade que as obras das estradas sejam feitas com correção e não sejam apenas elemento de corrupção.

Concedo um aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Augusto Botelho, quero registrar a importância do pronunciamento de V. Ex^a, que toca em um assunto fundamental não só para o dia-a-dia do povo de Roraima, mas para a construção do nosso futuro, que é exatamente o nosso sistema viário. Todos os anos nós temos visto repetidamente as estradas se esburacarem, as dificuldades de ligação entre Municípios. Chegar aos Municípios mais distantes, principalmente no sul do Estado, é uma dificuldade muito grande. E eu tive também já a oportunidade de, neste plenário, cobrar do Ministério dos Transportes e do Governo do Estado providências para que se possa realmente fazer uma obra de qualidade. V. Ex^a falou dos buracos. Todos os anos a BR-174 fica numa situação lastimável, principalmente depois de Caracaraí até a fronteira com o Amazonas. É importante que se discuta se esse modelo de construção de asfalto a frio com que foi feita a estrada comporta a nossa realidade da Amazônia ou se será preciso fazer um investimento maior construindo uma estrada mais robusta, com asfalto a quente, com concreto asfáltico, enfim, em condições de suportar as intempéries e a chuva, que é bastante forte na nossa região. Então, V. Ex^a fala da movimentação que é feita hoje; os caminhoneiros, os usuários das estradas têm razão, a situação é de extrema gravidade. A violência do trânsito, a que se refere V. Ex^a, é um tema que tem ceifado vidas não só em Boa Vista, mas nas estradas de Roraima. Então, sem dúvida nenhuma, eu quero somar a minha voz ao apelo que faz V. Ex^a na tribuna, exatamente para que o Ministério dos

Transportes, o Denatran, a Polícia Rodoviária Federal, os órgãos envolvidos nessa questão possam agir de uma forma mais forte para proteger a vida dos nossos irmãos roraimenses e melhorar as condições das estradas para que o desenvolvimento, o progresso possa efetivamente ter o seu escoamento garantido o ano todo e não apenas durante o verão. Então, parabênizo V. Ex^a pela colocação e pelo discurso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)
– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Lá no nosso Estado – só no nosso Estado – morreram 19 pessoas. Nós somos menos de 400 mil habitantes. No Brasil todo, se considerarmos o mês de julho, incluindo o acidente da TAM, morreram 885 pessoas em acidentes de trânsito, tanto aéreo como terrestre. Morreu mais gente aqui, com certeza, do que morreu no Iraque, onde há uma guerra.

Então, eu gostaria de fazer também um apelo à imprensa para que desse mais atenção às mortes nas rodovias. Nos jornais mais importantes do Brasil – **O Globo, Folha de S. Paulo, Estadão e Correio Braziliense** – foram publicados 47 artigos falando sobre essas mortes em trânsito, sendo que 45 deles se referiam a aviões e dois, apenas, sobre as 686 pessoas que morreram no trânsito terrestre. A imprensa, que é o quarto Poder – eu acredito que ela seja o quarto Poder e a respeito por isso –, tem de agir para cobrar das pessoas, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, que cuidem das suas estradas para que nós paremos de ceifar vidas.

O Senador Suplicy esteve, recentemente, em área de conflito. Com certeza, nessas áreas em que ele esteve, morreu menos da metade das pessoas que morreram aqui no Brasil nesse mês de julho. E são áreas de conflito, de guerra.

Era isso o que eu queria registrar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado a V. Ex^a.

A Presidência recebe requerimento assinado pelo Senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando inserção em ata do Voto de Pesar pelo falecimento das 199 pessoas: passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente da TAM.

A Presidência recebe o requerimento e o encaminha na forma do Regimento.

Senador Suplicy deseja justificar-se.

Com a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, a tragédia ocorrida com o avião Airbus A-320 da TAM, referida em praticamente todos os discursos hoje feitos pelos inúmeros Srs. Senadores que ocuparam a tribuna para tratar desse tema desde às 10 horas, acidente ocorrido no último dia 17 de julho, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, chocou o País. Considerado o maior acidente da aviação civil brasileira, o desastre deixou, além das 199 vítimas, marcas profundas na sociedade brasileira. Devemos prestar o nosso mais profundo sentimento de pesar às famílias e amigos de todas as vítimas dessa fatalidade.

Entre as vítimas estava um membro do Congresso Nacional, o Deputado Júlio Redecker, do PSDB do Rio Grande do Sul. Júlio Redecker foi um dos mais atuantes membros das diversas CPIs do Congresso Nacional, bem como na Câmara, onde era um dos líderes da Oposição. Sabia dialogar de maneira construtiva quando necessário, assim como ser rígido na defesa de suas posições de oposição ao Governo. Sou testemunha disso. Quando estavam sendo examinados dois diferentes textos sobre a CPI da Terra e a Violência no Campo – enquanto alguns Parlamentares queriam discutir apenas a reação dos movimentos sociais no campo, outros achavam importante examinar as ações armadas por parte dos proprietários rurais –, nós dois chegamos a um entendimento para que fossem examinados ambos os lados.

Não posso deixar de mencionar o parecer favorável que o Deputado Júlio Redecker apresentou ao projeto de lei de minha autoria, que estabelece um mandato negociador, quando de sua aprovação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Este trágico episódio tem de servir de exemplo para que nós, membros do Poder Legislativo, juntamente com as autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, adotemos as medidas necessárias para que tais fatos não voltem a ocorrer. Além disso, devemos trabalhar no sentido de que as investigações ocorram sem sensacionalismos, de forma correta, equilibrada, transparente, encontrando as reais causas do acidente, assim como propiciando a adoção das medidas que coíbam a repetição de tragédias como essa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço também a todos os Senadores presentes, que assinaram o referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O requerimento é acolhido e dá-se o encaminhamento regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 858, DE 2007

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A-320 da TAM que fazia o voo JJ 3054, ocorrido no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, no dia 17 de julho do corrente e apresentação de condolências a suas famílias, além de um minuto de silêncio.

Justificação

A tragédia ocorrida com o avião Airbus A-320 da TAM, no último dia 17 de julho corrente, no aeroporto de Congonhas em São Paulo, chocou o País. Considerado o maior acidente da aviação civil brasileira o desastre deixou, além das 199 vítimas, marcas profundas da sociedade brasileira. Devemos prestar o nosso mais profundo sentimento de pesar às famílias e amigos de todas as vítimas dessa fatalidade.

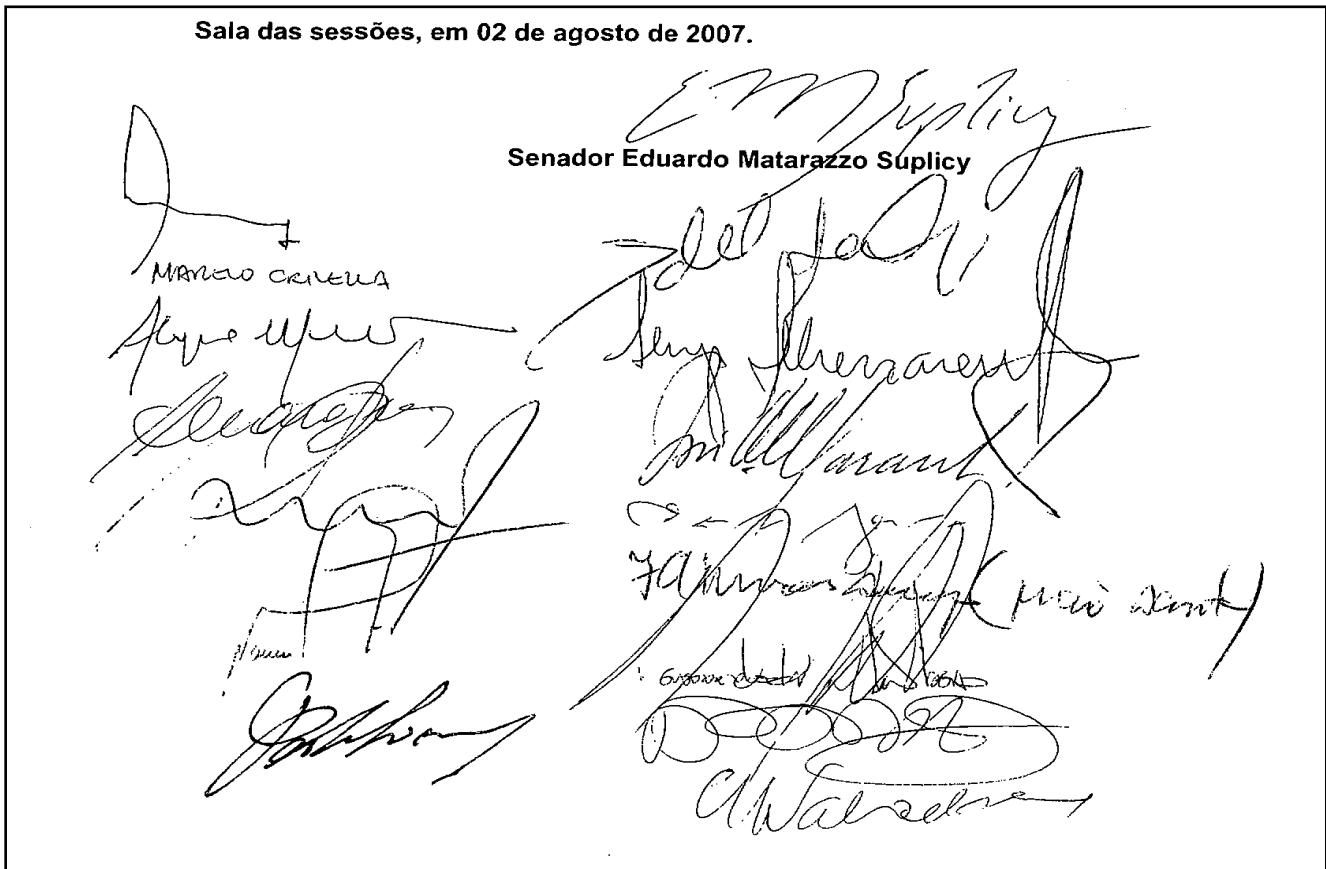
Dentre as vítimas estava inclusive um membro do Congresso Nacional, o Deputado Júlio Redecker do PSDB do Rio Grande do Sul. Júlio Redecker foi um dos mais atuantes membros das diversas CPI do Congresso Nacional, bem como na Câmara, onde era um dos líderes da oposição. Sabia dialogar de maneira

construtiva quando necessário, assim como ser rígido na defesa de suas posições de oposição ao Governo. Sou testemunha disso, quando estavam sendo examinados dois diferentes textos sobre a CPI da Terra e a Violência no Campo – enquanto alguns parlamentares queriam discutir apenas a reação dos movimentos sociais no campo, outros achavam importante examinar as ações armadas por parte dos proprietários rurais – nós dois chegamos a um entendimento para que fossem examinados ambos os lados.

Não posso deixar de mencionar o parecer favorável que o Deputado Júlio Redecker apresentou ao projeto de lei de minha autoria que estabelece um mandato negociador, quando de sua aprovação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Este trágico episódio tem de servir de exemplo para que nós, membros do Poder Legislativo, juntamente com as autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, adotemos as medidas necessárias para que tais fatos não voltem a ocorrer. Além disso, devemos trabalhar no sentido de que as investigações ocorram sem sensacionalismos, de forma correta e transparente, encontrando as reais causas do acidente, assim como propiciando a adoção das medidas que coíbam a repetição de tragédias como essa.

Sala das sessões, em 02 de agosto de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 859, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 56, inciso II, da Constituição Federal, na qualidade de membro da delegação parlamentar brasileira que participará da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideú, Uruguai, seja considerado como licença para que eu possa ausentar-me do País o período de 6 a 8 de agosto do corrente.

Comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período acima mencionado.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Lígia Silva Santos, por sua participação nos JOGOS PAN-AMERICANOS RIO-2007.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à tenista amazonense, Lígia Silva Santos, por sua participação nos JOGOS PAN-AMERICANOS RIO-2007.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da atleta.

Justificação

Lígia Silva Santos, tenista amazonense, participou dos Jogos Pan-Americanos Rio-2007. Mesmo sem lograr a conquista de medalha, a presença de Lígia é merecedora do Aplauso do Senado da República. Essa foi a sua terceira presença nos Jogos Pan-Americanos, constando, entre suas vitórias, medalha de bronze em Winnipeg e o quarto lugar em Santo Domingo. Ela participou também de duas Olimpíadas.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 861, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Alexon dos Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze, na prova de lançamento de dardo nos JOGOS PAN-AMERICANOS RIO-2007.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta amazonense Alexon dos Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze na prova de lançamento de dardo nos JOGOS PAN-AMERICANOS RIO-2007.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do atleta e do Prefeito Municipal de Manacapuru, Dr. Washington Luis Régis da Silva, de quem o atleta mereceu apoio para sua ida ao Pan.

Justificação

A vitória do amazonense Alexon dos Santos Maximiano, conquistando Medalha de Bronze nos jogos Pan-Americanos Rio-2007, deveu-se ao seu esforço como atleta e ao apoio do Prefeito Municipal de Manacapuru, Dr. Washington Régis. Manacapuru e o Amazonas estão de parabéns, como, também, o Brasil.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 862, DE 2007

Requer Voto de Pesar pela morte trágica, no acidente aéreo da TAM, em Congonhas, de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela morte de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná, Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas, vítimas do trágico acidente com o avião da TAM em Congonhas.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares desses cidadãos do Amazonas.

Justificação

O acidente com o avião “Airbus” da TAM, ocorrido recentemente no Aeroporto de Congonhas, vitimou

duas centenas de passageiros, entre eles, 11 do Estado do Amazonas. A Nação toda continua chocada com o sinistro. Sensibilizo-me com as famílias de todos eles, mas não posso deixar de registrar, em especial, minha solidariedade às famílias dos passageiros do Amazo-

nas que morreram no desastre, pelo que requeiro à Mesa este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 863 / 2007

Requer VOTO DE APLAUSO aos atletas brasileiros que conquistaram medalhas de Ouro, prata e bronze nos JOGOS PAN-AMERICANOS RIO-2007.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO aos atletas brasileiros que conquistaram Medalhas de Ouro, Prata e Bronze nos JOGOS PAN-AMERICANOS RIO-2007.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman e, por seu intermédio, aos atletas brasileiros premiados com Medalhas de Ouro, Prata e Bronze, conforme relação a seguir:

Medalhas de: Ouro

MODALIDADES	prova	atleta(s)	resultado
Atletismo	1.500m feminino	Juliana Santos	Ouro
Atletismo	1.500m masculino	Hudson de Souza	Ouro
Atletismo	3.000m com obstáculos feminino	Sabine Leticia Heitling	Ouro
Atletismo	maratona masculino	Franck Caldeira	Ouro
Atletismo	revezamento 4x100m masculino	Basílio de Moraes, Rafael da Silva Ribello, Sandro Ricardo Rodrigues Viana, Vicente Lenilson	Ouro
Atletismo	salto com vara feminino	Fabiana Murer	Ouro
Atletismo	salto com vara masculino	Fábio Gomes da Silva	Ouro
Atletismo	salto em distância feminino	Maurren Maggi	Ouro
Atletismo	salto triplo masculino	Jadel Gregório	Ouro
Basquete	masculino		Ouro
Boxe	meio-médio	Pedro Lima	Ouro
Canoagem	K-4 1.000 masculino	Carlos Campos, Édson Silva, Roberto Maheler, Sebastian Cuatrin	Ouro
Esqui Aquático	wakeboard masculino	Marcelo Marques Gardi (Marreco)	Ouro
Futebol	feminino		Ouro
Futsal	masculino		Ouro
Ginástica	artística - barra	Mosiah Rodrigues	Ouro
Ginástica	artística - salto feminino	Jade Barbosa	Ouro

Ginástica	artística - salto masculino	Diego Hypólito	Ouro
Ginástica	artística - solo masculino	Diego Hypólito	Ouro
Ginástica	rítmica - conjunto cinco fitas	Daniela Leite, Luisa Matsuo, Marcela Menezes, Natália Sanchez, Nicole Muller, Tayanne Mantovaneli	Ouro
Ginástica	rítmica - conjunto geral	Daniela Leite, Luisa Matsuo, Marcela Menezes, Natália Sanchez, Nicole Muller, Tayanne Mantovaneli	Ouro
Ginástica	rítmica - conjunto três arcos e duas maçãs	Daniela Leite, Luisa Matsuo, Marcela Menezes, Natália Sanchez, Nicole Muller, Tayanne Mantovaneli	Ouro
Handebol	feminino		Ouro
Handebol	masculino		Ouro
Hipismo	saltos por equipe	Bernardo Alves Resende, César Almeida, Pedro Veniss, Rodrigo Pessoa	Ouro
Judô	leve feminino	Danielle Zangrando	Ouro
Judô	meio-leve masculino	João Derly	Ouro
Judô	meio-médio masculino	Tiago Camilo	Ouro
Judô	meio-pesado feminino	Edinanci Silva	Ouro
Karatê	kumitê + 80kg masculino	Juarez Santos	Ouro
Karatê	kumitê +60kg feminino	Lucélia de Carvalho	Ouro
Natação	100m borboleta masculino	Kaio Márcio	Ouro
Natação	100m livre feminino	Rebeca Gusmão	Ouro
Natação	100m livre masculino	César Cielo	Ouro
Natação	200m borboleta masculino	Kaio Márcio	Ouro
Natação	200m costas masculino	Thiago Pereira	Ouro
Natação	200m medley masculino	Thiago Pereira	Ouro
Natação	200m peito masculino	Thiago Pereira	Ouro
Natação	400m medley masculino	Thiago Pereira	Ouro
Natação	50m livre feminino	Rebeca Gusmão	Ouro
Natação	50m livre masculino	César Cielo	Ouro
Natação	revezamento 4x100m livre masculino	César Cielo, Eduardo Deboni, Fernando Silva, Nicholas Santos, Nicolas Oliveira, Thiago Pereira	Ouro

Natação	revezamento 4x200m livre masculino	Lucas Salatta, Nicolas Oliveira, Rodrigo Castro, Thiago Pereira	Ouro
Patinação	artística - livre masculino	Marcel Stürmer	Ouro
Pentatlo Moderno	feminino	Yane Marques	Ouro
Taekwondo	- 68kg masculino	Diogo Silva	Ouro
Tênis	simples masculino	Flávio Saretta	Ouro
Tênis de Mesa	equipe masculino	Gustavo Tsuboi, Hugo Hoyama, Thiago Monteiro	Ouro
Vela	J24	Alexandre Saldanha, Carlos Jordão, Daniel Santiago, Maurício Santa Cruz	Ouro
Vela	rs:x masculino	Ricardo Winicki (Bimba)	Ouro
Vela	snipe	Alexandre Paradedda, Pedro Tinoco	Ouro
Vôlei	masculino		Ouro
Vôlei de Praia	feminino	Juliana , Larissa	Ouro
Vôlei de Praia	masculino	Emanuel, Ricardo	Ouro

Medalhas de: Prata

MODALIDADES	prova	atleta(s)	resultado
Atletismo	10.000m masculino	Marílson Gomes dos Santos	Prata
Atletismo	800m masculino	Kleberson Davide	Prata
Atletismo	maratona feminino	Márcia Narloch	Prata
Atletismo	salto em distância feminino	Keila Costa	Prata
Atletismo	salto triplo feminino	Keila Costa	Prata
Basquete	feminino		Prata
Boliche	duplas masculino	Fábio Rezende, Rodrigo Hermes	Prata
Boxe	leve	Éverton Lopes	Prata
Canoagem	C-2 1000 masculino	Vilson Conceição, Wladimir Moreno	Prata
Canoagem	K-1 1.000 masculino	Sebastian Cuatrin	Prata
Ciclismo	bmX feminino	Ana Flávia Sgobin	Prata
Ciclismo	mountain bike masculino	Rubens Donizete Valeriano	Prata
Ginástica	artística - equipe feminino	Ana Cláudia Silva, Daiane dos Santos, Daniele Hypólito, Jade Barbosa, Khluani Dias, Laís Souza	Prata
Ginástica	artística - equipe masculino	Adam Santos, Danilo Nogueira, Diego Hypólito, Luis Augusto dos Anjos (Guto), Mosiah Rodrigues, Victor Rosa	Prata
Hipismo	saltos	Rodrigo Pessoa	Prata
Judô	leve masculino	Leandro Guilherme	Prata

Judô	ligeiro feminino	Daniela Polzin	Prata
Judô	médio feminino	Mayra Aguiar	Prata
Judô	meio-leve feminino	Érika Miranda	Prata
Judô	meio-médio	Danielle Yuri	Prata

	feminino		
Judô	pesado masculino	João Gabriel Schlitter	Prata
Karatê	kumitê - 53kg	Valéria Kumizaki	Prata
Karatê	kumitê - 65kg masculino	Carlos Lourenço	Prata
Lutas	greco-romana (-96kg)	Luis Fernandes	Prata
Maratona Aquática	feminino	Poliana Okimoto	Prata
Natação	100m borboleta masculino	Gabriel Mangabeira	Prata
Natação	100m costas feminino	Fabíola Molina	Prata
Natação	200m peito masculino	Henrique Barbosa	Prata
Natação	50m livre masculino	Nicholas Santos	Prata
Natação	revezamento 4x100m livre feminino	Flávia Delaroli, Manuela Lyrio, Monique Ferreira, Rebeca Gusmão, Tatiana Barbosa	Prata
Natação	revezamento 4x100m medley masculino	César Cielo, Eduardo Deboni, Felipe Lima, Gabriel Mangabeira, Henrique Barbosa, Kaio Márcio, Lucas Salatta, Thiago Pereira	Prata
Pólo Aquático	masculino		Prata
Remo	oito com masculino	José Roberto Jr. (Beto Nascimento), Alexandre Ribas, Allan Biten-court, Anderson Nocetti, Gibran Cunha, Leandro Tozzo, Marcellus Marcili, Nilton Alonso, Renan Castro	Prata
Saltos Ornamentais	trampolim 3m masculino	César Castro	Prata
Taekwondo	- 58kg masculino	Marcio Wenceslau (Careca)	Prata
Taekwondo	+ 67kg feminino	Natália Falavigna	Prata
Tiro Esportivo	pistola de ar 10m masculino	Julio Almeida	Prata
Vela	laser masculino	Robert Scheidt	Prata
Vela	rs:x feminino	Patrícia Castro	Prata

Vôlei	feminino		Prata
-------	----------	--	-------

Medalhas de: Bronze

MODALIDADES	prova	atleta(s)	resultado
Atletismo	10.000m feminino	Lucélia Peres	Bronze

Atletismo	3.000m com obstáculos feminino	Zenaide Vieira	Bronze
Atletismo	5.000m masculino	Marílson Gomes dos Santos	Bronze
Atletismo	800m masculino	Fabiano Peçanha	Bronze
Atletismo	decatlo	Carlos Eduardo Chinin	Bronze
Atletismo	heptatlo	Lucimara Silvestre da Silva	Bronze
Atletismo	lançamento de dardo masculino	Alexon dos Santos Maximiano	Bronze
Atletismo	lançamento de disco feminino	Elisângela Adriano	Bronze
Atletismo	maratona feminino	Sirlene Pinho	Bronze
Badminton	dupla masculina	Guilherme Kumasaka, Guilherme Pardo	Bronze
Boxe	galo	James Dean Pereira	Bronze
Boxe	médio	Glaucélio Abreu	Bronze
Boxe	meio-médio leve	Myke Carvalho	Bronze
Boxe	pena	Davi Souza	Bronze
Boxe	pesado	Rafael Lima	Bronze
Boxe	superpesado	Rogério (Minotouro)	Bronze
Canoagem	C-1 500 masculino	Nivalter de Jesus	Bronze
Canoagem	C-2 500 masculino	Vilson Conceição, Wladimir Moreno	Bronze
Canoagem	K-1 500 masculino	Édson Silva	Bronze
Ciclismo	contra o relógio feminino	Clemilda Fernandes	Bronze
Ciclismo	estrada masculino	Luciano Pagliarini	Bronze
Esgrima	espada feminina	Clarisse Menezes	Bronze
Esgrima	fiorete individual masculino	João Antônio Souza	Bronze

Esgrima	sabre masculino	Renzo Agresta	Bronze
Ginástica	artística - barra	Danilo Nogueira	Bronze
Ginástica	artística - barras assimétricas	Laís Souza	Bronze
Ginástica	artística - salto feminino	Laís Souza	Bronze
Ginástica	artística - solo feminino	Jade Barbosa	Bronze
Ginástica	artística - trave	Daniele Hypólito	Bronze
Ginástica	rítmica - aro	Ana Paula Scheffer	Bronze
Ginástica	trampolim - feminino	Giovanna Matheus	Bronze
Hipismo	adestramento por equipe	Luiza Tavares, Renata Rabello Costa, Rogério Clementino	Bronze
Hipismo	CCE por equipe	André Paro, Carlos Paro, Fabrício Salgado, Renan Guerreiro	Bronze

Judô	ligeiro masculino	Alexandre Lee	Bronze
Judô	meio-pesado masculino	Luciano Corrêa	Bronze
Judô	pesado feminino	Priscila Marques	Bronze
Karatê	kumitê - 60kg masculino	Douglas Brose	Bronze
Karatê	kumitê - 70kg masculino	Vinicius Souza	Bronze
Karatê	kumitê - 80kg masculino	Nelson Sardenberg	Bronze
Levantamento de Peso	105kg masculino	Fabício Francisco Mafra	Bronze
Lutas	greco-romana (- 74kg)	Felipe Macedo	Bronze
Lutas	livre -72kg feminino	Rosângela Conceição	Bronze
Maratona Aquática	masculino	Allan do Carmo	Bronze
Natação	100m borboleta feminino	Gabriela Silva	Bronze
Natação	100m costas masculino	Thiago Pereira	Bronze
Natação	100m livre feminino	Flávia Delaroli	Bronze
Natação	200m borboleta feminino	Daiene Dias	Bronze


Natação	200m costas masculino	Lucas Salatta	Bronze
Natação	200m livre feminino	Monique Ferreira	Bronze
Natação	400m livre masculino	Armando Negreiros	Bronze
Natação	revezamento 4x100m medley feminino	Daiene Dias, Fabíola Molina, Fernanda Alvarenga, Gabriela Silva, Mariana Katsuno, Rebeca Gusmão, Tatiane Sakemi	Bronze
Natação	revezamento 4x200m livre feminino	Joanna Maranhão, Manuella Lyrio, Monique Ferreira, Paula Baracho, Tatiana Barbosa	Bronze
Natação Sincronizada	dueto	Caroline Hildebrandt, Lara Teixeira	Bronze
Natação Sincronizada	equipe	Beatriz Feres, Branca Feres, Caroline Hildebrandt, Giovana Stephan (Jô), Gláucia Souza, Lara Teixeira, Michele Frota, Nayara Figueira (Naji), Pamela Nogueira	Bronze
Patinação	artística - livre feminino	Juliana Almeida	Bronze
Remo	dois sem masculino	Allan Bittencourt, Anderson Nocetti	Bronze
Remo	single skiff masculino	Marcelus Marçili (Cabeça)	Bronze
Saltos Ornamentais	plataforma 10m feminino	Juliana Veloso	Bronze
Squash	equipe masculino	Luciano Barbosa, Rafael Alarcon, Ronivaldo Conceição	Bronze

Taekwondo	+ 80kg masculino	Leonardo dos Santos	Bronze
Tênis	dupla feminino	Joana Cortez, Teliana Pereira	Bronze
Tênis de Mesa	individual masculino	Thiago Monteiro	Bronze
Tênis de Mesa	masculino individual	Hugo Hoyama	Bronze
Tiro Esportivo	tiro rápido (25m) masculino	Fernando Cardoso Júnior	Bronze
Triatlo	masculino	Juraci Moreira	Bronze
Vela	laser radial	Adriana Kostiw	Bronze
Vela	lightning	Cláudio Biekarck, Gunnar Ficker, Marcelo Silva	Bronze

JUSTIFICATIVA

A homenagem que ora formulo justifica-se pela brilhante atuação dos atletas brasileiros que conquistaram medalhas (de ouro, prata e bronze) nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 864, 2007

Requer Voto de Aplauso ao povo do Município de Coari, Amazonas, pelo transcurso de seu 75º aniversário de emancipação política.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Coari, no Amazonas, pelo transcurso do seu 75º aniversário de emancipação política.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento da população de Coari, por intermédio do Prefeito Municipal, Manoel Adail Amaral Pinheiro, bem como ao Presidente da Câmara Municipal, José Wilson Matos Cavalcante e, por seu intermédio, a todos os Vereadores do Município.

Justificação

O Município de Coari, no Amazonas, conhecido em todo o País por suas riquezas minerais, completa hoje, dia 2 de agosto, 75 anos de emancipação po-

lítica. As comemorações, que se encerram também hoje, incluem a "Semana Cultural de Coari". Em seguida, a Mostra percorrerá algumas cidades brasileiras, incluindo Brasília, aqui no Senado Federal. Um dos principais objetivos da "Semana Cultural de Coari" é mostrar faces da cidade, ainda pouco conhecidas. O voto de aplauso é, pois, merecido.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 865, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Sandro Ricardo Rodrigues Viana, pela conquista da Medalha de Ouro, na prova de revezamento 4x100m nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao atleta amazonense Sandro Ricardo Rodrigues Viana, pela conquista da Medalha de Ouro, na prova de revezamento 4x100m, nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A vitória do amazonense Sandro Viana, conquistando Medalha de Ouro nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007, é a vitória do esforço pessoal de um atleta cuja vida é marcada pela simplicidade, mas também pela obstinação. De família humilde, ele viu-se obrigado a vender até móveis de sua residência em Manaus para custear as despesas com transporte. Mas chegou lá! O esporte do Amazonas brilhou no Pan. Por tudo isso, Sandro é merecedor do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 866, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da artista plástica amazonense Maria Bernadete Mafra de Andrade.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, no final de julho de 2007, da artista plástica amazonense Maria Bernadete Mafra de Andrade, Professora da Universidade Federal do Amazonas e ex-Superintendente Regional do IPHAN.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Maria Bernadete e da UFAM.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. A Professora Maria Bernadete Mafra de Andrade, da UFAM, teve destacada participação no cenário cultural do Amazonas. Doutora em Arquitetura, sua obra é também conhecida em outros Estados, inclusive aqui no Senado, onde participou, por minha indicação – muito prazerosa – da Exposição “Artistas Plásticos Brasileiros”, no Salão Negro, em 2005. Sua arte revela, além de técnica apurada, talento e imensa sensibilidade.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 867, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte do Senhor Wilson Carlos Kuhn, vítima de complicações pulmonares na cidade de Cascavel, dia 28 de julho de 2007.

Requeiro ainda que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Wilson Carlos e ao Estado do Paraná, especialmente às cidades de Toledo e Cascavel.

Justificação

Wilson Carlos Kuhn morreu no dia 28 de julho último, na cidade de Cascavel. A lacuna deixada pelo falecimento do Doutor Wilson, como era conhecido, só é comparável ao seu legado, o qual sem dúvida será um balizador para as próximas gerações. Ex-prefeito de Toledo e ex-presidente da AMOP, historiador, advogado e conselheiro da OAB, consolidou uma liderança que foi referência para todo o Oeste do Paraná. Brilhante advogado e político idealista, nascido na capital gaúcha, militava há 53 anos na advocacia empresarial. Com mais de 70 anos, deliberou redirecionar sua vida acadêmica e retornou aos bancos escolares, cursando História na Unipar, tendo sido considerado um dos melhores alunos da história da instituição, destaque reconhecido pelo próprio corpo docente da Universidade Paranaense.

Como prefeito de Toledo (1973 e 1977), foi responsável pela conquista do título de “Capital da Cultura”. Em sua gestão, foi construída a primeira estrutura do gênero da região Oeste, a Casa da Cultura de Toledo, que funciona até hoje. Também foi o idealizador do primeiro plano diretor do município e ampliou o rigor para liberação de loteamentos residenciais.

As exéquias prestadas a Wilson Carlos Kuhn, especificamente na Câmara de Vereadores de Cascavel e no hall da Prefeitura de Toledo, demonstram que o povo do Oeste do Paraná é reconhecedor da enorme estatura moral, ética e política deste sensível, bravo e exemplar cidadão brasileiro.

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se plenamente. O exemplo, tanto de honradez pessoal quanto de invejável desempenho da gestão pública, deixados por Wilson Carlos Kuhn, deve, sem qualquer dúvida, nortear a postura daqueles investidos de mandato popular.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

.....
Art. 218. O requerimento de inserção em ata de voto de pesar só é admissível por motivo de luto nacional decretado pelo Poder Executivo, ou por falecimento de:

- I – pessoa que tenha exercido o cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República;
- II – ex-membro do Congresso Nacional;
- III – pessoa que exerça ou tenha exercido o cargo de:
- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
 - b) Presidente de Tribunal Superior da União;
 - c) Presidente do Tribunal de Contas da União;
 - d) Ministro de Estado;
 - e) Governador, Presidente de Assembléia Legislativa ou de Tribunal de Justiça estadual;
 - f) Governador de Território ou do Distrito Federal;
- IV – Chefe de Estado ou de governo estrangeiro;
- V – Chefe de Missão Diplomática de país estrangeiro acreditada junto ao Governo Brasileiro;
- VI – Chefe de Missão Diplomática do Brasil junto a governo estrangeiro, falecido no posto;
- VII – personalidade de relevo na vida político-administrativa internacional.

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Mão Santa. O Senador Mão Santa, generoso como sempre, cedeu o seu horário à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Por gentileza, Sr. Presidente, S. Ex^a trocou, inverteu. Eu falaria em seguida a ele, mas, como a CPI do Apagão Aéreo está funcionando e eu gostaria de acompanhar um pouco mais os depoimentos, então o Senador Mão Santa, gentilmente, fez a troca.

O que me traz à tribuna – vou mudar um pouco o assunto; sei que estamos desde às dez horas da manhã trabalhando, discutindo e debatendo a questão do acidente, da crise aérea e uma série de medidas que se tornam necessárias para que possamos superar as deficiências, as dificuldades e buscar a solução para que acidentes como esse não aconteçam nunca mais no nosso País –, acompanhando um pouco o noticiário dos últimos dias, é fazer aqui o registro de duas decisões tomadas pela Ministra Ellen Gracie: uma referente a São Paulo e outra, ao meu Estado. A decisão da Ministra Ellen Gracie é suspender decisões judiciais, liminares que garantiam a grupos de servidores, tanto no Estado de São Paulo quanto no Estado de Santa Catarina, o recebimento de valores acima do teto.

No caso de São Paulo, era um acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, dando a um grupo de servido-

res o pagamento de salários acima do teto constitucional do Estado de São Paulo, que é a remuneração do Governador: R\$14.800,00. Esse grupo de servidores de São Paulo vinha recebendo acima dos R\$14.800,00, que é o teto constitucional no Estado de São Paulo, e a decisão da Ministra Ellen Gracie derrubou esse acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Concomitantemente a essa decisão, também tivemos para o caso de Santa Catarina uma decisão da Ministra Ellen Gracie, derrubando uma decisão do Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que garantia a 42 pessoas, todas elas pensionistas do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Ipsc), receberem acima do teto. E, diferentemente de São Paulo, no caso de Santa Catarina temos tetos diferenciados. O teto do Judiciário é de R\$22.100,00 por mês, mas o do Executivo é outro, R\$10.000,00, e o da Assembléia Legislativa, R\$11.870,00.

Portanto, dessas 42 pessoas que recebiam acima do teto, havia uma distribuição da seguinte forma: 13 do Ministério Público, 14 do Judiciário, que recebiam mais do que o teto de R\$22.100,00; 9 do Executivo e 2 do Tribunal de Contas do Estado, que recebiam acima do teto do Executivo, que é de R\$10.000,00 mensais; e 4 da Assembléia Legislativa, recebendo acima dos R\$11.870,00, que é o teto do Legislativo. E o que essas 42 pessoas recebiam acima do teto, somando seus valores, dá um valor de aproximadamente R\$800.000,00 por mês.

Então, 42 pessoas, Senador Eduardo Suplicy, vinham recebendo acima do teto no meu Estado, e o total do pagamento mensal dessas 42 pessoas se aproximava dos R\$800.000,00 por mês, o que, se dividirmos, se fizermos uma continha muito básica, muito elementar, 800.000 dividido por 40 – vamos arredondar para facilitar bem – dá algo em torno de um salário médio de R\$20.000,00, o que significa que, para dar uma média de R\$20.000,00, provavelmente deve haver pensionistas entre essas 42 pessoas que ganham trinta, quarenta ou até cinqüenta mil reais por mês. E foi essa a decisão muito sábia da Ministra Ellen Gracie, que, no caso do Estado de São Paulo, derrubou o grupo de servidores que ganhavam acima do teto, como também derrubou, em Santa Catarina, o grupo de servidores que o Instituto de Previdência, também por decisão, por ordem judicial, vinha pagando acima do teto.

E chamou-me muito a atenção, porque eu fui sindicalista durante quase oito anos de uma categoria que sempre teve muita dificuldade com a sua remuneração, que é a categoria dos professores estaduais, que, em todos os Estados, têm muita dificuldade de remuneração. E estamos com muita expectativa de que o piso nacional dos professores efetivamente seja aprovado, para que possamos ter um mínimo de garantia de ho-

mogeneidade entre o salário dos professores em todos os Estados e Municípios brasileiros.

No meu período de sindicalista, à frente do sindicato dos professores, dos trabalhadores em educação, uma das grandes dificuldades na mesa de negociação era sempre esta: não é possível conceder reajuste porque determinadas fatias do funcionalismo público – e há diferenças muito grandes entre os valores de salários do Executivo, do Judiciário e do Legislativo; portanto, categorias maiores, mais numerosas, como é o caso do magistério, da saúde e da segurança pública, sempre ficavam no haver, no prejuízo –, porque determinadas categorias, por serem menores, por desempenharem funções ditas de Estado, acabavam tendo uma remuneração mais bem aquinhoadas.

Na questão das pensões e das aposentadorias, também havia muita dificuldade de se fazer uma distribuição mais justa dos salários do funcionalismo público.

Durante todo o meu período como sindicalista e também nos oito anos como Deputada Estadual, nós sempre defendemos a questão do teto para o funcionalismo, que precisa ter uma regra acima de todo e qualquer... Até porque essa discussão do direito adquirido pode até ser legal, como a Ministra Ellen Gracie estabelece. A legalidade, o tal do direito adquirido, pode, sob determinados aspectos, ser algo absolutamente imoral inclusive: alguém, considerada a situação dos demais servidores, ter uma remuneração algumas dezenas de vezes superior a dos demais.

Então, só para termos um comparativo, o que essas 42 pensionistas recebem mensalmente é o equivalente ao que mais de 2.000 pessoas ganham de salário mínimo, pagaria tranquilamente os salários de 1.800 professores da 1ª à 4ª série no Estado de Santa Catarina – infelizmente, hoje, o salário no meu Estado, para 20 horas de trabalho, não foge muito da faixa dos R\$500,00.

Portanto, tem-se apenas 42 pessoas ganhando além do teto estabelecido na Constituição. Mas tem que ter teto, pois ninguém pode, por qualquer motivo, por qualquer razão, mesmo a do direito adquirido, ter salário maior do que aquele estabelecido na Constituição.

Infelizmente, percebemos que, talvez até pela composição aqui, na distribuição das 42 pessoas, a maior parte está ligada ao Judiciário, ao Ministério Público. Talvez até por isso tenham tido mais facilidade em obter o direito que a Constituição proíbe, ou mais condição de convencer a dá-lo; e recebem além do teto.

Por isso, não poderia deixar de fazer este registro e parabenizar a Ministra Ellen Gracie, que vem adotando medidas e posições muito corretas e corajosas para nós, mulheres. Inclusive, ficamos muito satisfeitas pela coragem com que a Ministra vem desempenhando o

cargo. É a primeira vez que uma mulher ocupa o cargo de Chefe de um Poder de Estado, do Judiciário, no nosso País. Mas não poderia deixar de fazer aqui o registro, uma vez que ao longo de toda minha vida, como sindicalista e Deputada Estadual, enfrentei o debate sobre a questão do teto, que precisar ter, de uma vez por todas, limite para os super salários, salários que acabam extrapolando todo arrazoado e bom senso.

Essa decisão da Ministra, eu espero que seja de uma vez por todas respeitada. Que haja o teto não somente no Estado de Santa Catarina, mas também no Estado de São Paulo, que seja exercido e respeitado por todos.

Está aqui o Senador Pedro Simon, que não pôde estar, quando fomos ao encontro da Ministra Ellen Gracie, com a nossa equipe, com o nosso grupo de trabalho, para agilizar a tramitação e aprovação dos projetos com o intuito de reduzir a morosidade na Justiça; mexermos no Código de Processo Penal, mexermos nos prazos dos recursos para que a Justiça seja mais ágil. Nós fomos muito bem recebidos pela Ministra Ellen Gracie, Senador Pedro Simon, e na próxima terça-feira, dia 7, ela deverá nos apresentar o rol de sugestões que o Judiciário brasileiro já tem acumulado dos debates, dos seminários, de todas as reuniões e discussões que vem fazendo ao longo dos últimos anos. A Ministra Ellen Gracie se comprometeu a, no dia 7, apresentar ao nosso grupo de trabalho, que V. Exª compõe juntamente com os Senadores Jefferson Péres, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti, esse rol de sugestões, que nos possibilitará modificar a legislação para que a Justiça seja mais ágil, seja mais rápida, seja mais eficiente. Enfim, para que a Justiça faça justiça, porque Justiça que tarda já é uma Justiça falha.

Ontem à tarde nós estivemos também com o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Dr. Rodrigo Colaço, que, como a Ministra Ellen Gracie, também se comprometeu a nos entregar sugestões. V. Exª inclusive foi homenageado pela Associação dos Magistrados do Brasil, num evento no mês de junho lá no Hotel Blue Tree, aqui em Brasília.

Portanto, Senador Pedro Simon, nós temos muitos assuntos para tratar, mas eu acho que aquele nosso grupo de trabalho tem uma tarefa muito importante, muito positiva, a fim de que possamos, até o final de agosto, o mais tardar no início de setembro, aprovar um volume de projetos importantes, que tornarão mais ágeis a tramitação dos processos judiciais e a justiça se fazer de forma mais ágil.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Mão Santa a gentileza de ter me permitido falar à sua frente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, como último orador inscrito, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a, de verde, fica bem melhor do que de vermelho. Verde é a esperança que não pode morrer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gosto mesmo é de vermelho!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Pedro Simon simboliza a grandeza, a história do Senado e da ética, então, saudando-o saúdo a todos.

Senador Pedro Simon, essa coisa de mentir já está demais. Senador Pedro Simon, em um aperseio, até Pedro negou, não é. Disse que nunca tinha visto Cristo. Mas assim já está demais! É muita mentira!

Senador Eduardo Suplicy, o Brasil ganhou no Pan, foi o campeão de medalhas de ouro. Se nós somarmos a que o PT ganhou e levou... Medalha de ouro da corrupção: é do Brasil, o Brasil ganhou; medalha de ouro do desprezo à segurança pública: é do Brasil – vocês viram ontem no Rio de Janeiro; do desprezo à saúde, o sucateamento dos grandes hospitais: é do Brasil! E da mentira: é do Brasil!

Senador Alvaro Dias – Doutor Alvaro Dias; hoje concorrendo com Fernando Henrique Cardoso, diplomado na Califórnia –, Goebbels, como indicador de conto do Hitler, dizia que uma mentira repetida várias vezes torna-se verdade. E eles mentiram, mentiram, e, de mentira em mentira, ganharam as eleições. Ganham. Essa é uma verdade.

Pedro Simon, preste atenção aqui. Agora, ele vai dar atenção para mim. Outro dia, eu estava discursando aqui, chegou um jornalista que me disse: “Mão Santa, você está forte”. Eu olhei assim e disse: “Eu?” Se, lá no Piauí, eu quiser ser candidato a Prefeito da capital, não posso, porque eu não tenho o Diretório Municipal nem o Estadual, pois este o PT já levou. Eu disse: “Como, se no meu Piauí, eu não tenho o meu PMDB? Ele já se entregou ao PT”. Aí, Pedro, sabe o que disse o jornalista? “Você tem o apreço de Pedro Simon e de Jarbas Vasconcelos: a vergonha e a ética do PT”. Isso é verdade, eu tenho o apreço, e disso não abro mão.

Aí, tomei coragem para continuar, porque existe a turma que diz: “Cansei!” Cansei, não. Eu vi a luta do meu MDB e não precisava recordar Ulysses em 1974, porque em 1972 eu já “estava no pau”, com Elias Ximenes do Prado, conquistando a Prefeitura da maior cidade do Piauí, a minha cidade!

Aqui, há o exemplo vivo de Pedro Simon. Foi para o céu Ramez Tebet e chegou Jarbas.

E as vaias?

Senador Pedro Simon, agora vou entrar na história do Jarbas. V. Ex^a sabe da nossa ligação, que vem de Francisco: V. Ex^a e minha mãe são franciscanos. Ele disse: “Onde houver erro, que eu leve a verdade”. Não foi isso que disse Francisco?

Quando entramos aqui, começamos a conversar – nós, daquele grupo que resiste, que acredita que o bem vence o mal, que acredita na virtude, que acredita em Deus, que acredita que existe pecado, que leu a lei de Deus, a qual diz: “Não roubarás”. Pedro Simon e Jarbas.

O Jarbas é essa figura diferente. Hoje, dei-lhe um aparte e ele disse: “Mão Santa, peguei 11 vaias do PT”. Atentai bem, Senador Pedro Simon, brasileiros e brasileiras: Jarbas Vasconcelos, que enfrentou a ditadura e que, muito jovem, desejou ser Senador. Ele e o pai. Colocaram três para vencê-lo e quase não ganharam, no começo da ditadura. Esse homem, que foi Prefeito extraordinário – fui aprender a ser prefeitinho com ele –, Governador e Senador, pegou 11 vaias! No cumprimento de sua missão, Senador Augusto Botelho, ele recebeu o Presidente Luiz Inácio, e o PT vaiava.

Senador Pedro Simon, o Jarbas me disse: “Mão Santa, não vou receber o meu diploma, porque será a décima segunda vaia”. Jarbas, que viu seu pai tombar na luta, na redemocratização, no começo!

Minha mãe, santa mãe, Senador Pedro Simon – eu sempre digo que não sou “mão santa”, mas sou filho de mãe santa –, dizia que quem planta vento colhe tempestades. Quem plantou vaia foi o PT, que saía vaiando tudo.

Jarbas é o maior líder do Nordeste – ele é, eu não sou. Onze! Não foi receber o diploma de Senador porque dizia que seria a décima segunda. Viajou para chegar depois.

“Quem semeia vento colhe tempestade”, dizia minha santa mãe. Está aí o Lula.

Eu estava no Rio na mesma época. Esse negócio de se dizer que político está desgastado, não está, não! Dei muito autógrafa. Agora mesmo, estava ali um senhor, casado com uma piauiense. Eu lhe disse que casou bem, com uma mulher cristã do Piauí. Ele é mineiro e Vice-Prefeito de Cláudio, parente da mulher do Tancredo. Pediram-me para tirar retrato. Eu estava no Rio, na mesma época. Pedro, quando entrei no teatro, bateram palmas. Não está assim! Quando V. Ex^a entra, também...

O jornalista disse: “Você está forte”. Estou forte como? Estou lascado, porque não tenho nem diretório do PMDB no Piauí. Mas ele disse: “Você tem o apreço de Jarbas e de Pedro Simon”.

Eu fui ao Rio por causa de minha filha, que está realizada, vai-se formar em Medicina e está querendo, Pedro Simon, fazer estágio com o Professor Azulay, do Amazonas, que é o maior dermatologista. No meu tempo, era o Bekeler. Eu dizia: “Minha filha, é o Bekeler”. E ela: “Não, é o Azulay”.

Eu vi seu livro. Que bonito! Vocês, do Amazonas, devem prestar uma homenagem a Azulay, com todo respeito ao Bekeler, autor do livro da minha época. Mais uma obra.

Fui, com minha filha, à Santa Casa, onde ela quer estagiar com Azulay, e estava lá, na mesma época.

Olha, conheci a Santa Casa há 40 anos. Meu professor, Mariano de Andrade, tinha lá uma enfermaria.

Augusto Botelho, você estagiou lá.

Pitanguy, esse orgulho da Medicina da Pátria, da cirurgia plástica, nunca deixou de operar um pobre na Santa Casa.

O meu Professor, Mariano de Andrade, do Hospital dos Servidores do Estado, tinha uma enfermaria lá. O Hospital dos Servidores do Estado era padrão. Quando João Baptista Figueiredo, Presidente da República, teve um enfarte, Pedro Simon, ele foi para lá. Eu conheço.

O Fundão não conheci. Passo por ele, por fora, quando vou para o Galeão.

Pedro Simon, não tem janela a Santa Casa.

Suplicy, a vaia foi por isso.

Eu aprendi, ô Luiz Inácio, que não gosta de ler, pois declarou que é melhor fazer uma hora de esteira que ler uma página de um livro. Concentre-se nos provérbios. Há provérbios na Bíblia.

A verdade ninguém pode esconder. É mais fácil tapar o sol com a peneira que esconder a verdade. E a verdade daquela vaia foi a segurança do Rio, que aí está.

Brasileiros e brasileiras, dêem nota para a saúde.

Humilharam o Prefeito César Maia, levando para lá umas barracas do Exército.

A capital histórica da Ciência médica é aquela, onde fiz pós-graduação, mas o Hospital dos Servidores do Estado, de tanta glória, está sucateado; a Santa Casa de Misericórdia é mantida, milagrosamente, por heróis como os Azulays; e no Hospital do Fundão, as janelas estão caindo.

Ô Suplicy, quero até o seu auxílio: como é o nome do Prefeito de Nova Iorque à época em que os edifícios caíram, do Partido Republicano? Ele escreveu um livro em que fala da “síndrome da janela caída”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Giuliani.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Giuliani! Extraordinário candidato à presidência da república, que iria disputar com Hillary Clinton. Não o fez porque teve um câncer de próstata.

Li o livro do grande líder Giuliani, em que fala da “síndrome da janela caída”. Quando há janela caída num prédio público, tudo está caído. Então, imagino como está o Hospital do Fundão, que é do Governo Federal, que é a escola dos médicos.

Foi por isso a vaia do Lula, feita pelo povo, que precisa de segurança e não tem, que precisa de saúde e de educação.

Ô Pedro Simon, atentai bem: criei uma Faculdade de Medicina no Estado do Piauí. De 400 faculdades, mais uma para raciocinar.

V. Ex^a sabe quanto custa um curso de Medicina, hoje, numa faculdade privada? São R\$3.500,00 por mês! Esta é a média, porque tem umas mais caras: R\$3.500,00 por mês! Brasileira e brasileiro, qual é a Bolsa-Escola, a “bolsa-esmola” que paga para o seu filho ser médico hoje? No meu tempo, estudava-se nas federais, onde eu estudei. Hoje, elas estão sucateadas. As faculdades privadas custam R\$3.500,00 por mês! Senador Suplicy, isso dá certo nos Estados Unidos, porque lá eles trabalham e ganham. Quem é que ganha isso no Brasil, se não temos nem emprego? O salário mínimo dá para pagar uma faculdade de R\$3.500,00? Foi essa a razão da vaia: a verdade. Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, vos digo”. Ô, Suplicy, esta é a verdade! Eu sou correto para com o Presidente Luiz Inácio. É melhor um adversário que diga a verdade do que um alopado, um puxa-saco, um mentiroso, que o está enganando. Eu sou a verdade. Não sou como Cristo: “O caminho, a verdade”; mas, sou a verdade.

Aqui está o jornal *O Dia*, o mais antigo, Pedro Simon, do Piauí – atentai bem! –: “Cera de carnaúba salva exportações piauienses”. A jornalista Elizângela Carvalho é uma boa jornalista. Mas não é não, Elizângela, é porque você é nova. Isso influenciou você. Cera de carnaúba não salva exportação do Piauí.

Olhem para cá, brasileiras e brasileiros! Olhe para cá, Suplicy!

Sei que V. Ex^a é dos Matarazzo; meu avô também era industrial. Isto aqui não está nada salvo, não! O Piauí caiu na desgraça do PT! Vou mostrar-lhes. Senador Pedro Simon, cera de carnaúba, mentira! Meu avô tinha dois navios para transportar cera de carnaúba do Piauí para o sul e para o mundo, e hoje não tem nem uma canoa para transportá-la! A carnaúba é secular! Ela se mantém porque é da natureza e a palmeira demora muito, mas ela é decadente! Havia os ingleses, os franceses, minha família. A verdade está aqui, vou mostrá-la ao povo, a quem agradeço.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é sério e merece o nosso respeito.

Então, Presidente Lula... Ô Suplicy, onde está o PT? Estão por aí; nós estamos aqui. Atentai bem, meu

amigo Presidente Senador Augusto Botelho, vamos ouvir, porque não há mais ninguém do PT, só V. Ex^a e o Suplicy, e o meu amigo Simon, que está ali e vale por 180 anos deste Senado!

Mas vejam o que diz – anotem –: “Registraram decréscimo [no Piauí] de vendas a castanha de caju (-27%)”.

Meu querido Luiz Inácio, Vossa Excelência estudou no Senai. O Senai, naquele tempo, tinha estrutura, tinha governo; o Senai era uma boa escola! O Senai foi criado pelo meu tio e padrinho, no Piauí. Eu conheço a sua estrutura! Menos é menos! É negativo! É para baixo! O Governo de Vossa Excelência está crescendo para baixo, como rabo-de-cavalo. Ó Suplicy, está aqui, no jornal *O Dia*: castanha de caju: menos 27%! Menos, Luiz Inácio, é negativo, é para baixo. O mel, mel de abelha – ó Suplicy menos 71%. Ô povo educado o do meu Estado, porque ele foi escondido, ligeiro, mais não o vaiou. Ó piauiense educado! Menos 71% o mel do Piauí, que vocês já tomaram. Sucos e frutas: menos 42%; menos, diminuiu. Tudo é mentira; tudo é enganação; tudo é roubalheira; tudo é sem-vergonhice. É Suplicy! Espera ainda, Suplicy: camarões e lagosta: menos 56%...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ligue o som, Presidente. Sei que V. Ex^a é do PT, mas do PT de vergonha, do PT de pessoas boas. Lá no Piauí tem um Deputado, o Nazareno Araújo, honrado; tivemos também aquela que morreu, a Trindade, era uma pessoa honrada, foi para o céu.

Olhem aqui: camarões e lagosta... Pedro Simon, eu sei porque governei o Piauí. O maior produtor de camarão das Américas era o Equador, que hoje está nas mãos desses governantes de esquerda totalitária. Então, Marco Maciel, eu fui a Guayaquil – não fui nem à capital, não fui a passeio – e Manta é a cidade de praia onde havia a maior carcinicultura. Augusto Botelho, “Deus escreve certo por linhas tortas”, então, houve uma epidemia com o camarão do maior produtor do mundo, a cidade de Manta, no Equador. O camarão ficou pálido, anêmico – deu uma vaca louca lá nele. Então, como o mesmo se seu aqui, fui até lá buscar os técnicos para o Nordeste. Marco Maciel, eu os trouxe, porque o camarão estava em queda, e implantamos a técnica. Quando eu deixei o governo, foram U\$20 milhões, empatou com a carnaúba. Lá, eles dominaram a patologia; é possível dominá-la. Não é como aqui em que a dengue está aí e este Governo não sabe acabar com ela. É o mesmo mosquitinho que Osvaldo Cruz venceu. É o mesmo mosquitinho! Naquele tempo, era a febre amarela, Marco Maciel. Agora é a dengue, que está mais grave, que é hemorrágica, que está matan-

do 14%; eram 4,5%. Ou o vírus está mais violento ou o povo mais fraco! Mas este Governo, que é derrotado por esse mosquitinho que Osvaldo Cruz venceu... Atentai bem: a lagosta, menos 56%! Ó Marco Maciel, menos! Ó Luiz Inácio, o Senai lhe ensinou! Larga esses aloprados e reviva a Aritmética do Trajano, que era a mais elementar quando eu estudava. A Aritmética do Trajano nos ensinava a somar, diminuir, dividir e multiplicar. Ó Luiz Inácio, pegue a Aritmética do Trajano: são menos 56% na carcinicultura. Pedras. Vejamos: Piracuruca, cidade produtora de pedras para piso, que exportava, hoje, são menos 4%. Todos são bens que estavam em franca expansão nos últimos anos.

Ó mulher verdadeira, Elizângela Carvalho! É uma jornalista, uma mulher. Mulher é verdadeira. Vocês sabem que o Governo gosta de jornal. Olhem a mídia: “Cera de carnaúba...” Não salva nada, a cera é decadente. Meu avô tinha dois navios para transportá-la, hoje não há sequer uma canoa que a transporte no Piauí.

Pedro Simon, tem mais: a agricultura. Olhem o que diz a matéria: “O Boletim também trabalha com dados do IBGE e, por isso, está estimando que a produção de grãos do Piauí, em 2007, será 12,1% menor do que o ano de 2006, [...]”.

Suplicy, você não está com a mentira, e sim com a verdade. Isso aqui é a verdade. Fere! Para o Goebbles – aqui temos o Duda “Goebbles” Mendonça –: a mentira se torna verdade. A sabedoria popular diz “que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade”.

Vejam: “[...] quando se colheu apenas 1.064,4 mil toneladas. Até o final deste ano, a previsão é de colheita de 935,6 mil toneladas”. Luiz Inácio, 935 mil é bem menor do que um milhão. Essa é a realidade. “Além da perda de produtividade, as culturas das oleaginosas [...], que representam mais de 50% da produção total dos grãos do Estado, tiveram sua área plantada reduzida em 2,4% em relação à safra passada”.

Empregos: os empregos diminuíram 0,19%.

Eu queria aproveitar os Senadores Eduardo Suplicy e Augusto Botelho, que estão aqui, e Pedro Simon, que é meu padrinho, meu guia, minha força. Pedro Simon, “pedi e dar-se-vos-á”, não é assim? Ô, Luiz Inácio, então, eu vim aqui pedir. Vossa Excelência tem aura.

O Piauí foi muito bondoso. Nós acreditamos. Entrou lá o PT, e nós acreditamos. Fomos enganados. Quem é que está livre de ser enganado? Quem é, Suplicy, que está livre de ser enganado? Fomos enganados no Piauí. Fomos. Estão aqui os números.

E Sua Excelência vem com esse negócio de ir lá, PPP, PAC... É só mídia. Mas eu ia falar só de dez, para não cansar o Presidente, de dez obras inacabadas que estão lá. Porto de Luiz Correia, no Piauí, é uma delas.

Aliás, ele tomou banho de mar lá. Mas não pagaram nem o hotel, e o homem faliu.

É o hotel de um português, que fechou. Fizeram despesa. O PT é assim.

Aliás, Pedro Simon, há um Procurador da República que aplaudiu, discursou e elogiou. Ele disse que é uma organização criminosa. Foi ele quem disse. Não é o Procurador-Geral? Está aí o Pedro Simon. É verdadeiro, não negou.

O porto de Luís Correia foi começado por Epitácio Pessoa, e faltam ainda US\$20 milhões. Gasta-se dinheiro, e ainda está lá.

E a ferrovia? Ô Suplicy, Alberto Silva é um velhinho bom. Olha, Pedro, Alberto Silva tem 88 anos, e meteram na cabeça dele que iriam botar os trens para funcionar. E o que fez Luiz Inácio no Piauí? Ouvi o apito do trem: piuí, piuí! O Alberto Silva é homem de bem. Sou médico cirurgião, e ele é engenheiro ferroviário. Ele me abandonou, levou o PMDB para o PT. Estou lá isolado. Eu dei só o apoio, não saí daqui, deste PMDB, por causa do Pedro Simon.

Acho que o Luiz Inácio não é temente a Deus, não! Mentir é pecado, não é, Pedro? “Olhem que, em 60 dias, estarão lá os trens.” Em Parnaíba, em Luís Correia, na minha cidade, seriam 60 dias. Eu ouvia: “Rapaz, o homem é danado mesmo, estamos lascados”. E estamos mesmo. Perdemos. Seriam 60 dias. Olha, faz um ano que isso foi dito.

Pedro, você sabe o que é dormente? É aquele pau que fica segurando os trilhos. Não trocaram nenhum. Esse é o PT da sem-vergonhice e da mentira. Nenhum foi trocado. Essa é a verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou já conceder-lhe o aparte.

E os aeroportos internacionais? Pedro Simon, não há mais nem vôo nacional. Já houve vôos nacionais em Picos, em Floriano, em Guadalupe e na minha cidade. Agora, isso só existe na propaganda e na mídia.

E a ponte sesquicentenária? Primeiro, quero saber se V. Ex^a sabe o que é sesquicentenário. São 150 anos da Capital. Anunciaram a construção da ponte. Vai fazer 156 anos, e só existe o esqueleto da ponte.

Pedro Simon, olha para cá. Eu, o povo do Piauí, os operários, o engenheiro Lourival Parente, com a construtora, com o dinheiro do Piauí, fizemos uma ponte no mesmo rio, em 1987, e convidamos o Presidente para bailar sobre a ponte, do meu lado, para ver a grandeza do povo do Piauí. Heráclito Fortes, que fez aniversário ontem, muito festejado, um homem extraordinário, nosso líder, fez uma ponte no mesmo rio em 100 dias.

Este Governo da mentira está, há seis anos, falando isso. É tudo roubo. Ele diz que levou R\$3 bilhões para lá. Então, é réu confesso. Eu, como Governador, fiz a ponte em 87 dias.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Por favor, liguem o som.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, não terei o aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quanto ao metrô de superfície, enganaram o Alberto. O metrô está lá parado, só o esqueleto. E o hospital universitário? Abri um ambulatório numa briga, e até nossa Deputada Federal pelo PT nos ajudou, a que faleceu e que foi para o céu.

O Pronto-Socorro de Teresina foi começado por Heráclito Fortes quando eu era Prefeito de Parnaíba e quando ele era Prefeito de Teresina. Isso se deu em 1989, em 1990. Fiz um pronto-socorro – que funciona em Teresina, ao lado do Hospital Getúlio Vargas – em um ano e pouco. E está lá o PT. E ele disse que levou todos os votos, ganhou tudo. Mas a mentira tem pernas curtas. Veio a verdade. E a verdade veio no Maracaná: a vaia da verdade.

E o transcerrado? O cerrado é o último. Ao cerrado levei energia por meio do Governo de Fernando Henrique Cardoso, o que possibilitou que a Bunge, a maior multinacional, ali se fixasse. Essa empresa está pensando em ir para a Argentina, porque aqui não há estradas. Só há propaganda.

E as hidrelétricas? Anunciou cinco, e uma está pelo meio, a de Guadalupe. Faltam as comportas. Como diz que vai fazer cinco, se não termina a que existe? É a mentira!

Estou aqui, Suplicy, porque acredito que o bem vence o mal. E a verdade vence. E V. Ex^a tem o aparte. Quero ouvi-lo. V. Ex^a simboliza essa verdade no PT. Todo lado tem exceção. V. Ex^a é a exceção, que é essa verdade, como também nosso Augusto Botelho, que não sei como foi parar lá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, agradeço-lhe a oportunidade do aparte. Em primeiro lugar, transmito a V. Ex^a que o nome do Prefeito que V. Ex^a pediu que eu o ajudasse a lembrar é Rudolf Giuliani, candidato do Partido Republicano.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – No livro dele, ele usou o símbolo da janela quebrada. Quando uma repartição tem uma janela quebrada, está tudo lascado. Foi o que ele disse no livro. Isso é o Hospital do Fundão, o Hospital Universitário do Presidente da República, no Rio de Janeiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em segundo lugar, agradeço-lhe a informação, pois não sabia que ontem foi aniversário do Senador Heráclito Fortes, a quem transmito meus cumprimentos. Ontem, eu estava em Caracas, onde houve um episódio importante do ponto de vista da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mantive um diálogo com o Presidente Hugo Chávez, que fez uma palestra no Centro Cívico Militar, em Caracas, sobre o programa habitacional e sobre praticamente todos os assuntos políticos do cotidiano. Esse é o estilo dele. A certa altura, estando eu na platéia, na primeira fila, quis ele saber minha opinião a respeito dos diversos temas. Eu, que estava ao lado do Embaixador João Carlos Souza Gomes, transmiti ao Presidente Hugo Chávez que, em especial, sou favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul. É muito importante estarmos conscientes de que o art. 4º da Constituição brasileira e o art. 153 da Constituição da Venezuela dizem que constitui objetivo de nossos povos, que são irmãos, alcançarmos a integração da América Latina. Portanto, esse é um objetivo que vai para além dos governos. Disse-lhe que, por exemplo, em setembro de 2002, quando o Presidente George Walker Bush considerava usar de meios bélicos para derrubar Saddam Hussein, conclamei – em diversas ocasiões, muitos Senadores também o fizeram – o governo dos Estados Unidos, da tribuna do Senado, a sempre utilizar outros meios que não os bélicos para agir, seguindo os conselhos de Martin Luther King Jr., que sempre recomendou a utilização da força da alma contra a forma física. Tendo em conta que o Presidente Hugo Chávez havia mencionado a importância do projeto do aqueduto que vem da Venezuela até o sul do continente, disse-lhe que me propunha a estudar seriamente o assunto. Ele, então, afirmou que gostaria de saber como nós, Senadores, realmente, vamos considerar o pleito. Transmiti o conteúdo desse diálogo ao nosso Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Se eu tivesse consciência do seu aniversário ontem, também o teria cumprimentado, mas aqui fica o registro. Como V. Exª falava do Governo do Presidente Lula, do Governador Wellington Dias e de muitos companheiros do Partido dos Trabalhadores nem sempre com palavras que poderíamos considerar as mais construtivas e respeitadas, como V. Exª avalia que é importante sempre registrar a verdade e como V. Exª vinha expondo a evolução da produção dos mais diversos bens no Estado do Piauí, resolvi consultar o IBGE, para analisar um exemplo, já que V. Exª citou diversos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu, não! Foi a jornalista que o fez. Está aqui o nome do jornal: **O Dia**. A jornalista é Elizângela Carvalho. O jornal é tra-

dicional, e uma mulher nunca mente. A jornalista deu todos os dados no melhor jornal. Está aqui o jornal. Focalize-o! É o jornal *O Dia*.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas como V. Exª conhece tão bem o Estado do Piauí e também respeita os dados do IBGE, gostaria de citar a evolução de um produto importante, ao longo dos últimos anos, no Estado do Piauí, segundo o IBGE, tanto em termos da área plantada quanto da produção. E V. Exª, então, fará a análise que considerar mais adequada. Por exemplo, nos anos de 1994 a 1997, a produção, em toneladas, aumentou de 10.409 para 40.520; no período de 1998 a 2002, a produção foi de 49.864 toneladas e, no ano de 2000, chegou a 128.255 toneladas. Mas, em 2002 – V. Exª, sendo de lá, saberia explicar o porquê –, houve a diminuição da produção para 90.970 toneladas. Já no ano de 2003, no início do Governo do Presidente Lula e do Governador Wellington Dias, segundo o IBGE, a produção aumentou para 308.225 toneladas; em 2004, foi de 388.193 toneladas; em 2005, de 555.588 toneladas; em 2006, de 689.046 toneladas. Portanto, em um aspecto que V. Exª sabe ser bastante importante, que é a produção de soja...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Exª terminou? Quero dar-lhe uma aula sobre a soja.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...houve uma evolução, de 2002 para 2006, de 90.770 toneladas para 689.046 toneladas. São dados do IBGE.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora, vou dar os meus dados, que são os da verdade, são os do Senado da República.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, quem levou a Bunge para o Piauí fui eu. V. Exª precisa saber que foi trabalhoso. Havia um grupo da Holanda, outro do Ceará. Foi uma dificuldade! Ela não era uma multinacional: era a Ceval, de Gaspar. Daí a amizade que tenho com o Senador Leonel Pavan, de quem fui hóspede. Depois, a Bunge comprou a Ceval. Em Camboriú, conheci a fama do Senador Leonel Pavan, antes de conhecê-lo pessoalmente – ele tinha sido garçom.

Mas não há no mundo uma beneficiadora de soja produtora de margarina que se instale onde a produção seja menor que 400 mil toneladas. Quando eu governava o Piauí, em 1997, já havia 400 mil toneladas. Isso aí é uma mentira, como a da Secretaria de Segurança do Piauí.

No Piauí, a criminalidade está tão grande, que, outro dia, um Vereador do próprio PT, um líder sindicalista honrado, como V. Exª admitiu, provou – e colocou até o nome – que fazem estatística com um quarto da realidade.

Esses números são fantasiosos. Aqui, estão os números verdadeiros, descritos pelas estatísticas, pelo jornal mais conceituado e por Elizângela Carvalho. Esta é a verdade: já havia 400 mil toneladas. Esses são os números. V. Ex^a tem mesmo de tentar defender o indefensável.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Mão Santa, dizer que V. Ex^a está informando que os dados do IBGE sobre a produção de soja no Piauí não são verdadeiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Afirmo isso com toda certeza. E provei isso a V. Ex^a. Informe-se sobre qual é a fábrica que vai instalar-se para produzir o beneficiamento da soja com menos de 400 mil toneladas para beneficiar os órgãos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou pedir ao IBGE informação mais precisa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Como vai instalar-se sem matéria-prima? Vai comprar no Mato Grosso do Sul, onde não há estrada?

Essa é a verdade. O raciocínio foi claro. Este é um debate qualificado. Uma das exigências...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É possível que a tabela do IBGE, reproduzida na página do Governo do Estado do Piauí, possa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É tudo mentira! O PT é o pai e a mãe da mentira! De mentira em mentira, vocês ganharam as eleições. Essa é a confusão!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero fazer-lhe uma recomendação. Quando a palavra de políticos, por vezes, é ofensiva, se não é respaldada pela razão – e V. Ex^a o sabe pela experiência que tem –, acaba tendo um efeito que não é positivo para quem assim procede.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse efeito está caindo contra V. Ex^a. Estamos citando aqui o jornal, o trabalho. Se fosse um escrito meu... Estou trazendo aqui o jornal de maior tradição. A jornalista é quem dá os números.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero fazer uma sugestão a V. Ex^a, de boa-fé: que solicitemos ao IBGE – e comprometo-me a fazê-lo; se V. Ex^a quiser, poderá fazê-lo comigo –, ao Presidente do IBGE, a informação precisa e completa sobre a área plantada e a produção de soja na década de 90 e na primeira década do séc. XXI. Na próxima semana, darei essas informações.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A área plantada foi reduzida de 2% a 4%.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou transmitir essa informação a V. Ex^a, para que V. Ex^a, então, possa indagar se o IBGE está correto ou não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não tem IBGE, não! Se meteu o Governo... Jacinto Teles – outro dia, eu o trouxe aqui – é Vereador do PT, como V. Ex^a, que foi o melhor Vereador da história de São Paulo e que, por isso, está aqui. Com austeridade, foi Presidente daquela Casa. Jacinto Teles, um Vereador de vergonha lá do PT, é de Sindicato de Delegado de Polícia. Li aqui. Posso convidá-lo. O Vereador é de seu Partido. Ele disse que a criminalidade é tão intensa, que os números divulgados pelo Governo do Estado representam um quarto da realidade. Ele citou até o nome das crianças vítimas de homicídio. Pude ler isso aqui. Isso é o que Goebbels e Hitler faziam. Uma mentira repetida cem vezes se torna verdade. É isso que V. Ex^a... V. Ex^a, não! V. Ex^a é virtuoso – reconheço. Se não o fosse, eu diria também.

Vamos terminar, porque o Presidente, Senador Augusto Botelho, sinaliza nesse sentido. Antes, porém, agradeço-lhe a tolerância do tempo e peço que seja incorporado ao discurso todo este debate qualificado com o virtuoso Senador do PT. Eu queria que V. Ex^a, tão diligente, tão ativo...

Quis Deus que adentrasse agora este recinto o Senador Adelmir Santana, que vai receber o título de cidadão honorário piauiense em Uruçuí e que tem a felicidade de ser filho de uma mulher piauiense. O Prefeito de Uruçuí, Francisco Filho, é o maior Líder da região, juntamente com seu irmão, Zé Nordeste, que é Prefeito de outra cidade. Lá está sediada a Bunge. Ele vai receber o título lá, e estarei presente à solenidade.

Essa é a realidade do Piauí. Posso trazer o Prefeito que foi comigo a Gaspar. Saltamos no Aeroporto Navegantes, fomos a Gaspar. Conquistei a Bunge com Francisco Filho. Ela era disputada pelo Tocantins e pelo Maranhão, mas a ganhamos e a levamos para lá. Não era nem Bunge, era Ceval. Depois é que ela se tornou uma multinacional. Daí a amizade com Leonel Pavan.

Ô Pedro Simon, essa hoje multinacional me hospedou em Camboriú. Lá fui a um restaurante. Atentai bem! Fiquei impressionado. Foi o melhor salmão com maracujá que já comi – sou da praia. Na oportunidade, os garçons me perguntaram: “Governador, o senhor conhece Leonel Pavan?”. Disse: “Não”. Ele disse: “O senhor conhece Leonel Pavan, que foi por três vezes o melhor Vice-Prefeito? Era um garçom, como nós!”.

Então, Luiz Inácio, sei que Vossa Excelência foi operário. Mas está aí um que era garçom! Leonel Pavan foi um brilhante Senador desta Casa. Hoje, é Vice-Governador e, com certeza, será Governador

daquele Estado e poderá chegar até à Presidência da República. Eu o conheci.

Quis Deus que adentrasse este recinto o Senador Adelmir Santana, cuja mãe é de lá, onde está a soja, o que é um orgulho para nós! Uma coisa, digo: V. Ex^a é filho de uma grande mulher, a mulher piauiense, cristã honrada!

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço o Senador Adelmir Santana, cidadão piauiense de Uruçuí, cujo Prefeito é o grande líder Francisco Filho.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Só quero fazer referência ao discurso de V. Ex^a, dizendo que aquela realmente é uma região próspera. Embora eu tenha nascido no Estado vizinho, o Maranhão, minha família por parte de mãe, efetivamente, é de Uruçuí. O Estado do Piauí concede-me, naturalmente, dupla homenagem, pois a Prefeitura daquele Município concede-me o título de cidadão de Uruçuí, e, ao mesmo instante, também a Assembléia Legislativa dota-me com a titularidade de piauiense. Isso me deixa, sem dúvida alguma, feliz, porque, na verdade, tenho íntimas ligações com aquele Estado. E, naturalmente, tenho o registro de nascimento no Estado do Maranhão. A gente não escolhe o lugar que nasce, mas ser escolhido por outros com esse título de cidadania, efetivamente, honra-nos muito. Quero, portanto, agradecer a V. Ex^a a referência que faz a essa concessão e dizer que me congratulo com aquele Município, com os Vereadores daquela cidade, com os Deputados estaduais do Piauí, com o Prefeito de Uruçuí. Brevemente, retornaremos, além deste fim de semana que iremos àquele Município, à Capital para receber o título de cidadão piauiense, o que me deixará muito feliz nessas duas oportunidades.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, medalha de ouro para o Piauí! Somos três Senadores, como ocorre em todo Estado. E há o Sibá, que é piauiense e que emprestamos para o Acre. Agora, há o quinto aqui.

Senador Suplicy, ele foi com Chávez. Eu queria encontrar com esse Chávez, Senador Augusto Botelho. Está aí o Senador Augusto Botelho! Brasileiras e brasileiros, atentem para esse quadro! Ele é de Roraima, vizinho lá da Venezuela.

Brasileiras e brasileiras, um tanque de gasolina desses carros de porte médio, lá na Venezuela do Chávez, custa R\$5,00. Aqui, o botijão de gás custa R\$40,00; lá, custa R\$10,00. Eu queria perguntar ao Suplicy por que ele não viu esse mecanismo para ensinar ao Luiz Inácio para baixar a gasolina.

Não se diz que a Petrobrás é auto-suficiente? Ela o é na propaganda, na roubalheira, na corrupção!

Lá, o venezuelano paga R\$5,00. Está aí o Senador, que é de um Estado vizinho daquele país. Hoje, o maior movimento do Estado do Augusto Botelho é o de sair de Roraima para buscar gasolina na Venezuela. O Prefeito da cidade que faz fronteira com aquele país botou uma lei que diz que só se podem comprar 30 litros. Aí os meninos sabem como é o câmbio negro e encham o tanque. O homem e a mulher que trabalham em Roraima vão lá buscar gasolina.

Isso é o que o Suplicy deveria buscar. Não se diz na propaganda que a Petrobras é auto-suficiente, é grandeza? Mas o dinheiro é da roubalheira. Por isso, vocês pagam a gasolina e o gás mais caros do mundo.

O que eu queria pedir ao Presidente Luiz Inácio, em homenagem ao Piauí, onde ele venceu as eleições – o Governador é do PT –, em homenagem à educação do piauiense, que não o vaiou, que dê essas obras ao Piauí e não leve para lá somente mentiras.

Fico muito agradecido ao Senador Augusto Botelho pelo tempo concedido.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Em votação os **Requerimentos n.ºs 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 849, 857 e 859, de 2007**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N.º 76/07 - DEM

Brasília, 2 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para as providências necessárias, que o Partido da Frente Liberal – PFL passou a ser denominado Democratas, de acordo com a Convenção Nacional realizada em 28 de março de 2007, em Brasília, e arquivados seus atos constitutivos no Tribunal Superior Eleitoral, na forma da legislação em vigor.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que a sessão em homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães será realizada às 15 horas do próximo dia 8.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 1.299/07/SGM-P

Brasília, 17 de julho de 2007

Assunto: Retifica autógrafos

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência retificação no texto dos autógrafos referentes à Medida Provisória nº 349, de 2007, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007, encaminhado à consideração dessa Casa em 20 de abril de 2007, por meio do Ofício nº 125/07/PS-GSE.

2. Encaminho autógrafos com as seguintes retificações e solicito que delas se dê ciência à Presidência da República para que se adotem as providências cabíveis:

Onde se lê:

“Art. 7º

VIII – (vetado pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997);

IX – garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do **caput** do art. 13 desta Lei.

..... “(NR)

Leia-se:

“Art. 7º

IX – garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do *caput* do art. 13 desta Lei.

..... “(NR)

– **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com referência ao expediente lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no inciso II do art. 325 do Regimento Interno, determina a confecção de novos autógrafos, incorporando a adequação proposta pela Câmara dos Deputados no expediente lido, para remessa à Presidência da República, para retificação e conseqüente republicação da Lei nº 11.491, de 2007, originária do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007.

A Presidência fará a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Romero Jucá e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho a esta tribuna registrar mais um artigo que trata da legalidade de ações policiais num Estado democrático.

Depois da veiculação do artigo do jornalista mineiro Roberto Elísio, objeto de meu pronunciamento recente nesta casa, o mesmo jornal mineiro **Hoje em Dia** brindou-nos com a publicação de um texto do Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros – AMAGIS –, o Juiz de Direito Nelson Missias de Moraes, intitulado “Violações fragilizam o Estado de Direito”. Publicado no dia 29-7-2007 também chama a atenção para os estragos que erros de avaliação podem causar às instituições e aos homens de bem.

O magistrado afirma “Apesar da vigência da Carta Magna, a sensação, hoje, no Brasil, é de que todos estão grampeados, perguntando-se quem será o próximo da lista.

Nelson Missias ressalta a importância das diversas operações da Polícia Federal principalmente no combate ao crime organizado, desde que pessoas ou entidades não sejam condenadas “a priori”. Diz, “Ao mesmo tempo, a espetacularização dessas operações vem causando estranheza. Se, de um lado, reduzem a sensação de impunidade existente no país, de outro, ferem alguns direitos individuais”. O artigo continua “Por isso, se faz urgente coibir os excessos, como a exposição desnecessária dos suspeitos com seus nomes jogados na vala comum, em lista de criminosos, quando sequer tinham qualquer ligação com os fatos”.

Em seguida afirma, “Falar, então, em segredo de justiça, nesse momento virou piada, quando vazam informações de inquéritos que sequer foram concluídos, muito menos instaurada a ação penal”.

O presidente da Amagis insiste nos riscos da fragilização do Estado de Direito: “Graves violações não isentam nem mesmo os poderes da República, atentando assim contra a própria democracia e o Estado de Direito. Quando importantes instituições são atacadas consecutivamente – sem distinção entre estas e seus integrantes, para os quais também não foi ofertado o direito ao contraditório e à ampla defesa – é porque o Estado trocou o princípio democrático pelo policia-

lesco, no qual a senha é o vale-tudo. Nada disso tem sido bom para a democracia, gerando uma instabilidade perigosa. Todo mundo sabe como isso começa, mas não como e quando termina”.

Assim, Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, requeiro que a referida matéria seja incluída nos Anais desta Casa de liberdade, como parte do meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

Violações fragilizam o Estado de Direito

NELSON MISSIAS DE MORAIS (*)

Ainda que a Constituição Federal de 1988 não tenha completado 20 anos, impõe-se reafirmar suas importantes conquistas, que instituíram o Estado Democrático de Direito. Os incisos X, XI e XII de seu artigo 5, por exemplo, consagram que são “invioláveis” a intimidade, a vida privada, a honra, a imagem das pessoas e a casa, bem como o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas. São princípios individuais que foram elevados à condição de cânones constitucionais e pelos quais o Poder Judiciário - por atribuição indelegável - tem o dever de zelar.

Ao consagrar esses princípios constitucionais, o legislador teve o cuidado de vincular eventuais exceções, no último caso, a uma determinação judicial para que um direito maior não fosse negado nem a justiça comprometida. Apesar da vigência da Carta Magna, a sensação, hoje, no Brasil, é de que todos estão grampeados, perguntando-se quem será o próximo da lista.

Graves violações não isentam nem mesmo os poderes da República, atentando assim contra a própria democracia e o Estado de Direito. Quando importantes instituições são atacadas consecutivamente - sem a distinção entre estas e seus integrantes, para os quais também não foi ofertado o direito ao contraditório e à ampla defesa - é porque o Estado trocou o princípio democrático pelo policialesco, no qual a senha é o vale-tudo. Nada disso tem sido bom para a democracia, gerando uma instabilidade perigosa. Todo mundo sabe como isso começa, mas não como e quando termina.

O trabalho que a Polícia Federal (PF) tem desenvolvido, em diversas operações, é de muita importância, principalmente no combate ao crime organizado, desde que não seja transformado em um grande show para os holofotes da TV ou que pessoas sejam condenadas “a priori”. Não se pode permitir criar um tipo de estado policial no Brasil, como bem advertiu o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Ao mesmo tempo, a espetacularização dessas operações vem causando estranheza. Se, de um lado, reduzem a sensação de impunidade existente no país; de outro, ferem alguns direitos individuais, inseridos nas cláusulas pétreas da Constituição, prejudicando a imagem do cidadão investigado e da própria polícia.

Por isso, se faz urgente coibir os excessos, como a exposição desnecessária dos suspeitos, com seus nomes jogados na vala comum, em lista de criminosos, quando sequer tinham qualquer ligação com os fatos. Já houve casos em que se prendeu o homônimo de um suspeito. Chegaram ao cúmulo de, propositadamente ou não, confundir o nome de um suspeito, Gilmar de Melo Mendes, egresso de uma escuta telefônica, com o do ministro Gilmar Ferreira Mendes. Propositadamente ou não, ou talvez, pelo fato de o mesmo ministro ter determinado a soltura de pessoas detidas em operações da PF.

Falar, então, em segredo de justiça, nesse momento, virou piada, quando vazam informações de inquéritos que sequer foram concluídos, muito menos instaurada a ação penal. Tal vazamento é grave e remete a estratégias de exceção (não recomendáveis) na investigação.

Não se discute, aqui, o mérito das prisões, mas, principalmente, a maneira como têm sido conduzidas. Seus resultados não correspondem aos métodos empregados, como a utilização de armamentos pesados contra pessoas que não teriam como oferecer resistência aos policiais. A grande maioria dos detidos - mais de 5.800 pedidos de prisões preventivas ou temporárias desde 2003 - já ganhou a liberdade. Ao final, em vez de condenações, temos cidadãos humilhados, um país desacreditado, direitos atropelados e a Constituição rasgada.

Não custa repetir que, se existem atividades investigativas, que utilizam a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, é porque o Judiciário autorizou. Caso contrário, seriam ilegais. A operação policial é realizada com a autorização judicial, assim como a soltura de pessoas. No entanto, é fundamental distinguir o estado de direito e o estado policial. O questionamento das ordens da Justiça por órgãos policiais, como acusou prontamente o ministro Gilmar Mendes, pode levar a um Estado policial do tipo KGB e Gestapo. Ao Judiciário, não cabe legislar, mas apenas corrigir normas que contrariam a Constituição Federal.

(*) Juiz de Direito de Belo Horizonte - Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amamiel)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada entre 27 e 31 de março de 2006, em Rio Quente, Goiás, representou um marco extremamente relevante para as comunidades indígenas e para os trabalhos ora em execução pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa e pelo Conselho Nacional de Saúde, ambos vinculados ao Ministério da Saúde.

O tema central, “Distrito Sanitário Especial Indígena: território de produção de saúde, proteção da vida e valorização das tradições”, foi percorrido em cinco eixos temáticos: direito à saúde, controle social e gestão participativa, desafios indígenas atuais, trabalhadores indígenas e não-indígenas em saúde, e segurança alimentar, nutricional e desenvolvimento sustentável.

Cerca de 800 delegados estiveram presentes ao evento. Desse total, 52% eram representantes dos usuários indígenas – identificando-se aí mais de 100 etnias -, 27% dos participantes representavam os trabalhadores e os restantes 21% de gestores e prestadores de serviços. A etapa nacional da Quarta Conferência teve como preparatórias nada menos do que 206 conferências locais, realizadas nas próprias aldeias, quando estiveram reunidas, aproximadamente, 12 mil pessoas, em todo o País.

As etapas prévias à realização da Quarta Conferência geraram 5.431 propostas, das quais 536 foram aprovadas ao final dos trabalhos. Essas propostas deverão orientar a consolidação de uma política pública de saúde das populações indígenas.

Todos esses dados, Sr. Presidente, integram a bela e oportuna publicação *Relatório final da quarta conferência nacional de saúde indígena*, que me chegou às mãos, recentemente, e detalha com extrema acuidade e precisão o conjunto dos procedimentos adotados e as conclusões derivadas de tão significativo evento. É um material de interesse não apenas das diversas comunidades, mas de todos aqueles que se vêem direta ou indiretamente envolvidos com a causa indígena no Brasil.

Quero destacar, a partir do alentado relato consolidado pela Funasa, parceira preferencial da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, apenas algumas das principais resoluções aprovadas na mais recente Conferência Nacional de Saúde Indígena. E o faço dessa forma sintética porque os trabalhos foram intensos e

profícuos, resultando em expressivo quantitativo de deliberações, todas relevantes para a preservação da saúde indígena.

No que diz respeito ao direito à saúde, cabe evidenciar as responsabilidades a serem assumidas pela Funasa, que vão da reestruturação organizacional da Fundação – a fim de melhor atender às demandas das comunidades indígenas, passando pela elevação de teto dos recursos destinados à saúde dos índios, que não serão repassados aos municípios, mas à própria Funasa – até a implantação de sistema de saneamento básico e de abastecimento de água. Todos os distritos e 100% das aldeias e áreas indígenas deverão ser beneficiadas, em um prazo máximo de até quatro anos.

Um outro tópico de igual importância refere-se à composição e atuação de equipes multidisciplinares de saúde em todas as aldeias, com pólos-base e postos de saúde em terras indígenas já demarcadas e homologadas. Caberá ainda a Funasa implantar programas que atendam indígenas com necessidades especiais. Afora isso, foram previstas várias iniciativas que procuram otimizar a atuação conjunta dos diversos órgãos do Governo Federal, de modo a assegurar avanços substantivos na atenção à saúde indígena.

O eixo temático 2, que tratou do controle social e gestão participativa, adotou uma extensa série de resoluções, com ênfase nos trabalhos do Fórum Nacional de Presidentes dos Conselhos Distritais, e também dos Conselhos Locais de Saúde Indígena. Foi salientada a determinação de estabelecer uma maior articulação entre os dois níveis, para intensificação das ações e disseminação das informações, tornando os Conselhos mais acessíveis e democráticos. Neste tópico foi também decidida a realização de um trabalho mais veemente junto ao Poder Legislativo, de modo que os parlamentares acompanhem de perto as questões relativas à saúde indígena.

Os desafios indígenas atuais, tema do eixo de número 3, concentram-se, de acordo com o *Relatório*, em reforçar a atenção à saúde dos indígenas que vivem fora das terras indígenas e dos povos em demanda de reconhecimento. Ao mesmo tempo, busca-se ampliar a participação da mulher indígena no controle social e na atenção à saúde, o respeito às práticas tradicionais e de cura e “autocura”, bem como o continuado estímulo e apoio a estudos e pesquisas aplicados às demandas dos povos indígenas.

Por seu turno, no eixo temático 4, cujo foco foram os trabalhadores indígenas e não-indígenas em saúde, foram consolidadas inúmeras resoluções abordando desde a avaliação do processo de formação de agente indígena de saneamento até a estruturação da política de desenvolvimento do trabalho em saúde para os povos indígenas. Atenção especial foi dedicada à avaliação dos trabalhos das equipes multidisciplinares e à necessidade de articulação da Funasa com outras instâncias da educação profissional para formar trabalhadores em saúde indígena. Aliás, como pude perceber pela leitura do Relatório, durante as discussões, de maneira muito procedente e correta, foi dada especial ênfase à questão relativa à formação de trabalhadores para atenção à saúde indígena.

Finalmente, no eixo temático 5, que tratou de segurança alimentar, nutricional e desenvolvimento sustentável, foram debatidas e aprovadas resoluções voltadas para a avaliação da demarcação, com abordagens acerca da homologação, “desintrusão” e proteção dos territórios indígenas, tidas como condição indispensável à melhoria da saúde e da vida dos povos indígenas. Foram, igualmente, colocados em relevo temas como a estruturação da política para produção de alimentos e respeito à diversidade cultural dos povos indígenas, valorização da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. Ainda no mesmo eixo temático, tratou-se da formulação e implantação da política de vigilância nutricional e adequação dos programas governamentais, como transferência de renda e bolsa-família.

Como se pode observar, Sr^{as} e Srs. Senadores, os resultados da Quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena praticamente esgotam os temas mais relevantes e urgentes para os povos indígenas, na atualidade, e servem como uma excelente bússola para os trabalhos parlamentares, no âmbito do Congresso Nacional. Acredito que, ao refletirmos sobre as resoluções e reivindicações apresentadas no documento-resumo da Conferência, estaremos mais aptos a legislar de forma a contemplar as necessidades e os verdadeiros reclamos dos povos indígenas.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apareceu na televisão, na noite de anteontem com uma

aparência – que me perdoem a franqueza – no mínimo estranha. Já estaria passando da hora de alguém, da sua assessoria, fazê-lo ver que a democracia, a que ele se referiu, inclui o contraditório. Para ser bem claro, o contraditório, da essência democrática, encerra a contradição, o pensamento oposto. É a categoria fundamental da lógica dialética.

A dialética, é bom refrescar a memória, é a arte do diálogo ou da discussão, na forma laudativa, como força de argumentação, ou, num pretense sentido pejorativo, com o excessivo emprego de sutilezas, no caso manifestações de desagrado, inclusive a governantes ou políticos.

Uns e outros, políticos e governantes, jamais devem perder a calma, muito menos optar por frases que, mesmo externando sentimentos íntimos, venham a significar ou aparentar tripúdio. Nem mesmo à guisa de levar ou pretender levar vantagem sobre alguém humilhando-o, escarnecendo-o ou ameaçando-o, explícita ou implicitamente.

Abro aspas para o Presidente:

(...)”Se quiserem brincar com a democracia, ninguém sabe nesse País colocar mais gente na rua do que eu”.

Para o jornal **O Estado de S. Paulo**, o Chefe do Governo da República Federativa do Brasil teria chamado para o desafio os brasileiros que o têm vaiado, como teria ocorrido no Centro de Eventos do Pantanal, por ocasião do anúncio de liberação de recursos do PAC para saneamento básico em Mato Grosso.

Vaias, sabemos todos, significam manifestação de desagrado ruidosa e geralmente coletiva, em forma de gritos, assovios, etc. Representam, num jogo de futebol, o desagrado de torcedores, os mesmos que, antes e no amanhã, podem vir a aplaudir o time do seu aconchego.

Em todo o caso, a recriminação do Presidente, embora não se justifique, veio num momento pouco cômodo.

Bem diferente de outra ocorrência, também de anteontem, que não veio em momento pouco cômodo. Saiu como conclusão de uma reunião da Executiva Nacional do PT, portanto com tempo e discussão suficientes para afirmar o que está no conteúdo final do encontro petista.

Se a fala do Presidente pode, de leve, aparentar ameaça à democracia, o que o seu partido anuncia é

grave, é ameaça, sim, de caso pensado. Leio, também em **O Estado de S. Paulo**, o que pretende o Partido dos Trabalhadores:

PT decide convocar militância contra 'direita e imprensa'

Em reunião da Executiva, participantes denunciam articulação para antecipar debate eleitoral

Eis o que registra, no livre exercício da profissão de jornalista, a repórter Clarissa Oliveira:

(...) Depois das vaias recebidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e após o assessor da Presidência Marco Aurélio Garcia ter sido flagrado comemorando a notícia de que uma falha técnica poderia ter provocado o acidente da TAM, o PT decidiu encampar novamente a tese de que virou alvo de uma ofensiva da mídia e da oposição. Os dois episódios foram apontados ontem, durante reunião da Executiva Nacional petista, em São Paulo, como exemplos de uma suposta articulação entre a imprensa e os adversários políticos, com o objetivo de antecipar o debate eleitoral de 2008.

Em uma resolução de quase duas páginas, o PT fez diversas acusações à mídia, citada diversas vezes no texto. Em uma delas, diz o texto: "A oposição, articulada com setores da mídia, está 'subindo o tom' nos ataques ao governo e ao PT, tendo em vista tanto as eleições de 2008 quanto as eleições de 2010."

Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia ficar sem fazer esses reparos ao Governo do País. Não dá para ficar calado, sobretudo quando o reverso desse quadro de desolação revela um Brasil diferente. Como agora há pouco, nos Jogos Pan-Americanos.

A moldura foi a mais bela cidade do mundo. O Rio-2007 foi o enlevo de todos os que vivemos neste País maravilhoso que poderia enfunar velas, abrindo asas pandas para não se limitar a um calendário fugaz o sorriso dos brasileiros, espelhado nos dias do Pan, na face das Maurren Magi, mostrando que o salto em distância é possível. Um exemplo, que clama pela recuperação do Brasil.

Também na face da carateca Lucélia de Carvalho, a alegria do Ouro em três pans no caratê, com a voz entre embargo de lágrimas cantando o Hino enquanto se envolve na bandeira verde-amarelo-azul.

Do meu Estado, o exemplo de pertinácia de Sandro Viana, Medalha de Ouro nos 200 m. Foi um extraordinário feito de um amazonense e brasileiro simples!

São exemplos das paixões nacionais fazendo-nos admirar a leveza das moças com as bolas nos pés. Ou a certeza indiscutível da raça dos craques de Bernardino, no voleibol feito de garra e arte.

Este é um País que tem tudo a favor para avançar. Mas que não avança pela falta de comando presidencialmente proclamada, em meio à leniência e à confissão do medo de voar. E o aconselhamento para, na inevitabilidade da viagem, que se declarem os pecados, entregando a sorte a Deus.

Encerro, dizendo que o Brasil que todos nós, brasileiros, queremos, é o Brasil dos exemplos dignificantes, como esses que, com emoção, assistimos ao longo dos Jogos do Rio-2007.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula acusa quem o vaia de brincar com a democracia

Presidente atribui manifestações a empresários e banqueiros, que “ganharam muito” no governo e, por isso, deveriam estar aplaudindo

Ouçã o discurso do presidente Lula em Cuiabá

Fausto Macedo, CULABÁ e Wilson Tosta, CAMPO GRANDE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem em Cuiabá que as vaias não vão afastá-lo das ruas e chamou para o desafio brasileiros que o têm vaiado. “Se quiserem brincar com a democracia, ninguém sabe nesse país colocar mais gente na rua do que eu”, disse ele no Centro de Eventos do Pantanal, onde anunciou para mil convidados - rigorosamente selecionados e que muito o aplaudiram -, a liberação de R\$ 521,5 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de saneamento básico em Mato Grosso. “Deus fez o homem perfeito, com duas orelhas, uma para ouvir as vaias e a outra pra ouvir aplausos.” No outro evento do dia, em Campo Grande (MS), ele também reagiu às vaias.

Os apupos têm se repetido desde a abertura dos Jogos Pan-Americanos do Rio. Ontem, em Cuiabá, partiram de manifestantes que foram barrados em um trevo de acesso a 300 metros da solenidade. O comboio presidencial passou à toda por eles. Entre 60 a 70 pessoas, segundo a organização do movimento denominado “Eu também vou vaiar Lula”, o receberam com gritos e assobios. A assessoria de Lula contou “uns 8” opositores.

“O recado foi dado”, disse Flávia Salem, empresária de comunicação e coordenadora do movimento. “Estamos com a alma lavada porque vaiamos muito, muito mesmo, até cansar, e é claro que o presidente ouviu e por isso ficou tão incomodado. Não fosse o medo de represálias, a mobilização teria sido 10 vezes maior. Inclusive muito servidor público queria ter participado.”

“Se alguém acha que com estupidez vai atrapalhar que a gente faça o que precisa ser feito pode tirar o cavalo da chuva”, retrucou Lula. “Ninguém vai me ver de cara feia por isso. Podem ficar certos meus companheiros e companheiras que ninguém vai ficar com saudade de ver o Lula na rua. Com a democracia não se brinca, o que vem depois dela é sempre muito pior.”

Acredita ter identificado quem o hostiliza. “Os que estão vaiando são os que mais deveriam estar aplaudindo. Foram os que ganharam muito dinheiro no meu governo. É só ver quanto ganharam os banqueiros, os empresários.” E continuou: “Não conheço um deles que tem uma biografia que lhe permita sequer falar em democracia nesse país. E eu conheço muitos deles.”

Falou de mesquinaria na política e atacou Geraldo Alckmin (PSDB), seu adversário em 2006. “A política tem um lado mesquinho, um lado pequeno. Quem perde fica dentro de casa acendendo vela, fazendo coisa para que não dê certo. Mas isso é de uma imbecilidade total. Acho um exagero a quantidade de mesquinaria que se fala numa campanha. Fui quase um gentleman na disputa com o meu adversário. Ele, que era um gentleman, virou quase que coisa louca na TV, brabo.”

Lula afirmou que está acima de diferenças político-partidárias. “Todo mundo sabe das relações que eu tenho com o PSDB na maioria dos Estados. Sou amigo de muita gente do PFL”, disse. “Não consigo misturar minha relação pessoal com questão partidária, mas tem gente que não pensa assim. Essa gente fez a Marcha com Deus pela Liberdade em 64 que resultou no golpe militar, essa gente que pensa assim levou o Getúlio Vargas ao suicídio, levou João Goulart a renunciar, ficou contente com 23 anos de regime militar e está incomodada com a democracia porque a democracia pressupõe o pobre ter direito, ter Bolsa-Família, sim.” Na verdade, Jango foi deposto e a ditadura durou 21 anos.

Em Campo Grande, onde também foi lançado o PAC, Lula citou a prisão da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante o regime militar, ao dizer que as pessoas precisam aprender a não brincar com a democracia. “Uma companheira como a Dilma, que está aqui com esta cara de fada, ficou três anos e meio presa, por lutar por liberdade.”

Para Lula, a robustez na economia “incomoda muitas pessoas”. “Passei ali, tinha meia dúzia de meninos, gritando: ‘Fora, fora, fora, fora’. Alguém de vocês que tem mais idade, pelo amor de Deus, diga para eles que a eleição acabou em outubro. Acabou a eleição, e o mandato é de quatro anos. Mandem eles se prepararem para a próxima. Esta já foi”, disse ele no ato, que reuniu 2 mil pessoas no Clube Estoril.

Lula destacou as obras de saneamento. “Na época da eleição, 10 pobres valem mais que um jantar com um banqueiro. Mas depois das eleições, meio banqueiro vale mais que 10 mil pobres.”

FRASES

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

“Deus fez o homem perfeito, com duas orelhas, uma para ouvir as vaias e a outra pra ouvir aplausos”

“Com a democracia não se brinca, o que vem depois dela é sempre muito pior”

O ministro queimou a língua

Falar é barato (talk is cheap), dizem os americanos. Falar é fácil, dizemos nós, brasileiros. Tanto faz um ditado ou outro: eles não aprendem nunca. Eles, naturalmente, são os políticos, que dão o dito pelo não dito com uma naturalidade impensável em qualquer outro setor da atividade humana. As mais recentes expressões dessa forma de apagão verbal, que embute um sonoro desrespeito pela opinião pública, têm o timbre de voz do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e, especialmente, do novo ministro da Defesa, Nelson Jobim. O assunto, como não poderia deixar de ser, é a crise aérea.

Três dias depois da tragédia de Congonhas, quando enfim quebrou o seu silêncio ensurdecedor sobre a segunda catástrofe do gênero em 10 meses, Lula anunciou, entre outras medidas para normalizar o sistema de aviação comercial no País, a construção de um novo aeroporto na região de São Paulo, em um local a ser definido em 90 dias. Procurada naquela mesma sexta-feira para falar disso, a ministra foi cortante com os repórteres: “Nós jamais (sic) diremos onde será o novo aeroporto. Não somos fatores de especulação imobiliária.” Parecia não apenas que a decisão era para valer, como também que o governo tinha já alternativas em estudo.

Foi só falatório - a marca de Caim da era Lula. Anteontem, na reunião do grupo de coordenação política do governo, conduzida pelo presidente, a idéia foi remetida à repleta e empoeirada pasta "Soluções de longo prazo". Prevaleceram, afinal, as objeções do governador paulista José Serra, que desde a primeira hora considerou a medida "pouco sensata" e disse isso ao seu amigo muito próximo Nelson Jobim. A questão, esclareça-se desde logo, não é que o governo - especificamente, o Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) - tomou uma decisão muito sensata e dela recuou 10 dias depois porque um governador a criticou, ou por alguma obscura razão.

O Planalto fez a coisa certa ao despachar a intenção para as calendas. O ponto é que pela enésima vez sob o lulismo prevaleceu a precipitação. Ou porque os autores da idéia são insensatos ou porque o presidente precisa mostrar serviço - da boca para fora, como de costume. Agora, na mais recente rodada do torneio de palavras ao vento, disputado em Brasília, quem subiu ao pódio foi o titular da Defesa. Não há quem já tenha esquecido as trovejantes declarações de Jobim ao substituir Waldir Pires, que nunca logrou levantar vôo no cargo. "A história registra o que fazemos e o que deixamos de fazer", se pôs a ensinar. "Faça ou vá embora." Na imprensa, a altissonância rivalizou com a afirmação de que ele tinha recebido "carta branca" do presidente.

Nem tanto, agora se vê. Estreando na Defesa, Jobim não mediu palavras - acertadamente, aliás - ao criticar a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) por seu desastrososo desempenho. De fato, enquanto a avidez das empresas aéreas pelo lucro fazia Congonhas transbordar, o órgão responsável pela fiscalização do setor parecia olhar para o outro lado. Disse o ministro que a agência deixava a desejar porque as suas funções técnicas estavam em mãos de apadrinhados políticos. Era, nas suas palavras, um "problema legal" - alusão à impossibilidade de demiti-los por terem mandato fixo e estável. Mas deixou claro que gostaria que renunciassem.

Enganaram-se os que pensavam que Jobim fazia uso da alardeada carta branca que Lula lhe teria concedido. Ele somente engrossava uma tendência que dava a impressão de predominar no Planalto. A facção empenhada em defenestrar da direção da agência o profissional de turismo Milton Zuanazzi, cujo mandato vai até 2011, plantou na imprensa a informação de que o governo articulava a renúncia dele e dos seus companheiros de diretoria, os quais, como prêmio de

consolação, seriam contemplados em outras áreas da administração federal. Chegou-se a noticiar que apenas a diretora Denise Abreu se negava a atender ao governo. Só que em poucos dias a corrente pró-Anac empatou o jogo.

Foi o bastante para que o presidente Lula tornasse a fazer o que lhe é mais confortável, resolvendo novamente não resolver coisa alguma. A diretoria da Anac fica e o ministro da carta branca queimou a língua.

Vôos de Lula são mais seguros do que os comuns

PEDRO DIAS LEITE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode até sentir medo toda vez que viajar de avião, como disse anteontem na posse de Nelson Jobim ("toda vez que o avião fecha a porta, entrego a minha sorte a Deus"), mas a sua segurança é muito maior que a dos brasileiros comuns em todos os fatores que mencionou.

O piloto, "um ser humano", como disse Lula, é um major da Força Aérea Brasileira com milhares de horas de voo, que fica a serviço exclusivamente do presidente. Apesar de experiente, ele não está exposto à carga horária pesada de muitos pilotos da aviação comercial. Um brigadeiro, ainda mais experiente, também participa dos vôos.

Já o avião, "ultramoderno, mas uma máquina", como afirmou o presidente, foi comprado há pouco mais de dois anos, por US\$ 56,7 milhões. O modelo é um Airbus-A319, todo modificado para atender ao presidente. Tem apenas 16 lugares em poltronas confortáveis, uma sala de reunião e um quarto com cama. Possui até um banheiro com chuveiro.

O controlador, "que diz quando devo parar ou não", segundo Lula, também dá prioridade total ao avião presidencial. O AeroLula tem preferência para pousos e decolagens em todo o espaço aéreo brasileiro. Para o avião presidencial não existe fila -quem estiver por perto espera e, enquanto ele não pousar ou decolar, ninguém pode sair do lugar.

As "intempéries", outro fator de medo de Lula, também não deveriam preocupar o presidente. Hoje em dia o sistema de previsão de tempestades em vôos mais longos é sofisticadíssimo e, segundo disse à Folha um major da FAB, é praticamente impossível ser pego de surpresa por uma tempestade realmente séria em voo.

Site exhibe frase de Lula sobre Congonhas

YouTube mostra trecho de debate em que petista diz que Aicmin deveria agradecer-lo pelo aeroporto

LILIAN CHRISTOFOLETTI

DA REPORTAGEM LOCAL

Uma frase lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a eleição de 2006, quando ele disputava o cargo com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), foi parar no YouTube um dia depois do acidente com o Airbus-A320 da TAM, que matou pelo menos 199 pessoas.

"Veja o aeroporto de Congonhas. Você deveria me agradecer", diz Lula ao tucano, após ser questionado sobre a ausência de investimento na área de transporte do país. Lula e Alckmin participavam do primeiro debate eleitoral, transmitido pela TV Bandeirantes, no dia 8 de outubro. O encontro foi tenso, crivado de críticas e ataques.

O vídeo, que foi colocado no YouTube no dia 18 deste mês, tem 50 segundos e aparece ao lado da frase: "Agradecer?".

Diz Lula: "O governo está fazendo [investimentos] porque entende que é preciso fazer. [...] Veja o aeroporto de Congonhas. Você deveria me agradecer". Continua ele: "Nós não fazemos isso porque gostamos de fazer, fazemos porque o Brasil precisa. Sabe o que acontece, Alckmin, quando vocês governaram o Brasil, vocês não acreditavam que o Brasil pudesse crescer. Vocês não resolveram um gargalo neste país. [...] Vocês pensavam pequeno".

Para governador, aeroporto novo em SP é "escapismo"

"Acontece um problema, eles vêm com panacéias", diz José Serra sobre projeto da União para desafogar Congonhas

Especialista afirma que obra custaria R\$ 3 bilhões e que não poderia ser próxima a São Paulo sem complicar ainda mais o tráfego aéreo **CATIA SEABRA**

FERNANDO CANZIAN

DA REPORTAGEM LOCAL

O governador paulista, José Serra (PSDB), qualificou como "escapismo" a idéia do governo federal de construir um novo aeroporto em São Paulo para desafogar Congonhas.

"Tenho horror ao escapismo. Escapismo é uma doença no Brasil. Acontece um problema, vêm com soluções escapistas ou com panacéias", disse Serra.

Em documento assinado com o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), e enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Serra pediu investimentos como a construção em Guarulhos de uma terceira pista e terminal de passageiros, além de uma segunda pista e terminal em Viracopos.

"Temos que nos debruçar sobre medidas concretas, mesmo de médio prazo, de curto prazo, para tocar o setor para andar. Tenho a expectativa de que, assumindo o comando, o ministro (Nelson) Jobim (Defesa) ajude nessa tarefa de maneira decisiva", disse Serra.

O governo paulista também pedirá R\$ 580 milhões ao governo federal para construir uma linha de trem ligando a estação da Luz, no centro da capital, a Cumbica. O projeto, que prevê o check-in de passageiros na Luz, seria tocado via PPP (Parceria Público-Privada).

O chamado "Expresso Aeroporto" chegou a ser anunciado como uma das prioridades do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) em janeiro de 2005, mas nunca saiu do papel.

As declarações de Serra vão ao encontro das de especialistas ouvidos pela Folha sobre o realismo de se apostar em um novo aeroporto em vez de usar melhor a estrutura de Cumbica (Guarulhos), Viracopos (Campinas) e São José dos Campos.

Atualmente, há capacidade ociosa de cerca de 2,4 milhões de passageiros nesses três aeroportos. Com projetos para melhorar o acesso e obras de ampliação, a capacidade extra poderia atingir 10 milhões (6,5 milhões foi o excedente em 2006 em Congonhas, com capacidade para 12 milhões).

"Céu saturado"

Sergio Jardim, da empresa de engenharia Planorcom, que já atuou em Cumbica e Congonhas, estima em R\$ 3 bilhões o custo de um novo aeroporto de grande porte. Já um novo terminal em Guarulhos sairia por R\$ 500 milhões.

"O problema também não está só na terra, no local onde pode ser construído, mas no céu saturado. Para evitar mais problemas de tráfego aéreo, dificilmente poderia haver um novo aeroporto mais próximo da capital do que a distância até Viracopos (em Campinas, a 99 km de São Paulo)", diz Jardim.

Corretores especializados em áreas rurais afirmam que o preço do m² em locais próximos às rodovias Anhangüera/ Bandeirantes pode variar de R\$ 3 a R\$ 6. Prevendo 4 milhões de m² para o novo aeroporto, o preço do terreno poderia chegar a R\$ 24 milhões. Em áreas mais próximas à capital, como Cajamar (42 km de SP), o valor é maior, podendo subir para R\$ 34 milhões. Mesmo assim, o preço do terreno alcançaria pouco mais de 1% dos R\$ 3 bilhões do custo total estimado para a obra.

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) disse na semana passada que não falaria sobre a localização do novo aeroporto para não incentivar a "especulação imobiliária".

Segundo Paulo Barbosa, corretor de áreas rurais da Bandimóveis, algumas prefeituras da região, como a de Sorocaba (87 km de SP), chegaram a fazer projetos de viabilidade de novos aeroportos que nunca foram para a frente.

Jamil Giacomello, ex-secretário de Desenvolvimento de Jundiaí e dono de imobiliária especializada em áreas rurais no interior de SP, diz que não acredita que a

União fará o novo aeroporto. Ele também não crê na ampliação do aeroporto de Jundiaí, como a Infraero chegou a especular, por causa da vizinhança com rodovias.

Após as vaias no Rio, o presidente se queixou com interlocutores e no seu programa de rádio, *Café com o Presidente*. Ontem, porém, ignorou os apupos no breve discurso de improviso. Mas deu sinais de impaciência, olhando o relógio, e mostrou-se desatento nas demais falas.

Na semana passada, após o acidente com o Airbus da TAM, Lula cancelou viagens para o Sul e Sudeste, onde poderia enfrentar protestos, e refez a sua agenda, privilegiando eventos do PAC em capitais onde seu governo tem alta popularidade.

Dez dias após anunciar terceiro aeroporto, governo descarta idéia

Presidente aceita argumento do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e aposta agora na terceira pista de Cumbica

Vera Rosa, Leonencio Nossa

Tamanho do texto? A A A A

O governo descartou ontem a possibilidade de construir um terceiro aeroporto em São Paulo, pelo menos a curto prazo. A decisão foi tomada dez dias depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, terem anunciado publicamente a intenção de o governo federal erguer esse novo aeroporto fora de São Paulo. Ontem, na reunião da coordenação política, no Palácio do Planalto, o presidente aceitou o argumento apresentado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, indicando que o mais conveniente, neste momento, é investir na construção da terceira pista do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos.

Prevaleceu, portanto, a proposta do governador paulista, José Serra (PSDB), que, em conversa com Jobim, na sexta-feira, se manifestou contra a construção de outro aeroporto em São Paulo, por considerá-la uma idéia "pouco sensata". Já a ministra Dilma, que na semana passada disse terminantemente aos presidentes de TAM e da Gol que o governo não investiria mais em outra pista de Cumbica, reviu a posição.

Em pronunciamento à Nação, no dia 20 - três dias após a tragédia com o avião da TAM, no vôo 3054 -, o presidente anunciou uma série de providências para desafogar o tráfego aéreo em Congonhas. E citou, textualmente, a decisão tomada, à tarde, na reunião do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) desse mesmo dia, sobre o novo aeroporto. O item 4 das "soluções" falava em "definição, em 90 dias, do local da construção de um novo aeroporto na região de São Paulo".

Poucos minutos antes do pronunciamento presidencial, em cadeia nacional de rádio e televisão, a ministra Dilma Rousseff não só anunciou a construção do novo aeroporto, como disse que ele ficaria "na região da Grande São Paulo", e não na capital. Ao ser questionada sobre a provável localização, ela acrescentou que "jamais" diria o local para "não ser fonte de especulação imobiliária".

Agora, porém, o discurso oficial é de que essa é uma solução de longo prazo. Na reunião da coordenação política do governo, Jobim disse que já conversou sobre o assunto não apenas com o governador Serra, como com o prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, que é do PT. Pelo relato do ministro da Defesa, o governador tucano tem interesse em investir numa linha de trem ligando o centro de São Paulo ao Aeroporto de Cumbica e pediu ajuda federal. Serra defende ainda a ampliação do terminal de passageiros em Viracopos e a construção de mais uma pista expressa para ligar São Paulo a Campinas.

Estudos anteriores do governo esbarravam em um problema: para erguer a terceira pista seria necessário desalojar 20 mil famílias. O prefeito de Guarulhos, no entanto, disse a Jobim que o número de desabrigados é quatro vezes menor, não ultrapassando 5 mil famílias.

Com os dias contados no governo, o brigadeiro José Carlos Pereira, presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), fez vários reparos a essa alternativa, mostrando falta de sintonia com o Planalto. "A questão é de custo-benefício", afirmou Pereira, ao lembrar a necessidade de remoção de 5 mil famílias.

Pereira falou em "lugar difícil" e disse que uma terceira pista vai exigir um trabalho mais cuidadoso. "Qualquer pista de pouso será útil, mas a questão é de custo-benefício. Não sei o custo", comentou.

Pereira também destacou a importância de existir cooperação entre os governos estadual e federal para a construção de mais uma pista em Guarulhos. Apesar dos "senões", o brigadeiro disse acreditar "ser possível" sua construção.

Com o desvio de vários pousos de Congonhas para Cumbica, o Aeroporto de Guarulhos registrou ontem movimentação intensa. Mas Pereira negou transtornos. Ao comentar o acidente com o Airbus da TAM e o fato de a pista em Congonhas ser considerada curta, procurou não esticar a polêmica. "Quinhentos metros a mais não resolveriam o problema", afirmou, ao lembrar a velocidade em que a aeronave tocou o solo.

Manifestações contra Lula preocupam Planalto

Em reunião com ministros, presidente garante que vaias não vão mudar sua rotina de viagens pelo País

Vera Rosa e Leonencio Nossa

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está preocupado com os protestos contra seu governo, mas disse ontem que não vai se intimidar com vaias. Diante de ministros da coordenação política, no Planalto, afirmou que irá ao Rio Grande do Sul e ao Paraná por volta de 14 de agosto, quando retornar de seu périplo pelo México e por quatro países da América Central.

Na tentativa de evitar mais dissabores para Lula, como novas vaias, sua assessoria cancelara viagens que faria a Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina logo após a tragédia com o Airbus da TAM no Aeroporto de Congonhas, dia 17.

"Ninguém vai me emparedar", afirmou Lula, na reunião de ontem. "Eu não vou deixar de andar o País por causa de vaia." Pesquisas do tipo tracking, encomendadas pelo Planalto após o acidente em Congonhas, já indicam que a popularidade do presidente caiu, sobretudo em São Paulo, e em camadas das classes média e alta. O levantamento acendeu a luz amarela no Planalto, depois de dez meses de crise aérea.

Até agora, o governo não organizou nenhuma estratégia para enfrentar hostilidades, mas pretende observar as manifestações com cautela. Há, na avaliação do Planalto, duas situações distintas em meio aos gritos de "Fora Lula": a primeira, considerada natural, de indignação das famílias de vítimas do acidente da TAM; a segunda, organizada pela oposição.

Um auxiliar direto do presidente disse ao Estado que o governo identifica o bordão "Cansei" como uma "coisa armada" pelos adversários, especialmente do PSDB e do DEM. O movimento foi lançado por empresários e tem apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O verbo cansei é sempre associado a substantivos que causam dor de cabeça ao Planalto, como corrupção e apagão aéreo.

Lula recebeu vaias na semana passada, em viagens ao Nordeste, e no dia 13, na abertura dos Jogos Pan-Americanos, no Rio. No diagnóstico do governo, porém, os apupos foram "superdimensionados" pela imprensa. Apesar de garantir que viajará para o Paraná e o Rio Grande do Sul no meio de agosto, o presidente - que hoje assina convênios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Cuiabá e Campo Grande - não irá a Santa Catarina. A alegação oficial é de que "não terá tempo" para lançar pessoalmente o PAC em todos os Estados. Na sexta-feira, ele pretende reunir no Planalto governadores

de 12 Estados que ainda não visitou e dar por encerrada essa maratona de viagens para assinar protocolos do PAC.

Assessor especial de Lula recebe apoio de petistas depois de gestos obscenos

DA REPORTAGEM LOCAL

O secretário de Relações Internacionais do PT, Valter Pomar, expressou ontem "solidariedade" ao assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia. Flagrado fazendo sinal obsceno enquanto assistia a reportagem que atribuía a problemas técnicos o acidente do Airbus-320 da TAM, ele teria até entregado o cargo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, ao apresentá-lo no "Curso de Formação em Política Internacional", promovido pelo PT para estudantes e militantes de agremiações de esquerda, Pomar manifestou seu apoio a Marco Aurélio.

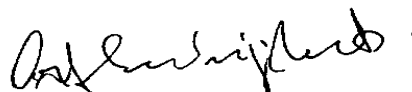
À Folha disse que o gesto só mereceu destaque porque compensava o noticiário, crítico à empresa. Para Pomar, aquele não foi um gesto de escárnio às vítimas. Segundo Pomar, gestos obscenos não são "exóticos" aos brasileiros. "A gente pode gostar ou não, pode achar educado ou não. Mas não é uma coisa que fere a cultura."

Um dos coordenadores nacionais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Paulo Rodrigues endossa: "A indignação dele é de se entender. Foi dentro do Planalto, mas não o criminalizo. Quantos ministros não fizeram o mesmo?".

Para o secretário sindical do PT, João Felício, deveria haver um desagravo a Marco Aurélio: "Não concordo com o que fizeram com ele. Foi um desabafo, diante de um julgamento precipitado [de que falhas na pista seriam a causa do acidente]".

Segundo o secretário de Movimentos Sociais, Renato Simões, houve um "superfaturamento". "Foi uma exploração supervalorizada de um episódio doméstico."

Secretário nacional do PT, Joaquim Soriano diz que a "gravação foi uma invasão", mas que o gesto é forte.



O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Agradecendo e pedindo a benção

de Deus para todos os presentes e para todos os que assistem à TV Senado, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

Ata da 117ª Sessão Não Deliberativa, em 3 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que falo desta tribuna, 12 Governadores de Estado e dezenas de Prefeitos municipais assinam, no Palácio do Planalto, convênios para realização de projetos do PAC. Trata-se de ferrovias, rodovias, aeroportos, setor de segurança, de saneamento, residências populares e um sem número de outras obras contempladas nesse projeto. Em verdade, não se cuida de uma doação de recursos federais aos Estados e Municípios, mas financiamentos de longo prazo, em torno de 20 anos, com quatro anos de carência e juros muito baixos. São recursos do FAT, do próprio Orçamento da República e assim por diante.

Para o meu Estado, Sr. Presidente, estão sendo destinados cerca de R\$500 milhões. O Governo do Estado, desde logo, recebe R\$111 milhões; a Prefeitura de São Luís, um pouco mais de R\$60 milhões; Municípios como Imperatriz, Timon, Caxias e tantos outros, também estão contemplados. Pelo País afora, há realmente uma pletera estimada de grandes recursos que serão investidos nesse programa que visa a aceleração do crescimento nacional.

Sr. Presidente, é bom que esses recursos sejam bem aplicados. Para que isso aconteça, é indispensável um acompanhamento estreito por parte do Governo Federal, por parte dos Governos estaduais e por parte até dos titulares das prefeituras. O que tem acontecido ao longo dos anos é que recursos escassos federais se perdem nas chamadas obras inacabadas.

Há cerca de seis anos, criamos no Congresso Nacional uma comissão mista de Deputados e Senadores, da qual fui o vice-Presidente, para levantar no Brasil inteiro as obras que não haviam sido concluídas. Chegamos à conclusão, depois de longas viagens e estudos, que mais de 3 mil obras, espalhadas por este País, não haviam sido concluídas; muitas delas nem sequer iniciadas. E os recursos todos considerados aplicados. Isso significa jogar pelo ralo da irresponsabilidade e da corrupção recursos preciosos do povo brasileiro. Não podemos ter a repetição daqueles episódios. Não há obra mais cara do que a obra inacabada.

Digo isso para exaltar uma decisão do Ministro Márcio Fortes, que tomou uma iniciativa como titular do Ministério que mais vai investir no PAC, que é o Ministério das Cidades: o Ministro determinou a criação de um pequeno núcleo em cada Município que vai receber recurso do PAC e em cada Estado para que se entendam diretamente com o Ministério sobre a liberação dos recursos. Mas o Ministério querará saber, passo a passo, a realização de cada obra, sem o que o fluxo de recursos será interrompido com a responsabilização daqueles que tiverem aplicado mal o dinheiro público. Não posso deixar de cumprimentar o Ministro Márcio Fortes por essa iniciativa. Aliás, não foi apenas essa.

No caso do Aeroporto de Porto Alegre, uma informação que eu nem sequer sabia. A pista é curta – dois mil e poucos metros – mas por ali são exportadas muitas mercadorias em aviões que saem com meia lotação, exatamente em virtude de ser curta a pista e sob a alegação de que não há solução para ampliá-la. O que fez o Ministro Márcio Fortes? Foi ele próprio examinar a situação – e ele nada tem a ver com aeroportos – e verificou que havia favelas nas duas cabeceiras. O que fez ele? Propôs a retirada dos favelados dando-lhes casas mais decentes em outros lugares, melhores até – a um custo, é claro, ao Governo Federal. Retirando-os dali, será possível ampliar a pista para até 4 mil metros, ainda com área de escape. Olha que coisa criativa!

Ele fez os cálculos e chegou à conclusão de que será muito mais barato para o País fazer esses investi-

mentos hoje e se beneficiar dos recursos que advirão das exportações com aviões à plena carga. O Presidente Ernesto Geisel costumava dizer que é muito fácil governar com recursos abundantes, o difícil é governar com a imaginação criadora. Pois é o que está fazendo o Ministro Márcio Fortes. Oxalá os demais Ministros do Presidente Lula procedam do mesmo modo para que este País tenha, realmente, um avanço nos seus procedimentos administrativo.

Observou-se, também, nessa primeira investida do PAC, que havia completa dissociação entre interesses dos Governadores e dos Prefeitos. Volto, ainda, ao Ministro Márcio Fortes, como exemplo – sei que outros terão agido, também, desse modo: o Ministro Márcio Fortes procurou vários Governadores, colocou-os em contato com grupos de prefeitos e chegaram à conclusão de que uma ação integrada, em cada Estado, entre os Municípios e o Governo do Estado seria muito mais útil para a própria comunidade estadual, assim como para os recursos que seriam ali aplicados.

Eu estou aqui, portanto, Sr. Presidente, para louvar ações dessa natureza, que não apenas servem ao povo brasileiro, mas servem, por igual, ao estilo de administração que devemos ter neste País. Nós não poderemos ter, no século XXI, um país de procedimentos artesanais na sua administração. Ou nós nos modernizamos, e com rapidez, ou, então, corremos o risco de ficarmos, mais uma vez, para trás nessa corrida do desenvolvimento no mundo inteiro.

Ouçó o aparte do eminente Senador Mão Santa, que me dá muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Ouçó o aparte do eminente Senador Mão Santa, que me dá muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Resolvi participar. Vi o Senado funcionando por suas muito boas instituições como a Rádio Senado. Eu me lembrava – permita-me dizer isso, porque é até uma inspiração para o futuro de V. Ex^a – de que quando V. Ex^a, Senador Edison Lobão, governava o Maranhão, eu acordava às 6 horas para ouvi-lo conversar com o povo do Estado. Somos vizinhos. Havia uma rádio em Parnaíba, a Igarassu, que transmitia a fala dele. Com todo o respeito ao Presidente José Sarney, lembro que do quadro dele era o Pelé. Do lado vizinho e pela amizade que tenho a todos, lembro-me de que havia um eleição perdida. Então, fui buscá-lo. Ele saltou como cantor – iria dormir em Parnaíba. E ele ganhou, mudou o resultado da eleição. Tenho esse respeito. Quero dizer, Senador Tião Viana, que o Senado só tem sentido se formos os pais da Pátria ou então vamos fechar esta Casa. Quando eu não sentir que sou

um exemplo para este País, podem fazer uma CPI de toda a minha vida, Senador Tião Viana. Estou pedindo isso a V. Ex^a. Não precisam ficar com chantagem e com processo. Esses bandidos... Podem fazer uma CPI da minha vida toda, analisá-la desde o primeiro cheque que emiti, do Banco da Lavoura – talvez V. Ex^a nem tivesse nascido naquela época. Quero contar a história da ditadura e da revolução. Cocal, Tenente Hudson Prado. Por isso muita gente foi cassada. Tinha que ser cassada mesmo, tem um lado positivo. É para punir mesmo. Atentai bem! O pai de V. Ex^a foi governador, na época. Tenente Hudson Prado. Uma escola em Cocal, Vicente de Paula, pólo esportivo, tudo. Relatório: uma casa velha, não tem nada de polivalente; é uma máquina de escrever é só o que tem lá – Underwood. 1936. Cassou-se muita gente. Aí é que a revolução mudou a situação; antes, o Deputado levava o dinheiro liberado pelo Governo Federal e no meio do caminho ele desaparecia. Quero dar testemunho da validade desse homem. Eu era Governador do Estado quando ele chegou para fazer o levantamento dessas obras inacabadas – antes da Gautama, desse rolo – que no Piauí pararam. Tem um vigarista lá que pegou aquele dinheiro para o Luz no Campo, roubou todo o dinheiro e ainda é deputado, e não sei o quê. Antes havia quatrocentas obras inacabadas, dito pelo Tribunal de Contas da União. Eu recebi V. Ex^a e vou dar o exemplo, porque V. Ex^a é um pai da pátria, é aquele que foi homenageado e o povo acreditou e virou a eleição no Maranhão. Eu estava lá. Vou dar só um exemplo, porque um quadro vale por dez mil palavras: tinha a Ponte da Amizade, como essa ponte vergonhosa que o Luiz Inácio foi lá e disse que ia comemorar os cento e cinqüenta anos de Teresina. Vai fazer cento e cinqüenta e seis. Roubaram tudo. Ele disse que já mandou o dinheiro. Fiz, no mesmo rio, uma ponte em oitenta e sete dias, com o engenheiro do Piauí, Lourival Parente, construtora do Piauí, operário, dinheiro do povo; convidei o Fernando Henrique Cardoso para bailar e botei o nome do Wall Ferraz, que era o ex-Prefeito. Heráclito fez uma no mesmo rio em 100 dias. Mas a Ponte da Amizade... Eu conversando, ó Tião, com o Presidente Sarney, uma vez, informalmente, com muito respeito, ele disse que tinha mandado dinheiro que dava para construir quatro. E era uma das obras inacabadas e está lá. Então, V. Ex^a tem essa autoridade. Quis Deus que estivesse aí para eu dizer o seguinte: V. Ex^a é a esperança de melhores dias. Ó Tião Viana – deixe-o ouvir porque eu quero falar para ele, aguarde um instante –, esse homem estava no lugar de V. Ex^a no momento mais difícil dos 183 anos deste Senado. Aprenda. V. Ex^a é feliz porque o exemplo não está longe; está bem aí. Vá se aconselhar com esse homem. No momento mais difícil, digladiava Antonio Carlos Magalhães, que foi para

o céu, porque a gente é julgado pelas obras todas e ele fez muitas obras – São Paulo disse que fé sem obras já nasce morta – e a dele foi com obras, com o homem do PMDB, do Pará, esse homem assumiu, atravessou o mar vermelho, entregou este Senado às mãos limpas e honradas do santo Ramez Tebet. Ele estava no seu lugar. V. Ex^a é um predestinado porque não precisa buscar exemplo na História. O exemplo está nesse homem, que soube vencer as turbulências desta Casa. Meus parabéns e minha admiração.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me deixa em situação de timidez cívica com os encômios e com a sua generosidade. O relato de V. Ex^a, no que diz respeito a mim, é motivo de felicidade, mas não posso deixar de dizer que, quando V. Ex^a começa seu aparte dando notícia de que às 6 horas da manhã de cada dia eu já falava, como Governador de Estado, nas emissoras de rádio, entre as quais a da cidade de V. Ex^a, que é Parnaíba, V. Ex^a o faz porque às 6 horas da manhã já estava também acordado e era Prefeito do Município, trabalhando pelo povo de Parnaíba. Fez ali a melhor administração que a grande cidade de Parnaíba já teve em toda sua história, o que lhe garantiu projeção para ser, em seguida, Governador do Estado, excelente Governador.

Lembro-me perfeitamente do dia em que desembarquei em Teresina – e aí V. Ex^a já era Governador de Estado –, na missão do levantamento das chamadas obras inacabadas, em que fomos juntos, V. Ex^a e eu, V. Ex^a Governador e eu Senador, presidindo o grupo que foi ao Piauí. Fomos a uma universidade que estava também inacabada, a um hospital, a algumas obras federais inacabadas que ali se encontravam.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me V. Ex^a, que é o espírito da lei: o hospital ainda está inacabado, não funciona. Agradecemos pela Ponte da Amizade, como isso é necessário, e acho que deve criar. E V. Ex^a, que tem experiência, já tem meu voto. E eu e Geraldo Mesquita Júnior...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... queremos participar dessa sua nova missão.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Pois veja, Senador Mão Santa, o hospital ainda está inacabado, desde aquela época. Nós, da Comissão, elaboramos aqui um relatório de mais de 800 páginas, levamo-lo ao Presidente da República.

O Presidente determinou que não se começasse nenhuma outra obra pública federal neste País enquanto não fossem concluídas as inacabadas constantes daquele relatório.

Levamo-lo também ao Ministro do Planejamento e ao Tribunal de Contas. Senador Tião Viana, Presidente em exercício desta Casa, e o que aconteceu? Absolutamente nada. Ninguém obedeceu às instruções do Presidente da República, nem às recomendações do Tribunal de Contas e muito menos do Ministério do Planejamento.

Nós não podemos neste País continuar administrando 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, com 190 milhões de brasileiros, dessa maneira irresponsável. Ou nós nos damos conta de que a responsabilidade há de ser a locomotiva da administração, como acentua muito bem o Senador Mão Santa, ou estaremos destinados ao insucesso nessa corrida de competição com os demais países do mundo.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela generosidade da paciência e deixo aqui a minha esperança de que, nessa nova fase de obras públicas, possamos ter um novo destino para os recursos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e, a seguir, ao Senador Mão Santa.

Senador Geraldo, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos retornando de um curto recesso, período no qual colhemos fatos, alguns trágicos, outros lamentáveis e ainda outros que nos acometeram de profunda tristeza. Refiro-me ao falecimento de três Parlamentares, um deles dos mais eminentes Senadores da República, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Refiro-me também ao trágico acidente aéreo que vitimou cerca de 200 brasileiros.

Andamos pelo nosso Estado retomando contatos, retemperando-nos em conversa com os acreanos para voltarmos para este Senado Federal com disposição redobrada para continuarmos nosso trabalho.

Colhemos também fatos muito positivos, como a realização em nosso País do Pan, no Rio de Janeiro, ocasião em que os atletas brasileiros cumpriram com denodo e tiveram participação importantíssima.

Aqui quero louvar, de coração, o esforço feito pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro – este na pessoa do nosso querido Senador, hoje Governador, Sérgio Cabral – e pelo Prefeito César Maia, enfim de todos os que se envolveram na construção das condições objetivas para que o Pan fosse o sucesso que foi.

E, ao retornarmos às lides aqui na nossa Casa, tenho dois assuntos que me prendem particularmente a atenção neste momento. Mas, antes de abordá-los, eu

queria me referir a um fato lamentável ocorrido no meu Estado exatamente nesse período de recesso, quando por lá estávamos andando e percorrendo os Municípios, um fato que envolve uma autoridade federal e um policial da Polícia Militar. Creio que todos nós ainda temos na lembrança um fato ocorrido tempos atrás no nosso País num Estado do Nordeste, em que um juiz, de forma truculenta, arbitrária, atirou sem qualquer motivo, sem qualquer razão, no atendente de um supermercado que o interpelava, que o abordava, para tratar de assunto corriqueiro no mercado. Por falar nisso, eu não tenho notícia do que foi feito com esse juiz. E eu me refiro a esse fato para abordar a questão do abuso da autoridade, da prepotência, da vaidade que faz com que pessoas investidas em cargos, alguns de elevada importância, se transmudem em pessoas que não deveriam sequer ter o direito de conviver com todos nós, Senador Mão Santa. Sei da autoridade na qual nós, Senadores, estamos investidos, mas nunca me vali disso para tentar impô-la em qualquer circunstância. A minha própria identificação que faço onde chego é a minha carteirinha de habilitação. Não uso sequer a minha carteira do Senado Federal; uso a minha habilitação de trânsito. E conheço, no meu Estado, um cidadão, dentre muitos, investido na autoridade de Juiz Federal, o Dr. Jair Fagundes, que recentemente foi abordado em uma *blitz* e, de forma truculenta, arbitrária, segundo temos notícia, Senador Mão Santa, foi instado pelo policial que o abordou... Olha, a Polícia Militar do Acre é uma corporação... Tenho esse testemunho que colhi e ainda colho. Depois desse fato, conversei com alguns policiais militares, que revelaram reservadamente o constrangimento da maioria da Corporação, se não de todos, pelo fato ocorrido e por outros fatos, Senador Mão Santa, que ocorrem com populares e que nós, por vezes, nem ficamos sabendo. Mas esse fato teve repercussão no meu Estado.

O Juiz, Dr. Jair Fagundes, que é uma pessoa decente, humilde e correta, mas investida na autoridade de um Juiz Federal, foi abordado na rua – e estava com os filhos no carro. De forma indevida e truculenta, o policial tentou, de todas as formas, primeiro, retirar o Juiz Federal do carro; e ele pediu que o policial o informasse qual a irregularidade de trânsito que ele havia cometido. Não houve comunicação nesse sentido. E ficou o fato lamentável. Mas dele colhe-se a necessidade da experiência, Senador Mão Santa.

Creio que o Governador Binho Marques tem agora a oportunidade de – a todo instante isso deve ser feito, e, em episódios como esse, devemos fazê-lo com mais intensidade – talvez expurgar da Polícia Militar do Estado elementos que contrariam os preceitos, que não se comportam de forma adequada numa corporação

tão importante como aquela e que presta um serviço tão importante ao nosso Estado.

O fato está sendo investigado, está sendo apurado. Mas tenho consciência do que digo, Senador Mão Santa. Tratando-se do Dr. Jair Fagundes, digo que confio nos fatos que ele me relatou. Em momento algum, ele se valeu do próprio cargo para impor sua autoridade, porque se tratava de um assunto corriqueiro de trânsito. Ele sequer se identificou como Juiz inicialmente. Apenas depois, instado pelo policial, ele exibiu sua identidade de magistrado; mas no início não.

Portanto, trago este fato, sim, à consideração para expressar aqui da tribuna – o único espaço que tenho de manifestação – a minha solidariedade ao Juiz Federal Jair Fagundes e o meu apelo ao Governador Binho para que ele verifique com profundidade o que aconteceu e que não permita que a Polícia Militar seja contaminada por elementos como esse, que não tem o devido preparo e equilíbrio para funcionar como um policial militar numa corporação tão importante como aquela que temos no Estado.

Senador Mão Santa, como eu disse, tenho dois assuntos que me tomaram a atenção nos últimos dias. Recebi um *e-mail* da Sr^a Mônica Figueiredo Oliveira Ferreira que me sensibilizou profundamente.

Passo rapidamente a ler partes deste *e-mail*, porque se trata de um assunto dramático. Diz respeito ao Ministério do competente e diligente Ministro Temporão, a quem de logo faço um apelo para que este assunto mereça sua atenção, como é próprio do Ministro Temporão, com a responsabilidade que ele tem para solucionar assuntos dessa natureza.

A Sr^a Mônica diz aqui o seguinte, Senador Mão Santa, V. Ex^a que é médico:

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de saber como se sentiria caso soubesse que o teu segundo filho, com 26 anos, torna-se portador de LMC (Leucemia Mielóide Crônica), tendo que ser tratado pela rede pública, ter a chance de 85% de controlar a doença do teu filho com um medicamento diário administrado por via oral, que já fora autorizado pelo governo anterior, inclusive, passando à frente da Anvisa e esta foi a forma como o Glivec, [segundo ela, o medicamento] entrou no país, que o efeito colateral é quase nenhum e que o governo, vem se arrastando em negociar valores com o laboratório Novartis, diga-se de passagem, justamente quando o dólar encontra-se em uma de suas menores cotações e tendo o laboratório fabricante do medicamento como parceiro da campanha presidencial. Enquanto isso, o tempo vai passando trazendo uma an-

gustante expectativa, em que se chega próximo ao insuportável.

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de saber como se sentiria caso soubesse que seu filho começará a fazer uso de uma medicação, Interferon, que tem a chance de 15% de controlar sua doença, que os efeitos colaterais são considerados graves, que a forma de uso é diária, administrado por aplicação subcutânea, já considerada de segunda opção nos países onde a saúde é levada a sério.

Quem tem câncer tem pressa [diz mais uma vez Dona Mônica]. Gostaria de saber como se tivesse que entrar com um pedido para uma decisão judicial, estaria prejudicando muitos outros pacientes que compartilham ou não a mesma doença, pois as medicações básicas poderão vir a ser cortadas em função da falta do repasse da verba orçamentária complementar.

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de saber como reagiria agora se o seu passado retornasse, já que, há 23 (vinte e três) anos, quando um outro filho foi diagnosticado com LLA (Leucemia Linfoblástica Aguda), e que a forma de desrespeito pelos governantes continua a mesma com relação ao tratamento da leucemia na rede pública do País, há mais de 20 (vinte) anos. Na época, a falta de fiscalização fez com que o medicamento indicado para o tratamento estivesse sendo comercializado nas prateleiras das farmácias, quando, na verdade, eles eram para estar em local refrigerado, levando, inclusive, muitos pacientes a óbito. Nessa época, tive oportunidade de levar meu filho para ser tratado nos EUA e hoje ele está curado, graças a Deus, primeiramente, e a uma medicina evolutiva, rápida e humana. Isto é, conheci um país que preza pela governabilidade eficaz.

Por último, Senador Mão Santa, ela diz:

Quem tem câncer tem pressa. Gostaria de implorar-lhe que pacientes do Brasil portadores de LMC possam fazer uso do medicamento Glivec (Mesilato de Imatinib), do laboratório Novartis, que foi parceiro [diz ela no *e-mail*] do candidato Lula em eleição, e também que essa defasagem retrógrada nos hospitais de excelência no tratamento do câncer em todo o País tenha uma dinâmica urgente, já que quem tem câncer tem pressa e necessita tomar medicamentos de última geração do mercado mundial para que possa suportar com quali-

dade e quantidade de vida, sem no entanto deixar-se abater pela insegurança do descaso das autoridades competentes em relação ao bem mais precioso dos cidadãos que é sua saúde, mesmo estando amparados legalmente na Carta Magna, no seu art. 196.

Por que eu trago este assunto à baila? Nós, Senadores, recebemos centenas de *e-mails* dos brasileiros, diariamente, fazendo críticas, sugestões, reclamando de determinadas situações, o que é muito justo e democrático. Não sei se essa senhora tem outros espaços para colocar a sua insatisfação, a sua indignação, mas eu queria, primeiro, me dirigir, desta tribuna, ao Ministro Temporão. Espero que alguém faça chegar aos ouvidos de S. Ex^a este apelo dramático feito por uma mãe que tem, na sua família, casos de leucemia que precisam ser tratados com medicamentos de alto valor, inclusive, e que se vê na angústia, na expectativa e na perspectiva de não poder dar a sua família, a seus filhos o tratamento devido e adequado. Eu queria fazer, daqui, um apelo ao Ministro Temporão, uma pessoa que eu respeito muito no Governo, um brasileiro competente, que está à frente do Ministério da Saúde. Que ele tome conhecimento desse fato, que tome as providências necessárias para que a angústia dessa mãe e de milhares de outras possa ter uma definição, uma solução justa e necessária.

A ela digo que confio na diligência e na competência do Ministro Temporão e espero que as providências possam vir a ser tomadas, Senador Mão Santa.

Por último, Senador Mão Santa, V. Ex^a é testemunha do que faço com relação à minha cota na Gráfica do Senado Federal. Desde o início do mandato, tenho usado minha cota para tirar de lá publicações que reputo interessantes e importantes para a formação cívica e política do povo da minha terra e do povo brasileiro.

Oferecemos cursos sobre política, pois penso que, como militantes políticos que somos, Senador Mão Santa, nosso primeiro dever é participar e contribuir decisivamente para o crescimento da consciência política e cívica do nosso povo. Penso que o conhecimento seja fundamental para que esse processo tenha curso. O livro é o veículo desse processo.

Tenho oferecido cursos na área de política, tenho colocado à disposição da população do meu Estado publicações que dizem respeito à história política, econômica e social do nosso Estado, resgatado algumas obras importantes. E sou testemunha da receptividade que essas obras têm no seio da população, de quem injustamente dizem que não tem interesse pela leitura.

Não me canso de dizer, Senador Mão Santa, que isso é uma grande balela, isso é mentira! A população tem, sim, o maior interesse em conhecer, em ler, em ter

acesso a livros. Não tem é poder aquisitivo para isso. Livro, em nosso País, ainda é proibitivo para a grande maioria da população.

Nesse sentido, em uma das vezes em que tivemos um debate interessante aqui, fiz ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, outro Ministro competente deste Governo, uma sugestão de que o Governo Federal adotasse um programa tipo biblioteca popular, a exemplo do programa Farmácia Popular, já adotado pelo Governo, que coloca à disposição de uma faixa da população medicamentos a preços acessíveis, bastante reduzidos. E fiz a sugestão ao Ministro Temporão.

Falei desta tribuna, certa feita, sobre um programa desse porte e senti de parte de alguns colegas aqui a preocupação com a sobrevivência das editoras, caso o Governo Federal adotasse um programa dessa natureza.

Para a minha satisfação e alegria, Senador Mão Santa, tive a oportunidade de adquirir uma publicação de **Inocência**, de Visconde de Taunay, cuja editora faço questão de citar: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda. Senador Mão Santa, o livro custa R\$2,90. E há uma série de outras publicações da mesma coleção: **Senhora, Iracema, Escrava Isaura, Cinco Minutos**, etc. É uma publicação singela, papel de jornal, mas pelo preço ela se torna absolutamente acessível à grande maioria do povo brasileiro, que gosta de literatura, que gosta de ler. Portanto, cai por terra a tese de que, caso o Governo Federal adote um programa dessa natureza, ele causaria desconforto às editoras do País. Não causaria. Está aqui a prova, Senador Mão Santa. Se uma editora como essa, eu diria até que de forma patriótica, lança uma coleção dessas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fique à vontade, porque proroguei seu tempo por dez minutos – é a nota que quero dar a V. Ex^a, ao seu projeto e ao Estado do Acre, que V. Ex^a e o Senador Tião Viana representam com toda a grandeza. Pode continuar à vontade.

Quero convidá-lo para dar uma palestra, no PMDB do Piauí, que é presidido por Alberto Silva, sobre aquele livro que estou lendo, **Política ao Alcance de Todos**. Depois quero levá-lo, com a sua encantadora esposa, ao Delta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a sua atenção e gentileza. Para mim seria motivo de muito prazer acompanhá-lo e, modestamente, participar, juntamente com os companheiros do PMDB do Piauí, de uma conversa sobre essa obra que V. Ex^a mencionou e sobre outros assuntos, além

de conhecer o Delta da sua terra, que é seguramente uma das regiões mais bonitas deste País.

Concluo, Senador Mão Santa – não vou nem tomar o tempo que V. Ex^a tão generosamente me concedeu –, para definitivamente espantar qualquer dúvida com relação ao que eu falava.

Uma editora como essa que mencionei, cujo nome faço questão de repetir, Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda. – o nome de fantasia é Kids –, publicou **Inocência**, uma obra clássica da literatura brasileira, e tem no rol de obras já produzidas mais de dez publicações. São aquelas obras clássicas da literatura brasileira que já se encontram sob domínio público. Então, barateou bastante o custo da produção, e essa editora, patrioticamente, colocou no mercado – está aqui –, por R\$2,90, uma obra que se torna acessível à grande maioria do povo brasileiro.

Era isso que o Governo Federal deveria estar fazendo, Senador Mão Santa, sem medo de desestabilizar as editoras neste País. Essa é a prova incontestável.

Portanto, aqui, desta tribuna, faço novamente a sugestão e um apelo ao Ministro Haddad, Ministro competente, diligente, que tem feito um bom trabalho no Governo Federal, para que encare com seriedade um projeto como este. O livro é a porta da nossa libertação, Senador Mão Santa, o conhecimento. E, para nós, que temos uma dívida histórica com o povo brasileiro na área da educação e da cultura, este seria um programa fantástico, caso fosse adotado pelo Governo Federal. V. Ex^a já imaginou livrarias espalhadas pelo País inteiro, livrarias populares, com livros de boa qualidade, romances, livros técnicos oferecidos à população por preços acessíveis, baratinhos, como dizemos aí pela rua?

Tenho certeza absoluta de que um programa como esse mereceria o aplauso do povo brasileiro, que tiraria dele o maior proveito possível.

Portanto, deixo aqui mais uma vez a sugestão ao Ministro Haddad e ao Governo Federal para que pense seriamente na adoção de um programa desse porte no nosso País, tão carente de educação, de leitura e de livros. Livro ainda é privilégio de uma parte muito pequena da população brasileira, e todo brasileiro deveria ter na sua cabeceira uma pilha de livros para que pudesse avançar no conhecimento, conhecer o mundo por meio da literatura e tivesse a possibilidade de ter conhecimento maior. Portanto, Senador Mão Santa, fica aqui mais uma vez o apelo.

Relembro ao Ministro Temporão o apelo feito pela Sr^a Mônica relativamente à solução para a aquisição e entrega aos portadores de Leucemia Mielóide Crônica o medicamento Glivec. Só o Governo tem condição de

estabelecer essa parceria com o segmento da população acometido de um mal tão grande.

Portanto, deixo meu apelo aqui a dois Ministros de excepcional atuação neste Governo: ao Ministro Haddad, para que adote esse programa de livreria popular no nosso País; e ao Ministro Temporão, para que dê uma solução definitiva à angústia e ao sofrimento de pacientes que precisam de medicamentos de alta resolução e de alto custo em nosso País.

Senador Mão Santa, cumprimentando V. Ex^a, os Senadores, às amigas e amigos que se encontram nas galerias, aos funcionários desta Casa, ao povo brasileiro, em particular ao povo da minha terra, despeçome, nesta sexta-feira, para voltarmos aos embates na nossa próxima semana.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, nós queremos cumprimentá-lo pela busca de dois temas de grande importância: as dificuldades de saúde do povo brasileiro e a cultura.

Sou da época em que Monteiro Lobato disse: “Um país se faz com homens e livros”. E Cícero, nosso grande Senador, que traduz a grandeza da instituição – e esta é a maior instituição das liberdades democráticas... Nós estamos aqui, sexta-feira... Em 183 anos, nunca esta Casa abriu às segundas e sextas-feiras, e abriu conosco. Cícero, o grande Senador romano – como Ruy, o grande Senador brasileiro – disse: “Uma casa sem livro é como um corpo sem alma”.

Convidamos para usar da palavra o Vice-Presidente desta Casa, Senador, também pelo Estado do Acre – vai continuar o Acre na tribuna –, e Professor Tião Viana.

Eu entendo o título de professor muito grandioso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Maior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É a única profissão em que se pode ser chamado de mestre, igual a Cristo. E V. Ex^a significa isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – A única que o Imperador do Japão reverencia é a de professor em seu país.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu o reverencio como Professor, como Senador e como homem do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a atenção e o carinho de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Use da palavra pelo tempo necessário. Eu jamais ousaria cortar a palavra do Presidente, de fato, desta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não me demorarei na tribuna, Senador Mão Santa, apenas o necessário.

O Brasil vive um momento de inquietação diante deste trágico momento de dor por que passam todos, em razão da perda de vidas tão preciosas e tão inocentes, que se foram naquele trágico acidente, agora, envolvendo o avião da TAM. É uma crise que afeta o sistema aéreo brasileiro.

Está em curso um grande debate e uma busca de soluções para um plano emergencial. Temos grandes debates sendo travados hoje, entre Governo e Oposição, que vão do Marco Regulatório, do Programa de Aceleração do Crescimento, das Parcerias da Sociedade Privada com o Governo, pela dimensão de crescimento que o País apresenta hoje.

Mas eu trago algo muito distinto, que é um sentimento que vem lá do coração da Floresta Amazônica e que diz respeito, exatamente, a uma mensagem de um dos maiores sábios deste País, que abandonou a vida urbana formal. Saiu da Itália na década de 40 e, desde então, foi para o coração da Floresta Amazônica aprender com os povos tradicionais, com outros marcos civilizatórios, que estão nos índios, nos ribeirinhos e nos seringueiros, que é exatamente a figura do Padre Paolino Baldassari, um evangelizador que respeita as culturas e os povos, que se coloca, primeiro, como amigo, como solidário e, depois, se apresenta na condição de religioso. Ele sempre me manda cartas, sobre as quais faço sempre grandes reflexões. Temos, hoje, no Acre, uma política de Governo voltada para as populações tradicionais.

Temos um projeto de Governo que se coloca à disposição desse movimento de valorização e recuperação das populações tradicionais para que elas possam seguir em frente de cabeça erguida, com bons indicadores de desenvolvimento humano cultural, sócio-econômico, que também está inserido no choque das culturas que vivemos na Amazônia.

Com a carta, o Padre Paulino expressa muito bem esse sentimento de que há um verdadeiro choque cultural no contato entre os homens das cidades e os homens das áreas isoladas. Ele diz o seguinte:

Exm^o e caríssimo Senador Tião Viana,
Saudações cordiais e sinceras. De volta de uma longa viagem no rio Purus [todos os anos ele faz uma média de 300 quilômetros de desobriga, que é como ele chama a fase de evangelização e ação solidária aos povos isolados],

a contato vivo com a realidade dos ribeirinhos e dos índios kulina e kaxinawá, gostaria de dar sempre notícias bonitas, mas muitas vezes devo dar notícias que não agradam muito.

Pude encontrar o Padre Paulino, há menos de um mês, no meio do rio Purus, quando ele vinha de uma desobriga e eu acompanhava a inauguração de uma unidade fabril chamada Casa de Farinha, ao lado do Governador Binho Marques.

Diz o Padre Paulino:

O problema dos índios kulina é o álcool. Até dizia um pequeno comerciante que viaja sempre no rio Purus, que, às vezes, precisava comprar alguns produtos de índios nas margens dos rios para sua alimentação [há um longo percurso a navegar nos rios amazônicos], como, por exemplo, uma galinha ou uma ovelha, que os índios têm, mas eles só vendem se tiver o álcool junto, só álcool, e isso é algo que traz muito desgosto a qualquer um que tente proteger os índios.

Diz o padre Paulino:

Quando era mais novo, ficava com eles meses, trabalhávamos em roçados e havia verdadeira fartura.

Chegaram até a ter quase 30 cabeças de gado em Santo Amaro e agora só tem 5; o resto foi vendido a troco de qualquer coisa, especialmente o álcool. As barracas todas caídas, e os índios viajando e criando problema nas cidades.

Nos tempos passados, tudo funcionava melhor, mas os cursos da Funai, da Uni (Uníndio) e do Cimi (Conselho Indígena Missionário) tiraram as lideranças e os levaram para todo lado, e o povo ficava à toa e estes cursos ensinavam o caminho da cidade.

Viagem bonita, de graça, comida boa. Voltando, contavam tudo e, portanto, todos queriam ir à cidade. Na cidade, pegavam doenças venéreas, desconhecidas na aldeia. Não faziam mais os roçados e, às vezes, chegavam a passar fome. Foram dados muitos motores e embarcações. Foi outro erro. Aí começaram a viajar mesmo. E agora que têm as terras deles, não querem mais ficar nelas.

Os aposentados, os professores e funcionários querem baixar uma vez por mês [baixar é descer pelo rio] para retirar o dinheiro, cada um com a família, e, assim, o dinheiro não dá para nada, e a aldeia fica deserta e abandonada.

Os sanitários que foram construídos com tanto sacrifício estão todos abandonados, porque a bomba queima, fica quebrada, o motor quebrado e os tanques caídos e arreventados – só tristeza.

Eu fico triste, mas eles felizes. Fazem barraquinhas nas praias, vão caçar jacaré ou roubar a macaxeira dos ribeirinhos. E se sentem felizes, porque, para eles, não existe tempo. E eles falam não do dia, mas da lua. Não interessa a barraca, algumas canaranas são suficientes para montar seus abrigos. A vida deles não muda.

Uma vez, viajava, e o motor quebrou por falta de óleo que não colocaram no Carter e quebrou tudo.

Fiquei triste e desanimado, mas eles tiraram uns varejões e, ficando com força, empurravam a frente do barco que andava mais veloz que sem o motor e me falaram, mostrando o varejão.

Este é o motor do índio, e a flecha ainda é arma dos Kulinas, derruba macaco e veado, porque cultivam uma canarana venenosa, que é como anestesia e, ao ser usada, o animal cai dormindo. Portanto, querer ou não querer, ainda têm a sua cultura. O mal foi de querer os Kulinas como um de nós. Para o Kulina, o que serve mais do que saber ler, o que vale mais entre eles é saber caçar e pescar e a mulher trabalhar no roçado. O maior mal foi ter ensinado o caminho da cidade e ter apresentado e pagado funcionários e professores.

Os Kaxinawá parecem mais organizados. Em toda aldeia tem forno com placa solar, tem até luz e televisão. Muitos são funcionários e são vestidos com luxo, enquanto as crianças passam fome. O grande defeito dos Kaxinawá foi ter incentivado, como fez a Funai, que eles devam crescer muito para ser um povo numeroso. Acontece que a maioria dos homens tem até três a cinco mulheres, e a mulher é uma sofredora, vira escrava, me disse uma Kaxinawá que vai casar com um branco porque este tem só uma mulher. É um grave abuso quando eles ficam na condição de três a cinco mulheres por cada índio.

Conheci os Kaxinawá. O cacique podia ter duas mulheres, mas só os caciques. Agora, qualquer rapaz pode ter duas ou três mulheres e até casar, como é o caso do ex-prefeito de Santa Rosa dos Purus, que tinha cinco mulheres, e uma delas se aproximou e disse ao Padre que os filhos passavam fome.

Agora os crentes entram e querem apagar qualquer sinal de cultura, porque a cultura [segundo eles] não salva a alma. Os que sabem um pouco são tremendamente orgulhosos.

Como se vê, fiz uma descrição muito negativa, mas foi o que encontrei nessa última viagem. Será necessário estudar profundamente o problema.

Desejo-lhe tudo de bom e o parabênzico (...) pelo trabalho que faz e a coragem em favor da ética.

Que Deus e Nossa Senhora o ajudem sempre.

É o que diz Padre Paolino Baldassari.

Vejam, nada é mais emocionante do que encontrar esse homem, com seus 80 anos, dentro de um pequeno barco, no meio do rio Purus, um rio que é uma verdadeira corredeira, fazendo sua desobriga de 300km todos os anos, levando as boas notícias, suas boas impressões, que o desenvolvimento rural avança no Estado, que a qualidade de vida melhora porque as condições da economia tradicional começam a mudar, mas esse choque de cultura precisa ser muito bem refletido por nós, das cidades. Os gestores das políticas públicas temos de, cada vez mais, aprender a profundidade desse choque cultural, das contradições. Não bastam os antropólogos, não bastam os encontros anuais e permanentes que se têm nas cidades porque aquilo não resolve o que é uma estabilidade de vida e de qualidade de vida para um povo que tem uma cultura completamente especial, completamente distinta do nosso modo civilizatório, urbano de ver a vida e de ver a organização social.

Então, fica aqui mais um registro que faço. Isso faço com intervalo de alguns meses para que se possa compreender um pouco a profundidade e a complexidade do que é viver na Amazônia, em sua diversidade cultural, em suas vocações próprias e peculiares dos ribeirinhos, seringueiros, índios e trabalhadores rurais como um todo.

No mais, Sr. Presidente, eu gostaria de exaltar, em poucos minutos, o nosso Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, uma das figuras mais sérias e dispostas a fazer pelo Brasil que conheci em toda minha memória de vida, no acompanhamento do que é o trabalho do poder público no Brasil. Sua Excelência estará lançando, formalmente, o desencadear na Amazônia do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, com a reunião de todos os Governadores da região amazônica, entre eles os da região Norte, Parlamentares e representantes públicos para falar do processo de execução do Programa de Aceleração do Crescimento – nós estamos falando de bilhões de reais.

Nós nos assustamos diante da concentração da riqueza nacional, que emerge muito mais no Centro-Sul do Brasil. V. Ex^a é de uma região como a minha, carente de recursos, carente de investimentos, carente de desenvolvimento. A região Nordeste sabe o que significa a concentração da riqueza nacional numa região como o Sudeste, como o eixo Rio-Minas e São Paulo apenas. Isso não é justo para o Brasil. O Orçamento tem de ter um novo direcionamento, um novo curso de financiamento para as sociedades.

O Programa de Aceleração do Crescimento busca um aporte direto na área de infra-estrutura. No Acre, nós temos mais de trezentos milhões para investimento somente na área de saneamento básico. Na área de infra-estrutura direta viária, nós temos, consolidados, algo em torno de seiscentos milhões de reais até o ano de 2010. Vale ressaltar que no Acre é onde estamos mais avançados nos primeiros passos da execução do PAC no que diz respeito à integração rodoviária. Isso pode significar uma mudança do suporte ao desenvolvimento regional e uma contribuição para o desenvolvimento nacional.

As hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira, significam um aporte de mais de seis mil megawatts para atender a demanda energética brasileira. Como o nosso País começará a viver graves problemas a partir do ano de 2011, nós temos pressa e temos o dever de encontrar uma solução rápida para a área de infra-estrutura.

Acho que o Brasil pode dar esse passo por meio do Programa de Aceleração do Crescimento.

Hoje, quando olhamos a estrutura portuária brasileira, vemos filas e filas de caminhões com a produção, com a riqueza do trabalhador, caminhões que esperam para carregar navios e fazer com que seja escoada essa produção para outros países. Quando olhamos as estradas, vemos um grande aglomerado, o completo engarrafamento, a sobrecarga de veículos levando as riquezas do Brasil e a impossibilidade de uma estrutura viária mais eficiente neste momento. Nos aeroportos, houve um salto de vinte milhões para cinquenta milhões de passageiros ao ano. Aeroportos que comportariam apenas doze milhões de passageiros têm de conviver com dezoito milhões. Outros, que comportavam sete milhões, têm de conviver com mais de doze milhões por ano. Esse é o momento que vive o Brasil em decorrência de um lapso de investimento que ocorreu nos últimos 25 anos, pelo menos na área de infra-estrutura. O Governo agora tem o dever de promover a recuperação desse investimento na área de infra-estrutura, como os governos que sucederão o Presidente Lula precisarão fazê-lo pelo menos por mais dez anos.

Tenho muita confiança na boa execução desse programa, na sua execução com a devida responsabilidade. Com a Ministra Dilma como coordenadora direta do PAC, tenho certeza de que teremos a chance de dar uma boa resposta à sociedade brasileira e evitar o colapso, evitar o sofrimento e o drama de um país que tem tudo para crescer muito mais do que está crescendo hoje, mas se vê diante de uma dívida de infra-estrutura grande, que aflige todos aqueles que pensam o desenvolvimento nos moldes de que é merecedora a sociedade brasileira.

Então, quero dizer da minha alegria e fazer aqui o registro dos cumprimentos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da admiração permanente que tenho por Sua Excelência.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convido a usar da palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina e Líder de seu partido nesta Casa.

V. Ex^a usará o tempo que for conveniente, e eu, em minha maneira de ser, externo aqui a minha admiração: V. Ex^a passou por uma mudança muito agradável ao longo de cinco anos, está uma figura bela. Eu não sei se o Leonel Pavan vai concordar, mas V. Ex^a está elegante, magérrima, não está, assim, com um vermelho tão forte como no começo, está mais *light*. Seja feliz no pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Agradeço, Senador Mão Santa, mas lembro que ontem, quando V. Ex^a observou que eu ficava melhor de verde, eu lhe disse que, apesar de poder ficar melhor de verde, eu continuo gostando do vermelho, e muito. De qualquer forma, agradeço as considerações.

Venho à tribuna, Senador Mão Santa, somar algo ao pronunciamento do Senador Tião Viana. Também espero não fazer um pronunciamento muito longo, porque agora, às 10h30min, o Presidente estará exatamente assinando os convênios na área de habitação e saneamento com inúmeros Estados brasileiros, inclusive o Acre. O Senador Tião está indo para lá porque o Acre é um dos Estados que terá convênios assinados no dia de hoje. Também Santa Catarina estará entre esses Estados. Aliás, todos os Estados, os 27 Estados da Federação, todos terão obras, terão convênios, receberão recursos para investimentos na área de habitação e saneamento. Os 140 bilhões de reais que serão investidos no PAC na área de infra-estrutura social vão ser destinados a todos os Estados brasileiros, não haverá discriminação, não há viés partidário, preferência por prefeito ou governador mais próximo, mais alinhado.

O povo, seja de que canto for deste País, merece e tem direito a esses investimentos, que são investimentos importantíssimos.

Está mais do que provada a importância de se investir em saneamento. V. Ex^a, Senador Mão Santa, como médico, sabe muito bem que é sempre melhor prevenir. A Organização Mundial de Saúde comprovou que para cada real investido em saneamento se economizam quatro reais na saúde. Portanto, investir em saneamento é melhorar a condição de vida das pessoas e fazer com elas tenham uma vida mais digna e também mais saudável.

Santa Catarina é visto por todos como um Estado rico e é, indiscutivelmente, um Estado de desenvolvimento pujante, mas nós temos um dos piores índices de saneamento básico do País – freqüentemente eu brinco dizendo que perde até para o Piauí, viu Senador Mão Santa? Então, para nós lá em Santa Catarina, são extremamente bem-vindos esses recursos cujos convênios serão assinados.

Nós vamos ter algo em torno de R\$450 milhões – é a primeira fase do PAC para Santa Catarina – para serem aplicados em habitação e saneamento. Os municípios que serão beneficiados são os seguintes. O Município de Florianópolis receberá R\$111 milhões. As nossas praias, principalmente as praias de Florianópolis, é que vão ser as beneficiadas com o sistema de esgoto sanitário. Florianópolis, todo mundo sabe, é uma belíssima ilha, nós recebemos milhares de turistas todos os anos, mas a balneabilidade de nossas praias deixa muito a desejar, já temos inúmeros balneários que não têm mais condições de acolher de forma adequada sua população nem os turistas que recebem.

Portanto, são extremamente bem-vindos esses R\$111 milhões que vão ser aplicados no sistema de esgoto em Florianópolis. Além disso, nós temos R\$24 milhões para o Município de São José, também a serem aplicados no tratamento de água e esgoto; R\$56 milhões para Criciúma; R\$40 milhões para Blumenau; para Itajaí, quase R\$70 milhões; Joinville, R\$66 milhões; para o Município de Jaraguá do Sul, R\$16,7 milhões; São Joaquim, R\$7,1 milhões; e Tijucas, R\$13 milhões. Em todos esses municípios, os recursos deverão ser aplicados em obras de esgoto sanitário, saneamento básico de maneira geral.

Nós realizamos uma discussão com a Coordenação do PAC na área de habitação e saneamento, porque a regra para essa primeira leva de convênios a serem assinados era atender municípios acima de 150 mil habitantes. Mas Santa Catarina tem uma qualidade: a nossa população não está, como em outros Estados, profundamente concentrada, nós temos poucos municípios com mais de 150 mil habitantes. Portanto, se

a regra fosse aplicada rigidamente à maior parte desses municípios, provavelmente nós teríamos apenas quatro municípios atendidos nessa primeira etapa do PAC na área de habitação e saneamento. Houve uma ampla discussão e nós conseguimos incluir...

Conseguimos incluir Municípios de menor porte nessa primeira leva porque os projetos apresentados eram bastante adequados, viáveis, bem feitos, bem elaborados. Então conseguimos ter esse acolhimento e incluir todos esses Municípios. Na parte de urbanização e infra-estrutura urbana, a regra determinada pelo Presidente Lula foi rigorosamente seguida. Porque para a infra-estrutura urbana – urbanização, moradia – a regra do PAC da Habitação é priorizar absolutamente as comunidades em situação de risco, seja por desmoronamento, alagamento – as palafitas – ou risco social; comunidades sem políticas públicas, das quais o crime organizado, o tráfico de drogas tomaram conta. Portanto a entrada do Poder Público, com a adoção dos programas de infra-estrutura urbana e habitação, tem a lógica de tirar da situação de risco essas populações que são numerosas, significativas.

Aproveito para saudar a presença, aqui na galeria de honra, do nosso Deputado estadual Décio Góes, ex-prefeito de Criciúma, que é uma das cidades beneficiadas com R\$56 milhões para saneamento básico.

Nessa lógica de atender a populações em situação de risco, em Santa Catarina tivemos quatro Municípios beneficiados. Primeiro, Florianópolis, sua área central, o Maciço do Morro da Cruz, que é uma região de morros no centro de Florianópolis.

Nessa região, infelizmente, já temos situações muito parecidas com situações que vemos muitas vezes no Rio de Janeiro, com o tráfico de drogas controlando o acesso ao morro, controlando a vida das comunidades; portanto, a entrada desses quase R\$50 milhões para as obras de infra-estrutura no Maciço do Morro da Cruz é muito importante para a política pública chegar e retirar a população dessa situação de risco.

Em São José, serão R\$25 milhões a serem aplicados também em duas comunidades extremamente carentes, comunidades em situação de risco bastante grave no Bairro da Serraria e no Bairro de Potecas. No Município de Itajaí, algumas comunidades com risco físico, de alagamento, como a comunidade de Nossa Senhora das Graças, a comunidade do Imaruá e a Bacia do Ribeirão do Murta, receberão R\$35 milhões aproximadamente. Em Joinville, o Jardim Paraíso, que de paraíso só tem o nome: nesse bairro moram pessoas que enfrentam muita dificuldade, baixa renda, criminalidade crescente. Então, no Município de Joinville, no Jardim Paraíso serão R\$15 milhões de recursos para obras de infra-estrutura. Essa é a aplicação que esta-

mos comemorando em Santa Catarina. Hoje estão aqui o Governador, o Presidente da Companhia de Água e Saneamento do Estado e os Prefeitos para assinatura dos convênios. É muito importante fazer este registro: de todas as Prefeituras que vão assinar convênios, apenas uma é do PT. Talvez, na próxima eleição, consigamos recuperar algumas, ganhar outras, mas isso as urnas é que vão decidir. Nesse momento, os investimentos que o Presidente Lula está assinando hoje não têm nenhum viés de discriminação partidária.

Faço questão de dizer que Florianópolis é administrada pelo PSDB; São José, pelo PSDB; Criciúma, pelo PMDB; Blumenau, pelo PFL (Democratas); Itajaí é a única cidade administrada pelo PT; Joinville, pelo PSDB; Jaraguá do Sul, pelo PR; São Joaquim, pelo PP; Tijucas, pelo PMDB. Portanto, não há qualquer discriminação, exatamente em atendimento aos critérios e às necessidades, para que essas importantes obras sejam realizadas no Estado, a partir da determinação do Presidente Lula para que esses investimentos gerem emprego e renda e melhorem a vida da população, principalmente, Senador Geraldo Mesquita, aqueles que mais precisam.

Há os que não precisam, os que podem pagar, podem dispensar o Estado. Eles podem inclusive ficar cansados. Há um certo movimento dos “Cansei”. Eles podem ficar cansados... Como disse o Lemo, são as dondocas enfadadas. Eles podem ficar cansados porque não precisam levantar de madrugada e pegar duas ou três conduções para chegar ao trabalho, enfrentando uma greve do metrô. Nesse caso, não há apagão; só há apagão em determinadas situações. Eles não precisam vivenciar isso. Os “Cansei” – não sei do que eles estão cansados – já mostraram com quem eles estão vinculados, qual é o setor produtivo econômico que está com esse cansaço. É sempre importante registrarmos essa situação. Eu não poderia deixar passar a semana sem falar sobre esse assunto do “Cansei”.

Delfim Netto, de vez em quando, tem umas tiradas interessantes. Quando foi perguntado sobre o “Cansei”, ele disse: “Eles não perceberam que o Brasil cansou do paulistério”.

É uma coisa interessante. Temos em São Paulo – não é brincadeira – a maior frota de helicópteros do planeta. Provavelmente, os proprietários da tal frota – da maior frota de helicópteros – são os “cansados”. Está muito claro. Várias pessoas fizeram críticas profundas pela partidização, pelas ligações com partidos políticos de vários patrocinadores, e, pior, não só com partidos políticos, mas também com movimentos golpistas ocorridos anteriormente em nosso País que estão aí vinculados aos “cansados”.

Para que não pare qualquer dúvida, vou ler aqui trecho das declarações do Presidente da OAB do Rio de Janeiro, Wadih Damous.

Ele disse em entrevista a Paulo Henrique Amorim que o resultado previsível do movimento “Cansei” é o “Fora Lula”.

Presidente eleito tem que terminar o seu mandato, concordemos ou não com a gestão e com as formas que o governante tenha. Ele disse que se opõe ao “Fora Lula” como se opôs, no passado, ao “Fora FHC”.

Wadih Damous disse também que a OAB-RJ é contra o “Cansei” e não concorda que a OAB-SP tenha sido transformada na relações pública do movimento.

Algumas entidades que têm uma história não muito recomendável em termos de luta pela democracia no nosso País estão nesse movimento. A Fiesp, por exemplo, uma das artífices do golpe de 64, algumas personalidades que também não primam muito pela defesa da democracia, por exemplo, o empresário João Dória Júnior, disse Damous.

Para Damous, o “Cansei” é um movimento estreito pelo conteúdo e pelos componentes sociais, componentes vinculados às “entidades das classes mais abastadas de São Paulo”.

Wadih Damous comparou o “Cansei” ao movimento que precedeu o golpe de 1964. “Lembro-me de que foi desta forma que se gestou o golpe de 1964, com uma indefinição momentânea, com uma crítica muito genérica, caminhando em linha reta, mas isso levava ao golpe, como levou,” disse Damous.

Portanto, é uma crítica de alguém que obviamente não tem qualquer vinculação com o PT nem com o Governo Lula, mas que coloca de forma muito clara o que esses “cansados” representam. E estão cansados do quê? Estão cansados de andar de helicóptero, enquanto a população está lá agora com uma greve de metrô? Enquanto a população aguarda mudanças e distribuição de renda como efetivamente está acontecendo?

E nem venha me dizer, Senador Geraldo Mesquita, que a classe média também está tendo prejuízo com o Governo Lula, porque não tem cabimento dizer que a classe média está tendo prejuízos tão gritantes e significativos porque temos aqui, por exemplo, em relação ao consumo:

Vendas no comércio: o crescimento das vendas de todos os produtos do comércio no Brasil, até maio de 2007, é de 9,5%. Sabem qual produto que teve o crescimento de 21%, batendo o recorde? Foi o de automóveis. Quem compra automóvel? É a classe “E”? É a classe média, com certeza. Então, até para a própria classe média, inclusive sabemos de situações em que há muita reclamação, está reclamando sem se ater a mudanças significativas em suas próprias vidas, como crescimento do emprego, fo-

ram mais de um milhão de empregos criados; o consumo das famílias cresce há quatorze trimestres consecutivos. Além do crescimento de emprego, a massa salarial esta crescendo em torno de 8% ao ano. Se temos uma inflação em torno de três, três e pouco por cento, estamos tendo um crescimento da massa salarial muito mais que o dobro da inflação do período.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, trago aqui o agradecimento de Santa Catarina ao Presidente Lula pelos contratos e convênios que serão assinados hoje como também esta reflexão aos que estão cansados. Os que estão cansados de andar de helicóptero em São Paulo vão pegar um metrô em greve para ver como fica a vida, e, assim, a gente ter um pouco de responsabilidade para com o momento político em que o País vive, um momento econômico extremamente favorável.

E os que estão cansados, ligados aos que já nos governaram, estão com saudades do quê? De a gente recorrer três a quatro vezes ao Fundo Monetário Internacional porque o País quase quebra? De a gente ter a dilapidação do patrimônio público com as privatizações? Este ano entrou no país de investimentos internacionais mais de US\$60 bilhões, muito mais do que entrou na época em que os amigos dos cansados governavam o País, inclusive, com privatização, porque entrava recurso para se apropriar do patrimônio brasileiro. Então, eu acho que é muito importante a gente poder fazer essas reflexões.

E para os que estão cansados vão poder pegar um pouquinho no duro para ver o que é a vida da população. Porque quem tem a vida melhorada por saneamento, por habitação, por emprego, por oportunidade de estudar numa universidade devido ao ProUni, estes não estão cansados; muito pelo contrário, estão animadíssimos. E é, por isso, que o Presidente Lula foi reeleito, porque mudou a vida da maioria das pessoas, das pessoas que mais precisavam que a vida mudasse. E para os cansados, bom fim de semana naqueles *resorts* em que eles têm oportunidade de descansar.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB-AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, ilustre representante do grande Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira;

Sr^{as} e Srs. Senadores presentes; brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senadora Ideli Salvatti, com todo o respeito e admiração, realmente é legítimo o entusiasmo com que V. Ex^a falou. V. Ex^a melhorou muito, fisicamente, intelectualmente. V. Ex^a está uma mulher bela, elegante, e isso é importante para a mulher. V. Ex^a realmente fala com o entusiasmo de melhora, estou sentindo, é verdade. Em todos os aspectos, inclusive no menos importante, o econômico, V. Ex^a melhorou. Então, V. Ex^a está dizendo a verdade. Olha-se no espelho diariamente. Melhorou. Está encantadora, é uma verdade. Mas lembro-me, e quis Deus que Geraldo Mesquita estivesse presidindo esta sessão. Rui Barbosa, jurista como V. Ex^a, escreveu um credo. V. Ex^a sabe. A mocidade estudiosa sabe. Estudamos as crenças dele. Não abracei o estudo das leis, como V. Ex^a, que se aproxima de Rui Barbosa. Sou um médico cirurgião, mas, às vezes, dá certo, não fico complexado diante do reconhecimento da sabedoria que V. Ex^a representa. Como disse Montaigne, o pão de que mais a humanidade precisa é a justiça.

Olhando daqui, relembro Juscelino Kubitschek, médico cirurgião como eu, andou até no Exército também, foi médico de Santa Casa, foi prefeitinho, foi governador, foi até cassado, humilhado, tirado daqui. Ele deixou uma mensagem, que trago agora – e vou afirmar as minhas crenças, Ideli. Ele disse que é melhor ser otimista; o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado. Eu sou otimista. As minhas crenças não são as do Rui Barbosa, mas eu as tenho e as confesso aqui. Posso confessar minhas crenças.

Primeiro, este Senado melhorou. É um dos melhores Senados dos 183 anos. O Geraldo Mesquita, você, que está como Presidente, faço um requerimento, pois quero uma CPI que investigue minha vida toda, desde o dia em que nasci até hoje. Aí eles ficam com chantagem e não sei o quê. Olha, enfrentei a ditadura nos anos 70, calado, porque era um da fábrica do meu avô, candidato, mas votei já no PMDB em 1972. Eu pegava Elias Ximenes do Prado, e, juntos, ganhamos, em 1972, da ditadura na maior cidade do Piauí. Fui secretário de saúde, depois outra vez secretário de saúde do município, prefeito, deputado, governador por duas vezes. Aí até tem um processo... O Geraldo Mesquita, desde 70 na vida pública. Eles pensam que chantageiam. Eu quero é uma CPI para investigar minha vida toda. Eu estou é pedindo. Ouviu, Geraldo Mesquita? Chantagem... 1970... E eu deixo aqui escrito: vasculhem a minha vida.

A telefônica... Eu e minha família fomos gravados a vida toda. Você acha que um homem que está fazendo oposição, que Rui soube fazer e Joaquim Nabuco também – até ficou solitário, como eu estou aqui hoje, para defender os escravos – tem medo dessas

chantagens? V. Ex^a também deve ter sido chantageado. Eu vou deixar por escrito um pedido de CPI para investigar minha vida toda, desde o primeiro cheque que emiti, do Banco da Lavoura, quando eu cheguei à cidade de Parnaíba.

E vencemos a ditadura em 1972. Geraldo Mesquita, os homens da ditadura eram muito mais honestos do que os que estão aí. Eu não estou dizendo que não houve truculência, perseguições e tiranias de alguns, mas eu convivi com Castello Branco, que era um homem honrado e honesto. Convivi com Geisel. Com João Baptista de Figueiredo eu tomei dois porres com ele, lá na casa do Governador Lucídio Portela. Eu era do PMDB, novinho. Lucídio, irmão do Petrônio, não bebia e o homem foi lá inaugurar uma obra, ia jantar, ele sabia e botou na mesa uns... Eu mais novo, e ainda gosto de tomar umas quando posso. Não tomo escondido; tomei lá no seu Acre. Aliás, eu sou médico e sei mais psicologia do que todos aqui; V. Ex^a sabe mais direito do que eu, mas eu sou médico e estudei. E vi: João Baptista Figueiredo era um homem probo, honrado, honesto e puro. **In vino virtus, in vino veritas.** Eu vi. Ele, bebendo, disse coisas que não posso repetir, porque eu estaria traindo a amizade. Mas eu vi a pureza das ações dele. Era aquilo, ele era um militar “Vamos reabrir a democracia”. E ele reabriu, o Geisel mandou. É como se dissessem: vai para o Iraque. E ele ia. Ele era militar; não era político mesmo. Mas eu convivi com ele e essa é a minha impressão.

Agora, roubalheira tem agora. Eu nunca vi tanta roubalheira neste País. Geraldo Mesquita, este Senado está melhor porque hoje é sexta-feira e sexta-feira nunca funcionou, segunda-feira nunca funcionou, e nós estamos aqui para falar para você que trabalha, para você brasileira e brasileiro, estudante que não foi corrompido pela direção da UNE. Nunca na história deste País se corrompeu a UNE. Olha essa é a verdade. Nós estamos aqui... Eu aprendi de Brossard, Brossard num período mais difícil do que esse – eu li o livrão dele, Geraldo Mesquita, e estou lendo o seu. Ontem eu me preocupei que eu andei aqui e fui à casa de Alberto Silva, que está convalescente, prestar-lhe uma homenagem... E cadê o livro? Aí eu me lembrei que estava no meu gabinete, senão eu pediria outro. Mas eu li o de Brossard, jurista também. Ele disse que chegou aqui... Atentai bem! Por isso estou aqui. Brossard. No livrão grosso de 80 anos dele, está escrito que Brossard disse que foi eleito e o que podia fazer? Esta é a mensagem dele: falar, discursar, contestar. Ele fazia discurso de três horas e trinta minutos aqui. E foram fundamentais. A força da palavra vale mais do que balas de canhão.

Aí o Petrônio, inteligente, fez esse regramento e cerceou a palavra para uma hora, como quiseram fazer

agora. Foi até o nosso Tião Viana, lá do Acre, que foi diminuindo o tempo. Antigamente a gente podia falar 40 minutos. Mas o Petrônio deu o freio. E sabe o que o Brossard fez? Ele, que fazia um discurso por semana, passou a fazer três.

Esse é o nosso dever. Eu posso dizer isso. Venham me tirar daqui. É difícil. Isso aqui é a história do mundo.

Essa campanha contra o Senado... A campanha contra Geraldo Mesquita, eu vi. Eu fui à terra dele. O pai dele foi governador. Olhem o patrimônio de outros e olhem o dele. Jurista. Anda numa simplicidade... Pensam que atemorizam a nós. É isso. Se tem erro? Tem.

O Cristo que nós seguimos tinha um Senado bem pequenino. Só tinha doze membros, mas não teve complicação lá? Teve. Com ele, o Filho de Deus, não teve? Não teve bandidagem no meio deles. **Errare humanum est.** Mas não vamos permanecer em erro. Esse é porque estamos aqui. Sexta-feira. Nunca. Porque nós aqui somos a voz do povo. Isso é muito sério. É uma tentativa... E já vi discurso aqui de que o Presidente da República devia ter o direito de fazer plebiscito. Fazer plebiscito para ter o terceiro mandato, para ser rei, para ficar no lugar do Santo Galvão. Solta mais bolsa família, a mídia e tal. Mas tem que passar pelo Senado.

Chamei Cristo e ele nasceu com Cristo. Isto aqui é obra de Deus, entenda isso.

Queria é estar eternamente lá na minha praia do Coqueiro abraçado com minha mulher. Estou aqui por essa missão. Não cansei. Não estou nessa não, não cansei não. Vi lá. “Minha terra tem palmeira onde canta o sabiá”. Mas o mais bonito é isso, ele disse: “Não chores, meu filho, Não chores, que a vida é luta renhida: Viver é lutar. A vida é combate, Que aos fracos abate; Que os fortes e os bravos só pode exaltar”.

Somos fortes e bravos, Geraldo. Estamos aqui para exaltar o forte e bravo sofredor o povo brasileiro. Ninguém está cansado, não. Estamos aqui. E foi com Cristo que Moisés quis cansar. Quebrou as leis de Deus. E, atentai bem, a primeira Constituição desta Casa é a Lei de Deus. Eu não vou citar os dez, mas não vamos permitir essa que o PT desrespeita: “Não roubarás”. Nunca se roubou tanto neste País. Eu não conheço. Não existe. Eu estudo história. Nunca se roubou tanto.

Aí está. Aí Moisés quebrou tudo e ouviu a voz de Deus: Não desista, busque os mais velhos, os mais sábios para lhe ajudar. Eles o ajudarão a carregar o fardo do povo. Aí é que nasceu a idéia de Senado – Grécia, Itália, Cícero, Roma, Rui Barbosa, aqui nós. É por isso que estão dizendo: vamos fechar. Já ouvi discurso aqui – houve um aqui – que o Presidente deveria fazer um plebiscito direto. Ora, com essa máquina, com tudo. O Hitler fez várias eleições de plebiscito com a

máquina, com o dinheiro. Ganhou todas. Hitler nunca perdeu uma eleição.

Goebbels, pai de Duda Mendonça. Uma mentira repetida se torna verdade. O PT ganhou a medalha de ouro da mentira nessas olimpíadas. Vamos acabar passando os Estados Unidos, se contarmos as medalhas que o PT ganha de mentira, de corrupção. Hoje vimos aqui para o povo ver o testemunho de dificuldades. Sexta-feira. Nunca houve reuniões aqui na sexta-feira. Estamos em crise, mas estamos vigilantes.

Como Rui Barbosa, como Joaquim Nabuco defendendo os escravos. Foi aqui. Ele esbravejando, solitário. Todo mundo queria que ficassem os escravos, principalmente os ricos. Ele era jornalista, não teve direito de escrever mais em nenhum jornal, teve de ir para Londres. É essa a luta, e esse é o Senado. Esse é o Senado onde Afonso Arinos, com Getúlio envolvido, no final de sua vida, com Gregório, pelo crime, bradou daqui, dizendo que tudo era mentira. Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o mar de lama?

Mas eu digo agora: será mentira essa corrupção? Será mentira o mensalão? Ontem a Justiça disse que a transferência de partido era um sacrilégio da democracia. Aquele, o Presidente novo do STF. Então, Marco Aurélio traduziu ontem. Será mentira isso tudo? E os hospitais sucateados? Será mentira a falência da educação? Será mentira essa insegurança que nós temos? Será mentira o apagão aéreo? O apagão moral? O apagão das histórias? Então estamos aqui. E eu não acredito.

Ouvi dois discursos, o do Tião Viana, que tem que estar na dele, tão bom, e o da graciosa, da encantadora Ideli Salvatti – está bonita –, creio que enaltecendo... Eu pergunto: Será mentira que levaram quatro anos falando em PPP? Você se lembra Geraldo Mesquita? Quatro anos falando em PPP – Parceria Público Privada. Vocês se lembram? Falaram em PPP quatro anos. Vamos fazer, são milhões e tal... Se houve dinheiro, roubaram tudo. Eu não vi nenhuma obra. E agora mudou. Falam em PAC. É aquele negócio...

Edison Lobão, como este Senado é importante.

Presidente Sarney, eu gosto muito de V. Ex^a, que é um homem de bem, é um estadista, mas permita-me ter um diálogo sobre esse negócio de liderança. Eu me lembro que Getúlio Vargas era um homem extraordinário. Senador Geraldo Mesquita, eu estou lendo o diário dele. Ô homem trabalhador! O Luiz Inácio disse que não gosta de ler, que ler uma página de um livro é uma canseira, é uma besteira, é melhor fazer uma hora de esteira, é mais agradável. Mas alguém deveria ler o Getúlio. Ô homem trabalhador! Geraldo Mesquita, leia o diário... Então o nosso Luiz Inácio... Como fez

o Brasil? Olha esse Getúlio era trabalhador e era um homem de vergonha e de virtude.

Aí diz-se que ele fez a ditadura, mas eu digo que era um momento histórico para ele entrar; na eleição tinha havido corrupção, foi uma guerra. Os paulistas quiseram tirá-lo, em 1932; foi uma outra guerra. E depois veio a Segunda Guerra Mundial. Então, ele governou nessas circunstâncias. Mas, ô homem trabalhador!

Geraldo Mesquita, V. Ex^a deve ser, isso está escrito nos céus, Governador do seu Estado. Eu vi o respeito que o povo todo lá sente, gritando. O PMDB lá tem história, e fiquei satisfeito. Mas eu queria aconselhar o amigo. De repente, eu fui eleito prefeito da minha cidade e fiquei com medo. Eu ouvi o Juscelino dizer que tinha medo de ter medo, mas eu tive, confesso. Aí eu disse: eu vou me lascar. Eu era cirurgião numa sala de santa casa e seria prefeito? Quando eu vi chegando o dia da posse, fiquei com medo. Então eu aprendi a estudar. Nós sabemos estudar. Eu acredito no estudo. As crenças minhas são: creio em Deus, creio no amor, creio na família, creio no estudo, creio no trabalho. Rui Barbosa fez o dele, mas as minhas são assim. Aí eu comecei, ô Figueiredo, a estudar. A minha Adalgisinha dormindo, e eu estudando no meu quarto, eu olhava, queria abraçar, mas não, eu estou lascado. Rapaz, como eu fui entrar nessa fria: prefeito. Cirurgião bem conceituado, bom nome, extraordinário, bem formado, minha família podia e eu fiz todos os cursos. E agora vou me lascar, porque de cirurgião para prefeito... Aí eu comecei a estudar.

E ia se aproximando o dia 1º, e eu disse: Tô lascado, que besteira eu fiz. Podia ter ficado aqui, né? Operando bem e famoso. Aí, lá pela madrugada, eu acho que lá pelo dia 28 ou 29, a posse era no dia 1º, eu com medo, Geraldo, de madrugada, a Adalgisa dormindo, eu não sabia se estudava ou se a abraçava, ou se era o medo, mas de repente, Figueiredo, eu li o livro: **Taylor, o mago da administração**. Ele disse que administrar é fácil, é como ser cirurgião – aí eu tomei coragem –: tem que ter coragem, tem que ter decisão, saber começar, saber terminar, tem que trabalhar em equipe, ter noção do tempo – a anestesia raque é 45 minutos. Então, tem que fazer, controlar, ser o chefe, agir. Não é se queixar, se lamentar. É ter ação; de nada vale um simples treinamento.

Henri Fayol, que é o pai da administração, disse: unidade de comando. O cirurgião é o comandante no centro cirúrgico, tem sua equipe, o anestesista. Então, unidade de comando e unidade de direção. E disse mais Henri Fayol: planejar, organizar, orientar, coordenar e fazer o controle. Isso é a síntese do pai da ciência da administração. Mesquita, aí ele disse: o pré-operatório é o planejar; a operação é o trânsito, a obra; e o pós-

operatório é o controle. Então, já está na formação do cirurgião. É Juscelino Kubitschek.

Por isso, quando vi, o homem era ligeiro, porque quando a gente pensava, e eu fui, e pela obra que fizemos como Governador do Estado do Piauí, em condições adversas, e nunca comprei, nunca fiz um título eleitoral, nunca comprei um voto, e estamos aqui. Mas eu fiz uma pesquisa hoje: a pessoa que teve mais votos na história do Piauí sou eu. Se somarem todos, pode ser que apareça, mas se somarem todos os milhões de votos...

Então, eu acreditei nisto e não acredito nisto. Por quê? Porque eu vim aqui aprender no Senado. Primeiro orador, Edison Lobão. Ô Presidente Sarney, é o que eu queria dizer: O Getúlio Vargas, grande homem, que fez o Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), que mandou Wagner Estelita escrever um livro sobre chefia e liderança, do Dasp. Critério de promoção é a coisa mais séria que eu aprendi, estudando. Quando morreu, ele tinha filho, tinha sobrinho, tinha genro, Amaral Peixoto. O sucessor dele foi João Goulart. Eu acho que nesse time do Sarney o mais forte é Edison Lobão. Por isso, ele veio hoje e deu uma aula. Estava o Senador Tião Viana, e eu digo: aprenda. Ele enfrentou uma turbulência pior do que essa. Antonio Carlos Magalhães está pelo céu, pelas suas obras. Tiago disse: A fé sem obras já nasce morta. A sua fé era com obra; ele fez muita obra. E o do Pará, o Jader Barbalho, do nosso Partido. O Edison Lobão, firme, atravessou o mar vermelho e entregou este Senado às mãos santas de Ramez Tebet, que está no céu.

Então, este Senado é isto. Mas Edison Lobão disse, atentai bem, que essa palhaçada de PPP, de PAC, e as obras inacabadas... Ele disse que fez uma comissão e citou. Então, só no Piauí, ontem, eu citei dez obras inacabadas. É tudo mentira! Agora, vão fazer propaganda, e a mídia enganando. Era o PPP, parceria público-privada. Agora, é o PAC.

Sobre as obras inacabadas, tem no Piauí um porto que começou com Epitácio Pessoa; iam construir a estrada de ferro, mas enganaram Alberto Silva. Não respeitaram nem a idade dele. O Luiz Inácio não é temente a Deus. Pegou o bom Alberto Silva ali, que é engenheiro, amante do direito; e eu, da medicina e cirurgia. Ele é engenheiro ferroviário. Então, foram lá e disseram que, em sessenta dias, os trens estariam funcionando. Rapaz, eu ouvi a zoada: "Pi, pi, Presidente!" Era Governador, Prefeito, enfim, o trem. Geraldo Mesquita, eu vi a estrada de ferro de vocês. Não, foi em outro Estado que eu vi isso, em Rondônia. Não há aquela? Está do mesmo jeitinho, não mudaram nada. Pelo menos, há um museu lá. Naquela não há nem museu, não colocaram nem um dormente. Então, o PT é essa mentira.

Levaram o Alberto Silva, do PMDB, que me largou. Mas eu não o culpo, ele foi enganado. Quem é que está livre de ser enganado? Enganou, levou os votos. Nem um dormente! E em sessenta dias estava funcionando o trem. Em Teresina, há o esqueleto de uma ponte que o Luiz Inácio e o Governador disseram que era para os 150 anos de Teresina – e ela já está com 156. No mesmo rio eu fiz uma ponte em 87 dias – engenheiro do Piauí, construtora do Piauí, dinheiro – e chamei Fernando Henrique para bailar. Botei o nome de um prefeito, líder maior, Wall Ferraz. O Heráclito fez uma ponte em 100 dias. E está há seis anos um metrô de superfície lá, um trem parado. O Hospital Universitário, ele denunciou que estava nas obras. O Edison Lobão, a Ponte da Amizade. São dez mil obras inacabadas. Então, vamos acabar, Luiz Inácio!

Sabe por que estou aqui, Geraldo Mesquita? Estou aconselhando no que eu posso. Quando eu não sei, eu não sei. Já cheguei muitas vezes para V. Ex^a e pedi que redigisse para mim, como é juridicamente. Eu sei as minhas limitações. Mas eu quero ensinar Luiz Inácio agora. Esta Casa só tem esse sentido. Nós temos que ser os pais da Pátria. No dia em que eu achar que não posso, vou para minha praia, para o delta, ficar abraçado com a minha Adalgisa, tomando água-de-coco. Eu fui prefeitinho, fui Governador de Estado e quero lhe ensinar, agora, Luiz Inácio. Não há ninguém do PT aqui. Estão aí nas mordomias. A gente tem que acabar. Sabe por que estou aqui? Esse Alberto Silva é um homem trabalhador, tocador de obra. Então, ele foi governador num momento infeliz, fecharam o banco; o Collor, não sei, deixou o funcionalismo atrasado sete meses. Aí, veio outro, gente muito boa, o Senador Freitas Neto, sabido, só pagou a folha de pagamento, fez as obras dele e deixou as do Alberto inacabadas. Então, eu peguei e fui acabar as do Alberto Silva. Ele pensa em tudo, mas engenheiro... O cirurgião é objetivo, ele tem noção do tempo. Por isso que o mago da administração (**Best and Taylor**) disse... Se um cirurgião começar, der uma raquianestesia e não der para tirar o menino, ele está morto, complica. Ele tem noção disso. E eu acabei as obras.

O Luiz Inácio tem que acabar as obras inacabadas – no Piauí, a ferrovia, o Hospital Universitário, a Transcarrado. Anunciou cinco hidroelétricas, Geraldo Mesquita, sendo que há uma que está pela metade, a de Guadalupe, em que faltam as comportas para o rio ser navegável. Anuncia cinco e não termina a que existe? Concluída por Castello Branco, mas faltam as comportas. Vamos terminar a que há lá, vamos terminar o Porto de Luís Correia, vamos terminar as obras! Eu não sei – é para V. Ex^a pensar – quantas obras inacabadas há no seu Estado. Mas pense aí. Ontem eu citei dez aqui.

Depois, nós ouvimos o pronunciamento de Geraldo Mesquita, essa figura de probidade. Quis Deus ele estar aqui presente e dar esse atestado. Brasileiras e brasileiros, sexta-feira, agosto... Nunca este Senado, em 183 anos, esteve aberto a atender o povo e os reclamos do povo. Geraldo Mesquita, na sua probidade, veio aqui. Tem o estilo dele, foi muito cômico, teve respeito aos Ministros – eu achei bonito –, ao Ministro da Educação e ao Ministro da Saúde, que conheço pessoalmente. São jovens. Tenho mais experiência que eles, porque tenho 64 anos. Já fui prefeitinho, eles não foram; já fui Governador, eles não foram; fui Deputado, eles não foram; sou Senador, eles não foram. Às vezes, faço críticas, porque acho que cada um dos Senadores é como eu, tem uma história a contar, uma experiência, com aquele anseio que Deus disse a Moisés: “Busque os mais velhos e os mais sábios”. No início, na Grécia, era necessário ter 65 anos para ingressar no Senado.

Senador Geraldo Mesquita, ao tratar da questão da saúde, V. Ex^a foi, vamos dizer assim, muito elegante. Permita-me acrescentar à sua elegância, porque a sabedoria está no meio, as palavras de Ciro Gomes. Eu já votei em Ciro Gomes, na primeira vez. Vizinho ali. Ele foi Governador. Sobral, a cidade dele, é perto da minha. Eu nem conhecia a Patrícia. Votei nele na primeira vez. Eu trouxe o jornal em que Ciro Gomes diz: “Estão me vetando, porque eu não concordo com tudo. Por exemplo, esses hospitais das grandes cidades estão todos sucateados. Isso é uma esculhambação”. Eu trouxe o jornal. Não vá querer me levar para a Ética, não. Eu nunca tinha dito a palavra esculhambação, mas eu trouxe o jornal com essa declaração de Ciro Gomes, que não é da equipe, queixando-se de que o estavam vetando pelo que ele fazia.

Cito outro texto, Geraldo Mesquita, que eu pediria ao povo que lesse.

Há um livro do Kotscho, um jornalista íntegro, correto. Ele foi Secretário de Imprensa. Ele escreveu um livro de cujo nome não estou lembrado, mas que eu li. É bom. Como é o nome dele, Geraldo, você que sabe mais que eu? É Kotscho. É bom. Ele é estrangeiro, nasceu na Europa, veio da guerra, foi secretário do Lula. Ele diz a verdade.

E, agora, o Frei Beto. Aí foram reclamar do Frei Beto. Ele disse: Não, vou criticar. Eu critico até a Igreja. Tem erro, tem que mostrar. Frei Beto.

Agora, o Lula vive cercado de aloprados, puxasacos, que querem os lugares. Ouça o Kotscho, Lula. Leia o livro. Mande alguém ler o livro do Kotscho, que é seu companheiro, um homem de vergonha. Eu li, estou fazendo até o **marketing** dele. Ô livro bom! Aprende-

mos. Ele foi Secretário de Imprensa. Quarenta anos. E o Frei Beto também. Então, essa é a verdade.

Mas Geraldo Mesquita entrou com elegância: o clamor dos doentes de alta complexidade de câncer. E falou sobre a cultura, os livros, a deficiência da educação. Que belo pronunciamento. E quero convidá-lo, repito, a ir ao Piauí. Eu estou lendo o seu livro, **Política ao Alcance de Todos**. Vou falar com Alberto Silva – a quem visitei ontem – para que arrume uns compêndios daqueles. E depois levo V. Ex^a e sua encantadora esposa para relaxar lá no nosso delta.

Depois vimos como esta Casa é importante. Tião Viana e Ideli, com essa loa, e as PPPs. Eu não acreditei, não saiu nada. Eu não vi. Estão aí as parcerias. Cadê os aeroportos, cadê os aviões, cadê as estradas? E agora estamos aqui.

Mas por que eu não creio? Rui Barbosa fez um livro. Bonito o negócio dele. Ele escreve assim como Geraldo Mesquita. As minhas crenças: eu creio em Deus, eu creio no amor, eu creio na família, eu creio no estudo, eu creio no trabalho, eu creio que o bem vence o mal, eu creio que existe honestidade. Então, por que eu não acredito? Não acredito!

Outro dia, Geraldo Mesquita, brasileiras e brasileiros, foi feita uma pesquisa para saber quem devia ser o presidente do mundo. Mandela ganhou! Vida de mártir, foi preso 27 anos, a cor, o negócio de racismo... O Mandela, o maior líder, devia ser o presidente do mundo. Em segundo lugar, de acordo com a pesquisa, quem devia ser presidente do mundo: Bill Clinton. Quer dizer, isso foi uma pesquisa. Eu acho o Bill Clinton mais... Por quê? Bill Clinton foi quatro vezes Governador do Estado de Arkansas. Bill Clinton chegou à Presidência da República e teve humildade. Advogado, promotor, como V. Ex^a, do Direito, da Justiça, casado com a Hillary, que é advogada brilhante. E Bill Clinton viu que era complicado ser presidente, Luiz Inácio. Bill Clinton, advogado, promotor, quatro vezes governador. Bill Clinton. Aí, ele se retraiu e mandou buscar os melhores técnicos. Apontaram o Ted Gaebler e David Osborne, que fizeram o livro **Reinventando o Governo**. V. Ex^a tem de ler, Senador Geraldo Mesquita. Sei que V. Ex^a sabe muito.

Aí ele disse que a democracia é complicada, é difícil. Resumindo, diz o seguinte: o governo não pode ser grande demais, não dá certo. E dá o exemplo do Titanic, um navio majestoso tecnicamente, era grande demais e afundou. Então, a estrutura do governo tem de ser menor. Não acredito por isso.

Este Governo. Estudei história, nunca tivemos mais de 16 ministros. Nunca. Agora, o Luiz Inácio: sou o maior. Nunca houve mais. Nos Estados Unidos, não dá 10. Lá, os ministros são chamados de secretários.

Aqui são 16, o máximo. De repente, aumenta para quase 40, para dar emprego a companheiros. Então, para aquilo que era essencial – segurança, saúde, educação – o dinheiro é o mesmo, o cobertor é curto. Foi tirado para esses ministérios que estão aí. Geraldo Mesquita, V. Ex^a que é um homem culto e preparado, não sei o nome de dez desses ministros, eu que estou aqui e é meu dever. Acho que os brasileiros não conhecem cinco ministros desses que estão. E os recursos foram tirados da saúde que V. Ex^a reclama, da segurança de que o povo sofre e da educação que está acabada. Essa é a verdade. O dinheiro é um só. Fui prefeitinho e sei disso.

Cada ministério começa humilde. Mas logo que chega, é gritando, quer não sei o quê, quer dinheiro, quer não sei mais o quê. Esse que chegou aí agora, esse jurista... Ah, é dinheiro! Todos querem. Então, cada ministeriozinho desses tira... Aí, eles querem os DAS, os carros, o avião, os telefones; e as despesas... E aí caiu. Nós não temos o essencial: segurança, educação e saúde. Essa é a verdade.

Mas por quê? Aqui está o exemplo. Renan Calheiros – não me pronunciei sobre este episódio. Por quê? Eu não sei. Geraldo Mesquita, que simboliza muito, V. Ex^a aí está simbolizando – olha só a responsabilidade – Rui Barbosa, o Direito. Eu sou cirurgião. A gente vai, Geraldo. Para onde for, você leva a sua formação profissional. Como é? Ó, Figueiredo! Quarenta anos, eu cirurgião, com aquele comportamento, com aquelas decisões. Cheguei aqui, vai mudar o que, rapaz? Você leva, para onde você for. Se você for prefeito, se quiser fazer um bem, como Governador, lá para o seu Rio Branco, você leva a sua formação, os seus princípios. A gente leva a formação do cirurgião de cumprir, de responsabilidade, de ética, não é? Então, essa é a verdade.

E por que eu não acredito? Olha, meu amigo, aí está a Ideli – a bela Ideli, hoje, pode ser até Miss Santa Catarina. Eu não sei se ela é casada ou solteira. Digo com todo o respeito: ela está elegante. É, não, maior e tal. Está tudo bom, e não sei o quê, e tudo...

Não está, não. Acho que o Luiz Inácio não é temente a Deus. Eu queria até encontrar agora o Frei Beto, que o deixou lá, vou dizer por quê: é justo um funcionário que se dedicou – eu, por exemplo –, é justo um funcionário público que se aprimorou, em quem o País investiu, que se dedicou, ter 3% de aumento? Aqueles que têm DAS, os quase 24 mil nomeados diretos, 140% de aumento? Ô, Geraldo Mesquita, não sei, justiça... Rui Barbosa disse que só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. Isso é justo? Ô, brasileiro, aposentado... Vou dar um exemplo muito real. Deus é muito bom para mim, o povo do Piauí, maravilhoso,

porque sempre ganhei eleições e nunca fiz um título de eleitor, nunca comprei um voto. Mas, se eu não fosse Senador... Ô, Zezinho, quero conversar com você. É justo? Se eu não fosse Senador, não estivesse aí, sei lá... Até o PT, pelas posições políticas, não vimos, em Santo André, o que aconteceu? E se alguém quisesse matar o Mão Santa? Aí, a D. Adalgisa ficava viúva. Tenho 40 anos de serviço como cirurgião. Sou aposentado. Geraldo Mesquita, nem olho o contracheque, 40 anos indormidos, numa santa casa – bala, apendicite, hérnia estrangulada, úlcera perfurada –, e eu, de madrugada, os pobres e os ricos, 40 anos.

Nem olho o contracheque, porque dá gastrite e úlcera. Mas, se eu não fosse Senador, a Adalgisa iria ficar...

E, ao mesmo tempo em que esses pilantras, picaretas, vai gente entrar ganhando – está aqui a tabela, o meu assessor, Figueiredo –, nesse Chico Mendes, R\$10.448,00. Ô, Geraldo Mesquita, com todo respeito ao Mercadante, que considero o melhor quadro do PT, mas mais respeito tenho ao pai dele, que o educou e sei que é General do Exército.

Mercadante, antes de defender essa prostituição, essa proliferação de vadiagem, de dar empregos pela porta larga, criando coisa, dividindo coisa, peça ao senhor seu pai – tome a bênção – o contracheque dele. Pergunto aos generais do meu Brasil, aos almirantes – Almirante Barroso, Marechal Castello Branco e Duque de Caxias – e aos brigadeiros – Brigadeiro Eduardo Gomes –: olhem os seus contracheques, pois quero denunciar por isso. Nabuco estava sozinho para libertar os escravos. Não pensem... Eu não cansei, não. Está aí o Geraldo Mesquita. Nabuco estava sozinho, defendendo a liberdade dos escravos, não é verdade? E pergunto: olhem seus contracheques, brigadeiros: R\$10.448,00 – foi o Figueiredo que trouxe a informação, e acredito nele; o nome dele é o mesmo do General Figueiredo.

Então, vão entrar pela porta larga vários pilantras do PT ganhando R\$10.448,00. Dividiu o Ibama, e a palhaçada... Deixa-me contar a V. Ex^a: o Ibama só tem 18 anos. Agora que se está formando e se estruturando. Aí, vai dividir para criar mais lugar. Vai gente entrar, brasileiras e brasileiros. Meus amigos ali do Bolsa Escola: R\$10.448,00 – eu vim aqui por isso. É essa farra. Eu acho que Luiz Inácio não é temente a Deus! Entra pessoa sem concurso, ganhando R\$10.448,00. Cada ministério, cada porcaria dessa criada é um bocado de DAS. Eu estou lendo o maior, tem os menores, mas os menores não são tão menores, não. O menor mesmo é R\$1.977,00. Brasileiras e brasileiros, quanto é que vocês estão ganhando? Porque o menor que vai nessa farra... Por que não melhoram o salário dos médicos, dos professores, dos policiais? Não melhoram... Ô,

Zezinho, ontem você viu que eu dei uma brava aqui! Aí, a Ideli disse: “Ah, mas tem uma corda...” Ah, amanhã, eu pego de volta, porque aqui, comigo, não tem esse negócio, não.

Acabooooou, acabou esse negócio de acordão aqui, nós vamos é pro pau aqui. Isso é imoral. Mercadante, peça o contracheque de seu pai e traga: se seu pai, general, se aproximar e ganhar isso, eu voto pela criação. Isso é uma imoralidade. Luiz Inácio – eu votei a primeira vez em Luiz Inácio e me decepcionei –, quero lhe dar um ensinamento como médico: arrependimento não mata não, porque senão eu já tinha morrido.

Olha, um aprendizado que tive foi quando fui ao México e ouvi as palavras de um general lá que foi presidente: “Eu prefiro o adversário que me diz a verdade ao aliado puxa-saco que me engana”. Luiz Inácio, V. Ex^a está rodeado de aloprados, puxa-sacos que estão lhe enganando. Talvez V. Ex^a nem saiba disso, mas V. Ex^a, ao mandar uma medida provisória,...

Renan discursou bem dali por sua candidatura. Eu fiquei em dúvida: José Agripino, o outro candidato, era muito bom. Você também ficou um pouco em dúvida, mas nós, pela fidelidade que temos – desde a fidelidade às mulheres, ao lar, como Pedro Simon –, votamos em Renan.

Eu ouvi o discurso de Renan. Geraldo Mesquita, Renan disse: “Eu vou combater essas medidas provisórias que estão descaracterizando o Senado”. Para a edição de medidas provisórias, a Constituição exige que haja urgência e relevância, e isso não é urgente, isso pode ser feito via projeto de lei em quarenta dias. O Governo, que tem maioria na Câmara e aqui, pode fazer isso. Não tem razão uma imoralidade dessa, não há urgência.

Sabem por que admiro Napoleão Bonaparte? Geraldo Mesquita, Napoleão Bonaparte, no fim, moribundo, às vésperas de morrer, disse o seguinte: “Eu não fui bom, eu não fui mau, eu não fui tirano, eu não fui corrupto, mas eu fui firme”.

Então, Renan, V. Ex^a está demonstrando que tem firmeza, mas eu quero ver sua firmeza ao tirar essa medida provisória que o Romero está lhe atentando aí por negócio de governo, por não-sei-quê. Confie nesta Casa com poderes legislativos, entregue a homens como Geraldo Mesquita para fazer uma lei boa e justa. Quero ver a firmeza de V. Ex^a, Renan, quero ver se derrubará o veto do Presidente Luiz Inácio à Sudene. Nós criamos, trabalhamos quatro anos e, aí, ele vetou o oxigênio, os recursos para a Sudene. Foi só para fazer demagogia que a criou. V. Ex^a mande, isso é da Constituição, Renan. Seja firme, Renan, tenha direito a repetir as frases de Napoleão. Submeta os vetos à votação.

Fui prefeitinho, fazia leis que vetavam; os vereadores votavam, derrubavam vetos. Também fui governador. Não estou diminuído, isso é do jogo democrático e não do jogo da submissão, da subserviência, da indecência que passa nesta Casa. Traga para ser derrubado, na terça-feira, o veto dado à criação robusta da Sudene.

Essas são as minhas palavras. Agradeço ao Geraldo Mesquita, mas ainda quero dizer que não canso: “A vida é um combate que aos fracos abate e aos fortes e bravos só pode exaltar”. Forte, bravo e sofrendor é o povo do Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005** (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006** (nº 5.919/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria mil, novecentos e cinquenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue dois mil, cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras providências*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007** (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª instância, e dá outras providências (estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2004**, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *altera a*

Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para condicionar a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação das redes de infra-estrutura urbana básica, e dá outras providências.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2005** (nº 3.167/97, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.*

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 155/2007

Brasília, 1º de agosto de 2007

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Humberto Souto – PPS/MG, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 382/2007, que “dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 101, DE 2007-CN
(nº 552/2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e dezoito reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 269.252.853,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais);

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 314.570.990,00 (trezentos e quatorze milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e noventa reais), sendo:

a) R\$ 62.914.198,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e quatorze mil, cento e noventa e oito reais) proveniente de Recursos Ordinários; e

b) R\$ 251.656.792,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e dois reais) proveniente de Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa; e

III - anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 1.323.979.875,00 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões, novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

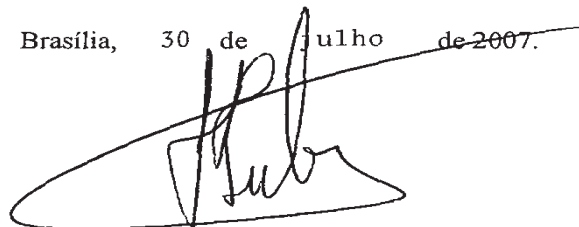
Brasília,

Mensagem nº 552

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 30 de julho de 2007.



EM nº 00171/2007-MP

Brasília, 30 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de

2007) no valor de R\$ 1.907.803.718,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e dezoito reais), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele órgão às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Trabalho e Emprego	1.907.803.718	1.323.979.875
Ministério do Trabalho e Emprego (Administração direta)	314.570.990	
Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.593.232.728	1.323.979.875
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006		269.252.853
Excesso de arrecadação		314.570.990
Recursos Ordinários		62.914.198
Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa		251.656.792
Total	1.907.803.718	1.907.803.718

3. A suplementação atenderá despesas com o pagamento dos benefícios relativos ao seguro-desemprego, nas suas diversas modalidades, e do abono salarial, em razão do aumento do número de beneficiários em relação ao previsto na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2007. Ademais, garantirá o pagamento de despesas com o Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, uma vez que, de acordo com a previsão da receita constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 522, de 20 de julho de 2007, a dotação aprovada na Lei Orçamentária de 2007 não será suficiente para fazer frente aos gastos no corrente exercício.

4. O presente crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e das Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa e de anulação parcial de dotação orçamentária, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e do art. 66, inciso I, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, de 2007.

5. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se referem à suplementação de despesas obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007, de acordo com o detalhamento a seguir:

Itens (1)	R\$ Milhões			
	Dotação Atual (2)	Avaliação do terceiro bimestre (3)	Margem para Crédito	Movimentação Líquida do Crédito
	(a)	(b)	(c) = (b) - (a)	(d)
Abono e Seguro Desemprego	15.632,4	17.225,7	1.593,2	1.593,2
Contribuição ao FGTS (LC 110/01).	1.673,5	1.988,0	314,6	314,6

- (1) Compatível com o detalhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007.
 (2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.
 (3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

6. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11 e 12, da Lei nº 11.439, de 2006, demonstram-se, em quadros anexos, os excessos de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos, utilizados parcialmente no presente crédito.

7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
 (Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

Fonte 40: Contribuições para os Programas PIS/PASEP		Brasil - 30.07.07
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)		300.366.900
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)		31.113.147
Créditos Extraordinários abertos (C)		0
Créditos Suplementares e Especiais (D)		269.252.853
- Abertos		0
- Em tramitação (1)		269.252.853
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)		0
Saldo F = (A-B-C-D-E)		0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27.07.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

Fonte 00: Recursos Ordinários*

NATUREZA	2007		RS 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	EXCESSO/FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
12104700 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	300.279.398	368.251.197	67.971.799
12104800 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	33.633.798	26.124.597	-7.509.201
19125300 Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Emprego sem Justa Causa	703.598	3.019.768	2.316.170
19125400 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	78.798	214.227	135.429
Total	334.695.594	397.609.792	62.914.198
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			0
Créditos Suplementares e Especiais (F)			0
Abertos			0
Em tramitação (1)			0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			0

* A fonte 100 em questão diz respeito à parcela correspondente à Desvinculação de Receitas da União - DRU, incidente sobre a arrecadação da fonte 184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27/07/2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

Fonte 84: Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa

NATUREZA	2007		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
12104700 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.201.117.592	1.473.004.791	161.240.110
12104800 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	134.535.195	104.498.391	698.361
19125300 Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Emprego sem Justa Causa	2.814.395	12.079.075	10.754.193
19125400 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	315.194	856.911	6.749.120
Total	1.338.782.376	1.590.439.168	251.656.792
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			0
Créditos Suplementares e Especiais (F)			251.656.792
Abertos			0
Em tramitação (1)			251.656.792
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			0

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27/07/2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União
para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro
para elaboração e controle dos orçamentos e
balanços da União, dos Estados, dos
Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

Art. 66. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, na forma prevista no texto da Lei Orçamentária, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 5º do art. 77 desta Lei:

I - até 31 de julho, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre; e

II - até 15 de outubro ou 15 de dezembro, conforme se trate de abertura de créditos mediante projeto de lei ou por decreto, respectivamente, no caso das reestimativas realizadas no segundo semestre.

Parágrafo único. O prazo de 15 de dezembro, previsto no inciso II deste artigo, poderá ser prorrogado até 30 de dezembro se a abertura do crédito for necessária à realização de transferências constitucionais ou legais por repartição de receitas.

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001

Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 102, DE 2007-CN
(nº 556/2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00 (oitenta milhões, novecentos e noventa mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	R P D	M O D	I U E	F T E	V A L O R
	0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS							80.990.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 274	0154 0739	INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS (LEI Nº 10.559, DE 13/11/2002)							80.990.000
09 274	0154 0739 0001	INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS (LEI Nº 10.559, DE 13/11/2002) - NACIONAL							80.990.000
			S	3	1	90	0	300	80.990.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.990.000
TOTAL - GERAL									80.990.000

Mensagem nº 556

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 31 de julho de 2007.

EM nº 00173/2007/MP

03000.003496/2007-46

Brasília, 30 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor de R\$ 80.990.000,00 (oitenta milhões, novecentos e noventa mil reais), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotação orçamentária destinada ao pagamento de reparação econômica de caráter indenizatório aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, inclusive os acréscimos decorrentes da concessão de novas indenizações, da antecipação de parcelas prevista na Portaria nº 65, de 7 de março de 2007, e do pagamento de valores retroativos de que trata a Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 522, de 20 de julho de 2007, conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2)	AVALIAÇÃO DO 3º BIMESTRE (3)	MARGEM PARA CRÉDITO (4)	R\$ 1,00
				MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
	(a)	(b)	(c) = (b) - (a)	(d)
ANISTIADOS	72.000.000	152.990.000	80.990.000	80.990.000

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre de 2007.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária por competência.

5. Finalmente, cabe salientar que se encontra em anexo a demonstração do superávit financeiro apurado no exercício de 2006, utilizado parcialmente no presente crédito, discriminado por fonte de receita, em atendimento ao disposto no art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 2006.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: João Bernardo de Azevedo Bringel

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

	R\$ 1,00
Fonte 00: Recursos Ordinários	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários abertos (C)	3.194.576.105
Créditos Suplementares e Especiais (D)	332.822.874
- Abertos	3.600.225
- Em tramitação (1)	329.222.649
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	683.664.280
Saldo F = (A-B-C-D-E)	14.988.132.462

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

LEI Nº 11.354, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 300, de 2006

Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º *Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.* (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

.....

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 103, DE 2007-CN
(nº 557/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e nove reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0770		ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA							197.391.229
		ATIVIDADES							
04 122	0770 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							197.391.229
04 122	0770 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	1	1	90	0	300	197.391.229
		TOTAL - FISCAL							197.391.229
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							197.391.229

EM nº 00174/2007 - MP

03000.003492/2007-68

Brasília, 30 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor de R\$ 197.391.229,00 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e nove reais), em favor do Ministério da Fazenda.
- O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotação orçamentária da Secretaria da Receita Federal do Brasil que se mostra insuficiente para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais em decorrência da apropriação, no orçamento do corrente exercício, de parte da folha de pagamento relativa ao mês de dezembro de 2006.
- Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre de 2007, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 522, de 20 de julho de 2007, conforme a seguir demonstrado:

GRUPO NATUREZA DE DESPESA (1)	R\$ 1,00			
	DOTAÇÃO ATUAL (2)	AVALIAÇÃO DO 3º BIMESTRE (3)	MARGEM PARA CRÉDITO (4)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
	(a)	(b)	(c) = (b) - (a)	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	119.321.169.726	119.550.433.755	229.264.029	197.391.229

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Terceiro bimestre de 2007.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

(4) Foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 31.872.800,00, cujo impacto, acrescido ao presente crédito, zera a margem para crédito.

5. Finalmente, cabe salientar que se encontra em anexo a demonstração do superávit financeiro

do exercício de 2006, utilizado parcialmente no presente crédito, discriminado por fonte de receita, em atendimento ao disposto no art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 2006.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 12, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Assinado eletronicamente por: João Bernardo de Azevedo Bringel

	R\$ 1,00
Fonte 00: Recursos Ordinários	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários abertos (C)	3.194.576.105
Créditos Suplementares e Especiais (D)	332.822.874
- Abertos	3.600.225
- Em tramitação (1)	329.222.649
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	683.664.280
Saldo F = (A-B-C-D-E)	14.988.132.462

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....
LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

.....
Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Executam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 3-8-2007

até 8-8 publicação e distribuição de avulsos;

até 16-8 prazo final para apresentação de emendas;

até 21-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 5-9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 125, DE 2007

(Nº 572/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 5 a 10 de agosto próximo, em viagem oficial ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá.

Brasília, 2 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 761 - C. Civil.

Em 2 de agosto de 2007

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 5 a 10 de agosto próximo, em viagem oficial ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combi-

nado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participei, no final do mês passado, do I Congresso de Municípios da Amazônia Ocidental, realizado em Manaus, ocasião em que, ao lado de um elenco de problemas que acabaram se transformando em documento final, pude constatar, como uma das principais reivindicações dos Prefeitos da região, o descontingenciamento das verbas da Suframa, para que esses recursos permitam novos, urgentes e necessários investimentos na área.

Presidida pelo Prefeito de Rio Preto da Eva, Anderson José de Souza, a Associação dos Municípios do Amazonas inicia agora esforços na área estadual e na federal, em especial junto aos Ministérios.

As reivindicações, pelo que observei, são justas, algumas urgentes, a começar pelo descontingenciamento das verbas da Suframa. Do total de R\$345 milhões previstos no Orçamento, os Prefeitos reivindicam, de imediato, a liberação de ao menos R\$115 milhões para investimentos.

Desde logo, considero-me engajado nessa luta, que é legítima, como já tive ocasião, repetidamente até, de pleitear o fim do contingenciamento desses recursos.

Além disso, o documento final do Congresso da Amazônia Ocidental inclui reivindicações também nas áreas dos Ministérios das Minas e Energia, das Cidades, do Turismo, da Educação, da Saúde, dos Transportes, e do Meio Ambiente.

Os Prefeitos da Amazônia Ocidental pedem a criação de escolas técnicas na área, a interiorização das universidades, criação de novas unidades de conservação florestal/ambiental, além da intensificação de programas de formação de técnicos de gestão ambiental.

Na área do Ministério das Cidades, querem os Prefeitos que sejam alocados recursos para a elaboração de Planos Diretores nos Municípios, bem como, do Ministério do Turismo, apoio financeiro para a realização de diagnóstico econômico da área, bem como a liberação de emendas parlamentares para projetos no setor de turismo ecológico, que é uma das vocações da Amazônia.

Aplaudo a iniciativa da Associação dos Municípios do Amazonas, em primeiro lugar pelo correto levantamento dos problemas que os afligem.

Peço ao Presidente Anderson José de Souza, da AMA, que faça chegar aos Prefeitos a certeza da

minha firme disposição de continuar desenvolvendo esforços em favor dos Municípios.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um estudo divulgado na semana passada pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, realizado a pedido do Ministério da Saúde, revela o quanto vem custando ao Brasil a falta de políticas eficazes de contenção da criminalidade. O estudo toma 2004 como base e calcula que, naquele ano, o custo da violência foi de R\$92,2 bilhões. Isso representa 5,09% do Produto Interno Bruto do País, ou seja, R\$519,40 por habitante. Desse total, R\$28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$63,5 bilhões de custos bancados pelo setor privado.

Para dar uma idéia do quanto representa esse valor, ele é três vezes e meia maior que a quantia a ser aplicada este ano pelo Governo Federal em saneamento básico, recuperação de estradas e construção de escolas e hospitais. E é dez vezes maior que o orçamento do Bolsa Família.

No caso do setor público, os custos abrangem os gastos com segurança pública da União e dos Estados, incluindo penitenciárias e despesas com saúde resultantes da violência. Para o setor privado, os custos incluem a perda de capital humano por mortes prematuras, a contratação de segurança privada e de seguros e as perdas de bens materiais por furtos e roubos.

É importante ressaltar que esse cálculo deve estar distante da realidade, pois os pesquisadores não incluíram nele os custos com o sistema de justiça, as perdas com a redução do número de turistas, com o fechamento de empresas situadas em áreas com altos índices de violência – e, claro, os chamados “custos intangíveis”, que são a dor, o sofrimento, o medo e a perda de produtividade causados por traumas.

O estudo mostra que, entre 1980 e 2004, o número de homicídios cresceu a uma taxa anual de 5,6% no Brasil, fazendo com que representassem 37,9% do total de 127 mil mortes por causas não naturais ocorridas em 2004. Informa também que, de 24 milhões de ocorrências criminais no Brasil, apenas 28% chegam ao conhecimento da Justiça.

Apesar do panorama preocupante que o estudo evidencia, os gastos com segurança pública só crescem nos orçamentos estaduais. No Rio de Janeiro eles aumentaram em 102,2%, entre 1995 e 2005, enquanto o Governo federal reduziu sua participação nas despesas de 18,9% para 10,7% no mesmo período. Quatro Estados – São Paulo, Minas Gerais, Rio de

Janeiro e Bahia – gastam R\$20 bilhões por ano com segurança pública.

Dados como os revelados pelo estudo do Ipea confirmam o que já enfatizei em inúmeros pronunciamentos nesta Casa: a necessidade urgente de reformular a legislação para reprimir o crescimento da criminalidade e de criar políticas integradas e sustentáveis de prevenção e de combate à violência, com articulação entre os Estados e o Governo federal. Os números que o Ipea divulgou são assustadores, mas refletem o resultado de muitos anos do descaso. O preço que estamos pagando é altíssimo, e só tende a subir, caso não sejam tomadas providências imediatas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS NA SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2007, QUE ORA SE RE-PUBLICA PARA RETIFICAÇÃO.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento de um país envolve um conjunto enorme de prioridades e de atividades, algumas das quais não podem ser descuidadas, nem relegadas a um plano secundário, sob o risco de prejudicar o desempenho do todo.

Assim, não há desenvolvimento econômico verdadeiro que se sustente sem o correspondente desenvolvimento social; da mesma forma, não há verdadeiro e continuado progresso sem que também progridam, em paralelo, as ciências e a tecnologia.

Vemos hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, as dramáticas mudanças que ocorrem no perfil de riqueza das nações mais bem aquinhoadas. O que já foi predomínio da riqueza agrícola, num passado distante, ou da riqueza industrial, num passado mais recente, hoje se configura na preponderância significativa dos frutos da inteligência humana. Mais e mais, naquelas nações, cresce a importância das patentes e dos direitos autorais na composição do PIB, seja em *softwares*, seja em produtos e processos derivados da pesquisa científica.

O impacto da ciência e da tecnologia, capaz de definir, no decorrer do século XX, um novo quadro de liderança política mundial, a favor dos Estados Unidos

da América, também mudou radicalmente a geografia econômica, trazendo ao primeiro plano nações do porte do Japão e outras, um pouco mais tarde, na órbita do oceano Pacífico.

Essas seriam razões suficientes a ilustrar a importância, para o Brasil, das iniciativas de pesquisa científica ligadas ao Programa Antártico Brasileiro, que completa 25 anos de existência, em 2007.

Mas o Programa, Sr. Presidente, cresce ainda mais em relevância quando consideramos as recentes e alarmantes notícias sobre a aceleração do aquecimento global, cuja realidade e cujo nível de risco para a humanidade não podem mais ser negados ou subavaliados, em face dos estudos recentemente divulgados pela Organização das Nações Unidas.

Em resumo, o Programa Antártico Brasileiro, além de constituir iniciativa relevante na área da pesquisa científica, com imenso potencial de aplicação tecnológica, colabora ainda no esforço mundial de avaliação das mudanças climáticas, e de contenção das ameaças trazidas pelo fenômeno do aquecimento planetário.

A comemoração dos 25 anos de nossa presença na Antártida, além de tudo, coincide com as iniciativas do Ano Polar Internacional 2007–2008, destinadas a estudar a interação da região dos pólos com as variáveis climáticas e ambientais do restante do planeta, sob patrocínio do Conselho Científico Internacional e da Organização Meteorológica Mundial.

É essa, portanto, a ocasião propícia para saudar aqueles que, com sua competência e coragem, compõem o grupo de cientistas e de técnicos que operam,

em difíceis condições de trabalho, a Estação Antártica Comandante Ferraz, nossa base no Continente Gelado. É essa, também, a ocasião de lembrar o esforço dos contingentes da Marinha e da Aeronáutica que, a bordo dos nossos navios oceanográficos ou dos Hércules C-130 da FAB, garantem o suprimento ininterrupto das equipes da base polar.

É hora, sobretudo, de parabenizar a atuação dos demais organismos envolvidos no projeto, seja no segmento científico, a cargo do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a intensa colaboração da área universitária pública; seja no segmento ambiental, coordenado pelo Grupo de Avaliação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Constitui motivo de grande orgulho, para nós brasileiros, sua competência, sua dedicação e seu desempenho, numa área tão vital para o desenvolvimento nacional.

Por último, chamo a atenção para o ainda insuficiente aumento dos volumes orçamentários com os quais o Governo Federal vem dotando nosso Programa Antártico. Aos 10 milhões de reais anualmente destinados ao Proantar, o MCT agregou, em 2007, mais 9,2 milhões, com perspectivas concretas de que se estruture, segundo declarações do próprio Ministério, um patamar novo e continuado de financiamento à pesquisa científica brasileira na Antártida.

Nada mais justo! Nada mais oportuno!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 118ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável, logo que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o primeiro inscrito.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. Em seguida, o Senador Paulo Paim fará uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, representante do Amapá nesta Casa da Federação; Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os quais gostaria de saudar os Senadores Mão Santa, Heráclito Fortes e Paulo Paim, a quem faço votos de pleno restabelecimento de seu filho, “tão importante quanto legislar é uma fiscalização vigilante da administração e ainda mais significativa do que a lei é a instrução e orientação em assuntos políticos que o povo pode receber de um Congresso disposto a discutir às claras os problemas nacionais”. essas palavras, Sr. Presidente, que conservam enorme atualidade, foram proferidas em 1884 por Woodrow Wilson, então professor de Economia política na Universidade de Princeton e, posteriormente, Presidente dos Estados Unidos da América do Norte durante dois mandatos, em instantes difícil da comunidade internacional, posto que durante a I Grande Guerra Mundial. São do Presidente Woodrow Wilson duas grandes iniciativas: a chamada mensagem de 14 pontos, que buscava antecipar o término da guerra e a tentativa, não bem sucedida, da criação da sociedade das nações que antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas. Foi a primeira tentativa de estabelecer, no início do século XX, uma organização internacional que hoje se materializa pela ONU.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, porque Woodrow Wilson define, com essa citação que acabei de fazer, de forma tanto precisa quanto sintética, o importante papel do Poder Legislativo. Não me refiro, é óbvio, aos parlamentos existentes em Roma e na Grécia que ajudaram a forjar as incipientes democracias na antiguidade clássica; eu me refiro, antes aos hodiernos parlamentos surgidos após a chamada Revolução Inglesa (século XVII), que contemplam, além da função legiferante, novas competências e prerrogativas, especialmente de fiscalização e controle da administração pública, ao lado da tarefa de grande fórum de debates de todas as questões, transformando o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro, “na palavra da nação”, conforme certa feita expressou um pensador francês Ernest Renan.

Sr. Presidente, malgrado a ampliação dos predicamentos do Congresso Nacional, ninguém pode desconhecer como proeminente a missão da Câmara Federal e do Senado Federal de elaborarem normas jurídicas, de distintas hierarquias, conforme expressara Hans Kelsen através da figura de uma pirâmide em cujo vértice se situaria a constituição.

Tais considerações, Sr. Presidente, têm o objetivo de chamar a atenção para fenômeno que marca o nosso País pela drástica redução da prerrogativa do Congresso da iniciativa de propor e votar leis, em virtude da utilização pelo Poder Executivo do instituto das chamadas medidas provisórias. É oportuno recordar que, ressaltado o ocorrido com a Constituição de 1988, em todos os demais casos, a função de legislar pelo Executivo foi adotada sempre em períodos excepcionais da vida institucional do país ou, dizendo melhor, em períodos autoritários da vida do País, a saber: em primeiro lugar a Proclamação da República. Obviamente aí não foi um movimento autoritário, mas com a queda da Monarquia e conseqüentemente a proclamação da república o então Presidente da República se muniu de poder de baixar decretos-leis até a promulgação da primeira Constituição Republicana, de 1891. O segundo exemplo, Sr. Presidente, foi após a Revolução de 1930, com o Governo Provisório que se instalou sob a direção de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas, como

todos nós sabemos, foi Presidente da República sob quatro modalidades diferentes. Primeiro, como chefe de uma Revolução vitoriosa, que pretendia melhorar as instituições republicanas e os costumes do País. E, nessa condição, se conservou até a Constituição de 1934. Em 1934, ele se transformou em Presidente eleito, indiretamente, pelo Congresso Nacional. E, finalmente, 1937 (com a polaca – Constituição de 1937), ele se converte, com o chamado Estado Novo, em um Presidente com amplos poderes autoritários. Ele outorgou a Constituição de 1937, extremamente autoritária e que, inclusive, fechou o Congresso Nacional – não foi um mero recesso, fechou o Congresso Nacional: Câmara e Senado –, nomeou interventores, salvo em Minas Gerais, em todos os Estados da Federação. E, em muitos casos, também, nomeando interventores para os municípios. Um outro exemplo que eu daria foi o Regime Militar, em 1964, por intermédio do Ato Institucional nº 2 que também se legislou por intermédio de um instituto semelhante às medidas provisórias, os chamados decretos-leis.

Repetiu-se posteriormente em 1967, com a Constituição que foi promulgada pelo Congresso, resultante de um projeto do então Presidente Castelo Branco. Finalmente, com a Emenda Constitucional nº 01/69, editada, como nos lembramos, pela Junta Militar.

Gostaria de, em rápidas palavras, Sr. Presidente, lembrar que o instituto jurídico denominado medida provisória foi criado pela Constituinte de 1997/1998. Decorreu da tosca adaptação ao regime presidencialista vigente em nosso País de igual dispositivo da Constituição Parlamentarista da Itália, de 1946, dos chamados “provvedimenti provvisori”. Aliás, são permitidos somente em três casos: segurança nacional, calamidade pública e normas financeiras.

Na versão brasileira, as medidas provisórias – que são características de regime parlamentarista, o que ocorre na Itália e, com outro nome, também da Espanha – foram, contudo, bem mais permissivas do que os decretos-leis utilizados pelos sucessivos governos militares, pois limitado era seu objeto. No Ato Institucional nº 2 era relativo à segurança nacional; na Constituição de 1967 à segurança nacional e às finanças públicas; na Emenda nº 1, de 1969 – a que já me referi e que foi editada pela Junta Militar – a segurança nacional, finanças públicas, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos desde, ressalte-se, “que não houvesse aumento de despesa”.

Por aí veja, Sr. Presidente, vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que era extremamente limitado o alcance das medidas provisórias.

Para agravar a situação, a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001 – mais uma

das emendas feitas à atual Constituição –, é um caso explícito da emenda pior do que o soneto, pois adotou critério diferente do que vigorou no AI-2, na Constituição de 1967, na Emenda nº 1 de 1969, no texto original dessa mesma Constituição de 1988 e na matriz italiana desse instituto jurídico para aqui transplantado. Penso que no transplante há sempre o risco da rejeição e, como não poderia deixar ser, esse quadro se observa aqui no Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ouvirei V. Ex^a em segundos, só vou concluir esse raciocínio.

Em todos esses casos, as disposições relativas à edição de decretos-lei e das medidas provisórias obedeceram ao princípio de Direito Público de que só é permitido o que está legalmente previsto, isto é, previram as matérias em que é permitida sua edição. A famigerada Emenda Constitucional nº 32, de 2001, à qual aqui acabei de me reportar, obrou no sentido contrário, adotando o critério de Direito Privado de que tudo é permitido, exceto o que está legalmente proibido, e inverteu a lógica até então predominante em matéria constitucional, prevendo apenas os casos em que o uso das medidas provisórias é proibido.

A Emenda nº 1, de 1969, editada pela Junta Militar, limitou os decretos-leis a três casos explicitamente definidos e ainda os restringiu à condição de que não houvesse aumento de despesas, hipótese que as medidas provisórias mal transplantadas do texto italiano não previram, o que permite dizer que ainda são mais permissivas nesta matéria do que os decretos-leis reinstituídos no nosso Direito Constitucional pelo regime militar.

Ademais, a Emenda nº 32, de 2001, estabeleceu procedimento que muito contribuiu para engessar o funcionamento das duas Casas do Congresso Nacional ao prescrever, no § 6º do art. 62 da Constituição, que “se a medida provisória não for apreciada em 45 dias, contados da sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das duas Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações da Casa em que estiver tramitando”.

Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, sei que V. Ex^a também já tratou desse assunto na Casa, mas eu gostaria de fazer essas explicitações para chamar a atenção da gravidade em que se encontram as instituições representativas – leia-se Senado Federal e Câmara dos Deputados – em virtude dessas medidas provisórias que muitas vezes estão sendo editadas sem observar as exigências constitucionais e os critérios de urgência e relevância.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, o País deve muito a V. Ex^a, mas espera muito mais do que deve. V. Ex^a está aí. É oportuno conversarmos. Aqui está o Senador Papaléo Paes. Sei que a democracia é muito complicada, mas ninguém pode esquecer que o 16º Presidente norte-americano, Abraham Lincoln, em Gettysburg, disse: “Minhas palavras não vão santificar nada; o que já santificou este cemitério foi a morte daqueles que deram a vida para salvar o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Depois, em outra guerra no mundo, em meio à confusão para que fosse restabelecida, Winston Churchill disse que era muito difícil a democracia, mas, apesar das dificuldades, era o melhor regime que ele conhecia no mundo. E onde ela nasceu foi muito difícil: rolaram até cabeças nas guilhotinas, Robespierre, Danton. Aqui também nós tivemos saídas. V. Ex^a acaba de se referir à saída de um período de exceção. Mas o País foi muito feliz. E eu pediria ao Luiz Inácio... Ele diz que não gosta de ler, que não gosta de estudar. Ele diz que ler uma página de um livro dá uma canseira pior do que fazer uma hora de esteira, mas ele deveria ver, por exemplo, um filme, o documentário sobre Getúlio Vargas. V. Ex^a já leu **O Diário de Getúlio Vargas**? Olhe, Senador Marco Maciel, o homem que trabalhava mais do que nós três juntos, eu, V. Ex^a e Papaléo Paes. Sabe o que é isso, Senador Papaléo? De madrugada, o homem estava trabalhando, estudando; no sábado, no domingo. O importante é que, quando ele sentia cansaço, ele saía com o ajudante-de-ordens, ia de Laranjeiras, que V. Ex^a conhece, à Cinelândia, assistir a um filme. Autoridade moral. Mas ele entrou, e fez uma guerra para entrar, não é? Dizem que a eleição foi corrupção no tempo... Contra o paulista, não é? Depois os paulistas quiseram tomar o Governo dele, em 1932. Depois o fascismo integralista. Quiseram derrubar. E, no fim, ele enfrentou a segunda guerra mundial. Mas, com isso tudo, o Luiz Inácio devia aprender: foi ele que fez o TRE, quer dizer, dando os caminhos da democracia. E saiu pacificamente. Depois ele voltou nos braços do povo. Mas os militares foram inteligentes, porque eles salvaguardaram a alternância do poder, fizeram um rodízio entre eles. Foram cinco; não ficou só um. Quer dizer, estamos analisando a história. Mas V. Ex^a está aí, nós estamos aqui, e somos culpados. O nosso Presidente, Renan Calheiros, daquela tribuna – e ganhou meu voto: fidelidade ao partido –, disse que iria diminuir essas medidas provisórias, mas elas estão aumentando. Então, eu queria a firmeza dele nisso. E V. Ex^a aí. Estou na cadeira de Antonio Carlos Magalhães. Vou até tirar o nome dele para baixar a coragem dele. Mas, pelo que consta – e será uma grandeza; eu não sou, é V. Ex^a –, quando se fala em salvar o país,

V. Ex^a deve ser o Presidente da Comissão, porque é do seu Partido. Eu não sei de V. Ex^a, mas eu vi, por exemplo, o Heráclito, lá na Jamaica, inspirar-se no nome de V. Ex^a nesses momentos difíceis. Então, V. Ex^a tem muita responsabilidade. Sei que V. Ex^a já foi Ministro da Casa Civil, já foi Ministro da Educação, mas, como Presidente da Comissão ou mesmo como Senador, com o seu passado, V. Ex^a tem que nos ajudar nisso. Essa medida palhaça que aí está, do meio ambiente, não tem a urgência de medida provisória. Eu fui prefeito, havia o decreto-lei no tempo revolucionário. Eu o usei, mas existe a lei. Esta Casa é para fazer lei. O Senador Papaléo já fez uns três pronunciamentos, mostrando que essa medida do meio ambiente não tem urgência; pode ser feita uma lei. E mais ainda: V. Ex^a é lá do Pernambuco bravo, heróico, de tantas lutas. Só não gostei de terem tirado o Nassau, porque ele trouxe muito progresso para o Brasil! Mas, naquele Pernambuco heróico, V. Ex^a representa a firmeza. V. Ex^a tem o dever moral, não pode permitir. V. Ex^a também tem de chamar o Presidente Renan para que seja firme. Esta Casa faz parte do jogo democrático que, como disse Churchill, é complicado, mas é o melhor. Analisamos os vetos do Presidente da República. Se o Luiz Inácio não entende desse jogo democrático da tripartição do poder, isso não é meu problema. Quero até orientá-lo. Está aí o Paim, que é bom e pode dar umas aulas. Mas V. Ex^a e o Renan têm a obrigação de mostrar firmeza, trazendo para cá, amanhã logo, o veto do Presidente da República para analisarmos. A Câmara Municipal de Parnaíba analisou e às vezes derrubou meus vetos, e eu não fiquei zangado. Na Assembléia de Teresina – eu governei o Estado –, analisaram, derrubaram os meus vetos. Isso faz parte, não fiquei diminuído, aceitei o jogo da democracia, como disse Mitterrand, que deixou esta mensagem, Senador Papaléo Paes: “Fortalecer os contrapoderes”. Então, eu penso que fortaleci a Câmara Municipal de minha cidade e o Poder Legislativo. V. Ex^a, que não pode negar sua origem de pernambucano, poderia, logo amanhã, usar de sua influência e liderança, que ninguém contesta não só no seu Partido, mas em todos, para que pudéssemos analisar o veto da Sudene, que é sua, que é nossa, que é do Piauí. Então, são as palavras que queria proferir. Ninguém pode perder a esperança e a confiança. O povo está esperando que o Senado se reafirme como Poder Legislativo.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, eminente Senador Mão Santa. A propósito do aparte de V. Ex^a, faria três brevíssimas considerações. Em primeiro lugar, V. Ex^a lembrou, com propriedade, que, durante o tempo em que governou o País como Presidente provisório, após a Revolução de 30, Getúlio

Vargas criou a Justiça Eleitoral, e o Brasil foi um dos primeiros países a adotar o sistema de Justiça Eleitoral Especial, que cogita apenas os problemas ligados às eleições e aos Partidos políticos, que não deixa de ser muito importante. Em segundo lugar, como eu disse, Getúlio Vargas foi Presidente da República de quatro formas distintas: como Presidente provisório; eleito indiretamente pela Constituição de 1934; no Estado Novo, presidindo de forma autoritária o País; e, finalmente, a quarta hipótese em que governou o País: eleito de forma direta, em 1950, não concluindo o mandato por motivos de conhecimento de todos.

Por fim, V. Ex^a citou em seu aparte outra questão extremamente relevante: os vetos. Já estamos com mais de 900 vetos em apreciação no Congresso Nacional. Há uma PEC de minha autoria prestes a ser votada nesta Casa que busca resolver essa questão. Mas isso está limitando o andamento das atividades do Congresso Nacional, porque os vetos também passaram pela Emenda nº 32, de 2001. Os vetos são também trancadores de pauta, ou seja, contribuem, ao lado das medidas provisórias, para que o Congresso Nacional não possa deliberar com a agilidade que a sociedade dele espera.

Sr. Presidente, para concluir e voltar ao tema das medidas provisórias, é notório que o Poder Executivo vem exercitando cada vez mais e com enorme frequência a faculdade de baixar medidas provisórias, e, como disse há pouco, sem observar os pressupostos previstos na Constituição, de relevância e urgência.

Na prática e a um só tempo, o excesso de medidas provisórias, associado ao sobrestamento da votação das matérias em tramitação, como já assinaléi, produz como efeito a procrastinação da agenda de trabalho do Poder Legislativo e o retardo do cumprimento de suas importantes atividades.

Convém ter presente a observação de Hans Kelsen ao sustentar que “o controle de providências urgentes” – o que equivale hoje às medidas provisórias – “resulta tanto mais importante desde o momento em que, neste campo, qualquer violação da Constituição significa um atentado à fronteira entre as respectivas esferas de competência do Poder Executivo e do Parlamento”, isto é, nós praticamos aqui o regime da tripartição dos Poderes, concebido por Montesquieu.

Apenas para exemplificar, Sr. Presidente - vou ler somente dois parágrafos -, e em abono do verificado no Senado Federal, conforme se extrai das atividades de plenário nos primeiros cinco meses de legislatura – a legislatura que se instalou em 1º de fevereiro deste ano –, de 57 sessões deliberativas pautadas no período, na realidade, houve a apreciação de matérias legislativas somente em 28 delas, menos da metade,

portanto, do total. Nas restantes 29 sessões, a Ordem do Dia esteve obstruída em virtude das chamadas medidas provisórias, por força do sobrestamento de votação de qualquer outra matéria enquanto as medidas provisórias não são apreciadas.

As diferentes Constituições brasileiras, Sr. Presidente, consagraram o princípio de que os Poderes são independentes, embora devam ser harmônicos. O uso limitado do instrumento da medida provisória parece derogar essa tradição republicana de equilíbrio dos Poderes, impedindo o Congresso Nacional de funcionar em sua plenitude como Casa da representação popular, viga mestra da instituição democrática, ou seja, da própria democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das inscrições. V. Ex^a tem vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, provavelmente, não usarei os vinte minutos.

Nesta tarde, faço o meu primeiro pronunciamento após o recesso. Para mim, este é um pronunciamento triste em todos os sentidos. O meu recesso foi de quinze dias dentro de uma UTI. Um dos meus filhos, Jean, fez uma operação de redução de estômago, em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Os médicos informaram que, infelizmente, devido a uma infecção generalizada, ele não teria muitas possibilidades de continuar vivo. Sua possibilidade de continuar a viver estaria entre 2% e 5%. Depois que ele ficou aproximadamente quatro dias na UTI, eu tomei a decisão de levá-lo para Porto Alegre. Em Porto Alegre, ele ficou 25 dias na UTI e sofreu mais sete operações – ele já tinha feito duas operações no Espírito Santo. Felizmente, neste fim de semana, ele saiu da UTI. Os coordenadores da recuperação do menino foram o Dr. Crespo, cirurgião, e o Dr. Josué, Coordenador da UTI do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre. No momento, ele ainda está em recuperação, mas seu estado não deixa de ser grave.

Faço este comunicado, Sr. Presidente, para justificar meu afastamento do Congresso Nacional por praticamente 30 dias: 15 dias foram de recesso, e os 10 dias restantes foram por esse motivo.

Confesso que a frase que mais usei durante esse período, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes e tantos outros Senadores, foi a seguinte: “Senhor meu Deus, meu filho está em suas mãos. Peço ao Senhor um milagre”. Hoje, acredito muito que, com a força da

Medicina, evidentemente, e a de Deus, vamos vencer essa batalha. Meu filho vai voltar a caminhar nas ruas do nosso Rio Grande e, quem sabe, contar essa sua história de muita dor. Para se ter uma idéia, hoje ele não pode tomar água, em nenhuma hipótese, até fazer mais duas operações.

Sr. Presidente, eu também não poderia, neste momento de tanta dor para mim e, naturalmente, para a mãe dele e para os irmãos, deixar de falar sobre o acidente da TAM.

Eu estava na UTI do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre, quando soube do acidente, que envolvia cerca de 200 pessoas, entre elas dezenas de gaúchos, líderes sindicais, empresários, políticos, executivos, advogados, donas-de-casa, estudantes, crianças, professoras, enfim, cidadãos de várias regiões do Brasil e do Rio Grande.

Como forma de externar meus sentimentos, listei aqui o nome de cada um que faleceu nesse gravíssimo acidente. Eu gostaria, Sr. Presidente, de homenagear cada um, mas não o farei, porque não quero fazer aqui nenhuma homenagem maior ou menor. Tenho certeza de que, como falamos muito no Rio Grande, todos os que faleceram nesse acidente não estão mais aqui, mas foram pelear nas plagas infinitas das estâncias do céu, ao lado de Deus.

Eu poderia falar aqui da Nadja; do Luis Fernando; da Julia; da Sonia; da Catilene; da Nelly; do Paulo; da Kátia; da Mery; do Júlio Redecker – que foi Deputado Federal na mesma época em que fui – um brilhante Deputado, que aprendi a respeitar. Nem sempre tínhamos as mesmas posições, mas ele era um lutador, um guerreiro, um homem que pensava efetivamente no bem do Rio Grande e do Brasil. Eu poderia falar do Carlos, do Ivalino, do Afílio, do Rune, do Paulo, do Marco, da Andréa, do Andrei, do Luis, do Antonio, da Valdemarina, da Raquel, do Carlos Alberto, podia falar do Sandro, da Soraya, da Jaqueline, do Bernardo, da Rebeca, da Fabíola, podia falar da Sueli, do Anderson, do Valdir, do Fernando, do Carlos, do Silvan, da Michele, do Fabiano, podia falar do Vitacin, da Carla, do Carlos, da Carmem, poderia falar do Eduardo, da Eliane, poderia falar de todos, Sr. Presidente. Mas creio que, com essas pequenas citações, lembro aqui, na verdade, o nome de cada um daqueles que faleceram nesse trágico acidente. A todos os familiares, deixo aqui minha solidariedade. Sei que, neste momento, nem minhas palavras, nem as de ninguém farão diminuir a dor que estão sentindo.

Lembro-me aqui, Sr. Presidente, das “tricoteiras” – as aposentadas e pensionistas –, como eram conhecidas as diretoras e sócias do Sinapers. Participei de inúmeros eventos com elas, em audiência pública,

aqui, no Senado, sobre os precatórios; e em audiência pública, lá, na Assembléia Legislativa. Eram lutadoras, de cabelos brancos. Infelizmente, grande parte delas, lutadoras, de cabelos brancos, morreu nesse acidente. Mas digo, Sr. Presidente, que a luta delas não foi em vão; a luta delas e a luta de todos os aposentados e pensionistas que ainda sonham com dias melhores para os brasileiros e, principalmente, neste caso, para todos os aposentados e pensionistas.

Lembro, mais uma vez, o Júlio Redecker, Deputado Federal. Senador Mão Santa, estive com ele, certa vez, em grande evento interamericano, que reuniu mais de 100 Parlamentares no Rio Grande, na cidade de Gramado. Recebi a incumbência de falar pelo Governo brasileiro sobre um tema tão importante, do qual Júlio Redecker era especialista, exportação. E, aí, Senador Couto, no momento do pronunciamento, eu lhe disse: Júlio, conheço o tema não tanto quanto vocês. O que me disse Júlio Redecker? “Não te preocupes, Paim. Faça o discurso político de acordo com teu entendimento sobre o tema; e a questão técnica eu resolvo”. Com isso, ele fez com que aquele auditório aplaudisse ambos, quando o especialista na matéria era ele. Essa é a postura de um grande homem; e, aqui, rendo-lhe, então, minhas homenagens.

Com certeza, o Brasil perdeu uma grande Liderança. Sua sensibilidade, seu espírito de luta nos aproximava em muitos momentos, ao longo da nossa caminhada no Congresso. Nem sempre concordávamos, mas sempre nos respeitávamos, até no momento da divergência. Nunca esquecerei, inclusive, o conforto, a solidariedade que recebi dele, dentro do avião, no momento mais difícil da minha campanha ao Senado da República.

É com pesar que vejo a perda de Júlio. Fico com sua imagem de guerreiro, de lutador, de extrema competência. Levo no peito imenso carinho e respeito a ele como homem e como Parlamentar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Paim, ouvi aqui, em silêncio, seu discurso. Divido com V. Ex^a – evidentemente, guardadas as devidas proporções – a dor que sentiu com a doença do seu filho. Nós, seus amigos Senadores, acompanhamos os fatos daqui. V. Ex^a é bravo e é guerreiro; e é guerreiro para tudo, até para enfrentar a hora difícil que enfrentou. Daí por que me sinto reconfortado em vê-lo aqui, retomando suas atividades de Senador da República, ainda com o filho convalescendo, com a mente dividida entre os deveres de homem público e de pai. Por isso,

eu não poderia deixar de prestar-lhe esta homenagem, talvez também produto de amizade e de admiração, que varam anos. Eu também gostaria de me associar a V. Ex^a pela homenagem que presta à extraordinária figura de Deputado e de homem público que foi Júlio Redecker. Tivemos oportunidade de conviver na Câmara dos Deputados. V. Ex^a, mais próximo dele, por ser seu conterrâneo; mas, do meu distante Piauí, pude admirar a luta, a bravura do Júlio. Ele foi acidentado de maneira grave, escapou da morte há algum tempo. Acompanhamos o episódio. Ficou imóvel, lutou com toda a garra e toda a força e retornou a esta Casa. Era um Parlamentar altamente atuante; atuante, solidário, um grande companheiro. Associe-me a V. Ex^a e ao povo do Rio Grande do Sul por esta perda inestimável. Portanto, Senador Paulo Paim, vai aqui a palavra do amigo, do admirador, que tem por V. Ex^a respeito e, acima de tudo, carinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, quero expressar minha satisfação ao ver que seu filho se recupera – e se recupera bem – da cirurgia a que foi submetido. Espero que, por ser ainda uma pessoa bastante jovem, possa se restabelecer totalmente, trazendo conforto a toda a família. Devo aproveitar, à semelhança do nobre Senador Heráclito Fortes, para também manifestar a V. Ex^a e, por seu intermédio, a todo o povo do Rio Grande do Sul, meu pesar pelo falecimento no acidente da Tam do Deputado Júlio Redecker. Tive a oportunidade de conhecê-lo quando ele militava na JDS – Juventude do Partido Democrata Social, partido a que tive a honra de pertencer e que depois desapareceu em função do movimento chamado Aliança Democrática, que tornou possível a eleição da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Sempre vi em Júlio Redecker um jovem líder muito dedicado, com grande vocação política, com grande sentimento partidário. Desfrutava de muito conceito em seu Estado. Dias antes do falecimento dele, encontrei-me com o ex-Ministro Pratini de Moraes, que falava do papel que Redecker cumpria na defesa do agro-negócio. Com Redecker, convivi no Congresso Nacional e fora dele, ao tempo em que estava na Vice-Presidência da República. No ano passado, compareci ao casamento de uma de suas filhas e, uma semana ou dez dias antes do acidente, ao cumprimentá-lo, por telefone, pelo aniversário, ele me falou estar investido das funções de Líder da Minoria na Câmara e gostaria de conversar comigo para discutir programas e projetos que desejava executar ou já executava. Senti uma dor muito grande quando

tomei conhecimento de que entre os falecidos se encontrava o Deputado Júlio Redecker. E, se já estava muito penalizado e traumatizado com tantas mortes, quase duzentas, a morte dele me deixou muito triste. Sei que a vida não se mede por quanto se vive, mas como se vive. Ele viveu pouco, mas de forma intensa e, mais do que isso, doando seu espírito público às causas do seu Estado e do País. E, por isso, V. Ex^a faz bem em lembrar sua memória neste instante e homenageá-lo pela contribuição que ele deu às instituições brasileiras. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Em seguida concederei o aparte ao Senador Mão Santa. Mas, antes, eu gostaria de dizer que este é um momento de muita dor por aquelas famílias que perderam seus entes queridos no acidente.

Para mim, é um momento de muita dor também, pois, calculem V. Ex^{as} que, em trinta dias, o menino já sofreu nove operações e passará por mais duas ainda. E claro que estou com muita fé em Deus, e também na Medicina, de que ele se salvará.

Mas, antes, Senador Mão Santa, acho que este momento não é só da minha dor. Procuo ver a dor de todos aqueles que perderam seus familiares.

E não poderia neste pronunciamento, já que é o primeiro que faço depois do recesso, deixar de falar também do Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, Senador Mão Santa, em seguida passarei a palavra a V. Ex^a, pois não poderia deixar de falar aqui, independentemente da matriz ideológica ou partidária, da morte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Sempre tive uma relação respeitosa com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Com ele, com certeza, consegui aprovar inúmeros projetos, na Câmara e no Senado. Essa relação é antiga. E não nego nunca as minhas relações com os homens, enfim, com os seres humanos, independentemente da questão partidária. Iniciou-se nos tempos ainda de Eduardo Magalhães. Lembro-me de vários momentos em que defendemos o mesmo ponto de vista, como, por exemplo, o aumento do valor do salário mínimo.

Sou testemunha – até porque defendo essa bandeira há mais de vinte anos aqui no Congresso – de que o Senador Antonio Carlos Magalhães defendia, como eu defendia, o aumento do valor do salário mínimo.

A imagem mais agradável e mais carinhosa que tenho dele, com certeza, foi a aprovação aqui no Senado de três estatutos de minha autoria: do idoso, da pessoa com deficiência e da igualdade racial. Ele que era polêmico e regimentalista disse nos três casos: “Se depender de mim, Senador Paulo Paim, vamos acelerar os prazos do próprio Regimento, porque os

três estatutos merecem aprovação”. A atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães foi fundamental, principalmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por isso, quero também aqui registrar minha solidariedade. Sei que era um homem polêmico, mas a democracia é feita por homens e mulheres também polêmicos. E a discordância e a polêmica é que fazem com que você aponte para o futuro com respostas que atendam ao interesse da sociedade. E o Senador Antonio Carlos Magalhães cumpria com muita competência esse papel, cada vez que, com aquela convicção enraizada e com muita firmeza, ele aqui defendia os seus pontos de vista.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, eu lamentava a ausência de V. Ex^a e não sabia o motivo. Mas só a sua ausência nesses dias já era motivo de tristeza aqui. Mas, quanto a seu filho, V. Ex^a, mesmo nessa dificuldade, nessa adversidade, dá um ensinamento a nós e ao País quando diz que entrega a Deus, demonstrando a sua fé em Deus. Eu me lembro de um cirurgião, com quem aprendi, Ambroise Paré, que dizia: “Eu os trato, Deus os cura”. Ambroise Paré, um grande cirurgião francês. Então, realmente, está nas mãos de Deus, como disse V. Ex^a. E, também, querendo me solidarizar com o voto de pesar pelo falecimento do Deputado com todos os gaúchos. Eu acho que os gaúchos escreveram, como no passado, na Revolução Farroupilha, com tanto sofrimento, até o sacrifício dos Lanceiros Negros, sem dúvida nenhuma, depois disso veio a República, veio a Libertação dos Escravos. E, com esse sofrimento da família gaúcha, que V. Ex^a representa, e que perderam tantos entes queridos, como o nosso Deputado Júlio e tantos outros. Que o sacrifício da família gaúcha nos sensibilize para que haja melhores dias para o desenvolvimento aéreo do nosso País. Quero associar-me à fé de V. Ex^a. Também sou Francisco. São Francisco disse-nos: “Onde houver desespero, que eu leve a esperança”. Faço um convite a V. Ex^a, com a mesma fé. Lá em nossa região, no Nordeste, temos a cidade de Canindé. Poderemos ir agradecer a São Francisco. No Piauí, há outra cidade: Santa Cruz dos Milagres. Essas são as cidades onde o povo nordestino deposita sua fé para conseguir os seus milagres. Convido V. Ex^a para, quando sairmos vitoriosos da recuperação de seu filho, visitarmos aqueles templos de fé da tradição cristã do Nordeste.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero encerrar o meu pronunciamento. Ouvirei o Senador Mário Couto, o Senador Garibaldi e depois encerrarei.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, primeiramente quero externar minha admiração por V. Ex^a. Eu, nesses seis meses de Casa, tive a grata oportunidade de conhecê-lo. Sinceramente, Senador, tenho um carinho e uma admiração muito grande por V. Ex^a, pela sua maneira de ser, humilde, um homem que escuta todos, sério, dedicado, um homem trabalhador, um homem que vi uma vez na tribuna prestar conta do seu trabalho ao seu povo. V. Ex^a ganhou a minha admiração, saiba disso. Vou fazer igual ao Mão Santa, acho que o pior já passou, Senador, o pior já passou. Deus lhe atendeu. Deus atende às pessoas boas, V. Ex^a é uma pessoa boa, tenho certeza disso. O seu caráter já demonstra muito bem a bondade de V. Ex^a, e Deus escuta essas pessoas. É muito difícil o momento que V. Ex^a atravessa. Todos sabemos o carinho que um pai tem por um filho. E é muito difícil pensar, neste momento em que V. Ex^a está na tribuna, que o seu filho está hospitalizado em estado grave. Não sei como V. Ex^a agüenta, é muito difícil, a dor é profunda. Mas tenha certeza de que o pior já passou. E vou fazer igual ao Mão Santa, vou orar, vou rezar, pedir a Nossa Senhora de Nazaré que possa trazer a saúde do seu filho e convidar V. Ex^a para, no próximo Círio, ir a Belém assistir ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, à qual vou fazer uma promessa em louvor ao seu filho. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, pode ter certeza de que se Deus permitir estarei lá, atendendo, não a um pedido, mas quase que à prece que V. Ex^a e o Senador Mão Santa fizeram para a recuperação do menino.

Estou mesmo com muita esperança. As suas palavras são as que tenho dito para ele: Jean, resista. O amor de pai e de muita gente está com você. Deus está dentro de você. Você vai sair desta. Você é um peleador, você é um lutador. Você vai vencer, com a ajuda e a solidariedade de todos.

Há muita gente rezando, orando. É bonito, em uma hora dessas, ver as pessoas dizendo “não posso fazer nada, mas saiba que estou fazendo orações pela salvação do menino”. Só isso já dá a ele muita força.

Nestes momentos em que falava com ele, ele dizia “pai, me cortaram a água”. Eu dizia: Jean, você não pode tomar água, mas a água não te fará falta neste momento porque o soro é que realmente te mantém. Ele fez uma operação no pescoço, cujo nome específico não me lembro.

Por isso, estou com muita esperança. Uso novamente a sua frase: o pior já passou. Tenho certeza de que, com a ajuda de Deus e da Medicina, ele vai passar por essa.

Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, Senador Raimundo Colombo.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, também quero trazer a minha solidariedade a V. Ex^a, a exemplo dos meus colegas, e dizer que estamos confiantes de que o seu filho vai recuperar a saúde e de que a sua família vai enfrentar todas essas provações. Deus vai realmente salvá-lo, porque já se diz há muito tempo, e com muita sabedoria, que um pai não pode enterrar um filho. Quero dizer a V. Ex^a, então, que as preces que eu também puder fazer, farei pela saúde do seu filho. Quero lamentar estes últimos dias, que foram de muita tristeza para todos nós. A tristeza do acidente do avião da TAM...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Foram 200 vidas que se foram. A tristeza da perda do Deputado Júlio Redecker e a tristeza também, para nosso Estado principalmente, da perda do Deputado Nélio Dias, que era o Presidente Nacional do Partido Progressista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem lembrado, Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Então, quero dizer a V. Ex^a que todas essas perdas nos deixaram muita tristeza, mas também nos deixaram um legado. Cada um daqueles que se foram deixou conosco uma responsabilidade maior. Mas volto a dizer: seu filho vai viver porque um jovem como ele certamente tem muito ainda a dar. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concluo com o aparte do Senador Raimundo Colombo, considerando-me, desde já, agradecido a todos os Senadores que fizeram aparte e a todos os Senadores que, de uma forma ou de outra, fizeram contato conosco, dando sua solidariedade.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Ex^a e reconhecer essa força interior que faz com que V. Ex^a supere esse momento difícil. O senhor, que é um homem vitorioso, fez e faz uma carreira política bonita e enfrenta essa adversidade. Mas essa fé, essa força, essa sua energia, certamente influenciou seu filho e toda a sua família a superar esse momento difícil. O Jean – tenho certeza, sou um homem de fé – vai vencer, vai superar e vai ser um exemplo para todos nós. Portanto, o senhor cumpre muito bem a sua missão de pai nessa hora difícil, nessa hora de superação. Mas o senhor é esse homem vitorioso que se mostra forte e à altura desse desafio. Tenho certeza que o Jean também vai estar junto conosco lutando e sendo um exemplo para

todos nós como o senhor é. V. Ex^a lembra também a memória de Júlio Redecker com quem convivi na Câmara, essa pessoa tão especial e, dito nas suas palavras, conterrâneo do Rio Grande do Sul, o que nos deixa assim tão saudosos e reconhecidos pelo Júlio. Força, Senador Paim. Vai dar tudo certo e conte com as minhas orações também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Colombo.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que muitos dos que estão nos ouvindo podem ficar com uma impressão errada: “Ah, não é só o seu filho que está sofrendo!” Eu respondo, neste momento, de forma não muito alegre, mas satisfeito com a solidariedade que recebi do Senado da República. Mas, neste momento, porque às vezes a disputa político-partidária entra em campo, foi muito especial, Senador Papaléo Paes, o apoio que recebi dos Senadores Zambiasi e Simon. Eles não estão aqui neste momento. Mas faço questão de registrar que estiveram lá, durante um longo período, no meu Estado, em nome do Senado da República, me dando todo o apoio.

E faço este registro, também, prestando contas, porque eu não sou de me afastar da Casa. Mas foram trinta dias em que não estive aqui. Eu estava lá, na UTI. Acampeei dentro do hospital e só saí de lá no dia em que ele foi para o quarto. Por isso faço essa justificativa agradecendo a todos que rezaram e que estão rezando. Vou participar ainda nesta sexta-feira de um culto ecumênico não somente ao meu filho, mas a todos que estão nos hospitais, sofrendo. Essa é também uma forma de solidariedade à família de todos que faleceram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O Regimento não permite ao Presidente fazer um aparte, mas quero aqui renovar a nossa solidariedade a V. Ex^a e a toda a sua família pela recuperação do Jean. É o que esperamos.

Sabemos do sofrimento de um pai ao ver seu filho em uma UTI. Médico que sou, posso avaliar o sofrimento por que passa V. Ex^a. Mas V. Ex^a recorreu a Deus e Ele mostrou a luz da recuperação para o seu filho e o conforto para os senhores. Lembro que o conforto que Deus nos dá nos leva a ter forças para confortar pessoas que, tanto como nós, dele precisam nos momentos adequados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, rogaria a V. Ex^a, apelando até para a compreensão do Senador Garibaldi Alves Filho, que me concedesse a palavra para uma comunicação de interesse partidário de caráter altamente relevante.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a tem a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É uma comunicação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sim, Excelência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler agora, para conhecimento desta Casa e da Nação, nota que acaba de ser emitida pelo Partido dos Democratas.

A Comissão Executiva Nacional dos Democratas vem publicamente manifestar sua indignação com o fato de o Governo Lula ter colocado o aparato de inteligência do Estado brasileiro para a localização, captura e a rápida deportação dos dois atletas cubanos que desertaram da delegação de seu país durante os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em busca de um futuro de liberdade.

Causa espécie a utilização do serviço de inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública como um prolongamento da polícia política do Ditador Fidel Castro, bem como o curtíssimo espaço de tempo entre a captura e a deportação dos atletas Guillermo Rigoudeaux e Erislandy Lara, que foram localizados e detidos na última quinta-feira e, já na noite desse sábado, foram embarcados num vôo com destino a Cuba.

Os Democratas lamentam que, enquanto se preparava para impetrar **habeas corpus** contra a “liberdade vigiada”, imposta aos atletas pelo Governo do Presidente Lula, esse foi eficiente como nunca antes visto para devolver os pugilistas para as mãos do ditador cubano.

O Partido declara à sociedade brasileira sua apreensão com o destino que aguarda Guillermo Rigoudeaux e Erislandy Lara, pois o Governo de Cuba inicialmente anunciou que os atletas não seriam presos. Após o embarque, contudo, revelou que ficarão eles retidos em casas especiais do Estado, onde poderão receber a visita de seus familiares.

Por fim, os Democratas consideram que será de integral responsabilidade do Governo Lula os constrangimentos físicos e psicológicos impostos aos atletas cubanos, bem como qualquer tipo de punição política que venham a sofrer em seu país.

Brasília, 6 de agosto de 2007. Rodrigo Maia, Presidente dos Democratas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada mais absurdo do que se ver o Governo do Presidente Lula tomar, de maneira arbitrária e precipitada, essa decisão. Os atletas, independentemente de suas desavenças políticas com o seu país, estavam aqui de maneira legal, tinham passaportes com prazo de permanência no Brasil. Ainda que esses passaportes tivessem sido retidos, o que é muito comum nos países totalitários, pelos chefes das delegações, mesmo assim, eles teriam um prazo de 30 dias para regularizar suas situações.

O Presidente Lula, que durante muitos anos pregou direitos humanos pelas ruas deste País, de repente nos desaponta ao permitir que a máquina policial do seu Governo entrega, de maneira precipitada, esses dois jovens atletas que fugiram e demonstraram que para seu país não queriam voltar.

Eu não sei, Senador Mário Couto, o que o Partido dos Trabalhadores poderá agora dizer sobre direitos humanos; que autoridade terá de voltar a falar, em praça pública, sobre liberdade. O cerceamento da vontade desses dois atletas representa e justifica a vaia que Lula levou no Maracanã, a vaia antecipada, é claro, mas me parece que premonitória.

Não se faz isso, Senador Colombo, com dois jovens que tiveram a coragem, talvez movidos pelo desespero, de tentar uma fuga do seu país, deixando famílias, amigos atletas, bens, uma grande parte das suas vidas, para se aventurarem em um país distante, com diferenças que começam na própria língua e outros costumes, mas em busca de algo que jamais encontrariam lá: liberdade.

E olha que sabemos que atletas em Cuba e em países que não primam pela democracia têm tratamento especial, têm regalias. Imaginem os outros! Portanto, Senador Mão Santa, ao fazer este registro, faço-o também na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Peço a V. Ex^a e aos Senadores que participam dessa comissão que, na próxima reunião, aprovelem uma convocação dos responsáveis por esse ato. Trata-se de um ato ilegal contra as liberdades democráticas neste País. O Governo não podia, meu caro Presidente Senador Papaléo Paes, agir da maneira como agiu. Esses rapazes tinham de ser ouvidos! A opinião pública tinha de ter tomado conhecimento da situação! Tinha de ser dado a eles o direito de pelo menos um advogado, para que eles pudessem se defender! Sei não – não sei mesmo – para onde essa gente quer levar este País.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto, com o maior prazer.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, dou os parabéns a V. Ex^a e a

seu Partido pela atitude de apresentar à sociedade brasileira os fatos lamentáveis que envolveram os dois atletas cubanos. Senador Heráclito Fortes, fato lamentável também foi a atitude do ditador cubano em retirar toda a delegação cubana antes do término dos jogos. Esse é realmente um comportamento de ditador. A seleção brasileira de voleibol recebeu as medalhas, a seleção dos Estados Unidos, vice-campeã de voleibol do PAN, recebeu as medalhas, mas o terceiro lugar, que era de Cuba, ficou vago, porque os atletas não foram receber a medalha. O que significa isso para o Brasil? Significa muito: é um ato simplesmente de desconsideração ao próprio Presidente Lula! A delegação de Cuba foi a única a cometer esse absurdo de se retirar das competições antes de elas terminarem. Foi um fato muito desagradável que chocou, com certeza absoluta, a sociedade brasileira, que não esperava isso. No entanto, de um ditador tudo se pode esperar, inclusive a sorte desses dois atletas. O que se espera que vá ocorrer com esses dois atletas, Senador Heráclito Fortes? Fez muito bem V. Ex^a responsabilizar o Governo brasileiro sobre o que acontecer a esses dois atletas. Fez muito bem o seu Partido. Por isso, quero, mais uma vez, parabenizá-lo. Fico aqui muito inquieto com o futuro desses dois jovens. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, Senador Mário Couto, o aparte de V. Ex^a e ouço, com muita alegria, o Senador Raimundo Colombo, nosso companheiro de Democratas.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentar V. Ex^a – e também o nosso Partido, o Democratas – por trazer essa questão ao Senado Federal e à opinião pública brasileira. Quando era mais moço, eu tinha muita simpatia por Che Guevara, queria conhecer melhor as suas idéias. Por isso, quando era Deputado Estadual, fiz uma viagem a Cuba, para conhecer a sua realidade, para ver se o que se dizia era verdade. E constatei, de forma muito clara – esta é uma opinião minha, pessoal –, que havia falta de liberdade, que a imprensa era totalmente manipulada, dominada pelo Governo. Voltei de lá com a pior das decepções e formei ainda mais a minha convicção de atuação política no campo das liberdades. Erra profundamente o Governo brasileiro ao agir dessa forma, e temo muito pelo que vão sofrer os dois atletas. E nós temos que ficar atentos, acompanhar os fatos, chamar a atenção do Governo, para que ele atue e esses dois atletas tenham um tratamento decente. Preocupa-me muito a forma como o Governo fechado, antidemocrático, de Cuba, vai tratar esses jovens que buscaram construir o seu sonho de liberdade de outra forma. Portanto, parabéns a V. Ex^a. Sensibiliza-me a

atuação do nosso Partido, porque certamente defende o justo e o certo. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Raimundo Colombo, a história brasileira tinha uma página da qual todos nós queríamos nos esquecer, que foi, na ditadura Vargas, a entrega da cidadã alemã Olga Benário ao Reich.

E a história está aí para contar o que sofreu Olga ao retornar ao seu país.

Espero, até mesmo torcendo pelo destino desses dois rapazes, que a biografia do Presidente Lula não seja manchada por uma atitude semelhante. Poderíamos, Senador Mão Santa, dentro do império da lei, julgar os rapazes, ouvi-los, dando-lhes oportunidade de defesa, mas não permitir, da maneira como foi feita, na calada da noite, que esses rapazes retornassem sem garantias e sem segurança no que diz respeito ao futuro deles.

Senador Mão Santa, com o maior prazer!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo DEM, que está dando uma grande contribuição a este País. Recentemente, recorreu à Alta Corte, ao Supremo, pela maior vergonha da democracia: a falta de fidelidade e o fato de os parlamentares se venderem mensalmente. O corruptor era o Governo, e a justiça já se manifesta. E é triste. Eu gostaria de dizer que conheço Cuba – outro dia sobrevoamos, quando, juntos, fomos à Jamaica, onde há a aquela alegria da musicalidade. É uma ilha menor do que Cuba, mas em que há liberdade, alegria, felicidade. Eles podem e não vão mesmo porque gostam da Jamaica. Cuba, está aí o exemplo, mas o que me entristece, Papaléo, é que um jovem que traduz o melhor da nossa geração, idealizado por liberdades, ajudou a construir aquele País. Quando se vai, a imagem não é de Fidel, não; é de Che Guevara em todos os postos, em todas as repartições. Heráclito, eu queria que ficasse gravada aqui a mensagem de Che Guevara para o Luiz Inácio. O Luiz Inácio disse que não gosta de ler, de estudar, que ler uma página dá uma canseira e é melhor fazer uma hora de esteira. Mário Couto, Che Guevara disse “se és capaz de tremer de indignação diante uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, és um companheiro”. V. Ex^a e o DEM estão sendo esses companheiros. Essa é uma injustiça! É o direito da liberdade, da conquista da liberdade e o nosso Governo escreve uma das páginas mais tristes comparados justamente na ditadura Vargas quando a mulher do grande Luís Carlos Prestes foi arrastada, entregue ao nazismo, torturada e, sem dúvida alguma, assassinada. Esse vai ser o futuro desses jovens. Posso dizer porque recentemente estivemos em Miami e

fui em Nova Havana. Vi a felicidade dos cubanos que se liberaram, as riquezas e as alegrias. Eles contavam lá que quando Fidel adoeceu, eles fizeram carnaval. E nós fazemos proliferar esse regime ditatorial que tira a liberdade do mundo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mário Couto, o que revolta é exatamente o fato de o Governo ter agido na calada da noite, quando sabia que *habeas corpus* seria impetrado na segunda-feira, hoje, para dar, pelo menos, aos atletas o direito de suas defesas. Não. Colocaram esses rapazes em liberdade vigiada e, num golpe de desrespeito às normas democráticas deste País, fizeram a deportação. A Justiça brasileira precisa se manifestar sobre este caso, inclusive o Supremo. Nós vamos provocar uma manifestação, porque é um absurdo. Não tem, Sr. Presidente, justificativa nenhuma para a atitude tomada.

O Senador Mário Couto lembrou muito bem a ausência dos atletas no final dos Jogos Pan-americanos. E aí o Governo brasileiro é compreensível e bonzinho: aceitou a antecipação de vô, de data de vô comercial, prejudicando os passageiros comuns que viajariam pela empresa cubana, além da falta de respeito.

Essa política adotada na América Central – como vem sendo adotada pelo Presidente Lula – ainda vai dar muito trabalho ao Brasil. Onde em alguns países funcionários subalternos, ideologicamente ligados, engajados à figura do governo, mandam mais do que diplomatas de carreira?

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para usar a palavra para uma comunicação inadiável, após o Senador Mão Santa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar de V. Ex^a uma providência idêntica à que foi solicitada há pouco pelo Senador Mário Couto, a de ter oportunidade de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o segundo inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das inscrições. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, que preside esta reunião de segunda-feira, 6 de agosto; Senadores e Senadoras presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal, eu sou otimista, Senador Garibaldi, inspirado em Juscelino Kubitschek, um médico como eu, cirurgião de Santa Casa, foi Prefeito, Governador, foi humilhado e tirado daquela cadeira; foi cassado, Senador Papaléo. Mas Juscelino disse que era melhor ser um otimista, pois o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.

Papaléo, nós vivemos um momento de dificuldades na democracia. Mas a democracia foi difícil. Somente 1789 anos depois de Cristo, ela se consolidou. Foi na França. Antes houve ensaios na Grécia, a Filosofia. Mas consolidou-se quando o povo derrubou os poderosos, os reis. Simbolizando todos eles, Garibaldi, está Luís XIV, que disse “**L’Estat c’est moi**” – o rei sou eu –, absoluto. E eles perduravam porque o povo imaginava que o rei era o deus da terra e que Deus era um rei no céu. Mas o povo, gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”, fez cair os reis.

Nós somos retardatários. Cem anos depois é que essa brincadeira chegou aqui. Nossos amigos norte-americanos, para manter isso tudo, tiveram guerras para manter a liberdade, porque o grito era de liberdade, igualdade e fraternidade. Aí, Abrahan Lincoln disse que aquele País não podia ser metade livre e metade escravo, porque a casa dividida seria facilmente derubada – inspirado na Bíblia, não é? E, numa dessas guerras, morreu tanta gente, Papaléo, que ele foi inaugurar um cemitério para enterrar os mortos. Uma das últimas batalhas. Cemitério de Gettysburg. Muitos falaram. E ele foi muito rápido: palavras não significavam nada, porque aqueles já tinham santificado o terreno com as suas mortes pelo regime da liberdade e da igualdade, para que não percesse nunca o governo do povo, pelo povo e para o povo.

E nós estamos aí. Ela é difícil! Ela é difícil! Ela é complicada. Na própria França, onde ela nasceu, consolidada a divisão do poder em três – e aqui está um deles humilhado, desgastado e enfraquecido –, rolaram cabeças. Lá foi difícil. Aqui também foi, está sendo. Tivemos uma ditadura civil, uma militar e agora uma anarquia. Mas nem tudo está perdido.

Li, no jornal do meu Estado, **O Dia**, lá no Piauí, um artigo: “Saudade Ética”, de Ernesto Marinho Magalhães, jornalista. O pai dele, professor Ribeiro Magalhães, Garibaldi, em 1972, eu o combati antes do Ulysses aqui. Fizemos uma chapa do MDB em plena ditadura, Mário Couto, na cidade de Parnaíba.

Eu combati o pai desse homem. Mas quero dizer que ele é mais virtuoso do que o próprio filho diz. Nós vencemos, porque ele estava lá no partido dos militares, e nós já sonhávamos com essa liberdade. Por isso, Garibaldi, ô Garibaldi, é assim a nossa história, em 1972. Sei que V. Ex^a vem de um tio que é anterior à luta democrática. Até o tio dizia: “Meus meninos”, referindo-se a V. Ex^a e ao Presidente da Câmara.

Falo de 1972, Papaléo. Ulysses veio em 74. Fizemos uma chapa com Elias Ximenes do Prado, para vencermos o pai. Hoje quero dar um atestado. Depois, Deus permitiu-me ser Deputado Estadual com esse homem.

“Saudade Ética”, de Ernesto Marinho Magalhães. Olha, Ernesto, seu pai era ainda melhor do que você descreve. Combates da política democrática. Fui contra; ele morreu. E Ernesto recorda que, há 20 anos, seu pai morreu.

Quero dizer, Garibaldi, que a política era assim: com homens de vergonha, ética.

No meu entender – eu que falo com o povo, e é o governo do povo, pelo povo, para o povo –, ética é vergonha na cara; não vamos complicar as coisas, não. Esse era do Partido da Arena, da ditadura, mas era um homem de vergonha. Havia homens de vergonha. Fui adversário dele. Inatingível. Eu ainda vou escrever. É porque não tenho o dom. Ele é jornalista, filho do escritor.

Mas, Garibaldi, foram os políticos que nos atraíram. Homens de ética, de vergonha na cara.

Mário Couto, por que sou assim como Juscelino, otimista? Cristo. Já houve tempo, no começo do Senado, Mário Couto, que tinha de declarar que era cristão católico para assumir. Outro não assumia. A história. Mas somos cristãos. Mário Couto, eu ainda tenho ânimo e otimismo. A Igreja de Cristo, a Católica, sofreu horrores, era bispo e papa vendendo lugar no céu, tendo filhos, entrando na política, tomando as terras do mundo. Aí vem um movimento: Lutero. E deu um jeito nisso. Melhorou. Estão em cima como nós estamos.

Acho a diversidade uma bênção disfarçada.

Senador Colombo, na Itália do Renascimento, houve um dos Parlamentos mais importantes, e Cícero o simboliza para a História do mundo. A Itália deu o exemplo de Senado, mas lá também houve dificuldades. Houve um governante, Calígula, que fez do seu cavalo senador. Calígula era poderoso e botou seu cavalo branco Incitatus no Senado.

Recentemente, o Parlamento da Itália contou com Norberto Bobbio, o maior símbolo da teoria democrática. Senador Mário Couto, lá há cinco Senadores vitalícios, pessoas de muito mérito que enriquecem o

Parlamento, e Norberto Bobbio, que morreu recentemente, era um deles.

Então, lá, nessa Itália, Norberto Bobbio deixou uma mensagem que quero deixar aqui, como Cícero, que ensinou e disse, Senador Papaléo Paes, que só tem um grande bem, o saber; só tem um grande mal, a ignorância. Num País em que nosso querido Luiz Inácio diz – e não há nenhum conselheiro para ele – que ler uma página de um livro – foi ele que disse – dá uma canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira... Senador Mário Couto, Cícero disse que só tem um grande bem, o saber, e que só tem um grande mal, a ignorância. E eu digo que a ignorância é audaciosa, a ignorância que chegou ao Governo. É este o momento.

O mínimo que um povo tem de exigir do seu Governo é segurança. E pergunto às brasileiras e aos brasileiros: há segurança no Brasil? Segurança para a vida, para a liberdade e para a propriedade? E agora?

A ignorância é tal que a globalização, Papaléo, não é negócio só de rolagem, de pegar o avião da TAM e voar, não. A globalização, Garibaldi, é do Direito, o Direito Internacional. Os atletas não desejavam mais morar em Cuba, e Sua Excelência o Presidente da República, mal orientado, mal aconselhado, prendeu-os como criminosos. É um passo. São aquelas orelhas que ele diz ter duas para ouvir. Mas o grito do povo é pela liberdade, igualdade e fraternidade.

Isso foi um atentado à democracia do mundo. Eles pelearam, Mário Couto, pela liberdade. São essas pequenas coisas que vão nos entregando ao retrocesso da democracia. Mas esta é a Casa. Saudade e ética.

Então, isso existiu, Papaléo. Eu não sei, mas eu fiz política estudantil, Mário Couto, e comecei com Juscelino. Garibaldi, nós temos que estar aqui é para ensinar. No dia em que não houver essa razão de ensinarmos... O Senado nasceu para ser o pai da Pátria. Foi esse o simbolismo. Deus disse: “Moisés busque os mais velhos, os mais sábios, que lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Por que citei Juscelino? Eu vi. Ô Garibaldi, eu sou testemunha da História, atraído por Juscelino. No limiar do seu governo, no fim de seu governo, ele vai a Fortaleza, entre 1955 e 1960. Eu ia fazer vestibular para Medicina. Mário Couto, eu fui atraído. Era Juscelino! Eu não fui cantor para Roberto Carlos me atrair, ou jogador como Pelé... Médico cirurgião, sorridente e alegre.

Senador Garibaldi, fui arrastado. Juscelino, nos últimos dias de governo, vai à Faculdade de Direito, e já existia esse negócio de Esquerda e de Direita. Isso me lembra guarda de trânsito. A minha doutrina é cristã, é de Cristo. Entendeu, Mário Couto? Mas

sei que acompanhei Juscelino, Senador Garibaldi, à Faculdade de Direito. Eu não cursava Direito, pois fiz vestibular de Medicina.

Garibaldi, um grupo desses de esquerda, comunistas, eles estavam começando a nascer, esses que ensinaram a vaia. Por isso minha santa mãe ensinou: quem semeia vento colhe tempestade. Quem inventou esse negócio de vaia a autoridade foram eles, foi o PT. Vaiaram Juscelino. Sabe o que ele disse, Mário Couto? Eu vi. Garibaldi, veja a diferença entre um e outro. Eu vi. Agora, o povo cearense – e eu gosto dele, pois estudei lá – gosta de uma brincadeira, de uma molecagem.

Um dia, quando eu era estudante, Senador Mário Couto, chovia muito, ninguém foi a aula e ficamos num abrigo da Praça do Ferreira. Senador Garibaldi Alves Filho, depois de cinco dias, apareceu o sol, e vaiaram-no. Sei que esboçaram uma vaia a Juscelino. Juscelino riu e disse o seguinte: “Feliz do povo que pode vaiar o seu Presidente!” Ó diferença! Ó estadista! E então vieram os aplausos. E não foram os aplausos, não. Senador Garibaldi, eu estava na Faculdade de Direito e sei que Juscelino, depois dessa frase, saiu a pé. Os estudantes seguiram-no, e eu também saí atrás dele. Eu não era do Direito; ia cursar Faculdade de Medicina. Fomos rumo à Praça do Ferreira, onde tínhamos vaiado até o sol, quando eu estudava lá, e ele entrou num abrigo, no Pedão da Bananada do Ceará. Senador Heráclito, Juscelino estava sorridente e o povo o acompanhou. Evidentemente, tinha que haver oposição. Saí a pé. Eu e muita gente. Ele, então, foi à Assembléia, que ficava bem perto – hoje não se situa mais naquele local –, e foi tomar um cafezinho. Os Deputados todos lá, na roda, e eu, ali, estudante, vendo aquela figura democrática sem segurança. Isso, nos últimos dias do seu governo, Heráclito. Ele tomou um cafezinho, e havia ali um homem que traduzia o homem nordestino, de chapéu vaqueiro. O Juscelino, rodeado, porque ia para a Assembléia, e o povo veio a pé depois. A vaia se transformou em aplauso, em reconhecimento. Ele estava saindo do governo.

Senador Papaléo, eu estava do lado, também queria encostar. Vi o caboclão que representava todos os nordestinos, de chapéu. Mas não pôde se encostar, porque não era Segurança; eram os Deputados, de paletó. Ele intimidou-se, mas não resistiu. Colombo, sabe o que ele gritou na hora? “Ô Presidente pai dégua!” Pai dégua, no Nordeste, é macho, é realizador, é empreendedor. Já lhe chamaram de pai d’égua, Garibaldi? Muitas vezes, ele dava leite aos pobres. Essa é a diferença.

Este Senado tem problema? Tem. Mas este Senado é o melhor em 183 anos. Estamos aqui hoje, se-

gunda-feira; e já ouvi muitos pronunciamentos sérios, começando por Marco Maciel.

Papaléo, do Amapá, como diz o caboclo, “rodou a baiana” e não deixou passar a medida provisória na quinta-feira. Eu estava seguindo o Papaléo, e ele não votou mesmo, não.

Esta aqui é a Casa da igualdade. Aqui ninguém compra ninguém, não. Acabou o negócio de acordo. O Papaléo colocou a baiana para rodar, e sei que não se votou a medida provisória, porque ela era imprópria e indevida.

Então, esta Casa representa a força. Foi esta Casa que, em 183 anos, garantiu a este País a paz.

Ouvi o Presidente Sarney dizer que este Senado nunca faltou ao País. Mário Couto, eu, quis Deus, estava do lado. A política que nos atraiu foi formada por homens de vergonha na cara.

Parece-me que, em 1978 – Petrônio Portella era Presidente – fecharam este Senado para uma reforma no Judiciário. Votou-se. Os militares não gostaram e mandaram fechar. Eu estava do lado de Petrônio Portella. Canhões, cavalarias. Fecharam o Congresso. Ali, o problema era moral; autoridade é moral. Vieram e fecharam. À imprensa, Petrônio Portella só disse uma frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Só. Ô Mário Couto, sou testemunha disso, eu estava do lado dele.

Eu era novo. “Este é o dia mais triste da minha vida”. Ele não saiu de lá. Ficou. Isso abalou os chefes da revolução, da ditadura. E, em poucos dias, mandaram reabrir o Congresso, porque, com todos os defeitos que tiveram – **errare humanum est** –, os militares eram povo e compreendiam que esta Casa é a instituição mais importante para defender a liberdade, a igualdade e a fraternidade, que fizeram nascer a democracia.

Senador Heráclito, representante do DEM, é isto: se se permitir a retirada dos direitos democráticos, reage-se. É aqui! É aqui! Quantos queriam dizer o que estou dizendo e não podem? Mas nós podemos! Para tirar o Mão Santa daqui, é complicado! Podem inventar, podem fazer uma CPI para investigar minha vida toda. Não é, numa passagem, a pessoa fazer chantagem.

Desde 1970, eu voto contra eles, contra a ditadura. Calado, porque, na cidade, um amigo nosso era candidato do governo, mas já votei pela Oposição, pelo PMDB. Em 1972, nós tomamos, e, de lá para cá, ocupei muitos cargos públicos.

Mário Couto, dou agora, para o Papaléo levar à Mesa, ordem para vasculharem toda a minha vida bancária. Que se faça uma CPI para investigar minha vida não por um dia, mas por toda a vida.

Apreendi isso com homens como Ribeiro Magalhães. Ô Heráclito, Ribeiro Magalhães! V. Ex^a tem de ler

o artigo *Saudade e Ética*, do filho dele, que escreveu para aquele que foi Deputado Estadual no Piauí.

Papaléo, queremos reafirmar aqui que a força deste Congresso é importante.

Tenho em mão o jornal **Folha vip Concursos**. Papaléo, meu retrato está aqui. Sabe qual é a lei que tramita no Senado Federal? É aquela que agora está na mão do Edison Lobão e que o nosso Antonio Carlos Magalhães tinha o compromisso de agilizar, referentemente ao projeto que beneficia candidatos a fazerem concurso. Hoje, o Governo Federal, Mário Couto, escolhe, pinça as maiores capitais e faz os concursos ali; e a sua Macapá, a minha Teresina e outras cidades ficam de fora. Portanto, não há igualdade. O Governo Federal tem instituições federais de ensino espalhadas pelo País. Então, que dão igualdade de condições. O povo está acompanhando projeto de minha autoria que beneficia brasileiros e piauienses. Isso é o que quero dizer.

Isto é importante: temos de entender, Mário Couto, a finalidade deste Poder, que é fazer leis boas e justas. Se não as estamos fazendo é porque o Executivo cria medidas provisórias e não permite a tramitação de projetos como este nosso. Mas Papaléo resistiu. Por que não fazemos uma lei boa e justa para resolver o problema do Ministério do Meio Ambiente?

Outra finalidade é fiscalizar o Governo. Estamos fiscalizando-o. Sou contra este Governo. Não tenho rancor, carrego amor; não tenho ressentimento, carrego generosidade. Francisco, o santo, disse: "Onde houver ódio, que eu leve o amor". Mas por que, Papaléo, nós o combatemos? V. Ex^a é médico. Heráclito!? Tuberculose! Nunca houve tanta tuberculose neste País. Papaléo, em dois anos, a tuberculose já atingiu mais de 170 mil piauienses. Heráclito, veja a imoralidade! Sou médico. V. Ex^a sabe o que é isso.

Colombo, vou dar um testemunho: em 1960, fiz vestibular para Medicina. Papaléo, foi um dia triste. Eu tinha de fazer um raio X. Passei no vestibular e tinha o resultado do exame: deu uma mancha.

Olha, rapaz, ainda hoje eu gravo, para você ver como estamos vivendo irresponsavelmente: 170 mil no Piauí. Está aqui, no melhor jornal, *O Dia*. Olha aí, em dois anos.

Aí, entra, não entra. Papaléo, eu tinha passado e sonhado. A gente tem de ter esperança, e o meu sonho era ser médico. Mas aí apareceu um homem de Deus, um pneumologista, Gilmar Teixeira de Mourão. E não queriam deixá-lo, não. Você sabe como era a tuberculose, não é? Aí, ele disse: "Deixa!". E eu fui a ele, que era pneumologista, e estou aqui. Minha mãe tinha tido, antes, tuberculose. Ela morreu com 84 anos. Então, este País era responsável, está aqui. Ô, Heráclito, eu

conhecia o Lucídio tirando aquela abreugrafia, exame e tudo. Está aqui. É por isso que o Governo vai mal!

Havia 15, 16 ministérios! Hoje, 40 porcarias, cujo nome desafio quem saiba. Não sei o nome de seis ministros dos 40! Então, tiram dinheiro da segurança, da saúde e da educação para essas porcarias! Esse que o Papaléo impediu tem DAS, ô, Mário Couto, de R\$10.448,00. Os alopados, sem concurso, vão começar ganhando R\$10.448,00! Como é que vai sobrar dinheiro para a tuberculose? A dengue?

Outro aqui que lhe quero mostrar.

Primeira página. Heráclito, V. Ex^a aí, Heráclito. **O Dia**: "A longa espera por um teto". Está aqui a família, na reportagem. Papaléo, está aqui: "Sem-teto espera por casa há dois anos". Da enchente, Heráclito. Nós nos matamos aqui, ficamos eu e o Heráclito, dentro da madrugada, lutando pelo Orçamento, metendo infra-estrutura, metendo para resolver esse problema, Heráclito. E, dois anos depois da enchente, está lá o povo esperando. Só promessas, só enganação.

Esse dinheiro é aí. Então, o segundo item, Papaléo: fazer leis, fiscalizar o Governo. Eu estou fiscalizando. Outro dia, falei da dengue. Agora é da tuberculose e da habitação. Está lá. A gente se mata porque, quando faz no Orçamento, não é uma lei? E o dinheiro? Eles não obedecem à lei.

Mas a outra necessidade desta Casa... Teotônio Vilela, o pai do nosso amigo que é Governador das Alagoas, definiu a função desta Casa, Papaléo: falar. Ele disse: "É esta: lutar falando e falar lutando". E é o que estamos fazendo aqui, nesta segunda-feira, aquilo que definiu Ulysses Guimarães: "Ouça a voz rouca das ruas". Isso é o que tenho ouvido e, depois de ouvir essa voz rouca, falar para o Presidente da República, em nome do povo brasileiro: "Presidente, afaste-se dos alopados, ligue-se a Deus, seja temente a Deus, porque é um Governo que dá 3% de aumento para os aposentados e dá 140% para os alopados, que entraram sem concurso, como diz a *Bíblia*, pela porta larga da vadiagem e da corrupção!"

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável, pelo tempo de dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero externar os meus sentimentos de profunda tristeza pelo falecimento do nosso amigo por quem, apesar de tê-lo conhecido nesses seis meses em que estou aqui, tinha profunda admiração: o Senador Antonio Carlos Magalhães. Manifesto os meus sentimentos de tristeza

pela morte deste admirável, competente, trabalhador e querido por todos, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que fez história nesta Casa e vai ficar, com certeza, eternizado em nossas memórias.

Sr. Presidente, estive nesses 15 dias de recesso na Ilha de Marajó.

Senador Heráclito, vim de lá novamente com a sensação de que o Marajó continua abandonado.

Senador Colombo, é triste ver o potencial da Ilha de Marajó e, ao mesmo tempo, um lugar abandonado. Se V. Ex^a tiver a oportunidade de visitar a Ilha de Marajó, ou se tivesse a oportunidade de visitá-la nesse período de recesso, iria ver o potencial turístico daquela ilha, quantas pessoas visitando a Ilha de Marajó, principalmente as cidades praianas de Soure e Salvaterra, onde existem praias maravilhosas de água doce, areia cristalina, branca, vegetação maravilhosa, clima altamente saudável. Na cidade de Salvaterra, por incrível que pareça, o vento não pára nas 24 horas do dia. Mas, se V. Ex^a chegar à Ilha de Marajó, não vai querer mais voltar. Pergunte por quê, Senador. Porque não tem mais transporte.

Ouvi pessoas dizerem assim: aqui é o paraíso, mas não volto mais ao paraíso, porque não tem transporte. O transporte foi colocado há vinte anos na Ilha de Marajó. São balsas que, a qualquer momento, vão dar problemas graves, como está acontecendo agora com o espaço aéreo brasileiro. Se não forem tomadas providências, Senador Papaléo Paes, com certeza absoluta, teremos problemas graves com o transporte para a Ilha de Marajó.

Quantas pessoas que foram à Ilha de Marajó agora vieram com certeza dizendo que estavam no paraíso, mas que não voltam mais porque o transporte é terrivelmente ruim. Energia elétrica – era o mínimo que poderiam fazer, Senador Mão Santa. Empréstaram ou deram para a Colômbia R\$20 milhões. Com esse dinheiro comprariam balsas ou navios para a Ilha de Marajó. Deram-no para a Colômbia e o povo da Ilha de Marajó sofre; quem lá vai sofre.

Quando é que o Presidente Lula, Sr. Presidente Papaléo Paes, vai lembrar da Ilha de Marajó, vai lembrar que lá existem seres humanos sofrendo e que ele pode realmente amenizar esse sofrimento apenas melhorando o transporte e a energia, meu caro Senador Mão Santa?

Como V. Ex^a falou: tem dinheiro sobrando, não fazem porque não querem.

A Governadora Ana Júlia Carepa... Olha o que diz o jornal **O Liberal**, como a coisa é de um contraste impressionante: não tem transporte para o Marajó, não tem energia no Marajó – energia que a toda hora vai embora; motores colocados por Almir Gabriel no

primeiro Governo 20 anos atrás. Há 20 anos! Um projeto pronto para se colocar energia da Hidrelétrica de Tucuruí, no Marajó, e não se toma a mínima providência, Sr. Presidente.

E a Governadora, olha aqui – se a TV puder chegar bem pertinho – está aqui. Esta é uma reportagem de Ronaldo Brasiliense, um dos mais conceituados repórteres deste País. Sr. Presidente, por que a Governadora não pega esse dinheiro, usado para contratar quatro assessores por dia... Nesse pouco período de tempo, a Governadora já contratou 700 assessores especiais. Assessores especiais! E transporte para o Marajó, zero; energia para o Marajó, zero; estrada para o Marajó, zero. E toma a contratar assessores especiais. E sabem quanto ganha cada assessor especial da Governadora? Não vou falar nem na cabeleireira; aqui não está incluído a cabeleireira nem o namorado... Nem a cabeleireira nem o namorado não estão incluídos aqui nos setecentos! Dizem no Pará que até o dia do Círio de Nazaré, que será agora no segundo domingo de outubro, ela bate a marca do Romário: vai contratar mais de 1000 assessores.

Os paraenses estão duvidando que ela vai bater a Romário. Até outubro, ela contrata mais de 1000 assessores. E sabem quanto ganha cada um? De R\$2.600,00 a R\$3.500,00. Absurdo! Tanto criticaram o Governo Simão Jatene e o Governo Almir Gabriel... Quanto criticaram os dois governos anteriores! Foram 12 anos de críticas. Agora, a Governadora Ana Júlia Carepa bate o recorde em pouco tempo, em seis meses, com a contratação de 700 assessores.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – São 700 assessores especiais! Isso não passa por Assembléia Legislativa, não passa por concurso público, isso não passa por absolutamente nada! Agora, calculem: será que uma Governadora de Estado, como o Pará, precisa de 700 assessores especiais? Pelo amor da Santa Filomena! Eu não consigo entender, Presidente! O que esses assessores especiais fazem? Ainda mais a cabeleireira! Ainda mais a cabeleireira...

Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a está com que jornal aí?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – **O Liberal**.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aqui está **O Estado de S. Paulo**: “Infraero tem excesso de assessores sem concurso”. É tudo sem concurso! É a porta larga, que está na Bíblia, da vadiagem, da sem-vergonhice, da falcatura. Ainda bem que Luiz Inácio não passou por lá. No Instituto Chico Mendes há dezenas de DAS-6

que vão ganhar R\$10.448,00, sem fazer concurso. São os aloprados. Por isso falta dinheiro para segurança, educação e saúde. Luiz Inácio, atentai bem! Gosto do Luiz Inácio, é uma figura simpática. Votei em Sua Excelência pela primeira vez, mas os aloprados tomaram conta e não deu mais. Talvez Sua Excelência nem saiba porque sempre diz: “Eu não sei, eu não vi”. O Instituto Chico Mendes que estão querendo criar possui dezenas de DAS-6. O valor é de R\$10.448,00. Gente do Bolsa-Família: eles ganham R\$10.448,00 em um mês. Olha aí quanto vão receber! Essa é a “aloprado-cracia”, o governo dos aloprados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas Senador Mão Santa, a coisa é muito simples para eles. V. Ex^a não viu, por exemplo, nessa crise aérea, que com famílias e famílias chorando a dor pela perda de um parente, a Ministra Marta Suplicy respondeu a um repórter simplesmente: “relaxe e goze”? É muito simples para eles.

O Ministro da Economia deste País atribuiu a crise ao avanço da economia brasileira. Aquele assessor (lembra daquele assessor que apareceu na TV Globo, fazendo aqueles gestos obscenos, lembra Mão Santa?), o povo brasileiro sabe o que é aquilo, aquele gesto que ele fez. Presidente, qualquer pessoa, qualquer brasileiro, que viu aquilo ali, sabe o que ele pretendia fazer, dizer com aqueles gestos obscenos. É uma estupidez, é uma irresponsabilidade. O homem ainda está lá no cargo, já devia ter sido demitido há muito tempo. E ainda vão analisar e avaliar se o gesto obsceno que ele fez lhe dá condições de ficar, de sofrer uma punição tranqüila, não severa.

Papaléo, é preciso fazer uma meditação. Uma Ministra que diz ao povo brasileiro, Presidente, aqueles que estão sofrendo a dor da perda de um parente, são 400...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, são 400 famílias chorando a dor da perda de um parente, como aquela mãe que perdeu dois filhos de uma vez, será que essa senhora ainda tem condições de viver, Senador Colombo? Será que essa senhora ainda tem condições de viver?

E a Ministra Marta Suplicy diz ao povo brasileiro que relaxe e goze! Agora, vejam se os Ministros do Lula estão viajando de avião comercial. Segundo a reportagem da **Folha de S. Paulo**, eles estão viajando nos jatinhos da Força Aérea Brasileira, da FAB. Sabem por quê? Porque eles sabem o perigo que o brasileiro corre hoje viajando de avião.

A família do Senador Mário Couto entrou em pânico, e eu vim de Belém do Pará para Brasília

de ônibus. Percorri 2.100Km de estrada, e o único medo que tive foi de um avião cair em cima do meu ônibus. Era o único medo que eu tinha quando vinha de ônibus. É preciso seriedade neste País, é preciso seriedade!

Sr. Presidente, desço desta tribuna indignado com o que acontece neste País nesse momento. O Presidente da República merece ser vaiado. Se ele for à Ilha de Marajó e ao Pará, ele vai pegar vaia, e muita vaia. Não adianta fugir. Ele transferiu a viagem que ia fazer a Belém, onde o povo esperava por ele para dar vaia. Mas ele um dia vai lá e vai pegar vaia, porque ele está merecendo. As coisas estão acontecendo, e ele faz que não vê.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Está sempre protegido por estar do lado da desgraça. Essa é a proteção dele, pensando que o povo brasileiro é bobo. Mas o povo não é bobo, está vendo o que está acontecendo neste País e vai saber julgar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder do PSDB, no momento em que V. Ex^a julgar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a, Senador José Agripino, fará uso da palavra neste momento, para uma comunicação inadiável. Em seguida, pela Liderança do PSDB, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso a tribuna nesta tarde de segunda-feira para fazer uma comunicação que reputo inadiável e que, honestamente, gostaria de não fazer. Mas, como membro desta Casa, desta Instituição, na preservação desta Instituição, como Líder de um Partido político, como intérprete que sou, porque fui eleito para sê-lo, da sociedade do meu Estado e do meu País, preciso revelar a V. Ex^{as} meu absoluto desconforto e fazer uma comunicação, Senador Raimundo Colombo.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a deve ter lido, como eu li, a revista **Veja**, a edição que circulou neste

fim de semana, trazendo na capa a figura do nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, com uma acusação que reputo gravíssima e que se soma às acusações de que vem se defendendo. S. Ex^a, Senador Mão Santa, com investigações em curso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

No Conselho de Ética, o Senador Renan Calheiros, com as provas de que dispõe, procura demonstrar ao País que os recursos destinados à Sr^a Mônica são de sua propriedade, oriundos da venda de bens de sua propriedade. Sobre as suas justificativas, pesam algumas dúvidas que estão sendo objeto de investigação por parte da Polícia Federal. Algumas manobras que reputo procrastinatórias foram adotadas no final de julho, começo de agosto, contra a nossa vontade e contra o nosso trabalho. Até aí se suporta; não se aceita, mas se suporta. Mas a revista *Veja* traz hoje uma denúncia que se soma na cabeça dos brasileiros às dúvidas que todos têm sobre a origem real dos recursos que o Senador Renan Calheiros diz serem seus e que pagaram à Sr^a Mônica através de uma interposta pessoa.

Agora a revista *Veja* traz uma notícia de que o Senador Renan Calheiros teria feito uma compra em parceria com o ex-Deputado Federal João Lyra, que seria sócio de uma empresa de comunicação, jornal e rádios; essa compra teria sido feita pelo Sr. João Lyra, mas na verdade seria uma compra parceira dos dois. Compra que não foi revelada, supõe-se, na declaração de Imposto de Renda nem em declaração de espécie alguma. Compra feita em valor vultoso de R\$1,3 milhão. Compra feita em valor vultoso pago em dinheiro, em espécie, em dólar ou em reais, em envelopes, como ocorreu com a Sr^a Mônica.

É uma longa história com documentos e com recibos e que termina por uma constatação: a de que pelo menos uma das rádios estaria hoje em nome do filho do Senador Renan Calheiros.

A mim, Senador Raimundo Colombo, preocupou-me muito a notícia da *Veja*, porque ela é muito consistente, é conclusiva, com começo, meio e fim. Ela traz muitas evidências. E me preocupou mais ainda uma declaração que vi em noticioso de televisão ontem de que a assessoria do ex-Deputado João Lyra confirmava que a operação tinha sido feita parceira, dele com o Senador Renan Calheiros, nunca declarada - o que coonestava a versão da revista *Veja*, que é uma revista de responsabilidade, segundo a qual, a exemplo da primeira investigação em curso sobre a origem do dinheiro para a Sr^a Mônica, essa segunda operação teria sido feita também com dinheiro sem origem.

Senador João Tenório, eu digo, lamentando muito que isso tudo tenha enodado a imagem da Casa a que pertencemos: sou uma pessoa de índole pacífica, não sou beligerante por natureza. Mas o sentido de autopreservação da Casa transforma até os mais pacíficos em pessoas empenhadas na preservação da dignidade. E eu não vou abrir mão da preservação da dignidade da Casa para a qual fui eleito.

Ontem, domingo, ao ler a matéria, comuniquei-me com o Presidente do Partido, Rodrigo Maia. Manifestei a ele a minha indignação com a repetição do fato, com o incômodo de que eu tinha sido alvo, num encontro que tinha tido com algumas centenas de pessoas que já sabiam do fato no Município do interior do meu Estado: das provocações, das cobranças que recebi de pessoas humildes com relação à dignidade da instituição Senado. Eles diziam que era o último baluarte. Não usavam esse termo porque eles não sabem o que é baluarte, mas cobravam a preservação da respeitabilidade do Senado, que estava, no entender deles - e que é o meu entender -, sendo presidido por um homem que estava sendo investigado e estava sob suspeita perante o País.

Eu conversava com o Deputado Rodrigo Maia e dizia que o nosso Partido - e era essa a opinião dele - tinha o dever de entrar no Conselho de Ética com uma representação. Era o mínimo, Senador Arthur Virgílio, que nós poderíamos e deveríamos fazer para preservar a responsabilidade cívica do Partido e a dignidade da Casa a que pertencemos.

O Deputado Rodrigo Maia foi inteiramente de acordo, e eu liguei para a Consultoria Jurídica do Partido e pedi a ele para começar os estudos e uma representação, que já está em elaboração.

Falei com V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Falei hoje de manhã com o Senador Tasso Jereissati, porque desejo dividir essa eventual representação com V. Ex^{as}, do PSDB, e, se for o caso, com os companheiros do PDT, numa atitude coletiva que não tem sentido de vindita. Pelo contrário, tem o sentido da autopreservação de nós todos.

Ouvi o que ouvi de V. Ex^{as} e pedi uma reunião da minha Bancada no Senado, porque jamais, Senador Heráclito Fortes, tomaria uma iniciativa dessas sem dividi-la com os meus companheiros de partido - e quero dividir. Quero que a representação que o Partido vai desejar apresentar seja pactuada pelos membros do Senado, pelos membros do Partido no Senado. Quero fazê-lo numa reunião amanhã.

Senador Garibaldi Alves Filho e Senadora Rosalba Ciarlini, quero dizer do meu incômodo pessoal. Senador Mão Santa, não sei se acontece com V. Ex^a, mas a instituição Senado está fraturada; perante

o conceito da opinião pública, está fraturada. Fraturada não pela atuação de V. Ex^a, nem do Senador João Tenório, nem do Senador Heráclito Fortes, nem do Senador Mário Couto; não é pela atuação de nenhum de nós, mas da investigação que se processa em torno do Presidente da Casa, que está tirando a credibilidade da ação do Senado no seu dia-a-dia. Vou repetir: está tirando a credibilidade da ação do Senado no seu dia-a-dia.

Senador Mão Santa, eu já pedi, o Senador Arthur Virgílio pediu e tantos outros já pediram que o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, se licencie até o final das investigações para que esta Casa possa, pelo menos ela, como instituição, possa agir com dignidade, com credibilidade. O Presidente Renan insiste em não se licenciar. Na reunião que pretendo fazer amanhã com meus companheiros, vou propor que não votemos mais nada sob a Presidência do Senador Renan. Mais nada.

Eu sei que há uma matéria que tem de ser votada: o Projeto da Lei Geral das Microempresas, que só pode ser votada após a desobstrução da pauta, que está travada por quatro MPs. Vamos encontrar caminho para não prejudicar os microempresários do Brasil.

Uma coisa me incomoda, e me incomoda muito: passarmos ao País a imagem de que nós estamos em paz no Senado. Não estamos em paz coisa nenhuma, Senador Raimundo Colombo! Estamos constrangidos, e muito, perante nós mesmos e perante a sociedade pela investigação que não termina, pelo veredicto não que foi dado, pelas acusações que são feitas ao Presidente que foi eleito.

Nós temos de encerrar isso tudo. Nós temos de passar para o País a nossa indignação; nós temos de mostrar que aqui nem todos são iguais; nós temos de dar a oportunidade, sim, ao Senador Renan Calheiros de se defender, de apresentar as suas evidências, e, ao final, votar. Mas, daqui até votarmos “sim” ou “não” para absolver ou para condenar o Senador Renan, é preciso que esta Casa tenha o direito de ser vista, e bem-vista, pela opinião pública. E eu só vejo um caminho: votarmos “não” sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, que, neste momento, é investigado, e isso significa investigação sobre o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Agripino, de fato, manteve contatos comigo e com o Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati, a respeito

dessa crise, por todos os títulos, lamentável, que envolve a instituição, a partir do fato que envolve o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. Tomamos, o Senador Tasso Jereissati e eu, a providência imediata de convocar uma reunião de toda a Bancada do PSDB, que se dará amanhã, durante o almoço. Após esse fato, como é a praxe do Partido, eu me manifestarei da tribuna, livre e abertamente, para a Nação.

O fato é que, como está, não é possível que a situação perdure! Não é mais possível. Volto a dizer, pela milésima oitava vez, Senador João Tenório, que isso não é algo que me dê alegria, que isso não é algo que me traga felicidade, mas é uma constatação.

Eu gostaria de olhar pelo lado da simples e pura racionalidade, sem qualquer análise de caráter ético, olhando do ponto de vista objetivo, **hell politics** mesmo, procurando me colocar pelo ângulo de análise que pudesse fazer o Presidente Renan Calheiros. No começo, parecia que o Presidente Renan Calheiros teria possibilidades de manter o seu mandato a partir do momento em que se mantivesse na Presidência da Casa. Mas a sucessão de denúncias – agora, o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando – e de fatos... Eu não me refiro aos fatos que a revista *Veja* requeitou, mas aos fatos novos que têm de ser explicados, sim, pelo Presidente da Casa. São fatos confirmados pelo Sr. João Lyra e têm de ser explicados pelo Presidente da Casa.

Não é possível continuarmos assim. Se a todos esses fatos juntamos a obstinação com que reage à sugestão que temos feito de se afastar da Presidência da Casa o Senador Renan Calheiros, veremos que eles só têm contribuído para erodir a formidável base de apoio com que sempre contou no plenário da Casa, tanto que, há poucos meses, elegeu-se precisamente contra o Senador José Agripino, obtendo a larga maioria de 52 votos contra 38. Portanto, não sei se, do próprio ponto de vista do Senador Renan Calheiros, S. Ex^a leva vantagem mantendo-se na Presidência e vendo, a cada momento, erodir-se a sua base de apoio em plenário.

Insisto que é muito mais justo para com a Nação, muito mais correto para a Constituição e até muito mais confortável para o Senador Renan Calheiros afastar-se, sim, da Presidência da Casa, deixar a investigação fluir completamente, defender-se dessas acusações todas com amplíssimo direito à defesa e, ao fim e ao cabo, esperar o veredicto do Conselho de Ética, primeiro, e do Plenário, em seguida. Não fazendo desse jeito, o Presidente Renan Calheiros pode, talvez não perceba, ver a sua base de apoio no plenário se erodir

e, ao mesmo tempo, contribuir para mergulhar a Casa que preside num grave momento de crise. É uma crise tão grave que, amanhã, terei uma conversa muito séria com a minha Bancada.

Não adianto o que pretendo dizer, mas é de enorme preocupação o momento que vivo como homem público, por perceber o desgaste do Senado, que todos os dias sangra um pouquinho. Há dias que sangra mais, há dias que sangra menos.

Este é um País desafortunado, onde o escândalo próximo sempre sufoca um pouco ou muito o escândalo anterior, e logo em seguida vem um novo escândalo.

Havia uma polvorosa: políticos estavam com seus corações palpitando, com medo da Operação Gautama. Não se fala mais em Operação Gautama. Houve como que uma anistia aos apontados como corruptos em potencial na Operação Gautama. Não se fala mais nisso. Apareceu o caso a envolver o Presidente Renan Calheiros.

Já aconteceu outro escândalo terrível, que envolve corrupção também, que é o escândalo da queda do avião. E o Brasil é pródigo nisso. Daqui a pouco aparece outro e depois mais outro e mais outro. O fato é que sempre tem havido espaço para a crise do Senado, que passou ao largo da crise do mensalão, que passou ao largo da crise que, infelizmente, abateu, durante a segunda metade do primeiro Governo do Presidente Lula, por influxo do Executivo, a Câmara dos Deputados. E o Senado, hoje, está em marcha batida para um processo de enorme desgaste, o que é lamentável.

Então, Senador José Agripino, nós estaremos reunidos amanhã, nós, da Bancada do PSDB, a partir das 12h30min, após a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, para deliberarmos sobre a proposta feita por V. Ex^a, nós, que temos posição muito claramente firmada a respeito da inconveniência que se nos afigura como absolutamente inequívoca, a inconveniência de o Presidente Renan presidir um processo em que ele é o acusado principal, com fatos novos. Volto a dizer, isso não é bom para ele sequer, que nada ganha, tendo em vista a manutenção do seu mandato, presidindo esta Casa com os fatos se sucedendo do modo como estão. Não é bom para a Casa, não é bom para o Senado; portanto, não é bom para o País! Está causando a todos nós um incômodo.

E, por isso, quando digo, Sr. Presidente, que pretendo retornar à tribuna amanhã para falar em nome dos meus companheiros, com a legitimidade que tenho para isso, devo dizer que o Brasil está vivendo de maneira tão anormal, pois, primeiro, não era normal termos essa crise; segundo, não é normal que o Sena-

dor Heráclito Fortes tenha vindo à tribuna – e fez muito bem – para tocar em um tema que não pode passar longe da nossa preocupação e não tenha falado sobre esse assunto. Só a anormalidade do momento pode fazer com que muitos de nós nos desviemos disso, até porque precisamos nos desviar disso, porque não podemos fingir que não há uma crise envolvendo o Presidente do Senado.

O Brasil rasgou a melhor tradição da sua democracia com essa deportação sumária dos dois boxeadores cubanos. O Brasil tem a tradição de conceder asilo político a todos que o têm buscado em nosso território. O Brasil já abrigou até criminosos notórios, como o General Oviedo, e, mais do que ele, o generalíssimo Alfredo Stroessner, ditador do Paraguai.

O Brasil nunca negou asilo político a ninguém. Estou pedindo a presença do Ministro da Justiça, na Comissão de Relações Exteriores, e do Ministro das Relações Exteriores, porque me parece muito estranho o que se passou na Polícia Federal: as declarações de que estiveram incomunicáveis os dois boxeadores. Segundo, a rapidez com que se processou tudo isso. Terceiro fato: sabemos que, não fora a notoriedade dos dois boxeadores, seriam eles talvez condenados à morte. Já li que eles vão passar pelo que em Cuba chamam de “casa de Visita”. Casa de Visita é o quê? É prisão? É tortura? É tortura psicológica? É lavagem cerebral? O que é aquilo? Depois da Casa de Visita, vão prestar serviços ao esporte. Serviços ao esporte, eles prestam lutando no ringue, eles prestam com liberdade, eles prestariam vivendo no País que quisessem. Qualquer ser humano tem o direito de viver no País que queira. Posso, amanhã, resolver não morar no Brasil mais. É um direito meu. Posso morar em qualquer lugar do mundo. Se eu quiser, é uma opção minha e só cabe a mim e a minha família decidirmos sobre o local onde minha família e eu vamos morar.

O Brasil não poderia participar desse colaboracionismo com um governo que não tem mais espaço nos quadros do século XXI. Não tem mais espaço. Admiro-me muito de ver intelectuais brasileiros de prestígio justificando a condenação à morte, em rito sumário, de cinco jovens cubanos que queriam fugir para Miami.

Não queriam enfrentar o regime. Queriam fugir para Miami. A polícia política vai e os retira da boca do tubarão na baía. Eles iam morrer. Aquelas jangadas não chegam até Miami.

Aí o Brasil se omite diante disso, e intelectuais brasileiros assinam uma carta de apoio a isso. Fico muito triste. Vi outro dia esse colunista admirável que

é o Veríssimo, filho do imortal, aí sim, do imortal Érico Veríssimo – se tivesse que recomendar ao filho diria que ele deveria olhar muito atentamente os **Lírios do Campo** – dizendo que não critica o governo Lula porque ele não quer fazer coro com os reacionários que combatem Lula. Meu Deus, estamos vivendo, na cabeça dessas pessoas, alguma coisa parecida com o poder soviético: manda para uma Sibéria hipotética aquele que não concorda com o pensamento oficial, com o pensamento dominante. Isso não faz bem a ninguém, isso causa a decepção e não é esse o papel do intelectual. O papel do intelectual é discordar, o papel do intelectual é ser crítico, questionador o tempo todo. E há pessoas que são ditas como próximas do meu Partido que às vezes me causam, elas próprias, uma enorme preocupação. O jornalista e cientista político, homem brilhante, Reinaldo Azevedo, pode criticar o meu Partido como ele faz à vontade, e muita gente diz que ele é tucano e, portanto, muitas vezes dizem que ele procura criticar mais os nossos adversários...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Ele procura criticar os nossos adversários. Mas o Reinaldo Azevedo, outro dia, disse uma coisa que me estarreceu, Senador Papaléo. Ele escreve que o caminho da Oposição deveria ser esse, que esta Oposição está acostumada “a não seguir os meus conselhos”, algo assim.

Gostaria de dizer para o prezado Reinaldo Azevedo, figura admirável – sou leitor de carteirinha dele – que não sou obrigado a segui-lo, como não sou obrigado a fingir que não leio e não li o que disse o Veríssimo: que não dá para se criticar o Lula sob pena de passarmos por reacionários. Então, não se critica a corrupção porque tem gente de Direita criticando corrupção. E o Reinaldo Azevedo diz: “Olha, esse PSDB não segue o que digo”. Ele precisa perceber que é muito bem-vindo o que ele nos diz de críticas e de palavras de apoio, mas nós não temos nenhuma obrigação de seguir o que diz o Sr. Reinaldo Azevedo. Ele precisa compreender que, se eu não baixo a minha cabeça para essa figura de totem, para essa figura de ícone, que é o Veríssimo, eu também não baixo a minha cabeça para essa outra figura de totem e de ícone que ele é na intelectualidade brasileira. Respeito a opinião de ambos, mas aqui estou a criticar os dois.

É deplorável o que aconteceu. O Brasil não poderia rasgar a melhor tradição de sua diplomacia, que foi nunca ter negado asilo político a quem precisou do Brasil. Os jovens que foram apanhados e chamados

de traidores da pátria porque não querem morar em Cuba são obrigados a morar em Cuba. Que regime é esse! Outro dia, fui procurado por um diplomata cubano que me fez um convite para ir lá. E posso ir. Não muda a minha opinião. Já fui simpatizante do regime cubano. Não muda a minha opinião. Procurei-me com muita gentileza, deu-me um belíssimo charuto de presente. Converso com ele como converso com todo mundo. Agora não posso imaginar que caiba, no Século XXI, um governo que não respeita minimamente os direitos humanos, um governo que considera crime alguém resolver não morar em território cubano, alguém que obriga aqueles descontentes aproveitarem uma competição esportiva para se desligarem da delegação cubana e procurarem seus caminhos de liberdade.

Disseram-me: “Ah, mas eles eram irresponsáveis”. Uma pessoa me disse isso em Manaus agora, porque que estavam em Cabo Frio com duas moças. E digo: “Meu Deus, existe coisa melhor do que ir para Cabo Frio com duas moças? São dois rapazes. Tem coisa melhor? É melhor o quê: em Cabo Frio com duas moças ou em Cuba com Fidel Castro? O que é melhor? É uma questão de estética até, de bom gosto. É o mínimo. Os rapazes estavam tomando não era porre de cerveja, não; estavam tomando porre de liberdade. Estavam ali sem terem que prestar satisfações aos *dictates* de um governo que não tem feito outra coisa a não ser oprimir um povo que ganhou a luta pela revolução para libertar a corrupção e da tirania de Batista e depois acabou impondo valores semelhantes àqueles que eram legados pelos jovens que subiram para lutar em Sierra Maestra e depois desceram Sierra Maestra para dar um rumo novo para um país que precisava, sim, daquele idealismo que era tão apregoado – e no qual eu acreditava tanto.

O Brasil hoje a mim me envergonhou, a mim me causou profunda repulsa. Esse servilismo, essa história de ficar justificando... Vamos falar o português claro. Quando se trata de uma ditadura sanguinária de Direita, os nossos intelectuais ditos de Esquerda são absolutamente defensores dos direitos humanos; quando se trata de Fidel Castro, são reverentes, são bajulatórios até, são servis, baixam a cabeça, baixam a coluna vertebral.

Então, para mim a ditadura e agressão aos direitos humanos pode ser praticada por alguém de Esquerda, por alguém de Direita, por alguém de Centro, por alguém de costas, por alguém de lado, por alguém de braços, por alguém de barriga para cima, pode ser criticado por alguém de qualquer posição física, anatômica, fisiológica ou ideológica. Não me importa. Agressão a direitos humanos é agressão a direitos hu-

manos, diz respeito à pessoa humana; tortura é tortura onde quer que ela se processe. Não estou aqui para apadrinhar tortura, violência e opressão política, em nome, inclusive, de ideologias ultrapassadas. Não tem mais nada a explicar neste mundo dinâmico que nós estamos vivendo. Aquela conversa antiga “Ah porque o FMI atrapalhou o Brasil, porque o imperialismo Americano atrapalhou o Brasil” enfim... E por que Cuba não se desenvolveu, se Cuba estava livre do FMI, estava livre do imperialismo americano? Por que não se desenvolveu tão bem?

Mas sem dúvida que eu reconheço o direito de um povo de se autodeterminar. O que eu não reconheço é acharem que é normal obrigarem os dois rapazes a viverem, na melhor das hipóteses, embaixo de um regime com o qual eles não concordam, em condições de vida das quais eles discordam – na melhor das hipóteses, porque não sei o que irá acontecer com eles lá. O Senador Heráclito Fortes hoje lembrou, e me tocou muito, Olga Benário Prestes. Como ditadura de esquerda se parece com ditadura de direita! Como ditadura se parece com ditadura! Como não dá para se fazer a distinção entre o que foi a ditadura sanguinária, perversa de Stalin e a ditadura sanguinária e perversa de Adolf Hitler! Qual é a diferença entre Stalin e Hitler? Para mim não é nenhuma.

Para mim, são dois inimigos da humanidade. São inimigos da condição humana. Mas entregou-se, por intermédio das mãos criminosas de Filinto Müller, a mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, ao nazismo de Hitler. Hoje, estamos entregando os dois jovens campeões cubanos à ditadura sanguinária de Fidel Castro. Eu não considero que tenha sido esse um momento brilhante da vida brasileira.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permito. Quero apenas dizer a V. Ex^a uma coisa: quem não viu *Olga*, o filme baseado na biografia de Olga, escrito por Fernando Morais? Quem não viu? A filha de Prestes foi minha professora no Colégio Mello e Souza, no Rio de Janeiro. A diretora da minha escola – uma escola muito boa, que não existe mais, no Rio de Janeiro – era a professora Isa Marina de Melo Campos. Ela entendia que – e não havia nada de ideológico, não! – o mundo, cortado ao meio por aquela bipolarização Estados Unidos-União Soviética, impunha a quem quisesse se preparar para a vida aprender russo. Assim como eu recomendo a meus filhos hoje que aprendam chinês, que não deixem de aprender inglês e que não se descuidem de aprender espanhol. Filho meu diz: “Ah, mas italiano é tão bonito!” Eu digo: Mas aprenda espanhol que é mais útil para quem é

brasileiro. Mas a minha diretora teve a preocupação de nos ensinar russo, e comecei a aprender russo. Lembro-me de algumas frases. Estava começando a ter um entendimento maior. Minha professora era a filha de Luís Carlos Prestes. Eu me lembro dela com muito carinho. Mas, de repente, se repete, em plena democracia, o gesto.

E a entrega da vítima não é mais para o ditador de direita, mas para o ditador dito de esquerda. Não consigo fazer diferença. Seis milhões de pequenos proprietários de terra foram assassinados friamente por Stalin, ele que matou até mais gente do que Hitler. Quarenta milhões de vítimas passaram por suas mãos sanguinárias, sanguinolentas. Essas vítimas não são menos vítimas do que aqueles que foram trucidados nos campos de concentração, nos Auschwitzs da vida, pela ditadura de Adolf Hitler. Portanto, é um dia de luto para a diplomacia brasileira, é um dia de luto para a democracia brasileira.

Sexta-feira percebi como eu estava alienado. Liguei para meu assessor de imprensa. Disse-lhe: “Ary, por favor, dê um jeito de soltar uma nota. Que publiquem ou não. Sei que está tarde, que os jornais já estão fechados. Publique na Internet, jogue nos **blogs**. Que ninguém publique; não tem importância. O importante é que é um documento que vai dizer que não estamos de acordo com isso”. Naquele momento, eu tinha a esperança de que o Brasil concedesse asilo político e mantivesse aqui os boxeadores cubanos. Senador Papaléo, fui surpreendido depois com o fato de que, sumariamente, se consumou a deportação dos dois atletas.

Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a tolerância, porque quero dizer uma coisa. Em 1983 ou 1984, não sei, fui com o Senador Alvaro Dias, com o Deputado Hélio Duque, com o Deputado Roberto Freire, com o Deputado Sarney Filho, enfim, com uma delegação, com uma missão da ONU, a Cuba. Vi coisas com as quais concordei, que batiam com a cabeça que eu tinha na época. Mas fui a uma escola que era dirigida por uma professora que tinha o autoritarismo no olhar. Olhei para ela e não gostei dela; ela olhou para mim e não gostou de mim. Foi desamor à primeira vista mesmo. Ela me disse que aquela escola que ela dirigia era a escola dos gênios; que as pessoas superdotadas intelectualmente iam para lá. Todo mundo fazendo perguntas, e ela dizendo que ali estavam os futuros atletas, os futuros cientistas, os futuros isso, os futuros aquilo. E as crianças, todas elas, eram muito bonitas, porque muito bem alimentadas, muito treinadas fisicamente, muito fortes, quase que espartanos, quase que os 300 do rei Leônidas. Em determinado momento, ela disse: “Eu concordo que se deva privilegiar os superdotados, sim; dar bom ensino para os

normais, mas não prender os superdotados no nível dos normais, porque senão o Brasil não tem os seus Einsteins. Então, eu sou a favor disso”. Mas eu tinha acabado de levar, com os Deputados, um buquê de flores em homenagem aos mortos, Senador Mão Santa, na luta internacionalista pelo socialismo em Angola, em Moçambique, na Guiné Bissau. Cuba mandava soldados para lá supostamente para defender a liberdade daqueles povos. Aí ela me disse algo que, na hora, me deu aquele prazer mesquinho de poder dizer: Puxa, eu sabia que ela não era coisa boa; agora vou poder dizer para ela que ela não é uma coisa boa. Ela disse assim: “E aqui temos tanto cuidado com o psicológico das nossas crianças que os professores e professoras são todos bonitos, todos fortes, todos saudáveis. Aqui não aceitamos aleijados”.

Eu disse: “Por favor, diretora, quero fazer uma pergunta para a senhora. A senhora disse o que eu ouvi, que a escola não aceita aleijados?” Ela disse: “Lógico que não aceitamos”. Eu disse: “Mas acabei de sair de uma cerimônia em que fui levar flores para o soldado internacionalista desconhecido. Cuba chama de heróis aqueles que lutam supostamente por liberdade na Guiné Bissau, em Moçambique e em Angola. Quem sai na chuva é para se molhar; quem vai a guerra mata, morre, sobrevive inteiro ou aleijado. Pergunto: um herói internacionalista desses não pode dar aula para as suas crianças? Ficou aleijado, não pode dar aulas para as suas crianças?” Ela disse: “O senhor é insolente”. Eu disse: “É verdade. A senhora me conhece há pouco tempo. Sou uma pessoa insolente mesmo. Fui muito malcriado pelo meu pai”. É um fato: insolente diante dos poderosos. Isso é algo que aprendi com o meu pai, em uma lição dada a ele pelo Senador Daniel Krieger: arrogante com os arrogantes e humilde com os humildes; arrogante com os poderosos e humildes com os humildes. Eu disse: “A senhora tem razão. Não vim aqui para concordar com a senhora. A senhora pensa o quê? Sou um Deputado brasileiro. Luto para acabar com uma ditadura que estamos conseguindo começar a derrotar no Brasil. Não vim aqui para ficar ouvindo, bebendo verdades inescapáveis da senhora. Estou espantado de a senhora me dizer que os heróis internacionalistas não podem dar aula para os seus alunos geniais se porventura esses heróis ficarem mutilados na luta por liberdade em Angola, em Moçambique, na Guiné Bissau! A senhora me dê licença, porque há um pôr-do-sol belíssimo, e vou aproveitar para dar uma corrida no Malecom. Não tenho que ficar aqui com a senhora. Desculpe-me”. Fui embora.

Isso ocorreu em 1983 ou 1984.

Não dá para fazer separação entre ditadura de esquerda e de ditadura de direita. É ditadura, e temos

é de cuidar de preservar a democracia brasileira, inclusive condenando veementemente a fragilidade e a tibieza do Governo nesse episódio. Estou envergonhado de ser brasileiro neste momento.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, espere, que o Governo amanhã vai soltar notas, dizendo que o pedido de asilo não estava formalizado e coisas dessa natureza. Com tudo isso, esses dois atletas, que não eram figuras comuns, eram figuras notórias porque estavam medalhados pelo Brasil, tinham, se comuns fossem, 30 dias para justificar a atitude e regularizar a situação no País. Aproveitou-se o fim de semana e a calada da noite para repetir o episódio da Olga Benário. Quero ver quem será o Filinto Müller de todo esse jogo sujo e nojento. Digo isso, Senador Arthur Virgílio, porque tenho a memória às vezes muito fraca, mas acho que V. Ex^a estava comigo na Academia de Tênis no lançamento do filme **Olga**, onde estavam o diretor, Jayme Monjardim, a Camila Morgado e mais alguns atores do filme. E vi alguns petistas chorando, aos prantos, em solidariedade à dor que todos sentimos e que envergonha nossa História do episódio vivido pela Olga Benário. No dia seguinte, houve uma proposição aqui de se retirar inclusive o nome de Filinto Müller de uma das dependências do Senado Federal. Eu era membro da Mesa e, baseado em decisões anteriores, dei um parecer contrário. A medida era para evitar troca permanente de nome de qualquer dependência da Casa, e vinha sendo seguida há muito tempo. O assunto morreu. Está lá a Ala Filinto Müller. Não tenho compromisso com Filinto Müller; V. Ex^a não tem compromisso com Filinto Müller. Os responsáveis são os que tiveram a idéia de homenageá-lo. Não é o nosso caso. Porém, quero saber o que os petistas, Senador Eduardo Suplicy, vão fazer. Que posição o PT vai tomar com relação à atitude do Governo de entregar, de mão beijada, os dois atletas cubanos ao regime de Fidel – crime, em democracia, mais grave do que o que ocorreu com Olga Benário? Com Olga Benário, vamos nos lembrar: houve processo, houve defesa. A justiça manipulada é outra coisa, mas prazo ocorreu. Nesse caso, não. Em menos de uma semana, Senador Eduardo Suplicy, a sorte desses rapazes estava sacramentada. É preciso saber quem foi Senador Suplicy, o Filinto Müller desse crime contra a liberdade no Brasil e os direitos humanos. Parabênizo V. Ex^a, Senador Arthur.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado Senador Heráclito.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de conceder apartes aos Senadores João Tenório e Papaléo, eu queria dizer algo a V. Ex^a – inclusive me ocorre um lapso, porque esqueço o nome dele; talvez o Senador Suplicy possa me socorrer: Cuba tem uma tradição no boxe amador fantástica.

Há dois grandes nomes: um é deputado, naquele simulacro de Parlamento que existe lá. E é o nome dele que estou esquecendo. Isso é imperdoável. O outro é Félix Savón. Mas o primeiro, cujo nome me esqueci, é mais importante. Ele era visto como alguém que, se fosse para os Estados Unidos e se profissionalizasse, teria de fazer um regime para ganhar peso e poderia enfrentar Muhammad Ali. Era visto como o único boxeador talvez capaz de, tecnicamente, enfrentar, de igual para igual, Muhammad Ali. George Foreman o enfrentava na força bruta, e Joe Frazier, no fôlego. Teófilo Stevenson; hoje, Deputado Teófilo Stevenson. Pois aquele boxeador de nome francês, que foi deportado, é uma glória para o esporte olímpico, à altura de Félix Savón e de Teófilo Stevenson, para ficarmos no boxe; e, se formos para o atletismo, de Javier Sotomayor.

Por tudo isso, é lamentável.

Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, talvez, tenha sido responsável por um dos mais brilhantes momentos que presenciei nesta Casa hoje à tarde. Não vou acrescentar nada ao seu pronunciamento, até porque não cabe, não há espaço para isso. Mas eu gostaria de dizer que V. Ex^a, com o brilhantismo que caracteriza seus pronunciamentos em geral e, particularmente hoje à tarde, conseguiu emocionar o País. Pelo menos me emocionou muito, porquanto demonstrou a quebra de uma das coisas mais importantes para o povo brasileiro, que é a solidariedade. Então, no momento em que o Governo brasileiro tomou a iniciativa de entregar ao Governo cubano dois jovens que tinham aspiração de buscar um ambiente de vida melhor, decepcionei-me. O que é interessante, Senador, aproveitando a oportunidade, é notar que não existe a via contrária. Nunca ouvi dizer que alguém foi jogar futebol em Cuba e resolveu ficar lá ou coisa que o valha. Isso sempre acontece no sentido contrário. Gostaria apenas de registrar a emoção que sinto pelas suas palavras neste momento e tenho certeza de que V. Ex^a sensibiliza toda a Nação brasileira, porque mostra o constrangimento em relação a algo que é muito forte para o nosso povo: a solidariedade. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Tenório. Veja V. Ex^a que não podemos aceitar como normal um cidadão ser visto como

traidor porque diz: “Não quero morar neste País! Eu não quero morar neste País!” Se um brasileiro disser isso, ele pode ir embora. “Não quero morar neste País!” Ainda encontramos gente que vive sei lá em que década do século passado, talvez ainda nas décadas primeiras da primeira metade do século passado, que diz que não; que, em nome do ideal socialista, vale a pena tudo.

Fui treinado para explicar que a invasão da Hungria tinha razão de ser porque defendia o ideal maior do socialismo. Isso foi um desrespeito brutal à autonomia de um povo. Fui treinado para explicar que a Tchecoslováquia foi invadida porque havia um Governo que estava ameaçando o socialismo naquele País e que era, portanto, necessária a intervenção a favor da Tchecoslováquia, a favor do povo trabalhador, do proletariado da Tchecoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia, liderado pela União Soviética.

Meu Deus! Arrependo-me disso? Eu não me arrependo nem um pouco. Não me arrependo de nenhuma idéia a qual me dediquei com amor. Hoje, vejo com nitidez qual foi o resultado daquilo: passivo ideológico, fracasso econômico, erros de análise brutais. Perdurou ainda – não podemos mais nem chamar Cuba de socialista – Cuba, sustentada pelo tresloucamento do quase ditador da Venezuela, que, praticamente, doa 100 mil barris de petróleo/dia para Cuba, nesse seu delírio de se transformar em suposta liderança sobre o Caribe, para tentar virar uma liderança latino-americana. Fracasso absoluto!

Por outro lado, negaram tudo aquilo que parecia o mais essencial, que era o compromisso inarredável com a liberdade de se fazer arte, com a liberdade de se fazer arquitetura, com a liberdade de se fazer imprensa, com a liberdade de se fazer crítica. Não dá para continuar essa dicotomia. Critica-se quando a conveniência aponta que é para se criticar; faz-se vista grossa, como o Brasil tem feito nos foros internacionais, quando a conveniência aponta que é para se fazer vista grossa. Creio que, simplesmente, temos de partir de uma premissa bastante básica: quero saber quem vai me dizer – sinceramente, pode ser o compositor mais admirado, pode ser a figura mais sensível do País para algumas coisas –, em sã consciência, que o cidadão não tem o direito de morar onde quiser? Não tem o direito de morar onde quer; tem de morar lá. Fora isso, é traidor: traidor da Pátria, traidor do socialismo, traidor não sei de quê!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de V. Ex^a, o Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, solicito a V. Ex^a que conceda tempo necessário ao Senador Arthur Virgílio.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Arthur Virgílio representa aqui o direito de liberdade de ir e vir, que deve ser salvaguardado, não por esta Casa, mas por todos aqueles que defendem a democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Fiz esta solicitação para ter a honra de fazer um aparte ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, que faz com que o PSDB se torne nesta Casa um Partido como é, grandioso, pela sua Liderança. Parabênzoo V. Ex^a, que faz uso da tribuna há cerca de 30 minutos e, logicamente, abordou diversos assuntos importantes, como a questão política e regimental deste País. O ponto que mais nos constrange na atitude do Governo brasileiro é exatamente a deportação desses dois cidadãos cubanos, atletas, que, logicamente, já fizeram muita propaganda para Cuba, mas que, estafados do regime cubano, resolveram ficar no Brasil. Lamentamos muito a decisão do Governo brasileiro e não conseguimos entender por que o governo petista, um governo que sempre considerou a democracia a salvação de um país, no caso do Brasil, agiu dessa maneira. Por que essa subserviência ao Governo cubano? Não entendemos também. Talvez, muitos ultrapassados petistas ainda tenham o modelo ideal para sua ideologia, o regime cubano, que é realmente um fracasso. Se existe um modelo de fracasso para o regime de um país, é o fracasso do Governo cubano. Aliás, aproveito para perguntar ao Senador Eduardo Suplicy, que já foi questionado pelo Senador Heráclito Fortes, como S. Ex^a explica essa situação. O Presidente da República pode até fazer isso, mas como se explica o Partido dos Trabalhadores não reagir contra essa atitude escabrosa que nos envergonha, fazendo com que esses dois atletas, que decidiram ficar no Brasil, pois não querem mais morar em Cuba, sejam obrigados a voltar para lá, correndo o risco de serem fuzilados ou enforcados – sei lá o que eles fazem lá para punir quem não quer mais morar lá. Senador Arthur Virgílio, isso nos envergonha. Temos de reagir e de mostrar ao Governo brasileiro que nós, por uma atitude governamental, estamos passando vexame, por nos apresentarmos como detentores de um regime democrático. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Antes de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, volto a fazer essa pergunta, batendo nessa tecla. Por exemplo, amanhã, resolvo renunciar ao meu mandato e, se minha família concordar, vamos morar eu, minha mulher e meus filhos em Havana. Por que o contrário não pode acontecer? Outro exemplo: quero morar na Índia. É um direito meu. Não completo minha vida sem morar na Índia. Ou não completo minha vida sem morar em Bali – o Senador Heráclito Fortes diz que, para Bali, iria comigo. Ou não completo minha vida sem morar em qualquer outro lugar!

Onde está o crime em alguém dizer “eu não quero morar em Cuba”? Onde está o crime? Traidor da pátria!? Eu não agüento essa conversa. Sinceramente, isso é conversa para boi dormir e para desmoralizar intelectual que ainda ouse assinar manifesto de apoio a essas agressões infames aos direitos da pessoa. Envergonharam-me os que assinaram o manifesto, justificando o assassinato – porque o nome daquilo é assassinato –, a sangue frio, daqueles cinco rapazes que queriam ir para Miami, mas foram apanhados no meio do caminho e, de volta a Cuba, foram fuzilados. Por quê? Nem conspiradores contra o regime eram. Eles queriam fugir dali, eles queriam sair dali. Não! Você não pode nem fugir daqui. Você tem de voltar para cá, e, chegando aqui, eu te fuzilo!

Senador Suplicy, tenho certeza de que, pelo seu passado humanista, pela sua convicção democrática, V. Ex^a está, pelo menos, tão revoltado com isso quanto eu.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, ontem, quando li o artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal *O Globo*, sobre a visita que o Presidente Lula realizará esta semana ao México e aos países da América Central, animei-me bastante, especialmente com uma passagem que, inclusive, estou disposto a registrar e a comentar hoje e que se refere ao tema que V. Ex^a aborda. Vou ler três breves frases desse artigo. “Por isso [diz o Presidente Lula] tenho defendido a construção, na América do Sul, de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático. São esses mesmos valores que me fizeram incluir também a América Central e o Caribe nesta minha viagem. Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física”. E aí o ponto que está mais relacionado ao nosso diálogo. “Em nosso

continente [diz o Presidente Lula] não precisamos de muros, precisamos de estradas, pontes, gasodutos e linhas de transmissão. A verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias". O Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Relações Exteriores, e V. Ex^a mesmo, certamente, muita vezes, me têm ouvido falar aqui e na Comissão de Relações Exteriores que avalio como da maior importância que a integração do nosso continente, do Mercosul, da América do Sul, da América Latina e das três Américas seja vista sempre não apenas do ponto de vista do interesse do capital que deseja a livre circulação dos fluxos financeiros, dos bens e serviços, mas sobretudo do que é mais importante, dos seres humanos. Estou de pleno acordo quando V. Ex^a diz que deveremos procurar assegurar a cada cidadão das nações, do Alasca à Patagônia, dos Estados Unidos à Argentina, inclusive de Cuba, do México, do Brasil, da Bolívia, da Venezuela, de onde for, a livre circulação. Precisamos caminhar na direção de se assegurar essa livre circulação. Só então haverá plena integração. V. Ex^a conhece muito bem a história da União Européia, o seu início, logo após a Segunda Grande Guerra, com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, com o Mercado Comum Europeu, com a comunidade de livre comércio das nações mais ao norte, quando, pouco a pouco, foi-se criando o Banco Europeu, o euro, a livre movimentação das pessoas. E, hoje, diferentemente do que ocorria há 30, 40 anos, os gregos, os espanhóis, os portugueses, se o desejarem, podem, conforme V. Ex^a disse, viver, trabalhar e estudar ali na Itália, na França, na Alemanha, nos países mais desenvolvidos! E a integração está sendo de tal ordem, que, atualmente, contrariamente do que ocorria há 30, 40 anos, quando os portugueses, espanhóis e outros saíam de seus países com economia mais fraca e sem tantas oportunidades de emprego, a situação é tal que esses mesmos povos, graças ao bom resultado da integração decorrente dessa livre circulação, não apenas de bens, serviços e capitais, mas dos seres humanos, podem escolher onde viver, trabalhar e estudar. Então, é preciso que digamos também ao Governo do Presidente Fidel Castro, de Cuba, que queremos a real integração. V. Ex^a sabe que tenho sido muito favorável, algo que reitero, a que o Governo dos Estados Unidos termine com o bloqueio que não permite que as empresas norte-americanas possam vender bens e serviços a Cuba. Tenho...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço mais uns minutos porque se instalou um debate...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quarenta e sete minutos foram usados, Senador Arthur Virgílio. Vou conceder-lhe mais três minutos, e foram os 50 minutos mais bem gastos pela liberdade democrática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a foi generoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela auto-afirmação deste País, generoso em receber todos. Lembro que viveu aqui até o assaltante do trem pagador, Ronald Biggs, traduzindo uma política de relações deste País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois bem, acho importante que digamos ao Governo do Presidente George Walker Bush, que também não permite hoje a livre circulação de pessoas, inclusive vem construindo um muro, que Thomas Paine diria que contraria inteiramente o bom senso, e que possamos conclamá-lo a acabar com o bloqueio, porque tenho certeza de que isso ajudará no processo de democratização de Cuba.

No que diz respeito ao episódio dos lutadores cubanos, também fiquei muito preocupado quando soube que os campeões Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, de 26 e 24 anos, haviam abandonado a delegação de seu País e estavam como que desaparecidos. Acompanhei o noticiário dizendo que um empresário alemão os havia persuadido de alguma forma – não sei os detalhes –, utilizando-se de métodos que precisam ser mais bem conhecidos. Fiquei extremamente preocupado quando vi a notícia de que estariam detidos e que estavam para ser encaminhados ao seu País antes mesmo de haver um melhor esclarecimento de tudo. Gostaria de ter visto a entrevista de ambos, em total liberdade, para a imprensa brasileira. Estranhei que não tivessem dado declarações. Acho que isso precisa ser objeto de um melhor esclarecimento. Acho importante que o Presidente Fidel Castro tenha publicado, em carta ou artigo, uma declaração firme, dizendo que de maneira alguma esses pugilistas serão objeto de qualquer punição e muito menos serão presos em Cuba. Acho importante que possamos assegurar que esses dois pugilistas que vieram ao Brasil representar seu país no Pan, que tiveram a possibilidade de se tornarem exímios pugilistas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Caro Suplicy, acabou o seu tempo, vamos passar para o.. Eu o inscrevo aqui, e V. Ex^a será chamado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, diante do espírito democrático e a importância desse assunto, vamos deixar que o Senador

Suplicy exerça o seu poder de síntese e explique, porque isso é muito importante. Aliás, é o único petista aqui na Casa. Tivemos presente o Senador Paim rapidamente, e agora o Senador Eduardo Suplicy, que é um peregrino da democracia pelo mundo inteiro. De forma que estou ouvindo com muita atenção e acho da maior importância o que está dizendo o Senador Eduardo Suplicy. Rogo a paciência de V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, também apelo a V. Ex^a para que dê a oportunidade ao Senador Eduardo Suplicy de, brevemente, dar a resposta que o Senador Arthur Virgílio solicitou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se o Senador Marcelo Crivella pudesse brevemente externar a sua opinião, seria muito honroso para mim.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se me permite então, Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu permito. Agora, é o representante aqui, o pastor de Deus que quer falar.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Eu aguardarei, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero transmitir a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio - que aqui expressa também a vontade de que todos tenhamos direito a livre movimento em nosso continente e nas três Américas -, que espero que possamos melhor esclarecer este ponto. Inclusive, quando estava vindo do aeroporto e ouvi pela Rádio Senado o pronunciamento de V. Ex^a, de pronto telefonei ao Ministro interino, Samuel Pinheiro Guimarães, que estava em reunião, e pedi que possa dar esclarecimentos mais completos, se possível ainda nesta tarde, sobre o que realmente aconteceu. Embora tenha sido dito, pela autoridade policial e por aqueles que os conduziram até o hotel, que eles voluntariamente disseram que desejavam voltar para Cuba, que haja uma melhor explicação. Gostaria de ver essa declaração sendo efetivamente feita, quem a ouviu, quais foram as pessoas presentes e em que circunstâncias. E acho que esse episódio poderá contribuir para que venhamos a dizer, com muita firmeza, ao Presidente hoje licenciado Fidel Castro que é preciso – e queremos colaborar – que Cuba dê total liberdade aos seres humanos de ir e vir. Assim como também gostaria que o Governo dos Estados Unidos, Poder Executivo e Congresso Nacional, viesse logo a terminar com aquele muro que separa os Estados Unidos do México, que faz lembrar o muro de Berlim; no paralelo 38, o muro que separa a Coréia do Norte da Coréia do Sul; o muro que separa Israel da Cisjordânia, apesar de o Presidente George Bush ter sugerido ao Governo de Israel que não construísse aquele muro. Além desses, também o muro que separa os

Estados Unidos do México e do restante da América Latina, de maneira consistente como V. Ex^a defende, precisa ser terminado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. E vou aqui, Sr. Presidente, fazer uma confissão à Casa e à Nação: tolo é quem subestima a habilidade política de V. Ex^a. Não é à toa que V. Ex^a construiu a carreira tão vitoriosa com essa marca inédita em São Paulo de três mandatos seguidos de Senador da República. Isso em São Paulo é inédito. Ninguém logrou obter essa façanha.

V. Ex^a, que é o humanista que eu conheço, usou de um tão brilhante contorcionismo verbal que eu comecei a achar que quem tem que tomar cuidado com V. Ex^a é o meu amigo Chanceler Celso Amorim, que está com o cargo dele ameaçado, porque V. Ex^a é mais hábil que ele, e ele é muito hábil. V. Ex^a conseguiu não dizer e conseguiu, ao mesmo tempo, manter a simpatia e o respeito que sempre mereceu de mim.

Serei bastante objetivo na resposta para V. Ex^a. Vou começar aqui pelo fim: V. Ex^a diz que a notícia é que os rapazes saíram voluntariamente daqui; quem conhece o histórico deles sabe que eles foram muito mais de bater na cabeça dos outros do que apanhar na cabeça. Então, não tinham nenhuma avaria cerebral, voluntariamente não iriam. Não estariam presos lá?

Vamos agora para o jargão do qual eu estou – eu não queria usar a palavra –, eu estou com aquilo cheio desse jargão. Não é prisão! Segundo a ditadura cubana, eles estão na “casa de visitação” – o que quer dizer isso não me pergunte, eu não sei. Depois terão que prestar – eles, que, pela magnanimidade do Comandante, não serão condenados à morte e, segundo o Comandante, também não serão presos perpetuamente – serviços ao esporte.

Fidel Castro é um enfermo mental, porque serviços ao esporte eles prestam lutando por medalhas nos ringues das competições Pan-Americanas, Olímpicas e Mundiais. Eles não têm de prestar serviços recebendo lavagem cerebral, e serviços como se fossem alguém que, por uma multa em trânsito, tem de lavar a privada do Asilo Dr. Thomas, em Manaus. Eles prestam serviço ao esporte lutando, e eles devem ter o direito de lutar onde eles queiram.

A minha amiga Maureen Maggi, se quiser competir na Argentina, vai embora para a Argentina amanhã. Meu amigo Oscar, ele pode sair daqui – e já fez isso quando foi jogar na Itália. Amanhã, o Giba tem um contrato não sei com quem... Ronaldinho Gaúcho está jogando na... Lá não pode! Senador Suplicy, lá não pode!

Isso mostra o caráter doentio de um governo que, se fosse suspenso o bloqueio, esse regime, Senador Mário Couto, não agüentaria seis meses na convivência com a parte moderna do mundo. Mas V. Ex^a sabe, até porque foi o meu parceiro em muitas lutas; V. Ex^a sabe, porque V. Ex^a e eu – e o Senador Heráclito – ajudamos muito um colega nosso, muito querido, Márcio Santilli, que foi o grande artífice, na Comissão de Relações Exteriores, na luta pelo reatamento de relações com Cuba. Fui a favor e não me arrependo. Lutei muito por aquilo. Como entendo que foi acertada a posição do Chanceler San Tiago Dantas, abstendo-se, corajosamente, naquela conferência de Punta del Este, quando os Estados Unidos propuseram a exclusão de Cuba do sistema interamericano. Nunca fui a favor dessa segregação.

Agora, vamos estabelecer... E V. Ex^a falou em Bush, é uma coisa meio pavloviana, ou seja, não dá para falar mal de Fidel Castro sem se falar mal de Bush. Isso me parece uma coisa um pouco do PT. Então, eu vou dizer o que eu penso de Bush. O Presidente Bush é um desastre! É um desastre estratégico!

Clinton colocou no jardim da Casa Branca Isaac Rabin, Yasser Arafat, os radicais israelenses, os radicais palestinos. A falta de lucidez política do Presidente Bush fez todas essas tratativas voltarem à estaca zero e prevaleceu o terror. A intervenção no Iraque não foi por outra razão que não a econômica. O Presidente Bush queria assenhorear-se de reservas que lhe garantissem petróleo barato de outros países. O petróleo visado era o do Iraque. Conseguiu interromper a produção de petróleo do Iraque. É por essas razões e por outras que o barril tipo Brent, hoje, custa US\$60,00, o bastante para sustentar o desvario do candidato a ditador da Venezuela, Hugo Chávez. Considero o Presidente Bush um desastre sob o ponto de vista da paz mundial, da condução econômica dos Estados Unidos.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Mas Senador Arthur Virgílio, o Senador Suplicy é tão competente que conseguiu não falar mal de Fidel Castro e ainda pôs V. Ex^a para falar mal de Bush.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade. E eu não tenho por que defender o Presidente Bush, até porque entendo que ele é um desastre mesmo. Vai deixar uma marca pequena na história americana. Considero que o grande estadista da segunda metade do século XX, acima de Kennedy, foi o Presidente Bill Clinton. A história vai fazer justiça a ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, todos nós temos um ícone. Sei que o de V. Ex^a foi o melhor: o senhor seu pai, um líder aguerrido da Oposição. O meu é Petrônio Portella.

Paulo Brossard falava dessa tribuna três horas e trinta minutos. E foram necessárias para a recuperação da democracia. Aí o Petrônio estipulou o limite para ele de uma hora, V. Ex^a está há uma hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Desculpe, eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E quero ficar fiel àquele Líder do Piauí que concedeu uma hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou ouvir o Senador Crivella. Mas, Senador Crivella, só para concluir em relação ao Senador Suplicy vou dizer uma coisa. O bloqueio, sou a favor de que se suspenda o bloqueio, sim, aquele regime não resiste a seis meses sem o bloqueio. Sobreviveu aquele fracasso, aquele fracasso administrativo sobreviveu com os rublos da União Soviética e sobrevive hoje com o peso venezuelano, com os petrodólares venezuelanos. Não sobrevive, não tem a menor capacidade de auto-sustentação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E apelando para o ícone nosso, Cristo: Ele fez o Pai Nosso em um minuto. Todo mundo ficou satisfeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade. Eu concluirei, Sr. Presidente, vou concluir.

V. Ex^a, Senador Suplicy, faz aqui uma comparação que também julgo que mereça reparos. O Mercado Comum Europeu se implantou em um processo que levou cinco décadas para se tornar União Européia, mas uma das questões fundamentais era a democracia, ou seja, o Portugal salazarista, a Espanha franquista não fariam parte jamais da União Européia, é por isso que eu não poderia nunca imaginar como correta a admissão no Mercosul da ditadura que se instala pouco a pouco na Venezuela sob o comando do coronel Chávez. O pressuposto do MCE, do Mercado Comum Europeu, era a adesão à cláusula democrática. Cuba não tem absolutamente, sob Fidel ou sob Raúl Castro, a menor perspectiva de se tornar uma nação democrática.

Mas queria parabenizar V. Ex^a e dizer ao meu amigo, o Chanceler Celso Henrique Amorim, que V. Ex^a está ameaçando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, o que sei de Itamaraty eu aprendi com V. Ex^a, daqui a pouco sou eu que vou ter um lugar lá no Itamaraty.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Crivella, para encerrar, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Porque quero passar a palavra ao orador inscrito.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, não vou...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Estou inscrito, mas não passo de...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha a bandeira, Crivella: Ordem e Progresso. V. Ex^a está inscrito, e o Senador Colombo está aguardando pacientemente. Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de ouvi-lo, mas a inscrição “Ordem e Progresso” na bandeira nos faz lembrar o Regimento.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas quero lembrar ao Senador Arthur Virgílio que, às vezes, realmente fico de certa forma constrangido ao ver como os meus companheiros, sobretudo da base do Governo, não conseguem ser claros em relação a um regime autoritário que frequentemente se extravasa, com derramamento de sangue. Quero acrescentar ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a algo que vi nos Estados Unidos e que me tocou profundamente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Os imigrantes cubanos ilegais, quando cometem algum delito, são presos. Encontrei um homem em uma prisão do Arizona que havia sido condenado, cumpriu a pena, e os americanos queriam extraditá-lo. Não havia mais interesse de ficar com ele lá. Mas Cuba não o aceitava de volta. Portanto, esse senhor estava condenado à prisão perpétua. Vai morrer na cadeia. O que farão as entidades de defesa dos direitos humanos? Cuba não ouve nenhum apelo. Eu e o Senador Hélio Costa, atual Ministro das Comunicações, ficamos comovidos e fizemos apelos. Nada adiantou. Esse regime que precisa ser execrado pelo mundo livre, pelos cristãos, pelos não-cristãos, pelos que respeitam a liberdade, é seguramente a maior afronta à liberdade dos homens no mundo atual. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Marcelo Crivella. E solicito apenas meio minuto para dizer apenas o seguinte: há gente que se enche de indignação – e justa indignação – ao condenar as atrocidades de Pol Pot ou do atual ditador da Coreia do Norte, e eu condeno essas atrocidades todas. E há gente que não consegue condenar as atrocidades do regime cubano. Eu condeno por entender que não há diferença alguma entre ditadura de cor nenhuma em relação a ditadura de cor qualquer. Não sei, precisaríamos fazer aquele laboratório do sono. Minha intuição é de que estou dormindo melhor do que as pessoas que fazem essa seletividade, condenando convenientemente e fechando os olhos quando seus tabus ideológicos

lhes ordenam fechar os olhos. Direitos humanos, para mim, é uma questão fundamental. Agressão não pode ser feita, parta de onde partir, venha de onde vier. O repúdio tem de ser imediato, ou nós não merecemos a democracia por que tanto lutamos para ver erigida neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, eu apenas repetiria Che Guevara: “Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça que ocorra em qualquer lugar do mundo, és um companheiro”. Nós, Senadores da República, somos muito mais companheiros dessa liberdade pregada, de indignação contra a injustiça, de Che Guevara do que a própria Cuba hoje.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Raimundo Colombo assume a tribuna, peço a V. Ex^a a palavra para fazer uma comunicação que não irá além de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a crise no setor aéreo passa agora, depois daqueles momentos mais dramáticos, a inspirar artigos dos colunistas. O Senador José Sarney, com seu jeito fácil e ameno de escrever, cita filósofos gregos para defender os pilotos do avião da morte, os quais uma corrente expressiva da opinião pública tende a responsabilizar pelos trágicos acontecimentos.

Gilberto Amaral, outro colunista, recorda com saudade os tempos da Varig, da Vasp e da Transbrasil, quando se viajava com o espírito pacificado e estômago forrado de boa alimentação. E acrescenta que não é necessária uma grande investigação para se descobrir as razões do acidente, pois elas se resumem à expressão “manutenção”.

Peço à Mesa a transcrição desses dois artigos nos Anais do Senado, ao tempo em que agradeço a paciência de V. Ex^a e do meu colega Colombo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art.210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal do Brasil - 03/08/2007

ARTIGO - José Sarney

Tolerância zero

Ainda estamos nas chamas da catástrofe de Congonhas. É que estou tomado de um profundo sentimento de pesar ao comandante Kleyber Lima, porque, como dizem na linguagem jurídica sobre o Supremo Tribunal Federal, ele teve o destino de errar por último, ou de não errar por último.

Um provérbio latino, citado por Diógenes Laércio na Vida e opiniões dos filósofos ilustres, diz que de mortuis nil nisi bonum (dos mortos só se deve falar para dizer o bem), mas no caso do comandante do voo 3054 só se tem dito ter ser ele o responsável, ignorando-se todas as outras responsabilidades e convergências. Era um profissional competente, com milhares de horas de voo e suas dramáticas palavras finais mostram o seu desespero e responsabilidade profissional. A frase do co-piloto, Henrique Di Sacco - "Vira, vira, vira" - é interpretada como uma ordem para manter o avião na pista ou fazer um chamado cavalo de pau, isto é, rodopiar. Mas ninguém aventou a hipótese de ter sido um desejo de salvar vidas e cair fora dos prédios que cresciam a sua frente. Eles pensavam nas outras vidas, já que as suas estavam perdidas.

É um lugar comum repetir-se que todo acidente é uma conjugação de fatores negativos que se juntam para o desfecho final. Assim como todas as coisas. Só que nessas o final é exatamente o contrário do desejado. Há que recordar, em primeiro lugar, o porta-aviões que é Congonhas, que, em vez de ser cercado de água por todos os lados, é cercado de casas, edifícios, avenidas, praças, gentes em vez de peixes. Isto torna crítica toda operação ali realizada, em que não se pode errar sem conseqüências. Estar chovendo acrescenta à pista pequena e mal localizada mais um fator de risco. Por último, e não por isso menor, o estar o avião com um dos reversos em pane, sem poder funcionar.

Estresse de quem comanda um avião nessas situações certamente deve ocorrer, e se suas mãos hábeis se embaralham no empurra e recua das manetes não lhe dão o crédito de todos os erros. Some-se a tudo isso a crise que vivemos, dos equipamentos insuficientes, dos controladores incontroláveis, do desaparecimento das velhas e experientes companhias - Varig, Vasp e Transbrasil - e essa conjunção de circunstâncias nos leva a pensar nesse acidente terrível que levou tantas vidas e deixou sofrendo tantas famílias, com as quais choramos juntos e às quais devemos consolar na dor. Foi tão brutal essa tragédia que invadiu nossas casas e corações, mantendo até hoje nossa perplexidade.

Que as autoridades não vacilem na investigação mais dura e competente que tiverem de fazer e tenham tolerância zero. Está na moda dizer "cansei". Nunca devemos cansar para combater essas coisas. Melhor não desistir.

José Sarney, ex-presidente da República, senador e integrante da Academia Brasileira de Letras

- *Coluna Social – JB – 3/8/2007*

- **Manutenção 1**

Depois da tragédia do último dia 17, que jamais se apagará da minha mente nestes anos que me restam (foi no dia do meu aniversário), já se falou de tudo. O Único crucificado foi o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, sem quê nem prá quê. Corpos não identificados, lágrimas que jamais se secarão, mais CPIs, e cada um querendo aparecer mais do que o outro diante das câmeras de TV, com o narcisismo a flor da pele.

A caixa-preta está na ordem do dia, como se as últimas palavras de agonia dos comandantes fossem servir de consolo ou até mesmo alento para as famílias enlutadas.

O que não se ouve falar mesmo, é no primordial na aviação, como em qualquer setor: MANUTENÇÃO. É isso mesmo, manutenção dos aviões.

- **Manutenção 2**

Esfriem a cabeça, pensem na situação aeroviária, e vejam se tem cabimento num país continental como o nosso, com cerca de 190 milhões de habitantes, com passageiros voando neste mundo vasto mundo chamado Brasil, com somente duas companhias aéreas que possuem um pouco mais de 100 aviões, ou talvez nem isso, atendendo a todos. Como suportar a demanda? E o principal, a manutenção das aeronaves? Onde arrumar tempo para tal mister?

O que se vê, é um aperto cada vez maior devido o aumento do número de poltronas. Nem mesmo os mais magros conseguem abrir as mesinhas, que acabam não servindo para mais nada, pois as refeições de antigamente foram substituídas por pacotinhos de amendoins. Os passageiros, como se diz na gíria, parecem "sardinhas na lata".

- **Manutenção 3**

Os aviões foram projetados para comportar um determinado número de poltronas. Hoje, para garantir mais faturamento, elas foram aumentando, num desrespeito para com o usuário, e, o pior, desestabilizando e comprometendo a segurança. Um exemplo claro, bem atual, é o Airbus 320, que foi homologado para transportar apenas 165 passageiros, e que no dia da tragédia estava com 186. Manutenção! Manutenção é a palavra chave para tudo, principalmente para as aeronaves.

Pensando bem, agora que querem fazer de tudo, renovar pistas, destruir prédios construídos na cabeceira de Congonhas, trem-bala ligando Guarulhos a Viracopos, se esquecem do que não fizeram antes: não deram apoio à Transbrasil, à Vasp e à própria Varig, que foi comprada e não se fala mais dela. Se tais companhias estivessem operando normalmente, teríamos mais aeronaves e tempo hábil e necessário para o mais importante, que enfatizo: manutenção... manutenção... manter ção...

"Agora é tarde, Inês é morta". Pior, quase 200 vidas se foram, e nós vamos ficar por aqui, chorando, rezando, apertadinhos e comendo amendoim... E PT saudações.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

Vai usar da palavra o orador que já está na tribuna e que pacientemente ouviu a todos.

Estão inscritos ainda o Senador Papaléo Paes, o Senador Garibaldi Alves Filho e os Líderes Senador Crivella e Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o ilustre Senador Raimundo Colombo.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava aqui pensando, Senador Heráclito Fortes, sobre a posição do PT. Respeito muito o Senador Eduardo Suplicy, aprendi a admirar S. Ex^a. Na terça-feira, em São Paulo, peguei um táxi e, conversando sobre política, o motorista disse que o político que ele mais admirava era o Senador Eduardo Suplicy. Isso mostra o resultado de sua eleição.

Mas, ao mesmo tempo, como é difícil se posicionar diante da situação que está aí. O Governo brasileiro errou; errou profundamente. Ele tinha de ter dado curso, deveria ter dado condições de defesa, deveria ter permitido que um advogado os assessorasse, deveria ter percebido a vontade das pessoas.

O Senador Heráclito Fortes traz esse assunto com profundidade e permite que esta Casa se posicione. Hoje, no Brasil, tenta-se entender as vaias ao Presidente da República. Essas vaias têm na origem exatamente essa posição de descrédito, de incoerência, de perda de credibilidade.

Na vida pública, dois fatores são determinantes na atuação de cada político. Um é a popularidade, e as pesquisas mostram – a da Datafolha está aí – que não houve perda de credibilidade por parte do Presidente Lula; do Governo isso já ocorreu um pouco. A popularidade é isso, ela vai e desce.

Um dos aspectos mais positivos do atual Governo é uma coisa que não depende muito dele: o cresci-

mento econômico, que vem de um modelo implantado no governo anterior, com os seus erros também, mas, sobretudo, pelo crescimento da economia internacional, que puxa países emergentes. E esse fenômeno não se dá só no Brasil, ele se dá em todos os países com essa característica. Depois da Segunda Guerra Mundial, vivemos o período de maior prosperidade continuada na economia do mundo, e isso fez com que a vida das pessoas melhorasse. É um fato! Não temos hoje uma crise econômica no Brasil. Isso ajuda como nada na imagem de um governante. Então, o Governo mantém índices de popularidade alta, mas credibilidade é outra coisa. Isso é completamente diferente.

Passei este fim de semana, e hoje ainda, lendo todos os jornais, e tive tempo, pois fiquei em Brasília, de acompanhar, de ler as colunas de todos os jornalistas. E está muito claro, ficou evidente a perda de credibilidade, de confiança, de falta de fé no Governo. E esses jornalistas, na sua grande maioria, por longo e longo tempo, consolidaram e permitiram a ascensão da proposta encabeçada pelo PT. É exatamente nessa linha que nós temos que avaliar as crises que ocorrem no Brasil: a posição do Governo em relação à crise aérea, ao apagão aéreo, às CPIs que há na Câmara e no Senado e as frases que estão à disposição, ditas pelo Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, que num momento grave, antes desse acidente da TAM, disse: “Não há crise no Brasil”. E, vendo-o na CPI do Senado, pareceu-me ver o “Rolando Lero” dando uma série de informações acerca de assuntos que ele não conhecia. Entregar uma agência técnica, uma agência absolutamente necessária, que necessita de conhecimentos técnicos a quem não os conhece é uma prática que este Governo tem adotado e que mostra claramente a sua postura.

“Não há crise!” “Relaxa e goza!” “Procura o Ponto GI!” São essas coisas que, somadas, vão tirando a credibilidade, vão minando a credibilidade de um Governo que ainda tem popularidade. Popularidade é isso, você tem e não tem. Se essa crise norte-americana se acentuar, se os dólares especulativos que estão aqui saírem, nós passaremos a ter outro cenário econômico. Portanto, popularidade é isto, vem e vai, tem e deixa de ter; coisa que é passageira.

Credibilidade, não! É isso que sustenta um governo e isso o Governo Lula perdeu e dificilmente vai recuperar. Não adianta tentar interpretar a questão do “cansei”. “Cansei” – dêem o nome que quiserem – reflete isso e não deve ser comemorado por nós da Oposição porque não se cansou apenas do Governo, nem desse lero-lero, dessa lengalenga, daqueles que

o defendem, mas do modelo. É um modelo porque, na verdade, aqueles que hoje às vezes criticam foram aqueles que, no passado, fizeram igual. Isso tira a credibilidade da classe política.

O movimento não é contra o Lula, o Presidente Lula e nem adianta o Presidente ficar ofendido, magoado porque isso faz parte de uma realidade. O movimento não é das Oposições. Ora, pára com isso! Ninguém está coordenando uma vaia no Maracanã. Isso não existe. Ninguém consegue coordenar. Essa é uma afirmação idiota. E, muito menos, o movimento é das elites. Aqueles que tiveram – poucos – a coragem de ir para as ruas, são aqueles que estão tendo o mérito de representar essa decepção coletiva com o modelo político, com praticamente todos os políticos e com essas crises que acontecem, que vêm e vão e estão aí e fazem parte do nosso dia-a-dia. Está difícil, sim, para nós, políticos, andar nas ruas. Está difícil justificar o injustificável. Está difícil defender o indefensável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao iniciarmos o segundo semestre – eu que sou novo aqui, que sou novo no Parlamento porque vim do Executivo – eu gostaria que limpássemos da nossa frente, que tirássemos desse horizonte essas coisas, esses acontecimentos que estão prejudicando o nosso trabalho legislativo e impedindo que a gente consiga defender o que o povo quer.

O Governo hoje comete muitos erros iguais aos daqueles que quando estiveram no governo cometeram também. Um deles está claro à nossa frente: a renovação da CPMF. O Governo precisa de uma atitude corajosa. Pode haver muitos argumentos a favor da renovação da CPMF, mas o que está claro para a opinião pública é que se está negociando de forma deslavada. Um Deputado Federal, do PMDB, de um grupo político, segurou a relatoria dessa matéria porque queria a nomeação do Sr. Luiz Paulo Conde. Essa é a realidade que a imprensa traz para conhecimento de toda a Nação e que não foi desmentida. Agora, vão nomear o Luiz Paulo Conde. É como aconteceu com o Diretor da Anac, por quem tenho respeito técnico, não pelo setor de energia porque isso ele não conhece.

Atendidos os interesses, começa-se a compatibilizar a votação e o sucesso da CPMF. Sucesso em cima de quem? Do povo que, para pagar a conta de luz, no final do mês, tem de pagar 46% de imposto; que ao abastecer o seu carro em um posto de gasolina paga mais da metade de imposto.

O trabalhador brasileiro olha com desesperança para o futuro, enxergando na classe política uma classe que vive de negociata, para colocar, mais uma vez, no dia-a-dia da população, essa tal de CPMF.

Votarei contra. Não acho que a solução seja redistribuir. Temos que diminuir a carga tributária. Meu compromisso não é com o prefeito, cargo que ocupei três vezes, ou com governadores; é com a sociedade. E a sociedade não agüenta mais pagar tanto imposto. É esse o debate que tem de ser feito. Sem negociata! O Governo que apresente, de forma decente, um cronograma para tentar, perante a classe política e a Oposição, de forma responsável, encontrar a melhor forma de conduzir essa transição, para retirar a CPMF, que devia ser provisória, cuja arrecadação deveria ser colocada na Saúde. E eu, como Deputado Federal, confiando em Adib Jatene e dando-lhe credibilidade, votei a favor. Hoje, apenas 1/3 da CPMF vai para a Saúde. O Jornal Nacional e a imprensa do Brasil inteiro mostram crise, crise, e mais crise.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, que tem apresentado todos os dias, e hoje ainda falou do problema da Saúde no Brasil, sabe que desse dinheiro está chegando muito pouco para a Saúde, e que ele substitui o outro que já ia. A CPMF virou apenas mais um imposto que vai para o caixa do Tesouro, independentemente de quem o criou, de quem o mantém e de quem quer mantê-lo outra vez.

É por causa dessas coisas que o povo brasileiro vaia. Ainda intimidado, ele não está indo para as ruas para mostrar exatamente esse tipo de coisa.

Tanto sonhei, quando aqui entrei, com a reforma política, a mãe das reformas, a primeira de todas, para que ela pudesse regulamentar e colocar ordem nesta Casa e na política do Brasil! Discussão vai, discussão vem, mas nada disso andou, nada disso avançou. Lá se foi o primeiro semestre, lá se foi a hora de fazer a reforma e talvez não se consiga fazê-la no segundo semestre.

Está difícil andar na rua. Vamos dizer o quê? Quanto vai custar a próxima eleição? Quantos atos de corrupção vão ser praticados? Como vamos poder liderar as pessoas neste País, sem credibilidade, sem autoridade, sem dar o exemplo, sem ter uma postura de dignidade? Sem a reforma política, sem a mudança do modelo político, não vamos ter política sadia. Falo também do modelo tributário. Tanto se discute, há tantos e tantos anos, e nada se avança.

Vamos começar o segundo semestre. O Senador José Agripino, meu Líder, falou da necessidade de termos uma postura clara em relação a esse processo que envolve o nosso Presidente Renan, para que tiremos isso da nossa frente. O ideal é, como sempre foi, que S. Ex^a tivesse se licenciado e, com isso, permitisse absoluta clareza e tranqüilidade na tramitação desse processo desagradável para todos nós, sobretudo para S. Ex^a. Isso não foi feito. Isso não

foi praticado. A crise se agrava a cada dia. Deixamos de falar em reforma tributária, deixamos de discutir o modelo político, para ficar tratando dessa crise, que prejudica a todos nós.

É necessária uma posição mais dura. E, sobre ela, eu quero, de forma muito clara, me posicionar a favor.

Como traz a revista *Veja* desta semana, devemos tratar de assuntos que se definam a longo prazo. Estamos vivendo os dramas, a falência, as conseqüências do processo do apagão aéreo, mas não é apenas esse apagão que está aí. O apagão elétrico, a falta de energia elétrica que hoje ocorre na Argentina vai chegar ao Brasil, lamentavelmente. Não há como evitar. Não se consegue colocar em disponibilidade no mercado o consumo de energia que teremos em 2011, mesmo que a decisão fosse tomada hoje, mesmo que os atos fossem praticados a partir de agora. Não há mais tempo hábil. Não se constrói uma usina em período tão curto. Esse é o cenário que está aí.

Precisamos discutir, de forma mais clara, a violência urbana, não apenas quando surge um problema. Será que é preciso matar mais algum menino como aquele para discutirmos o assunto nesta Casa? No ano passado, houve mais de 50 mil mortes no Brasil. Na Guerra do Iraque, morreram 34 mil pessoas, segundo dados da ONU. Essa é a grande verdade que está à nossa frente. Morre mais gente em acidentes de carro nas estradas brasileiras do que morreu na Guerra do Iraque.

Temos de obrigar o Governo a determinar uma política mais clara e a parar de falar que tudo é PAC, tudo é PAC. Até agora, trata-se de um pacote que ninguém abriu, e não vemos nada acontecer. Quero que o Governo dê certo, mas é importante começarmos a debater questões profundas.

A Petrobras acaba de comprar mais uma empresa. Por que ela não baixa o preço do combustível para o consumidor? Não é essa a sua função? Não é esse o modelo? E temos de pagar o dobro do que se paga na Argentina e dez vezes mais do que se paga na Venezuela.

O que adiantou termos conquistado a autonomia?

Sem querer tomar mais tempo – porque aqueles que falaram antes se alongaram muito e o Papaléo me cedeu o local e é absolutamente necessário que eu o retorne em tempo adequado –, eu quero registrar aqui, com tristeza, o falecimento de um dos políticos de Santa Catarina que eu mais admirei, o ex-Governador Ivo Silveira. Aos 89 anos de idade, ele faleceu. Quinta-feira, eu fiz aqui um registro pedindo que fos-

sem enviadas condolências, e hoje o faço de viva voz. Fiz antes apenas por um documento.

Ivo Silveira foi quatro vezes Deputado Estadual, sendo três vezes Presidente da Assembléia, duas vezes Prefeito da sua querida cidade de Palhoça, e governou nosso Estado de 1966 a 1971. Era do velho e glorioso PSD, Partido da minha origem. Ele foi um político participativo, aberto, presente em todos os atos desde aquela época até agora. Convivi muito tempo com ele e quero deixar registrado aqui no Senado, como seu amigo leal, como seu admirador, como pessoa que soube aprender a respeitar Ivo Silveira, como representante de Santa Catarina, o seu falecimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Colombo, V. Ex^a fez um dos mais brilhantes discursos, o que me faz lembrar que, lá no Cemitério de Gettysburg, houve muitos oradores, mas todo mundo só lembra o pequeno discurso de Abraham Lincoln, que termina assim: “A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Então, é como V. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – V. Ex^a é bondoso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E permita-me, Papaléo, que falou de vaia. A vaia tem que ser entendida. Eu sempre digo – e Papaléo vai entender melhor, porque estudou Pavlov e os reflexos condicionados – que a vaia é um reflexo condicionado, é um impulso da combatividade. Tem o impulso sexual, que Freud estudou, o da sobrevivência, o da paternidade. Então, ali foi um impulso de combatividade do povo do Brasil, um reflexo condicionado. Não foi ninguém; foi o povo na sua combatividade.

Chamamos para usar da palavra o inscrito Papaléo Paes; agora, se quiser passar adiante, pode haver entendimento. Mas o Papaléo já está há três horas aqui para falar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, faço a inversão da ordem e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, grande Líder do PMDB, Partido de V. Ex^a. E tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, de coração, concederia esse espaço ao Senador. Então, tomo emprestado o seu coração e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos essa cessão ao nosso Líder e o convite, uma vez que ninguém se perde no caminho de volta, para que V. Ex^a seja atraído pelo Líder e volte ao PMDB.

Com a palavra o Líder do nosso Partido, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, nobre Senador Papaléo Paes, é que o coração do Papaléo ainda é PMDB. E faço aqui já da tribuna um convite ao retorno. O bom filho à casa torna. No PMDB sempre cabe mais um, Papaléo. Obrigado pela generosidade de me conceder o tempo aqui.

Também, da mesma forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de me associar às palavras do Senador Colombo, de Santa Catarina, meu Estado natal, e externar nossos sentimentos e nossas condolências à família, aos amigos e, por que não dizer, a todo o povo catarinense que tanto apoiou e admirou o ex-Governador Ivo Silveira, que foi do PMDB por um período. Grande Governador, grande Deputado, grande Prefeito de Florianópolis, um grande homem público, que, com certeza, contribuiu muito para o progresso de Santa Catarina.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos boas notícias na área econômica e fiscal do nosso País.

Na área econômica, temos o ótimo desempenho do comércio exterior e o aumento da expectativa de crescimento do PIB brasileiro.

O PIB poderá atingir, Sr. Presidente, 5% em 2007. Na área externa, o excelente desempenho da balança comercial levou o Governo a anunciar a revisão da meta de exportações para este ano de US\$152 bilhões para US\$155 bilhões, um resultado excepcional.

Os dados da balança comercial divulgados recentemente mostraram dois recordes mensais. As importações superaram, pela primeira vez, o nível de US\$10 bilhões; e as exportações também ultrapassaram, pela primeira vez, US\$14 bilhões.

O resultado comercial acumulado de janeiro a julho é de US\$87,3 bilhões.

Nossa posição confortável no setor externo permite-nos superar com segurança eventuais crises no mercado internacional, como o recente problema de inadimplência no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Nossas reservas cambiais situam-se em US\$147 bilhões.

Foi anunciado também recentemente o superávit do setor público de R\$71,6 bilhões, o maior desde 1991, que contribui para a redução da dívida líquida do setor público para 44,3% do PIB.

A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias, de acordo com o 3º Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, de julho de 2007, indicou a possibilidade de ampliação dos limites de despesa em R\$6,8 bilhões frente ao corte

de R\$16 bilhões inicialmente determinado no Decreto 6.076, de 2007, conhecido como Decreto de Contingenciamento. Com isso, revelou-se exagerado contingenciamento de despesas aprovadas pelo Congresso no Orçamento de 2007.

As novas estimativas de receitas apresentadas pelo Governo demonstram que foram acrescidos R\$8,6 bilhões nas receitas primárias totais, exceto Previdência Social, comparando-se com a projeção anterior de abril de 2007. Essas receitas foram reestimadas para R\$471,9 bilhões, valor muito próximo daquilo que foi projetado na Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional, R\$472,1 bilhões, expurgando-se as desonerações de impostos publicadas após a aprovação do Orçamento que totalizam R\$6,6 bilhões.

A arrecadação líquida de restituições da Secretaria da Receita Federal está atualmente projetada para o ano de 2007 em R\$405 bilhões. Isso representa uma variação de 12,83% em relação ao ano de 2006.

Assim as estimativas de receita orçamentária feitas pelos técnicos do Congresso Nacional estão se verificando na prática. O nosso orçamento foi real. Está-se verificando que o Orçamento elaborado e aprovado no ano passado para 2007 foi feito de forma séria e que se está realizando.

Lamenta-se que até o momento temos gasto apenas 10% do total de investimentos previstos para o ano, no âmbito do Projeto Piloto de Investimentos – PPI, cujo valor é de R\$22 bilhões.

Sr. Presidente, o Presidente Lula disse, ainda na semana passada, na reunião do conselho político, que a coisa mais difícil é a execução.

Fui Governador, assim como V. Ex^a, que já foi Governador por duas vezes e também Prefeito. V. Ex^a sabe que o que estamos falando é verdadeiro. Difícil é uma equipe executar aquilo que está projetado, programado e orçado. Por isso pedimos, neste momento, empenho da equipe do Presidente Lula, dos Ministros, para que possam acelerar os investimentos alocados no Orçamento da União.

Já estamos passando da metade do ano; daqui a pouco o ano chega ao final, e nada ou pouco foi executado até agora. É dessa velocidade que o Brasil precisa. Se vamos crescer 5%, poderíamos crescer 7% ou 8% se empreendêssemos essa velocidade de que o Brasil necessita.

Porém, acredita-se que os investimentos ocorrerão. Ainda tenho esperança de que esses investimentos possam ocorrer ainda este ano. As receitas previstas no Orçamento de 2007 comportam os investimentos previstos no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Porém, espera-se que os investimentos

sejam realizados ao longo do tempo estabelecido no referido programa. Trata-se apenas de uma questão de tempo.

Devo ressaltar que foi assinado convênio do Governo Federal que prevê a liberação de R\$430 milhões para o meu Estado, Rondônia, e R\$154 milhões para o Município de Porto Velho, a nossa capital, a serem aplicados em obras de água, esgoto e saneamento, enfim, infra-estrutura urbana. E essa infra-estrutura, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para receber as usinas do Rio Madeira, esse grande projeto do Programa de Aceleração do Crescimento.

Ouvi aqui o Senador Raimundo Colombo falando da preocupação sobre a possibilidade de um novo apagão. Disse que nada poderá ser feito para se evitar o apagão. Ainda acho que há, sim, condições de acelerar os empreendimentos das usinas do Rio Madeira, em Jirau e Santo Antônio, nas usinas de Belo Monte, no Pará, nas termoeletricas a gás, e não a óleo diesel. Sou radicalmente contra queimar óleo diesel, poluente e caro, para gerar energia elétrica cara também. Temos que acelerar as construções das nossas usinas hidrelétricas e das termoeletricas a gás, e não a óleo diesel ou a óleo combustível.

Mais de 12 Estados também foram beneficiados nesse programa de convênios do PAC. O total de recursos com essa finalidade foi de R\$6,8 bilhões, só para esses 12 Estados. Outros Estados já haviam assinado convênio antes e outros ainda assinarão até o final do mês de agosto.

Lamenta-se também, Sr. Presidente, o fato de ainda estarmos pagando um alto preço em juros da dívida pública. No período de janeiro a junho, o setor público pagou R\$79 bilhões em juros da referida dívida. Apesar disso, tais despesas apresentam uma queda de 3,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso é um ótimo indicador, é uma ótima sinalização de que a nossa dívida tende a cair. O Governo precisa aproveitar essa oportunidade para diminuir gradativamente o comprometimento de recursos com os juros da dívida externa.

Felizmente, o Ministério da Fazenda sinaliza que poderemos alcançar o déficit nominal igual a zero, o que deve ser viabilizado por meio da queda nas despesas de juros. Isso é um sonho, Sr. Presidente, que o Brasil poderá tornar realidade.

Enfim, todos nós esperamos que tanto o aumento dos gastos com investimentos quanto a redução das despesas com juros ocorram inevitavelmente ao longo do tempo, uma vez que a política econômica tem sido conduzida nessa direção.

Como o Senador Colombo disse, nós estamos trabalhando e torcemos pela redução da carga tributária, que já foi maior mas tende a diminuir.

Além disso, o quadro favorável em que se encontra a economia brasileira demonstra que existem condições para ser implantado um novo modelo de crescimento em nosso País.

Torço muito, Sr. Presidente, para que o nosso País possa, num período muito curto, ter condições de gerar emprego, de gerar renda, de gerar melhores condições de vida para toda a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também ao Senador Papaléo Paes a concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu não sei se V. Ex^a se equivocou, mas a carga tributária nunca antes foi tão alta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já esteve maior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os juros é que já estiveram, mas se não considerarmos o **spread**. Agora, V. Ex^a, que nos lidera, é do PMDB. O Partido deve levar uma mensagem que não é minha, mas de Átila, rei dos Unos; é um princípio de liderança. Papaléo, “administrar é fácil”, diz Átila, rei dos Unos, “é premiar os bons e punir os maus”. Luiz Inácio está fazendo o inverso: não pune os maus; premia os maus. Eles estão fortes, lépidos, fagueiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos, para fazer uso da palavra, o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

V. Ex^a poderá ocupar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente esta foi uma tarde muito produtiva para esta Casa, visto que diversos temas importantes para o País foram debatidos aqui. Logicamente, estamos todos de parabéns os que comparecemos nesta segunda-feira, dia que normalmente fica prejudicado de um número expressivo de Senadores por não termos uma sessão deliberativa. Mas hoje foi um dia brilhante para esta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2002, em artigo publicado no jornal **Gazeta Mercantil**, o Presidente Lula, já em campanha eleitoral, dizia saber do caos aéreo no País. Sob o sugestivo título de *Morte Anunciada do Transporte Aéreo*, em julho daquele ano, ele assinou o artigo. Disse Lula: “A crise da aviação brasileira, que vem se arrastando há muitos anos, atinge o estágio terminal, sem que se vislumbre uma solução no horizonte”.

O então candidato Lula defendia à época: “Vale, sim, uma intervenção das autoridades competentes,

não para presentear as empresas com o suado dinheiro dos contribuintes, mas para dar as condições macroeconômicas de sobrevivência e de competitividade, antes que elas sejam engolidas pelas grandes companhias estrangeiras”.

No texto, o então candidato criticou o Governo Fernando Henrique Cardoso e propôs medidas que não seguiu depois de eleito. E mais, Sr. Presidente, em 2003, o então Ministro da Defesa José Viegas recomendou uma série de medidas para o setor, o que foi completamente ignorado por Lula e seu Governo durante todo este tempo.

O que está contemplado nas recentes resoluções do Conselho de Aviação Civil (Conac) foi sugerido em 2003 pelo então Ministro Viegas. Esse episódio deixou evidenciado que aquilo que seus ministros recomendam não tem andamento e nem sequer é lido. É bem provável que sejam engavetados nos escaninhos palacianos, porque medidas duras não dão imagem positiva para o Presidente Lula, que somente se preocupa com sua popularidade.

Mas, depois de demitir dois Ministros, o Presidente Lula continua achando que não viu nada e que também não existe crise, apesar da queda de duas aeronaves, que ceifaram mais de 300 vidas humanas. Se não havia crise, qual a razão para buscar um ex-ministro do Governo do Presidente Fernando Henrique, o Ministro Nelson Jobim? É para resolver o problema ou para atribuí-lo a alguém sob um eventual insucesso do novo Ministro na “empreitada”? E ainda dizer que o Ministro Jobim é herança maldita do Governo Fernando Cardoso?

Mas sobre essa seqüência de fatos, o jornalista André Petry, da revista **Veja**, foi muito mais feliz em seu artigo publicado na revista desta semana, sob o título: *As opiniões dos Lulas*.

“7 de janeiro de 2002 – Nessa data, quando nem era candidato oficial à Presidência, Lula publicou um artigo no jornal **Gazeta Mercantil**, cujo título era “Morte anunciada do transporte aéreo”.

No texto, referindo-se à então recente paralisação da Transbrasil, Lula diagnosticava que “a crise da aviação brasileira” estava atingindo “um estágio terminal”. Depois de dizer que “o transporte aéreo é reconhecidamente um setor estratégico, principalmente para um país como o Brasil”, Lula contava que Estados Unidos, França, Itália, Espanha e Portugal vinham trabalhando para que seus sistemas aéreos ganhassem em “eficiência para movimentar pessoas, produtos e serviços”.

Em seguida, voltando à situação do Brasil, Lula dizia, no mesmo artigo, que a reestruturação que as companhias aéreas promoviam na época não estava

resolvendo o problema e previa que a “tendência é de o setor continuar afundando”. Lula se indagava: “O que é preciso para que o nosso País tenha um transporte aéreo eficiente?” O articulista dizia que as empresas brasileiras precisavam ter condições semelhantes às das americanas, que compravam combustível mais barato, tinham mais acesso ao capital de giro, pagavam menos impostos. Lula encerrava o artigo fazendo uma crítica ao governo de Fernando Henrique. Dizia que, no ano anterior, em 2001, o tucano mandara um projeto para o Congresso, prevendo a criação de uma tal Agência Nacional de Aviação Civil, que atenderia pela sigla Anac. Contava que, ao analisarem o tema, os Parlamentares decidiram introduzir mudanças no projeto original. “E o que fez o Governo Fernando Henrique Cardoso?”, indagava Lula, para responder: “No dia da votação, de forma autoritária, simplesmente retirou o projeto, encerrando a discussão”. Lula lamentava que a criação da Anac fora abortada.

Seu artigo termina assim: “As empresas aéreas nacionais estão falindo, milhares de trabalhadores continuam perdendo seus empregos, divisas estrangeiras deixam de entrar no Brasil, e o nosso País perde cada vez mais capacidade competitiva. Até quando, Senhor Presidente?”

Conclusão: o artigo era uma avaliação mais voltada para a crise das empresas aéreas do que do setor como um todo, mas quem leu o texto na época, mesmo supondo que fora escrito por algum assessor, certamente pensou que Lula tinha alguma intimidade com o assunto.

Dia dois de agosto de 2007. Nessa data, já entrando na segunda metade do seu quinto ano de Governo, Lula reuniu seu conselho político e disse que desconhecia a extensão da crise aérea. Disse que nunca lhe mostraram claramente a gravidade da situação. Para provar sua completa ignorância sobre o tema, disse que nunca o assunto fora mencionado nas cinco eleições presidenciais que disputou. Conclusão: quem foi informado dessas declarações de Lula certamente pensou, caso tenha acreditado nelas, que o Presidente jamais teve a mínima intimidade com o assunto.

O que terá acontecido entre 7 de janeiro de 2002 e 2 de agosto de 2007?

É por essa razão, Sr. Presidente, e por tantas outras que o povo brasileiro está cansado. Não agüenta mais mentira, tanta enrolação, tanta incapacidade gerencial, entre tantas outras decisões que evidenciam a incompetência deste Governo.

É por essas incoerências, Sr. Presidente, que o povo tem vaiado Sua Excelência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Apresentando nossos aplausos ao pronunciamento de V. Ex^a, eu queria dizer o seguinte, advertindo o povo do Brasil – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está afinado com o Governo: “Brigadeiro cai atirando”. É uma homenagem que quero prestar.

Senador Crivella, é muito comum prestarmos homenagem ao sol, que está nascendo, mas quero prestar a esse Brigadeiro, que cai atirando. Ele lembra Santos Dumont e Eduardo Gomes, também Brigadeiro. No meio dessa crise, era preciso buscá-lo. O pau quebra do lado do mais fraco. Os outros todos são apadrinhados políticos. Ele, não. O padrinho dele é a Bandeira, é a Pátria, é a Constituição. O novo Ministro, Nelson Jobim, atentai bem, Crivella, veja um homem de dignidade; veja o renascer do Brigadeiro Eduardo Gomes. “O preço da democracia é a eterna vigilância”.

Ele foi chamado e convidado pelo atual Ministro. Cultura média, o que, para o Lula, é muito. Leu uns trechos de discurso, Garibaldi, de D’Israeli, do tempo da Rainha Vitória. Aquele que disse mais ou menos assim: “Não se queixe, Não se explique; saia ou aja”. E o Presidente Luiz Inácio pensava que estava diante de um líder. Mas quero dizer a V. Ex^a, Senador Crivella, que ele saiu e disse que não ia pedir a renúncia, não; queria a demissão, que saía com altivez e com a grandeza do ideal e do amor que ele tinha à Pátria e à sua dedicação à ciência aeronáutica. A ele, nossos aplausos. Ele sai com a satisfação do cumprimento da missão, diante das suas limitações, diante dessa indignação e vai repousar nas praias do Ceará.

Eu até o convidaria a escrever no Piauí.

Convidamos para usar da palavra o Líder Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro, ao tempo também em que nos encheu de entusiasmo o aparte de V. Ex^a, em defesa das liberdades democráticas, diante dos atletas cubanos que foram seqüestrados pelo Governo brasileiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço sua generosidade; Senador Garibaldi Alves Filho, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado e demais presentes ao nosso Plenário, inicio meu pronunciamento comentando a posse do Ministro Nelson Jobim, mencionada por V. Ex^a, a quem gostaria de desejar todo sucesso na administração do Ministério da Defesa. Mas também me causou certa espécie verificar que o Ministro começou seu mandato de maneira um tanto quanto indelicada em

relação ao seu substituto, o Ministro Waldir, que procurou fazer o que pôde, dentro dos limites da lei, para aprimorar a administração do Ministério da Defesa. Todos sabemos que se trata de um Ministério ainda em fase de implantação, com extrema dificuldade na parte legislativa; e S. Ex^a caiu por razão, até hoje, não identificada.

É bem verdade que, nos momentos de crise, o primeiro sentimento – e também o mais primitivo – da alma humana é o da vingança. Assim, com a dor de nós todos pela morte irreparável – sempre a morte é irreparável –, pela ausência irreparável, insubstituível daquelas pessoas, busca-se a vingança. E assim começamos, demitindo Ministro e, depois, o Presidente da Infraero. Depois, ouviu-se falar em demitir o Presidente da Anac e toda a Anac. Depois, fecha-se o aeroporto e condena-se a pista até que investigações isentas, feitas no estrangeiro, mostraram que era possível raciocinar com a hipótese de um erro humano ou de uma falha mecânica. Essas coisas sempre ficam acrescentando dor ou, como diria lá na roça, Senador Garibaldi Alves Filho, um coice à queda do cavalo.

Gostaria de lembrar um brasileiro ilustre, que – dizem – foi o mais circunspeto de todos os brasileiros na constelação de políticos desta Nação: Floriano Peixoto. Ele dizia o seguinte: “Se dos Moderados não podemos esperar decisões supremas, dos Exaltados não se deve esperar decisões seguras”.

Portanto, peço ao Ministro Nelson Jobim que pense, que raciocine. Na aviação, precisamos de decisões seguras acima de tudo.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre um assunto que já abordei várias vezes desta tribuna. Trata-se do PLS nº 122, a Lei da Homofobia. A Lei da Homofobia não pode passar na Comissão de Direitos Humanos. Se passar, não pode passar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se passar, não pode ser aprovada neste plenário. Se for, não pode ser sancionada pelo Presidente da República. E, se for, teremos de ir às ruas para derrubá-la no Supremo, porque é uma ditadura, arranca de nós a conquista nos dada pela primeira vez após a Proclamação da República: a liberdade de culto. Antes de 1889, não se permitiam os cultos que não fossem da religião oficial. Lembrem-se de que, naquela época, um Senador, ao assumir o seu mandato, jurava, em primeiro lugar, defender os Evangelhos: “Diante dos Evangelhos, juro defender a Santa Igreja Católica”. Não sou contra quem a defende, mas não é possível institucionalizar e obrigar que todos os políticos o façam porque nem todos têm o pensamento católico.

A liberdade de culto foi uma conquista desta Nação e morre agora com o PLS nº 122. Perdoem-me, mas continuo achando que os Srs. Deputados não sabiam da extensão, do completo alcance da lei que aprovaram, porque torna crime uma opinião contrária, dizer que o homossexualismo é pecado, como diz a *Bíblia*. Dizer que é abominação, como escreveu Moisés há quatro mil anos, ou dizer, como Paulo disse, que atenta à natureza criada por Deus.

O PLS nº 122 institui em nosso País a intolerância e, por isso, não pode ser aprovado. O legislador da nossa Constituição já achou complicado incluir essa palavra por achar difícil, depois, controlar extrapolações inconvenientes porque a matéria, realmente, é difícil de ser tratada. Nesse PLS, mudam-se três leis brasileiras, a Consolidação das Leis do Trabalho, para impedir que qualquer pessoa seja demitida por causa do homossexualismo. De modo geral, sou também favorável a isso, mas a lei sempre caracteriza a regra pelas exceções. As exceções são importantes na lei. E as exceções devem ser dadas a um sacerdote, seja pastor ou padre, a um professor de seminário. Esse, se optar por comportamento contrário àquele preconizado, há milhares de anos, na religião católica, na religião evangélica, na religião cristã de um modo geral, a sua atuação fica incompatível. É como se eu não aceitasse mais a nacionalidade brasileira ou me negasse a defender a Constituição ou a representar os eleitores do meu Estado.

Muda também, Sr. Presidente, o Código Penal, criando a lei do crime de opinião. Ou seja, expressar opinião contrária é apologia à violência. Mas não se pode entender de maneira ampla e, sim, no sistema do Código Penal, preconizado por nossos juristas. A interpretação é restrita. É restrita a interpretação do Código Penal. As leis precisam ser entendidas **stricto sensu**, para que não se torne o Código Penal um instrumento de perseguição, e se punam inocentes.

Pois teremos agora, contrário à liberdade de pensamento e de culto, contrário à Constituição brasileira, o crime de opinião. Não se pode falar contra o homossexualismo. Coíbe-se, assim, a liberdade de pensamento.

Mas, Sr. Presidente, ainda se muda a lei do racismo, que foi toda ela estruturada em cima de 350 anos das páginas mais negras da nossa história, com que Nabuco, Patrocínio e Princesa Isabel nos redimiram, em 1888. Uma coisa é a discriminação contra negros, com um passado de 350 anos de odiosa perseguição. Outra coisa é uma opinião contrária a uma prática não aceita

unanimemente por todos os brasileiros. Em qualquer outro país do mundo, isso não tem unanimidade.

Para aqueles que acham que eu seja homofobo ou que defendo a homofobia, quero deixar claro que não. Respeito profundamente a opção sexual de cada brasileiro, homem ou mulher. Respeito profundamente o seu direito de decidir sua própria vida.

É por isso, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna hoje. Causou-me espécie uma sentença que o Dr. Manoel Maximiliano Junqueira Filho, Juiz Titular da 9ª Vara Criminal da Comarca da Cidade de São Paulo, proferiu a respeito do caso de um jogador de futebol, atualmente jogando no time do São Paulo, chamado Richardson, que entrou na Justiça por ter sido chamado de homossexual por um dirigente do Palmeiras. Aparentemente, esse rapaz, por entrar na Justiça, não é homossexual, mas a sentença merece emendas e nossos comentários, nós, que somos juristas e velamos pelas liberdades e garantias individuais do nosso povo, no sentido de que, ao dar uma sentença, o juiz deve expressar, primariamente, impessoalidade e legalidade. Talvez a um Senador, a um Deputado, a um político seja muito mais ampla a expressão da opinião do que a de um magistrado que deve seguir os *curbs* da lei.

Pois bem! O juiz disse que futebol não é coisa de homossexual. A sua opinião é a de que homossexualismo não é compatível com atividades viris. Nesse caso, Sr. Presidente, a meu juízo, começamos a expressar valores. Assim como defendo que um jogador de futebol, ao fazer um gol, se ajoelhe e faça o sinal da cruz ou agradeça a Deus, também defendo que seja direito de outro jogador não agradecer a Deus, não comungar com religião alguma ou mesmo ter uma opção sexual, seja ela qual for. A discriminação é odiosa; ela estiola as nações. Ela é contrária aos princípios de qualquer homem de bom senso. Nenhuma página da Bíblia prega ou pregou qualquer tipo de discriminação. O próprio Cristo não aceitou que se apedrejasse uma prostituta no momento em que Ele próprio corria o risco de ser apedrejado. Preferiu que fosse assim a que se apedrejasse uma mulher considerada imunda pela lei naquela época.

Sr. Presidente, se somos cristãos, queremos construir uma Nação livre e solidária, na época, em que, por exemplo, no meu Estado, se cometem 300 mil crimes por ano.

Mil por dia são cometidos no Estado do Rio de Janeiro. Pasmem, Sr. Presidente, mil por dia. São lesões corporais dolosas, são furtos, são roubos, são

assassinatos, homicídios, seqüestros. São mais de mil por dia.

Se queremos construir uma nação solidária, amiga, precisamos respeitar o direito do nosso próximo. O juiz diz também que não era caso de buscar a Justiça, mas que, se ele se sentisse ofendido, buscasse um *tête-à-tête*.

Ora, Sr. Presidente, será que cabe a um juiz incitar o crime e a violência? O *tête-à-tête* não poderia ser enquadrado como exercício arbitrário das próprias razões? Não podia resultar isso em agressões verbais, psicológicas e físicas? Não seria uma injúria de repente se transformando num crime?

E, pior de tudo, lança-se sobre esse jogador, em todo o cenário jornalístico, na imprensa, uma pecha. Não sei se é ou se não é, não nos cabe... O que cabe a um torcedor é torcer pelo seu time, é avaliar o desempenho de um jogador, mas não discriminá-lo.

Há pouco vimos odiosas manifestações na Europa, quando chamaram um jogador negro de... De um nome que não quero repetir, porque me ofende tanto. Eu, que vivi dez anos na África, como missionário, não gosto nem de pensar. Mas foi uma discriminação odiosa, quando os maiores craques que temos são oriundos do continente africano. Não nos ofendeu a todos? Não foi julgado pela Fifa?

Não queremos ver, amanhã, Sr. Presidente, jogadores de futebol, de voleibol, seja lá do que for... Tivemos grandes tenistas declaradamente homossexuais que encantaram o mundo e que fizeram o seu jogo com brilhantismo, ganharam e perderam partidas.

Não queremos ver mais discriminação odiosa no nosso País!

Então, Sr. Presidente, ainda que defenda que o PLS não deva ser aprovado, ainda que defenda que essa lei seja esdrúxula, que é uma excrescência jurídica, e não sei como foi aprovada na Câmara dos Deputados, venho a esta tribuna para dizer que me senti ofendido e que lamento profundamente a sentença prolatada pelo Juiz Maximiniano, da 9ª Vara Criminal de São Paulo. Presto, então, aqui, minha solidariedade a esse jogador, que não sei se é homossexual ou não, mas cujo direito de jogar futebol e de exercer sua profissão com liberdade e com respeito de todos nós brasileiros defenderei.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª engrandece esta Casa, e, nesse sentido, quero dar um testemunho. Antes de V. Exª ser Senador da República, representando o respeito do povo piauiense a V. Exª, ao seu comportamento, eu, em nome do

povo do Piauí, condecorei-o com a maior comenda, Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Renascença, e vi os aplausos, a gratidão e o respeito do povo do meu Estado. Depois, quis Deus que fôssemos ambos Senadores.

E, hoje, V. Exª prova a este País que este é um dos melhores Senados dos 183 anos. E V. Exª faz jus a isso.

Aqui, na Presidência, acompanhei o seu debate e a sua posição firme em defesa das liberdades dos seqüestrados atletas cubanos, dos quais foram tirados o direito de ir e vir, de gozar a liberdade.

É muito comum se prestar homenagem ao sol que nasce. Meu respeito à figura extraordinária de Waldir Pires, que foi meu chefe. Fui da Previdência. Ele foi um dos melhores Ministros da Previdência. Falo pela classe médica. E o brigadeiro também foi humilhado. Enquanto, com arrogância, cita palavras roubadas de Disraeli, Ministro da era vitoriana, “não se queixe, não se desculpe, não explique grosseiramente”. E V. Exª, mesmo sendo do Governo, teve a altivez de defendê-los. E agora isso daí mostrando a ignorância, e o meu professor de cirurgia dizia “a ignorância é audaciosa”.

Os filósofos daquele tempo antigo, antes de Cristo, que V. Exª prega, muitos deles ficavam na noite estudando, querendo explicar por que o sol brilhava, a lua saía à noite, o vento. Já havia vinho, eles se embebedavam, e as mulheres eram afastadas das reuniões porque eram tidas como escravas e, portanto, não podiam participar. Muitos deles eram filósofos e homossexuais, que deram ensinamentos.

Enfim, V. Exª representa aquilo que é mais importante: o amor ao próximo, o respeito ao próximo, que Jesus nos ensinou.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, como orador inscrito, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, confesso que pretendia usar a tribuna para também falar a respeito da crise do setor da aviação civil. Mas, a esta altura, foram tantos os pronunciamentos a respeito desse assunto que me animo apenas a dizer que, há poucos instantes, estive no gabinete do Ministro Nelson Jobim na qualidade de Relator da Subcomissão que trata do aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, para convi-

dá-lo a participar de uma audiência pública que deverá ser presidida, na próxima semana, pelo Senador Delcídio Amaral. S. Ex^a pretendia realizar uma reunião hoje sobre a crise do setor. Mas, foi mais prudente aguardar para a próxima semana quando teremos o pronunciamento do próprio Ministro Nelson Jobim.

Então, Sr. Presidente, vou aguardar a presença do Ministro Nelson Jobim, que inclusive virá acompanhado do novo Presidente da Infraero, Sr. Sérgio Gaudenzi, do novo brigadeiro responsável pelo setor aéreo, e outras autoridades já convidadas. Aí, sim, teremos um painel variado, com as opiniões, avaliações sobre essa crise que não pode se esgotar na simples conclusão de que a culpa foi dos pilotos ou da companhia aérea. Na verdade, pode ter sido culpa quando do acidente, mas existe aí um contexto muito mais grave, cabendo ao Congresso Nacional, que já está investigando no âmbito da CPI criada, investigar também sob o âmbito da regulamentação das agências regulatórias tudo aquilo que possa representar, diante do Congresso Nacional, uma verdadeira tomada de prestação de contas daqueles que hoje não se mostram responsáveis, inclusive pela perda de tantas vidas humanas, como aconteceu no caso do acidente do Airbus da TAM.

Com essas palavras, Sr. Presidente, anuncio, até mesmo em nome do Senador Delcídio Amaral, e no meu nome – porque sou Relator dessa Comissão – a disposição de ir fundo com relação às atribuições, por exemplo, da Anac, que são atribuições importantíssimas que deveriam, aliás, estar sendo cumpridas de maneira mais eficaz, para dar maior garantia àqueles que diariamente são obrigados a se valer do transporte aéreo, e já o fazem com muito temor, já o fazem com muito nervosismo, porque se o Presidente da República diz que quando fecha a porta do avião ele entrega sua sorte a Deus, avalie aqueles passageiros de uma aeronave no Brasil como se mostram hoje temerosos quando se deparam com publicações como a da revista **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a me permite interrompê-lo para prorrogar a sessão em vinte ou trinta minutos, para que V. Ex^a continue com o brilho de sua oratória em suas conclusões. Depois ouviremos o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Por mim, Sr. Presidente, V. Ex^a encerraria agora mesmo. Mas diante da possibilidade de ouvirmos aqui o Líder do Governo que deve trazer uma comunicação

importante, realmente fico com V. Ex^a quando diz que vai prorrogar a sessão por vinte ou trinta minutos.

A mim só cabe dizer da precariedade das chamadas agências reguladoras do setor aéreo. Todos se perguntam o que é que essa Anac finalmente está fazendo desde a sua criação, em 2005, e dispõe de um arsenal importantíssimo de atribuições com relação a segurança do chamado setor aéreo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É muito oportuna a participação de V. Ex^a como Senador, atento para esse caos aéreo e atentai para as denúncias do Brigadeiro José Carlos Pereira. Inclusive, há denúncias de **lobby** feito pela pessoa que responde pela Anac nessa mudança de aeroporto para Ribeirão Preto.

Concedemos a palavra ao Líder do Governo Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante e um comentário que diz respeito à política econômica do Governo do Presidente Lula.

Primeiro, quero registrar que foi auferido o crescimento de 4,8% no primeiro semestre, para a produção industrial do nosso País; há nove meses consecutivos vem crescendo a produção industrial.

A produção industrial de junho cresceu 1,2% em relação a maio; 6,6%, em relação a junho do ano passado, e 4,8% no primeiro semestre. O que é mais importante é que as projeções indicam que há possibilidade concreta de se chegar a um crescimento industrial, no segundo semestre, de 6,5%. Esse é um dado extremamente auspicioso, Sr. Presidente, porque demonstra um crescimento real do setor industrial brasileiro. O motivo desse crescimento do setor industrial brasileiro está se dando, principalmente, por conta do aumento do consumo interno, o que registra um aumento, portanto, do padrão de gastos da população brasileira. É bem verdade que as exportações também contribuíram, principalmente no setor da agricultura. Mas, sem dúvida nenhuma, esse é um dado que demonstra o acerto não só da política econômica, mas também o da queda dos juros do País. Os dados que mostraram o crescimento da indústria de 4,8%, Senador Jayme Campos, registram também que o maior crescimento na compra das indústrias foi exatamente em equipamentos, máquinas e, portanto, material de investimento para novas produções.

O crescimento de bens de capital no primeiro semestre foi de dois dígitos. Foi de 20% para equipa-

mentos para indústria; 31% de equipamentos para agricultura; 15,9% de equipamentos para energia; 13% de equipamentos para construção; 12% para transporte e 15% de uso misto.

Portanto, estamos vendo que diminuir o preço, que diminuir a taxa de juros, não fazem com que venha a possibilidade de inflação. O investimento no Brasil não está gerando um aquecimento da demanda. Ao contrário, está gerando a ampliação da demanda e da oferta. Os industriais, os empresários, estão investindo mais e estão se aparelhando para produzir mais ainda.

Esse era o registro extremamente auspicioso que gostaria de fazer. Quero dizer que vamos trabalhar. O Congresso tem contribuído para que possamos desonerar a produção e diminuir os encargos tributários.

O Governo vai apresentar, no segundo semestre, uma nova proposta de reforma tributária que desonere ainda mais a produção. Esse dado, Senador Eduardo Suplicy, é um dato auspicioso: 4,8% do crescimento da indústria no primeiro semestre e projeção de 6,5% de crescimento no segundo semestre. Haverá aumento nos investimentos, aumento na compra de equipamentos, aumento na demanda interna do País e, portanto, melhoria de todas as condições macroeconômicas que terão, sem dúvida, consequência microeconômica na qualidade de vida da população brasileira.

Era o registro que gostaria de fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Que sejam verdadeiras as informações do Líder. É o que pedimos a Deus. Até hoje o porta-voz foi o espírito de Goebbels. Tratando-se de Romero Jucá, um Líder de grande valia, nós acreditamos.

Mostrando o espírito da lei invocado por Montesquieu, concedemos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, vamos dizer, estereotipado já como um dos mais capacitados em síntese para encerrar a sessão.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Presidente desta sessão, considero muito importante o registro que o Senador Romero Jucá faz do desempenho da produção industrial brasileira no primeiro semestre deste ano, 4,8%, e a projeção de que neste ano poderemos ter 6,5% de crescimento da indústria. Isso contribuirá para que o Brasil possa superar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em 2007, para além dos 5% ao ano – espero – como um prenúncio de que os próximos três anos do Governo do Presidente Lula sejam ainda melhores.

É muito importante assinalar aqui o artigo que o Presidente Lula escreveu ontem para **O Globo** “Uma parceria necessária”, ressaltando que a sua visita ao México constitui uma excelente oportunidade para consolidar a parceria entre dois países que ocupam lugar importante no continente e devem compartilhar objetivos e aspirações.

México e Brasil são as duas maiores economias da América Latina, com grau de desenvolvimento e capacitação tecnológica destacada, buscando superar os obstáculos que limitavam e limitam o nosso crescimento e retardam nossa emancipação social. Estamos empenhados em reverter um quadro secular de pobreza e de concentração perversa de renda por meio de programas inovadores de transferência de recursos que ampliam os direitos fundamentais dos cidadãos. Não se pode mais aceitar como fatalidade nem a miséria de uns nem a indiferença de outros.

No momento em que o Presidente Calderón está iniciando seu Governo, devemos reforçar uma associação que ganha densidade econômica e profundo diálogo entre nossas sociedades.

Presidente Mão Santa, eu gostaria de informar que, em junho último, estive no I Congresso Internacional sobre Renda Básica de Cidadania, na Universidad Autónoma de la Ciudad de México, bem como na Universidad Autónoma Nacional de México. Em ambas as universidades, por três dias, alguns dos maiores especialistas – Daniel Raventós, da Espanha, o economista Bertomeu, da Argentina, o espanhol David Casassas, da Universidade de Oxford, e outros, entre os quais eu, como convidado – dialogaram com as autoridades do Governo do México e do Governo Distrital do México.

Ressalto que houve, no Governo do Distrito Federal da Cidade do México, uma experiência muito interessante nos últimos anos. Essa experiência se refere ao pagamento a todos os cidadãos denominados adultos maiores de 65 anos, de uma pensão universal. Essa pensão paga a esses adultos maiores serve de experiência, no âmbito da Cidade do México, do pagamento de uma renda básica para toda a população, só que para os mais velhos. Eu gostaria de informar a V. Ex^a que isso ocorreu no início dos anos 2000.

Inicialmente, segundo as pesquisas, as pessoas achavam que aquilo era uma dívida do governo. Mas agora, praticamente mais de 76% da população considera aquilo como um direito da pessoa de participar da riqueza da Cidade do México. Tenho aqui reiterado a V. Ex^a que um dia isso será concedido a toda e qual-

quer pessoa. Tendo em vista o projeto já aprovado pelo Congresso Nacional, isso vai acabar acontecendo.

Acho importante que possam as equipes do Presidente Lula e do Presidente Calderón interagir. O Presidente reiterou que tem sido o tema central dos encontros de Berlim, à margem das reuniões do G – 8, e em Georgetown, o tema do diálogo.

O México e o Brasil conformam um mercado de mais de 300 milhões de pessoas. O fluxo comercial bilateral alcançou, em 2006, o volume recorde de quase US\$6 bilhões. O México já é o sétimo parceiro comercial do Brasil e o quinto mercado para nossas exportações.

O Presidente Lula reiterou que vê com satisfação que as exportações mexicanas para o Brasil praticamente dobraram nos últimos três anos, ajudando os esforços para alcançar maior equilíbrio nas trocas bilaterais. A confiança no potencial dessa colaboração se expressa no aumento dos investimentos recíprocos. O México já é a quinta maior fonte de inversões externas no Brasil. E grandes empresas brasileiras estão incluindo o México em suas estratégias de expansão.

Precisamos aproximar ainda mais nossas empresas, diversificar nosso intercâmbio, focalizando novos nichos e oportunidades. O Presidente Lula convidou inúmeros empresários brasileiros para o acompanharem nessa importante viagem. É importante, inclusive, sob o ponto de vista da segurança energética e a proteção ambiental, que ambos os países desejem; que os dois governos possam forjar uma parceria mais intensa, com amplas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento tecnológico em matéria de produção e exploração de petróleo e gás natural em águas profundas.

No campo dos biocombustíveis, o Brasil espera contar com o México na campanha para estabelecer um mercado mundial para combustíveis mais limpos, baratos e renováveis.

Eu quero aqui ressaltar o ponto em que o Presidente Lula falou da democratização do acesso a novas fontes energéticas, multiplicando a geração de empregos e renda, diversificando a matriz energética, levando em conta as necessidades dos agricultores e garantindo a produção de alimentos para todos.

Não há outro caminho para a inserção competitiva de nossa região numa economia internacional cada vez mais globalizada fora do aproveitamento inteligente de nossas sinergias políticas e da complementaridade geoeconômica.

Sobre o tema que hoje aqui se travou, inclusive com a participação dos Senadores Heráclito Fortes,

Arthur Virgílio e outros, quero ressaltar o que disse o Presidente Lula ao defender a construção, na América do Sul, de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático.

São esses mesmos valores que me fizeram [disse o Presidente Lula] incluir a América Central e o Caribe nessa minha viagem. Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física. Em nosso continente [ressaltou o Presidente Lula] não precisamos de muros; precisamos de estradas, pontes, gasodutos e linhas de transmissão. A verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias.

Aqui ressalto, Sr. Presidente Mão Santa, a defesa que todos nós Senadores precisamos mais e mais fazer da livre circulação de seres humanos nas três Américas. A parceria que estamos construindo dificilmente prosperará em um ambiente internacional marcado por globalização tão desigual e arbitrária. Alguns dos principais desafios da governança mundial reforçam a urgência de respostas coletivas que tenham legitimidade e eficácia. A fome, o terrorismo, os desastres ambientais não escolhem as suas vítimas, não respeitam fronteiras.

Os novos e acelerados movimentos dos fluxos de capitais, de comércio e de investimento atestam o surgimento de novos pólos dinâmicos no cenário internacional, mas cabem ao México e ao Brasil ocupar os seus espaços nesse processo ao lado das demais economias emergentes.

A comunidade internacional vê, cada vez mais, os nossos países como interlocutores fundamentais em um cenário global de crescente complexidade e incerteza.

Assim, Sr. Presidente, para que caminhemos em direção à construção da paz nas três Américas é importante que tenhamos espírito de integração, a fim de que possam todos, inclusive os pugilistas de Cuba, escolher onde viver: no Brasil, em Cuba ou em qualquer outro país.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e requeiro que o pronunciamento a que me refiro seja transcrito na íntegra na ata desta sessão.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PRIMEIRO CADERNO - 05-08-2007

Uma parceria é necessária.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sen. Eduardo Suplicy

Minha visita ao México é excelente oportunidade para consolidar a parceria entre dois países que ocupam lugar importante no continente e devem compartilhar objetivos e aspirações.

México e Brasil são as duas maiores economias da América Latina, com grau de desenvolvimento e capacitação tecnológica destacada. Buscamos superar os obstáculos que limitavam e limitam nosso crescimento e retardam nossa emancipação social. Estamos empenhados em reverter um quadro secular de pobreza e de concentração perversa de renda por meio de programas inovadores de transferência de recursos, que ampliam os direitos cidadãos fundamentais. Não se pode mais aceitar como fatalidade nem a miséria de uns nem a indiferença de outros.

No momento em que presidente Calderón está iniciando seu governo, devemos reforçar uma associação que ganha densidade econômica e aprofunda o diálogo entre nossas sociedades.

Essa foi a mensagem que o então presidente eleito deixou ao visitar o Brasil em outubro passado. Foi igualmente o tema central dos encontros que mantivemos em Berlim, à margem das reuniões do G-8 e, antes, em Georgetown, por ocasião da recente reunião do Grupo do Rio.

México e Brasil conformam um mercado de mais de 300 milhões de pessoas. O fluxo comercial bilateral alcançou, em 2006, o volume recorde de quase US\$ 6 bilhões. O México já é o sétimo parceiro comercial do Brasil e o quinto mercado para nossas exportações.

Verifico, com satisfação, que as exportações mexicanas para o Brasil praticamente dobraram nos últimos três anos, ajudando, assim, nossos esforços em alcançar maior equilíbrio nas trocas bilaterais. A confiança no potencial dessa colaboração se expressa no aumento dos investimentos recíprocos. O México já é a quinta maior fonte de inversões externas no Brasil. E grandes empresas brasileiras estão incluindo o México em suas estratégias de expansão.

Mas é pouco. Precisamos aproximar ainda mais nossas empresas e diversificar o intercâmbio, focalizando novos nichos e oportunidades de negócios.

As negociações em curso para ampliar e aprofundar o acordo comercial bilateral é um passo auspicioso nessa direção.

No momento em que o mundo busca respostas para a segurança energética e a proteção ambiental, México e Brasil podem forjar uma parceria mais intensa. Há amplas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento tecnológico em matéria de produção e exploração de petróleo e gás natural, em águas profundas.

No campo dos biocombustíveis, o Brasil espera contar com o México na campanha para estabelecer um mercado mundial para combustíveis mais limpos, baratos e renováveis.

Temos a oportunidade de democratizar o acesso a novas fontes energéticas, multiplicando a geração de empregos e renda e diversificando a matriz energética, levando em conta as necessidades de nossos agricultores e garantindo a produção de alimentos para todos.

Não há outro caminho para a inserção competitiva de nossa região numa economia internacional cada vez mais globalizada fora do aproveitamento inteligente de nossas sinergias políticas e complementaridades geoeconômicas.

Por isso, tenho defendido a construção na América do Sul de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático.

São esses mesmos valores que me fizem incluir também a América Central e o Caribe nesta minha viagem. Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira Sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física.

Em nosso continente, não precisamos de auros. Precisamos de estradas, pontes, gasodutos e linhas de transmissão. A verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias.

No entanto, a parceria que e vamos construir só dificilmente prospera num ambiente internacional marcado por uma globalização tão desigual e arbitraria. Alguns dos principais desafios da governança mundial reforçam a urgência de respostas coletivas que tenham legitimidade e eficácia. A fome, o terrorismo, os desastres ambientais não escolhem suas vítimas e não respeitam fronteiras.

Ao mesmo tempo, os novos e celeres movimentos dos fluxos de capitais, de comércio e de investimentos atestam o surgimento de novos pólos dinâmicos no cenário econômico mundial. Cabe ao México e ao Brasil ocupar seu espaço nesse processo, ao lado das demais economias emergentes.

A comunidade internacional vê cada vez mais nossos países como interlocutores fundamentais em um cenário global de crescente complexidade e incerteza.

Somos chamados a assumir responsabilidades para forçar novos consensos em torno dos temas prioritários da agenda internacional.

Nossos países têm muito a dizer e a contribuir. Estamos decididos a intervir na conformação de novas regras e procedimentos no cenário internacional.

Defendemos - mesmo que com dificuldades - uma reforma das Nações Unidas, instituição que necessita maior legitimidade e eficácia.

No âmbito do G-20, estamos empenhados na eliminação dos subsídios bilionários que impedem que o comércio seja uma alavanca do desenvolvimento, capaz de recompensar a criatividade e a competitividade de nossa gente.

No Haiti, onde o Brasil exerce o comando da força de estabilização integrada por muitos países latino-americanos, o México tem participado de programas de reconstrução necessários para lograr a verdadeira paz naquele país.

Volto ao México com a esperança de que estamos entrando em um novo momento de nossas relações, capaz de dar nova qualidade a nossas relações. Relações que transcendem governos e estão assentadas na vontade comum de nossos povos de dar um novo rumo a nosso continente e a nossas sociedades.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, será atendido na forma regimental.

Eu pediria permissão para advertir V. Ex^a. Seu Partido tem que pensar bem e agir bem. Ele agiu mal ao seqüestrar os nossos irmãos que queriam permanecer no Brasil. Seria até um caso de asilo político, porque eles não concordam com aquele tipo de governo. E essa é a nossa tradição. Foi essa a tradição do mundo democrático. Isso pode ocorrer com V. Ex^a e comigo numa necessidade.

V. Ex^a teve todo o tempo para fazer o **marketing** de Luiz Inácio. Acredito que nós temos mais valor. Eu fui à cidade de V. Ex^a recentemente, por ocasião do casamento da filha do grande Líder Geraldo Alckmin, em quem votei com amor. Tinha muita fé e esperança de que ele fosse o nosso Presidente. Pude sentir o apreço do povo de São Paulo ao Senador. Eu fui muito abraçado, fotografado e dei autógrafo.

E não é só lá, não. Se Luiz Inácio tem popularidade, nós, do Senado, temos credibilidade. No sábado, eu representava esta Casa no Piauí, nos povoados de Tucuns e Uruçuí, quando outro Senador daqui, Adelmir Santana, recebia o Título de Cidadão Honorário de Uruçuí, povoado onde teve origem a sua família.

Ele, como eu, recebeu aplausos, o povo querendo tirar fotografia e pedia autógrafos.

Este Poder, acho que é um dos melhores Senados da história do mundo. O Senado Romano tem aquela história de que Calígula colocou um cavalo de nome **Incitatus** para ser senador e os Senadores Romanos ainda bateram palmas. Quase o fazem cônsul. Nós não. Nós estamos, como V. Ex^a, trabalhando segunda-feira além do tempo previsto para uma sessão do Senado.

Que o nosso Presidente da República tenha ciência que este aqui é um Poder, veio do povo. E nós somos filhos, como Luiz Inácio, do voto e da democracia. Para contrabalançar o desgaste que, porventura, alguém ache que o Senado teve, vou ler aqui de uma mulher brasileira que simboliza o que há de melhor neste País. Aqui é a voz do Brasil, da mulher que V. Ex^a tanto admira. A mulher artista, a mulher que canta, a mulher que luta: Rita Lee. Qual brasileiro não admira a sua luta?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Minha amiga.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois sua amiga está com a verdade. Meus aplausos à Rita Lee. Aliás, ela disse que ouve o Senado. Uma vez até ela fez elogio dizendo que mais gostava de ver o Senador do Piauí.

Agora é Rita Lee que fala, ó Luiz Inácio, pelo Brasil. A voz da mulher, da luta, da coragem:

Mais de 5 mil pessoas enfrentaram um frio intenso para assistir ao show da canto-

ra Rita Lee no Festival de Inverno de Bonito, Mato Grosso do Sul. Com quase duas horas de duração, o concerto foi uma espécie de radiografia da história da roqueira e levou o público a cantar sucessos como *Ovelha Negra* e *Lança-Perfume*.

Num dos momentos do show deste sábado, Rita Lee estimulou o público a vaiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela criticou o que seria falta de ação do presidente para defender o meio ambiente e disse que “depois ele não sabe por que é vaiado”. O público respondeu com quase um minuto de vaias a Lula.

Então, era isso que eu desejava dizer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Se o Presidente Luiz Inácio tem a popularidade, o Senado da República do Brasil tem a popularidade e a credibilidade ainda – daí estarmos aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a já... Vamos olhar os minutos. Eu lhe permito, mas estamos todos entendidos. Isto aqui é um debate. V. Ex^a fez a apoteose do Presidente Luiz Inácio, e eu fiz a apoteose da credibilidade ainda existente neste País por esta Casa, simbolizada por Rui Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 julho de 1984, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 37, de 2007**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2007

Inserir o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso VII:

“Art. 67.

VII – a cada sete anos de trabalho, licença das atividades normais, com duração mínima de um ano. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ser profissional da educação escolar pública nunca foi uma tarefa fácil. Desde 1823, durante a Constituinte do Império, ecoavam nas tribunas os discursos dos deputados das dezessete províncias, reclamando dos parcos salários e das condições precárias de trabalho a que eram submetidos os professores primários.

A partir de meados do século passado, com a universalização do acesso ao ensino fundamental, os profissionais da educação tiveram que acumular jornadas e empregos para propiciar a abertura de milhões de matrículas em todos os rincões do país.

Pesquisas sérias recentes, promovidas por sindicatos de educadores e por autoridades médicas, têm repercutido na imprensa a dura realidade do desgaste físico e emocional dos professores e demais profissionais da educação.

A Constituição de 1988, sensível a estes problemas, determinou que um dos princípios da educação seria a valorização dos profissionais da educação. Embora se entenda como mais urgente a questão do salário, que, se não resolvida, continuará induzindo as múltiplas jornadas, parece-nos fundamental inserir na carreira desses profissionais um dispositivo que a distinga das demais: o ano sabático. Assim, este projeto, se aprovado, garantiria a todos os profissionais da educação que, completados sete anos de trabalho, pudessem requerer

e gozar de licença de, pelo menos, um ano, a critério de cada ente federado. Possibilidade que já é assegurada aos professores do Ensino Superior.

À União, a cada Estado e Município, e ao Distrito Federal, competirá dispor, em seus estatutos e planos de carreira, sobre as condições de aquisição e as formas de fruição desse direito, dentro da autonomia de que gozam como entes federados.

Esse ano de afastamento da escola não somente servirá como tempo de merecido descanso, mas também poderá ser usado para aprimoramento acadêmico e cultural. E, mais que tudo, certamente influenciará muitos jovens no sentido de escolherem esse campo profissional como área de estudo e como projeto de vida.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de

coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, DE 2007

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e §§ 2º, 3º e 4º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 31.

IX – independentemente do tipo societário adotado, elaborar a escrituração contábil e elaborar e publicar as demonstrações financeiras de cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º

§ 2º O disposto no § 6º do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não se aplica à concessionária e à permissionária.

§ 3º As demonstrações financeiras referidas no inciso IX deste artigo deverão ser publicadas, adicionalmente, na rede mundial de computadores.

§ 4º O disposto no inciso IX deste artigo aplica-se às permissionárias de serviços públicos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As atividades econômicas que se caracterizam como serviço público têm evidente relevância social, não apenas porque conferem utilidade a seus usuários, mas porque atribuem coesão ao convívio em sociedade.

E é por isso que os serviços públicos foram atribuídos pela ordem econômica constitucional ao Poder Público, que deve exercê-lo diretamente ou por meio de empresas privadas concessionárias ou permissionárias.

Nesse contexto, o exercício de serviço público por empresa privada, concessionária ou permissionária, merece ser conduzido com maior transparência, o que se faz impondo à concessionária ou à permissionária a elaboração de laudos contábeis capazes de demonstrar a margem de lucro resultante do exercício da atividade, bem como o custo efetivo da prestação de serviço público ou execução da obra pública com discriminação das despesas correntes e gastos com investimento de capital.

A transparência deve ser perseguida, também, mediante a imposição de publicação das informações contábeis descritas na rede mundial de computadores, a internet. Isso facilitará a fiscalização das concessionárias e das permissionárias pelos usuários e a consequente repressão de eventuais abusos cometidos.

São essas as razões que nos levam a apresentar esta proposta de alto cunho econômico e social, para cujo acolhimento contamos com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo VIII

DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO II**Demonstrações Financeiras****Disposições Gerais**

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas deverão indicar:

a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);

- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (artigo 186, § 1º);
- i) os eventos subseqüentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

~~§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior ao valor nominal de 20.000 (vinte mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.~~

§ 6º A companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

Escrituração

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mudanças patrimoniais segundo o regime de competência.

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

SEÇÃO III

Balanço Patrimonial

Grupo de Contas

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Ativo

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Passivo Exigível

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do artigo 179.

Resultados de Exercícios Futuros

Art. 181. Serão classificadas como resultados de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Patrimônio Líquido

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;

d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

§ 3º Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela assembléia-geral.

§ 4º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§ 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Critérios de Avaliação do Ativo

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, pelo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for menor; serão excluídos os já prescritos e feitas as provisões adequadas para ajustá-lo ao valor provável de realização, e será admitido o aumento do custo de aquisição, até o limite do valor do mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos;

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

III - os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas;

IV - os demais investimentos, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior;

V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;

VI - o ativo diferido, pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem a sua amortização.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor de mercado:

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

§ 2º A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

c) exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

§ 3º Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes, devendo ser registrada a perda do capital aplicado quando abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.

§ 4º Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III - as obrigações sujeitas à correção monetária serão atualizadas até a data do balanço.

Correção Monetária

~~Art. 185. Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)~~

~~§ 1º Serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais: (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)~~

~~a) o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas; (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)~~

~~b) os saldos das contas de patrimônio líquido. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)~~

~~§ 2º A variação nas contas do patrimônio líquido, decorrente de correção monetária, será acrescida aos respectivos saldos, com exceção da correção do capital realizado, que constituirá a reserva de capital de que trata o § 2º do artigo 182. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)~~

~~§ 3º As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)~~

SEÇÃO IV

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

SEÇÃO V

Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

~~IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (artigo 185, § 3º);~~

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais; (Redação dada pela Lei nº 9.249, de 1995)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrados como reserva de reavaliação (artigo 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

SEÇÃO VI

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;

b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;

c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

a) dividendos distribuídos;

b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;

c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;

d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e à de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, DE 2007

Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (“Estatuto da Cidade”), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 58-A. É garantida a posse de área pública urbana aos beneficiários de assentamento de baixa renda ou de outras ocupações

de interesse social, por tempo indeterminado, desde que a ocupação seja pacífica e contínua há, no mínimo, um ano e um dia.

Art. 58-B. A administração pública poderá requisitar administrativamente a posse de área a que se refere o artigo anterior, desde que presente pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I – a área ocupada situe-se em bem de uso comum do povo ou de uso especial;

II – a área ocupada esteja destinada a projeto de urbanização ou a outro uso de relevante interesse social ou público;

III – a área ocupada acarrete risco à vida ou à saúde dos ocupantes ou de terceiros.

§ 1º A requisição prevista neste artigo será precedida, cumulativamente:

I – de procedimento administrativo em que será assegurada a participação da comunidade afetada, inclusive mediante os instrumentos previstos no inciso II do art. 43 desta Lei;

II – da destinação de área urbana substituta, para fins de assentamento dos ocupantes da área requisitada.” (NR)

Art. 2º Os beneficiários a que se refere esta lei podem requerer a concessão de uso especial de área que ocupam ou fazer uso de outros instrumentos legais de regularização de ocupação, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e demais diplomas legais pertinentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Projeto de Lei que apresentamos pretende solucionar problema que, infelizmente, surge com certa frequência em nosso País.

Com efeito, todos temos conhecimento de conflitos gerados pela ocupação de áreas por brasileiros que, não tendo teto, acorrem para terrenos, da propriedade do Estado ou de particulares – mormente nas periferias das grandes cidades – onde constroem as suas precárias moradias.

Tais ocupações, no mais das vezes, geram ações dos proprietários dessas áreas com o intuito de desalojar os ocupantes e obter a posse.

Quanto a essas ações, temos observado que, muitas vezes, sendo o Estado o proprietário, intenta retirar os beneficiários da ocupação sem que a área esteja destinada a atividade de interesse social ou público.

Em nossa opinião, é totalmente inadequada tal atitude, que priva de um teto diversas famílias, sem que a área em questão seja destinada a qualquer atividade, ficando abandonada, por vezes, até nova ocupação.

Em alguns casos, a jurisprudência dos nossos Tribunais tem corrigido esse erro da administração, garantindo a manutenção de posse de ocupantes de áreas públicas urbanas, quando não há destinação definida para elas.

Assim, pretendemos alterar a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para permitir a posse de área pública urbana aos beneficiários de assentamento de baixa renda ou de outras ocupações de interesse social, por

tempo indeterminado, desde que a ocupação seja pacífica e contínua há, no mínimo, um ano e um dia.

Por outro lado, reconhecemos o direito de a administração requisitar a posse dessas áreas, desde que presente pelo menos uma das seguintes hipóteses: I – a área ocupada situe-se em bem de uso comum do povo ou de uso especial; ou II – a área ocupada esteja destinada a projeto de urbanização ou a outro uso de relevante interesse social ou público; ou IV – a área ocupada acarrete risco à vida ou à saúde dos ocupantes ou de terceiros.

Ademais, prevemos que a requisição será precedida, cumulativamente: I – de procedimento administrativo em que será assegurada a participação da comunidade afetada, inclusive mediante os instrumentos previstos no inciso II do art. 43 do Estatuto da Cidade, vale dizer, debates, audiências e consultas públicas; II – da destinação de área urbana substituta, para fins de assentamento dos ocupantes da área requisitada, para que não fiquem ao relento.

Por fim, estamos prevendo que os beneficiários da lei que almejamos possam requerer a concessão de uso especial de área que ocupam ou fazer uso de outros instrumentos legais de regularização de ocupação, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e demais diplomas legais pertinentes aprovados nos últimos anos por este Congresso Nacional, que muito tem contribuído para avançarmos rumo à solução dos graves problemas urbanos que afetam o nosso País.

Em Face do exposto e tendo em vista a relevância social da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- V – (VETADO)

.....
MPV Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I

Da Concessão de Uso Especial

Art. 1º Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 2º Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 3º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.

Art. 3º Será garantida a opção de exercer os direitos de que tratam os arts. 1º e 2º também aos ocupantes, regularmente inscritos, de imóveis públicos, com até duzentos e cinquenta metros quadrados, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que estejam situados em área urbana, na forma do regulamento.

Art. 4º No caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local.

Art. 5º É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:

- I – de uso comum do povo;
- II – destinado a projeto de urbanização;
- III – de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;
- IV – reservado à construção de represas e obras congêneres; ou
- V – situado em via de comunicação.

Art. 6º O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.

§ 1º A Administração Pública terá o prazo máximo de doze meses para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo.

§ 2º Na hipótese de bem imóvel da União ou dos Estados, o interessado deverá instruir o requerimento de concessão de uso especial para fins de moradia com certidão expedida pelo Poder Público municipal, que ateste a localização do imóvel em área urbana e a sua destinação para moradia do ocupante ou de sua família.

§ 3º Em caso de ação judicial, a concessão de uso especial para fins de moradia será declarada pelo juiz, mediante sentença.

§ 4º O título conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 7º O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato **inter vivos** ou **causa mortis**.

Art. 8º O direito à concessão de uso especial para fins de moradia extingue-se no caso de:

I – o concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; ou

II – o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. A extinção de que trata este artigo será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente.

Art. 9º É facultado ao Poder Público competente dar autorização de uso àquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º A autorização de uso de que trata este artigo será conferida de forma gratuita.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 3º Aplica-se à autorização de uso prevista no **caput** deste artigo, no que couber, o disposto nos arts. 4º e 5º desta Medida Provisória.

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

Art. 10. Fica criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, órgão deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Presidência da República, com as seguintes competências:

I – propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano;

II – acompanhar e avaliar a implementação da política nacional de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento básico e de transportes urbanos, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III – propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano;

IV – emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

V – promover a cooperação entre os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municí-

pios e a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano; e

VI – elaborar o regimento interno.

Art. 11. O CNDU é composto por seu Presidente, pelo Plenário e por uma Secretaria-Executiva, cujas atribuições serão definidas em decreto. Parágrafo único. O CNDU poderá instituir comitês técnicos de assessoramento, na forma do regimento interno.

Art. 12. O Presidente da República disporá sobre a estrutura do CNDU, a composição do seu Plenário e a designação dos membros e suplentes do Conselho e dos seus comitês técnicos.

Art. 13. A participação no CNDU e nos comitês técnicos não será remunerada.

Art. 14. As funções de membro do CNDU e dos comitês técnicos serão consideradas prestação de relevante interesse público e a ausência ao trabalho delas decorrente será abonada e computada como jornada efetiva de trabalho, para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais

Art. 15. O inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“I –

28) das sentenças declaratórias de usucapião;

37) dos termos administrativos ou das sentenças declaratórias da concessão de uso especial para fins de moradia;

40) do contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público.” (NR)

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 4 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Pedro Parente.**

LEI Nº 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007

Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária

de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 6º, 7º, 9º, 18, 19, 26, 29, 31 e 45 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a executar ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União, bem como a regularização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada.” (NR)

**“SEÇÃO II
Do Cadastramento**

Art. 6º Para fins do disposto no art. 1º desta lei, as terras da União deverão ser cadastradas, nos termos do regulamento.

§ 1º Nas áreas urbanas, em imóveis possuídos por população carente ou de baixa renda para sua moradia, onde não for possível individualizar as posses, poderá ser feita a demarcação da área a ser regularizada, cadastrando-se o assentamento, para posterior outorga de título de forma individual ou coletiva.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).” (NR)

**“SEÇÃO II-A
Da Inscrição da Ocupação**

Art. 7º A inscrição de ocupação, a cargo da Secretaria do Patrimônio da União, é ato administrativo precário, resolúvel a qualquer tempo, que pressupõe o efetivo aproveitamento do terreno pelo ocupante, nos termos do regulamento, outorgada pela administração depois de analisada a conveniência e oportunidade, e gera obrigação de pagamento anual da taxa de ocupação.

§ 1º É vedada a inscrição de ocupação sem a comprovação do efetivo aproveitamento de que trata o **caput** deste artigo.

§ 2º A comprovação do efetivo aproveitamento será dispensada nos casos de assentamentos informais definidos pelo Município como área ou zona especial de interesse social, nos termos do seu plano diretor

ou outro instrumento legal que garanta a função social da área, exceto na faixa de fronteira ou quando se tratar de imóveis que estejam sob a administração do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 3º A inscrição de ocupação de imóvel domínial da União, a pedido ou de ofício, será formalizada por meio de ato da autoridade local da Secretaria do Patrimônio da União em processo administrativo específico.

§ 4º Será inscrito o ocupante do imóvel, tornando-se este o responsável no cadastro dos bens dominiais da União, para efeito de administração e cobrança de receitas patrimoniais.

§ 5º As ocupações anteriores à inscrição, sempre que identificadas, serão anotadas no cadastro a que se refere o § 4º deste artigo para efeito de cobrança de receitas patrimoniais dos respectivos responsáveis, não incidindo, em nenhum caso, a multa de que trata o § 5º do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.

§ 6º Os créditos originados em receitas patrimoniais decorrentes da ocupação de imóvel da União serão lançados após concluído o processo administrativo correspondente, observadas a decadência e a inexigibilidade previstas no art. 47 desta Lei.

§ 7º Para efeito de regularização das ocupações ocorridas até 27 de abril de 2006 nos registros cadastrais da Secretaria do Patrimônio da União, as transferências de posse na cadeia sucessória do imóvel serão anotadas no cadastro dos bens dominiais da União para o fim de cobrança de receitas patrimoniais dos respectivos responsáveis, não dependendo do prévio recolhimento do **laudêmio**.” (NR)

“Art. 9º

I – ocorreram após 27 de abril de 2006;

II – estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais e de implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou habitacionais das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias federais de comunicação e das áreas reservadas para construção de hidrelétricas ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei.” (NR)

“Art. 18.

I – Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde;

II – pessoas físicas ou jurídicas, em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional.

§ 1º A cessão de que trata este artigo poderá ser realizada, ainda, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, previsto no art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, aplicando-se, inclusive, em terrenos de marinha e acrescidos, dispensando-se o procedimento licitatório para associações e cooperativas que se enquadrem no inciso II do **caput** deste artigo.

.....
 § 6º Fica dispensada de licitação a cessão prevista no **caput** deste artigo relativa a:

I – bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

II – bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública e cuja ocupação se tenha consolidado até 27 de abril de 2006.” (NR)

“Art. 19.

.....
 VI – permitir a cessão gratuita de direitos enfiteúuticos relativos a frações de terrenos cedidos quando se tratar de regularização fundiária ou provisão habitacional para famílias carentes ou de baixa renda.” (NR)

“Art. 26. Em se tratando de projeto de caráter social para fins de moradia, a venda do domínio pleno ou útil observará os critérios de habilitação e renda familiar fixados em regulamento, podendo o pagamento ser efetivado mediante um sinal de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor da avaliação, permitido o seu parcelamento em até 2 (duas) vezes e do saldo em até 300 (trezentas) prestações mensais e consecutivas, observando-se, como mínimo, a quantia correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do salário mínimo vigente.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Nas vendas de que trata este artigo, aplicar-se-ão, no que couber, as condições previstas no art. 27 desta lei, não sendo exigido, a critério da administração, o pagamento de prêmio mensal de seguro nos projetos de assentamento de famílias carentes ou de baixa renda.” (NR)

“Art. 29.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, no caso de venda do domínio pleno de imóveis,

os ocupantes de boa-fé de áreas da União para fins de moradia não abrangidos pelo disposto no inciso I do § 6º do art. 18 desta lei poderão ter preferência na aquisição dos imóveis por eles ocupados, nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, observada a legislação urbanística local e outras disposições legais pertinentes.

§ 2º A preferência de que trata o § 1º deste artigo aplica-se aos imóveis ocupados até 27 de abril de 2006, exigindo-se que o ocupante:

I – esteja regularmente inscrito e em dia com suas obrigações para com a Secretaria do Patrimônio da União;

II – ocupe continuamente o imóvel até a data da publicação do edital de licitação.” (NR)

“Art. 31. Mediante ato do Poder Executivo e a seu critério, poderá ser autorizada a doação de bens imóveis de domínio da União, observado o disposto no art. 23 desta lei, a:

I – Estados, Distrito Federal, Municípios, fundações públicas e autarquias públicas federais, estaduais e municipais;

II – empresas públicas federais, estaduais e municipais;

III – fundos públicos nas transferências destinadas a realização de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social;

IV – sociedades de economia mista voltadas à execução de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social; ou

V – beneficiários, pessoas físicas ou jurídicas, de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, para cuja execução seja efetivada a doação.

§ 3º Nas hipóteses de que tratam os incisos I a IV do **caput** deste artigo, é vedada ao beneficiário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, exceto quando a finalidade for a execução, por parte do donatário, de projeto de assentamento de famílias carentes ou de baixa renda, na forma do art. 26 desta lei, e desde que, no caso de alienação onerosa, o produto da venda seja destinado à instalação de infra-estrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto.

§ 4º Na hipótese de que trata o inciso V do **caput** deste artigo:

I – não se aplica o disposto no § 2º deste artigo para o beneficiário pessoa física, devendo o contrato dispor sobre eventuais encargos e conter cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos; e

II – a pessoa jurídica que receber o imóvel em doação só poderá utilizá-lo no âmbito do respectivo

programa habitacional ou de regularização fundiária e deverá observar, nos contratos com os beneficiários finais, o requisito de inalienabilidade previsto no inciso I deste parágrafo.

§ 5º Nas hipóteses de que tratam os incisos III a V do **caput** deste artigo, o beneficiário final pessoa física deve atender aos seguintes requisitos:

I – possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos;

II – não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.” (NR)

“Art. 45. As receitas líquidas provenientes da alienação de bens imóveis de domínio da União, de que trata esta lei, deverão ser integralmente utilizadas na amortização da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, sem prejuízo para o disposto no inciso II do § 2º e § 4º do art. 4º, no art. 35 e no inciso II do parágrafo único do art. 37 desta lei, bem como no inciso VII do **caput** do art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 3º-A. Caberá ao Poder Executivo organizar e manter sistema unificado de informações sobre os bens de que trata esta lei, que conterà, além de outras informações relativas a cada imóvel:

I – a localização e a área;

II – a respectiva matrícula no registro de imóveis competente;

III – o tipo de uso;

IV – a indicação da pessoa física ou jurídica à qual, por qualquer instrumento, o imóvel tenha sido destinado; e

V – o valor atualizado, se disponível.

Parágrafo único. As informações do sistema de que trata o **caput** deste artigo deverão ser disponibilizadas na internet, sem prejuízo de outras formas de divulgação.”

“Art. 6º-A. No caso de cadastramento de ocupações para fins de moradia cujo ocupante seja considerado carente ou de baixa renda, na forma do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, a União poderá proceder à regularização fundiária da área, utilizando, entre outros, os instrumentos previstos no art. 18, no inciso VI do art. 19 e nos arts. 22-A e 31 desta lei.”

“SEÇÃO VIII

Da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

Art. 22-A. A concessão de uso especial para fins de moradia aplica-se às áreas de propriedade da União, inclusive aos terrenos de marinha e acrescidos, e será

conferida aos possuidores ou ocupantes que preencham os requisitos legais estabelecidos na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001.

§ 1º O direito de que trata o **caput** deste artigo não se aplica a imóveis funcionais.

§ 2º Os imóveis sob administração do Ministério da Defesa ou dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são considerados de interesse da defesa nacional para efeito do disposto no inciso III do **caput** do art. 5º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, sem prejuízo do estabelecido no § 1º deste artigo.”

Art. 3º O art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

I –

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas **f** e **h**;

.....

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

§ 7º (VETADO).” (NR)

Art. 4º Os arts. 8º e 24 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

VII – receitas decorrentes da alienação dos imóveis da União que lhe vierem a ser destinadas; e

VIII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.” (NR)

“Art. 24.

§ 1º O Ministério das Cidades poderá aplicar os recursos de que trata o **caput** deste artigo por intermédio dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o cumprimento do disposto no inciso I a V do **caput** do art. 12 desta Lei.

§ 2º O Conselho Gestor do FNHIS poderá estabelecer prazo-limite para o exercício da faculdade de que trata o § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 5º Os arts. 11, 12, 79, 100, 103, 119 e 121 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Para a realização da demarcação, a SPU convidará os interessados, por edital, para que no prazo de 60 (sessenta) dias ofereçam a estudo plantas, documentos e outros esclarecimentos concernentes aos terrenos compreendidos no trecho demarcando.” (NR)

“Art. 12.

Parágrafo único. Além do disposto no caput deste artigo, o edital deverá ser publicado, pelo menos 1 (uma) vez, em jornal de grande circulação local.” (NR)

“Art. 79.

§ 4º Não subsistindo o interesse do órgão da administração pública federal direta na utilização de imóvel da União entregue para uso no serviço público, deverá ser formalizada a devolução mediante termo acompanhado de laudo de vistoria, recebido pela gerência regional da Secretaria do Patrimônio da União, no qual deverá ser informada a data da devolução.

§ 5º Constatado o exercício de posse para fins de moradia em bens entregues a órgãos ou entidades da administração pública federal e havendo interesse público na utilização destes bens para fins de implantação de programa ou ações de regularização fundiária ou para titulação em áreas ocupadas por comunidades tradicionais, a Secretaria do Patrimônio da União fica autorizada a reaver o imóvel por meio de ato de cancelamento da entrega, destinando o imóvel para a finalidade que motivou a medida, ressalvados os bens imóveis da União que estejam sob a administração do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e observado o disposto no inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo aplica-se, também, a imóveis não utilizados para a finalidade prevista no ato de entrega de que trata o caput deste artigo, quando verificada a necessidade de sua utilização em programas de provisão habitacional de interesse social.” (NR)

“Art. 100.

§ 6º Nos casos de aplicação do regime de aforamento gratuito com vistas na regularização fundiária de interesse social, ficam dispensadas as audiências previstas neste artigo, ressalvados os bens imóveis sob administração do Ministério da Defesa e dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.” (NR)

“Art. 103. O aforamento extinguir-se-á:

- I – por inadimplemento de cláusula contratual;
- II – por acordo entre as partes;

III – pela remissão do foro, nas zonas onde não mais subsistam os motivos determinantes da aplicação do regime enfiteutico;

IV – pelo abandono do imóvel, caracterizado pela ocupação, por mais de 5 (cinco) anos, sem contestação, de assentamentos informais de baixa renda, retornando o domínio útil à União; ou

V – por interesse público, mediante prévia indenização.” (NR)

“Art. 119. Reconhecido o direito do requerente e pagos os foros em atraso, o chefe do órgão local da Secretaria do Patrimônio da União concederá a revigoração do aforamento.

Parágrafo único. A Secretaria do Patrimônio da União disciplinará os procedimentos operacionais destinados à revigoração de que trata o **caput** deste artigo.” (NR)

“Art. 121.

Parágrafo único. Nos casos de cancelamento do registro de aforamento, considera-se a certidão da Secretaria do Patrimônio da União de cancelamento de aforamento documento hábil para o cancelamento de registro nos termos do inciso III do caput do art. 250 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.” (NR)

Art. 6º O Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“SEÇÃO III-A

Da Demarcação de Terrenos para Regularização Fundiária de Interesse Social

Art. 18-A. A União poderá lavrar auto de demarcação nos seus imóveis, nos casos de regularização fundiária de interesse social, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada.

§ 1º Considera-se regularização fundiária de interesse social aquela destinada a atender a famílias com renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos.

§ 2º O auto de demarcação assinado pelo Secretário do Patrimônio da União deve ser instruído com:

I – planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, dos quais constem a sua descrição, com suas medidas perimetrais, área total, localização, confrontantes, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, bem como seu número de matrícula ou transcrição e o nome do pretense proprietário, quando houver;

II – planta de sobreposição da área demarcada com a sua situação constante do registro de imóveis e, quando houver, transcrição ou matrícula respectiva;

III – certidão da matrícula ou transcrição relativa à área a ser regularizada, emitida pelo registro de

imóveis competente e das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes, quando houver;

IV – certidão da Secretaria do Patrimônio da União de que a área pertence ao patrimônio da União, indicando o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP e o responsável pelo imóvel, quando for o caso;

V – planta de demarcação da Linha Preamar Média – LPM, quando se tratar de terrenos de marinha ou acrescidos; e

VI – planta de demarcação da Linha Média das Enchentes Ordinárias – LMEO, quando se tratar de terrenos marginais de rios federais.

§ 3º As plantas e memoriais mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo devem ser assinados por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

§ 4º Entende-se por responsável pelo imóvel o titular de direito outorgado pela União, devidamente identificado no RIP.

Art. 18-B. Prenotado e autuado o pedido de registro da demarcação no registro de imóveis, o oficial, no prazo de 30 (trinta) dias, procederá às buscas para identificação de matrículas ou transcrições correspondentes à área a ser regularizada e examinará os documentos apresentados, comunicando ao apresentante, de 1 (uma) única vez, a existência de eventuais exigências para a efetivação do registro.

Art. 18-C. Inexistindo matrícula ou transcrição anterior e estando a documentação em ordem, ou atendidas as exigências feitas no art. 18-B desta lei, o oficial do registro de imóveis deve abrir matrícula do imóvel em nome da União e registrar o auto de demarcação.

Art. 18-D. Havendo registro anterior, o oficial do registro de imóveis deve notificar pessoalmente o titular de domínio, no imóvel, no endereço que constar do registro imobiliário ou no endereço fornecido pela União, e, por meio de edital, os confrontantes, ocupantes e terceiros interessados.

§ 1º Não sendo encontrado o titular de domínio, tal fato será certificado pelo oficial encarregado da diligência, que promoverá sua notificação mediante o edital referido no **caput** deste artigo.

§ 2º O edital conterá resumo do pedido de registro da demarcação, com a descrição que permita a identificação da área demarcada, e deverá ser publicado por 2 (duas) vezes, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, em um jornal de grande circulação local.

§ 3º No prazo de 15 (quinze) dias, contado da última publicação, poderá ser apresentada impugnação

do pedido de registro do auto de demarcação perante o registro de imóveis.

§ 4º Presumir-se-á a anuência dos notificados que deixarem de apresentar impugnação no prazo previsto no § 3º deste artigo.

§ 5º A publicação dos editais de que trata este artigo será feita pela União, que encaminhará ao oficial do registro de imóveis os exemplares dos jornais que os tenham publicado.

Art. 18-E. Decorrido o prazo previsto no § 3º do art. 18-D desta lei sem impugnação, o oficial do registro de imóveis deve abrir matrícula do imóvel em nome da União e registrar o auto de demarcação, procedendo às averbações necessárias nas matrículas ou transcrições anteriores, quando for o caso.

Parágrafo único. Havendo registro de direito real sobre a área demarcada ou parte dela, o oficial deverá proceder ao cancelamento de seu registro em decorrência da abertura da nova matrícula em nome da União.

Art. 18-F. Havendo impugnação, o oficial do registro de imóveis dará ciência de seus termos à União.

§ 1º Não havendo acordo entre impugnante e a União, a questão deve ser encaminhada ao juízo competente, dando-se continuidade ao procedimento de registro relativo ao remanescente incontroverso.

§ 2º Julgada improcedente a impugnação, os autos devem ser encaminhados ao registro de imóveis para que o oficial proceda na forma do art. 18-E desta lei.

§ 3º Sendo julgada procedente a impugnação, os autos devem ser restituídos ao registro de imóveis para as anotações necessárias e posterior devolução ao poder público.

§ 4º A prenotação do requerimento de registro da demarcação ficará prorrogada até o cumprimento da decisão proferida pelo juiz ou até seu cancelamento a requerimento da União, não se aplicando às regularizações previstas nesta Seção o cancelamento por decurso de prazo.”

Art. 7º O art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

§ 5º Para efeito de aplicação do disposto no **caput** deste artigo, deverá ser observada a anuência prévia:

I – do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, quando se tratar de imóveis que estejam sob sua administração; e

II – do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República, observados os termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal.” (NR)

Art. 8º Os arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam isentas do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda cuja situação econômica não lhes permita pagar esses encargos sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

§ 1º A situação de carência ou baixa renda será comprovada a cada 4 (quatro) anos, na forma disciplinada pelo órgão competente, devendo ser suspensa a isenção sempre que verificada a alteração da situação econômica do ocupante ou foreiro.

§ 2º Considera-se carente ou de baixa renda para fins da isenção disposta neste artigo o responsável por imóvel cuja renda familiar mensal for igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos.

§ 3º A União poderá delegar aos Estados, Distrito Federal ou Municípios a comprovação da situação de carência de que trata o § 2º deste artigo, por meio de convênio.

§ 4º A isenção de que trata este artigo aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, e os não constituídos até 27 de abril de 2006, bem como multas, juros de mora e atualização monetária.” (NR)

“Art. 2º

I –

b) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os fundos públicos, nas transferências destinadas à realização de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social;

c) as autarquias e fundações federais;

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo abrange também os foros e as taxas de ocupação enquanto os imóveis permanecerem no patrimônio das referidas entidades, assim como os débitos relativos a foros, taxas de ocupação e laudêmios constituídos e não pagos até 27 de abril de 2006 pelas autarquias e fundações federais.” (NR)

Art. 9º O Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 32-A:

“Art. 32-A. Os cartórios deverão informar as operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos que envolvam terrenos da União sob sua responsabilidade, mediante a apresentação de Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – DOITU em meio magnético, nos termos estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União.

§ 1º A cada operação imobiliária corresponderá uma DOITU, que deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da respectiva operação, sujeitando-se o responsável, no caso de falta de apresentação ou apresentação da declaração após o prazo fixado, à multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês-calendário ou fração, sobre o valor da operação, limitada a 1% (um por cento), observado o disposto no inciso III do § 2º deste artigo.

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo:

I – terá como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração;

II – será reduzida:

à metade, caso a declaração seja apresentada antes de qualquer procedimento de ofício;

a 75% (setenta e cinco por cento), caso a declaração seja apresentada no prazo fixado em intimação;

III – será de, no mínimo, R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 3º O responsável que apresentar DOITU com incorreções ou omissões será intimado a apresentar declaração retificadora, no prazo estabelecido pela Secretaria do Patrimônio da União, e sujeitar-se-á à multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por informação inexata, incompleta ou omitida, que será reduzida em 50% (cinquenta por cento) caso a retificadora seja apresentada no prazo fixado.”

Art. 10. Os arts. 1.225 e 1.473 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.225.

XI – a concessão de uso especial para fins de moradia;

XII – a concessão de direito real de uso.” (NR)

“Art. 1.473.

VIII – o direito de uso especial para fins de moradia;

IX – o direito real de uso;

X – a propriedade superficiária.

§ 2º Os direitos de garantia instituídos nas hipóteses dos incisos IX e X do **caput** deste artigo ficam limitados à duração da concessão ou direito de superfície, caso tenham sido transferidos por período determinado.” (NR) Art. 11. O art. 22 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, podendo ter como objeto, além da propriedade plena:

I – bens enfitêuticos, hipótese em que será exigível o pagamento do laudêmio, se houver a consolidação do domínio útil no fiduciário;

II – o direito de uso especial para fins de moradia;

III – o direito real de uso, desde que suscetível de alienação;

IV – a propriedade superficiária.

§ 2º Os direitos de garantia instituídos nas hipóteses dos incisos III e IV do § 1º deste artigo ficam limitados à duração da concessão ou direito de superfície, caso tenham sido transferidos por período determinado.” (NR) Art. 12. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 290-A:

“Art. 290-A. Devem ser realizados independentemente do recolhimento de custas e emolumentos:

I – o primeiro registro de direito real constituído em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas e em áreas rurais de agricultura familiar;

II – a primeira averbação de construção residencial de até 70 m² (setenta metros quadrados) de edificação em áreas urbanas objeto de regularização fundiária de interesse social.

§ 1º O registro e a averbação de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo independem da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários.

§ 2º Considera-se regularização fundiária de interesse social para os efeitos deste artigo aquela destinada a atender famílias com renda mensal de até 5 (cinco) salários mínimos, promovida no âmbito de programas de interesse social sob gestão de órgãos ou entidades da administração pública, em área urbana ou rural.”

Art. 13. A concessão de uso especial para fins de moradia, a concessão de direito real de uso e o direito de superfície podem ser objeto de garantia real, assegurada sua aceitação pelos agentes financeiros no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Art. 14. A alienação de bens imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais será feita mediante leilão público, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo e as seguintes condições:

I – o preço mínimo inicial de venda será fixado com base no valor de mercado do imóvel estabelecido em avaliação elaborada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou por meio da contratação de serviços especializados de terceiros, cuja validade será de 12 (doze) meses, observadas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

II – não havendo lance compatível com o valor mínimo inicial na primeira oferta, os imóveis deverão ser novamente disponibilizados para alienação por valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor mínimo inicial;

III – caso permaneça a ausência de interessados na aquisição em segunda oferta, os imóveis deverão ser novamente disponibilizados para alienação com valor igual a 60% (sessenta por cento) do valor mínimo inicial;

IV – na hipótese de ocorrer o previsto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, tais procedimentos de alienação acontecerão na mesma data e na sequência do leilão realizado pelo valor mínimo inicial;

V – o leilão poderá ser realizado em 2 (duas) fases:

a) na primeira fase, os lances serão entregues ao leiloeiro em envelopes fechados, os quais serão abertos no início do pregão; e

b) a segunda fase ocorrerá por meio de lances sucessivos a viva voz entre os licitantes cujas propostas apresentem uma diferença igual ou inferior a 10% (dez por cento) em relação à maior oferta apurada na primeira fase;

VI – os licitantes apresentarão propostas ou lances distintos para cada imóvel;

VII – o arrematante pagará, no ato do pregão, sinal correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da arrematação, complementando o preço no prazo e nas condições previstas no edital, sob pena de perder, em favor do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, o valor correspondente ao sinal e, em favor do leiloeiro, se for o caso, a respectiva comissão;

VIII – o leilão público será realizado por leiloeiro oficial ou por servidor especialmente designado;

IX – quando o leilão público for realizado por leiloeiro oficial, a respectiva comissão será, na forma do regulamento, de até 5% (cinco por cento) do valor da arrematação e será paga pelo arrematante, juntamente com o sinal; e

X – demais condições previstas no edital de licitação.

§ 1º O leilão de que trata o caput deste artigo realizar-se-á após a oferta pública dos imóveis pelo INSS e a não manifestação de interesse pela administração pública para destinação dos imóveis, inclusive para programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social.

§ 2º Caso haja interesse da administração pública, essa deverá apresentar ao INSS, no prazo de 60 (sessenta) dias, proposta de aquisição, nos termos do regulamento, observado o preço mínimo previsto no inciso I do caput deste artigo.

§ 3º Fica dispensado o sinal de pagamento quando os arrematantes forem beneficiários de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, ou cooperativa ou outro tipo de associação que os represente.

§ 4º O edital preverá condições específicas de pagamento para o caso de os arrematantes serem beneficiários de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, ou cooperativa ou outro tipo de associação que os represente.

Art. 15. Os bens imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social poderão ser alienados diretamente à União, Distrito Federal, Estados,

Municípios e aos beneficiários de programas de regularização fundiária ou de provisão habitacional de interesse social.

§ 1º Na alienação aos beneficiários de programas referidos no caput deste artigo, deverão ser observadas condições específicas de pagamento e as demais regras fixadas pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º Somente poderão ser alienados diretamente aos beneficiários dos programas de regularização fundiária ou provisão habitacional de interesse social os imóveis que tenham sido objeto de praxeamento sem arrematação nos termos do art. 14 desta lei.

§ 3º Os imóveis de que trata o § 2º deste artigo serão alienados pelo valor de viabilidade econômica do programa habitacional interessado em adquiri-los.

§ 4º A alienação será realizada no âmbito do programa habitacional de interesse social, sendo responsabilidade do gestor do programa estabelecer as condições de sua operacionalização, na forma estabelecida pelo órgão federal responsável pelas políticas setoriais de habitação.

§ 5º A operacionalização será efetivada nos termos do § 1º deste artigo, observada a celebração de instrumento de cooperação específico entre o Ministério da Previdência Social e o respectivo gestor do programa.

§ 6º A União, no prazo de até 5 (cinco) anos, compensará financeiramente o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, para os fins do previsto no art. 61 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelos imóveis que lhe forem alienados na forma do caput deste artigo, observada a avaliação prévia dos referidos imóveis nos termos da legislação aplicável.

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. Ficam autorizadas as procuradorias jurídicas dos órgãos responsáveis pelos imóveis de que trata o caput dos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 desta lei a requerer a suspensão das ações possessórias, consoante o disposto no inciso II do caput do art. 265 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, quando houver anuência do ente competente na alienação da área ou imóvel em litígio, observados os arts. 14 a 19 desta lei.

Art. 21. O disposto no art. 14 desta lei não se aplica aos imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social que tenham sido objeto de publicação oficial pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, até 31 de agosto de 2006, para alienação no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial instituído pela Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, os quais serão alienados pelo valor de viabilidade econômica do programa habitacional interessado em adquiri-los.

Art. 22. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas regularizações fundiárias de interesse social promovidas nos imóveis de sua propriedade poderão aplicar, no que couber, as disposições dos arts. 18-B a 18-F do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 23. O Poder Executivo, por meio da Secretaria do Patrimônio da União, adotará providências visando a realização de levantamento dos imóveis da União que possam ser destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Art. 24. As ocupações irregulares de imóveis por organizações religiosas para as suas atividades finalísticas, ocorridas até 27 de abril de 2006, poderão ser regularizadas pela Secretaria do Patrimônio da União mediante cadastramento, inscrição da ocupação e pagamento dos

encargos devidos, observada a legislação urbanística local e outras disposições legais pertinentes.

Parágrafo único. Para os fins previstos no **caput** deste artigo, os imóveis deverão estar situados em áreas objeto de programas de regularização fundiária de interesse social.

Art. 25. A concessão de uso especial de que trata a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, aplica-se também a imóvel público remanescente de desapropriação cuja propriedade tenha sido transferida a empresa pública ou sociedade de economia mista.

Art. 26. A partir da data de publicação desta lei, independentemente da data de inscrição, em todos os imóveis rurais da União destinados a atividade agropecuária sob administração da Secretaria do Patrimônio da União considerados produtivos será aplicada a taxa de ocupação prevista no inciso I do **caput** do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, ressalvados os casos de isenção previstos em lei.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Ficam revogados:

I – os arts. 6º, 7º e 8º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;

II – o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; e

III – o art. 93 da Lei nº 7.450 de 23 de dezembro de 1985.

Brasília, 31 de maio de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Tarso Genro, Guido Mantega, João Bernardo de Azevedo Bringel, Luiz Marinho, Marcio Fortes de Almeida, José Antonio Dias Toffoli.**

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2007

Acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

Art. 66-B.

§ 7º A propriedade fiduciária de veículos constitui-se com o registro do contrato de aquisição exclusivamente na repartição competente para o licenciamento, celebrado

por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, fazendo-se a anotação no certificado de registro, sendo considerados nulos convênios firmados entre entidades de títulos e registros públicos e repartições de trânsito que disponham de modo diverso. (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem o propósito de regularizar a formalização aquisitiva da propriedade fiduciária, em vista de que o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime proferida sobre a ADI nº 2.150-8, considerou constitucional o registro da alienação fiduciária de veículos diretamente nas repartições de trânsito, com a dispensa de intermediação dos cartórios.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua vez, ao examinar a questão legal, também considera suficiente o registro dos contratos de alienação de veículos feito nas repartições de trânsito.

Consoante dispõe o § 1º do art. 1.361 do Código Civil, os consumidores estão dispensados do registro de contratos de financiamento, alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou consórcio, o que representa redução de custo, desburocratização do processo aquisitivo e estímulo ao consumo, porquanto os consórcios respondem por cerca de oitenta por cento dos veículos comercializados no país.

O registro cartorial também se mostrou ocioso ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DEPEC), do Ministério da Justiça, por não agregar qualquer vantagem ao bolso do consumidor.

Nessa esteira, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) baixaram atos normativos visando a autorizar os Departamentos de Trânsito (Detrans) a realizarem o registro sem a formulação de exigência do registro em cartório. Por essa razão é que, em São Paulo, o Detran emite o documento, aliena e desaliena o carro, sem custo para o consumidor.

Nada obstante a jurisprudência emanada das mais altas Cortes de Justiça do país e a interpretação do texto legal favorável ao cidadão, o seu direito vem sendo burlado por convênios firmados entre repartições de trânsito e cartórios de registro de títulos e documentos, a um custo médio da ordem de R\$ 250,00 por contrato, chegando-se ao paroxismo, em alguns municípios brasileiros, onde se cobram percentual sobre o valor de aquisição do veículo.

Essa é a razão da presente medida, com a qual se quer consolidar a conquista de poder registrar a

aquisição de veículos tão-só nas repartições de trânsito, sem a interveniência dos cartórios e sem os custos adicionais desse registro.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 868, 2007

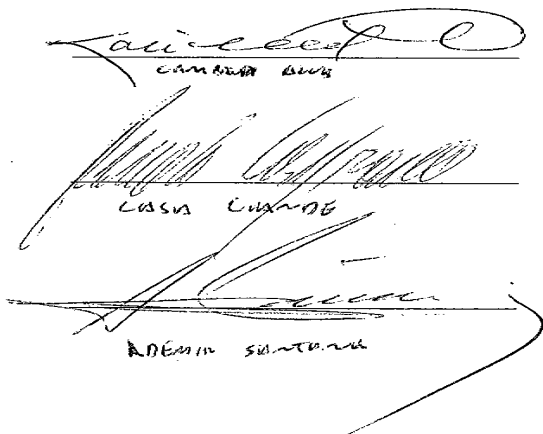
Requer voto de aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, agraciado com o título de Personalidade da Educação aferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, que receberá amanhã, dia 7 de agosto de 2007, em Londrina/PR, o título de *Personalidade da Educação*, a ele conferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento, pela meritória obra desenvolvida em favor da Educação no Brasil.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do jornalista e à Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Justificação

O Presidente da Fundação Roberto Marinho, jornalista José Roberto Marinho, estará amanhã, dia



Camargo Cruz
Casa Cruzes
Ademir Santana

7 de agosto de 2007, na cidade de Londrina, norte do Paraná, para proferir palestra intitulada **EDUCAÇÃO, VALORES E LIDERANÇA PARA MUDANÇAS**. Na oportunidade, o jornalista será agraciado com o título de **PERSONALIDADE DA EDUCAÇÃO**. Será em reconhecimento ao seu meritório trabalho, e das Organizações Globo, em favor da Educação no Brasil. Só com o *TELE CURSO 2000*, essa iniciativa da Fundação Roberto Marinho beneficia 27 mil telessalas em todo o País, alcançando, a contar de 1995, nada menos de 5 milhões de brasileiros formados no ensino fundamental e médio. Além disso, a FRM, com seus projetos, capacitou 30 mil professores e distribuiu 24 milhões de livros. É justo, pois, o voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

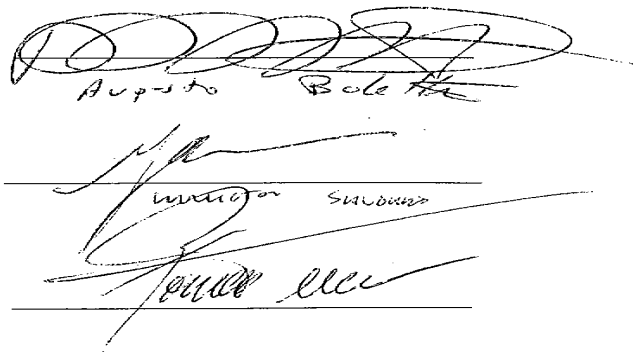
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 869, DE 2007

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento, para o dia 19 de setembro de 2007, da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 27 de agosto de 2007, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do oitavo aniversário de seu falecimento.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007.



Augusto Bolella
Augusto Bolella
Augusto Bolella

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 870, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo na década de 60.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, no mês de julho de 2007, do vitorioso jogador de vôlei Carlos Feitosa, ou simplesmente “Feitosa”.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do atleta, por intermédio da diretoria do Flamengo, do Rio de Janeiro.

Justificação

Feitosa, como era chamado o craque do vôlei Carlos Feitosa, foi um dos melhores valores que, nos anos 60, integrou a Seleção Brasileira de Vôlei, além de encantar, como membro da equipe do Flamengo, o grande público amante dessa modalidade de esporte. Ele faleceu no final de julho de 2007, quase no esquecimento. Apenas teve a lembrá-lo outro grande valor do vôlei, Victor Barbosa, o Vitinho, ambos integrantes da Seleção Brasileira daquela época. Vitinho mandou celebrar, na segunda-feira, dia 6 de agosto de 2007, missa em intenção da alma de seu companheiro de jornada esportiva. O ato religioso realizou-se na Igreja de Santa Mônica, no Leblon. O voto de pesar que ora requeiro justifica-se: Feitosa é um dos nomes de maior relevo do cenário esportivo brasileiro.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 871, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici, falecido em 4 de agosto de 2007.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, no dia 4 de agosto de 2007, do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República

no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Militar e ao Comando da Aeronáutica.

Justificação

Então capitão-aviador da Força Aérea Brasileira, o paranaense Gerseh Nerval Barbosa foi uma dos figurantes do movimento revolucionário contrário ao Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. O Movimento, conhecido como “Revolta de Aragarças”, não mereceu, no entanto, o apoio da sociedade brasileira, por ter sido considerado antidemocrata, pelo que durou pouco mais de uma semana. Mas representou uma iniciativa que acabou se inscrevendo na história política do Brasil, numa época de plena democracia. Em livro do jornalista Pedro Rogério Moura (Bela Noite para Voar), Gerseh diz não ter se arrependido de seu gesto contrário ao Governo JK. Nessa época, 1959, o militar apoderou-se de um avião Beechcraft de uma companhia mineradora e voou para a região de Aragarças. Mesmo com o malogro da revolta, Gerseh não se rendeu, rumando, num G-47 para o Paraguai. Mais tarde, quando o então Presidente Juscelino anistiou os rebeldes, Gerseh voltou para o Brasil, retomando sua carreira na FAB, numa evidente demonstração do vigor da democracia à época. Reformado como Major-Brigadeiro, ele veio a falecer no dia 4 de agosto de 2007, sábado último.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 142/2007/CAE

Brasília, 11 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 10 de julho do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE nº 27/2007-Circular, o Aviso nº 242/GMF -Aviso nº 19/07, de 26 de junho de 2007, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no

mês de maio de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência determina o arquivamento do **Aviso nº 19, de 2007**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.183/P

Brasília, 25 de julho de 2007

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.929

Requerente: Governador do Estado de São Paulo

Requerido: Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, deferi o pedido de medida cautelar formulado, **ad referendum** do Plenário e até o julgamento final desta ação, para suspender os efeitos da Resolução nº 7, de 21-6-2007, do Senado Federal, tão-somente com relação aos arts. 6º e 7º da Lei nº 7.003/90 e aos arts. 4º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 da Lei nº 7.646/91, ambas do Estado de São Paulo.

Atenciosamente, – Ministra **Ellen Gracie**, Presidente. (RISTF, art. 13, VIII).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Resolução nº 29, de 2007, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às dez horas, destinada a homenagear o Sr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, de acordo com o Requerimento nº 812, de 2007, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme a comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, poderão usar a palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

Não havendo nada mais a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pois V. Ex^a tem a nossa sensibilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de reiterar um ponto importante. Nós não sabemos inteiramente tudo o que aconteceu com os pugilistas. É possível que, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a me permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Posso completar a frase?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é justamente nisso que se agiu errado. Poderíamos ter sabido e ter dado a eles o direito de esclarecimento. Se há prazo, para que pressa? Já dizia o estadista Petrônio Portella. Por que essa precipitação? Eles não estavam causando insegurança nenhuma a nossos princípios democráticos e à ordem democrática.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Absolutamente.

Eu estou de acordo que deveremos solicitar – aliás, transmiti hoje que tentei falar e vou tentar falar ainda com o Ministro das Relações Exteriores – para que o Ministério possa explicar inteiramente se os dois pugilistas, de fato, reiteraram, seja por escrito, seja pela forma que for, que desejavam retornar a Cuba, conforme está explicitado na imprensa que eles desejavam fazê-lo.

É importante também que o Presidente em licença, Fidel Castro, tenha dito que não haverá qualquer punição, prisão ou retaliação para com os pugilistas.

Assim como V. Ex^a e os demais Senadores que aqui falaram hoje, quero um esclarecimento mais completo. Estou solidário a essa causa. Reitero aqui o que disse o Presidente Lula em seu artigo: “Sou inteiramente favorável à livre circulação de pessoas nas três Américas e queremos chegar a esse objetivo”.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o ex-Governador Geraldo Alckmin pelo casamento de sua filha, já que V. Ex^a mencionou esse acontecimento. Eu estava em Moçambique no dia 27 e não pude cumprimentá-lo nem sua senhora, sua filha e o noivo de sua filha. No entanto, na sexta-feira, visitei o ex-Governador Geraldo Alckmin, cumprimentei-o e pedi-lhe que transmitisse à sua senhora e ao casal de noivos os meus cumprimentos no sentido de que possam constituir uma família muito feliz. Eu gostaria de registrar isso, uma vez que não pude estar presente. Na oportunidade, inclusive, agradei ao ex-Governador Geraldo Alckmin pela maneira sempre cortês e respeitosa com

que sempre me tratou como Senador por São Paulo. Reiterei a ele que, em todas as ocasiões, durante o seu mandato como Governador, não importando a razão, fosse por questões de movimentos sociais ou por questões importantes para o Estado de São Paulo e para o País, ele sempre atendeu ou retornou de pronto as minhas ligações.

Portanto, quero manifestar a atitude de construção e de colaboração que tenho para com ele, ainda que sejamos de Partidos diferentes.

Inclusive lembrei a ele a importância de também colaborar para que a sede do Parlatino permaneça em São Paulo. Como, aliás, está sendo objeto de diálogo e cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo, o Ministério das Relações Exteriores e o próprio Congresso Nacional, atendendo a pedido dos membros do Parlamento Latino-Americano que encontrei em Caracas, na Venezuela, na última semana, e o apelo do Presidente do Parlamento Latino-Americano, Senador Jorge Pizarro, que, em maio último – V. Ex^a estava presente, com nossa delegação –, disse-nos o quão importante será que aquela obra, feita por um dos maiores arquitetos do mundo, Oscar Niemeyer, para ser um Parlamento Latino-Americano, continue sendo a sede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos e lembramos a V. Ex^a que mande para Cuba – o Fidel não lê mais –, ou para Luiz Inácio Ernest Hemingway, norte-americano que viveu em Cuba quando tinha esperança de que lá houvesse liberdade. Conheço Havana e ele freqüentava a Bodeguita del Medio. E está escrito em uma cartolina lá: **Mojito, el mejor está en la Bodeguita del Medio, y daiquiri, en el Floridita.**

Mas o livro que ele escreveu em Cuba, **O Velho e o Mar**, ensina que o homem tem que ter esperança de liberdade. E não é isso que estamos vendo. Aprisionaram o homem, tiraram o mais fundamental da vida, que é a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata, a Sr^a Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante das relações comerciais repletas de sobressaltos com nosso principal fornecedor de gás natural, a Bolívia, merece registro a decisão da BR Distribuidora, anunciada esta semana, de investir

R\$156 milhões na ampliação da rede de distribuição de gás no Espírito Santo.

A produção capixaba de gás natural deve chegar a 18 milhões de metros cúbicos no ano que vem, e atingir 20 milhões em 2010, o que colocará o Espírito Santo em primeiro lugar entre os Estados produtores.

A ampliação da rede abrange, além de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, que já contam com abastecimento de gás natural, duas cidades do Sul, Cachoeiro do Itapemirim e Anchieta. O número de consumidores de gás natural no Estado deve crescer de 6 mil e 500 para 40 mil nos próximos quatro anos. Um ramal a ser construído em Anchieta atenderá a uma demanda de 750 mil metros cúbicos de gás por dia, da empresa Samarco Mineração. Em Guarapari, 22 unidades industriais, metade delas do segmento de rochas, serão atendidas pela rede de distribuição, com 60 quilômetros de extensão, que deve ficar pronta até o fim de 2008.

No setor petrolífero, a Bacia do Espírito Santo, a segunda maior do País em volume de produção, registrou em maio um novo recorde diário de exploração, com uma extração diária de 141 mil e 700 barris. Além disso, a empresa encontrou um reservatório de petróleo leve, o que tem a melhor cotação no mercado internacional, no campo de Pirambu.

O petróleo e o gás prometem ser, nos próximos anos, o chamado “motor do desenvolvimento” do Espírito Santo, mas há grandes empreendimentos de outros setores já instalados ou em fase de ampliação, além de projetos de atração de fornecedores para áreas que incluem petróleo, mineração e metalurgia, papel e celulose e rochas.

Tudo isso exige infra-estrutura, terminais portuários, rodovias e ferrovias em condições de escoar a produção. No setor portuário, o Estado tem uma série de reivindicações, entregues pelo governador Paulo Hartung ao ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito, que esteve recentemente em Vitória.

São obras de melhoria, ampliação e dragagem em portos no Espírito Santo, urgentes e necessárias. Devido à falta de espaço e outros problemas, como a finalização da dragagem, desde 2004 o Porto de Vitória vem perdendo embarque de cargas para outros terminais portuários. O terminal de contêineres de Vila Velha está saturado e não atende ao crescimento da economia capixaba e de outros Estados que o utilizam para o embarque de suas mercadorias.

As deficiências na infra-estrutura logística são uma ameaça séria, pois impedem o crescimento da economia, desestimulando o setor produtivo e afastando investidores. As reivindicações devem receber, como o próprio ministro reconheceu, tratamento

de emergência, para garantir que o Espírito Santo mantenha a competitividade e o dinamismo que têm caracterizado seu processo de desenvolvimento nos últimos anos.

Era o que eu tinha a dizer., Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante 16 dias, o Brasil acompanhou com muito carinho e interesse a trajetória de nossos atletas nos Jogos Pan-Americanos, realizado no Rio de Janeiro, bela cidade que abraçou com entusiasmo e participação todas as delegações de atletas, aumentando ainda mais o orgulho que sentimos por ter em nosso mapa região tão hospitaleira e alegre.

Muitos aqui estiveram presentes na abertura do PAN, eu também estive, e pude testemunhar a corrente vibrante do público que lá esteve para saudar nossos valentes atletas. Muitos também já tiveram a oportunidade de, desta tribuna, homenagear os guerreiros e guerreiras do esporte que enaltecem o Brasil perante o mundo.

É o que também faço agora. Não cabem em algumas poucas palavras tudo o que significou estes Jogos Pan-Americanos, as lições que nos deixa, o aprendizado por vir a partir desta extraordinária edição dos jogos.

Mas vale mais uma vez exaltar a força e a capacidade de nossos jovens atletas, a superação pessoal de dificuldades, e o feito do Brasil ocupar honrosa presença ao lado de Estados Unidos e Cuba dentre os primeiros em número de medalhas.

A maior delegação da história do País em jogos Pan-Americanos, 648 atletas brasileiros competiram com muita dignidade e determinação em todas as modalidades disputadas. Foram parte do total de 5.662 atletas de 42 países – uma convivência valiosa, que só o esporte é capaz de proporcionar.

São muitos os atletas que poderíamos aqui citar, por sua participação exitosa, isto é, pelo alcance do objetivo a que se propuseram, a de retornar para casa com uma medalha no peito.

Mas, para evitar injustiça com eventual esquecimento, através das meninas de nossa seleção feminina de futebol, a Marta, a Andréia, a Aline, Renata Costa, Tânia, Elaine, Daniela, Formiga, Rosana, Cristiane e Maycon, rendo agradecimentos e carinho a todos os nossos atletas.

Seu brilho verde-amarelo contagiou nossos corações. Sua garra nos revela uma certeza: o governo brasileiro está no caminho certo ao trilhar por uma política nacional de esporte destinada ao cresci-

mento de oportunidades sociais e fortalecimento da cidadania.

Por isso, parabeno o ministro Orlando Silva e sua equipe pela dedicação à tarefa de concretizar no imenso Brasil as diretrizes de sua pasta, estabelecidas na ampliação da infra-estrutura esportiva; qualificação de recursos humanos; aprimoramento da gestão do esporte e na construção da cadeia produtiva do esporte.

Não posso deixar de parabenizar, ainda, todos os dirigentes desportistas, dirigentes das confederações e entidades das modalidades desportivas presentes no PAN que se esforçaram para que os Jogos no Brasil fossem desenvolvidos com pleno sucesso.

Finalmente, homenageio uma grande mulher, carnavalesca vitoriosa, responsável pelo memorável show de abertura do PAN, Rosa Magalhães.

Toda a energia daquele espetáculo seria infinitamente menor se não houvesse a criatividade e habilidade de Rosa em trabalhar em grandes espaços, unindo as diferentes artes na sua invenção de desenhar espetáculos inesquecíveis, de cores e detalhes únicos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as economias modernas exigem elevados níveis de poupança, eficiência, produtividade e investimento, para financiar de maneira adequada empreendimentos públicos e privados, necessários para assegurar estabilidade econômica e níveis elevados de crescimento.

Os fundos de pensão desempenham importante papel como fontes de poupança estáveis necessárias ao processo de desenvolvimento econômico e social. Constituem-se, ainda, em mecanismo moderno para tornar nossa economia mais aberta, mais competitiva, mais globalizada e com práticas comparáveis às vigentes no chamado “Primeiro Mundo”.

No Brasil, os fundos de pensão completam 30 anos de existência, acumularam um montante de recursos superior a 380 bilhões de reais, equivalentes a 16,7% do Produto Interno Bruto e contribuíram diretamente para o bem-estar atual e futuro da classe média brasileira. Além disso, representam uma opção mais moderna para a antiga aposentadoria funcional garantida pelo Tesouro Nacional.

Novas empresas e novas agências governamentais passaram a utilizar o mecanismo dos fundos de pensão, como instrumento de valorização do seu quadro de pessoal.

Como instituições fundamentais do capitalismo moderno, os fundos de pensão contribuíram para o processo de privatização de diversas empresas públicas, reduzindo os excessos do antigo setor estatal, dando mais eficiência e dinâmica à economia, como um todo.

Os fundos de pensão norteiam seus investimentos por uma lógica de longo prazo, diversamente dos parâmetros observados pelo mercado financeiro, baseados na lucratividade de curto prazo, que envolve um componente de natureza especulativa.

Como investidores institucionais, os fundos de pensão trabalham com um horizonte temporal mais longo do que o investidor individual, podendo financiar empreendimentos necessários ao desenvolvimento da economia, com prazo de retorno de longo prazo.

A crise das finanças públicas, que se agravou a partir dos anos 80, realça o papel estratégico dos fundos de pensão, como ferramentas essenciais ao desenvolvimento da economia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar o papel desempenhado pelo fundo de pensão que tem como mantenedora uma das maiores instituições nacionais: a Caixa Econômica Federal.

A Caixa, além de sua missão relevante como agente financeiro governamental, tem preocupação especial com seu quadro de funcionários e apóia de forma incontestemente a Funcef, entidade fechada de previdência complementar, organizada sob a forma de fundação.

A Caixa Econômica, cumprindo seu papel de entidade patrocinadora, tem zelado pela política de aplicações da Funcef, que privilegia o equilíbrio atuarial, a ética, a prudência, a transparência, a eficácia e a profissionalização dos seus dirigentes.

O patrimônio da Funcef atingiu a cifra de 24,9 bilhões de reais, em dezembro de 2006, o que demonstra o trabalho incansável desenvolvido pela atual administração, que enfrentou momentos difíceis, decorrentes de investimentos realizados no passado sem o devido rigor técnico.

A construção de um novo plano de benefícios, a mudança do estatuto, a eleição para representantes dos participantes e a criação dos Comitês de Ética, Benefícios e Investimentos são conquistas dos servidores da Caixa Econômica e da Funcef que merecem destaque e apontam para um futuro de sucesso e vitórias.

Quero, neste momento, me congratular com os servidores da Caixa Econômica Federal e, particularmente, com os associados da Funcef e seus dirigentes, pelo trabalho relevante que estão realizando no campo da previdência social e no desenvolvimento de nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica*, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 18, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal* (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contra-*

tar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art.*

18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo),

que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos

do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Ju-*

dicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada esta sessão do Senado da República do Brasil, segunda-feira, 6 de agosto de 2007, iniciada às 14 horas e concluída às 18 horas e 59 minutos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – (vago)¹ *
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shlessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shlessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		de pequenas e médias empresas não optantes do Simples Nacional.....	125
Homenagem ao Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.....	213	Considerações sobre a crise ética e moral brasileira.....	190
ALMEIDA LIMA		Requerimento nº 867, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte do Senhor Wilson Carlos Kuhn, vítima de complicações pulmonares na cidade de Cascavel, dia 28 de julho de 2007...	204
Requerimento nº 856, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Artista Plástico José Inácio, conhecido por J.Inácio, ocorrido no dia 1º de agosto em Aracaju, Sergipe: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado de Sergipe.....	165	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ALOIZIO MERCADANTE		Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	178
Requerimento nº 857, de 2007, que requer licença para que Sua Excelência se ausente dos trabalhos da Casa, no dia 7 de agosto de 2007, quando participará da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 5 a 7 de agosto de 2007.....	165	ARTHUR VIRGÍLIO	
Homenagem de Pesar aos parlamentares Nélio Dias e Júlio Redecker.....	172	Requerimento nº 847, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Orlando Ferreira, vítima de acidente rodoviário em Nova Olinda do Norte, Amazonas. Requer ainda que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do radialista, especialmente à esposa, Senhora Leda Ferreira.....	112
Manifestação sobre a crise aérea que assola o País e críticas à investigação das causas do acidente ocorrido com o avião da TAM.	172	Requerimento nº 848, de 2007, que requer Voto de Pesar pela morte do Deputado Federal Julio Redecker, ocorrida em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas.	112
ÁLVARO DIAS		Preocupação com a indicação de políticos sem competência técnica para empresas ou órgãos da administração pública.	148
Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2007, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado.	114	Apelo ao Governo para que dialogue com a Oposição visando à aprovação da CPMF.....	148
Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2007, que dispõe sobre parcelamento de débitos para com o Simples Nacional e duplica o prazo de parcelamento de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil		Considerações sobre a crise aérea no País..	148
		Requerimento nº 860, de 2007, que requer Voto de Aplauso à atleta amazonense Lígia Silva Santos, por sua participação nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.....	196
		Requerimento nº 861, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Alexon dos	

	Pág.		Pág.
Santos Maximiano, pela conquista da Medalha de Bronze, na prova de lançamento de dardo nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.....	196	creto da Aeronáutica no Governo Médici, falecido em 4 de agosto de 2007.....	336
Requerimento nº 862, de 2007, que requer Voto de Pesar pela morte trágica, no acidente aéreo da TAM, em Congonhas, de Márcio Andrade, Melissa Doná, Alanis Andrade, André Doná Gabriel Pedrosa, Ricardo Almeida, Elenilze Ferraz, Bruno Ferraz, Larissa Ferraz, Jamille Leão e Levi Ponce de Leão, todos do Amazonas.....	196	AUGUSTO BOTELHO	
Requerimento nº 863, de 2007, que requer Voto de Aplauso aos atletas brasileiros que conquistaram medalhas de Ouro, prata e bronze nos jogos Pan-Americanos Rio 2007.....	197	Registro de protestos contra o péssimo estado de conservação da BR-174, rodovia que liga Boa Vista a Manaus.....	193
Requerimento nº 864, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao povo do Município de Coari, Amazonas, pelo transcurso de seu 75º aniversário de emancipação política.....	203	Preocupação com o número de mortes nas rodovias do Estado de Roraima.....	193
Requerimento nº 865, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao atleta amazonense Sandro Ricardo Rodrigues Viana, pela conquista da Medalha de Ouro, na prova de revezamento 4x100m nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.....	203	Requerimento nº 869, de 2007, que requer adiamento, para o dia 19 de setembro de 2007, da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 27 de agosto de 2007, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do oitavo aniversário de seu falecimento.....	335
Requerimento nº 866, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da artista plástica amazonense Maria Bernadete Mafra de Andrade...	204	CÉSAR BORGES	
Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito do Presidente Lula.....	217	Requerimento nº 834, de 2007, que requer sejam prestadas as seguintes homenagens: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; observação de um minuto de silêncio em sua memória, após usarem da palavra todos os oradores; levantamento da sessão.....	3
Registro da realização do I Congresso de Municípios da Amazônia Ocidental, no mês de julho de 2007, em Manaus.....	265	Reflexão sobre o caos aéreo em todo o País....	136
Críticas ao posicionamento do governo brasileiro com relação à deportação de atletas cubanos. ..	285	Requerimento nº 855, de 2007, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 212, de 2005, 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006 e Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, por versarem sobre matérias análogas ou conexas, referente a alterações na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento.....	164
Preocupação com a situação por que passa o Senado Federal, ante as novas denúncias veiculadas pela imprensa, contra o Senador Renan Calheiros.....	285	CRISTOVAM BUARQUE	
Requerimento nº 868, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, agraciado com o título de Personalidade da Educação aferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.....	335	Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007, que insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho.	312
Requerimento nº 870, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo na década de 60.....	336	EDISON LOBÃO	
Requerimento nº 871, de 2007, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Maior Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Se-		Cobrança de seriedade na aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em obras de infra-estrutura.....	228
		Registro do artigo intitulado “Tolerância Zero”, de autoria do Senador José Sarney, e da matéria “Coluna social JB”.....	295
		Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2007, que acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de	

	Pág.	III	Pág.
14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento.....	334	Defesa de uma verdadeira integração na América do Sul e Latina. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	291
EDUARDO AZEREDO		Comentários sobre o artigo escrito pelo Presidente Lula, publicado no jornal O Globo, intitulado “Uma parceria necessária”.....	308
Requerimento nº 849, de 2007, que requer que seja justificada a ausência de Sua Excelência nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, quando estará em missão oficial, junto à IV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul em Montevidéu, Uruguai.	113	Considerações acerca da deportação dos pugilistas cubanos.....	337
Considerações acerca da ingerência no Governo Lula. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Eduardo Azeredo.	145	EFRAIM MORAIS	
Homenagem de Pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	161	Requerimento nº 859, de 2007, que requer licença, na qualidade de membro da delegação parlamentar brasileira, para participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, Uruguai. Informa ainda que Sua Excelência irá se ausentar do País o período de 6 a 8 de agosto de 2007.....	196
Considerações Acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	161	FÁTIMA CLEIDE	
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	179	Requerimento nº 842, de 2007, que requer licença para que Sua Excelência se ausente do País no período de 6 a 9 de agosto de 2007, quando estará participando da 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que será realizada em Quito, capital do Equador.....	109
Registro do artigo intitulado “Violações fragilizam o Estado de Direito”, de autoria do Juiz de Direito Nelson Missias de Moraes, publicado no jornal <i>Hoje em Dia</i> , edição de 29 de 2007.....	214	Exaltação à força e capacidade dos atletas brasileiros participantes dos Jogos Pan-Americanos.....	339
EDUARDO SUPLICY		FLÁVIO ARNS	
Homenagem de Pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	161	Registro da comemoração dos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro - Proantar.....	266
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	185	FLEXA RIBEIRO	
Justificativas de requerimento que solicita Voto de Pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A-320 da TAM, voo 3054.....	194	Solidariedade ao pronunciamento do Senador César Borges, em relação ao caos aéreo no País. Aparte ao Senador César Borges.	137
Requerimento nº 858, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento das 199 pessoas, passageiros, funcionários e demais vítimas do acidente com Airbus A-320 da TAM que fazia o voo JJ 3054, ocorrido no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, no dia 17 de julho do corrente e apresentação de condolências a suas famílias, além de um minuto de silêncio.....	195	Considerações acerca da ingerência do atual Governo, tanto a de âmbito estadual como Federal, com destaque para a situação do transporte aéreo no Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	145
Considerações sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul. Aparte ao Senador Mão Santa.....	211	Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	156
Considerações acerca da produção agrícola no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.....	211	Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	182
		Reivindicações para que o Estado do Pará também seja atendido pelo PAC. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.....	187

IV

	Pág.		Pág.
GARIBALDI ALVES FILHO		GILVAM BORGES	
Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim.	275	Requerimento nº 851, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2007 que, "Autoriza a União criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.....	163
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim.	275	Requerimento nº 852, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 que, "Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR); cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR) e dá outras providências". Requer ainda, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	163
Anúncio da vinda do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao Senado, para participar de audiência pública na subcomissão temporária que estuda o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios.....	306		
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		HERÁCLITO FORTES	
Requerimento nº 838, de 2007, que requer a necessária autorização para que Sua Excelência possa participar da IV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Informa ainda que Sua Excelência estará ausente do País no período de 5 a 8 de agosto de 2007, para participar do referido evento.....	109	Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim.	272
Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2007, que acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.....	118	Voto de pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim...	272
Apelo aos Ministros da Saúde e da Educação, por medicamentos e livros para a população de baixa renda.....	230	Leitura de Nota do Partido Democratas, manifestando indignação com a atitude do Governo Lula de deportação de dois atletas cubanos.....	276
Registro de abusos de poder por parte de certas autoridades brasileiras.....	230	Crítica ao Governo Lula ao colabora com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	289
GERSON CAMATA		IDELI SALVATTI	
Previsão do aumento nos preços das passagens aéreas.....	132	Registro da realização, em Santa Catarina, do primeiro Fórum de Combate e Prevenção à Violência contra a Mulher, com olhar especial à criança e à família.	2
Considerações sobre o acidente com o avião da TAM, ocorrido em 17 de julho de 2007.	132	Requerimento nº 850, de 2007, que requer inserção em ata de Voto de Pesar à família do ex-Governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, pelo seu falecimento aos 89 anos, em Florianópolis – SC...	163
Considerações sobre estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, revelando os custos da falta de políticas eficazes de contenção da criminalidade.....	266	Requerimento nº 854, de 2007, que requer a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, que "altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; o art. 13 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela des-	
Registro de decisão da BR Distribuidora, de investir na ampliação da rede de distribuição de gás no Espírito Santo.	338		

	Pág.	V	Pág.
tinados, bem como o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias; a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos; entre outros” para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.....	164		
Homenagem de Pesar pelo falecimento do Doutor Ivo Silveira, ex-governador de Santa Catarina no período de 1966 a 1971.	172		
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	177	Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	152
Comentários às decisões da Ministra Ellen Gracie de suspender liminares que garantam aos servidores do Estado de São Paulo e Santa Catarina, o recebimento de proventos acima do teto salarial.....	205	Preocupação com denúncias divulgadas pela revista Veja contra o Senador Renan Calheiros.	283
Registro da assinatura de convênios pelo Presidente Lula, liberando recursos para aplicação em obras de habitação e saneamento.....	237	JOSÉ MARANHÃO	
INÁCIO ARRUDA		Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	175
Requerimento nº 844, de 2007, que requer seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, a participação de Sua Excelência no período de 6 e 7 de agosto de 2007, por ocasião da IV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevídeu, Uruguai.	109	MÃO SANTA	
JARBAS VASCONCELOS		Comentário acerca da situação do transporte aéreo no Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	141
Requerimento nº 837, de 2007, que requer seja apresentado Voto de Censura e repúdio ao Assessor Especial do Presidente da República, Marco Aurélio Garcia, pelos gestos obscenos manifestados em função das prováveis causas mecânicas com o acidente da aeronave da TAM, no aeroporto de Congonhas.	108	Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	157
Críticas ao Governo Lula, responsabilizando-o pelo caos aéreo reinante no País.	140	Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	181
JOÃO TENÓRIO		Críticas ao Governo Federal pela ausência de investimento nas áreas socioeconômicas.	207
Crítica ao Governo Lula ao colabora com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Arthur.	290	Comentários acerca das promessas de obras, não realizadas, no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Edison Lobão.....	229
JOSÉ AGRIPINO		Críticas ao Governo Federal.	239
Comentários sobre a crise no setor aéreo. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	147	Destaque para a necessidade de reafirmação, por parte do Senado Federal, de seu poder constitucional. Aparte ao Senador Marco Maciel.....	270
		Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim...	274
		Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim.	274
		Críticas as atitudes ditatoriais do governo brasileiro e cubano ao longo de sua história. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	277
		Críticas ao Governo Federal pela falta de investimentos na saúde e na habitação.	278
		Considerações a respeito da democracia no País.	278
		Destaque aos motivos que geram a falta recursos para a área da saúde e educação. Aparte ao Senador Mario Couto.	282
		MARCELO CRIVELLA	
		Homenagem de Pesar pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker, do Senador Antônio Car-	

	Pág.		Pág.
los Magalhães e do Deputado Nélio Dias, grande líder do PP.	172	MÁRIO COUTO	
Considerações acerca do caos aéreo no País. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	176	Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	274
Reflexão sobre a energia e a infra-estrutura no Brasil.	188	Comentários sobre a atitude do ditador cubano ao retirar dos jogos do PAN toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	276
Parabeniza a cidade do Rio de Janeiro pela organização dos Jogos Pan-americanos.....	188	Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães.....	281
Comentários acerca da falta de treinamento de pilotos na cabine de simulação para se evitar situações semelhantes àquelas vividas pelo piloto e co-piloto vitimados no acidente da TAM.	188	Preocupação com a situação precária por que passa a Ilha de Marajó, no Pará.....	281
Relato das condições em que se encontram nos Estados Unidos os imigrantes ilegais, com destaque para a necessidade de mais liberdade entre os povos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	295	PAPALÉO PAES	
Comentários à posse do Ministro Nelson Jobim no Ministério da Defesa.	304	Preocupação com o momento delicado por que passa a aviação civil no Brasil e críticas aos dirigentes da Anac.....	134
Considerações sobre o Projeto de Lei 122, que trata da Lei da Homofobia.	304	Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	155
Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	313	Crítica ao Governo Lula ao colabora com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	291
Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, que acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (“Estatuto da Cidade”), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências.	322	Incoerência no posicionamento do Presidente Lula com relação ao caos aéreo no País.....	302
MARCOS MACIEL		PAULO PAIM	
Consideração pelo apagão aéreo, com destaque para o desinteresse do Governo em solucionar o problema. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	141	Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker e ao Senador Antonio Carlos Magalhães....	271
Críticas ao excesso na edição de medidas provisórias, prejudicando as prerrogativas do Legislativo.	268	Manifestação de solidariedade aos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM.....	271
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim.	273	Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	273
MARISA SERRANO		PEDRO SIMON	
Requerimento nº 841, de 2007, que solicita autorização para que Sua Excelência possa se ausentar do País, com a finalidade de participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 5 a 8 de agosto de 2007.....	109	Requerimento nº 843, de 2007, que comunica a ausência de Sua Excelência do País entre os dias 4 e 8 de agosto, para participar, como integrante da representação brasileira, da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 6 e 7 de agosto de 2007, em Montevidéu, Uruguai.....	109
		RAIMUNDO COLOMBO	
		Requerimento nº 845, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-governador do Estado de Santa Catarina Ivo Sil-	

	Pág.		Pág.
veira: inserção em ata de voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina Justificação.	109		
Homenagem de Pesar ao Deputado Júlio Redecker. Aparte ao Senador Paulo Paim.	275	Requerimento nº 840 de 2007, que requer licença para que Sua Excelência se ausente dos trabalhos da Casa no período de 3 a 9 de agosto de 2007, para fins de participar da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, no Uruguai. E comunica ainda que Sua Excelência estará ausente do País no mesmo período. .	109
Voto de Pronto restabelecimento ao filho do Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim...	275	SÉRGIO GUERRA	
Crítica ao Governo Lula ao colabora com o ato ditatorial do governo cubano, ao retirar do País toda a delegação cubana. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	277	Considerações acerca da crise no setor aéreo brasileiro. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	143
Homenagem de Pesar pelo falecimento do ex-governador Ivo da Silveira.	298	Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	153
Reflexões sobre a perda de credibilidade do Governo Lula.	298	SÉRGIO ZAMBIASE	
ROMERO JUCÁ			
Registro de solenidade no Palácio do Planalto, para assinatura de convênios de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento, com a presença de doze governadores de estados.....	192	Requerimento nº 839, de 2007, que requer seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação de Sua Excelência, nos dias 6 e 7 de agosto de 2007, da Quarta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideu, no Uruguai. Informa ainda que Sua Excelência estará ausente do País no período de 5 a 8 de 2007.....	109
Considerações sobre a construção do sistema viário no estado de Roraima. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	193	Requerimento nº 853, de 2007, que requer a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2004, de minha autoria, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização de seu autor ou titular.....	164
Registro da Quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada entre 27 e 31 de março de 2006, em Rio Quente, Goiás.	216		
Registro do crescimento econômico auferido pelo país no primeiro semestre de 2007.	307		
Destaca o papel desempenhado pela Funcef, fundo de pensão da Caixa Econômica.....	339		
ROMEU TUMA		SERYS SLHESSARENKO	
Requerimento nº 835, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Júlio Redecker: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família ao Estado do Rio Grande do Sul e à Câmara dos Deputados.....	5	Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos. ...	114
Requerimento nº 836, de 2007, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Nélio Dias: inserção em ata de Voto de Profundo Pesar; apresentação de condolências à família, ao Estado do Rio Grande do Norte e à Câmara dos Deputados.	5	Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, que dispõe sobre o uso da palavra “cancerígeno” em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.....	120
Manifestação de tristeza pelas mortes do Senador Antônio Carlos Magalhães e dos deputados Júlio Redecker e Nélio Dias, ocorridas durante o recesso parlamentar.	6	Registro de comemoração dos 50 anos de criação da faculdade de Direito da UFMT.....	185
		Apresentação de projeto de lei que altera a Lei 7.565/86 (Código Brasileiro da Aeronáutica). .	185
		Referências à viagem do Presidente Lula ao Estado à Cuiabá/MT, para lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento naquele Estado....	185

VIII

	Pág.		Pág.
TASSO JEREISSATI		VALDIR RAUPP	
Requerimento nº 846, de 2007, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem póstuma ao Deputado Federal Júlio Redecker, falecido em 17 de julho de 2007, no trágico acidente com o avião da TAM no Aeroporto de Congonhas.	110	Cobranças de empenho do Governo Federal para a execução orçamentária.	301
Comentários sobre a falsa prosperidade vivida pelo País na atualidade, com destaque para a crise no setor aéreo. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	144	Exaltação pelo bom desempenho da economia brasileira.	301
Considerações acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio..	151	VALTER PEREIRA	
TIÃO VIANA		Comentários acerca da má gestão do Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	159
Elogios ao Presidente Lula pela destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento para a infra-estrutura da Amazônia.....	234	WELLINGTON SALGADO	
		Considerações Acerca de incompetência do Governo na indicação de nomes para a administração pública. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	160